



Paulo Bertran

**HISTÓRIA DA TERRA
E DO HOMEM NO
PLANALTO CENTRAL**

**ECO-HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL
Do Indígena ao Colonizador**

EDIÇÃO REVISTA E ATUALIZADA

Capítulo I

ESBOÇO DA GEO-HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL

Há um século, o Dr. Luís Cruls, ao considerar para fins de localização da nova Capital do país, o que seria o planalto brasileiro, deparou a bem dizer com um país inteiro planaltino, todo ele ondulado em sucessivas vagas de altitude, formando de tanto em tanto patamares alongados e planos.

E o mais central deles era o que mais águas vertesse em benefício do país: o Distrito Federal hoje consagrado¹, com seu tripartite divisor, a cavaleiro sobre o Maranhão amazônico, sobre o rio de São Bartolomeu platino e sobre o rio Preto são-franciscano.

Mares de chapadas. Da imensa forma com que o Oceano Atlântico se aprofunda entre a América do Sul e a África, o Planalto brasileiro sobe do litoral até Brasília, dali descendo ao pé da cordilheira andina.

Teria integrado, há quatro bilhões de anos, o continente de Gondwana ou Pangéia, uma massa de terras emergida dos oceanos gerais e que depois fraturou-se, num quebra-cabeças quase óbvio, nos continentes da América, da África, da península índica e da Ásia. Quem nunca se sentiu tentado, por exemplo, a encaixar a América do Sul ao recorte da África Ocidental?

Embora isso saltasse aos olhos, até 1960 a ciência oficial não se convencia do fato de tão exatos encaixes continentais terem constituído um território único.

Dessa época em diante, porém, como que a geologia e a geografia vindas do passado sofreram total revisão – e sem perder tempo em explicações – passaram a estudar as placas tectônicas e o afastamento dos continentes, ou seja, a teoria do único continente originário.

O Planalto Central de altitude (Distrito Federal e adjacências), o Quadrilátero Cruls de 1892, cenário desta História, como que coroa a plataforma continental brasileira e assenta-se sobre algumas das rochas mais antigas do Planeta.

Variam estas pela escala de bilhões e milhões de anos, dimensões simplesmente incompreensíveis pela extensão do tempo da vida humana, que em raros casos atinge os cem anos de existência. Quatro bilhões de anos é considerado pelos geólogos a própria época de surgimento do Planeta. Pisamos, no Planalto, alguns dos mais antigos sedimentos de Gaia, da ordem de um a dois bilhões de anos.

Nessa desmesurada voragem da História da Terra, tanto grandes movimentos tectônicos de fraturamento e esmagamento de rochas, quanto os humildes e cotidianos de erosão, de



1. Luís Cruls (1848 – 1908), bico de pena de M. Medina, cerca de 1895.

1 Luís Cruls, in *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*, Brasília, Ed. Codeplan, 1984.

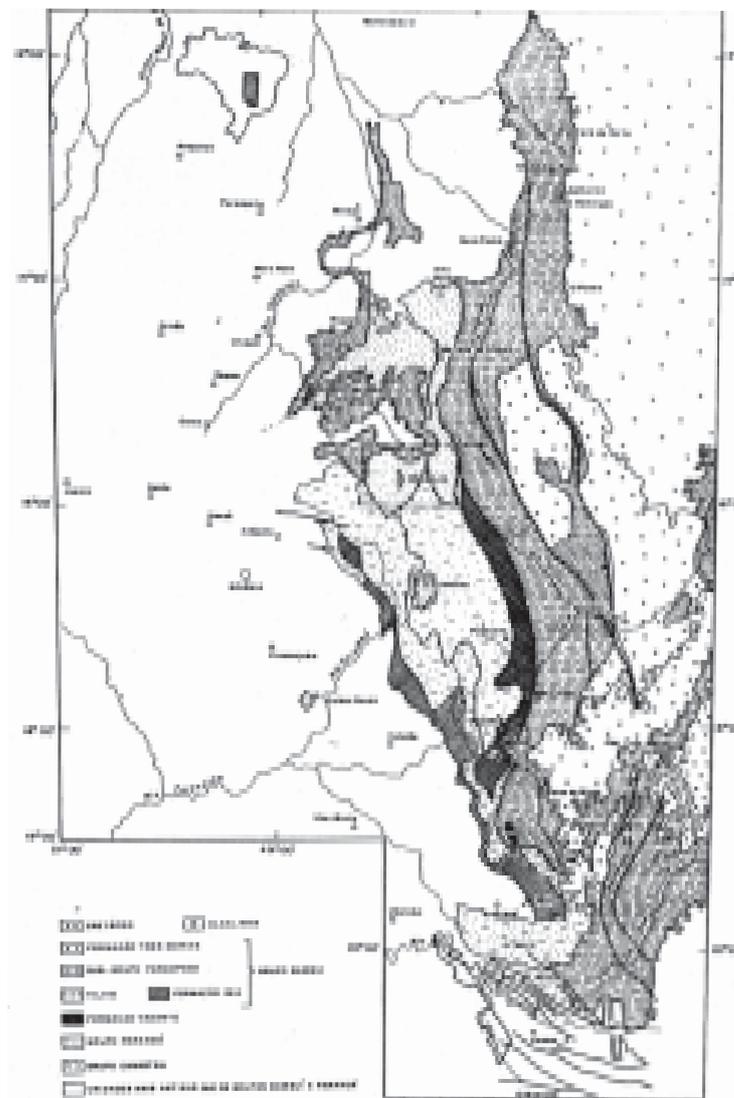
lixiviação e de rastejamento de detritos, alteraram centenas de vezes a paisagem que nós, desnaturados urbanóides, vemos através das grades dos apartamentos.

Grandes massas de terras ergueram-se ou afundaram-se, cordilheiras altíssimas levantaram-se e desapareceram, roídas pela erosão, fraturadas, esmagadas.

De todos esses processos, hoje resulta pisarmos terrenos de 1 bilhão de anos na área do Plano Piloto e na maior parte do Distrito Federal, com o grupo de rochas que por sua especificidade denomina-se Paranoá e que se estende para o Norte até a chapada dos Veadeiros. Compõem-se elas de quartzitos (aglomerados de areia, como é o caso da pedra de Pirenópolis), de ardósias, que também se usam em pisos escorregadios, de calcários que um dia foram algas, e de ritmitos, que algum dia, há milhões de anos, produziram-se, como indica o nome, pelo ritmo das ondas de um mar que cobria a região, como a tudo nos ensina, com grande talento explicativo entre seus pares, o geólogo Tadeu Veiga. A esse mar sucedeu-se, há 130 milhões de anos, um deserto, que pela sua importância, chamou-se de “deserto brasileiro”.

2. Mapa Geológico do Brasil Central, 1984

No entanto, logo ali, do Vale do Amanhecer ao Sul, o rio São Bartolomeu e vários de seus

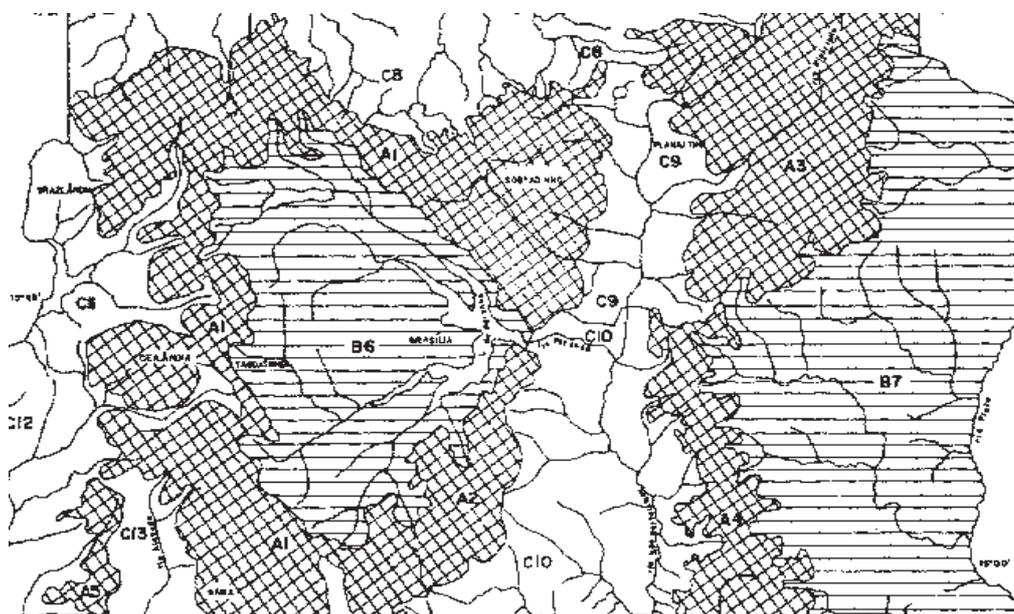


Distribuição do grupo Bambuí, da formação Vazante, da formação Ibiá e do grupo Paranoá na faixa de dobramentos Brasília — DNPM, 1984.

afluentem encaixam-se numa generosa estrutura pré-cambriana de presumíveis 1,4 bilhão de anos, já porém do grupo de rochas da formação Canastra. É o caso também da pequena área da Fercal e da bela paisagem que se estende desde os fundos de Samambaia até o rio Descoberto, ao longo da estrada para Goiânia. Ao grupo Canastra pertence quase que toda a banda ocidental do Planalto, até às portas de Pirenópolis.

Há também, por todo o Quadrilátero, pequenas áreas de terrenos ditos terciários, com escassos 70 milhões de anos. E finalmente há os quaternários, em ínfima quantidade, novos de 1 milhão de anos e menos, depositados pelas erosões centenares nos fundos de vale. É em especial o caso das margens dos rios que abraçam o Plano Piloto e vão formar o Lago Paranoá: Torto, Bananal, Vicente Pires e Gama.²

3. Unidades Geomorfológicas do Distrito Federal, 1990



Maria Novaes Pinto, op. cit. 1990

LEGENDA

<p> A) REGIÃO DE CHAPADA</p> <p>1 - Da Contagem</p> <p>2 - De Brasília</p> <p>3 - Do Pipiripau</p> <p>4 - Do Divisor São Bartolomeu - Preto</p> <p>5 - Do Divisor Descoberto - Alagado Descoberto</p>	<p> B) ÁREA DE DISSECAÇÃO INTERMEDIÁRIA</p> <p>6 - Da Depressão do Paranoá</p> <p>7 - Do Vale do Rio Preto</p>	<p> C) REGIÃO DISSECADA DE VALES</p> <p>8 - Do Curso Superior do Rio Maranhão</p> <p>9 - Do Alto Curso do Rio São Bartolomeu</p> <p>10 - Do Curso Superior do Rio São Bartolomeu</p> <p>11 - Do Alto Curso do Rio Descoberto</p> <p>12 - Do Curso Superior do Rio Descoberto</p> <p>13 - Do Alto Curso do Rio Alagado</p>
---	--	---

² Mapa Geológico do Distrito Federal, executado por L. Silveira e A. Lassance, com fonte no levantamento da Prospec S/A, in *Diagnóstico do Espaço Natural do Distrito Federal*, Brasília, Ed. Codeplan, 1976.

São essas, esquematicamente, as rochas existentes no subsolo do Distrito Federal, a cerca de 10 metros de profundidade. O que acima delas existe, onde fazemos gramados e plantamos árvores e flores, são apenas degenerações feitas pelas águas subterrâneas, pelo sol e pelas chuvas, sobre essas rochas básicas que estão, continuamente, produzindo a epiderme a que chamamos de *solo e chão*, ao alcance da mão.

Se por todo lado, em Brasília, Taguatinga, Brazlândia, Gama e Planaltina pisamos insofridamente sobre rochas com mais de 1 bilhão de anos, o mesmo não se pode dizer do relevo, dos contornos, da paisagem.

Estes mudam constantemente, pela ação dos elementos naturais, físicos e químicos e – desde o advento da Revolução Industrial – pela desvaivada ação do homem sobre o ecossistema.

Há cerca de 65 milhões de anos, justo de quando se marca a extinção dos dinossauros no Planeta, começaram no Distrito Federal os grandes processos geomorfológicos que resultaram na atual paisagem.³ Desde essa época, forma-se a depressão do vale do Plano Piloto, inteiramente cercado pelas elevadas serras e chapadas que se fecham sobre o Lago Paranoá. Pelos lados e pelas costas, o “avião” de Lúcio Costa estreita-se com as chapadas da Contagem, de Taguatinga e do Gama, todas contemporâneas daquela data de 65 milhões de anos. Brasília corre o risco, nos invernos mais secos, de tornar-se muito quente, com pouco vento e pouca chuva, em razão da muralha natural que a cinge.

Ainda com 65 milhões de anos existe, a nordeste do Distrito Federal, a Chapada do Pípiripau, que é o verdadeiro divisor das três bacias hidrográficas e onde o Visconde de Porto Seguro, em meados do século passado, queria estabelecer a Capital do país.

No entanto é com data mais recente (de uns 50 milhões de anos) que começam a se definir melhor os divisores de nossos rios principais e de seus afluentes, esculpindo, reconstruindo nossos mares de chapadas.

Todo o resto das paisagens naturais do Distrito Federal é novíssimo em escala geológica: de 500 mil a 11 milhões de anos. Aí entram as belas e aguçadas serranias do rio Maranhão e, paradoxalmente, as rochas de 1,4 bilhões de anos do Vale do São Bartolomeu e do rio Descoberto. Excepcionalmente, a região de Brazlândia mostra na gênese de seu relevo formação de todas as idades, desde escassos 500 mil até 65 milhões de anos, passando pelas formações intermediárias.

Estes são os cenários profundos, geológicos, sobre os quais transcorre, como tênue e envenenado risco do somenos de 12 mil anos, a presença humana no Planalto Central, a impelir-nos para a necessária humildade que deve ter o homem ao deparar-se com as idades da Mãe Terra e o desconhecido dos tempos imemoriais.



3 Seguimos, deste ponto em diante, o elucidante artigo da professora Maria Novaes Pinto: *Distrito Federal, Caracterização Geomorfológica*, publicado na importante coletânea de ensaios, **Cerrado: Caracterização, Ocupação, Perspectivas**, também organizada por Maria Novaes e editada pela UnB/Sematec, em 1990.

Capítulo II

LIÇÕES DA PRÉ-HISTÓRIA

A pré-história do Brasil é ainda um vasto campo de geração de conhecimentos, um saber futuro. Houve, no passado, diversos surtos de elocubrações amadorísticas de nossa pré-história. Em fins do Século XIX, um barão nortense da borracha deu-se ao luxo de contratar sábios europeus para que decifrassem inscrições rupestres da Amazônia. Houve entre eles quem decompusse os símbolos indígenas em elaborados ideogramas fenícios e gregos. Não é privilégio do Brasil: nos Estados Unidos também houve quem se ocupasse longamente de inscrições nos mais distantes rincões do país. Afinal, quanto mais antiga e desconhecida é uma história qualquer, mais largo é o espaço para investigar-se sobre tudo aquilo de que é capaz o desejo por uma história arquetípica.

O imaginário arqueológico – e muitas vezes o inexplicável – sangrou abundantemente nas tintas da imprensa brasileira dos últimos cinquenta anos. Por vezes eram inscrições fenícias da Pedra da Gávea, no Rio de Janeiro, outras vezes notícias de descobrimento de ânforas gregas na baía de Guanabara... Aliás, as primeiras notícias arqueológicas brasileiras começam com as supostas pegadas petrificadas de São Tomé, que os religiosos catequistas do Brasil do primeiro século identificaram como o deus Zumé de algumas tribos brasileiras.

As pesquisas arqueológicas sistemáticas no Brasil Central surgiram em 1972, sob os auspícios do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) da Universidade Católica de Goiás e do Projeto Anhangüera de Arqueologia (1975), vinculado à Universidade Federal de Goiás. A Universidade de Brasília, até o momento, não atua na área de arqueologia.

Na divisão de trabalhos entre aquelas duas universidades, coube ao IGPA, em associação com a Universidade do Vale dos Sinos, a pesquisa e cadastramento de cerca de 300 sítios arqueológicos; a cargo da Universidade Federal ficaram uma centena de outros, totalizando 404 sítios pesquisados em quase todo o território até 1984.¹

Em 1986, o IGPA, hoje entre os mais respeitáveis institutos de arqueologia do país, pôde levar ao conhecimento público a notícia de datação pelo método carbono-14 de vestígios de cinza, na Serra Geral de Goiás, com 43 mil anos, até o momento, dos mais antigos do Brasil, porém sem clara associação com artefatos humanos. Um ano antes, obtivera-se uma datação de 36 mil anos.

Diante da inesperada antigüidade desses sítios e dos sítios do Piauí, pesquisados por arqueólogos franceses e brasileiros, houve mesmo quem avançasse a hipótese do homem como originário da América, retornando à teoria autóctone do argentino Ameghino. Outros estudiosos já viam motivos bastantes para a derrubada da teoria da imigração do homem pré-histórico americano pelo estreito de Behring, avançando da América do Norte até a América do Sul.

De fato, as datações científicas obtidas em Goiás e no Piauí dobram – e às vezes triplicam as mais antigas até hoje obtidas nos Estados Unidos, no México e na extensa costa sul-americana do Pacífico.

O professor Altair Sales Barbosa, porém, com a prudência e a autoridade que lhe confere a descoberta da Serra Geral, recusa-se ao trabalho de desmontar ou remontar essas teorias, lembrando que a geologia desfavorável dos sítios norte-americanos impede, até o momento, conclusões definitivas sobre as migrações asiáticas. Ademais, tão antigas datações de cinzas no

1 Altair Sales Barbosa *in* **Balanco da Arqueologia Brasileira** (Goiás) – Anuário de Divulgação Científica, volume X (anos 1981-1984) – Goiânia, Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia (IGPA) da Universidade Católica de Goiás, 1984.

Brasil, podem vir da combustão espontânea de materiais e não de fogueiras feitas pelo homem.

No momento, mais importante do que discutir datações e teorias gerais, considera o professor Altair Barbosa ser mais útil investigar em que termos ocorreu na pré-história a integração homem – natureza, vale dizer, em que ambiente ecossistêmico aconteceu tão antiga existência humana no Planalto Central do Brasil, pelo menos desde 12 mil anos. No atual estágio das pesquisas, 12 mil anos é a mais antiga datação da presença do homem no Brasil Central e, coincidentemente, a data final de extinção da mega-fauna na região: o megatério (uma preguiça gigante); o tigre dentes-de-sabre; ursos; o gliptodonte (um tatu gigante); o mastodonte (parecido ao elefante); o cavalo etc. O cavalo americano extinguiu-se na pré-história, sendo depois reintroduzido pelos colonizadores europeus. Parece que esta fauna extinta era especializada em sobreviver nas savanas do cerrado e supõe-se que seu desaparecimento deva-se a fatores climáticos e ecológicos.²

A Sobrevivência nos Cerrados

Sendo a pré-história da América objeto de tantas interrogações, não menos o é a forma de subsistência dos seres paleo-índios e arcaicos no Brasil Central. De maneira geral, a ocupação humana em abrigos rochosos – grutas, lapas, paredões de pedra etc – revelou-se aqui esporádica, conquanto rica em desenhos rupestres e objetos líticos. As condições de clima e geologia modificaram-se aqui muitas vezes ao longo de 40 ou 50 mil anos, porém não tanto quanto ao norte do equador, onde períodos de inverno mais ou menos rigorosos determinaram nas paisagens clássicas da arqueologia européia a ocupação prolongada de grutas e cavernas, Esse cenário – explorado pelo cinema e televisão como a pré-história em geral – não pode ser facilmente transposto para a arqueologia brasileira.

Em 10 mil anos de ocupação humana levantados pelos arqueólogos no sudoeste de Goiás (Serranópolis, Caiapônia, Rio Verde) constataram-se oscilações centenares de teor de umidade e calor, influenciando, naturalmente, os tipos de abrigos dos grupos humanos.

Um ensaio do paleontólogo Luiz Eurico Moreira mostra-nos cenários elucidativos do que pode ter sido a existência dos grupos pré-históricos regionais.³

O sítio por ele estudado denominava-se, para fins científicos, GOJA-01, quadrícula 20-10, localizado em Serranópolis, município distante 430 quilômetros a sudoeste de Goiânia. Usando todos os métodos e escrúpulos científicos modernos, debruçando-se sobre os restos alimentares, sobre o lixo dos sítios e abrigos, leva-nos o professor Moreira a uma viagem através dos tempos muito antigos do Brasil Central:

O nível inferior deste sítio tem datação de 10.400, mais ou menos 130 anos AP (Até o Presente), registrados pelo Smithsonian Institute, e segundo Luiz Moreira, o clima seria então mais frio do que atualmente e com umidade mediana. A caça de pequenos e médios animais era o componente mais importante da alimentação. Répteis e moluscos não eram importantes nos cardápios e os peixes estavam praticamente ausentes. Depois, entre 9.000 e 7.500 anos AP, com a elevação da temperatura e da umidade relativa, o homem pré-histórico do Brasil Central começou a alimentar-se com um cardápio fundamentado na coleta de moluscos, répteis e pequenos animais. A caça torna-se mais rara.

As condições climáticas influíam poderosamente na dieta alimentar dos grupos indígenas. Para se ter uma idéia dessas influências – não mais do que num curto intervalo de 300 anos, de 7.500 a 7.200 anos AP – a região do abrigo de Serranópolis aparece estando submetida a um período muito seco, sendo que a caça deixou de influir significativamente na alimentação e apenas a coleta de moluscos, principalmente, e de pequenos répteis manteve importância.

2 Josué Camargo Mendes in **Conheça a Pré-História Brasileira**, São Paulo, Ed. USP/Polígono, 1970.

3 Luiz Eurico Moreira in *Análise dos Restos de Alimentos de Origem Animal no Programa Arqueológico de Goiás*, pp. 98-112 – *Anuário de Divulgação Científica*, volume X (anos 1981-1984) – Goiânia, Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia (IGPA) da Universidade Católica de Goiás, 1984.



4. Pinturas do estilo Serranópolis, Goiás.

«Mais do que nunca, entre 7.000 e 6.600 anos AP a alimentação de origem animal, restringiu-se aos moluscos, pois até os répteis pouco aparecem», comenta o professor Moreira.

Eis o homem pré-histórico brasileiro como cultor do “francesíssimo” escargot, o delicioso caramujo. De fato, pesquisas atuais indicam que em 200 gramas de molusco há 50 de proteínas, o que leva Luiz Moreira a conjecturar que ... *«a obtenção de alimentos nunca se constituiu em grandes problemas para aquelas comunidades e que o homem pré-histórico da região teria um regime alimentar conveniente»*

Finalmente, no abrigo de Serranópolis, entre 6.600 e 1.000 anos AP escasseiam enormemente os vestígios alimentares, ou porque fosse diminuta a população, ou porque, já agricultor, o homem pré-histórico se deslumbrasse em viver à luz do sol, favorecido por uma melhoria geral do clima da região.

ARTE RUPESTRE EM GOIÁS

1- SERRANÓPOLIS

2- CAIAPÓRIA

3- FORMOSA

4- MONTE DO CARMO

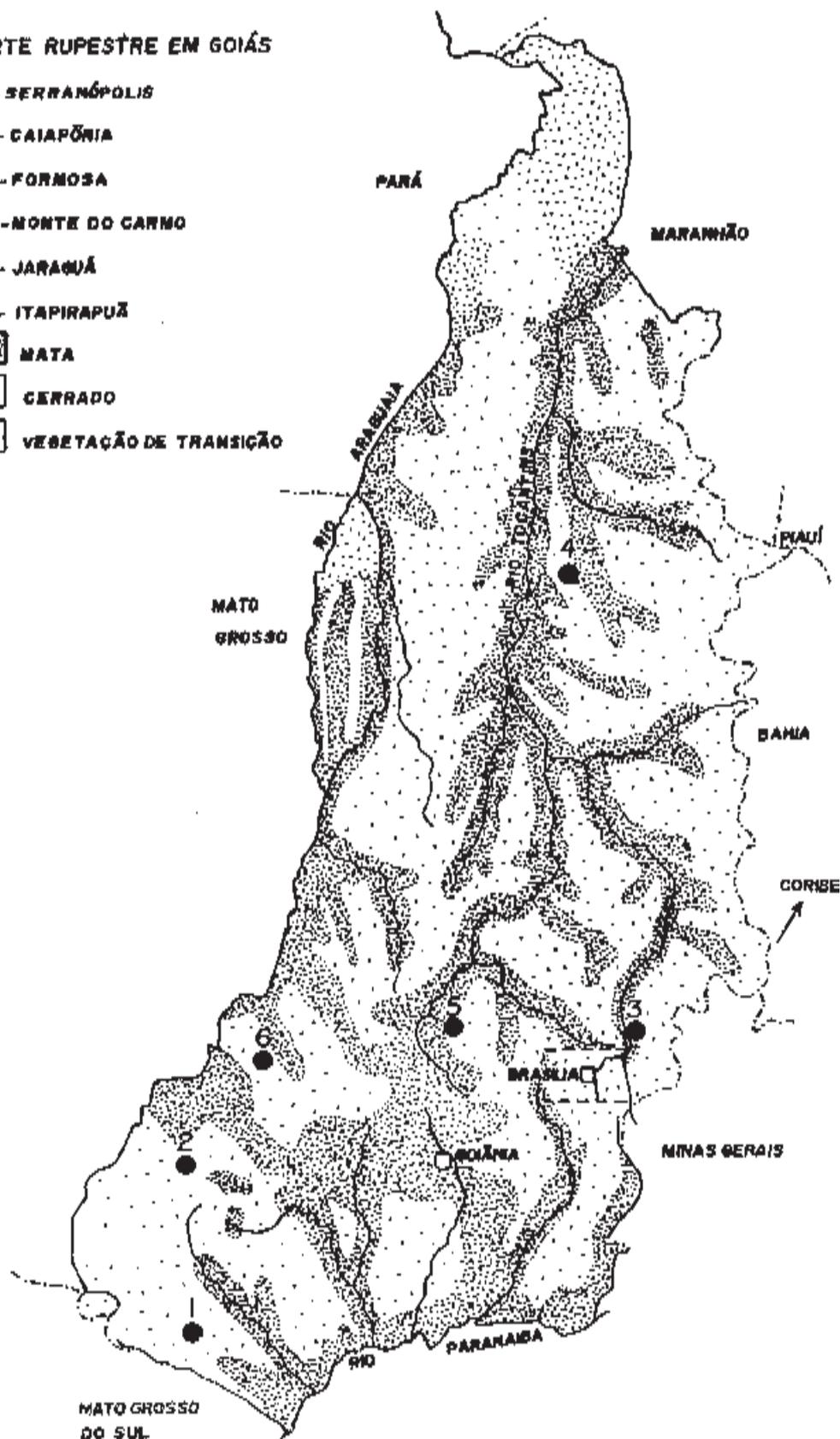
5- JARAQUÁ

6- ITAPIRAPUÃ

 MATA

 CERRADO

 VEGETAÇÃO DE TRANSIÇÃO



A Pré-História no Planalto Central

De forma geral, esboçam-se para a pré-história dos últimos 10 mil anos três grandes fases de ocupação que ganharam, por epíteto, nome das regiões onde foram mais nitidamente pesquisadas e catalogadas.

Temos, assim, a fase Paranaíba – da grande tradição brasileira denominada Itaparica –, a mais antiga, datando de 10.500 a 9.000 anos AP, e que é caracterizada por grupos de caçadores que viveram durante um período mais frio e úmido do que o atual. Logo em seguida, a fase Serranópolis, que durou até os anos 1000 de nossa era, de clima mais quente, permitindo ao homem pré-histórico uma alimentação retirada da caça generalizada, da pesca e da coleta de moluscos e répteis; tornando-o mais sedentário e ligado a uma agricultura nascente. Finalmente a fase Jataí, do último milênio, na qual os grupos indígenas levariam uma vida bastante sedentária, produzindo utensílios variados e objetos de cerâmica, alimentando-se de produtos agrícolas e da coleta silvestre.

Ecosistemas diferenciados, como o cerrado e as matas, proviam, em diversos períodos do ano, aos grupos pré-históricos com produtos naturais como o pequi, a guariroba, o babaçu, a marmelada do campo, o bacupari, muricis, pitangas, araticum, gabiobas, ananás, etc.

Assim, particularmente, interessa aos arqueólogos a pesquisa dos sítios pré-históricos situados em pontos de transição entre ecossistemas diversificados. Explica-se isso pela óbvia ampliação de fontes e de espécies de alimentos ao alcance dos grupos humanos primitivos segundo seu habitat: cerrados, campos limpos, matas ciliares, matas calcárias, geraes, caatingas.... cada qual com sua especialidade nutricional. Definidos esses sítios privilegiados, traçavam-se por todo o país “caminhos”, melhor dizendo “estações” indígenas que serviriam depois de rastilho mortífero para a sanha dos bandeirantes paulistas e nordestinos.

Arqueologia no Distrito Federal

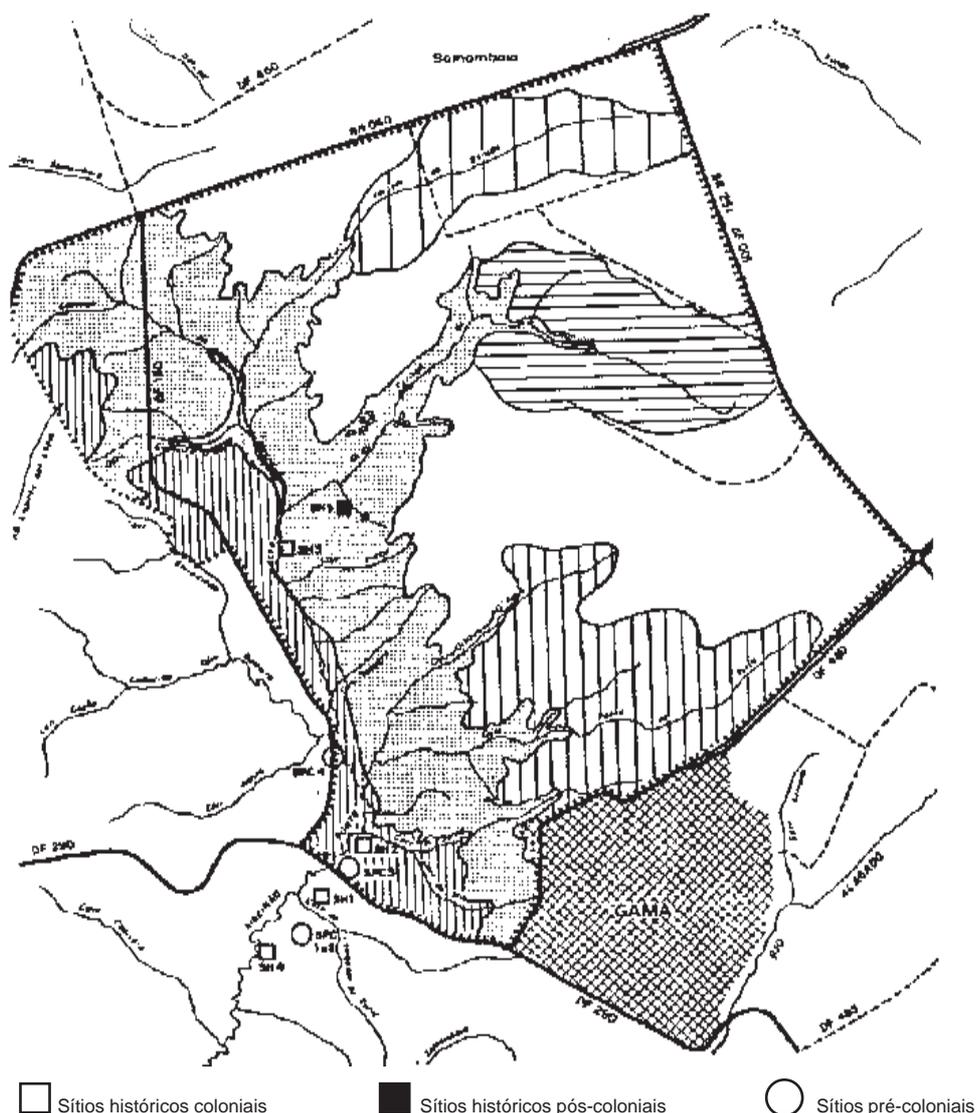
A região do Distrito Federal preenche alguns requisitos para ser considerada como área interessante sob o ponto de vista de povoamento pré-histórico. O triplo divisor de bacias hidrográficas deveria ser, no passado remoto – bem como o seria no Século XVIII –, um caminho inevitável para as migrações. Igualmente existem dentro do Distrito Federal alguns pontos de contato entre ecossistemas diferenciados, zonas de transição de campo limpo para cerrado e para mata que, segundo alguns parâmetros levantados pela escola goiana de arqueologia, poderiam delimitar sítios pré-históricos interessantes.

Trinta anos depois da fundação de Brasília, o arqueólogo Eurico Teófilo Miller pôs a lume as primeiras evidências de sítios pré-históricos no Distrito Federal, particularmente na região do Gama.⁴

Em 1991, encontrou dois sítios com restos de cerâmica e artefatos de pedra, espalhados por uma área de quase 3.000 m², nas cabeceiras do córrego Ipê, hoje Universidade Holística e Cidade da Paz, em antiga região de mata, derrubada em 1960. O sítio apresenta a particularidade de, em sua parte central, apresentar indícios cerâmicos e pré-cerâmicos (líticos). Considera o Dr. Miller a hipótese de que o material lítico seja mais antigo que o cerâmico, ao qual se misturou devido a perturbações que tenham levado ao afloramento do material mais antigo. Pesquisou também o Dr. Miller e equipe as regiões vizinhas ao Catetinho e ao Recanto das Emas, nada encontrando, talvez por não disporem de ambiente natural favorável.

Muito melhor sucedidas foram as explorações no ribeirão Ponte Alta, a oeste do Gama. Em área de poucos quilômetros quadrados encontraram-se vestígios de quatro sítios arqueológicos indígenas, dois deles também com características cerâmicas e pré-cerâmicas, um sobre o outro, cobrindo uma área superior a 5 hectares. O sítio cerâmico configura uma aldeia indígena de

4 Eurico Teófilo Miller *in Relatório de Pesquisa* (ENGEA) –Arquivo da 14ª Coordenação do IBPC. Agradecemos à museóloga Célia Corsino e ao Dr. Miller pelas informações obtidas.



6. Sítios Históricos e Pré-Históricos do Gama e Ponte Alta. Eurico Miller, 1992.

formato circular, que na opinião do Dr. Miller, são características da tradição Jê. Ainda na área de Ponte Alta, foram localizados mais dois sítios exclusivamente cerâmicos, um deles grande e de formato circular.

Todos esses sítios do Gama apenas foram detectados, mas não escavados. Considerando-se porém ter aquela pequena porção do território – cujo ambiente natural nem tanto prima pela excelência do habitat – revelado nada menos do que seis sítios pré-históricos, é lícito supor a existência de dezenas de outros em diferentes ambientes favoráveis do Distrito Federal.

Teve o Dr. Miller a gentileza de nos adiantar pessoalmente os resultados inéditos de suas últimas pesquisas.

Em princípios de 1993, vieram a lume em Taguatinga, na área do córrego Melchior, cinco sítios pré-cerâmicos, com características de acampamentos de caça, talvez reocupados de tanto em tanto por pequenos grupos.

Já a messe do ano 1994 foi abundante: nada menos do que 16 sítios arqueológicos na área do rio Descoberto. Destes, nove eram de grupos pré-cerâmicos, dois de cerâmicos, e cinco eram “taperas” de fazendas coloniais. Há um detalhe curioso: uma das ruínas de fazenda assentava-se exatamente sobre um sítio indígena pré-cerâmico.

Insistindo com o Dr. Miller, adiantou-nos – com muita precaução e em caráter de hipótese que alguns desses sítios pré-cerâmicos poderiam datar de 7.000 a 7.500 anos de idade, desde a instauração do atual ótimo climático, chegando porém, eis a surpresa, até aos tempos históricos da colonização.

Em outros termos: poderiam ter convivido no Distrito Federal duas culturas indígenas distintas. Aquela antiquíssima de caçadores pré-cerâmicos, e outra, novíssima, de apenas mil anos, de agricultores ceramistas, e ambas chegando até a invasão colonizadora...

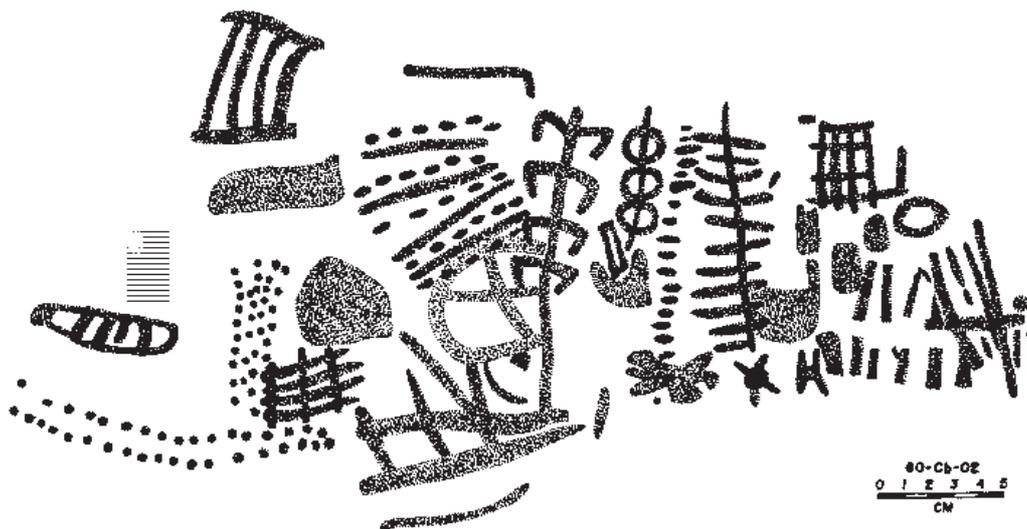
Ora, Joseph de Mello Álvares escrevia, em fins do Século XIX, que os remanescentes indígenas do Distrito Federal – então prudentemente escondidos nas brenhas do rio Maranhão – eram das nações Crixá, Xavante e Pedra Branca. Os Crixá, hoje extintos, eram agricultores e ceramistas, como adiante veremos. Os Xavante são exímios caçadores, mas a moderna etnografia não os considera pré-cerâmicos. Resta o mistério dos índios Pedra Branca, que deviam ser muito arredios, pois a sua designação portuguesa denuncia poucos contatos com o colonizador. Seriam os tais caçadores pré-cerâmicos?

Mas como responder a estas questões, sem fazer as escavações necessárias, os exames precisos?

Estamos todos a dever ao Dr. Eurico Miller, pai da arqueologia do Distrito Federal, as condições mínimas para que passe ao estágio das escavações, restituindo-nos – quem sabe se em um museu – esses fragmentos da história indígena regional.

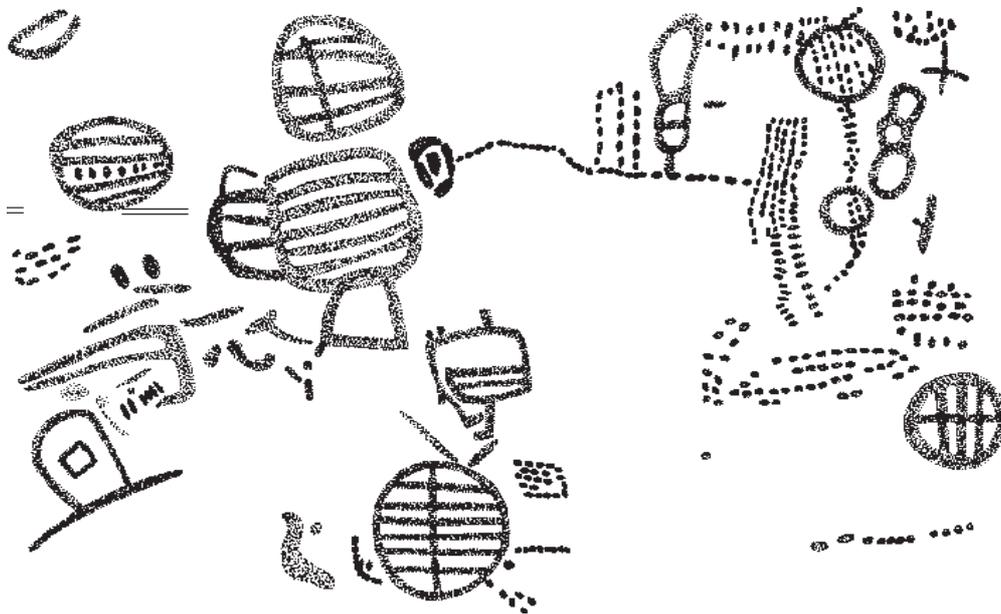
Sítios de Formosa, Veadeiros e Paranã

Antes das pesquisas pioneiras do Dr. Miller no Distrito Federal, foram registrados grandes progressos na pesquisa arqueológica de sítios e abrigos pré-históricos no vizinho município de Formosa. Segundo uma resenha dos professores Pedro Ignácio Schmitz e Altair Sales Barbosa (1984), cadastram-se ali cerca de 29 pequenas grutas, complexo esse inserido em ecossistema de cerrado com mata próxima.⁵



7. Formosa, Gruta 14: figuras de um nicho de parede.

5 Pedro Ignácio Schmitz, Altair Sales Barbosa et alii in *Arte Rupestre no Centro do Brasil*, p.21, São Leopoldo-RS, Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS, 1984.



8. Formosa, Gruta 14: pequena parte das figuras geométricas do teto.

Em sete desses abrigos, tetos e paredes são pintados com figuras em geral monocromáticas, em tons variados de vermelho, preto e, mais escassamente com associação das duas cores. Predominam representações geométricas e mais raramente desenhos de pequenos animais e pisadas humanas. Seja em superfícies lisas ou irregulares, as grutas de Formosa apresentam variado tratamento de desenho ou entalhe.

Para os pesquisadores, representações semelhantes às de Formosa encontram-se em Sete Cidades, no Piauí. Eis portanto que a presença dos nordestinos no Planalto Central pode ser muito mais antiga do que sonha a nossa vã filosofia...

Finalmente, fechando a região norte de Brasília, temos a área arqueológica da Chapada dos Veadeiros e do Vão do Paranã, também inseridos em ecossistemas de cerrado associado a matas. Ao contrário das pinturas de Formosa, abundam ali os petróglifos, inscrições em pedra. Os motivos são abstratos, predominantemente geométricos, geralmente obtidos por polimento nas rochas, com dimensões variadas e uma grande diversidade de formas. Até 1982, haviam sido levantados 90 sítios de grande antigüidade na região. ⁶

O professor Altair Barbosa considera que pelas características de estilo pode-se notar nos petróglifos de Alto Paraíso e do Vão do Paranã semelhanças com as sinalizações encontradas na localidade goiana de Itapirapuã, na bacia do Araguaia. A sudeste do Distrito Federal, a mineira Unaf também vem mostrando, em dois abrigos rupestres, restos de ocupação que remontam a 10 mil anos.

Não obstante o visto, pouco ainda se pode concluir, a não ser o armazenamento de conhecimentos fragmentados que formam a cada ciclo de investigações arqueológicas, mais uma peça do variado mosaico de nossa pré-história.

⁶ Altair Sales Barbosa in *Pré-História dos Cerrados: período paleo-índio* – Coleção Suma Arqueológica dos Cerrados, volume 5, mimeo. Goiânia, Instituto do Trópico Subúmido / Universidade Católica de Goiás, 1993.

O Sítio Arqueológico de Brasilinha

Essa questão vem a propósito das pesquisas empreendidas pela Universidade Federal de Goiás em convênio com a Universidade de São Paulo nas áreas afetas ao Projeto Anhangüera de Pesquisas Pré-Históricas e que incluem boa parte das regiões próximas ao Distrito Federal.



9. Utensílios de pedra polida, ou líticos. Cortadores e raspador, coleção do autor

Deve-se uma dessas pesquisas à professora Dilamar Cândida Martins, da Universidade Federal de Goiás, que a partir de 1979 pôs mãos à obra no até agora único sítio pré-histórico estudado a fundo nas redondezas de Brasília, a saber, no município de Planaltina-GO, mais conhecido como Brasilinha, cidade satélite pirata do Distrito Federal.⁷

Nas barrancas do córrego Rico, a professora Dilamar Martins deparou, nada mais nada menos, do que com uma oficina lítica, uma verdadeira indústria pré-histórica de instrumentos de pedra. Machados, cunhas, raspadores e rejeitos (que não passaram pelo controle de qualidade então vigente), somam perto de 4 mil peças, encontradas em três níveis de escavação e que ainda estão em fase de estudo e datação. Considera a professora que seu trabalho está longe de encerrar-se, pois há evidências na região de outros sítios arqueológicos, como o do Barreiro – escavado em 1985, sob a coordenação da professora Margarida Andreatta, do Museu Paulista. A data mais antiga até agora obtida é de 10.600 anos AP.

Antípodas da história, diria Malraux, esse fato do assentamento de mais uma satélite de Brasília próximo a uma das mais antigas evidências pré-históricas da chapada brasiliense, quiçá do Planalto Central.

7 Dilamar Cândida Martins in *Análise dos testemunhos líticos do Sítio Arqueológico Córrego Pico em Planaltina de Goiás*, Revista do ICHL, volume 2 – n.º 3, Jul/dez 1983 – Goiânia, Editora da Universidade Federal de Goiás, 1983.

Afinal, quem eram esses pré-históricos do Gama, de Taguatinga, de Formosa, de Unafí, do Vão do Paranã, de Brasilinha? Em que época viveram? Que seqüências de gerações abrangeram? O que queriam transmitir ou expressar com seus desenhos e petróglifos? Quanto do sangue desses seres que viveram mais há mais de 10 mil anos pulsa, em maior ou menor porção, no corpo dos brasileiros?

Questões irrespondíveis nesta quadra da história, mas que algum dia serão pelo menos adequadamente formuladas. E como sempre acontece, essas boas perguntas representarão pelo menos a metade das boas respostas equivalentes.

Perdoe-nos o leitor por tantas vaguidões, que no decurso de futuros anos estarão melhor superadas, abrindo-se para cenários inimagináveis hoje.



Capítulo III

O ENTE INOMINADO: ECO-HISTÓRIA DO DISTRITO FEDERAL

Não há um Brasil, não há dois Brasis, como gostariam de crer os dualistas. Há possivelmente, segundo nossa consciência, algo como umas duas ou três dúzias de Brasis, formando o movimento difuso de nacionalidade.

Somos um povo complexo e diversificado, habitando nichos ecológicos diferenciados em que se processam etnografias plurais, com heterogêneas composições de tempo histórico e de sedimentos inter-raciais, sócio-econômicos, culturais... Esse bom calçamento, com robustas suspensões independentes, talvez explique o Brasil ser maior que o abismo, ao atravessar o caminho ruim dos anos de crise. Eis que, apesar dos aviões que levam e trazem; apesar dos anódinos ambientes climatizados e da televisão, que com compulsiva esquizofrenia traz-nos o horror e o excesso do mundo à mesa; apesar de tudo que nos empurra para a globalização do gênero humano, há um outro movimento que nos conduz ao inverso, que nos regionaliza, ambienta-nos, remete-nos cada vez mais ao nicho aprazível de nossa ecologia mínima.

Quanto mais o homem escapa e sobrepõe-se à natureza de si próprio e do ecossistema em que vive, mais condenado fica a reencontrar-se – a si e ao seu ambiente. Nessa terrível dicotomia há de gerar-se o novo Sísifo do terceiro milênio, o homem não-natural que buscará sofregamente a natureza.

Náiades e Hamadriades

Recuemos até ao ano de 1820, às vésperas da Independência do Brasil. Carl Friedrich Philipp Von Martius, o grande naturalista, concluía sua viagem de três anos pelo país, reconhecendo e denominando pela primeira vez os nossos domínios ecológicos. Havia no Nordeste, dizia Martius, o *Regio Extra Tropica et Calida Sicca* — o Reino aquém-tropical, quente e seco — os sertões agrestes e de caatingas, compreendendo desde o médio São Francisco até o Piauí e o Ceará.¹ Era também, no Olimpo poético-ecológico de Martius, o reino das ninfas Hamadriades, as que fenecem nas secas e esplendem em total verdor quando chove.



10. Dr. Carl Friedrich Von Martius (1794 – 1868).

1 Parece que *Ceará* vem de uma corruptela etimológica de Saara, o grande deserto africano.

Havia no norte amazônico, reino das Náiades, as ninfas ridentes e murmurantes das águas, cuja sensualidade exuberante promoveu grandes escândalos e adultérios entre os deuses olímpicos.

Há também as Napéias, a designarem o sul do país, ninfas dos planaltos de araucárias e dos pampas.

Dríades

E há o reino das Dríades, ninfas da Mata Atlântica, que antigamente estendia-se, densa e ubérrima, desde a Paraíba e Pernambuco até o Rio de Janeiro e São Paulo, ao longo da Serra do Mar, e que foi a primeira destruída na colonização, sem qualquer consulta às Dríades sobre o sacrilégio de destruírem-se os bosques.²

Extintas as Dríades, sobre a Mata Atlântica erigiu-se o primevo colonial brasileiro. As montanhas de açúcar de cana que, desde o Pernambuco, as Alagoas, a Bahia, cruzaram o Atlântico para envenenar as populações européias. E talvez para edulcorar o caráter bélico e rústico dos mesmos. O consumo excessivo de açúcar, se por um lado sublima os espíritos, por outro acomete o metabolismo humano em vícios capitais de preguiça e lassidão. O que, aliás, são paradoxalmente, virtudes. Fazer nada requer grande sabedoria.

Mal cruzavam os caminhos da extinção os engenhos de cana e já vinham as *plantations* de café roendo os refúgios das Dríades nas matas do Rio de Janeiro e São Paulo.

Tudo isso, o açúcar e o café, erguido com a força do negro escravo e o branco capitalismo de ávidos proprietários e comerciantes, antecessores de nossa elite moderna, igualmente ávida e talvez incompetente.

São os nichos ecológicos e antrópicos de que nos fala Gilberto Freire, em **Casa Grande e Senzala** e em **Sobrados e Mocambos**. O universo de Freire, riquíssimo, dos caranguejos do litoral, o primeiro laboratório da colonização. Apenas um, entre os muitos nichos eco-antrópicos do país.

Intransferível porém para outros «*Regios extra et ultra tropicalem*», diria Von Martius em seu delicioso discurso naturalista greco-romano aplicado ao país das Pindoramas – as palmeiras – cujo símbolo máximo seria outorgado aos buritis,³ do gênero *Mauritia*, em homenagem a Maurício de Nassau, príncipe de Nassau-Siegen, grande holandês que nos invadiu, de espírito afável e humanista. Como a história não depende apenas dos homens, a expulsão dos holandeses livrou-nos de constituir-nos hoje em outra África do Sul. Foi bom. Um país inter-racial como o Brasil, inteiramente miscigenado e geneticamente universalizado – talvez sejamos o primeiro país inter-racial do planeta –, tem futuro mais interessante do que os países multirraciais.⁴

Oréades

São as Oréades as ninfas dos campos e planaltos, tutelares, segundo Von Martius, da *Regio Montano-Campestris*. São os cerrados do Planalto Central brasileiro, bonzais, jardins japoneses do coração da América do Sul.

São os cerrados a taxonomia brasileira das universais savanas, bem compostos e orquestrados de campos limpos desérticos, de capões de matas, de campos sujos e campos rupestres que fariam o botânico francês Dr. Glaziou exclamar, em 1894: ...«*todos esses elementos cuja*

2 Na Grécia Antiga, crime passível à condenação máxima, a morte, para os culpados de destruição das matas.

3 *Mauritia flexuosa* L.f.; *Mauritia vinifera* Mart.; *Mauritia setigera* Griseb.

4 É de se considerar que o espírito batavo então reinante no Brasil, magnificamente traduzido por Joan Neuhof em seu **Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil** [Belo Horizonte, Editora Itatiaia/Edusp, 1981], em nada é comparável ao movimento dos bôeres, dois séculos depois, em sua fuga dos ingleses e fundação das repúblicas do Transvaal e de Natal, na África do Sul. Reinava aqui, por parte desses europeus que se queriam brasileiros, a índole inter-racial – e não multirracial – que daria ao Brasil essa sua peculiaridade em relação às demais nações construídas na Era Moderna. Mas Guararapes ou Soweto não estão nas graças dessas ninfas que cantam em proteção aos bosques, às águas, aos campos e à Natureza.



11. Johan Maurits Van Nassau-Siegen (1604 – 1679), quadro por Pieter Nason, copiado de Franz Post.

disposição se poderia atribuir à inspiração de um artista sublime, e que dão à paisagem o aspecto mais aprazível e de que não há nada comparável, a não ser em miniatura os antigos parques ingleses, desenhados por Le Notre ou Paxton... Tão profundamente gravou-se-me na memória a beleza do clima que de contínuo o tenho na mente...»

Referia-se o cientista francês à paisagem do Distrito Federal e escrevia no mês de dezembro, em plenas chuvas, o verde explodindo por toda a volta, esquecido das secas.

O cerrado compreende, é certo, todo o Centro-Oeste do país, e ainda profundas inserções em São Paulo, Piauí, Bahia, Ceará, Maranhão, Rondônia, Pará, Amapá e em algo como metade de Minas Gerais.

Desde a pré-história até a colonização dos Setecentos, foi domínio incontestável do Jê – o Tapuia – de língua própria, especializado em viver nos cerrados. Os Tupi do litoral só aqui vieram como refugiados das guerras de colonização, como veremos.

Embora as bandeiras percorressem a região desde o Século XVI, com suas doenças e seu fogo a dizimar os indígenas, a colonização só começou no ano de 1700, em Minas Gerais, depois no Mato Grosso (1718) e, por último, em Goiás (1726). Ouro aos borbotões. Pela imigração em massa para as minas brasileiras quase esvazia-se o norte de Portugal, imerso então em crise econômica. E sangra-se novamente a mãe-África em milhares de braços escravos.

O ouro e os diamantes duram um escasso século. Furaram-se as montanhas, eventraram-se os aluviões e, passada a febre, permaneceram plantadas as cidades coloniais, as roças e as fazendas de gado. Com o passar do tempo sem tempo dos sertões centrais, formulava-se o *Homo cerratensis* moderno.

Sua cultura plasmática primeira é do Século XVIII, pelo que não podia fugir aos padrões temáticos do iluminismo.

Vagamente ateu, com inclinação às superstições, mais céptico do que fatalista, temente aos caprichos da Varia Fortuna, o cerradeiro ou cerratense é por excelência um homem barroco. Criado nos ocios sertanejos, acredita na liberdade, sua natural condição: daí a dificuldade em aceitar o trabalho de rotina ou qualquer trabalho, a menos que lhe acene a deusa romana da Varia Fortuna. Não tem preconceitos, como os terríveis do universo nordestino de Gilberto Freire. Em consequência é o povo mais miscigenado de negro do país e um dos poucos em que, contraditoriamente, não há herança cultural marcadamente africana, devorada pelo barroquismo imperante.

O Inominado Cerratensis

O cerradeiro ou cerratense – *Homo cerratensis* – ia desde o Século XVIII nascendo, a par de freqüentes crises de extinção. Algumas gramáticas portuguesas do tempo do neocolonialismo salazarista traziam freqüentemente um mapa-múndi mostrando as modificações e expansão do idioma de Camões pelo mundo, estampando, nos sertões do centro do Brasil, uma interrogação com os dizeres: «*linguagem e prosódia não identificados*». O ente inominado: o jardim de cerrados das Oréades.

Depois surgiram Guimarães Rosa, Bernardo Élis, Mário Palmério, Carmo Bernardes..., e junto a eles emerge a linguagem cerratense, surpreendente, inovadora, atônita em sua riqueza barroca e sertaneja.

E tão bem assim logo começavam esses arcaísmos a desfalecer, com a criação de Goiânia nos anos 30 e de Brasília em 1960. Goiânia com seu “estado-novismo” eclipsou a história goiana. Brasília, com seu federalismo integracionista e suas estradas continentais, acabou de consumir a mitopoética dos sertões que deixavam de ser sertões.⁵

Começa o mito da integração cultural, o surgidouro de uma civilização brasileira. Os sonhos modernistas de 1922, herdados pelos sonhos de 1960.

E o que surgia de fato no cerrado – e em sua Capital, que é Brasília – era a emergência já terciária e desfigurada do *Homo cerratensis*, com prosódia própria, atitudes críticas específicas e o enraizado milenarismo da Nova Era.

Assim, desde já incorpora o novo Sísifo, o que eternamente carregará pedras até o topo da serra em que se oculta sua recôndita natureza: o cerrado. O reino das Oréades.

5 A palavra sertão tem etimologia próxima à de desertos, *desertonis*, no latim vulgar.

O Reino das Oréades

O grande domínio biogeográfico e vegetal do Planalto e do Centro-Oeste brasileiro é o cerrado. No período inicial do Holoceno e Pleistoceno final – entre 12 e 18 mil anos atrás –, na vigência de um clima mais árido que o atual, os cerrados parecem ter coberto a maior parte da atual floresta amazônica, recuando depois para as regiões subúmidas do Brasil Central.

Pioneiros botânicos – Warming, Ferri – advogavam a hipótese de ser o cerrado a vegetação-mater das grandes matas brasileiras: a Floresta Amazônica e a Mata Atlântica.

De fato, nada há de mais parecido com a Mata Atlântica do que as raras matas ainda existentes no Distrito Federal, insurgidas geralmente sobre afloramentos calcários repletos de grutas e inscrições indígenas, que o roceiro colonizador sempre preservou até repassarem-nos, a preço vil, aos mais perigosos destruidores de paisagens naturais de toda a região: as usinas de cimento e pó de calcário, e os agricultores de soja.

O Distrito Federal devia ter-se preservado como área de castidade ambiental, excelente negócio futuro para atrair os milhares de turistas ecológicos do próximo Século.

O Planalto Central e o Distrito Federal não são paisagens indiscriminadas de cerrado. São eminentemente diferenciadas por suas grandes altitudes: chapadões em seqüência de campos limpos, intercalados de tanto em tanto por matas ciliares ou por ravinas desnudas onde salpicam canelas d'ema, verdadeiros símbolos de resistência do Planalto.

As canelas d'ema, da família das velosiáceas, foram assim designadas por Saint-Hilaire em homenagem ao padre Veloso, grande botânico brasileiro e que era, para nosso espanto, primo-irmão de Tiradentes, mais hábil talvez como dentista do que como revolucionário, mas autêntico símbolo da resistência da nação.

Nomes e Lugares

Nomes de lugares e regiões costumam ser resistentes a mudanças rápidas, a menos que, quase em catarse, o povo decida rebatizá-los a partir de fatos novos, como, por exemplo, o surgimento de uma cidade.

Lugar novo como é Brasília, nome aceito pela universalidade dos povos, sem contestações externas ou internas, com enorme significado arquetípico, Brasília vem a ser o feminino genérico para Brasil.

No mais, o aparecimento e o desaparecimento de nomes parece-nos ser, em geral, um processo lento, envolvendo muitas gerações humanas. Há exceções diversas que demandam estudos de semiologia e do imaginário histórico, o que exigiria uma pesquisa paralela àquela que nos propusemos.

Em quarentões anos de vida no Planalto, assistimos, por exemplo, a dois centenários córregos do Quilombo serem chamados hoje, pelos roceiros mais humildes, por córrego dos Crioulos. É que a palavra africana quilombo confundem-na com “quilômetro”: os moradores daqueles córregos viveriam de “quilômetro em quilômetro”. Sabem que lá viveram uns crioulos, mistura



12/13. Canela D'ema
Vellozia flavicans Martius, foto F. Soudant.

de pretos e brancos, que nem mais lá existem. Mas lembram-se de diversos parentes que se casaram com a gente dos córregos. E juram que o primeiro homem negro que viram foi um chegado da Bahia, já ao tempo de Brasília. Vá entender-se o historiador com uma tal Babilônia de discursos históricos!

Dessa forma, as denominações geográficas africanas, na região, além de pouquíssimas – como Caxambu, Quilombo, Cafuringa e Cafundó – desaparecem rapidamente pelo desuso. E seria ainda mais rápido se não os conservassem os mapas feitos e refeitos pelas elites técnicas e que só se renovam também a cada geração, a cada grande projeto cartográfico.

Pelo que conhecemos da matéria, convencemo-nos porém que os nomes geográficos são objeto de uma arqueologia dos nomes e isso, não em seu mero sentido etimológico, mas em sua acepção de tempo histórico ambiental.

Suponhamos então, para simples efeito de ilustração, que a toponímia do Distrito Federal constitua um sítio arqueológico onde a escavação não contenha objetos e sim nomes e situações geográficas, em meio ao entulho degradado, quase irreconhecível, da história da mãe-Terra às voltas com a filha humanidade, um amor conflituoso, feito de cinzas do cotidiano.

Lá no fundo da escavação, há de existir, no extrato mais antigo, o nome mais remoto. Rio Paracatu, por exemplo, do tupi *rio bom*, de navegação boa, assim chamado (pelo menos desde os primeiros anos dos Seiscentos) por essa verdadeira maloca ambulante de índios e mestiços que chamamos de bandeira, corsários dos sertões.

Subindo o Paracatu, logo damos com seu maior afluente, o já chamado Iuna, que na estratigrafia de nosso sítio etimológico, um século depois, traduzia-se, nos primeiros roteiros das minas dos Goiazes, pelo que sempre quis dizer: *rio preto*. A cor da água, ou a cor do fundo do leito deram o nome do curso: rio Preto. Uma qualificação geográfica precisa no deserto de nomes do sertão.

Na década de 1920, alguma alma nativista e tupinóloga – nós brasileiros, após exterminados os índios, lembramo-nos deles liricamente – sugeriu batizar o incipiente povoado de Capim Branco com o nome de Unai, em que transparece a metamorfose do velho rio Iuna no nome da vizinha cidade. No extrato superficial de nosso sítio etimológico acabou surgindo resquício da raiz imemorial.

E com o Iuna, rio Preto, já estamos em plena fronteira leste do Distrito Federal.

Vamos entrar por ele adentro em um dos sacrários de Pindorama – o país das palmeiras, segundo uns; o país das maravilhas, conforme outros – denominação pela qual os índios chamariam o Brasil, numa duvidosa versão romântica emitida por Couto Magalhães.

Não querem dizer os nomes tupis que aqui vivessem índios dessa etnia. Ao contrário, as etnias planaltinas são dos Macro-Jê. O Tupi aparece como intruso, fugido da colonização portuguesa do litoral. Parece que índio algum vivia em permanência nestas chapadas do Distrito Federal, frias demais para as condições dos povos indígenas nus. Os restos arqueológicos pesquisados no Distrito Federal são ainda raros e parecem referir-se, em sua maior parte, a acampamentos de caça e a pequenas roças. Povo nu, o índio preferia regiões quentes e baixas, o que não é o caso do planalto brasileiro de altitude.

Mesmo assim, tome-se aí, Distrito Federal afora, de córregos e ribeirões, com os nomes de Tamanduá, Jibóia, Jacaré, Sucuri, de Mogi, a cobra – todos comestíveis – e de outros menos palatáveis, como a Onça e o Guará, lobão campeiro que emprestou seu nome ao bairro do Guará.

No mapa do Distrito Federal toda essa fauna nomeada mostra sua locação ecossistêmica, de um extremo a outro do Quadrilátero. Sentimos falta apenas de denominações lembrando bandos de emas, seriemas e veados, tão favorecidos nas regiões de chapadas, exceção feita à Estação Florestal Cabeça do Veado e ao Recanto das Emas.

Não os encontramos nem na documentação antiga, nem na toponímia moderna. No entanto, logo ao norte do Distrito Federal, temos a chapada dos Veadeiros, lembrando no nome os caçadores de veados, e logo ali, no nome antigo de Formosa, *Couros*, o mercado que vendia os



14. Fauna do cerrado, por Rômulo Andrade

couros dos cervídeos dos Veadeiros, do gado do Vão do Paranã e das chapadas do Distrito Federal.

Mais nomes do que os da fauna são os nomes tupis do reino da deusa Flora: Taquari, Taquara, Taboca, todos do gênero *Bambusa*, utilíssimos na construção de ranchos e casas e como madeira leve para cestarias e cercadura de mangueiros de porcos, galinhas e bezerros. De grande utilidade, tanto para o indígena quanto para o colonizador.

Os córregos onde existem palmeiras também são abundantemente nomeados pela utilidade: Buriti, de que se faz doce; Indaiá, de que se faz a cobertura de ranchos; e a guariroba que, no Século XVIII, considerava-se como de grande valor medicinal e que até hoje não falta no passado da mesa goiana.

Passam de 80 as denominações referentes a Buriti, Buritizal, Buritizinho; e Guariroba é um bairro da cidade-satélite de Ceilândia.

No capítulo botânico, há córregos e regiões ditos do Jatobá, em homenagem à frondosa árvore; da Pindaíba – cuja tradução literal é *vara de anzol* – e dois ou três ribeirões chamados Samambaia. Ao que sabemos, alguns índios e o povo de Ouro Preto comem samambaias. Mas há métodos certos de prepará-las para que não resultem em produto tóxico, a exemplo da mandioca brava. E temos aí que esse gênero de avencas tornou-se uma gigantesca satélite de Brasília. Uma curiosidade: o colonizador do Século XVIII nunca soube grafar corretamente esse nome: algumas vezes é samambaia, outras *samamaia*, outras ainda *sadambaia*, o que, no mínimo, denota pouca familiaridade com o vegetal.

Está aí o Distrito Federal: todo ele palatável e útil, bem ao gosto indígena e sertanejo. Sua toponímia come-se, veste-se, emprega-se em ranchos e utilidades doméstica e, antes de mais nada, constrói um vasto discurso ecossistêmico nas raízes da história. Pura matéria de Eco-História.

Toponímia Indígena

Ao que vem pesquisando Darell Posey com os Caiapó do Pará, deteriam esses índios – sequer designados como horticultores – cerca de 50 plantios supervisionados de espécies medicinais, alimentícias e florísticas do cerrado que, sistematicamente, geração atrás de geração, plantam na pré-Amazônia. Há sugestões de outros antropólogos de que Pindorama, o país das palmeiras, a mais útil das árvores, tanto pelo palmito, quanto pela palha, pelo caule transformável em fibras e cordame, tem sua origem multissecular na ação de um índio semeador das *palmáceas*,⁶ visando, através dos tempos, a obtenção de uma flora útil ao seu cotidiano.

A hipótese por si só entalha novo paradigma para a abordagem eco-histórica, que é o da ação antrópica presente nas características do meio ambiente, desde o surgimento das primeiras sociedades.

E há o capítulo geológico e mineralógico. No Distrito Federal há os dois exemplos notáveis dos ribeirões do Ouro e Taguatinga.

A denominação córrego do Ouro explica-se por si só: moradores do local disseram-nos ser comum por ali aparecerem garimpeiros com suas bateias.

E temos Taguatinga, significando literalmente tauá, barro, e *tinga*, branco. E eis a cidade de Taguatinga, Barro Branco, por conta dos depósitos argilosos de cor branca que de fato existem por toda a região. Parece mesmo tratar-se de um barro comestível, também usado na cerâmica e na caiação de casas.

Há finalmente dois nomes extremamente controversos na geografia do Distrito Federal: os de Paranoá e Pipiripau.

O rio Pipiripau é o mais alto afluente do rio São Bartolomeu que, por sua vez, é o principal rio do Distrito Federal. Segundo mestre Bernardo Élis, cursado em tupinologia, e a quem recorreremos por diversas vezes ao escrever este capítulo, *pipiripau* significaria «*rio raso e cheio de pedras no meio*».

Eis que, além de rio, é uma verdadeira placa de sinalização no sertão deserto, com a discriminação de suas características, razão porque cremos ser toponímia surgida com as bandeiras primitivas do Século XVII, a exemplo das denominações de Paracatu e rio Preto. O cineasta Geraldo Moraes andou por lá fazendo locações e disse-nos que a denominação indígena acorda com o que viu. Gelmires Reis e Evangelino Meireles, no precioso *Almanach de S. Luzia* para 1920, dão-nos outra versão para Pipiripau: “caminhos das ilhas dos juncos”, estranha variação em torno do tema.

Parece a Bernardo Élis serem raríssimos os nomes macrojês sobreviventes à conquista dos mestiços paulistas bilíngües. Na cidade falavam os paulistas um horrível português; e nas expedições ao sertão um detestável *nhengatu* – língua velha – já naquela época, de que resultaram o português caipira de uso geral no sertão, e o tupi paulista, também caipira, corruptela da língua normatizada pelos jesuítas com o concurso dos Tupi-Guarani do litoral.

Há então o caso culminante do Paranoá, rio desse nome aos pés do Plano Piloto, que empresta seu nome para o Lago de Brasília e para mais uma dúzia de denominações, desde uma torrefação de café até uma loja pioneira de roupas e outra de implementos agrícolas. Grafava-se antigamente, nome certamente derivado do *nhengatu* caipira, por *parnaguá* e até onde vai nosso escasso tupinismo, teria o mesmo sentido, etimologicamente mais completo, de *paranaguá*, vale dizer rio largo, rio espraiado.

A descrição cabe como uma luva ao que a Expedição Cruls sobre ele levanta: «*um rio raso e largo, com 20 metros de lâmina d'água.*» E com enormes áreas de inundação nas chuvas rigorosas, o que sugeriu a Glaziou, membro da Expedição de 1892, identificar por ali um

6 É bem verdade que na Europa só há uma palmácea nativa, com cerca de meio metro de altura; na África contam-se umas 250; e no Brasil – Pindorama – mais de 1.200.



15. *Cerratenses*, por Rui Faquini, década de 1970.

antigo, lago do Terciário. E finalmente, aos construtores de Brasília, a idéia de refazê-lo, como de fato fizeram-no.

Já apontávamos acima: essas denominações tupi-guaranis não implicam necessariamente em povoações indígenas no Distrito Federal.

Pelos relatos históricos, a região do Distrito Federal configura-se como território de caça e pequena agricultura de antigos grupos Macro-Jê. E ponto de contato de suas *sub-etnias*: os Caiapó, senhores do vale do Corumbá, ao Sul; e os Acroá ou Acwa, ao Norte, a que julgamos pertencerem à extinta nação dos Crixá e Acroá, assim como os atuais Xavante, Xerente e Xacriabá. Os índios Goiá, parece, foram grande nação, ocupando Minas e Goiás no século XVII, foram totalmente exterminados pelos Caiapó antes da Conquista. O Anhanguera filho encontrou apenas uma centena deles em 1726, aos quais protegia, instalados na sua fazenda da Barra. Os Caiapó parece que tinham seu núcleo tribal no Maranhão, onde eram aliados dos franceses que fundaram São Luís, informa-nos Diogo de Vasconcelos.

E seguramente vieram desde o litoral e desde o vale do São Francisco, as migrações dos Tupi-Guarani, acelerando-se ao tempo da conquista branca.

Há casos extravagantes – observados em outro capítulo – dessa retirada dos Tupi do litoral em busca de refúgio no Brasil Central. Desde 1600 um grupo Tamoio expulso do Rio de Janeiro, veio esconder-se na zona fronteira entre Goiás e Piauí. Pela época, se não antes, também expulsos do Rio de Janeiro, os Tapirapé conseguiram instalar-se no Araguaia, disputando espaço a cotoveladas com os Macro-Jê Carajá. Até do Espírito Santo, os Temiminó, de língua geral, foram refugiar-se ao norte do Distrito Federal, na região do Paraná.

Uma verdadeira Babilônia de gentes e conflitos potenciais, vindos desde as mais remotas origens do homem nas Américas, a contrapor-se a um tipo de história do Distrito Federal que só parece iniciar-se com Brasília.

Se bem conhecemos o ânimo dos índios Jê – como os Xavante e Caiapó –, o Distrito Federal, como território de caça, coleta e agricultura, pode ter sido objeto de conflito em princípios do Século XVIII, quando da chegada dos mineradores paulistas e portugueses.

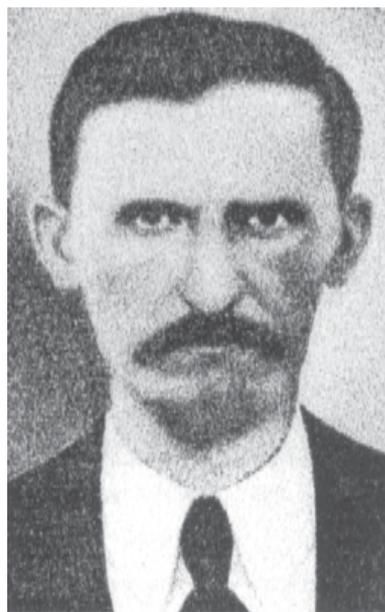
Ao considerarmos todo o conjunto regional, no entanto, as denominações indígenas do Distrito Federal são poucas se comparadas ao complexo nordestino, onde em alguns lugares excedem 50 por cento da toponímia. E pouquíssimas se comparadas à Amazônia, com regiões superando 80 por cento das localizações com nomes indígenas.

O Cerrado visto pelo Colonizador

Já vimos, através da toponímia, o Distrito Federal indígena, mas ignorávamos que já se houvesse elaborado, em fins do Século XIX, uma taxonomia do cerrado pelo colonizador, como a relatada num manuscrito do notável Joseph de Mello Álvares, descoberto pelo autor no Arquivo Histórico de Goiânia.

Joseph de Mello Álvares – o conhecido Zé de Mello, que a gente da antiga Luziânia achava ser auxiliado pelo *Romãozinho*, o *Diabo*, o *Capeta*, pela sua versatilidade como político, farmacêutico, médico, advogado, fazendeiro e escritor – foi o grande autodidata do Planalto em fins do Século XIX, seu primeiro pesquisador científico, a grande árvore sob a qual Gelmires Reis e Evangelino Meireles tiveram guarida.

A taxonomia do Planalto empreendida por Joseph de Mello – provavelmente em 1886, portanto oito anos antes da publicação do Relatório Cruls – revela-nos o



16. Joseph de Mello Álvares (1837 – 1912).



17. Gato do mato, por Rômulo Andrade.

profundo telurismo, senso de observação geomorfológico, florístico e botânico desse autodidata, em muitos casos superior aos botânicos da Comissão Cruis, exceto talvez nos arroubos de paixão do Dr. Glaziou pelo Planalto.

Dizia Joseph de Mello: ...«*As terras deste município têm um aspecto animado, alegre, pitoresco e encantador... Seu solo que é composto de platôs, chapadas, serras, serrotes, colinas, cordilheiras e vales, acha-se coberto de rios, ribeirões, córregos, fontes, lagos; florestas, caatingas, carrasquinhos, capões, charnecas, campinas, buritizais e lavras de ouro...*»

Eis que em um único parágrafo, enumera sete tipos geomorfológicos da região, cinco padrões hidrográficos e sete fisionomias de vegetação, sem esquecer algo que já se incorporara à paisagem “natural”, ocupando as margens de alguns ribeirões auríferos: as lavras de ouro do Século anterior, mostrando suas feridas cobertas de líquens e quaresmeiras. São de fato bonitas, instigantes, misteriosas. Paisagens plantadas pelo homem moderno, como muitas das com que convivemos diariamente, seja nas cidades, seja no campo. Tudo valerá a pena, conforme se distorça a alma e o ambiente nas desfigurações normais da História?

Deixamos para constar dos anexos deste volume as detalhadas descrições que Mello Álvares empreendeu sobre cada um daqueles ecossistemas, retendo aqui apenas as observações que nos ajudam a compreender o uso da paisagem natural pelo colonizador, exercitando portanto, mais uma vez, a ótica da eco-história.

Lembra Joseph de Mello a utilização dos platôs: ... «*formados por terrenos úmidos e arenosos, sinuosos e planos, cobertos por uma vegetação salsuginosa que, na estação seca, sendo queimada, fornece uma pastagem de primeira ordem e que na chuvosa torna-se imprestável porque fica toda salpicada de areia...*»

Com o que mais se deslumbra porém é com as chapadas: ... «*massas elevadas de saibro, pedregulho, argila vermelha ou branca, assoalhadas por um capim quase uniforme intercalado de arbustinhos... um delicioso pomar onde os homens e os animais encontram a mangaba, a corriola, a pitanga, a guabiroba, a cagaiteira, o araçá, a mama de cadela, o bacopari, o murici, o araticum, o caju, o pequi, a lobeira, diversos coquinhos e palmitos, assim como também o maracujá, essa próxima parenta da flor da paixão, que forma frescos e*

elegantes caramanchéis.» Cita Mello Álvares nada menos do que 31 chapadas nos atuais territórios de Luziânia, Distrito Federal, Santo Antônio do Descoberto e Padre Bernardo.

Seu extenso arrolamento da biota original do Planalto compreende a citação de cerca de 300 espécimes da fauna e 130 da flora, incluindo-se aí onze variedades de capins nativos. Enumerou a rede hidrográfica por bacias: foi além de 500 denominações de rios, córregos e ribeirões para essa mesma região.

Entremos na seara do colonizador em 1886, espiando o que brotava nas roças e quintais do Planalto: ...«*bananas, amendoim, gergelim, agutiguepe, beterraba, cana-de-açúcar, cará, inhame, taiova, mangarito, gengibre, curcuma, topinambos,*

mandioca, batata-doce, batata americana, erva-doce, pimenta, ervas medicinais e aromáticas, hortaliças, ervilha, lentilha, feijão, fava, arroz, trigo ...» e por aí vai. Citam-se aí plantas a bem dizer hoje desconhecidas: agutiguepe, mangarito, topinambos... Nos anexos a este livro o leitor encontrará a íntegra da inédita taxonomia de Mello Álvares. O café e o marmelo, principais artigos de exportação, tinham sido introduzidos em meados do Século XVIII. O café em 1750, pelo próprio fundador de Santa Luzia, Antônio Bueno de Azevedo; o marmelo, em 1770, pelo prócer da Luziânia do Século XVIII, o coronel João Pereira Guimarães, no afamado Engenho da Palma, como nos informa o Dr. Jesus Melo.

O comum, porém, à época do Mello Álvares, era o sistema misto de agricultura e pecuária. Pecuária bovina e cavalar, basicamente, havendo porém criações de ovelhas, cabras, porcos e aves em menor escala. Para Joseph de Mello, a pecuária *vacum* e cavalar produzia bom resultado ...«*e melhor produziria se o sal não custasse tão elevado preço...*»

De fato, o sal – seja para o gado, seja para o consumo humano – era o gênero de importação mais insubstituível e de difícil obtenção de todo o Brasil Central. Importava-se, geralmente, de São Romão, com altíssimo custo de transporte, retirado dos terrenos salinos do rio São Francisco, sal não-iodado, responsável, talvez, pela mais freqüente anomalia física das populações do passado: o bócio, aumento de volume da glândula tireóide, cujo desenvolvimento provoca palpitações, anemia, distúrbios neurológicos e que, com maior freqüência, ataca ao sexo feminino. Uma mulher com essa doença, cujo nome a história perdeu, eternizou-se na geografia do Distrito Federal: a *Papuda*, fazenda e penitenciária.



18. *Orchidea Catacetum*, por Rômulo Andrade.

Vimos com Mello Álvares que, em fins do Século XIX, havia amplo conhecimento e utilização dos recursos naturais do cerrado, por certo aprendidos do indígena, ao que se acrescenta a diversificada agropecuária introduzida com suas espécies exóticas pelo colonizador. É um cenário que ainda hoje se conserva, o dos sítios auto-suficientes, mesmo se em processo de rarefação, em diversos rincões do Planalto, verdadeiros museus vivos de uma ciência antrópica na lida racional com o delicado ecossistema do cerrado.

Não sabemos se as unidades rurais do Século XIX copiavam as do Século XVIII, se evoluíram ou involuíram em relação às mesmas.

O século XVIII é especialíssimo por refletir-se em montanhas de ouro que muito devem ter estimulado a produção agrícola e pecuária da região.

Já o Oitocentos é o do viver e produzir moderadamente, da auto-suficiência, roçando pelo subsistente, um século de enormes lentidões e vaguidões que desesperava ao industrialista Joseph de Mello Álvares e que ele próprio escarmentava: ...«*vê-se homens vigorosos dignos de melhor sorte... deitarem-se no balcão, onde, em doce ócio, mansa e pacificamente, esperam adquirir fortuna!*»

Mal sabia das mazelas do próximo século, que se esfumou na desolação de um progresso material despropositado e autofágico.



Capítulo IV

O MITO BANDEIRANTE E A ALTERIDADE INDÍGENA

*«Tempo-Rei, ó Tempo-Rei
Transformai as novas formas do viver... »
Gilberto Gil*

A questão do bandeirismo antigo, no Brasil dos anos de 1500 e 1600, forjou-se e esgotou-se por excesso de retórica e por seu uso abusivo na construção ideológica do Estado Novo e de períodos seguintes de forte expansão interna no País, a exemplo da Marcha para o Oeste.



19. índios Caiapó – o jovem Catarino e o chefe Pacaranty – expedição de Henri Coudreau ao Araguaia em 1896.

Os “bandeirantes”, heróis do imaginário nacional entre os anos 1930 e 1960, chegaram ao final do século sob o estigma do opróbrio – grandes matadores de índios, colonizadores cruéis, bandidos sanguinários – em mais uma das crises nacionais de culpa coletiva, por não se sair o país como o esperava o brasileiro médio. A ideologia de expansão interna que acompanhou a imagem do bandeirante, foi se desgastando na exata medida em que a abertura de novas fronteiras, a Oeste e a Norte, realizava-se também sem maiores soluções visíveis para as crises básicas do Século XX.

Ademais, Hollywood e a indústria cinematográfica norte-americana, a partir dos anos 1970, empreenderam radical revisão na questão indígena. O cowboy americano passou a vilão e o índio a herói ecológico – talvez pelas mesmas razões e na mesma simetria da rejeição brasileira.

Se é profundamente irônica essa ressurreição do indígena rousseauiano – justo quando de quase todo se extinguiu – não menos desinteligente se revelaria o abandono, pelo estigma, da história da colonização européia nas Américas.

Conquistas Precárias

A primeira colonização aqui foi aquática.¹ O português, no Século XVI, era nauta por excelência. Aonde desse calado um bote, lá chegava, muitas vezes, munido de bússola e sextante.

O primeiro mapa conhecido do Brasil, o da biblioteca Estense de Módena, 1502, mostra entre árvores e papagaios, as marcações dos rios Amazonas e São Francisco. Outro, de 1519, da Biblioteca Nacional de Paris, mostra também o estuário do Prata e inacreditáveis 150 denominações geográficas no Brasil.

Três, quatro homens, a canoa leve, nada mais é necessário, comendo-se peixe e alguma caça, para cruzar-se em um ano o país todo, pulando entre suas bacias hidrográficas.

A questão do “conhecimento”, da primazia de “quem chegou aonde”, não pode portanto colocar-se terminantemente na história do Brasil. Por hipótese, qualquer português embarcado no São Francisco, no Prata ou no Amazonas, pode ter chegado a qualquer desses mesmos destinos sem maiores impossibilidades potamográficas, a não ser uns “varadouros” entre bacias, geralmente pouco extensos. Vistos os primeiros mapas do Brasil, a probabilidade de que isto tenha ocorrido é bastante grande.

Já pelos meados dos anos 1500 nem mais é reinol o grosso dos contingentes sertanistas. São brasileiros, mestiços de branco e índio, amamentados e crescidos na taba, falando a língua geral até dar ingresso em algum colégio da Companhia de Jesus, em São Paulo, em Salvador, em Vitória... Exceto alguns núcleos litorâneos, a ocupação do Brasil é obra eminentemente dos brasileiros e não dos portugueses, apesar do estatuto administrativo.

Só pelo profundo conhecimento da alma indígena compreende-se que um mestiço como André Fernandes ousasse, com seus 30 homens, tentar o seqüestro de 3 mil índios no Araguaia. Pela força não seria. Antes a lábia, a presunção, com motivos inimagináveis.

Esse conquistador é geralmente um guerreiro. Seus objetivos são, a um só tempo, fixos e aleatórios: descobrir minas, escravizar índios, caçar, bestar pelo mundo incógnito.

Sua expedição deve ser proporcional aos objetivos. Seu aparato de conquistas comporta, pelo grande número de pessoas envolvidas, ao menos uma ronda de gente guerreira brava e outra de domésticos, de trabalhadores para o alimento, para o acampamento e uma fração de investigadores – às vezes até engenheiros de minas –, tudo no empenho de obter riquezas, ou pela persuasão ou pela força. De preferência, é lógico, a persuasão.

A bandeira do Século XVI, nome geralmente impróprio, é o equivalente a uma companhia: uns cem homens de guerra e o dobro ou o triplo de serventuários na prestação de serviços gerais.

1 A liberdade com que tratamos os assuntos aqui expostos deve-se, quase exclusivamente, à seriedade e à competência com que três pesquisadores obsessivos, de grande capacidade e verazes lidaram anteriormente com a matéria. Primeiro, o mais velho, Francisco de Assis Carvalho Franco, em seu **Dicionário de Bandeiras e Sertanistas do Brasil**, de 1954. E do mesmo autor, **Os Companheiros de D. Francisco de Souza**, de 1929. Em seguida, Manoel Rodrigues Ferreira, indubitavelmente o maior pesquisador sobre as bandeiras paulistas do Oeste e ao qual devemos creditar, além do instigante **O Mistério do Ouro dos Martírios**, o formidável **Bandeiras do Paraupava**, de 1977, que confirma, de maneira notável, teses do primeiro livro. Em terceiro, utilizei-me bastante do livro do professor Antônio Teodoro da Silva Neiva, **Introdução à Antropologia Goiana**, vol. 1, 1986, como memento de inúmeras fontes publicadas sobre as bandeiras paulistas ocidentais. O livro é perfeito em matéria de citações e de vasta erudição. A menos que haja questão muito controversa, não distinguimos, no presente trabalho, os três autores: as abordagens dos temas que tratam são muito conexas e próximas. E quando porventura divergem, são inconciliáveis. Comentá-las todas seria incorrer no erro sedutor do professor Neiva e de seu livro de 500 páginas. A matéria toda, aliás, pelo decurso de 400 anos, pela carência de documentação seguida, é muito fluida, muito esgarçada. Assim, tudo o que está escrito sobre bandeiras neste livro tem algum ponto de referência nesses três autores. Ao se tratar de um ponto de vista meu, sem qualquer vínculo com a opinião dos autores, o texto deixará claro esta autonomia. Finalmente, quanto à arqueologia indígena, consultamos pessoalmente o professor Altair Salles Barbosa, o mais competente pesquisador que temos na matéria. Esperamos que nos perdoe algumas imprecisões sobre assuntos específicos que com ele tratamos, já publicados em artigos diversos.

O nome “bandeira” provem da mesma bandeira – flâmula ou estandarte – que essa tropa carregava, insígnia de brasão de armas ou da coroa real, que por velha tradição das guerras européias transportou-se ao Brasil.

Muitas tinham regimento oficial determinando seus comandantes, os poderes de que dispunham, os objetivos a que se propunham etc... Mas raras foram essas bandeiras regimentadas e muitíssimo mais comuns foram as de caráter informal, às quais se deu o nome de “entradas”.

Às vezes foram formidáveis corpos expedicionários, com mais de 800 homens, às vezes uma família de 10 membros e é a tudo isso – sobretudo à variedade dessas expressões históricas – que este capítulo se dedica.

O Cerrado Indômito

Sobreviver antigamente nos cerrados, as assim chamadas savanas do interior brasileiro, era um exercício da arte ecossistêmica.

Em regiões de chapadas de campo limpo, como em Brasília e na chapada dos Veadeiros, há 500 anos atrás, constituía a fauna grandes manadas de veados, lobos-guará e outros quadrúpedes que se adaptam mal coletivamente a ambientes de mata. A lembrança permaneceu em nomes regionais: como em Guará, no Distrito Federal – o lobão alto, quase um cachorro – e em Veadeiros, Goiás – o antílope campeiro desses campos de altitude.

Ou em sua destinação lúgubre, como no nome antigo de Formosa: Couros, as embalagens do passado.

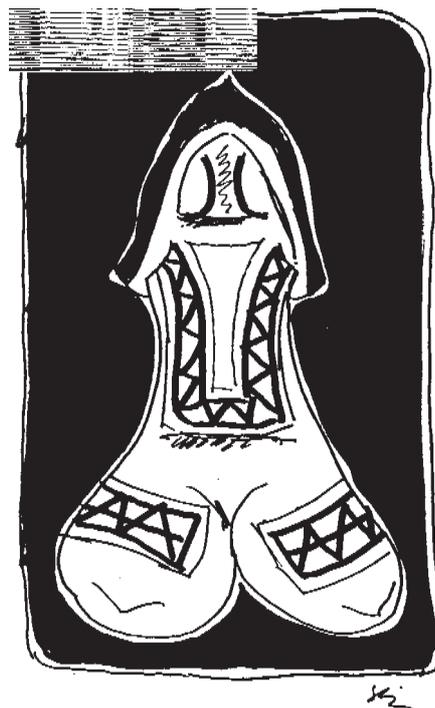
Caçá-los, apostando em corridas ou em “esperas” nos bebedouros d’água era uma arte tanto para o bosquímano da savana africana, quanto para o mongol da estepe siberiana, quanto para o Jê do cerrado brasileiro. São – junto aos aborígenes da Austrália – os povos antigos das savanas do Planeta Géia, sociedades especiais na Eco-História da humanidade.

Raros, em todas as savanas, são os vestígios arqueológicos. Nos descampados, os ventos, as chuvas torrenciais e o sol arrasam rapidamente com os vestígios humanos.

Explica-se com facilidade: um animal arisco como o veado campeiro só pode ser abatido por flechas de caniço. Ou com a borduna de madeira, dura e pesada, quando no bebedouro da mata. Daí terem-se denominado os Jê da região também por “caceteiros”, habilíssimos na quebra de crânios do colonizador. Os Jê, como os outros savaneiros mongóis, bosquímanos e australianos – os povos das savanas – eram fundamentalmente caçadores, de cultura guerreira portanto. Quem sabe bem abater um animal sabe melhor ainda abater um homem. E não deixam vestígios. As armas são de madeira, perecíveis.

No cerne de sua cultura – embora praticassem pequena agricultura desde o ano 1000 – predispunham-se ao nomadismo.

Lembre-mos do exemplo dos mongóis de Gengis-Khan e de sua expansão na Ásia depois da adstração do cavalo. A China, talvez o mais antigo império à época, sobrevivente no formato às velhíssimas civilizações do Egito e Assíria, rendeu-se, em pouco tempo, a essa nação inculta e bárbara de gente da savana.



20. Boneca Carajá,
por Élder Rocha Lima, 1993.

De fato, freqüentemente, é o ecossistema que molda o caráter de uma cultura. Entre nós, o mongol cavaleiro chamou-se Guaicuru, nação que por pouco não inviabiliza a conquista de Mato Grosso no Século XVIII. Ao tempo da guerra do Paraguai, o Império pediu-lhes cavalos e por fim constituiu-os em batalhões de cavalaria. Como prêmio, ganharam as terras de Bodoquena, onde vivem seus sucessores Kadiwéu.

Neste reino dos cerrados é que se houveram, desde 1589, os índios Jê e os conquistadores paulistas.

Alteridade Indígena

Face ao invasor havia, no Planalto Central, essa raça indígena forte, aguerrida e, desde muito antigamente, senhora dos cerrados brasileiros: os grupos Jê, vulgarizados na literatura do Século XIX como os Ubirajara, os Timbira. Os famosos Tapuia, em contraposição aos Tupi do litoral.

Desde o Piauí, Maranhão e o Pará (Timbira e Caiapó) estendia-se a coluna vertebral dos Jê por São Paulo, Paraná e Santa Catarina (Caingangue, Botocudo), como vai bem mostrado no Mapa Etnográfico de Nimuendaju, ocupando todo o coração e as ilhas de cerrado do país.

Sob muitos aspectos um império sólido, rústico, incomunicável à língua geral e aos modos comuns mais flexíveis dos Tupi-Guarani, senhores do litoral brasileiro, os primeiros a confrontarem-se com o colonizador.

Os Jê dividiam-se em diversas nações individualizadas e, não raro, rivais entre si. Para lembrar apenas o mais antigo e impactante desses povos – do ponto de vista histórico – o primeiríssimo que nos ocorre é, sem dúvida, o Caiapó, índio que a historiografia do conquistador abomina, por sua alta capacidade de resistência e retaliação contumaz, «*o mais bárbaro e indômito de quantos produziu a América*», no dizer de João Manoel de Mello, governador de Goiás em 1760. Em expansão desde o século XVIII, teriam reduzido os índios Goiás – outrora numerosíssima nação ocupante do norte de Minas e de Goiás – a uma centena de pessoas, como vem demonstrando a documentação inédita da conquista, confirmando as antigas assertivas de Diogo de Vasconcelos.

Antigamente ocuparam todo o sul de Goiás, a partir da latitude do Distrito Federal, entrando pelo Triângulo Mineiro e Mato Grosso do Sul, onde tiveram suas principais aldeias e onde mais resistiram. Havia também os do Norte (Bilreiro) que liquidaram com a grande bandeira de Sebastião Paes de Barros (800 homens), em 1671, na confluência Araguaia-Tocantins. Talvez sejam os mesmos Caiapó depois encontrados na bacia do Xingu.

E os Carajá. Há uns mil anos, estruturaram-se no Vale do Araguaia, vivendo de pesca e caça em tal completude que, embora Macro-Jê, desenvolveram uma língua a uma cultura especialíssimas, a ponto de serem confundidos com outras etnias. Eram os Carajaúna e Carapitanguá das bandeiras seiscentistas, aos quais, em 1789, o capitão-mor Antônio Telles referia-se desprezivamente como «*moles e patifes*».

Se o famoso índio Goiás de todo não for um índio de etnia Tupi, como supomos com base na etimologia da palavra, quase certamente seria um ramo Carajá da bacia do rio Vermelho, onde todos os sítios arqueológicos já pesquisados levam a marca Carajá.

Quando da colonização aurífera no Século XVIII, desde a latitude de Brasília para o Norte, até a confluência do Araguaia, celebrizaram-se os Macro-Jê Acroá e Xacriabá. Os Xacriabá ainda existem no São Francisco mineiro. Já os Acroá ou bem estão extintos ou adquiriram denominações novas como nos “*Akué*” Xavante e Xerente. Em determinado momento, no Século XVIII, ocupavam vastas extensões do rio Tocantins, de longe o mais habitado e propício – devido ao calor das baixas altitudes de seus cerrados – à vida na natureza.

Outra nação antiga foi a Crixá ou Quirixá, Tapuia, no dizer do cronista Silva Braga (1722), vale dizer Jê. Ocuparam parte do vale do Paraná, a região de Porto Nacional, e obviamente, o vale do rio Crixás, que verte no Araguaia. Segundo uma informação de 1760, teriam emigrado para Oeste junto com índios Goiás, deles não havendo mais notícias. O governador João Manoel de Mello os considerava os donos primitivos da área goiana de mineração.

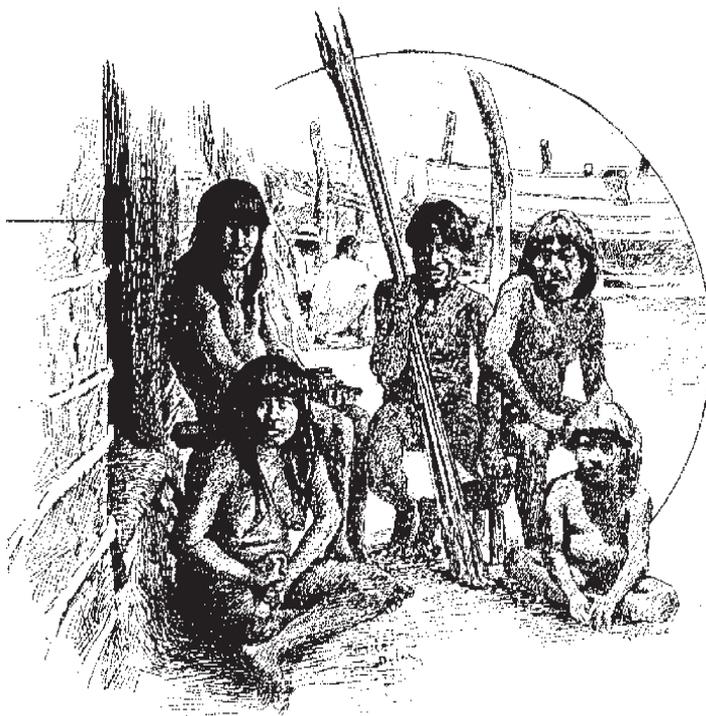
Enfim, há outros grupos Jê que só começam a ser nomeados em fins do Século XVIII: Xavante, Xerente, Apinajé. Não sabemos se já lá estavam desconhecidos, se teriam chegado mais recentemente, ou até mesmo se não eram denominações novas de tribos mais antigas.

O mapa de Curt Nimuendaju é falível nesse aspecto, mesmo porque não se pretendeu a tal exegese.

As Ilhas Tupi

Ao cabo de um século de guerras no litoral, a conquista portuguesa, por volta de 1600, empurrara Tupi contra Tupi. Algumas tribos dessa etnia – aquelas mais debilitadas pelas contendas ou ainda as mais pacíficas – foram buscar refúgio no interior profundo do país, deparando-se, na subida ao Planalto Central, em pleno reino dos Cerrados, com os Macro-Jê imperantes.

Algumas nações Tupi importantes, como os Amoipira, Tupinãe e Tabajara assenhorearam-se do médio São Francisco em data que se desconhece, todavia, anterior a 1587.



21. Grupo Carajá, expedição Coudreau ao Araguaia, em 1896.

Um contingente menor de Tupi alcançou também a Serra Geral de Goiás, defrontando-se ali com nações Jê. Eram Aricobé e Tupinambá, a que podemos acrescentar, por força desta pesquisa, os Temiminó do rio Paranã.

De fato, segundo o professor Altair Barbosa, pesquisas arqueológicas na Serra Geral de Goiás têm indicado a presença – com datações de 300-400 anos – de artefatos de tradição Tupi, próximos a sítios de tradição Jê.

Altamente ilustrativo desse estado de coisas dos Tupi refugiados é o caso dos Temiminó do rio Paranã. Os índios Temiminó, ou fração deles, tinham sido aldeados, em 1555, pelos jesuítas, no Espírito Santo. Deviam estender-se nos tempos remotos terra adentro até o São Francisco, em consequência de conflitos com os Tamoio da costa, de quem eram inimigos. Em anos seguintes, registra-se o grupo Temiminó no Espírito Santo, onde sempre o cita a historiografia clássica, e outro grupo originariamente da mesma nação, no rio Itinga – Paranatinga, rio das águas brancas –, atual denominação do curso superior do rio Paranã, em Goiás, e que talvez à época o compreendesse todo. Por volta de 1613, acossados por sucessivas bandeiras paulistas às cabeceiras do Tocantins, imigraram para o rio Preto, afluente do São Francisco nos confins do Piauí. Mesmo destino aliás de um grupo de Tamoio do Rio de Janeiro, tudo conforme o relato do padre Antônio Araújo, em 1622.



22. Índio Xerente, por William John Burchell, viajante inglês, rio Tocantins, 1828.

Quando ainda no Paranã, em 1602, os Temiminó foram assaltados por uma vanguarda da bandeira de Nicolau Barreto, como se depreende de uma carta do padre jesuíta Justo Mancilla Vam Surck ao geral da Companhia de Jesus. Dizia ali o bom padre o quanto assombrou-se com a notícia referente à bandeira de Barreto «*que en el año de 1602... com capa de buscar minas, llevo en su companhia 270 portugueses y 3 clérigos... (dos quais)... unos 40 dellos dieron por aquellos montes con unos Índios Cristianos, que embiados de los padres de La Villa Rica de Espírito Santo, aviam ydo à buscar sus parientes y traerlos para nuestras aldeias, y con efeto llevavan ia para ellas unas 700 almas... pero estes portugueses los tomaram a todos, aunque estos índios Cristianos les deciam que nuestros Padres les aviam embiado, y que alli cerca avia otros muchos infieles que llevar, etc. Y para que estos christianos después de sueltos non se quexassem, los ahorcaran, negandoles confession que pedian, aviendo entre ellos um clerigo que los podia confessar...*»²

Eis o tempo e os métodos vigentes no Planalto há quatro séculos... Mas se há violência na guerra de Conquista, o que mais domina é a mortandade por doenças a que não resistiu a imunologia indígena – como entre os Acroá tocantinenses. Sucumbiram as culturas indígenas – obsoletas diante das formas mais eficazes de estruturação do mundo ocidental – mas através da

2 Taunay, in **História Geral das Bandeiras Paulistas**. tomo I, op. cit.

grande Mãe Índia do Brasil, do rapto e fecundação da índia pelo branco e pelo africano, exatamente pela fórmula com que se constituiu Roma e o Império Romano, perpetuou-se a genética indígena nos brasileiros. Hoje excedem a cem milhões os portadores de alguma genética indígena, o que pode ser observado, com certo treino, nas fisionomias e estrutura corporal dos brasileiros de qualquer lugar do país, especialmente aqueles do norte-nordeste, onde foram grandes as populações nativas originais.

Os avanços da interpretação dos códigos genéticos reservarão surpresas quanto ao povoamento primitivo das Américas, pedindo revisão das atuais versões. Houve povos outros, anteriores aos indígenas atuais de raça mongol, mostram pesquisas recentes.



Capítulo V

O MITO DO LAGO DOURADO

Retrocedamos ao ano de 1591¹. Desde a Bahia, assumia o sétimo governador geral do Brasil, D. Francisco de Souza, fidalgo de grandes relações na Corte, português nobre, da Casa dos Condes do Prado e de Beringel, e antigo companheiro do rei D. Sebastião na desastrosa jornada africana de Alcáçer-Quibir.

Figura notável, inspirada no figurino aventureiro dos anos 1500, que produzira, aos olhos da Renascença, quantidade significativa de gente tão bem preparada, mas ainda alucinada, a exemplo de um Vasco da Gama, de Américo Vespúcio, do próprio Cristóvão Colombo.

No dizer de um seu contemporâneo, era D. Francisco de Souza – apelidado pelos inimigos por D. Francisco das Manhas – «*cavaleiro de grandes prendas, grande soldado, grandemente liberal e cortesão.*»

Na Europa, conhece D. Francisco ao senhor de engenho da Bahia, Gabriel Soares de Souza, autor de um formidável estudo sobre o Brasil da época, o **Tratado Descritivo do Brasil**, de 1587. Soares de Souza conta-lhe de diversos rumores vindos do vasto desconhecido interior do país sobre enormes riquezas minerais em ouro e prata, superiores talvez, supunha, às do México e do Peru.

Era Sabarabuçu. O sol da Terra dos indígenas, que dela deram notícia ao governador Tomé de Souza em 1549. A Serra Resplandecente, imaginada pelo português quinhentista como uma montanha de ouro perdida no interior profundo do Brasil, coroada por uma crista rochosa de esmeraldas, talvez às cabeceiras do rio de São Francisco, já então bastante conhecido até o sertão baiano. D. Francisco envia Gabriel Soares à sua busca, na qual este falece no seguinte ano de 1592.

Já haviam chegado ao Brasil, a esta altura dos acontecimentos, notícias do Peru dando conta do celeberrimo *Eldorado*, reino incógnito nos confins da região amazônica, onde o cacique habitava em casas com telhado dourado e banhava-se com corpo pintado de ouro em pó numa famosa lagoa, dita Dourada, do Ouro, ou ainda Eupana, Paitity, Xaraiés e Vupabuçu, nomes de diversas procedências, umas espanholas, outras indígenas e outras ainda portuguesas, para evocar o mesmo mito.

A lenda do *Eldorado* é mais espanhola e mais fantasiosa partindo dos Andes hispânicos do que partindo do outro lado da linha de Tordesilhas, dos domínios portugueses da Terra de Santa Cruz.

A primeira informação espanhola a respeito provém de Gonzalo Pizarro, em carta ao rei da Espanha em 1542. Pizarro, desde o Peru, atravessou os Andes e seguindo antiga estrada incaica, penetrou a floresta amazônica na altura da linha do Equador em direção ao Brasil, onde estaria a lagoa do *Eldorado* ou *Parime*, a famosíssima *Manoa*, que na língua indígena local significava, tautologicamente, “Lago”. Diversas expedições espanholas saíram à procura desse “lago Lago”, onde os derrotados incas teriam minerado ouro. Em 1596, Sir Walter Raleigh, o respeitável e conhecido explorador inglês, publica suas aventuras em busca do *Eldorado*, que ganha então renome universal.

¹ Seguimos basicamente aqui a Carvalho Franco, tanto em seu **Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil**, quanto em **Os Companheiros de D. Francisco de Souza**, como consta da bibliografia geral.

Devemos essas informações a Roland Stevenson, antropólogo visual, em recente artigo publicado.² Stevenson – que trabalha entre os Ianomami, pesquisando com o auxílio do geólogo Gert Woeltje, da Universidade do Amazonas – acha que o lago realmente existiu em uma vasta região de campo limpo existente no interior de Roraima. Seria um lago de águas salobras, desfeito por lentos fenômenos naturais há cerca de 500 anos.

Para os índios Macuxi, informa Stevenson, a região de Roraima era um grande mar e suas serras, ilhas.

De fato, a geologia do quaternário – inferno astral dos geólogos e dos arqueólogos – pode apresentar transformações muito mais rápidas do que crê nossa sapiência.

No mundo português, de aquém da linha Tordesilhas, a notícia do Lago chegou em 1549, via a indagação que fez o governador-geral Tomé de Souza aos índios. Ora, os espanhóis interrogavam índios do pé dos Andes. O governador português, índios do litoral do Atlântico.

Apesar da magnífica tese que levanta Jaime Cortesão sobre a visão telescópica geográfica dos índios brasileiros, parcialmente provada em evidências etnográficas, não há como conciliar em distâncias de 4 ou 5 mil quilômetros, informações corretas partindo de frentes tão díspares.³

O próprio Cortesão mostrou como variava em centenas de quilômetros a linha de Tordesilhas, conforme fosse o cartógrafo ou bem espanhol ou bem português, corrigindo-a conforme os interesses políticos de cada reino.

A cartografia portuguesa dos Séculos XVI e XVII é, *per se*, um enigma propositado.

Havia os mapas para consumo interno, calcados nas últimas e mais verídicas informações procedentes do ultramar; e os mapas para consumo externo das outras nações européias, ocorrendo ou bem em absolutas vacuidades inúteis – em que enormes escudos das armas de Portugal encobrem vitais informações geográficas – ou bem em erros deliberados de informação.

Porém como distinguir hoje, com certeza, uns e outros mapas?

Em volta dos principais cosmógrafos portugueses, espanhóis e italianos, certamente havia um grande esquema de espionagem e contra-espionagem, ambos geralmente ligados à corrupção numa vasta teia de interesses conflituais. Não raro da prancheta do mesmo cartógrafo dos anos 1500 e 1600 saíram mapas absolutamente divergentes, que melhor se explicam por essas pressões do que por pura e simples incongruência.⁴

No caso das duas lagoas Douradas, a procurada pelos portugueses e a buscada pelos espanhóis, há diversos fenômenos a serem considerados.

Não é verossímil – visto os costumes e modos dos anos 1500 – que alguma autoridade colonial passasse às Cortes informações provindas de fontes indígenas que não fossem confrontadas com um certo número de depoimentos concordantes. Ora, estas, tanto a partir da Bahia quanto de S. Paulo, apontavam um grande lago nas nascentes comuns ao São Francisco, Prata e Tocantins.

Dali também, segundo alguns cartógrafos, vertiam alguns afluentes do Amazonas e, em muitas representações cartográficas de época, todas as nascentes da bacia Platina, inclusive o rio Paraguai.

O lago resumia e dava nascimento a todas as bacias hidrográficas do Brasil, que, unidas, faziam com que a Terra de Santa Cruz fosse, em verdade, face ao conhecimento quinhentista, uma ilha.⁵

2 *Leitura*, São Paulo, agosto 1992.

3 Jaime Cortesão – **História do Brasil nos Velhos Mapas**, Rio de Janeiro, Ed. Ministério das Relações Exteriores – Instituto Rio Branco, 1957.

4 *id.*

5 *ibid.*



23. *A Ilha Brasil e o Lago Dourado, dando origem às bacias brasileiras.* Por Fernão Vaz Dourado, 1570.
The Huntington Libray, San Marino, Califórnia.

São Paulo: Boca do Sertão

Era habitual, na São Paulo dos primeiros tempos, a atividade sertanista. Nem tanto como aventura, mas pelas refregas constantes, inerentes ao processo de posse e colonização, com os índios Tamoio e Tupiniquim.

A postura defensiva começa a modificar-se em 1572, com a nomeação do capitão-mor Jerônimo Leitão ao governo da Capitania. Embora acusado de tibieza e de afinar-se com a política indigenista dos jesuítas do Colégio de São Paulo, ou talvez pela continuidade de seus longos 20 anos de governo, ao tempo de Jerônimo Leitão acabam-se, sobretudo na escravidão, cerca de 30 mil índios que ameaçavam a colonização portuguesa no litoral paulista e fluminense e no entorno do Tietê paulistano. Uma de suas expedições ultrapassou a atual Capital do Paraná atingindo o famoso Guairá – nome de um cacique indígena –, ao qual, passado um século, tantas expedições paulistas escravizadoras se dirigiram.

Assim, em geral, até cerca de 1590, ocupavam-se as bandeiras paulistas com a preia de índios no vale do Tietê em São Paulo, adiantando-se no máximo as excursões até Santa Catarina. Segundo cálculos de jesuítas espanhóis, haveria no vale do Tietê nada menos do que 300 aldeias com 30 mil índios, além dos 200 mil Carijó do Vale do Paraná. Havia, portanto, muitos índios a escravizar nas proximidades de São Paulo. Ainda os havia em quantidade em princípios do Século XIX, informa Southey.

Entre 1590 e 1597, descobriu-se algum ouro, lavrado próximo a São Paulo, no morro do Jaraguá e em Vuturuna. Essas explorações foram comandadas por Afonso Sardinha, Clemente Álvares e um certo Sebastião Marinho, considerado o descobridor do ouro de Goiás.

A partir dessa época, estimulada por ótimos preços, a economia açucareira da Bahia e de Pernambuco demandou grande fluxo de mão-de-obra indígena “administrada”, a ponto de reclamar a Câmara de São Paulo, em 1601, para se arranjamem *«índios de paz ou guerra pelo muito prejuízo que a terra recebia havendo grande remessa de cativos para a Bahia»*.

Havia mais ainda, também em São Paulo, e transmitido pelos índios, o sempre eterno mito da lagoa Paraupava, ou Vupabuçu, ou Eupana, ainda Xaraiés, Dourada, do Ouro ou Paytiti, e que tinha como mito complementar o da serra de Ouro, chamada pelos índios por Sol da Terra, Sabarabuçu. Ficaria próxima à lagoa Vupabuçu ou Paraupava, nas nascentes do São Francisco, segundo as lendas bandeiristas da época.

Não era outra a visagem que, na mesma época, desde a Bahia, entretinha o governador geral D. Francisco de Souza e o cronista Gabriel Soares.

Apesar de todas as evidências contrárias que foram surgindo com as entradas paulistas, paraenses e baianas, o mito desse lago perdurou por todo o Século dos Seiscentos.

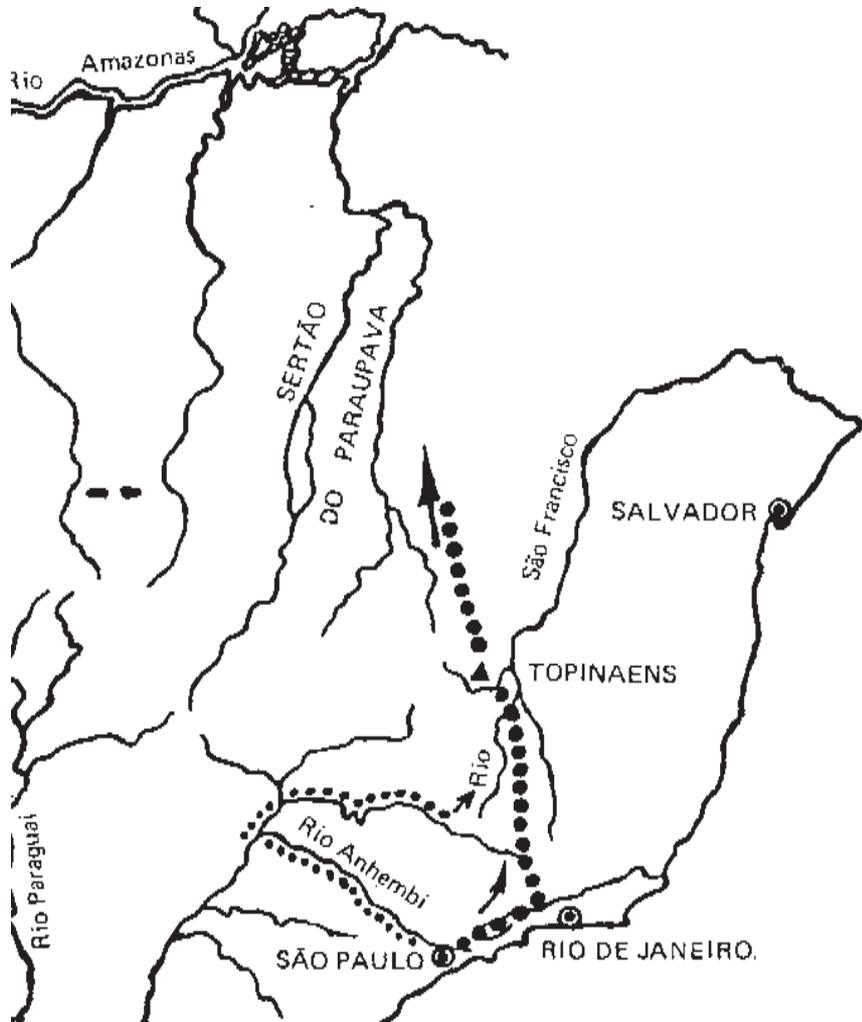
Somando-se os mitos de Paraupava e Sabarabuçu ao florescente negócio de exportação de escravos indígenas para os engenhos do Nordeste, reuniram-se tanto condições objetivas quanto subjetivas para o lançamento de diversas bandeiras de preação de índios além do vale do Tietê paulista. Em busca de riquezas minerais, basicamente, e à sua falta – o que foi regra geral – trazendo escravos índios.

A Expedição Precursora de Grou e Macedo

Em 1606, uma carta da Câmara de São Paulo ao donatário da Capitania expõe que sua força armada constava de 300 brancos e 1.500 índios aliados.

Convenhamos que era pequena tropa para o leque de entradas que se abria, a partir de 1585, com a bandeira do capitão Jerônimo Leitão aos Carijó do médio Paraná e, em 1586, pela bandeira de seu lugar-tenente Domingos Luís Grou aos índios Tupinães (ou Tupiniquim e Tapuia) do vale do rio São Francisco. Uma primeira bandeira de Domingos Grou pôs a perder a antiga aliança entre paulistas e esses Tupinães e Tupiniquim. A sede de escravização dos primeiros transformaria, de forma rápida e irascível, esse relacionamento em inimizade hedionda. Uma segunda bandeira de Domingos Grou, com 50 homens e uma jornada de quatro anos pelas cabeceiras do São Francisco e ao sertão de Paraupava (1589) foi dizimada pelos

antigos aliados em seu retomo pelo rio Tietê, ficando a vila de São Paulo assediada por três anos pelos Tupiniquim. Seria hipoteticamente, em razão de uma referência a Paraupava, a primeira bandeira a pisar o território goiano, essa de Domingos Luís Grou, morto no sertão e continuada a marcha por Antônio de Macedo, filho do famoso João Ramalho. Isso tudo entre 1589 e 1593. Domingos Luís Grou era português, mas casado com uma índia.

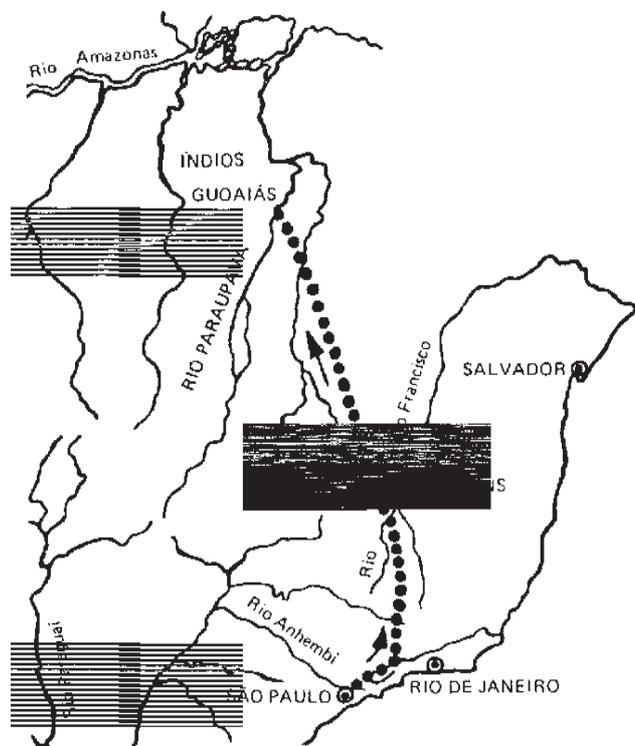


24. A bandeira pioneira de Domingos Luís Grou e Antônio Macedo (1590 – 1593), segundo Manoel Rodrigues Ferreira.

D. Francisco de Souza e o Caso Botafogo

Desde a Bahia, o governador-geral devia de estar informado dessas excursões de Jerônimo Leitão e sobretudo da investida – profunda, possivelmente fluvial – dos 50 homens comandados por Domingos Grou e Antônio Macedo, a todo um novo sistema potamográfico descoberto: o rio de São Francisco, atingido pelo sul, e também seu sucessor após as chapadas a Oeste, onde nasce o caudaloso e amazônico rio Tocantins. Tratando-se de nautas portugueses do sertão, em uma expedição de quatro anos, quando o Tratado de Tordesilhas estava, desde 1580, com a união das coroas de Portugal e Espanha, de fato suspenso, não há mesmo como sofrer a curiosidade desses navegantes do São Francisco em espiarem o que havia além das chapadas, ao sol poente. Pesando todas essas circunstâncias e as que virão em seguida, convencemo-nos que os homens de Grou e Macedo foram os primeiros a conhecer, pelo Sul, o Planalto Central do país, tese esta levantada pelo historiador paulista Manoel Rodrigues Ferreira, respaldado em farta argumentação.

Entretanto, o governador-geral D. Francisco de Souza, ainda na Bahia, devia vir acumulando – desde 1594 pelo menos – notícias de São Paulo dando conta do ouro de Jaraguá e Voturuna e das novas da expedição Grou-Macedo.



25. Expedição de João de Sousa Botafogo, continuada por Domingos Rodrigues (1596 – 1600), conforme M. R. Ferreira.

Nesse ano aparece-lhe um audacioso fidalgo do Rio de Janeiro, certo João Pereira de Souza Botafogo, que poucos anos antes cometera a façanha de aprisionar um daqueles diversos aventureiros que freqüentavam a baía da Guanabara, o francês Toussaint Gurgel, antepassado da família brasileira dos Amaral Gurgel.

Esse João Pereira de Souza era curiosa figura. Segundo Carvalho Franco, pertencia a uma família nobre do reino, perseguido, não se sabe por quê, pelo governo português. No Rio de Janeiro obteve uma sesmaria na praia e bairro de Botafogo, que teria esse nome por alcunha do nosso João Pereira de Souza, ou vice-versa, não se sabe ao certo.

D. Francisco, conhecendo-o na Bahia e vendo-lhe valor, nomeia-o capitão-mor governador da Capitania de São Vicente e São Paulo em 1595, instando-o a avançar o quanto antes no descobrimento, pelo Sul, do rio São Francisco. Duas outras expedições também partiriam, simultaneamente, rumo ao centro do país: uma do Espírito Santo e outra do Rio de Janeiro. O governador-geral tinha urgência máxima em encontrar a miragem de Sabarabuçu e despachou em companhia de Botafogo pessoas competentes de sua confiança, entre eles o prático minerador Domingos Rodrigues.

Botafogo assumiu o governo de São Paulo e, em 1596, já se fazia ao sertão da “Parnaíba”, que não seria o rio Paraíba da Mantiqueira, mas sim o “Paranaíba”, divisor hoje entre o sul de Goiás e o Triângulo Mineiro, como acredita Manoel Rodrigues Ferreira.

Estava lá Botafogo, quando aparece-lhe, em julho de 1597, em pleno ermo bravo, um oficial de justiça com uma ordem de prisão expedida por dois adjuntos que recém nomeara para representá-lo junto ao governo da Capitania de São Vicente. As causas dessa decisão judicial, ao que tudo indica, decorriam de acusações que lhe imputava Pero de Souza, donatário hereditário da capitania.

Esse episódio sempre nos pareceu de um surrealismo inusitado, matéria para ficção histórica. Há, no entanto, documentação probante. Botafogo teria assim ido a Portugal defender-se, voltando livre em 1605, para em seguida ser assassinado em São Paulo, em circunstâncias jamais esclarecidas.

Estendemo-nos no episódio para demonstrar como, ao lado da barbárie e das privações sertanejas, existia um aparelho de Estado bem como instituições civis e religiosas alertas aos acontecimentos, reduzindo os aspectos de aleatoriedade, inconseqüência ou gratuidade com que foram tratados por diversos historiadores. Isso não implica em cairmos porém pelo lado da vertente enigmática da conspiração histórica de um D. Francisco de Souza e do governismo português, pois foram tão grandes e comezinhos os erros da colonização oficial no centro do país que é dispensável comentá-los.

No caso do governador-geral Francisco de Souza, porém, é preciso vestir-lhe amplamente o figurino Quinhentista. A exemplo de Cristóvão Colombo, de Pizarro e de Cortez, havia negociado na Corte – ao meter-se na crença dos tesouros de Sabarabuçu – a promessa do título de Marquês das Minas e de sua administração plenipotenciária. D. Francisco, embora súdito fiel, era um pragmático, agia fundamentalmente em interesse de seus próprios negócios, sócio do próprio nariz. Um aventureiro, um quixote dono de sua sorte e aventura.

As Bandeiras do Governador-Geral

Com a extravagante prisão de João Pereira de Souza Botafogo, assumiu o comando da expedição, em 1597, o já citado mineralogista e fundidor Domingos Rodrigues, português membro da *entourage* de D. Francisco de Souza.

Da expedição de Domingos Rodrigues sabe-se ter trazido do sertão uma índia “Guayá” ou da “nação Guoyá”, de Paraupava, isto é, da região do rio Araguaia. De fato o famoso índio Goiás, uma quase ficção etnográfica que deu seu nome ao Estado de Goiás, ainda habitava, um século depois, a região do rio Vermelho, onde fundou-se a cidade de Goiás. A raiz semântica guayá e goyá, explica Teodoro Sampaio, vem pelo tupi “gente da mesma raça”, “parecido”, “indivíduo semelhante”. Seria portanto um grupo Tupi-Guarani no universo Jê do Brasil Central?

Entende Carvalho Franco que do Araguaia foi ter Domingos Rodrigues – ou então membros da sua expedição – à Bahia, pelo vale do São Francisco, levando amostras de minérios ao governador D. Francisco de Souza.

Seja por esse ou por outros fatos, em maio de 1599, D. Francisco já se encontra em São Paulo, próximo aos acontecimentos palpantes. O grosso da bandeira de Domingos Rodrigues levaria, porém, um ano e meio ainda para regressar a São Paulo, aonde chega em dezembro de 1600.

Sem mais esperar, D. Francisco, ainda no ano de 1599, envia ao sertão Anthony Knivet – ex-pirata inglês e criado relutante dos Correia de Sá do Rio de Janeiro – de onde volta com amostras de ouro. Rodrigues Ferreira acha ter ele atingido o São Francisco, onde já estivera em 1596.

Ato contínuo, envia em 1601 a bandeira de André de Leão ao mesmo São Francisco, em busca de Sabarabuçu, de onde retorna, depois de nove meses, sem resultados.

Sebastião Marinho e os Mineradores Paulistas

Expedição da época, embora pouco citada, é a dos Afonso Sardinha, pai e filho. Reveste-se de especial interesse pela profissão dos Sardinha, que se encontram entre os homens mais ricos de seu tempo, no ofício de minerar ouro e ferro nas lavras de pequenas mas persistentes extrações, próximas a São Paulo.

Companheiro de Afonso Sardinha (o filho) era Sebastião Marinho que, com ele descobriu, em 1592, as minas de ferro de Araçoiaba. Um famoso esboço de mapa do Século XVIII, muito rústico, descoberto por Taunay nos anos 1920, justamente registra, ao norte de Vila Boa de Goiás, a inscrição de terem ali sido descobertas minas de ouro em 1592, tempos de Felipe II, pelo mesmo Sebastião Marinho. Mais certo é que em 1598 Afonso Sardinha, com grande

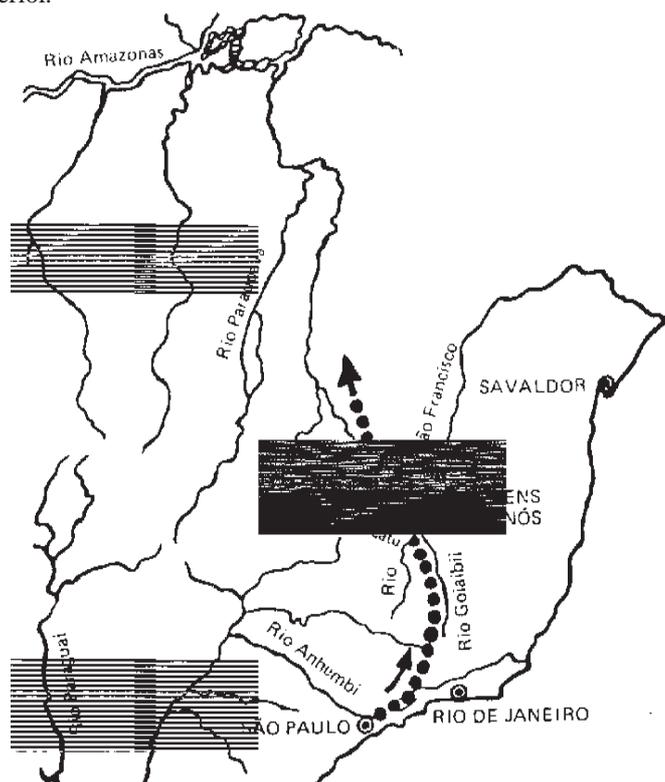
expedição, parece ter atingido territórios de Minas Gerais e de Goiás, segundo faz crer Manoel Rodrigues Ferreira.

As datas estão sobrepostas, mas é significativa essa associação entre mineradores, ainda mais que, em 1601, D. Francisco de Souza proibiu a entrada de qualquer pessoa às minas a descobrir, exceto aos dois Sardinha.

Parte então Sardinha Filho na expedição de Nicolau Barreto, que deixa São Paulo em 1602, segundo informe de Carvalho Franco. Bandeira grande, de 300 homens. Nicolau era irmão do ouvidor e capitão-mor de São Paulo. Rodrigues Ferreira, pesquisando documentos referentes, aponta o itinerário da expedição: rio Anhambí (Tietê, SP), rio Goiabi (rio das Velhas, MG), rio Paracatu – MG, já com esse nome.

Há probabilidade de terem adentrado Goiás pelo vale do Paranatinga, pertencente a um segmento da bacia do rio Paranã e onde, segundo o padre Araújo, vivia pela época um grupo de índios Temiminó, de cujo encontro com a tropa de Barreto já demos notícia. Pelos índios contatados na região do Paranatinga e do Paracatu, Temiminó e Tupiaé, convalida-se a hipótese da estada aí, tempos antes, de outras bandeiras que os conheceram, como as de Domingos Luís Grou, a de Knivet e a de André Leão. Retorna a expedição em 1604. Fora no intuito de descobrir minas de ouro e prata. Trouxera escravos índios.

Dessas bandeiras ao São Francisco e ao Paranã, D. Francisco de Souza deve ter formado alguma quixotesca convicção – apesar do fracasso material que representaram – sobre as riquezas do interior.



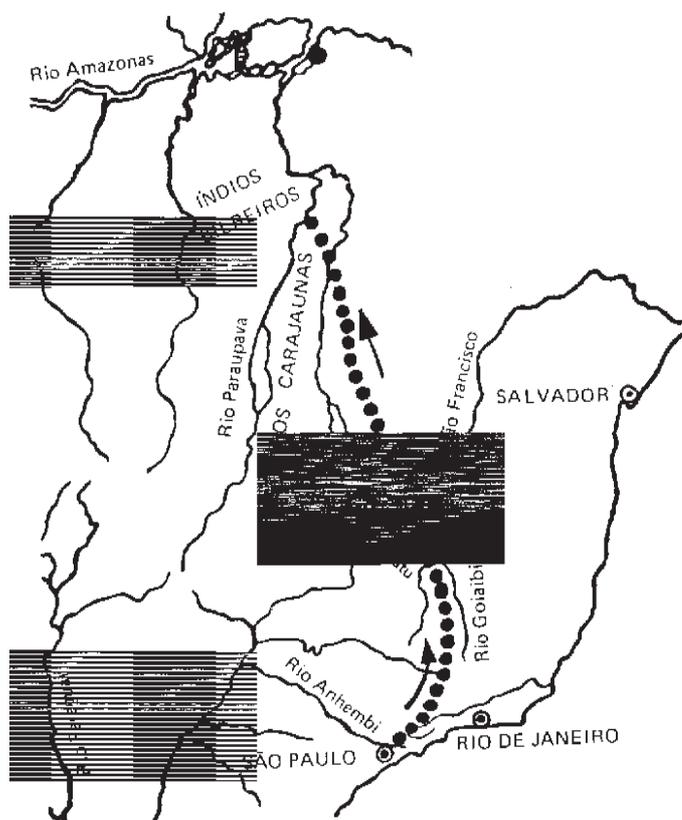
26. Bandeira de Nicolau Barreto e dos mineradores paulistas (1602 – 1604), por M. R. Ferreira.

Vencido seu mandato de governador, volta à Espanha em 1605, onde, junto ao chanceler Duque de Lerma obtém – à semelhança de Pizarro e Cortez – a promessa de um marquesado das minas a descobrirem-se nas capitanias do sul do Brasil, para o que acedeu o governo espanhol (1608) em criar no governo do país duas repartições, confiando a D. Francisco o governo de Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente. Tão grande a expectativa que fracionara-se o Governo Geral do Brasil!

Em 1609 se encontrava de volta a São Paulo.

Nesse ínterim, o provedor e administrador das minas paulistas, Diogo de Quadros, fizera seguir para o sertão Belchior Carneiro, mameluco, genro do velho Domingos Grou e participante da recém chegada bandeira de Nicolau Barreto. Belchior morreu no sertão dos índios Bilreiro – talvez Caiapó –, situados por uma informação do Pará, de 1674, como moradores da barra do Araguaia, o Paraupava dos paulistas. A expedição teve o objetivo declarado de capturar índios para o trabalho nas minas de ferro de São Paulo. Esse objetivo, em nossa opinião, é um claro indicativo da crescente desilusão reinante quanto às minas do interior do país.

Em 1608 sai de São Paulo – contrariando recente proibição real de penetrar o sertão – a bandeira de um seu vereador, Martim Rodrigues Tenório de Aguilar, espanhol. Seguramente estivera com os Carajá na ilha do Bananal e com os Bilreiro na confluência do Araguaia-Tocantins. Martim Rodrigues, que também veio antes na bandeira de Nicolau Barreto, morreu no sertão. Dilacerada, regressou a São Paulo a bandeira em 1613, permanecendo quatro anos nas brenhas goianas e são-franciscanas.



27. Itinerário de Martim Rodrigues Tenório de Aguilar (1608 – 1613), segundo M. R. Ferreira.

O retorno de D. Francisco de Souza a São Paulo, em 1609, deu-se meio ao clima pouco promissor dos resultados obtidos pelas últimas bandeiras nos sertões do Paraupava.

Empenhou-se então D. Francisco em explorar ferro em São Paulo e a enviar um Simão Álvares à procura da lendária Casa da Casca nos sertões de Caeté, em Minas, e a outro legendário Marcos de Azevedo à busca das Esmeraldas de Sabarabuçu, partindo esse do Espírito Santo.

Esvaíam-se as esperanças aventureiras de Francisco de Souza, o velho almirante e companheiro d'El Rey D. Sebastião em África, agora engolfado na quixotaria do lago Dourado do interior do Brasil.

Em busca das ilusões da lagoa Dourada e de Sabarabuçu, suas bandeiras passaram e repassaram – sem vê-las – sobre as enormes riquezas auríferas do rio das Velhas em Minas Gerais e do rio Vermelho em Goiás.

Houve, é certo, notícias vagas e amostras inconcludentes de minérios, mas as riquezas noticiadas pelos índios e sonhadas por D. Francisco permaneceriam veladas por mais um século.

Morreu o *condottieri* desiludido em São Paulo, no ano de 1611. Dizem uns que amargurado com os paulistas, dizem outros que na mais extrema miséria, faltando-lhe até mesmo vela no leito de morte.

Consolidara porém nos paulistas o ânimo de investir nos sertões centrais, como no caso que a seguir veremos da bandeira de André Fernandes. Depois estarão ausentes os paulistas do Brasil Central por quase meio século, ocupados com a escravização dos índios das missões jesuítas do sul do Brasil.⁶



6 Depois da bandeira de Pedroso de Alvarenga (1615), passam-se 47 anos sem registro documental de outras bandeiras paulistas ao Planalto Central. Americano do Brasil entende que mais atraentes fossem agora as depredações das missões jesuítas de Guaiá (atualmente, no Paraná), do Itatim (Mato Grosso do Sul) e do Tape (Rio Grande do Sul). De fato, com a invasão da Bahia pelos holandeses, em 1624, a perda para os mesmos de Pernambuco, em 1630, e sobretudo a tomada das feitorias angolanas, em 1637 (repositórios que eram da escravaria africana), o restante das regiões açucareiras do Brasil, salvas do holandês (como a Bahia, o Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo), vão alimentar-se do braço indígena seqüestrado pelos paulistas nas missões jesuítas espanholas.

Estando as coroas de Portugal e Espanha unidas de 1580 a 1640, a empreitada paulista sobre os territórios hispânicos viabilizou-se politicamente, permitindo aos piratinianos completa destruição das missões do atual sul do Brasil, contando os "maloqueiros" paulistas com a tácita complacência dos governantes e de "encomenderos" de índios sujeitos aos governos de Assunção e Buenos Aires, aos quais não agradava o esforço jesuíta em civilizar os índios que por outra forma seriam apenas escravos úteis à sociedade civil, conforme lembra esse historiador fundamental que foi Taunay.

Acrescia, além da demanda por escravos indígenas nas regiões açucareiras, as vantagens ótimas do comércio de contrabando de mercadorias do Brasil lusitano com as regiões hispânicas do Prata, irrigadas pela abundante prata do Peru.

Nossos conhecidos bandeirantes do Araguaia, como Antônio Pedroso de Alvarenga e André Fernandes – fundador da cidade de Parnaíba, onde nasceria Anhangüera –, estiveram presentes à cruel destruição das guerras missionárias, em que se seqüestraram perto de 200 mil índios. André Fernandes por lá morreu.

Com a restauração da coroa portuguesa em 1640 porém, o governo espanhol do Paraguai e do Prata passou a reagir às expedições paulistas, levando-as a sucessivas derrotas a partir de 1643. Além do mais, a restauração de Angola, em 1648, restabelecia o fluxo de escravos africanos, reduzindo as necessidades da preia de índios.

Não obstante, entre a última bandeira paulista de Pedroso Alvarenga a Goiás (1618) e o primeiro ataque às missões de Guaiá (1629) vão-se mais de dez anos. E entre o esmorecimento das bandeiras na guerra às Missões, por volta de 1650, até a próxima bandeira paulista em território goiano (Francisco Lopes Buenavides, 1665), escoou-se pelo menos outra década de ausência dos paulistas nos sertões goianos. São vinte anos de ausência injustificada. Quanto a esses lapsos, teríamos que pensar em ausência documental, de fontes de história primeiramente.

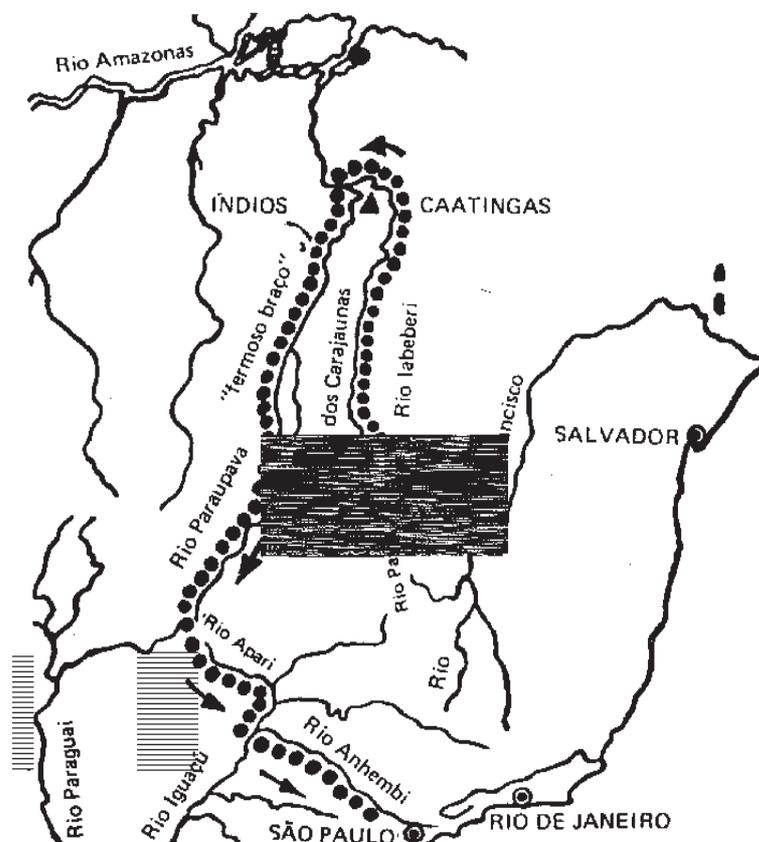
Temos de considerar ainda um provável desinteresse por arremetidas ao Brasil Central. Ou bem porque na primeira fase do bandeirismo provara-se a inexistência da lagoa Paraupava com sua mítica ornamentação de ouro e pedrarias, ou bem porquanto fossem muito aguerridos os índios do território. Ou enfim porque havia muitos silvícolas a reduzir ainda nas proximidades de São Paulo.

São as hipóteses a considerar-se.

Capítulo VI

NOTÍCIAS DE ANDRÉ FERNANDES E OS LAGOS DO PLANALTO

Quanto à bandeira de André Fernandes (1613-1615), não há o que discutir, por tão bem documentada que foi, poucos anos depois, pelo padre jesuíta Antônio Araújo. Vinda pelo Tietê, subiu a expedição o rio Grande até quase o centro de Minas Gerais, pulando por um estreito varadouro seco para a bacia do São Francisco. Estaríamos aqui em território à direita da serra da Canastra, na região de Piunhi e Pains.¹



28. Roteiro da expedição de André Fernandes, das nascentes do Tocantins a São Paulo (1613 – 1615), conforme M. R. Ferreira.

Pelo São Francisco abaixo, deixaram os bandeirantes o rio das Velhas (Goiabii) à direita, e pouco depois o rio Paracatu. Dão aqui notícias de uns índios catequizáveis do São Francisco, os Amoipira, localizados então junto aos refugiados Temiminó e Tamoio, quinze dias abaixo da barra do Rio Paracatu com o São Francisco, sendo que esses últimos – expulsos do Rio de Janeiro – homiziavam-se nas profundezas do rio Preto ou Iuna, que é vertente da serra Geral de Goiás no São Francisco, e onde se aposentavam esses Tamoio do Rio de Janeiro.

É muito interessante observar, nesse caso, a intensidade dos deslocamentos indígenas face ao

¹ Quanto aos fatos que concernem a André Fernandes, guiamo-nos pelo roteiro do padre Araújo, conforme estampado no livro do professor Neiva. E quanto à cartografia antiga, aqui reproduzida, recorremos ao formidável álbum do Dr. Manoel Rodrigues Ferreira, *As Bandeiras do Paraupava*.

invasor e, ao mesmo tempo, atentar para o perigo que encerra a fixação de topônimos que as tenham por base.

Não fica claro, a partir das digressões do padre Araújo, se a bandeira de André Fernandes subiu o rio Preto – daí transpondo a serra Geral de Goiás, atingindo o Tocantins pelo rio do Sono ou se, simplesmente, retransmitiu o sacerdote notícias obtidas desses índios que tanto lhe interessavam.

Fato é que a partir daí seus informantes tinham lembranças de um rio Itinga, rio das Águas Brancas, braço do Iabebéri, rio das Arraias, nome esse um neologismo dado pela bandeira ao rio Tocantins. Pode ser o já citado Itinga o curso superior do Paranã, após sua junção com o Palma, esse mesmo Paranatinga ou Parnatinguá – rio branco – assim mencionado pelos seus moradores, os fazendeiros pernambucanos das Terras Novas, em requerimento de 1740 a D. Luís de Mascarenhas, tendo acontecido a sua colonização desde 1697, sob o patrocínio dos Garcia d'Ávila, da Casa da Torre de Tatuapara.

Seja como for, a bandeira de André Fernandes chegou às cabeceiras do Iabebéri-Tocantins, onde encontrou salitre – de cuja pólvora se ressentia falta em Portugal Metropolitano – razão pela qual se o mencionava ao lado de metais preciosos.

Teria a bandeira então vindo pelo vão do Paranã (rio Itinga) e embarcando no Tocantins (rio Iabebéri), onde foram dar os aventureiros em um “*fermoso braço*”, quase certamente o Araguaia. Travam aí conhecimento com os índios Caatinga – não seriam os mesmos Bilreiro das expedições anteriores? – a quem demovem para segui-los até São Paulo.

Trinta brancos, comboiando e seqüestrando melifluamente 3 mil índios. Esses Caatinga tinham trato com uns franceses que se haviam instalado numa fortaleza, 60 léguas abaixo da confluência do Araguaia-Tocantins no Amazonas, e que podem concorrer também, perfeitamente, à primazia de penetração do território goiano.²

2 Retrocedendo agora no tempo, busquemos uma ótica alternativa para algumas destas questões. Diz o padre, com base nas notícias da bandeira de André Fernandes, a respeito dos índios Caatinga do Araguaia, em 1615:

«Entre eles (os índios Caatinga) acharam os nossos (paulistas) muita ferramenta, foices, cunhas, machados, muito velório, grande número de camisas de Ruão, com muitos chapéus, o que tudo disseram iam resgatar por penas, flecharia, de que tinham cheias muitas canoas dentro em suas casas, e por algodão, com os franceses que afirmaram distarem deles onze jornadas pelo rio abaixo, em uma fortaleza que havia muitos anos aí fizeram, ajuntando mais que os ditos tinham engenho de açúcar que faziam dos canaviais que possuíam. Confessaram que tinham dado a morte a sete franceses, que deviam de ter fugido da dita fortaleza, por cujo recado decerto os índios os matariam...» No que pese não ser substantiva, a questão de primazia de descobrimentos de um território sem que disso não advenham conseqüências econômicas e sociais mais sérias, eis que, pelo texto do padre Araújo, torna-se bastante provável que aventureiros franceses tenham sido contemporâneos, na descoberta do território goiano, às primeiras entradas paulistas, quando não anteriores, *primus inter pares*.

Segundo Varnhagen, desde 1516 há notícias de armadores e piratas franceses de Honfleur e Dieppe freqüentando a costa do Brasil. Em 1526, levantava âncora na França uma expedição de dez navios com destino a um "grande rio". Chegaram até mesmo a levar índios brasileiros para a França a fim de que participassem de combates e festins simulados, como o ocorrido em Ruão (1550), na presença de Henrique II e Catarina de Médicis. Depois, em 1555, é a vez da frustrada aventura de Nicolau Durand de Villegaignon em estabelecer a França Antártica no Rio de Janeiro. A partir dessa época, porém, a implantação das capitânicas, o povoamento crescente e as defesas portuguesas da costa brasileira dificultaram a instalação de colônias estrangeiras no litoral leste. Da costa do Ceará ao Caribe, no entanto, nenhuma posse portuguesa será efetivada antes de 1600 e é para essas regiões – principalmente o vale do Amazonas – que se direcionaram as tentativas de investidura por parte das outras potências européias. Fundada Belém do Pará por Francisco Caldeira de Castelo Branco, em 1616, deu esse capitão combate aos estrangeiros que se encontravam naquelas mediações. Segundo Capistrano de Abreu, eram franceses no Tocantins, ingleses na foz do Amazonas, holandeses na foz do Xingu, e até mesmo irlandeses nas cercanias do Amazonas. A cronologia e a eficácia destas tentativas de ocupação da Amazônia, com toda certeza anteriores a 1616 (e que quer nos parecer muito anteriores à fundação de Belém) ficam a dever-nos os arquivos europeus.

De concreto, informa-nos Southey que em 1594 um armador de Dieppe, Jacques Riffault – junto a um certo Charles des Vaux –, já aportava à ilha de São Luís do Maranhão, cabendo mais tarde a Charles des Vaux seduzir Daniel de la Touche, Sieur de la Ravardière, para o malogrado projeto de colonização do Maranhão, de que resultou pelos franceses a fundação de São Luís, em 1612, e pouco depois a trépica destrutiva fulminante dos portugueses pela posse lusa do Maranhão e do Amazonas, com a expulsão dos estrangeiros.

E até aqui vai o que pudemos coligir sobre o assunto.

Voltemos pois às notícias da bandeira André Fernandes ao Araguaia, em 1615, e à narrativa de seu informante, o padre Antônio de Araújo, sobre os índios que pretendia apresar: «Entre as 3 mil almas.. vinha uma índia (que devia ser filha dalgum dos sete franceses dos quais ali não faltava geração), mulher de um filho de certo principal.. que a natureza se esmerara em adotar as partes requitas para a perfeição corporal...»

Cherchez la femme. Como é de se observar, por causa dessa "índia francesa" começarão as desventuras sangrentas da bandeira de André Fernandes...

«*Mas tudo com engano, profissão de sertanista...*» segundo a expressão do padre Araújo, os Caatingas desiludiram-se logo dos 30 paulistas em razão da *mauvaise politique* com a mulher de um maioral Caatinga, filha de francês, de quem o Padre Araújo lembra-se que «*a natureza se esmerara de dotar das partes requitas (sic) para a perfeição corporal*».

Explode o conflito. Os índios matam 16 paulistas e os restantes 14 desabalam Araguaia acima. Passam pela ilha do Bananal, onde os Carajá ainda lembravam-se da bandeira de Tenório de Aguiar. Ultrapassam Barra do Garças, metem-se pelo rio Diamantino e, supomos, por um curto varadouro de terra na altura de Portelândia-GO, reembarcam rio Aporé abaixo (Apori), transpondo as canoas da bacia do Tocantins para a bacia do Prata. Pelo Aporé vão dar no Paranaíba (Boigi), descendo-o antes da junção com o rio Grande (Iguassu). Por este, tomando à esquerda, sobem o Tietê (Anhembí) até 150 quilômetros a oeste de São Paulo. Um notável périplo aventuroso em que se descobriu um novo caminho que, ao que parece, não mais foi usado pelo perigo talvez de se atravessar o sertão dos Caiapó do Sul.

Já estamos em 1615. No mesmo ano, Antônio Pedroso de Alvarenga, à frente da última bandeira dessa fase de investigações primárias do Brasil Central, volta ao velho batedor de caça dos índios Topiãe (em Paracatu) e Gualaxo (estes no alto rio Doce), indo porém ao sertão do rio Paraupava, como deixa claro o linhagista Pedro Taques. Regressa essa bandeira a São Paulo em 1618.

Apesar das muitas e justificáveis dúvidas a respeito – decorrentes da documentação lacunosa e da toponímia falível – não nos sobram dúvidas de que tanto o Brasil Central quanto boas porções de Minas Gerais foram amplamente conhecidas e transitadas pelas primeiras expedições da história de São Paulo, desde aquela primeiríssima de Domingos Luís Grou, em 1589.

Depois, ao longo de meio século, ocupados com os seqüestros nas Missões Jesuítas e com as guerras de extermínio no interior do nordeste, esqueceram os paulistas o Brasil Central, para breve alegria de toda uma geração de indígenas.

Uma Bandeira nos Altiplanos

A bandeira de André Fernandes porém – a que nos referimos aqui – é importantíssima para a história do Planalto, não por suas ações, mas pelas informações geográficas que deixou.

Como já foi comentado, tratava-se de uma das menores expedições para os padrões da época, composta de 30 brancos contra, por exemplo, a bandeira de 300 homens comandada por Nicolau Barreto aos sertões de Paracatu e do Paranã.

A expedição de André Fernandes, que percorreu os sertões entre 1613 e 1615, foi relatada pelo padre jesuíta de São Paulo, Antônio Araújo, em 1622, já o vimos.

Cópias desse relato chegaram certamente a Lisboa, quando os cosmógrafos oficiais do Reino, tendo à frente a família dos Teixeira Albernaz, começaram a produzir mapas do Brasil Central bastante fiéis à realidade, eliminando o mito da lagoa Dourada e identificando origens separadas para os grandes rios que nascem ou vertem afluentes desde o grande divisor de águas do Distrito Federal.

É quase certo que expedições anteriores a de André Fernandes tenham percorrido esse mesmo itinerário, um caminho sem mistérios, tão somente obstado pelas distâncias e condições extremamente precárias e fugidias das expedições.

Mas o que nos interessa é que, a ter realmente existido a "índia francesa", casada, apenas saída da infância (e passando-se esses fatos em 1615) é fácil explicar e recuar a presença do francês seu pai entre os Caatingas do Araguaia para as alturas de 1600 – pouco mais, pouco menos – ou seja quando da hipotética segunda bandeira a Goiás, a de João Pereira de Souza Botafogo – Domingos Rodrigues (1596-1600). Lembremo-nos que a presença de franceses no Araguaia é um fato documental da narrativa do padre Araújo, enquanto a bandeira de Domingos Rodrigues é conjectural, vagamente documentada. Mais uma vez, a charada proposta depende de maiores informações dos arquivos europeus, franceses principalmente.

André Fernandes fez o seu caminho quase todo por via aquática, como vimos atrás. Saiu pelo Tietê, subiu o rio Grande – que faz a divisa de São Paulo e Minas Gerais e percorreu mais de 800 quilômetros, quase até o centro de Minas – rumando a Norte, pelo vale do São Francisco até o rio Paracatu, que já aparece com esse nome.

Seguiu o Paracatu até suas cabeceiras, no rio Preto, onde deixa de ser navegável. Nesse ponto já estava nas alturas do Distrito Federal, na Lagoa Feia de Formosa, nascente do Preto.

Tinham os expedicionários a perfeita noção de estarem às cabeceiras do rio Itinga ou Paranatinga (rio Branco), o atual Paranã, logo ao norte de Formosa e ainda que esse Itinga era um braço do Iabebéri (rio das Arraias), nome com que designaram o Tocantins.

Pero Domingues, escrivão da bandeira, informava ao padre Araújo: «*depois de gastos alguns meses no discurso de vários sertões foram dar com as cabeceiras de um rio chamado Iabebéri, nome que lhe deram das muitas raias que nele há. Aqui descobriu... um mineral de salitre que conheceu mui bem pela experiência que dele tomara entre os castelhanos ...*»

Através desse salitre, em 1675, pela primeira vez a cartografia portuguesa apresenta a região planaltina ao escasso novo mundo conhecido à época. É o que veremos a seguir.

O Salitre do Planalto e a Cartografia Antiga

O nitrato de potássio é um mineral conhecido e utilizado desde os mais antigos tempos sob a denominação de salitre. Hoje de largo emprego na agricultura – como no caso do salitre do Chile –, possuía para os portugueses dos anos 1500 e 1600 elevado valor estratégico por participar da composição da pólvora, por cujo emprego na bocarra dos canhões, erguia-se o frágil e extensíssimo império lusitano do Brasil, da África e das Índias. Não estranhemos, pois, que sua descoberta fosse lembrada como de grande riqueza e oportunidade, como ocorreu no relato da bandeira de André Fernandes.

Essa expedição, como já o dissemos, não teve maior importância quando comparada a diversas outras, a não ser sua minuciosa descrição pelo padre Araújo, salvando-a, assim, do esquecimento eterno.

Ora, esse relato do padre Araújo deve ter percorrido o mundo português no silêncio das salas de estudos dos “colégios” da Companhia de Jesus. Talvez em razão dessa publicidade, passado meio século, era capaz um governador do Pará de citar com todas as letras a André Fernandes e aos fatos de sua expedição.

O mesmo certamente ocorreu em Lisboa. Por volta de 1630, uma vigorosa revisão começa a surgir na cartografia dos cosmógrafos oficiais do reino de Portugal como consequência das informações das bandeiras paulistas e paraenses.

O lago Dourado vai sendo suprimido e substituído pelo esboço do rio Araguaia, ilha do Bananal e a junção Araguaia-Tocantins.

Mapas dos cartógrafos Antônio Sanches (1641) e João Teixeira (1642) mostram o complexo Araguaia-Tocantins perfeitamente esboçado, faltando apenas o detalhamento de suas nascentes e de sua conexão com a bacia platina.

Duas décadas depois, o mapa de João Teixeira Albenaz II (1665) mostra esse detalhamento, indicando duas cabeceiras para o Tocantins – rios Maranhão e Paranã – e duas para a bacia platina – o rio Corumbá e, provavelmente, o São Marcos. E entre as duas cabeceiras opostas aparece o esboço de uma lagoa, sem maiores explicações. Em 1670, o mesmo autor loca outro mapa, quase idêntico ao primeiro. Deu-se ao trabalho, no entanto, de conferir-lhe a denominação de “Lagoa”.

Há finalmente um terceiro mapa, desse mesmo João Teixeira Albenaz II (1675), que reúne diversas chaves para a história do Planalto, quando escreve, ao lado da já famosa lagoa: «*lagoa onde há muito salitre*».

E onde se encontra essa lagoa? Nas cabeceiras do Iabebéri-Tocantins, em plena região do Distrito Federal e entorno.



29. Detalhe do primeiro mapa de João Teixeira Albernaz II, de 1665, mostrando o rio Araguaia com a marcação da Ilha do Bananal (Ilha Peraupaba). Entre as cabeceiras do Tocantins e do Prata há o sinal indicativo de uma lagoa. Library of the University of Yale.

Eis que 60 anos após a expedição de André Fernandes, ressurgiu a informação sobre as minas de salitre nas cabeceiras do Tocantins.

Seriam ainda as reverberações do relato da expedição de André Fernandes? O documento menciona apenas «*minerais de salitre*» nas cabeceiras do Tocantins. A “Lagoa do Salitre”, denominação mais completa, pode também advir de informação de alguma expedição posterior, que reafirmou a descoberta de André Fernandes, sem todavia valer-se das graças de um padre Araújo a perpetuá-la.

Onde esse salitre? Onde essa lagoa? Debruçamo-nos há algum tempo sobre a matéria sem obter resposta satisfatória.

Em 1892, o Dr. Cavalcanti, da Missão Cruis – encarregado de fixar o marco divisório do nordeste do Distrito Federal – acreditava existir, no rio Bandeirinha, 6 quilômetros ao norte de Formosa, uma jazida de nitrato de potássio, abaixo da qual as águas do Bandeirinha mudavam de gosto.

Bem antes, em 1832, o padre Silva e Souza, ao escrever sobre o julgado de Santa Luzia, em sua **Memória Estatística da Província de Goyaz**, mencionava: «*junto ao rio Maranhão, junto deste julgado, se encontrão algumas grutas ou locas, donde se pode extrair abundante salitre.*»

Eis que, pelas duas informações, temos salitre tanto nas cabeceiras do Paranã quanto nas do Maranhão, formadores do velho Iabebéri-Tocantins. Mas sobre a lagoa do Salitre, nada.

Se realmente existiu, devemos buscá-la nas três únicas lagoas naturais conhecidas na região: a Feia, a Formosa e a Mestre d’Armas. Ora a lagoa Feia verte para o rio São Francisco; e a Mestre d’Armas, muito pequena, não seria talvez um acidente geográfico de maior importância para receber tamanho destaque.



30. Detalhe do segundo mapa de João Teixeira Albernaz II, de 1670 – com as mesmas características do primeiro – esclarecendo porém o detalhe da *Lagoa*. Spanic Society of America, New York.



31. Terceiro mapa de Albernaz II, 1675, com a identificação definitiva da *Lagoa onde há muito salitre*. Spanic Society of America, NY.

A lagoa Formosa parece como a mais indicada. É cabeceira do Tocantins e tem, junto a si, as escarpas das serras do Maranhão, locais propícios à localização de «*grutas e locas, donde se pode extrair abundante salitre*», como informava o padre Silva e Souza.

O triunfo sobre esse enigma está sujeito a pesquisas mineralógicas de campo. Ou reinará para sempre a dúvida, como costuma ser da imprecisa natureza dos mistérios históricos.



Capítulo VII

PAULISTAS, JESUÍTAS E CRIADORES DE GADO

Em 1655, os paulistas estavam de volta ao Planalto, depois de ausentes por meio século, ocupados com o saqueio das missões do sul do Brasil, como indicamos em notas de um capítulo anterior.

Desta vez, movia-os claramente a ambição de minas de ouro e, à falta dessas, a preia de índios, o famoso “remédio do sertão”. O conde Castelo Melhor – primeiro ministro, fez o rei Afonso VI, esquizóide, degenerado, deposto em 1667 – concitar os paulistas de maior projeção a buscarem novas minas pelos sertões. Nessa sucessão, lembra-nos Southey, caiu em desgraça a política de catequese do padre Vieira no Pará, humilhando-se e desautorizando-se os jesuítas, além de se exigir o fim dos aldeamentos.¹

Portugal encontrava-se exaurido, política e economicamente. A restauração da Casa de Bragança, em 1640, sob a condução prudentíssima de D. João IV, custou 28 anos de guerras intermitentes com a Espanha. Aproveitando esse flanco exposto dos portugueses, os holandeses, após as investidas sobre os territórios de Angola e Pernambuco, avançaram em direção às colônias remanescentes do império asiático luso. Caem Málaca e o Ceilão em mãos batavas (1656), e Bombaim e Tanger são cedidos à Inglaterra (1660), como contrapartida de uma duvidosa aliança anglo-lusitana.

A retomada de Angola e de Pernambuco aos holandeses, obra eminente de brasileiros, custou mesmo assim um assédio naval de três meses da frota batava a Lisboa (1656), a forçar reposição das perdas no Brasil.



32. O carioca Salvador Correia de Sá e Benavides, conquistador de Angola aos holandeses, 1648.

1 Está claro – embora se trate da questão não-substantiva de primazia da “descoberta” por europeus de uma pequena parte do território goiano que grande parte dos historiadores desse Século ofereceram uma perspectiva excessivamente bandeirista e paulista dos antecedentes e dos fatos posteriores à descoberta das minas de Goiás. A rigor, a bandeira fundadora de Anhangüera-Filho inscreve-se efetivamente mais no cenário sócio-econômico de Minas Gerais do que propriamente em específicas conjunturas da história de São Paulo.

Ademais, a “descoberta” e o devassamento de Goiás anteriores à fundação colonizadora – sejam obra de franceses, paulistas, jesuítas ou paraenses – obedeceram aos mesmos pressupostos de exploração de uma economia natural de apropriação ou expropriação de alguns de seus elementos inscritos no sistema mercantil mais amplo, mundial mesmo, dos Séculos XVI, XVII e XVIII.

Ouro e pedrarias, índios, domínio territorial eram, nessa ordem, as motivações econômicas prevaletentes – tanto entre paulistas quanto entre jesuítas –, fazendo esses imperar a *ratio* econômica em condições incontestavelmente mais nobres e altruístas do que a gente tosca de São Paulo. Apesar da inquisição, claro. E dos “descimentos evangélicos” em que milhares e milhares de indígenas foram arrancados de seu habitat natural.

De qualquer sorte, delineia-se a partir de então o “império encolhido” lusitano, basicamente o Brasil e as feitorias escravagistas da África, ambos completando-se na justaposição da economia açucareira escravagista.

Faltava equacionar o espaço econômico a ser ocupado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho, em termos de uma pauta produtiva que não se resumisse tão-somente na monocultura do açúcar. Esse problema torna-se mais veemente a partir da concorrência imposta aos engenhos brasileiros pelos produtores antilhanos.

Renderam-se assim os súditos brasileiros ao chamamento da metrópole para intensificarem a busca de metais preciosos e a preia de índios.

Em 1665 estava «*nos sertões dos Guaiás*» a expedição paulista de um Francisco Lopes Buenavides, por curto espaço de tempo ao que parece. Seguiram-se outras expedições de preia durante os anos de 1669 e 1670, atingindo o velho batedor de índios da confluência Araguaia-Tocantins, onde molestaram índios Aruaqui, informa-nos Rodrigues Ferreira.

Desta vez porém já havia a polícia inaciana: com a queda do débil Afonso VI em Portugal, restaurava-se plenamente a jesuítica capitania do Pará, supervisionando os padres aos índios inimigos e, principalmente, aos paulistas, pois que eram muito recentes os terríveis exemplos da destruição das missões jesuíticas do sul do Brasil.

Assim, em 1668, o padre Gaspar Misch foi debelar uma rebelião dos índios Poqui no Itacaiunas paraense – e soado por emissários índios o alarme de novas entradas de paulistas – o padre Gonçalo Veras, em 1675, abalou-se, com tropa armada, em socorro dos Aruaqui que os paulistas referidos molestaram no Araguaia. De regresso do Araguaia, desceu o padre Gonçalo 900 índios, entre os catequizados e os escravizados “por guerra justa”.²

2 Depois da bandeira paulista de Pedroso Alvarenga ao rio Araguaia (1618), a próxima bandeira documentada a subir o Tocantins é a do próprio fundador de Belém, o capitão Francisco Caldeira Castelo Branco, entre 1616 e 1623, que segundo nossa já conhecida notícia do padre Araújo, «*a foi descobrir (a fortaleza dos franceses) e navegou por ela acima (...)* Esta fortaleza dista 60 léguas da famosa barra do Pará, conforme a informação do capitão Francisco Caldeira...» e onze dias de jornada – segundo a informação dos índios Caatinga –, ou seja onze dias a partir da junção Araguaia-Tocantins.

Ambas as medidas indicam qualquer coisa em torno de 350 quilômetros que, demarcadas a partir do sul e do norte do baixo Tocantins, indicariam as cercanias de Tukurui. É um assunto por demais fascinante para os arqueólogos, esse forte com engenharia dos franceses, caso não esteja sob as águas da grande represa.

A segunda entrada, cronologicamente – e agora seguramente atingindo o Araguaia e a ilha do Bananal –, é a de Bartolomeu Barreiros de Ataíde, que saiu de Belém em 1644 atrás de minas de ouro. Esteve entre os índios Carajá e trouxe notícia de um massacre de bandeirantes paulistas que teriam minerado ouro no Araguaia – muito provavelmente a bandeira de André Fernandes –, como acredita Manoel Rodrigues Ferreira, o maior estudioso que modernamente temos sobre esses assuntos.

Conforme revela-nos o professor Silva Neiva, é ainda de se mencionar – preliminarmente à entrada de Ataíde – as breves sortidas, Tocantins acima, do jesuíta frei Cristóvão Severim de Lisboa (60 dias, em 1625), que esteve com os índios do Tocantins.

Verdade é que na década de 1640 já se povoava a foz do Tocantins com engenhos de açúcar, fundando-se Cameté, sede de uma capitania efêmera.

De grande ilustração, o padre Antônio Vieira, notável orador e estadista inaciano, subiu o Tocantins em fins de 1653, transpondo a cachoeira de Itaboca e atingindo o Itacaiunas, sem, todavia, conseguir regressar acompanhado de índios. Essa missão cumpriu-a plenamente o padre Tomé Ribeiro (em 1655 e em 1658), o primeiro jesuíta que confirmadamente esteve em Goiás, subindo o Araguaia até muito longe. Esteve em contato com os Carajá. Da entrada de 1655 arrebanhou 1 milheiro de índios para Belém, inclusive alguns Caatinga goianos da confluência do Araguaia. Ainda em 1658, o padre Francisco Velloso e um casal de devotos, ao que tudo indica, alcançaram o Itacaiunas, descendo 1.200 índios Tupinambá para a ilha do Sol, no Guajará-Mirim, fronteira a Belém do Pará. Seguindo o caminho desbravado por Antônio Vieira, o padre Manuel Nunes (1659) subiu até a ilha do Bananal, trazendo na volta mais de mil índios Poquiçara e 250 Inheguara, estes últimos como presa de guerra. Ao contrário dos padres que o antecederam, levou consigo um troço de combate de 45 soldados e 450 índios, a fim de reduzir os Inheguara a não perturbarem outros índios que queriam aldear-se com os padres, em Belém, seguindo uma experiência anterior. É provável que se tenha então estabelecido um período de descimentos de índios sob a responsabilidade de outros índios já catequizados e aldeados pelos jesuítas. Pelos dez anos que se seguiram, efetivamente, não há qualquer referência a outros padres no Tocantins – Araguaia. Daí talvez o bom resultado da guerra movida pelos padres aos Inheguara.

A obra de despovoamento do Araguaia-Tocantins, apesar de todo o seu mérito religioso, deve, efetivamente, ter atingido proporções jamais alcançadas pela razia paulista nos mesmos locais.

Da investida capitaneada por Antônio Vieira e seus padres ao Tocantins, entre 1655 e 1659, somam-se nada menos do que 3.500 índios, aldeados diretamente pelos jesuítas, desconhecendo-se o número dos que desceram espontaneamente durante e após esse período.

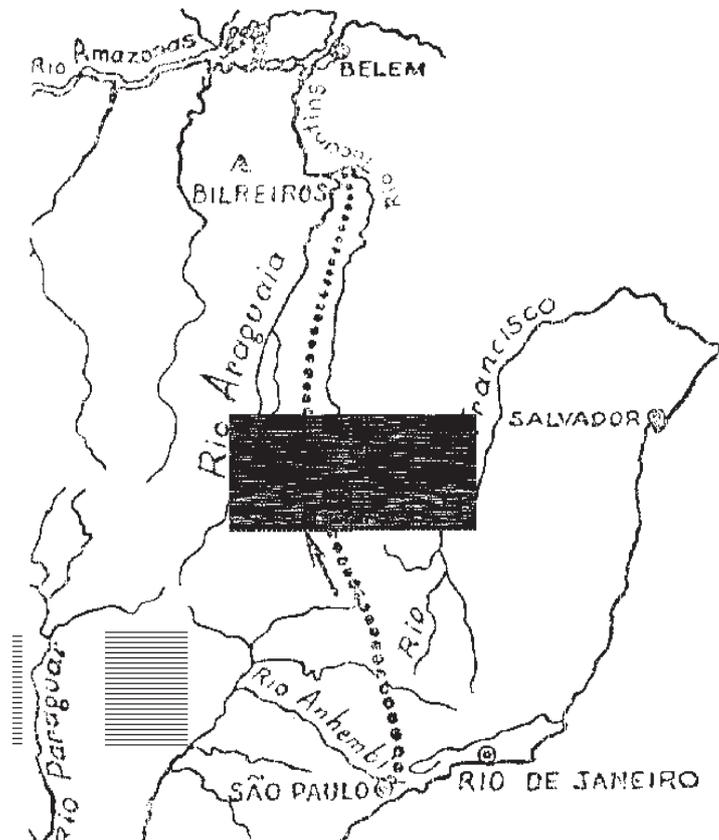
Paulistas e Jesuítas

Enquanto isso, mudam os padrões das indevidamente denominadas “bandeiras” paulistas. As grandes unidades militares desdobram-se em pequenos magotes quase de âmbito familiar, pobres, escassamente financiadas.

A abundância de animais de carga, equinos e muares, na segunda metade do Século XVII, permite aos paulistas abandonarem os antigos trajetos pelos rio navegáveis e traçarem itinerários terrestres muito mais objetivos e flexíveis. Assim com Lourenço Castanho, que pode ter formado rancharia na serra que tem seu nome, na fronteira setentrional entre Minas e Goiás, e que parece servir de base para esse novo ciclo de penetrações.

Pode-se também observar essa nova concepção bandeirística com a expedição de Luís Castanho de Almeida e seus filhos, em 1671. Luís terminou assassinado por seus próprios índios revoltados no «*ribeirão de Guanicuns do Mato Grosso de Goiás*». Um seu filho teve a papeira do pescoço perfurada por uma flecha dos mesmos índios «*no rio Meia Ponte... ao entrar Antônio Castanho pela ponte*», informa Pedro Taques na *Nobiliarquia Paulistana*. Escrevendo Pedro Taques um século após ocorridos esses acontecimentos, ou atribuímos ao grande genealogista extraordinária imaginação, ou curvamo-nos à evidência de que tão freqüentado era o território goiano que até “ponte” havia no rio Meia Ponte e, mais ainda, que a memória dos fatos e dos topônimos houvesse atravessado um século! Mais: segundo Taques, em sua fuga para São Paulo, os irmãos Castanho encontraram a entrada de outro paulista, Antônio Soares, que, segundo Rodrigues Ferreira, endividara-se em 8 mil réis em São Paulo para ir “aos Goiás” com o fito explícito de preia de índios.

Curiosamente, quem se der ao trabalho de traçar no mapa do país, uma linha reta entre a Cidade de Goiás e São Paulo passará exatamente sobre Anicuns, atravessará o rio Meia Ponte, pouco abaixo de sua barra com o ribeirão Caldas, e transporá o Paranaíba nas mediações de Itumbiara. Esse era o caminho terrestre do sertão dos Guaiazes.



33. Itinerário da grande bandeira de Sebastião Paes de Barros (1670-1674), conforme M.R. Ferreira.

Pequenas entradas – como as que acabamos de observar –, principalmente aquelas que aqui buscavam uns poucos índios, subtraíam-se à polícia jesuítica do Grão-Pará. Já as grandes bandeiras, pelo próprio vulto dos apresamentos, dificilmente escapam à vigilância dos padres.

É o caso da bandeira de Sebastião Paes de Barros e seu lugar-tenente Pascoal Paes de Araújo que, entre 1669 e 1670, partiram de São Paulo com 200 brancos e 400 índios, 600 homens ao todo! Uma grande bandeira de preação, feita talvez sob medida para reduzir os aldeamentos jesuítas de Cameté num novo desastre, como ocorrera com as Missões do Guaiá?

Diz Rocha Pombo que a bandeira veio pelo São Francisco chegando ao Piauí por algum afluente – talvez o Una ou Preto –, onde deu combate a diversas tribos ferozes, saltando daí para o vale do Tocantins, arrebanhando um número enorme de indígenas escravizados e encontrando ouro! E era um dos mesmos roteiros de André Fernandes, em 1615!

Em princípios de 1671, no entanto, baixaram os alarmes em Belém de estarem já esses paulistas nas cabeceiras do Tocantins, onde tinham «*formado casas e aberto estradas para a vila de São Paulo*», tendo-se a notícia de que «*deram com minerais*».³

Em princípios de 1673, continuando certamente os alertas, o capitão-general do Pará, Pedro César Menezes, precipitou uma tropa sob o comando do capitão Francisco da Mota Falcão ao encontro da bandeira. Mota encontra e intima o lugar-tenente Pascoal Paes de Araújo, que já reduzira a tribo dos Guaraju, sendo desfeito e repellido pelo paulista. Regressa então ao Pará e o governador Menezes já prestava maiores reforços contra os paulistas, quando chega de Lisboa um padre Antônio Raposo, com uma carta do rei para o desconhecido cabo da bandeira paulista. Chegara a Lisboa – provavelmente via São Paulo – a notícia do descobrimento de minas e o rei queria informações a respeito. O mesmo fizera, aliás, em carta a Fernão Dias Paes, alcançado em 1674 em seu sonho de esmeraldas, no arraial do Sumidouro, em Minas.

O padre Raposo abala Tocantins acima, em fins de 1674 e, indo até 11 graus de latitude sul, tem a notícia de que a bandeira fora destroçada pelos índios Bilreiro – «*cruéis e belicosos*» e pelos Aroaqui – «*de língua geral e melhor gênio*». Cinco meses após a partida, já se encontra o padre Raposo em Belém trazendo para aldear perto de mil daqueles índios Aroaqui.

A bandeira de Sebastião Paes de Barros, morto na expedição, havia chegado (como mostra Lysias Rodrigues) às alturas de Porto Nacional, onde deviam assistir os tais índios Guaraju, ou Gaujauz, e onde frustrou-se o provável símile goiano do arraial do Sumidouro de Fernão Dias.

A Bandeira de Anhangüera-Sênior

Constituíram-se, por volta de 1682, as bandeiras de Manoel de Campos Bicudo e de Bartolomeu Bueno da Silva – o Anhangüera-Pai –, com profundas conseqüências no futuro descobrimento das minas de Mato Grosso e de Goiás. Faziam-se os dois chefes acompanhar por seus filhos adolescentes de 12 e 14 anos, Bartolomeu Bueno da Silva – o futuro Anhangüera-Filho – e Antônio Pires de Campos – o Pai-Pirá dos índios, o primeiro da alcunha, Pai-de-todos na língua Tupi.

Sempre houve interminável divergência entre os historiadores antigos quanto à data dessa bandeira. Três cartas antigas, porém, liquidam o assunto.

A primeira, velha conhecida da historiografia, em que a elite dos moradores de São Paulo, a 4 de agosto de 1736, informa, entre outros assuntos de seu interesse, ter Anhangüera-Filho 70 anos de idade ao descobrir as minas de Goiás, em 1725.

Outra, publicada na década de 1950, em que Anhangüera, de próprio punho e desde as minas de Goiás, informa, a 23 de fevereiro de 1735, contar naquela ocasião 80 anos de idade.⁴

3 Representação do capitão-mor de Belém, Antônio Pinto Gaia, in Carvalho Franco, *op. cit.*

4 Carta (extrato) do Descobridor e guarda-mor das minas de Goiás, coronel-regente Bartolomeu Bueno da Silva para D. João V... Informa o velho bandeirante ao rei sobre as grandes perdas e riscos da expedição de 1722 e sobre a volta, em 1726, quando estabeleceu o arraial de Santana. Afirma que distribuiu e mandou povoar outros arraiais no Maranhão e nos Pilões e que governou cumulativamente

Há, enfim, uma terceira carta, de 1725, do governador da capitania Rodrigo César de Menezes, desculpando o Anhangüera por tanto ter-se demorado em Goiás, pois fazia 40 anos que não ia aos sertões. Como esse gesto dá-se em 1722, conclui-se que a bandeira anterior é de 1682, data consagrada na historiografia clássica.

Quantos anos pois teria Anhangüera nessa data? Se nasceu em 1655 – como provam em uníssono os documentos citados –, teria 27 anos, época em que ninguém mais é adolescente. E nesse caso o encontro dos garotos é pura lenda, como gostaria de prová-lo Manoel Rodrigues Ferreira.

Há porém outra possibilidade. Se veio realmente, como insiste a tradição, em companhia do pai aos 12 ou 14 anos de idade, não há como deixar de datar o fato entre os anos de 1667 e 1669. Em um desses anos deve ter dado saída a grande bandeira de Sebastião Paes de Barros, terminada em 1673, a qual pode ter partido 3 ou 4 anos antes, talvez não de São Paulo Capital, em cujos arquivos nada há a respeito, mas de Parnaíba, onde nasceram o Anhangüera e o Pai-Pirá. Devem ter atingido o acampamento de Lourenço Castanho na Serra de seu nome, quando poderia o Anhangüera – Pai ter reconhecido os territórios anexos do Carinhanha e do Paracatu, conforme tradições locais.

Nada impede, no entanto, que, por volta de 1670, o Anhangüera-Pai tenha comandado uma pequena expedição própria ao Araguaia, como tantas outras que houve no período, ou que tenha vindo numa das vanguardas da bandeira de Paes de Barros, oitavo avô do prof. Victor Leonardi.

Resulta disso o que já insinuava Diogo de Vasconcellos sobre as três entradas de Anhangüera-Filho a Goiás.⁵ A primeira, aos 14 anos, por volta de 1670. A segunda, aos 27 anos, em 1682. E a terceira, a expedição da descoberta, entre 1722 e 1725. Insinua mesmo o grande historiador uma rápida excursão do descobridor por volta de 1720, não de todo descartável, visto a narrativa de Urbano do Couto para 1722-1725 mencionar, no rio dos Pilões, sudoeste goiano, umas roças antigas de Manoel Calhamaro, cunhado do Anhangüera-Filho.

Na bandeira de 1682, o itinerário escolhido por Anhangüera é razoavelmente identificável nas **Memórias** de Silva e Souza, pois é possivelmente o mesmo caminho terrestre das entradas de Luís Castanho de Almeida e de Antônio Soares, em 1671. Saindo, em 1681, da Vila de Parnaíba-SP, viria a bandeira atravessando os rios Paranaíba, Corumbá e Meia Ponte, montando roça ainda nesse ano em Anicuns, onde a bandeira estacionaria até a colheita. Pela Páscoa ganharia o rio Vermelho até o Araguaia, onde se ocupariam os bandeirantes, de maio a outubro, em explorações e preias diversas. Retornariam, por volta de novembro, pelo rio Vermelho, onde nova roça seria montada no sítio da Cidade de Goiás. Passa-se ali o inverno com os índios aprisionados no Araguaia e reduzem-se outros. Feita a colheita, em abril de 1693, dá-se o retorno a São Paulo.

Esse roteiro pode ser válido para muitas das pequenas bandeiras que devem ter percorrido Goiás entre 1673 – data da grande bandeira de Sebastião Paes de Barros – e 1694 – data do descobrimento do ouro em Minas Gerais. São vinte anos de pequenas e médias entradas, das quais pouco ou nada se conhece. É pouco provável que o Tocantins e o antigo batedor de índios da confluência do Araguaia ainda fosse visitado, visto a bravura dos Bilreiro ou Caiapó, provada pela poderosa bandeira de Paes de Barros e, ainda, a ação da polícia jesuítica sobre a confluência. Ademais, eram nesse período os paulistas chamados para as guerras indígenas em quase todo o Nordeste, devassando parte de Minas Gerais.

Com a descoberta do ouro nas Gerais deve ter-se paralisado de todo o movimento entradista no Brasil Central. Com exceção das bandeiras lançadas à margem direita do Tocantins, pelos criadores de gado do Nordeste brasileiro... Uma outra história do mesmo tempo...

comoregente, superintendente, provedor de ausentes e guarda-mor, mediante regimento do governador Rodrigo César de Menezes. Comunica, por fim, ter requerido várias vezes aos ouvidores gerais da comarca que <<atendendo à sua incapacidade, falta de experiência, ... e avançada idade de 80 anos... o substituíssem>>. Datado de Goiás, a 23 de fevereiro de 1735.

O referido documento do Arquivo Ultramarino de Lisboa, tomou o n.º 1.122 na coletânea da documentação paulista ali existente e foi publicado no volume III, páginas 85-86, da R.I.H.G.B – Edição Comemorativa do IVº Centenário de São Paulo, Imprensa Nacional, 1956.

5 Diogo de Vasconcellos in **História Média de Minas Gerais**, pp. 161-175, 4ª edição, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1974.

Bandeirantes e Pecuaristas

Pouco conhecida dos historiadores, referimo-nos aqui às informações contidas em uma petição dos fazendeiros de Terras Novas, região dos rios da Palma e baixo Paranã, que vindos do sertão do rio Grande são-franciscano – antigamente pernambucano e hoje baiano, tendo como principais cidades, Barra, Xique-Xique, Irecê – e que, desde o remoto ano de 1697, tentaram montar fazendas de gado no rio da Palma, afluente do Tocantins, sendo de lá expulsos pelos índios Acoroassu. Anos depois (1705?), o todo poderoso coronel Garcia d’Ávila Pereira, senhor da Casa da Torre de Tatuapara, o maior latifúndio da história do Brasil, tentou a mesma conquista com 400 homens armados, igualmente expulsos pelos índios Acroá, em 1708.

De fato, a colonização no vale do rio São Francisco fora permitida – e incentivada – pela coroa portuguesa desde os tempos do português Garcia d’Ávila, que tão bem a serviu nos anos 1600, protegendo a retaguarda de São Salvador da Bahia com as provisões de suas fazendas.⁶ Em meados dos 1600, outra família baiana, os Guedes de Brito – dos quais são sucessores os Saldanha da Gama – donos de cartório e tabelionatos em Salvador, começaram também a aumentar suas fazendas pelo sertão adentro.

Houve um conflito entre ambas as casas latifundiárias, mas antes que muito sangue corresse, entraram em acordo, ficando a Casa da Torre dos Garcia d’Ávila com tudo o que conquistasse a oeste e a norte do rio São Francisco, e os Guedes de Brito – ou Casa da Ponte – com as terras a leste do rio, até o centro de Minas Gerais.

De fato, com o substancial apoio dos ferocíssimos bandeirantes paulistas, em relativamente pouco tempo, a Casa da Torre conquistou e montou fazendas em todo o interior de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Piauí: a conquista do interior do Nordeste, com seu estatuto semifeudal, é obra da Casa da Torre e da terceira geração de bandeirantes paulistas. Um historiador patricio observou como a típica roupa de couro do nordestino, com seu chapéu de cangaceiro é uma réplica dos uniformes militares portugueses dos anos 1600. Eram os exércitos da Casa da Torre em ação.

Assim, salvando-se para a Casa da Torre a “parte do leão”, acordou-se que os Guedes de Brito, a Casa da Ponte, só se estendessem pelas regiões a leste do São Francisco. Todo o atual norte de Minas pertencia, até as mediações de Belo Horizonte, à Casa da Ponte. É quando floresce, nos primórdios da história aurífera, o império do famoso Nunes Viana, o emboaba procurador-geral de D. Isabel Guedes de Brito, herdeira da Casa da Ponte.

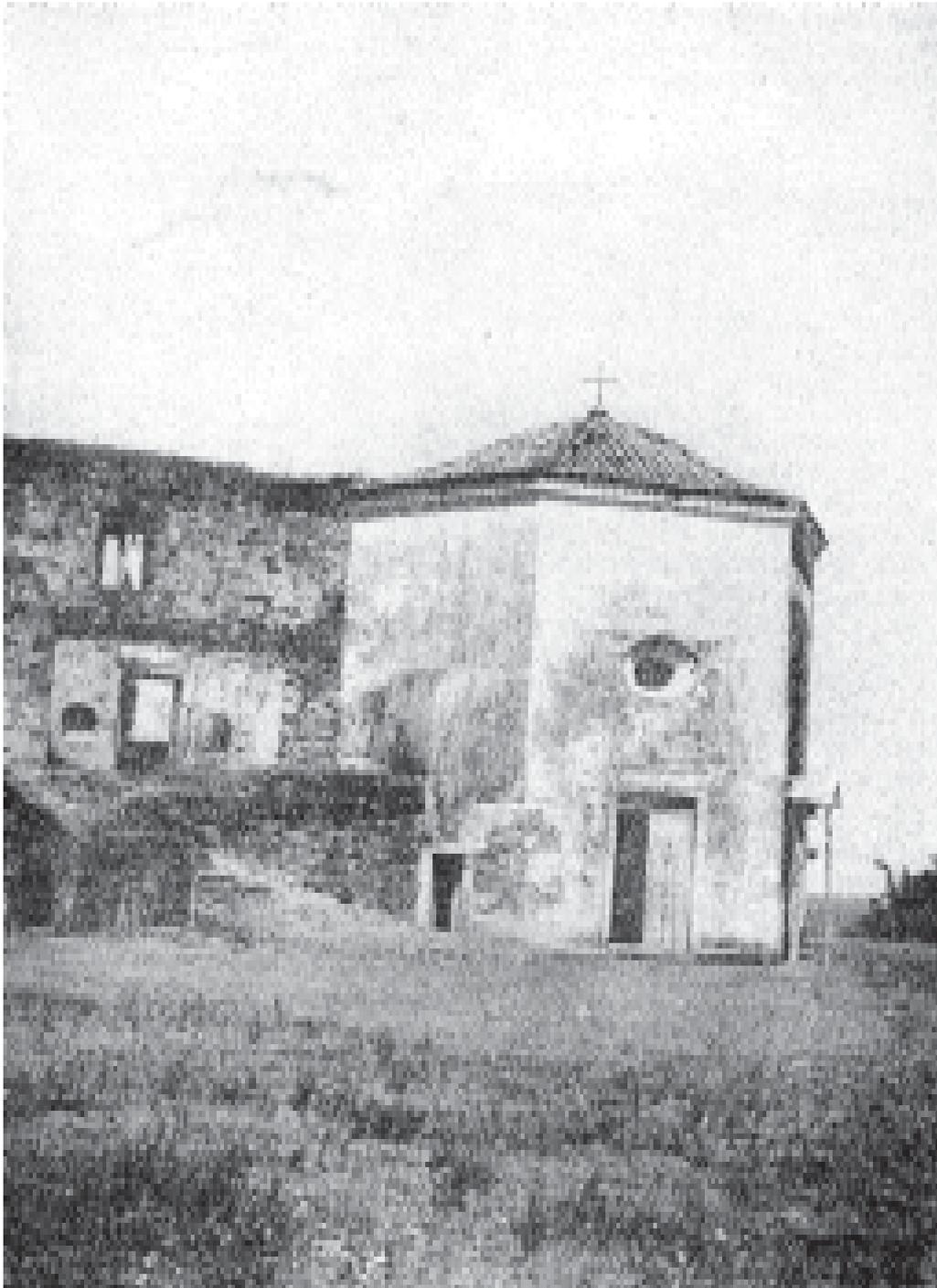
Não deve surpreender portanto que, em fins dos anos 1600, chegassem fazendeiros das duas Casas ao rio Tocantins e ao noroeste de Minas.

Avanço sobre o Tocantins

O citado requerimento dos fazendeiros moradores das Terras Novas (1740) ao capitão-general D. Luís de Mascarenhas,⁷ relata um trecho dessa expansão.

6 Seguimos aqui a Pedro Calmon, em sua preciosa **História da Casa da Torre**, Coleção Documentos Brasileiros, 2ª edição, Rio de Janeiro, Livrada José Olympio, 1958.

7 RIHGB, Edição Comemorativa do IVº Centenário de São Paulo, *op. cit.* p. 326 ss. Eis o documento:
1) REQUERIMENTO (cópia do) dos moradores do sertão das Terras Novas, ao (governador e capitão-general da capitania de São Paulo, D. Luís Mascarenhas), dizendo que foram para esse sertão em 1730 quando lá estava o gentio Acroaçu (Acoruassu), que conquistaram à custa das suas fazendas. Assentaram um arraial cercado no lugar chamado Palma e ficaram dois anos em guerras contínuas. Daí seguiram pelo rio das Palmas abaixo e assentaram novo acampamento no sítio chamado Salgado, de onde, no ano de 1734, saíram para explorar os sertões, o que fizeram com excessivo trabalho e risco de suas vidas, até chegarem ao rio de Paranatinga (Parnatingá), onde se estabeleceram e que povoaram com suas fazendas. Depois, deixando as famílias com defensores, continuaram nos sertões pela ribeira de Paranã acima, expulsando todos os gentios que aí estavam e tinham suas aldeias, e povoando-as, ao mesmo tempo, com fazendas de gado vacum e cavalari. No ano de 1735, os requerentes prosseguiram na conquista para o sul do rio Tocantins, onde descobriram as minas de São Félix e chegaram ao tombador chamado de frei Reinaldo, voltando depois para suas famílias, por falta de mantimentos e cavalos. De novo formaram Bandeiras que percorreram a parte norte e as margens do rio Tocantins até ao arraial de São Luís, que povoaram com fazendas de gado. Dizem ainda que, no ano de 1697, os moradores do sertão do Rio Grande (de São Pedro) do Sul, intentaram conquistar os gentios mencionados, mas não conseguiram expulsá-los nem levá-los à paz e só puderam povoar uma fazenda de nome Sobrado. Havendo muitas lutas e assaltos dos índios, foram obrigados a retirar-se, deixando os gados. Passados anos, o coronel Garcia de Ávila Pereira mandou cerca de 400 homens armados para essa



34 - Ruínas da casa da Torre dos Garcia D'Ávila, Tatuapara – Bahia.

conquista, a qual só pôde ser feita até a referida fazenda, que voltou a ser povoada. Em 1708 foram de novo obrigados a retirar-se, tornando a deixar o gado nesse sertão que conquistaram, e começaram o seu comércio com as minas de Tocantins e Goiás, os sertões do rio de São Francisco, Rio Grande do Sul, Paranaguá (Parnaboa) e Piauí, e as cidades da Bahia, Pernambuco e Maranhão do que resultou utilidade à Fazenda Real, aos moradores do sertão das Terras Novas e às minas de São Félix, Chapada e Natividade. Dessas minas veio o (intendente da comarca de Goiás), Sebastião Mendes (de Carvalho), com a incumbência de arrecadar os reais quintos, sem atender aos muitos serviços que os suplicantes prestaram na referida conquista. Depois desta exposição, pedem que o (governador D. Luís Mascarenhas) os livre do pagamento desse imposto, que deveria ser cobrado aos mineiros e não aos criadores de gado, atendendo também a que pagam uma oitava de ouro por cabeça de gado que entre nas minas. (S. 1, ant. a 1740 Setembro 22).

Segundo o documento – pouco conhecido da historiografia tradicional e pela primeira vez comentado neste livro –, no ano de 1697 os moradores do sertão do rio Grande do Sul (atual rio Grande, afluente da margem esquerda do São Francisco) intentaram conquistar o gentio Acoroassu que ocupava então a região das Terras Novas... *«mas não conseguiram expulsá-los nem levá-los à paz e só puderam povoar uma fazenda de nome Sobrado...»* Havendo muitas lutas e assaltos dos índios, foram obrigados a retirar-se, deixando os gados... Passados anos, o coronel Garcia d'Ávila Pereira mandou cerca de 400 homens armados para essa conquista, a qual só pôde ser feita até a referida fazenda, que voltou a ser povoada. Em 1708, foram novamente obrigados a retirarem-se, tornando a deixar gado... *«nesse sertão que conquistaram»* e *«recomeçaram o seu comércio com as minas de Tocantins e Goiás, os sertões do rio de São Francisco, rio Grande do Sul, Paranaguá e Piauí e as cidades da Bahia, Pernambuco e Maranhão...»*



35. Saguão do Palácio da Casa da Ponte dos Guedes de Brito, em Salvador - Ba.

Diz a carta que voltaram a esses sertões em 1730, conquistando os Acroá-Açu a partir de um arraial “cercado” no lugar chamado Palma, onde ficaram dois anos em guerras contínuas. Daí seguiram pelo rio das Palmas abaixo e assentaram novo acampamento no sítio chamado Salgado, de onde, em 1734, saíram para explorar os sertões até o rio Paranatinga – o baixo curso do Paranã – onde se estabeleceram e povoaram fazendas. A partir de 1735 sempre conforme o mencionado requerimento -, avançaram sobre o sul do Tocantins até as minas de São Félix, que teriam descoberto e, depois, pelo mesmo rio, seguiram pelo Norte até o arraial de São Luís, que povoaram com fazendas de gado.

Uma outra carta do provedor da Fazenda Real, Sebastião Mendes de Carvalho a D. Luís de Mascarenhas, em 1741, informa que esses moradores das Terras Novas, bem como os das ribeiras do Paranã, “Orocuja” (Urucuia) e rio Preto viviam não só do que provia o gado vacum e cavalar mas também do comércio de farinhas, milhos e bananas...

Eis aqui posto nas cartas dos moradores das Terras Novas, que impulsionados pelo rendoso comércio com as recém descobertas Minas Gerais, os fazendeiros do São Francisco, secundados pelos latifundiários da Casa da Torre dos Garcia d'Ávila, transpuseram a já conquistada Serra Geral, em uma profunda investida sobre o rio da Palma, em pleno vale do Tocantins.

Se até essas paragens chegaram em tão recuada época, é lícito supor que tenha-se tresmalhado gado sobre os pastos naturais do Alto Paranã e da região do Distrito Federal, ou que tenham se perdido desde os vales do Urucuia e do rio Preto.

De fato, quando, em 1722, Bartolomeu Bueno da Silva Filho adentrou a região já encontrou sinais de gado, sentindo-se de todo perdido, escreve Silva e Souza em sua narrativa.

Nas bordas de Goiás e Tocantins a pecuária antecedia a mineração...

No Noroeste de Minas Gerais

Pela mesma época das investidas sobre o Tocantins, temos um similar assalto de fazendeiros de gado sobre o norte e o noroeste de Minas Gerais, onde a pecuária também antecede a mineração.

Em 1690, o coronel Matias Cardoso, paulista famoso, antigo companheiro de Fernão Dias e de D. Rodrigo de Castelo Branco, instalou um arraial no São Francisco, alturas do rio Verde – hoje município de Manga -, de onde comandou diversas campanhas de apresamento de índios sertão adentro, tendo atingido os confins do Ceará.⁸ Antes antecederam-lhe na conquista do rio o mestre de campo Antônio Guedes de Brito, alargando as sesmarias da Casa da Ponte.

O filho e sucessor de Cardoso, Januário Cardoso de Almeida, também terrível bugreiro, prosseguiu a obra paterna, fundando o arraial de Morrinhos, atual Januária, e sempre tomando aos índios território, fundou São Romão, à margem do São Francisco, entre os desaguadouros do Urucuia e do Paracatu. Diogo de Vasconcellos diz serem esses índios oriundos de dois ramos de Caiapó, deslocados um do estado do Maranhão e outro da região do Alto Tocantins goiano.

Na geração seguinte, os Cardoso (que vinham se aliando por casamento com moças aparentadas à Casa da Torre) já se tinham assenhorado de boa parte do médio São Francisco. Antes de 1736, Matias Cardoso de Oliveira era o senhor do Urucuia, e seus parentes Domingos do Prado Oliveira e Salvador Cardoso de Oliveira, potentados de terras intermináveis ao longo do São Francisco.

Em 1736 intentaram um motim contra o lançamento do imposto de capitação, que simplesmente ateou fogo ao sertão, com bandos de jagunços descontrolados confrontando as autoridades coloniais. É a sedição de D. Maria da Cruz, inscrita no pórtico da História do São Francisco Mineiro.

O que nos interessa em tudo isso, porém, é verificarmos que tanto pelos sertões do Tocantins quanto pelos são-franciscanos, desenvolveram-se movimentos muito antigos de colonização pela pecuária, convergindo em largo abraço por sobre as chapadas do Planalto Central.

Não fosse o relâmpago atordoante da mineração que, tanto em Goiás quanto em Minas, acelerou enormemente os processos econômicos e sociais, o gado teria primeiro chegado aqui, com seu berro plácido encobrendo o grito de horror do indígena conquistado.



36. Chefe Caiapó. Expedição Coudreau, em 1897.



⁸ Aqui, novamente, seguimos ao mestre Diogo de Vasconcellos, *História Média de Minas Gerais*, pp. 13-28 e 31-43 da 4ª edição - Belo Horizonte, Itatiaia, 1974.

Capítulo VIII

ANHANGÜERA-FILHO E O DEVASSAMENTO DO PLANALTO

A primeira expedição “moderna” com visos colonialistas a entrar na região e a primeira a perlmstrar o Planalto Central é a do descobridor das minas dos Guayazes e fundador de sua colonização, Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera II. Filho de bandeirante do mesmo nome – que quer dizer “diabo-que-foi” ou “diabólico”, alcunha que usava de bom grado e orgulho -, tinha 67 anos quando, depois de ter passado vinte anos no rebuliço das lavras de Minas Gerais, voltava às regiões de Goiás, como líder paulista, acérrimo inimigo dos emboabas. Vinha, nessa sua terceira investida, determinado «a descobrir o que queria ou morrer na empresa», como fizera saber ao governador de São Paulo.

Anhangüera II, ao entrar em Goiás em 1722, sabia aproximadamente o que encontrar: índios Caiapó, Carajapitangüá, Araxá, Quirixá, Goiás, Bareri e Carajaúna, como mostra um seu requerimento a respeito, de 13 de janeiro de 1720.

E ouro, e prata, e pedras preciosas.

Pelas tribos citadas, conhecia os Arachá ou Araxá, nações do Triângulo Mineiro. Em Goiás sabia dos Quirixá ou Crixá, dos onipresentes Caiapó e ainda dos índios Goiá, Carajaúna e Carajapitangüá, todos esses do vale de Araguaia, aparentados dos atuais Carajá.

Não lhe serviria descobrir um único rio aurífero no vasto território, mas uma sucessão de pelo menos cinco deles o que pelo regimento das terras minerais em vigor – conferir-lhe-ia regalias e um superior estatuto de “descobridor”, condições estas que parcialmente explicam as indecisões da expedição.

Enfim, composta a bandeira de um bom número de portugueses – emboabas de que era inimigo, mas dos quais não podia prescindir enquanto financiadores da empreitada – convinha seguir uma política de sigilo para não lhes ceder informações mineralógicas vitais. Isso explicaria ainda as reclamações quanto ao percurso da bandeira, de que tanto se queixava seu principal cronista, o português Silva Braga.

É provável que o alferes Silva Braga, emboaba, fosse um agente especialmente destacado pelas autoridades de São Paulo para coletar informações sigilosas da expedição, já que uma das condições sublinhadas pelo poder real – em seu regimento para a regulamentação das atividades das bandeiras – era a de que se registrasse toda e qualquer ocorrência mineral, por desprezível que fosse. Ao contrário não se compreende facilmente como e porque o alferes Silva Braga, doze anos após a ocorrência dos fatos, conservasse tantos detalhes sobre os primeiros meses da bandeira. Trata-se de memória essencialmente elaborada com o objetivo de



37. Mulher e criança Carajá. Expedição Coudreau, 1897.

instruir terceiros. E que tornaram-no, involuntariamente, o maior cronista de bandeira. Com profusão de detalhes conhecemos o que ocorreu com a expedição de Anhangüera II, durante os dez meses em que nela esteve o espião Braga até abandoná-la e através de arriscadíssima navegação, com uns poucos companheiros, dar em Belém do Pará.

Saída de São Paulo a 3 de julho de 1722, a bandeira só regressará a 21 de outubro de 1725, trinta e nove meses depois.¹

A investida da tropa de 152 homens em armas e 3 religiosos sobre o Planalto Central vinha sem maiores incidentes, já passado o Triângulo Mineiro, até que, prestes a completar dois meses de marcha desde São Paulo, depois de atravessado o rio Paranaíba, souberam os expedicionários que os Goiazes ficavam para trás, a Oeste. O capitão Anhangüera, no entanto, resolve, sem qualquer explicação, fixar a seus comandados a direção geral de Norte-Nordeste, quarta de Norte, que desde aquele ponto e com tal direção só poderia despejá-los no Distrito Federal.²

Este ponto de mudança de itinerário de Noroeste – que seguiam desde São Paulo com inequívoco destino às minas de Goiás – para Nordeste, a dois dias de viagem do Paranaíba, onde um dos padres deixou-se ficar com ânimo de fazer roças, parece fixar-se em Catalão, como quer a historiografia oficial.

As Grandes Chapadas

Oitenta léguas adiante – quando da reincorporação à bandeira do renitente padre – é quando diz-nos Silva Braga:... «*Demos com umas grandes chapadas, com falta de todo o necessário, sem matos nem mantimentos, só sim com bastantes córregos, em que havia algum peixe: dourados, traíras e piabas, que foram todo o nosso remédio; achamos também alguns palmitos que chamam jaguaroba, que comíamos assados e ainda que é amargoso, sustenta mais que o mais...*»

Estamos pois no Distrito Federal, nas “Grandes Chapadas” ou em suas proximidades! De fato, no rio Paranaíba, na divisa entre Goiás e Minas, a altitude pouco supera aos 600 metros do nível do mar. Dali o Planalto vem subindo gradativamente: a meio caminho, em Pires do Rio, monta a uns 750 metros. Em Luziânia supera um pouco os 950 metros, e subitamente alça-se a 1.200 no chapadão do Gama e a um pouco mais no da Contagem, rodeando ambos a depressão geológica do Plano Piloto.

Henrique Silva, membro da Comissão Cruls, primeiro intérprete do roteiro de Silva Braga, escrevia em 1917: ...«*A simples referência ao nome da primeira espécie desses peixes (dourado), que não ocorrem nas águas do Tocantins nem em nenhum dos afluentes da bacia Amazônica, afasta a hipótese de se procurar mais adiante ou à direita de Mestre d’Armas o ponto em questão... Outro indício veemente vem a ser a abundância sabida nas proximidades de Mestre d’Armas da palmeira do gênero Cocos, que o autor chama Jaguaroba, a qual fornece o palmito amargoso guariroba, assim conhecido no interior do país, em Goiás principalmente*»

1 A viagem de Anhangüera no atual território paulista é precariamente identificável no relatório de Silva Braga: de São Paulo Capital a Jundiá, à passagem do Atibaia - o qual confunde com o Mogi -, ao Jaguari, ao Mogi-Guaçu na passagem de Itapira e ao Jaguari-Mirim, abaixo de Santa Cruz das Palmeiras. A partir daqui torna-se lacônico o relato, levando de sete a oito dias para atingir-se o Rio Grande, sempre dormindo a expedição junto a córregos e rios não nomeados. Devem ter atravessado o rio Grande na direção de Uberaba e estiveram acampados junto ao rio Uberaba. Dali, a próxima referência é a de um rio das Velhas... «*que entra no rio Grande*». Ora, o atual Rio das Velhas, ou Araguari, verte suas águas no Paranaíba - que Silva Braga denomina de Meia Ponte - e passa muito a Leste para interessar a viajantes que se dirigem a Noroeste. Como já se equivocara anteriormente em relação ao Atibaia e ao Mogi, Silva Braga deve ter-se confundido com o Rio das Velhas e, ademais, não é bom geógrafo o nosso cronista Silva Braga.

2 Escreve Olympio Gonzaga de as minas de Paracatu terem sido descobertas pelo Anhangüera, conforme anotações de um obscuro roteiro de 1725, encontrado na Bahia, o qual servira de orientação à bandeira dos Caldeira Brandt. Sendo muito comum em história transposições indébitas entre fatos, pessoas e datas, não é impossível que em sua arremetida sobre o Planalto, tangenciasse o Anhangüera - que seria o pai e não o filho - a região de Paracatu. Em 1739, Felisberto Caldeira Brandt era capitão de cavalaria do regimento de Goiás e pode ter tido esse roteiro com o próprio Anhangüera, falecido em 1741. Fica a sugestão.

Como argumento complementar, lembra o alferes da Comissão Cruls, Henrique Silva, emérito jornalista, as minas de Urbano, soldado dessa expedição – e sobre as quais discorreremos adiante: ... «*ficam estas jazidas distantes dez léguas apenas de Mestre d'Armas, como se vê de um roteiro daquele bandeirante português, cujo nome não ficará no número dos esquecidos, pois está intimamente ligado ao de tantos acidentes geográficos de Goiás...*»

Curiosamente toda essa argumentação de nosso ilustre antepassado, Henrique Silva, cabe à perfeição também para o bairro da Guariroba, aos fundos de Ceilândia, a satélite de Brasília, cujo nome, por si, tudo indica, embora o professor Mário de Castro – que também descende de um expedicionário de Cruls – puxando por sua Planaltina, assegure-nos, jocosamente, que as palmeiras de guariroba (*Syagrus oleracea* (mart.) Becc.) são lá ... aos bilhões! É a gueroba das Minas Gerais, o catolé do Ceará, o coco-católé, o coqueiro-amargoso, o coqueiro-gariroba, a pati-amargosa...

A Tragédia

De fato, as indicações de Silva Braga são poucas para acertarmos a porção platina do Planalto a que chegara a bandeira e onde vamos assistir à maior tragédia coletiva já ocorrida na região até os dias de hoje.

... «*Aqui nos começou a gente a desaparecer de todo; morreram-nos quarenta e tantas pessoas entre brancos e negros, ao desamparo, e se pude ficar com vida eu a devo ao meu cavalo, que para me montar nele pela nímia fraqueza em que me achava, me era preciso de lançar-me primeiro nele de braços levantados, sobre o primeiro cupim que encontrava...*» Morreram mais de 40 pessoas, aniquilara-se quase um terço da expedição!

Pelos nossos registros do passo a passo da bandeira, devia ter-se dado esse episódio em fins de setembro de 1722, quando acomete o Planalto o auge da estiagem, cujos efeitos sobre a saúde os brasilienses conhecem bem.

Acresce que nos últimos trinta dias, desde a região do rio Paranaíba, vinha a expedição quase só por regiões de cerrado ralo – Caldas Novas, Pires do Rio, Luziânia, aproximadamente abrasadas pela seca; a caça pouca e arisca; o sol arrasador; os campos abandonados pela fauna; o ar pesado e de baixa umidade, tudo levando a um processo cumulativo e fatal de desidratação, de insolação e desnutrição, cujo desenlace deu-se não muito longe de Brasília. Qual não deve ter sido o desespero dos 150 homens doentes e famintos ao depararem-se com “as grandes chapadas”!

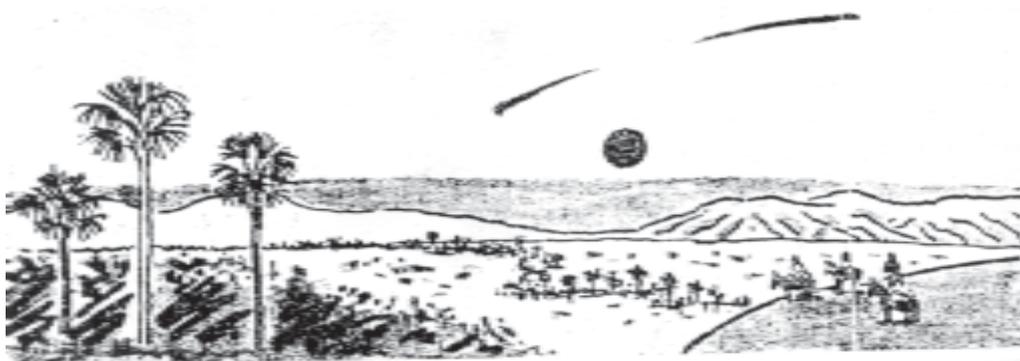
Segundo Silva Braga, com efeito... «*vendo-se o cabo (Anhangüera) nesta miséria, e temendo a falta e a mortandade de gente e muito mais considerando o erro que tinha dado no rumo que então seguia, se valeu do Céu, e foi a primeira vez que o vi lembrar-se de Deus, prometendo e fazendo várias novenas a Santo Antônio para que nos deparasse algum gentio que conquistado nos valêssemos dos mantimentos que lhes achássemos, para remédio da fome que padecíamos!...*»



38. O escritor e jornalista Henrique Silva (1865 - 1935). Bico de pena de Marcos da Veiga Jardim, 1973.

Iam assaltar uma aldeia indígena para roubar comida!

Sem poder arrancar a bandeira toda devido à sua calamitosa condição, lançou Anhangüera pequenas vanguardas a procurarem alguma trilha indígena no Distrito Federal:... «*passados 15 dias com bastantes moléstias e trabalhos, demos com uma picada nos mesmos campos...*», relata Silva Braga.



39. Descobrindo o sertão, por Rômulo Andrade.

Estava o grosso da bandeira ainda acampado nas “grandes chapadas” e sabemos agora que, pelo menos por quinze dias, morrendo-lhe gente diariamente. Não se surpreendam os arqueólogos se encontrarem quarenta ou mais sepulturas de bandeirantes na região.

Continua Silva Braga:

...«*seguimo-la (à picada) nove dias, achando nela alguns ranchos feitos de pau e ramos com alguns grãos de milho já nascidos!...*» Devíamos estar aqui na primeira quinzena de outubro, caindo as primeiras chuvas, amenizando-se a inclemência das condições meteorológicas.

A vanguarda que seguia a trilha indígena era composta de apenas 16 soldados, comandada pelo próprio Anhangüera, indo junto o cronista José Peixoto da Silva Braga. Todo o restante da tropa e da bagagem ficou para trás, junto aos doentes.

Indicador de valia para os arqueólogos é esse sistema dos índios da região de plantar pequenas choças e roças ao longo de suas “estradas”. Prossegue Silva Braga:... «*ao fim desses nove dias (pela picada indígena) – chegamos a uma serra cujas vertentes deságuam para o Norte...*» Esta é uma indicação importantíssima: se Silva Braga se dá ao trabalho de anotar que a tal serra verte águas para o Norte é porque até então palmilhava grandes chapadas que vertiam para o Sul, para a bacia platina, ou seja, a área de drenagem do São Bartolomeu, que teria esse nome – no entender de Diogo de Vasconcellos – em homenagem ao Anhangüera, Bartolomeu Bueno da Silva.

Serras vertendo para o Norte são muitas no Distrito Federal, a exemplo das eriçadas serras do rio Maranhão. Não nos servem porém em matéria de distâncias. Em nove dias de viagem, a pequena vanguarda de Anhangüera, mesmo com os soldados depauperados, devia avançar algo em torno de 130 quilômetros, desde o acampamento dos doentes nas “grandes chapadas” até à famosa serra que verte águas para o Norte.

Achamos, tentativamente, que estaria essa serra melhor descrita, ao norte de Formosa, como a serra da Bandeirinha, ou da Pedra Preta, na pior das hipóteses a serra do Itiquira, todas elas a cavaleiro sobre o Vão do Paranã.

Deste ponto da serra – por certo com sinais de proximidade da aldeia que buscavam – ...«*Lançando adiante quatro índios para farejar o gentio, os seguimos três dias de viagem...*» Na noite do terceiro dia avistaram a aldeia e «*no segundo dia que marchamos a buscá-la, encontramos um rio caudaloso em que havia muitos peixes, cajus, palmitos e muita caça, que*

nos serviu de muito... » Acreditamos – por razões que aclaram-se à frente – que esse rio caudaloso é o Paranã, logo em seu primeiro trecho, ao norte de Formosa.



40. Sucessão de chapadas, por Rui Faquini, 1990.

O Assalto aos índios

Não chegaram a surpreender a aldeia. Foram antes pressentidos pelos cachorros dos índios e recebidos por uma saraivada de flechas e com um início de combate corporal, em que tombou ferido um dos soldados, atingido por flecha e bordunada.

Anhangüera proibira que atirassem nos índios e apenas consentiu que os bacamartes fossem disparados para cima, provocando um efeito sonoro avassalador para aqueles gentios. Os índios abandonaram a aldeia e os bandeirantes dela se apossaram, fortificando-se Anhangüera em um dos ranchos, para onde trouxe o paiol de milho ali encontrado. O soldado ferido no ataque foi tratado com urina, fumo e uma sangria, estando plenamente recuperado no dia seguinte. O grande troféu, no entanto, foram as roças: 200 mãos de milho, 25 batatais, além de araras, periquitos, cachorros, cabaças e panelas de cerâmica. Autenticamente, desta vez, “ao vencedor as batatas”. A aldeia era grande: 600 almas, 19 grandes ranchos redondos com portas para a defesa, ao rez do chão, dentro dos quais se abrigavam 20 ou 30 famílias.

Supomos, pelas suas característica defensivas – grande matilha de cães para o alarme e as estreitas entradas das ocas -, que era uma aldeia com receio permanente de assalto: ou dos brancos ou de outras tribos, principalmente de hordas Tupi-Guarani expulsas pelo colonizador no já velho processo de ocupação de Minas Gerais e do sertão da Bahia.

Durante algum tempo, estiveram os índios à volta da aldeia esbulhada, trocando sinais de guerra e paz com o velho Anhangüera. Dos sete índios aprisionados na tomada da aldeia, o “diabo velho” imediatamente libertou um que era “torto”, provavelmente um paraplégico, como aviso aos índios de suas intenções humanitárias. Em dias seguintes, vieram estes desarmados à aldeia muito admirando-se das espingardas bandeirantes e de seus efeitos devastadores. Entrementes, Anhangüera mandou aviso para marchar o resto da tropa com a bagagem e os doentes.

Ora, justo um dia antes de sua chegada, os índios enviaram aos bandeirantes, como presente de paz, 16 lindas índias... «*ainda moças, muito claras e bem feitas*», talvez como mensagem de aliança nupcial, estritamente monogâmica, para os 16 homens da vanguarda.

Aos bandeirantes, ausentes de carinhos femininos há uns bons quatro meses, essa deve ter sido uma noite inesquecível de amores. Mas eis que no dia seguinte, aponta no horizonte, o restante da bandeira: os homens são levando em padiola os doentes...

Segundo Silva Braga, avistando os índios à caravana ao longe, supuseram que os doentes eram prisioneiros que seriam devorados pelos conquistadores, e fugiram para longe, deixando desde então o assédio à aldeia esbulhada.

Afinal, que índios foram aqueles encontrados por Anhangüera nas cabeceiras do Paranã?

Com a palavra, mais uma vez, o velho Silva Braga: ...«*Chama-se a este gentio Quirixá, vive aldeado, usa arco, flecha e por retes; é muito claro e bem feito; anda todo nu, assim homens como mulheres...*»

Os Crixá do Planalto

Joseph de Mello Álvares, o Herôdotos do Planalto, dá a entender – em manuscrito inédito, desencavado pelo autor no Arquivo Histórico de Goiânia – que ainda em 1886 perambulavam pacificamente pela região esses Quirixá, ou Crixá, bem como índios Xavante e Pedras Brancas, por certo pequenos grupos, escondidos nas brenhas do rio Maranhão, na divisa norte do Distrito Federal.

Não encontramos até agora relatos de confrontos com índios no Planalto, para o Século XIX.

Há, nos limites da antiga capitania de Goiás – que incluía as regiões hoje de Tocantins, Distrito Federal, Triângulo Mineiro e, naturalmente, Goiás – cinco acidentes geográficos com a denominação Crixá. O mais conhecido é a cidade de Crixás, a cerca de 400 quilômetros a noroeste de Brasília, situada em um galho do rio Crixás-Açu (Crixás-Grande) que deságua no Araguaia um pouco abaixo da ponta sul da ilha do Bananal. Foi fundada, ao arripio da legislação vigente, em 1734, sobre inesgotável terreno aurífero e que ainda encerra, nos dias de hoje, uma das maiores jazidas do país. Fora descoberta por um dos muitos genros de Anhangüera, o turbulento Domingos Rodrigues do Prado, líder dos levantes de Pitangui, em Minas Gerais (1719), pelos quais, fugido, foi enforcado em efígie. Sócio do sogro na expedição que ora tratamos, o conde de Assumar definiu-o com meia dúzia de palavras: «*homem régulo e por natureza matador insigne.* »

Há o rio Crixás-Mirim, afluente da margem esquerda do Crixás-Açu e também há, coisa de 50 quilômetros ao sul de Porto Nacional-TO, o rio Crixás, que verte pela margem esquerda do Tocantins, distando uns 900 quilômetros de Brasília, conforme consta do precioso

Vocabulário Geográfico do Estado de Goiás, publicado pelo IBGE em 1957.

A nação Crixá, hoje de todo extinta, ou era muito andeja ou muito numerosa para comparecer a tão dilatadas regiões.

Finalmente, a menos conhecida das toponímias crixás, onde situamos os fatos em exame, é o rio do mesmo nome, afluente da margem direita do Paranã, situado a 100 quilômetros de Brasília. Tem suas mais altas nascentes ao lado da rodovia Brasília – Salvador, a 30 quilômetros de Formosa, e caminha quase uns 50 quilômetros sobre terrenos geralmente acidentados, até despejar-se no caudaloso Paranã. No contexto da bacia do Paranã é um ribeirão pouco importante: não o vemos plotado na cartografia do Século XVIII e tão só no mapa da província de Goiás, de 1836, do brigadeiro Cunha Mattos. É citado, porém, com esse nome, na década de 1740, em uma das sesmarias fundadoras da região de Formosa, como adiante se verá.

Se aí um dia empreenderem pesquisas arqueológicas, devem ser descobertos alguns sedimentos e restos de índios Crixá misturados a vestígios paulistas.

A bandeira do velho Anhangüera, como vimos, iluminada talvez pelos sonhos de se atingir as minas dos Martírios, à beira do Araguaia, havia deixado de lado, muito ao Sul, as minas dos Goiazes, preteridas em função das descobertas daquelas outras, a grande distância ao Norte, na confluência do Araguaia-Tocantins. As minas que vira quando menino de 12 anos, numa das vanguardas da enorme bandeira de Paes de Barros, e que intentava agora descobrir em vão?

Manoel Rodrigues Ferreira, em São Paulo, e Jacy Siqueira, em Goiânia, acreditam que o fundador da conquista de Goiás tentava atingir naquelas paragens a futura mina de Serra Pelada, o que, como conjectura é estimulante, embora muitos anos depois, Bartolomeu Bueno da Silva ainda achasse forças para indicar roteiros dos Martírios a oeste de Vila Boa, no rio das

Mortes mato-grossense.

E sendo assim, só nos resta recapitular: a primeira fase da bandeira do Anhangüera “descobriu”, ao que parece, apenas as terras do Planalto Central. Seu acampamento, durante três meses, foi o rio Crixás que verte suas águas no Paranã. E esse Paranã é o velho rio Paranatinga das expedições seiscentistas, pórtico histórico por onde fluíram os primeiros movimentos e as primeiras expedições de “descoberta” do interior do Brasil.

Em benefício das dúvidas do leitor e das nossas próprias, transcrevemos nas notas a este capítulo a íntegra do roteiro de Silva Braga em Goiás.



Nota ao Capítulo

A Bandeira do Anhangüera II segundo Silva Braga

O roteiro anhangüerino do alferes José Peixoto da Silva Braga fez-se nas vivas presenças do próprio e de seu entrevistador, o padre Diogo Soares – designado pelo reino como cartógrafo oficial, para registrar as “notícias práticas” dos descobrimentos e aventuras nos sertões – nos idos do dia 25 de agosto de 1734. Estavam ambos, o entrevistado Silva Braga e o entrevistador padre Soares, no lugar chamado “passagem das congonghas”, que supomos ser o sítio histórico atual de Congonghas do Campo, onde dali a muitos anos, em fins do Século XVIII, o genial arquiteto Francisco Antônio Lisboa, dito o Aleijadinho, criaria o adro famoso do santuário do Bom Jesus de Matosinhos! Eis a íntegra da narrativa do alferes José Peixoto da Silva Braga ao padre Diogo Soares:

«Saí da cidade de S. Paulo a 3 de julho de 1722 em companhia do capitão Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera, de alcunha, que era o cabo da tropa, com trinta e nove cavalos, dois religiosos bentos, Fr. Antônio da Conceição e Fr. Luiz de Santana, (um franciscano, Fr. Cosme de Santo André) e cento e cinqüenta e duas armas, entre as quais iam também vinte índios, que o Sr. Rodrigo César, general que então era de S. Paulo, deu ao cabo Bartolomeu Bueno para condução das cargas e do necessário.

«Dos brancos, quase todos eram filhos de Portugal, um da Bahia e cinco ou seis paulistas com os seus índios e negros e todos à sua custa.

«Passando o rio Theaté fomos pousar neste dia junto ao mato do Jundiaí, 4 léguas distante da cidade de S. Paulo. Na marcha seguinte entramos no mato, passamos o rio Mogy, que é rio de canôa e muito peixe, tem e dá mostras de ouro, mas com pouca conta. Aqui falhamos um dia e no seguinte marchamos sempre ao norte, demos com um rio também de canôa, a que pusemos nome e nele pousamos esta noite. É o caminho todo de campo, com alguns capões de mato, bons pastos e bastante aguada.

«No dia seguinte passamos o rio em um váu com água pelos peitos, e fomos pousar no meio do campo, distancia de 3 para 4 léguas, junto a um córrego que entra com os demais no Rio Grande. Daqui passamos no outro dia a fazer pouso nas margens de um riacho, que passamos na manhã seguinte encostados a uns paus presos com cipós para vencermos a muita violência e grande força d’água com que corria.

«Neste pouso falhamos um dia, sendo a causa o requerer toda a tropa ao Anhangüera lhe fizesse a resenha que lhe tinha prometido antes fazer em Mogy e a que tinha já faltado. Escusou-se este com a promessa de que em chegando o capitão João Leite da Silva Ortiz, seu genro, que nos tinha ficado atrás e era o outro descobridor, o faria, e, caso que não chegasse a tempo competente, o faria ele cabo no Rio Grande.

«Com esta esperança marchou toda a tropa sete ou oito dias, sempre por campos e matos grossos e pousando sempre à beira dos córregos e rios; não faltou em todos eles caça e peixe. Deste último pôrto fomos ao Rio Grande, passando em canôas feitas de pau e samauma, depois de dormirmos e falharmos nele dois dias, esperando se nos fizesse a resenha prometida, mas faltou como sempre o Anhangüera. Partiu deste sítio toda a tropa ainda junta, mas já desconfiada e foi dormir a distancia de 4 léguas junto a um córrego, que deságua no Rio Grande. Aqui nos começou a faltar o mantimento e assim nos foi preciso marchar 5 dias, passando com o que dava a espingarda, pássaros, macacos, palmitos e algum mel.

«No fim destes cinco dias chegamos ao Rio das Velhas, que entra no Rio Grande. É caudaloso, tem bastante peixe, mas sem mostra de ouro. Falhamos nele dois dias, pescando e caçando por ter bons matos e para provimento da viagem. Aqui nos deixou o Anhangüera adiantando-se com parte de tropa, ficando o resto da expedição para o seguir. Neste tempo ausente já o cabo, chegou João Leite com a sua gente, por cuja causa falhamos mais este dia.

«No dia seguinte com João Leite procuramos ligar ao Anhangüera e depois de 4 dias de marcha o achamos com ranchos feitos entre o mato: passamos no caminho alguns córregos, que nos permitiam a vadeá-los por ser tempo de sêca.

«Avistada a tropa com o cabo, lhe pediu João Leite que fizesse a resenha prometida não só em S. Paulo mas nos sertões, porque a gente estava desconfiada e temia se malograsse por esta causa a empresa que ambos tinham oferecido, não só ao general Rodrigo Cesar, mas ao mesmo Soberano. Respondeu-lhe que a resenha era escusada, porque os Amboabas, assim chamam aos reinóis, não era gente que lhe merecesse consideração. Com esta resposta desconfiados não só os Amboabas mas, ainda os poucos Paulistas que nos acompanhavam, determinaram-se de voltar logo para S. Paulo; mas acudindo a isso João Leite, os obrigou com rogos e com promessas e muito mais com o seu natural agrado, a que os não desamparassem.

«Reduzida a tropa, se poz em marcha, depois de 15 dias de falhas que se gastaram nestas desordens, como também em fazer algum provimento do que permitia o mato, como este não era muito e nem todos tinham que lhe caçasse, obrigou alguns a matarem e comerem um cavalo que tinha quebrado a perna e fui dos que nos aproveitamos dele. Aqui quisemos falhar mais alguns dias por entrarem já as águas e temermos não só os rios e córregos, mas a falta de matos e com ele o necessário e preciso para o sustento. Resolveu o cabo a marchar com o ódio dos Amboabas de quem era o voto. Seguiu a tropa e fomos dormir nesse dia junto de um córrego que tinha algum peixe com melhores pastos e bastante mato. Aqui desconfiamos de todo, persuadidos que o Anhangüera nos queria acabar no meio daqueles matos e alguns houve que se resolviam a ficar, lançando roças e plantando alguns poucos pratos de milho que tinham ainda para o seu sustento; mas o capitão João Leite os tornou de novo a animar e induziu a que passassem avante, como passaram.

«Passados alguns dias de marchas e neles alguns rios e córregos, com assás trabalho e perigo, por serem as águas muitas e maior a fome, fomos arrancar perto da Meia Ponte. É a Meia Ponte um rio caudaloso, tem bastante peixe, bons pastos, muito mato. Passado este rio caudaloso, em umas pequenas canôas, que fizemos de casca de árvores, fomos dormir na outra banda do rio que nos hospedou toda noite com aguaceiro e uma famosa trovoada que durou até a manhã seguinte com tanta água que nos não deu lugar a podermos fazer ranchos, e por isso me vali de uma tolda, que tinha comigo. Da Meia Ponte distante dois dias de viagem deixou-se ficar Frei Antônio, com animo de lançar roça com dez negros, um sobrinho e um mulato, com outro branco paulista, que consigo tinha.

«Sentiu a tropa naquela noite a falta do dito religioso. Deu-se parte ao Anhangüera e mandou este persuadi-lo que voltasse e marchasse adiante. Mas teve por resposta com todos faltando a tudo o que lhe tinha prometido em S. Paulo, lhe era não possível acompanhá-lo que ele determinasse plantar algum milho, com que se pudesse recolher a povoado.

«Desenganado o Anhangüera, marchou com a mais tropa e julgando que indo sempre ao norte, como até ali já tinha feito, lhe ficára já atrás os Guayazes que ele procurava, mudou de rumo e seguiu o nordeste quarta de norte.

«Passaram de cento e tantas léguas as que andamos a este rumo, nem mais sustento nos dava o mato. Neste dia lhe fugiram ao cabo 8 índios dos seus, publicando primeiro a todos que íamos errados, porque os Guayazes nos ficavam já para atrás. Destes índios foram apanhados depois de alguns dias só 3, que trouxe presos João Leite, que se expediu a buscá-los com dois negros e 4 brancos; trouxe também nesta volta consigo Frei Antônio, que nos ficára distante perto de oitenta léguas; mas que ainda veio Frei Antônio, nem por isso desamparou a sua roça, porque deixou nela o sobrinho e quase todos os negros. Nesta ocasião demos em umas grandes chapadas com falta de todo o necessário, sem matos nem mantimentos, só sim com bastantes córregos, em que havia algum peixe; dourados, traíras, e piabas, que foram todo o nosso remédio; achamos também alguns palmitos que chamam jaguaróba, que comíamos assados e ainda que é amargoso, sustenta mais do que os mais. Aqui nos começou a gente a desfalecer de todo; morreram-nos quarenta e tantas pessoas entre brancos e negros, ao desamparo, e se pude ficar com vida eu a devo ao meu cavalo que para me montar nele pela nímia fraqueza em que me achava me era preciso o lançar-me primeiro nele de braços levantados sobre o primeiro cupim que encontrava.

«Vendo-se o cabo nesta miséria e temendo a falta e a mortandade de gente e muito mais considerando o erro que tinha dado no rumo que então seguia, se valeu do Céu e foi a

primeira vez que o vi lembrar-se de Deus, prometendo e fazendo várias novenas a Santo Antônio para que nos deparasse algum gentio que conquistado nos valêssemos dos mantimentos que lhe achássemos, para remédio da fome que padecíamos! Passamos 15 dias com bastantes moléstia e trabalhos, demos em uma picada nos mesmos campos, seguimos-la nove dias, achando nela alguns ranchos feitos de pau e ramos com alguns grãos de milho, já nascidos: no fim destes nove dias chegamos a uma serra cujas vertentes deságuam para o norte, e lançando adiante 4 índios a farejar o gentio, os seguimos 3 dias de viagem. Éramos só 16 com o cabo, porque a mais tropa e bagagem a deixamos atrás com os doentes. Na noite do terceiro dia avistamos as rancharias do gentio e seus fogos: emboscamos-nos no mato para lhe darmos na madrugada; mas sendo sentidos dos cachorros, que tinham muitos e bons, quando os avançamos, nos receberam com os seus arcos e flexas.

«Não demos um só tiro por ordem do cabo, do que resultou o fugir-nos quase todo o gentio, o investir um deles ao sobrinho do cabo com tal animo, que lançando-lhe a mão à rédea do cavalo, lhe tomou a espingarda da mão e da cinta o traçado e dando-lhe com ele um famoso golpe em um dos ombros e outro no braço esquerdo fugiu levando consigo as armas. Desembaraçado do Tapuia, o paulista correu sobre ele sem mais efeito de recuperar a espingarda que lhe largou o tapuia, retirando-se com o terçado. Nesta mesma ocasião outro tapuia em uma das suas portas feriu levemente no peito com uma flexa a Francisco de Carvalho Lordelo e lhe deu na cabeça com um porrete, de que caiu logo; caído lhe deu outra porretada outro tapuia que apareceu de novo, deixando-o já por morto. É para admirar que em todo este conflito não fizesse mais ação o nosso cabo que o andar sempre ao longe gritando e requerendo-nos que atirassem só ao vento para não atemorizar o gentio. Foi Deus servido levarmos os ranchos, chovendo sobre nós as flexas e os porretes.

«Em todo este tempo não nos deixou o gentio, perseguindo nossos negros, que nos iam conduzir algumas batatas de 25 batatais que eram grandes e excelentes no gosto; destes negros nos mataram um e um cavalo; o que visto pelo cabo se fez forte em um dos ranchos que lhe pareceu melhor, mandando recolher todo o milho que se achou no paiol, a que poz guardas, como o fez também a sete índios que cativamos, mandando-lhes lançar a todos suas correntes, excetuando um índio torto, também cativo a que ao depois se deu liberdade. Recolhido em seu rancho, o Anhangüera mandou logo buscar os doentes e mais bagagens. Neste tempo se tinha humanizado mais o gentio, buscando-nos e servindo-nos sem arco e flexas e admirando muito as nossas armas. Ofereceu-nos paus, trazendo-nos em um destes dias, dezesseis índias, ainda moças, muito claras e bem-feitas, não éramos maus os brancos, em sinal de amizade. Repugnou o cabo aceitá-las, contradizendo todos os mais companheiros, e eu foi o que mais o persuadi em aceita-las dizendo-lhes que na consideração de sermos tão poucos, e estes fracos e mortos de fome, e muito o gentio, não escandalizássemos e que postas em guarda as ditas índias com os mais que se achavam presos, podíamos facilmente catequizar a todo o mais gentio, não só o ajuste dos pais, mas a darem-nos alguns que nos ensinassem o verdadeiro caminho dos Guayazes. Mas a nada disto se moveu o Anhangüera com a ambição de querer para si todo o gentio, motivo porque escusou sempre a resenha, e porque desconfiado o gentio desapareceu no outro dia, temeroso que ao entrar nova gente nas rancharia, (eram os doentes) e queríamos mata-los para comer; assim no-lo certificaram as índias que se achavam entre nós. Desesperado o cabo com a ausência do gentio, largou o tórto com algumas facas, tesouras e outras galantearias, para que os persuadissem a voltarem mas nunca mais o vimos.

«Chama-se esse gentio Quirixá, vive aldeado, usa arco e flexa e porretes; é muito claro e bem feito; anda todo nú, assim homens como mulheres. Tinham 19 ranchos, todos redondos, bastantemente altos e cobertos de palmito, com uns buracos juntos ao chão em lugar de portas; em cada um destes viviam 20 a 30 casais juntos, as camas eram uns cestos de buritis que lhes serviam de colchão e cobertas; eram pouco mais de 600 almas; estava situada toda esta aldeia junto dum grande córrego com bastante peixe e bom; no segundo dia que marchamos a buscá-la, encontramos um rio caudaloso em que havia muitos peixes, cajus, palmitos e muita caça, que nos serviu de muito. Nesta aldeia achamos 200 mãos de milho, 25 batatais, muitas araras e também alguns periquitos, que nos serviam de sustento e de regalo; tinham também bastante copias de cabaça e panelas e uma grande multidão de cães, que mataram quando fugiram e retiraram de todo, só afim de não serem sentidos das nossas armas, como experimentamos depois nas bandeiras que se lançaram a espiá-los.

«Aqui nos detivemos 3 meses sem neles nos dar o cabo milho nenhum, reservando-o todo para si e para sua comitiva. Eu tive a fortuna de me darem 17 espigas, e se tive mais milho o devo ao trabalho e perigo com que o recolhi das roças que tinha deixado o gentio de refugio; assim o fizeram todos os mais, não se isentando do mesmo trabalho ainda os religiosos, porque se o quiseram o carregaram e tiraram por suas próprias mãos, escoltados sempre de outro por medo do gentio. Antes de nos ausentarmos nos fugiram 4 das índias que o cabo tinha presas e nunca mais as vimos.

«Na demora que fizemos nesta aldeia, vendo toda a tropa que o cabo, sobre faltar à resenha tantas vezes prometidas, tinha a culpa de perdermos o gentio se amotinou, e tanto que se resolveram dois bastardos e um mulato, digo Mamedio, com alguns paulistas a quererem lhe tirar a vida e levantar a seu irmão Simão Bueno por cabo, por ser de melhor e mais fácil condição. Eu que soube a sua resolução, não obstante o não merecer o Anhangüera, fiz todo o possível para dissuadir de semelhante intento, insinuando-lhes o muito que deviam a João Leite. Dissuadidos os Bastardos e seus sequazes, seguimos viagem, costeando o córrego da rancharia ou aldeia, até darmos em um rio, que fomos costeando também pela parte norte a buscar novo gentio que nos pudesse ensinar o caminho dos Guayazes. Nestas marchas gastamos setenta e seis dias, andando dois deles sem achar água, de sorte que quando chegamos às margens de um rio foi tal a alegria em nós que cobramos alma nova, e tanto que nem os cavalos havia que os tirasse da água, por mais pancadas que para isso lhe dava.

«Aqui falhamos 12 a 15 dias, esperando por João Leite, que nos tinha ficado atrás em busca dos índios e não chegava.

«Neste sitio ouvindo dizer ao cabo que nos ficava já perto do rio Maranhão, resolvi a deixá-lo, e rodar rio abaixo buscando alguma terra já povoada para não perecer a fome e sede no meio daqueles matos. Seguiram-me meus camaradas que foram José Alves Francisco Carvalho, seu irmão, Manoel de Oliveira, (paulista) e João da Mata, filho da Bahia, ainda rapaz, José Alves com um negro e uma negra, seu irmão com um só negro, eu com três e um mulato que foram todas as peças que nos escaparam da viagem do Anhangüera, entrando eu com 6 negros e um mulato, Alves com 5 e o irmão com 3. Repugnou o cabo que saíssem comigo os 2 irmãos sem que o primeiro lhe satisfizessem 46 000 que devia a João Leite, que já chegado com Fr. Antônio; paguei por ele porque não vi outro remédio. Porém, João Leite vendo-me ausentar insistiu para que não o desamparássemos; e as insolências do cabo, que dizia publicamente havia de enforcar aos Amboabas, nos obrigaram a dar gosto a João Leite e a Fr. Antônio. O certo era que o Anhangüera tinha passado ordem a um dos seus tapuias para matar ao Alves por uma bem leve causa: o pior que vendo o mesmo Anhangüera que eu o deixava, me catequisou um negro bom mateiro chamado Pascoal e o deixou ficar consigo. Vendo-me sem ele voltei ao sitio do cabo distância de meia légua, rogando-lhe me restituísse o negro, respondeu-me que o negro não estava em seu poder, nem sabia dele. Fiz então procuração a Fr. Antônio para que o tomasse a si e me remetesse o procedido dele, caso que o vendesse, a minha mulher Leonarda Peixoto, à cidade de Braga. Soube João Leite desta procuração estranhando esta ação de seu sogro, me mandou oferecer um moleque por Estevam Mascate Francês, em lugar do negro, que aceitei logo por ser preciso mais gente para remar canôas; publicando neste tempo o cabo que já nos íamos e o deixávamos, morreríamos naqueles rios matas por nosso próprio gosto, sendo que melhor seria matar-nos que deixar perecer entre as águas; não duvido que nos quisesse herdar os negros, como tinham feito a todos os mais sócios.

«Feitas duas canoas, e dado o meu cavalo a Fr. Luiz, para m'o dizer missas a Nossa Senhora da Bôa Viagem, por lhe ter morrido o seu, rodamos o rio abaixo pelo interesse do peixe e caça que era muito; passados 8 dias de prospera viagem, damos na barra doutro rio que vinha da mão direita e terras de Portugal, tão grande como o porque rodávamos; passada esta Barra e depois de 4 dias avistamos outra barra dum rio mais pequeno, que vinha da mesma parte direita e desta a 15 a 20 dias, buscando sempre o norte que era o rumo a que corre o nosso, demos em outro rio maior, que vinha da parte esquerda em que achamos com as cheias inumeráveis jangadas feitas de buritis que tinham rodado com elas, sinal de haver gentio perto. Navegamos adeante e depois de 5 ou 6 dias avistamos alguns recifes de pedras e não poucas cachoeiras que passamos junto a terra da parte direita, cruzando as canôas por entre

os penedos, mas não com tanta cautela que não topasse uma pedra, e se partisse ao meio, perdendo nela duas canastras, traçados, anzóis, linhas, ouro, prata, tachos, espingardas e outros trastes necessários no sertão e que nele se precisam entre estes foi mais sensível a perda de um pacote de chumbo com 2 arrobas, escapando outro com o mesmo numero e um pequeno barril de pólvora que veio boiando acima; escaparam também três espingardas de 8 que trazíamos e tudo o mais se perdeu.

«Passado este perigo, fomos noutra canôa buscar a parte esquerda por baixo da cachoeira, onde o rio faz a remanço com excelente praia nela matamos 2 porcos, que nos serviram de matutagem para a viagem e fizemos de novo outra canôa com três machados e 2 anzóis, que também nos escaparam, vertendo sangue as mãos por ser de tamboril duríssimo o pau de que a fizemos, gastando na sua fabricação 12 dias abrigados à sombra daqueles matos; e como perdemos os anzóis e linhas, perdemos também o gosto de peixe, e nos valíamos do palmito bocajuba, que depois de esfolado e feito em uns pequenos pedaços socavamos em uma pedra, e comíamos em mingaus, servindo-nos de tacho e panela um pequena bacia de arame, que também nos escapou.

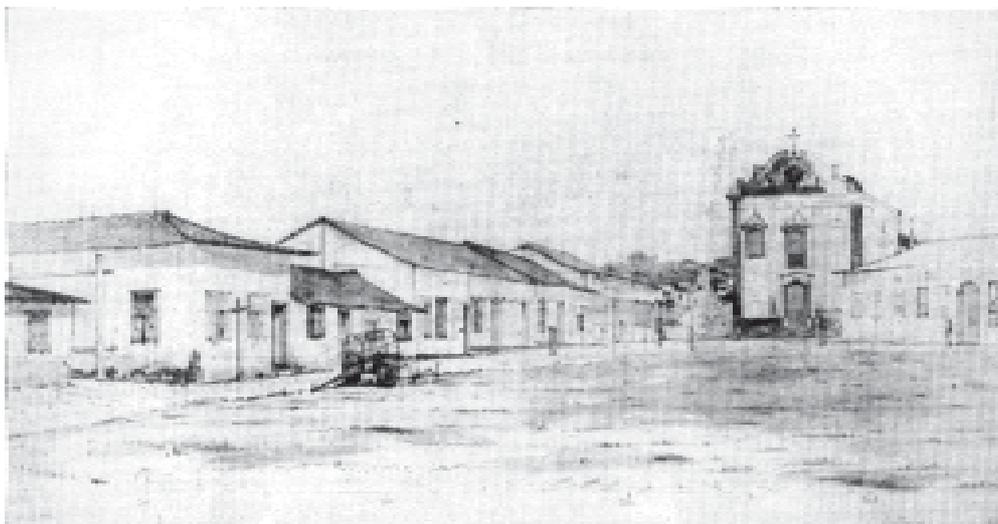
«Feita a canôa, seguimos a nossa derrota, e passados três dias de viagem demos com um páu cortado na beira do mesmo rio; abordamos as canôas a expiar algum macaco para comermos e matar a fome, que já era demais quando descobrimos um arraial de gentio pouco menos distante que um ou dois tiros de espingarda; era o arraial grande, e teria mais de 30 ou 40 ranchos redondos.

« Vistos nos tornamos logo a embarcar, fugindo a todo o remar por não sermos sentidos deles e tanto que fomos dormir distancia de 4 ou 5 léguas abaixo, arranchando-nos no mato da parte esquerda, onde achamos algum palmito indaiá, mas foi tal a perseguição dos morcegos nessa noite que sôbre nós vieram, que muito nos custou a livrarmos deles; porque como vínhamos já nús, tanto que fechamos maçãs e conchões que parecia um inferno; passamos por cima de uns recifes, lançando as canôas pelo canal á fortuna; saíram estas abaixo da cachoeira cheias de águas e rombos, tiramos então a nado, e consertada como pudemos, seguimos nossa derrota Este são, R. Senhor, os trabalhos, as misérias e as grandes conveniências que tirei das novas minas de Guayazes.

*In Zoaroastro Artiaga, **Contribuição para a História de Goiás**, pp. 16 – 23, Goiânia, Departamento Estadual de Cultura, 1947.*

Capítulo IX

FUNDAÇÃO: MEIA PONTE E A CONTAGEM DE SÃO JOÃO



41. Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte em Vila Boa de Goiás, vendo-se à direita o Palácio dos Capitães-Generais e à esquerda o arruamento da Praça da Matriz. Desenho primoroso do viajante inglês William John Burchell, 1828.

Depois de cabecear três anos e três meses pelos territórios atuais do Distrito Federal e de Goiás – o relato de Silva Braga, reporta-se apenas aos dez primeiros meses da expedição –, entrou Anhangüera em São Paulo, no dia 21 de outubro de 1725, feliz com o descobrimento de ouro em cinco ribeirões, como afiança uma carta do governador Rodrigo César de Menezes, e não no acabrunhamento em que o põem alguns cronistas antigos. E logo já está a preparar a outra bandeira de 1726, a realmente fundadora, esquecido de que da expedição de 1722, composta de mais de 150 homens, apenas 40 voltaram, conforme a crônica de José Ribeiro da Fonseca, a qual integra a “*Notícia Geral da Capitania de Goiás*”, organizada pelo autor.

O sertão consumiu cento e tantas vidas, quarenta delas nas “Grandes Chapadas” do Planalto brasileiro.

A nova bandeira, no entanto, já vinha melhor estruturada – até um engenheiro de minas a integrava – e deve ter desembocado, sem vacilações, sobre o vale do rio Vermelho e a serra Dourada, no pequeno império da atual Cidade de Goiás, o fundo de serra mais importante da história da colonização do cerrado brasileiro, o reencontro de Édipo dos dois Anhangüeras, fundando o primeiro seus ranchos, o segundo sua cidade, sob os olhares da Casa da Ponte em que muitíssimo tempo depois nasceu Cora Coralina. Goiás, a esfinge desvendada.

No mesmo ano de 1726, planta Anhangüera os alicerces de Goiás-Velho. Em seguida, erige a Barra, onde teve suas lavras principais servidas por um rego d’água, para a lavagem do ouro, com 20 quilômetros de extensão, segundo a *Notícia Geral*. Chegavam às centenas, em todas as monções da Páscoa, os aventureiros mal-alojados em São Paulo e os insatisfeitos nas Minas Gerais.

Antes de findar a década de 1720, já deviam estar fixadas as lavras e os arraiais de toda a bacia do rio Vermelho: Ouro Fino, Ferreiro, Anta, Santa Rita, todos hoje extintos, ou quase, com exceção de Santa Rita.

Diversas roças de mantimentos estabeleceram-se no distrito: já havia suprimentos e logística para enviar-se a todos os ventos novas bandeiras de exploração, justo quando acabava-se a grossa coleta do ouro aluvionar, que as águas dos rios em seu rudimentar cotidiano trabalho acumularam por milhares de anos nas corredeiras e remansos dos rios.

Daí para frente o trabalho ia ser muito mais penoso e menos rico. Garimpar margens de rios que há milhões de anos geológicos estavam dezenas de metros mais altos do que os atuais córregos, metidos no fundo das ravinas. A carta real de 1732 que dá conta da descoberta de Pirenópolis, já fala da diminuição de ouro nas minas do rio Vermelho dos Goiazes. No entanto foram estas as mais prolíficas e longevas do Brasil Central. O conceito de diminuição ou de decadência é inerente ao processo mineratório antigo. Desde o primeiro dia, com grossas pepitas de ouro catadas à flor da terra, os demais dias, anos e décadas são apenas largos patamares de decadência progressiva ou de dificuldade extrativa. O primeiro ouro é fabuloso na visão do Século XVIII.

As Minas de Meia Ponte

O Anhangüera, encartado de Superintendente Geral das Minas – autoridade que poucos brasileiros natos obtiveram – começou a enviar, apesar de seus 72 ou 73 anos de idade, bandeiras aos sertões, guiadas, quando não comandadas, pelos homens fiéis da primeira expedição e seguidas por ávidos sócios capitalistas, proprietários de dezenas de escravos, para o descobrimento de um sem número de outras lavras ocultas nos sertões de que ele próprio e os participantes da bandeira de 1722 eram melhor conhecedores, visto por ali terem perambulado três anos a fio. Se Americano do Brasil não estiver errado na data de 1729 como a da descoberta de Santa Cruz por Manuel Dias da Silva, a próxima bandeira a sair sob o patrocínio de Anhangüera é a expedição conduzida por Urbano do Couto Menezes (e financiada por Manoel Rodrigues Tomar) ao Planalto Central, da qual resultará a descoberta das minas de Meia Ponte, em 1730, e a fundação de Pirenópolis, em 1731.

As cortes interessavam-se e muito sobre a faina dos Goiazes. O rei D. João V remete carta ao governador de São Paulo, em fevereiro de 1732, manifestando aflição pela falta de notícias sobre os novos descobrimentos feitos por Manoel Rodrigues Tomar e Urbano do Couto Menezes, mais os paulistas que se tinham embrenhado nesses sertões, conforme notícia «*do ano passado (1731), achando vários ribeiros com bons jornais (de ouro) e uma grande vastidão de campanha com formações e disposições certas de muito ouro, além de muitas morros e serras com os mesmos sinais e abundante cópia de cristais*», mas que, «*as muitas chuvas e algum gentio que avistaram lhes não prevenira fazer lavouras mais largas*» – seria, portanto, entre os últimos meses de 1730 e os primeiros de 1731 –, «*sem embargo de que lançaram algumas roças*», indiscutivelmente, pelo nosso calendário agrícola, nos últimos meses de 1730.

A expedição, por fim, à falta de «*lavouras mais largas*» pois que certamente havia muita gente sob os comandos de Tomar e Urbano, «*se recolheram aos Guayazes, donde nos fizeram aviso do referido*» prometendo que «*pela Páscoa (abril de 1731), voltarão ao seu descobrimento.*»

Eis aí, recolocando as informações da carta em sua ordem direta, que a “descoberta” e fundação de Meia Ponte deu-se, em primeira vista, em 1730, e definitivamente, em 1731. Concluímos, um pouco a contragosto de Jarbas Jayme – o grande genealogista planaltino do Século XX que como a “descoberta” de Pirenópolis só se dá em 1730, a bela cidade colonial só será realmente fundada em 1731, quando, «*pela Páscoa, voltarão ao seu descobrimento...*»

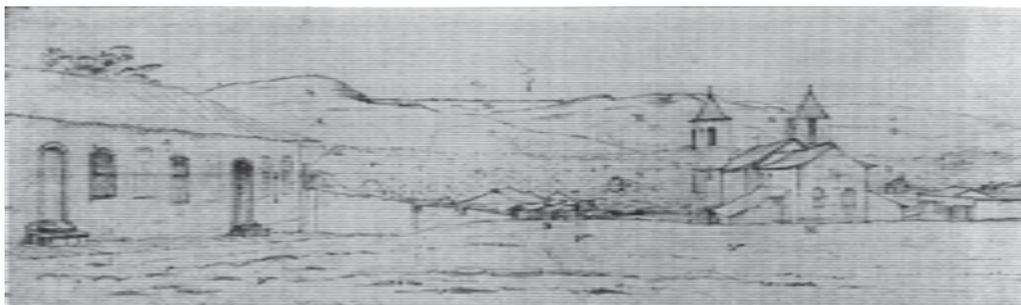
Fato é que a bandeira de Tomar e Urbano pode ter ziguezagueado pelo Planalto mais do que se supõe. O então governador de São Paulo, conde de Sarzedas, em eterna intriga com os paulistas, escrevia ao rei em 1732... «*Os descobrimentos feitos por Manoel Rodrigues Thomar e Urbano do Couto e Menezes, não acho notícia nesta capitania de que estes sejam devidos aos referidos, em mais que o rodeio que buscaram para irem àquela paragem, podendo-se desta passar aos Guayazes em quatro dias, como agora se viu no caminho que mandou abrir o*

descobridor Bartolomeu Bueno da Silva...»¹

Ora, a carta de estímulo do rei a Tomar e Urbano – «*vos ordeno que promovais estes descobrimentos e os favoreçais*», justo ao contrário do que fazia o governador -, fala em ...«*grande vastidão de campanha... muitos morros e serras... abundante cópia de cristais...*»²

Além da atual Pirenópolis, teriam devassado outras regiões do Planalto? A referência à «*abundante cópia de cristais*» faz pensar na serra de Cristalina. Em todo o Planalto há afloramentos de cristais, mas para ser em «*abundante cópia*», só mesmo ali.

Um dia, talvez, os arquivos portugueses nos revelem melhores versões do que as cartas vexatórias dos governadores Pimentel e Sarzedas contra os primeiros descobridores da mais



42. Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte e aspecto geral da atual cidade de Pirenópolis, registrados por Burchell em 1827.

nova mina de sua majestade. Opinião de Sarzedas sobre Tomar e Urbano do Couto: ...«*que as informações que tenho destes homens, e do seu procedimento, são tais que me parecem ser indignos da ... de V. Majestade por me não constar mais que...*» As traças pouparam-nos mais impérios contra os bravos bandeirantes em sua assoberbada empresa de descobridores.

Passados poucos anos, o conde de Sarzedas tentou elevar Pirenópolis à condição de Capital, pela razão justa de sua centralidade, mas também pelo *parti pris* de ser eminentemente povoada por portugueses natos, emboabas, enquanto na Capital de Anhangüera disseminavam-se os paulistas. A vinda a Goiás custou-lhe a vida, adoecendo gravemente Sarzedas na viagem pelos sertões e exalando a alma em Traíras, em 1737. Traíras, descoberta e fundação do perseguido e malfalado Manoel Rodrigues Tomar, que Sarzedas meteu arbitrariamente nos ferros quando foi procurá-lo, em São Paulo, para defender-se das tão freqüentes intrigas decorrentes da luta pelo poder em meio às alucinações auríferas.

Manoel Rodrigues Tomar, português, foi o maior descobridor de minas da história de Goiás: fundou Pirenópolis (1731), possivelmente Santo Antônio do Campo do Maranhão ou do rio São João (1732), talvez o Córrego do Jaraguá e seguramente os arraiais, outrora opulentos, de

1 Doc. hist. para a História de São Paulo, vol. 40, pp 13-14, São Paulo, 1902.

2 O Arquivo da Torre do Tombo em Lisboa é avaro em documentos sobre a história goiana, mas foi de lá que extratamos a presente carta real, quase que uma certidão de nascimento da mineração do Planalto: *D. João por graça de Deus.... Faço saber a vós, Antônio da Silva Caldeira Pimentel, governador da Capitania de São Paulo que se viu a vossa carta de 3 de junho do ano passado a respeito da diminuição de ouro que se experimentava nas Minas dos Guayazes, e dos novos descobrimentos que fizeram mais o povo dessa cidade Manoel Rodrigues Tomar e Urbano do Couto Menezes, achando vários ribeiros com bons jornais e grande vastidão de campanha com formações e disposições certas de muito ouro, além de muitos morros e serras com os mesmos sinais, e abundante cópia de cristais, e sem embargo de que lançaram algumas roças, as muitas chuvas e algum gentio que avistaram lhes não prevenira fazer lavouras mais largas, pelo que se recolheram aos Guayazes donde vos fizeram aviso do referido, e de que pela Páscoa voltarão ao seu descobrimento mais bem preparados, e com mais vagar para examinarem aquele país, e vendo o mais que sobre esse particular me representasses, me parece dizer-vos que se espera deles mais certas notícias desses descobrimentos e os favoreçais. El Rey N. Sr. mandou por Gonçallo Manuel Galvão de Lacerda e o Dr. Alexandre Metello de Souza e Menezes, conselheiros e Theodezio Pereira a fez em Lisboa Ocidental a 6 de fevereiro de 1732.* (Arquivo da Torre do Tombo, papéis do Brasil. avulsos. cod. 6 - Lisboa)

Água Quente (1732), hoje extinto, Traíras (1735), em processo de extinção – e ainda São José do Tocantins (1735) – a jubilosa Niquelândia, da qual o autor orgulha-se de ser cidadão honorário, *jozefino* de adoção.

Com a fundação de Pirenópolis e, logo em seguida, com a descoberta dos depósitos do rio Maranhão, não houve mais como refrear o contrabando – até mesmo pela dispersão das lavras que se anunciavam – nem como manter o tráfego mercantil monopolizado na estrada Real de São Paulo pelos comerciantes paulistas, recebendo-se o quinto real do ouro goiano na Paulicéia.

Coube ao nosso já conhecido conde de Sarzedas – que gostava de ditar regras «*sobre a questão de etiquetas entre o capitão-general e o ouvidor da comarca de São Paulo*» – levar a conhecimento real as más notícias: ...«*por algumas pessoas chegadas das minas dos Guayazes tive notícia que ao arraial da Meia Ponte havia chegado um comboio de gado, e algumas fazendas secas vindas da Bahia, digo vindas dos Currais da Bahia, por um novo caminho aberto de próximo; e que conseguida dita entrada se esperavam novas carregações em muito maior número de gado do rio São Francisco, Currais e Minas Gerais, donde se me faz certo está também aberto caminho para as Minas dos Guayazes, e como do referido conheço o grande prejuízo que se segue à Real Fazenda de V. Majestade...*»³

Era outubro de 1732.

Estava iniciada a colonização do Distrito Federal e do Planalto Central, principiada pela irresistível atração entre ouro e mercadorias, pela abertura de estradas de contrabando, e pelo fechamento da anunciada cunha colonizadora, que agora contatava, em pleno Planalto, a velha expansão pecuária nordestina ao inexorável destino mineratório do Brasil Central.

Fiscais do Sertão

Da mesma forma que acontecera antes em Minas Gerais, não houve como refrear a entrada nas minas de Goiás de emboabas – brasileiros ou reinóis – em detrimento dos fundadores da conquista, a gente *anhangüerina* de São Paulo.⁴

Iniciou-se, em 1732, a colonização do Planalto pela abertura, ilegal, da picada da Bahia para as recém-descobertas minas de Pirenópolis, apesar da ordem real de «*uso de um só caminho para elas, e que não devia ser outro senão o que se conservava desta cidade, feito pelos descobridores daquela conquista*», como escrevia ao rei, em 1733, o grave Senado da República da Vila de São Paulo.

Em 1735, apesar das rigorosas normas – chegando ao confisco total dos bens de quem ousasse negociar com os contrabandistas –, a realidade já superava a qualquer iniciativa de retaliação: naquele ano, não apenas continuava proibido o comércio com os currais do São Francisco, como das alturas do Maranhão, do Piauí e de Minas Gerais rompiam as picadas e o comércio ilegal por sobre as minas de Goiás. Gravíssimo para o erário real: constatara-se que nos dois últimos anos de 1733 e 1734, apenas 25 por cento do ouro do quinto real, comparando-se com os anos imediatamente anteriores, fora arrecadada, dissipando-se o resto pelo contrabando sertanejo.

Com uma habilidade que não lhe era usual, o conde de Sarzedas convocou em São Paulo uma junta integrada pelas maiores e mais expressivas autoridades paulistas, que convieram sobre o absurdo e a inutilidade do caminho exclusivo para São Paulo, em sessão solene de 25 de abril de 1735.

Acordaram, coração rasgado, com a legalização das estradas sertanejas, e com a instalação de Registros e Contagens em seus acessos, postos fiscais onde o tributo de importação – Entradas – era cobrado sobre os gêneros que dessem “entrada”, como o nome indica, nas novas minas. E

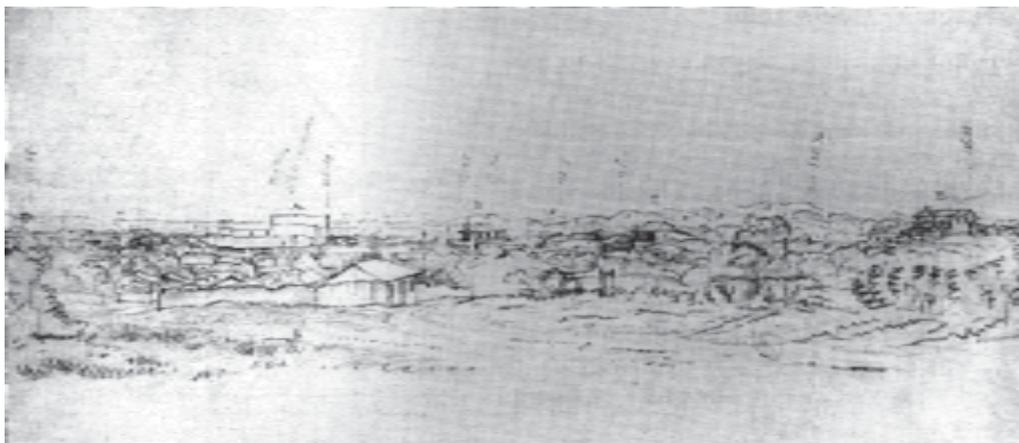
3 id. pp. 23-24.

4 Alencastre, op. cit. p. 54.

onde o ouro em pó obtido nas transações mercantis fosse substituído pelas barras já quintadas, isto é, aliviadas em 20 por cento de seu peso, a título do sacratíssimo imposto do Quinto, de propriedade pessoal do rei de Portugal, pela graça de permitir aos súditos a lavra em terras minerais do Reino.

Já o imposto das Entradas, cobrado sob alíquotas variadas, deveria financiar a administração pública da capitania e era licitado em sessão pública, por três anos, a um particular, sob fiança, por um determinado valor em ouro.

A idéia, em princípio, era simples: se o valor apurado pelo “contratador” fosse superior ao



43. A vila de Traíras, fundada por Manoel Rodrigues Thomar em 1736. Desenho de W. J. Burchell, 1828.

contratado pela coroa, embolsava o lucro o arrecadador privado de impostos. Se fosse a menor, o prejuízo era do contratador e de seus avalistas, nunca da Coroa. Ao longo da história colonial, o sistema distorceu-se várias vezes, dando margem a diversas anomalias e absurdos como, por exemplo, a aliança, em circunstâncias especiais, entre contratadores e contrabandistas.

Olympio Jacintho (1868 – 1938), o primeiro cronista de Formosa, escreve que a instalação dos registros deu-se no ano seguinte ao da célebre junta de São Paulo. O contratador das entradas de Goiás para 1736-1738, um certo Bernardo Fernandes Guimarães, sem perda de tempo, ainda no mesmo ano de 1736 fez instalar, às suas expensas e com agentes fiscais pagos por ele próprio – os soldados, geralmente, estavam a soldo da Coroa – os registros de Lagoa Feia, Santa Maria e São João das Três Barras.

Lagoa Feia e Santa Maria controlariam a entrada de gado do Urucuia dos Cardoso e dos currais do São Francisco, mais a mercancia com Salvador da Bahia e Pernambuco, a picada da Bahia. O registro dos Arrepellidos, sempre segundo Olympio Jacintho, construir-se-ia sobre a picada de Minas Gerais apenas em 1750, aberta porém a picada desde 1733, sob orientação do nunca excessivamente citado Urbano do Couto Menezes. Antes de 1750, portanto, o comércio com Minas Gerais devia passar também por Lagoa Feia.

Olympio Jacintho conheceu as ruínas do registro de Lagoa Feia: «...para essa estação fiscal, foi construída uma casa coberta de telhas, espaçosa porém baixa, como ainda atestam os esteios dela, carcomidos pelo tempo... edificada na parte setentrional da lagoa Feia, de onde dista uns 200 metros...»⁵ Arremata: «...foi o registro de lagoa Feia colocado no melhor ponto fiscal..., numa faixa de terra estreita e sem acidentes..., entre a lagoa e a serra dita do General...» Os velhos portugueses tinham, de fato, noção estratégica ao instalarem seus postos de “espia fiscal”, situando-os sempre em raras passagens por entre os obstáculos naturais. Por

5 Jacintho, Olympio - Esboço Histórico de Formosa, 2ª edição, Brasília, Academia de Letras e Artes do Planalto, 1979, p.16.

mais que procurássemos, não encontramos a documentação citada por Jacintho, transcrita, talvez, dos arquivos do Rio de Janeiro, por este seu notável “consultor” que foi o historiador Antônio Americano do Brasil, líder da historiografia goiana da primeira metade do século XX.

Contagem de São João

A “Contagem do pé da serra de São João das Três Barras”, instalada, em 1736, a cerca de dez quilômetros do atual Plano Piloto de Brasília, é o mais antigo estabelecimento público do Distrito Federal e ponto importante para a história de sua colonização.

Uma Contagem era um posto fiscal intermediário, entre os registros instalados nas fronteiras das capitanias e o destino final das mercadorias nos arraiais auríferos. Uma espécie de “malha fina” do sistema tributário colonial, “contando” as guias fiscais emitidas nos registros das fronteiras, a ver se no trajeto entre os dois não aumentavam nem diminuam as mercadorias, caracterizando alguma forma de contrabando. Mas dependendo do itinerário da tropa de mercadores, tinha a mesma função originária dos registros, recebendo o imposto sobre as mercadorias e gado e emitindo um recibo ou “guia” que devia ser apresentado ao caixa do contrato no arraial de destino da tropa, no absurdo prazo de 24 horas, sob ameaça de confisco.

No ano de 1736, quando da instalação da Contagem, temos muito próxima – coisa de meses antes – a descoberta das minas de Niquelândia e Traíras que, para fazer fluir seu comércio, tinham de desembocar em algum ponto das conjugadas picadas do São Francisco, da Bahia e de Minas Gerais. Em questão de semanas abriu-se (Urbano do Couto, de novo?) um caminho mais objetivo para a fronteira Noroeste que devia ser, com variações, a estrada cavaleira, que das alturas da Contagem de São João infletia sobre Mimoso e Padre Bernardo até atingir as minas de Tocantins, atual Niquelândia. Com a Contagem de São João das Três Barras, para onde também convergia o fluxo das minas do Tocantins com destino a Minas Gerais, temos a instituição administrativa fundadora do Distrito Federal, instalada não longe do atual Posto Colorado, na estrada para Sobradinho. Era bem situada, controlava estradas importantes, e no auge da mineração centroestina pode ter assistido ao desfilar de cerca de 2 mil tropas anuais, representando, com os escravos que traziam, um exército de talvez 10 mil homens em determinados anos! Na escala do tempo, um número elevado de viajantes, pasmando a sutil beleza da chapada da Contagem, de que só restou o nome a eternizá-la.

Uma Contagem, pelo que depreendemos de antigas relações, encerrava uma estrutura similar à dos registros de fronteira. Compunha-se da Casa do Fiel, o experimentado contador, versado em aquilatar as diferentes composições do ouro em pó, rico ou pobre, que devia ser trocado por ouro em barra e moedas na Casa do Fielado. Estabelecida a densidade do metal, passava-se à sua pesagem em delicadas balanças, capazes de registrar até mesmo 1 grama de ouro.

Há uma curiosa “Relação dos Trastes pertencentes ao Fielado” (AMB cod. 154), do Registro de São Marcos – que não deveria diferir muito do da Contagem – em que consta o mobiliário ali existente em 1795: uma mesa com gaveta e fechadura quebrada, dois bancos grandes, três livros do uso e “Menisterio” do mesmo fielado, uma balança de libra de pesar ouro, um cofre todo chapeado de ferro com duas chaves, uma quebrada dentro da fechadura e principalmente – para trocar por ouro em pó – nove barrinhas de ouro “com suas guias”.

Nesse mesmo ano de 1795 – que já é de grande decadência efetiva da mineração – o comandante de São João, certo Francisco de Souza, enumera os diversos consertos de que



44. Olympio Jacintho, historiador formosense (1868 - 1938).

precisa a casa da Contagem, sobretudo no telhado da “baranda”, que media 15 por 60 palmos, algo como 3 por 12 metros. A “baranda” ou varanda – a palavra é de origem hindu – foi a maior contribuição que a colonização portuguesa da Índia legou à arquitetura colonial do Brasil e que quase inexistia em Portugal. Nas casas quincentistas e seiscentistas de São Paulo e do Nordeste situavam-se, como hoje, na frente do edifício. Nas casas goianas e mineiras dos Séculos XVIII e XIX, situavam-se exatamente no fundo, próximo à cozinha, e eram o recinto mais íntimo da casa, onde degustava-se o sarapatel, que segundo o professor Victor Leonardi, grande estudioso da questão, é prato de origem indiana.



45. Ruínas da Igreja do Rosário em Traíras, restaurada nos anos 60 mediante parecer do poeta Carlos Drumond de Andrade e seu estado em 1977 (foto do autor).

Reclamava também o soldado comandante da Contagem do mau estado do curral de madeira onde dormia o gado para ser “contado” no outro dia e sugeria à alquebrada Fazenda Real para se fazer no lugar um muro de barro com alicerces de pedra, que duvidamos tenha sido feito.

Na Contagem, ao lado da Casa do Fiel, não mais do que dois aposentos – que era cargo de confiança, submetido à prestação de fianças e de avalistas – havia o Quartel, onde dois ou três soldados, das tropas regulares pagas pelo Reino de Portugal, ficavam lotados, com a incumbência de, em rondas sucessivas, observar o movimento das caravanas de mercadores, a ver se não havia algum desgarramento denunciando contrabando.

Nem assim o controle era bom. Escrevendo em 1788 ao contratador das entradas, capitão Pedro Monteiro da Silva (AMB – Correspondências), o Fiel da Contagem de São João – certo José Rodrigues Coimbra – dizia contar com dois soldados pedestres para “guiar uma légua”, vigiando se não passavam contrabandistas diretamente de Sobradinho para a Asa Norte de Brasília, esquivando-se da Contagem no trecho conhecido hoje como Posto Colorado e Academia Nacional de Polícia. Daí em diante a serra do lago Paranoá, no fundo do Setor de Mansões do Lago Norte, constituía uma dificuldade natural para as tropas numerosas que se desviavam assim excessivamente para o Sul, só dando passagem franca nas alturas do atual Setor de Mansões D. Bosco, no Lago Sul. Aí chegando, faria o eventual contrabandista melhor negócio tomando a Estrada Real de Santa Luzia a Meia Ponte, depois de ter realizado um desvio inobjetivo e perigoso, com a difícil travessia do rio Paranoá pelo meio da viagem.

A Contagem de São João estava portanto bem situada, defendida a Oeste pelas escarpas do Paranoá e ainda pelas falésias, todas muito abruptas, da própria serra da Contagem, em seu flanco Leste.



47. Tronco de mangueira no sítio da Contagem. (foto do autor, 1994).

E como é de praxe em toda a história universal, se o contrabandista escapasse ao fiscal, este talvez não escapasse ao contrabandista. É o que nos diz o Fiel de São João em 1788 a propósito de um ex-soldado da Contagem: *...«se tem conhecido o grande prejuízo que deu ao contrato passado com suas velhacarias nesta Contagem, à sombra da qual sustentava mulher e filhos com muita fartura, tendo um limitado soldo como se sabe... praticando nas patrulhas concerto com os extraviadores, sem dar parte deles pelos prêmios que recebia... que já em meu tempo (na contagem) o fez com dois sujeitos...»* Devolvido ao quartel em Vila Boa, o soldado queria voltar ao antigo posto... *«vendo que lhe faltava esta manjuba...»* (sic) escrevia o indignado Fiel de São João, ainda mais que o soldado, *...«além desta habilidade sinistra, tem de mais a mais ser levantado quando lhe dão na malhada (sic), e se lhe vai a mão, logo quer matar...»* Velhas histórias – repetitivas, pois repetitivo é o comportamento humano – cansativamente remissivas aos dias de hoje, aos dias do passado... Aos dias do futuro?

Segundo um lançamento de guias de 1751, citado pelo historiador Luís Palacin, circulava para a Bahia 65 por cento do movimento comercial das minas de Goiás, contra 35 por cento para o Rio de Janeiro. Segundo o mesmo lançamento, cerca de 3 mil caravanas circulavam anualmente entre Goiás, Rio de Janeiro e Bahia, esta última com mais de 2 mil viagens. Não é à toa que Capistrano de Abreu afirmasse que o mais rico do barroco baiano construiu-se com ouro dos Guayazes. Em 1806, uma estatística coletada por Johann Emanuel Pohl, ainda dá à Bahia a primazia de importar 45 por cento do

metal goiano. São percentuais muito elevados, significativos de relações intensas no passado distante, e dos quais não há memória na tradição oral corrente.

Parece-nos, todavia, que grande parte da escravaria – senão toda – internada nas minas de Goiás e Mato Grosso provenha dos portos baianos, quem sabe se, em parte, das senzalas do Recôncavo. É um indicador interessante para a história do africano no Brasil Central.

E onde ficava exatamente a famosa Contagem?

É um mistério histórico e arqueológico: o mapa-esboço de Tossi Colombina, de 1749, menciona a *«Contage do pé da Serra de São João»*, e em tal caso estaria em algum ponto ao lado da estrada Colorado-Fercal, a qual acompanha o pé da serra. Já os roteiros de viagem de D. José de Almeida Vasconcelos (1773) a situa a 27 quilômetros de Mestre d'Armas e o de D. Luís da Cunha Menezes (1778), a 15 quilômetros de Sobradinho. Ambas as medidas, plotadas sobre os mapas modernos – não pelas atuais vias asfaltadas, mas pelo sinuoso traçado das antigas estradas cavaleiras que, não obstante o tempo, ainda se reconhecem no arruamento de Sobradinho – levam-nos às proximidades das ruínas da fazenda da Contagem, nas cabeceiras do córrego do mesmo nome.

Deve ser ali uma segunda Contagem, mudada, em época que se desconhece, do sopé para o alto da serra de São João, da qual dizia D. Luís da Cunha Menezes, em 1778: *«sítio tão frio*

que no mês de junho, que é a maior forma de inverno, chega a cair neve, tem muito boas frutas principalmente de coquinhos e um nascimento de água excelente »

Antigos moradores, vizinhos do mangueiral bravio que restou do antigo sítio, mostraram-nos um incrível e grande olho d'água borbulhante, vazando enorme quantidade de água em pleno cerrado, e próximo a ele, um antigo rego semi-entulhado que segue em direção às ruínas.

A tapera em si é uma autêntica lição de eco-história. É grande, cobrindo uma área de talvez meio hectare, e quando lá estivemos, em companhia do geólogo Tadeu Veiga e sua família, o capim meloso – ou gordura, ou catingueiro, de grande valor alimentar para o gado – cobria todo o recinto, impedindo ver restos de edificações, que seguramente existem.

Na entrada do recinto, desponta, numa pequena mancha de arbustos, uma palmeira guariroba, depois do que, através de um mar de capim meloso, chega-se ao quintal das mangueiras.

Deve haver umas vinte ou trinta mangueiras adultas e uma árvore gigante de gameleira, tudo isso entrançado a arbustos diversos.

No entanto, sob as mangueiras, a área é limpa: nem mesmo o capim gordura sobrevive à sua sombra e isto explica parcialmente a sobrevivência delas ao fogo que deve chamuscar tudo, todo ano.

Nem todas porém têm essa sorte. Vimos na área em volta grandes troncos carbonizados, indicando que ano após ano, uma vez atingida pela queimada, a vegetação invasora tende a completar seu cerco incineratório contra a árvore exótica: mangueiras que um dia migraram do bucólico rio Ganges hindu para as vastidões do cerrado brasileiro e que aqui adaptaram-se excelentemente.

Tenha sido ali ou não a Casa da Contagem, dúvida não há de que o lugar era habitado ao tempo da missão Cruls, em 1892: encontra-se entre os itinerários então levantados, a indicação da fazenda da Contagem, no mesmo ponto em que se encontra a tapera. Segundo informação dos vizinhos antigos, até ao advento de Brasília, existiu ali um curtume e uma sede de fazenda. Hoje pertence o sítio à área de proteção hídrica da CAESB, nascente que é do ribeirão Contagem.

Mas e a contagem primitiva...«do pé da serra de São João...», onde seria?



Capítulo X

SESMARIAS FUNDADORAS

As sesmarias coloniais são o assentamento da história fundiária do Brasil. A instituição de dar, dividir terras, tem origens na Roma clássica e passou à Lusitânia, onde, em 1375, no cenário de um Portugal arrasado pelas guerras, com a fome instalada e os campos incultos, houve por bem o rei D. Fernando criar uma legislação de doação de terras para os súditos camponeses.¹

Legou-se ao Brasil, junto com as caravelas e com as devidas adaptações, as sesmarias. Se em Portugal eram elas mensuradas em palmos de extensão, por aqui implantou-se por léguas de terras, absolutamente inconcebíveis no limitado espaço português.

No litoral açucareiro, se as capitânicas hereditárias foram generosas, as sesmarias ainda foram comedidas.

Quando debordaram porém para os sertões carrasquenhos, começaram a ser realmente enormes, da ordem de 324 quilômetros quadrados cada uma. Pior do que isso, começaram a ser requeridas em seqüência e em bloco pelos mesmos sesmeiros e seus herdeiros, como foi o caso, já citado, das Casas da Torre e da Ponte, a primeira proprietária de 340 léguas de sertão, a outra de 160, informa-nos o velho Antonil.

Em fins dos anos 1600, a Coroa começou a assustar-se com sua prodigalidade para com tão poucos latifundiários e esboçou uma confusa legislação restritiva que adentra o Século XVIII com o problema iminente da colonização das minas de ouro e a partilha fundiária dos novos territórios de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

A maior parte das sesmarias fundadoras da conquista goiana – passadas pelos governadores de São Paulo – escapou à legislação restritiva da Ordem Régia de 21 de março de 1744... «*na qual dispõe Sua Majestade como se devem dar terras de sesmarias*» e que determina «*sejam ouvidas as câmaras dos sítios a que pertencem as ditas terras...*»²

Até 1749, não se aplicava a ordem em Goiás, até que tomando posse na Capital de Vila Boa seu primeiro governador, o reticencioso VI Conde dos Arcos, em novembro de 1749, apressou-se o provedor da Fazenda Real – ao qual estavam afetos na época os despachos sobre os requerimentos de sesmarias – a adequar-se ao novo sistema.

Três dias após a posse do governador, a propósito de alguma obscura sesmaria, exara o provedor – um certo Luiz de Moura – um parecer, conservado no Arquivo Histórico de Goiânia, que é peça valiosa para a compreensão da legislação sesmarial da época e ainda mais de sua prática consuetudinária: «*... Se ordena (refere-se à lei de 1744) que dali em diante se não conceda por sesmaria mais do que meia légua de terra... de testada pelo caminho, com duas léguas de fundo... Além da dita provisão, há uma Carta Real, de 1ª de abril de 1745, na qual se recomenda a parcimônia com que se deve haver na concessão de sesmarias, e que se reservem sempre terras bastantes junto às vilas para S. Majestade conceder algumas delas que sejam bens dos Conselhos (Câmaras) e fiquem outras para Reguengos (terras reais)... referindo-se também na Carta Real às terras que forem longe e abundantes, porque pode suceder que se mantêm fábricas por conta da Real Fazenda...*»

Em certo parecer da mesma data, esclarece Luiz de Moura : «*que quando se pedem terras de mato para cultivar e plantar roças, se costuma conceder só meia légua de terra... porém*

1 Seguimos aqui, em geral, informações do clássico tratado de Costa Porto, **O Sistema Sesmarial no Brasil**, Brasília, Edunb, 1979.

2 Costa Porto, *op. cit.*, p. 135.

quando são pedidas para fazendas de gado, se concede até três léguas de comprido por uma de largo... »

Cumprir-se-iam realmente essas condições de dotar as municipalidades de um terreno comunal, o rei de terrenos realengos, e a Real Fazenda de algum latifúndio de sertão? Conhecemos escassos três casos de cada situação: a dotação da grande sesmaria da Câmara de Vila Boa, em 1739; a existência de uma sesmaria de gado, da fazenda real, Buenos Aires, no Vão do Paranã; e uma vaga alusão a “Campos Realengos” numa sesmaria dos anos de 1770.

A realidade sesmarial na região e em quase todo o país, extrapolava porém dos ditames dos diplomas legais para as práticas consuetudinárias.

Escrevendo em julho de 1779 ao ministro Martinho de Mello e Castro, o então capitão general de Goiás, Luís da Cunha Menezes – o Fanfarrão Minésio, que governaria Minas Gerais em seguida -, considerava: ... *«havendo-se concedido por meus predecessores mais de mil sesmarias, apenas se acharam confirmadas por S. Majestade uma dúzia delas ou ainda menos, usando os mesmos sesmeiros nisso tanta omissão, que nem as mesmas fazem medir, demarcar e empossarem-se judicialmente delas, na forma das Reais Ordens, que determinam a mesma medição e posse no prazo de um ano...»*³

Dizia Luís da Cunha, na mesma carta, que prorrogaria o prazo para medição e posse daquelas sesmarias por mais um ano, pretendendo com tal medida não prejudicar os que *«por justa causa não os puderam fazer»*, mas que insistiria na política de legalizar as sesmarias e assim *«evitar as muitas demandas, que da dita falta se originam, por se quererem uns intrrometerem nas terras que já se acham concedidas a outros e não medidas, e estes ampliarem ou estenderem a mesma concessão... e muitos por isso maliciosamente não medem as suas terras...»*

Se malícia houvesse, sucederia também, no entender de Costa Porto,⁴ uma falta absoluta de agrimensores no Brasil colonial, o que obstava as medições sesmariais.

Não fosse apenas isso, se nada se cobrava pela cessão da terra em si, custavam bastante aos sesmeiros pobres as *démarches* burocráticas: a longa viagem até Vila Boa, a hospedagem aí por longos dias, a contratação de um advogado peticionário, o pagamento das propinas de direito aos oficiais dos Conselhos, aos da Provedoria Real e da Secretaria de Governo – para dali sair, 20 ou 30 dias depois, com um papelucho assinado pelo governador que mandava o roceiro haver-se, no curto prazo de um ano, a carregar consigo, pagando-lhe todas as despesas de viagem e os pró-labores de estilo, ao juiz de sesmarias, da única câmara que houve no período colonial em Goiás – para medir-lhe e dar-lhe posse dali a 60 ou 70 léguas em escassos 900 hectares perdidos em alguma boca de sertão. Depois, ainda, o processo ia a Lisboa, para voltar com o selo real.

Em Minas Gerais, cujas lavras tinham uma contração espacial pequena, atendida por meia dúzia de comarcas e igual número de juizes sesmeiros, a legalização das posses parece ter sido em bem maior volume do que em Goiás, e os mineiros, desde cedo, habituaram-se aos cuidados cartoriais com a propriedade fundiária.

Em Goiás deu-se o inverso. De posse de uma “Carta de Sesmaria” que nada mais era do que uma precária e condicionada autorização de posse, não admira tão pouco empenho dos goianos perdidos em amplas distâncias em legalizarem suas fazendas. Deve ter-se formado um consenso de que bastava o requerimento de sesmaria para configurar-se a propriedade de fato, transacional.

Obstados pelas distâncias, e pelos trâmites burocráticos e legais, o que realmente sempre valeu foi a “substância” da propriedade fundiária, muito bem descrita nos velhos inventários. Os engenhos de madeira, de tração animal e humana, as casas de moradia com suas senzalas e

3 RIHGB, vol. 84, p. 132, Rio de Janeiro, 1920.

4 Costa Porto, *op. cit.*

currais, o gado existente e as tropas cavaleares, as roças de mantimentos e os móveis e utensílios: roupas, cadeiras, mesas, tachos, arreatas, caçambas de montar, um ou outro lampadário de prata, o carroção de bois. E o principal legado: os escravos, sobre os quais havia minuciosa descrição de destinos nos inventários: uns – geralmente os mais velhos e os filhos adúlteros – declarados livres pelo senhor e os demais assignados a diversos filhos. A meiação era sagrada: à mulher do sesmeiro cabia a metade dos bens, o restante distribuído entre os filhos.

As terras propriamente ditas eram apuradas por exceção, chamadas quase que com desdém por “cascos” nos velhos inventários.

A terra em si valia muito pouco. Valia sim sua produção. Em tempos recentes líamos nos jornais de Goiânia um anúncio jocoso: «vende-se uma cerca de pura aroeira com uma fazenda dentro». Ou este outro, em um jornal de Brasília: «Vende-se um poço artesiano com uma chácara em volta»... São os rebates, moderníssimos, da velha noção de “cascos”.

Mesmo assim, imputava-se, na década de 1930, a não-legalização das sesmarias em Goiás como precedente gravíssimo do posterior e tumultuado registro paroquial, também pouco afeito aos trâmites legais. As fazendas goianas eram conhecidas por sua escassa base documental, o que arrefriava compradores e deprimia o valor da terra nua. No censo agrícola de 1920, Goiás e Acre disputam as terras menos valorizadas do país.

Primeiras Sesmarias

Durante o tempo em que o território goiano foi governado pela Capitania de São Paulo (1722-1748), as doações de terras não sofreram as restrições da lei de 1744 e ainda eram generosas, autorizadas pelos governadores e registradas na Secretaria de Governo. Em 1726 foram dadas as mercês das sesmarias ao Anhangüera e seus sócios na “descoberta” de Goiás, nas passagens dos rios de canoa da longa estrada de São Paulo até as minas do rio Vermelho. Generosos 1.300 quilômetros quadrados em cada passagem, somando-se nas onze passagens algo como 14.300 quilômetros quadrados, duas vezes e meia a atual área do Distrito Federal.

Aos capitães-mores das conquistas feitas aos índios, os governadores recompensavam com sesmarias enormes aos custos das expedições de *desinfestação*, que não eram de pouca monta.

D. Luiz de Mascarenhas, conde d’Alva sucessor do malfadado e mal humorado conde de Sarzedas, morto em Traíras – foi o grande promotor das bandeiras de expulsão dos indígenas das circunvizinhanças das novas minas. Era ex-padre, saiu riquíssimo de Goiás, graças a uma hábil política de administrar as minas em territórios não-conflitantes de colonização paulista e de colonização portuguesa. Evitou a guerra emboaba em Goiás. Homenageou Anhangüera ao

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO ARQUIVO DO ESTADO DE S. PAULO

SESMARIAS

DOCUMENTOS DO ARQUIVO
DO ESTADO DE SÃO PAULO



VOL. II

S. PAULO
TIPOGRAFIA PITAGORAS
42 MARCOS TORO 1 1
1921

48. Frontispício do volume *Sesmarias*, do Arquivo de São Paulo, onde constam os mais antigos requerimentos das minas dos Goiaeses.

denominar-lhe a capital como Vila Boa, em reverência ao sobrenome Bueno do velho bandeirante. Distribuiu sesmarias às mãos cheias e, durante seus longos oito anos de governo (1739-1748), fundou cidades e repartiu lavras de ouro, sempre que possível, com intuítos pacificadores... e algum ganho pessoal...



49. Autógrafo do Anhangüera II, descobridor das minas de Goiás (Arquivo Ultramarino de Lisboa).

Nomeado vice-rei da Índia, teria sido assassinado por elementos de seu próprio exército, em circunstâncias mal conhecidas.⁵ Seu navio particular – coisa rara para um funcionário público da época – demorou tanto a sair da baía de Guanabara, pelo excesso de peso em riquezas, que os cariocas, zombeteiros como de costume, passaram a cognominar todos os barcos lentos pela alcunha de “conde d’Alva”.

Data dos tempos do conde d’Alva a quase totalidade das sesmarias fundadoras do território.

Concedeu aos “espantadores” de índios da região de Natividade-TO, o privilégio de sucessivas sesmarias no baixo e médio vale do Paranã, como no caso dos bandeirantes Dionísio Martins Soares e Luiz Cerqueira Brandão – esses dois vendedores para a Casa de Grijó – e Lourenço da Rocha Pitta, este de irrecusável procedência nordestina, parente e quase contemporâneo do notável historiador-astrólogo Sebastião da Rocha Pitta, autor de uma admirável **História da América Portuguesa**, publicada em Lisboa em 1730.



50. Natividade, em 1828. Desenho do viajante inglês W. J. Burchell.

A profusão de sesmarias concedidas por D. Luiz de Mascarenhas, a partir de 1739, não deve confundir-nos. Muitas procediam certamente de fazendas mais antigas, do início dos anos 1730, ou até de antes, e que só então foram precariamente reconhecidas.

5 Informações que constam do também clássico **Nobiliário** de Zúquete.

No Planalto Central, durante o mandato do conde d'Alva, registramos, para a nossa surpresa, cerca de vinte sesmarias fundadoras da região, número que excedeu em muito as nossas expectativas e cujos originais encontram-se no Arquivo Histórico do Estado de São Paulo (AHSP).

Desde a descoberta aurífera de Pirenópolis, em 1731, inaugurou-se a febre agropecuária do Planalto, nos contornos da picada da Bahia. Já se sabia, a partir da experiência mineira, em princípios do Século XVIII, da incompatibilidade entre as lavras de ouro e a agropecuária: ou bem punham-se os escravos a minerar ou bem a cuidar de roças de alimentos. Eram termos atraentes e disjuntos de uma mesma problemática, que se resolveu pelo surgimento de importantes fazendas com expressivas produções agrárias nos engenhos e pecuária nas fazendas de gado, a sustentarem a escravaria das minas e a população dos arraiais. Farinhas, banhas, carnes secas, rapadura e aguardente, esta última fornecida como complemento energético à escravaria e logo difundida em todas as classes sociais. O “dedal” de pinga antes das refeições, hábito ainda muito espalhado entre goianos, mineiros e mato-grossenses...

Sesmarias Primitivas do Distrito Federal

As mais antigas sesmarias da área do Distrito Federal foram as duas concedidas a Manoel Barros Lima, em 1741, entremeio o rio Maranhão e as longitudes de Planaltina. A outra é de um certo Estevam Ordonho de Sepeda, seguramente paulista, e que devia descender de troncos espanhóis chegados a São Paulo em fins dos anos 1500. Ordonho de Sepeda é deformação aporuguesada da grafia espanhola *Ordoñes de Céspedes*.⁶

A sesmaria de Ordonho de Sepeda data de 1745 e estendia-se por três léguas de terra em quadro – sejam 324 quilômetros quadrados, equivalentes a 32,4 mil hectares, a 6,75 mil alqueires goianos e a 13.500 alqueires paulistas – «*correndo pelo riacho acima chamado S. Bartholomeu, de uma e outra banda até as serras Geraes, servindo estas de extremo do sertão do Paranã...*» Pelo Sul, partia... «*com a fazenda de S. Bartholomeu, do defunto Miguel de Almeida Dória... no lugar chamado Dous Cotovelos*»⁷ De fato, nas alturas de 50 minutos do paralelo 15, o rio São Bartolomeu, que via de regra não é muito tortuoso, faz uma seqüência de duas curvas. Seriam os dois cotovelos?

Ordonho de Sepeda chamou suas terras pelo nome de Santo Antônio. Ora, justamente na altura daqueles “cotovelos” temos, de um lado e de outro do rio São Bartolomeu, a fazenda de Santo Antônio da Papuda, a Oeste, e a de Santo Antônio dos Guimarães, a Leste, cujos nomes citados em tempos do registro paroquial (1857), talvez paguem tributo ao Santo Antônio primordial.

E quem seria Estevam Ordonho de Sepeda e aquele Miguel de Almeida Dória? Não mais encontramos referências aos dois na história da região. A fazenda de Almeida Dória devia porém confrontar-se com a fazenda do Riacho Frio, do fundador de Luziânia, Antônio Bueno de Azevedo, que ali só deitaria as roças da bandeira “descobridora”, um ano depois da concessão da sesmaria a Ordonho de Sepeda.

Há um senão em tudo isso: a distância da Papuda à serra Geral do Paranã, na chapada do Pipiripau, nascente do São Bartolomeu, excede de pouco a 50 quilômetros, enquanto a sesmaria fala em apenas 18. Mas, veremos adiante, talvez haja explicação para isso.

6 Os originais desta e de todas as sesmarias aqui citadas, anteriores a 1749, foram publicados, em extrato, no precioso *Repertório das Sesmarias* (1721 até 1821), pela seção histórica do Departamento do Arquivo de São Paulo - São Paulo, Tip. do Globo, 1944 - e encontram-se no Arquivo Histórico de São Paulo.

7 **Estevam Ordonho de Sepeda** (1745?): morador no sertão das Minas de Goyaz. Três léguas de terra em quadra no sítio chamado Santo Antônio, partindo com a fazenda de S. Bartholomeu, do defunto Miguel de Almeida Dória pela parte de baixo no lugar chamado Dous Cotovelos e correndo pelo riacho acima chamado S. Bartholomeu, de uma e outra banda até as serras Geraes, servindo estas de extremo do sertão do Paranã (L. 12, Fis. 90). AHSP – Repertório das Sesmarias.

As Sesmarias de Manoel de Barros

As sesmarias de Manoel de Barros foram registradas em 1741, sendo cinco anos anteriores à descoberta de Luziânia e 4 anos antes da sesmaria de Ordonho Sepeda.

O sesmeiro Manoel de Barros Lima, outro ilustre desconhecido da história, obteve duas sesmarias de D. Luiz de Mascarenhas, ambas as concessões datadas de 30 de janeiro de 1741, cuja posse porém aconteceria nos anos de 1730, estando a picada da Bahia aberta desde 1732 e a Contagem de São João instalada desde 1736.⁸

Na primeira, chamada do “Barreiro”, de três léguas de comprimento por uma de largo, descreve uma formidável extensão de 40 quilômetros de terras, desde a atual fazenda Barreirinho, ao norte da Fercal, até a chapada do Pipiripau, onde divisava com um “Rancho do Trigo” e com certo desconhecido vizinho, João da Costa. Por diversas razões acreditamos ser esse na verdade, João do Couto, grande sesmeiro da região oeste de Formosa, com o nome erroneamente interpretado pelos paleógrafos do Arquivo de São Paulo.

“Rancho do Trigo” confirma a presença do famoso cereal cultivado no Planalto em tão antiga data, numa época em que o arroz asiático ainda não se havia de todo firmado no gosto e na agricultura dos brasileiros. Esta sesmaria parece compreender a área do Roteiro de Urbano. Passados trinta anos, um certo Manoel Pereira e Castro Souto Mayor deitaria nova sesmaria sobre parte da primeira, não restando qualquer indício se por compra ou abandono da original por Barros Lima.

A segunda sesmaria chamava-se “Arraial” que, como é do conhecimento de todos, designa um povoado existente.

Fazia sua “extrema”, isto é, sua divisa... *«por traz das pedras grandes e com o primeiro ribeiro que se segue dahy pelo ribeirão acima chamado de Maranhão com todas as suas vertentes.»*

Achamos que essas “pedras grandes” sejam os afloramentos de calcário – ainda hoje existentes – sobre os quais se assentaram as duas fábricas de cimento da Fercal, e que o primeiro ribeiro citado seja o córrego Sonhém.

Dali corria a fazenda de Barros Lima ao longo do rio Maranhão, até encostar-se à chapada do Pipiripau, onde se encontram as nascentes ocidentais do rio Paranã. Outros 40 quilômetros de extensão contra os 18 citados pelo próprio Barros Lima.

Em suas duas sesmarias – que afinal nada mais eram do que toda a extensão do rio Maranhão, de uma margem e de outra, desde a região da Fercal até a chapada do Pipiripau – Barros Lima acrescenta: *...«ficando livres as serras e terras inúteis de crear...»* Ora bolas, compreende-se aqui como 18 quilômetros “declarados” no registro das sesmarias tornam-se duas, três vezes maiores, porquanto não contam, ficam livres das “serras e terras inúteis” para a pecuária e a agricultura.

Não admira portanto que um século mais tarde, nos registros paroquiais (1857), a região toda apresente-se retalhada em pequenas fazendas, talvez derivadas dos “inúteis” de Barros Lima.

Quem sabe se o mesmo não se aplicou à sesmaria de Ordonho de Sepeda, anteriormente citada? Não comporiam, nesta quadra da história, apenas “ilhas” de terras de pecuária, representadas pelas veredas de buritis e de indaiás, que de tanto em tanto entremeiam as chapadas secas? Os úteis no universo dos “inúteis“?

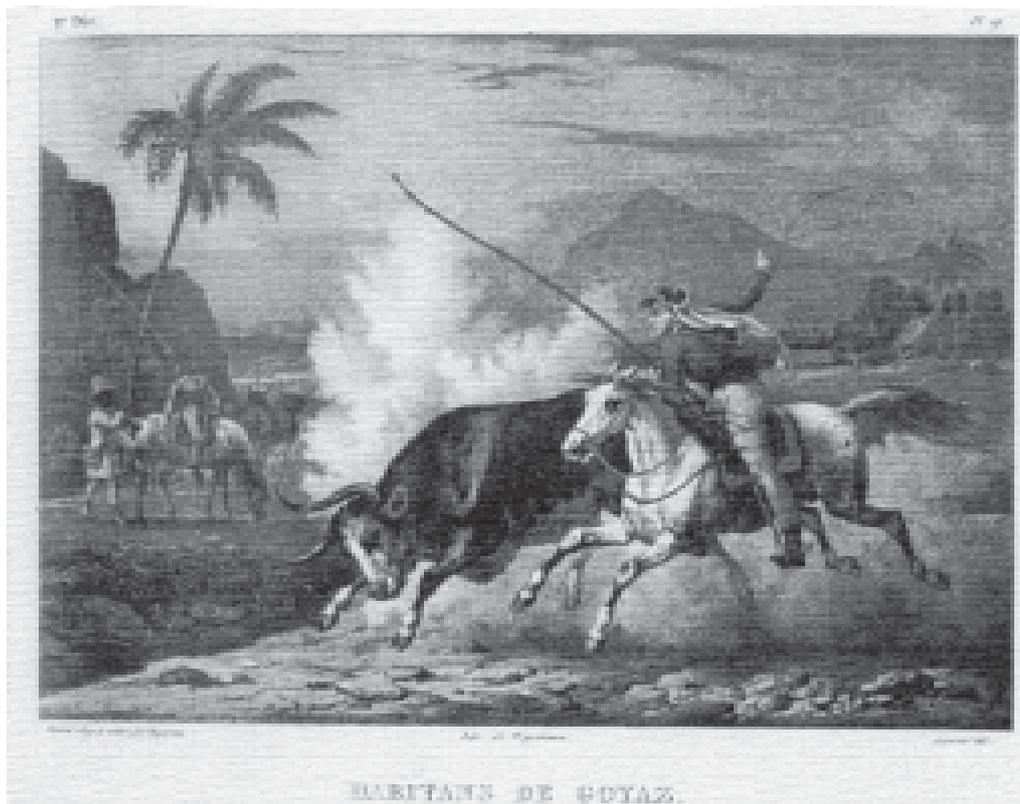
Com efeito, inexistindo as atuais cercas de arame, o gado ia procurando – durante os meses mais secos do ano – as famosas veredas, formadas de capins d’água e de outras gramíneas cuja

8 **Manoel Barros Lima** (30.01.1741): 1) Um as terras que não excederão de três léguas de comprimento e uma de largo na paragem chamada Barreiro que por uma parte pega com o ribeirão chamado Maranhão onde fecham os morros sobre o rio pela parte de baixo, ribeirão acima buscando os geraes até a chapada do Paranã e pela outra parte encostada a serra até o rancho do trigo, fazendo extrema com João da Costa [L. 10, Fls. 152]. 2) Um sítio chamado Arraial que divide pela parte de baixo com Miguel Ribeiro Marques, fazendo extrema por traz das pedras grandes e com o primeiro ribeiro que se segue dahy pelo ribeirão acima chamado de Maranhão com todas as suas vertentes, buscando os geraes até a chapada do Paranã, ficando livres as serras e terras inúteis de crear e pela outra parte com a povoação do Barreiro [L. 10, Fls. 153]. AHSP - Repertório das Sesmarias

germinação se fazia naturalmente, com as próprias migrações dos rebanhos, mormente no que se refere ao capim meloso ou gordura – *Panicum melinis Trin.*⁹ – e ao capim jaraguá – *Andropogon rufus Kunth.*¹⁰

Nesta segunda sesmaria de Barros Lima cita-se como vizinho de sul um certo Manuel Ribeiro Marques, sobre o qual nada sabemos, e cita-se ainda o tal “arraial”. O professor Mário Castro e o autor sentiram-se tentados em reconhecer a atual Planaltina no “arraial”, mas recuaram por conta da historiografia discordante.

Supusemos então que o misterioso local pudesse situar-se nas proximidades de Sobradinho, onde em 3 de julho de 1747 o capitão Domingos Pereira de Brito fazia o coadjutor de Meia



51. Gravura de Rugendas (1824).

Ponte, padre Carvalho da Motta, batizar dois escravos seus. Que é Sobradinho atual não padece dúvida, pois no dia seguinte, o mesmo padre batizaria outro escravo na Contagem de São João, como de tudo nos dá notícia o historiador Ramir Curado ao ler os livros mais antigos da matriz de Pirenópolis, e cuja carta-pesquisa dirigida ao autor – publicada nos anexos ao livro – muito nos enriquece.

Através das pesquisas do professor Curado temos a confirmação de que um ano depois de Barros Lima requerer suas sesmarias, já havia famílias constituídas na região, com a realização do que talvez tenha sido o primeiro batizado “registrado” no “Caminho dos Currais”.

Chamava-se o inocente Rafael, batizado a 1º de junho de 1742, na primeira desobriga feita a mando do vigário geral de Meia Ponte, pelo padre Manoel de Souza Soares.

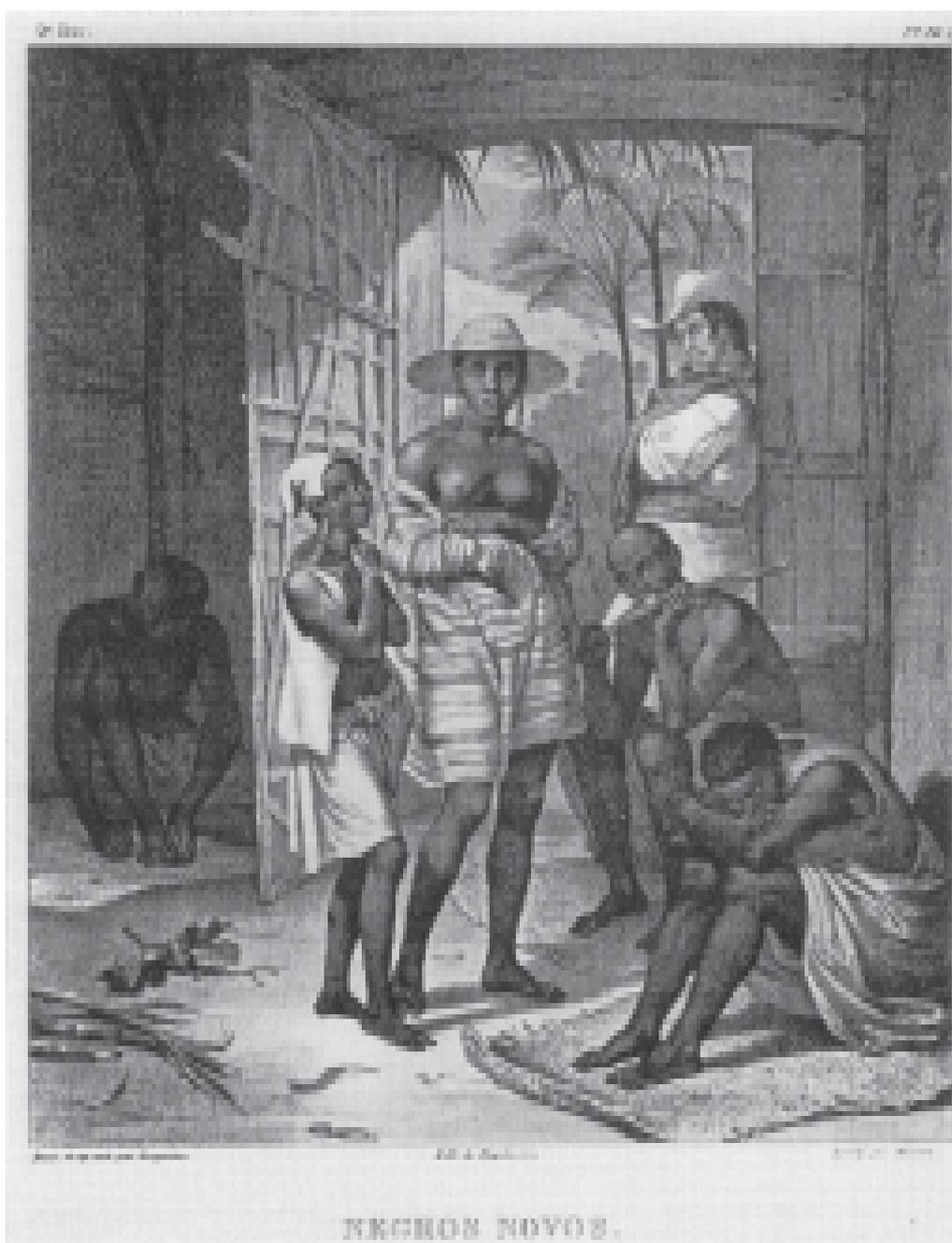
9 A gramínea de maior valor econômico na pecuária do centro do Brasil, segundo Pio Corrêa in **Dicionário das Plantas Úteis do Brasil - e das exóticas cultivadas** - Brasília, Ministério da Agricultura, 1984, VI volumes.

10 Uma das boas forrageiras do Centro-Oeste, malgrado as controvérsias que persistiram por muito tempo, segundo Pio Corrêa, *op. cit.*

Seu pai era o capitão-mor Antônio de Brito Vanderley, natural de Penedo-PE, e a mãe Isabel Álvares Cardoso, natural do arraial da Manga-MG. Cardoso de Manga lembra-nos o potentado seu fundador Mathias Cardoso. Brito de Penedo, remete-nos aos Guedes de Brito da Casa da Ponte – e tudo isso ao parentesco e sociedade que entre eles havia na conquista das fazendas do São Francisco.

Padrinho de Rafael foi o poderoso Domingos Gomes Belliago, que além de fazendas no Planalto, as tinha também no Paraná.

O padre Souza Soares, que possuía sua sesmaria de terras onde hoje planta-se a cidade de Cocalzinho de Goiás, voltará diversas outras vezes a desobrigar os fiéis do Caminho dos Currais.



52. Gravura de Rugendas (1824).

Citemos alguns deles como entre os mais antigos habitantes do Planalto, quicá do Distrito Federal e da região de Formosa: Miguel Inácio Bueno, em 1742 (seria o Miguel Inácio que deu seu nome à serra das cabeceiras do rio Verde?); João da Costa Tavares e sua mulher Severina de Abreu Lima, também em 1742 (em 1750, Severina sitiou-se no ribeirão Pixuíá, próximo a Girassol-GO); Miguel Francisco Villa Corte, citado igualmente em 1742, que foi fiscal da Lagoa Feia e que teve uma enorme fazenda nas suas proximidades; capitão Francisco Gomes Pereira e Antônia Cardoso, em 1743; Pedro Ferreira de Mattos e Venância da Encarnação, em 1745; José Pinto, em 1746.

Em 1747 e 1748 já temos certeza quanto à localização de dois moradores do Distrito Federal, graças ao batismo de seus escravos: o capitão Domingos Pereira de Brito, no *sítio do Sobradinho* e Antônio Luís Martins Passos no *sítio das Três Barras*, que devia existir na área do Parque Nacional de Brasília, onde há o córrego desse nome. Antônio Luís tinha diversos escravos recém-chegados da África, não-batizados, da nação Mina, os mais procurados para serviços de mineração pois a praticavam no berço natal.

Em 1750, finalmente, a pesquisa do professor Curado reencontra o capitão-mor Antônio de Brito Vanderley no sítio de Itiquira. Desde 1742 até esta data, os pais de Rafael deram-lhe novos irmãos: Romana (1743), Polônia (1745) e Miguel (1750), este último batizado no Itiquira.

Batizados porém não constróem arraiais e aquele, citado por Barros Lima – se é que realmente tenha existido – requer aprofundamento de pesquisas quanto à sua exata localização no Distrito Federal. Não é impossível que esse arraial tenha se chamado São Bartolomeu, como ainda veremos.

Dessa fase primordial das sesmarias fundadoras, com seus confrontantes citados, com seus batizados e até com o enigmático arraial, vem-nos a impressão do acontecimento de um rápido e vasto apossamento de grandes áreas do Distrito Federal, combinando com movimentos similares em outras partes do Planalto, como veremos a seguir.

Em tempo: em 1810 existia no Sumidor, município atual de Padre Bernardo, certo Paulino de Barros Lima que, provavelmente, descendia do nosso Barros Lima primevo.

Distritos de São Bartolomeu e de Itiquira

Ao tempo em que se colonizava o Distrito Federal, povoava-se o extenso rio Paranã em todas as suas latitudes, por sua excelência como criatório de gado em pântanos de capins sempre verdes, de águas salobras, mesmo se extremamente malsão para o homem, em decorrência das febres malignas, como anotaram todos os cronistas, assim antigos como modernos.

Na década de 1740, assenhoreava-se de lar gas extensões de seu médio curso – mediante compra a sesmeiros mais antigos – João Fernandes de Oliveira, pai de outro João Fernandes de Oliveira, o júnior, que não se sabe se é mais celebrizado como contratador de diamantes do Tijuco, Diamantina, um dos homens mais ricos das Américas, ou se por sua escandalosa vida de amores com a famosa escrava Chica da Silva. Nas notas deste capítulo descrevemos como foram adquiridas essas terras do Paranã, que formarão o Morgado de Grijó de João Fernandes de Oliveira, o moço.

Sem grandes diferenças de datas, ocuparam-se também nas nascentes do Paranã, os arredores de Formosa.¹¹

Em dezembro de 1739, certo Manoel d'Almeida obteve duas licenças de sesmarias, sempre precárias e lacunosas, compreendendo uma imensidão de terras ao norte de Formosa, ... «*onde já tem seus curraes*», cobrindo desde as cabeceiras do Itiquira – então chamado de Buraco até

11 **Sesmarias Fundadoras de Formosa e Arredores:**

Sesmarias de Manoel d'Almeida (08.11.1739): 1) *Um as terras no districto de S. Bartolomeu, correndo pelo rio Paranã acima até a serra do Campinho que vai para a Bandeirinha, e da outra parte com a fazenda do Buraco e pela parte de baixo com a fazenda dos Crixaes fazendo pião no meio da fazenda onde já tem seus curraes* [L. 10, Fls. 48]; 2) *Um as terras na paragem chamada o Buraco nas cabeceiras do Paranã que corre pelas forquilhas até a serra do Bezerra e faz extrema no ribeirão dos Crixaes e pela outra parte com a fazenda de S. Bartolomeu* [L. 10, Fls. 49].
AHSP - Repertório das Sesmarias.

esbarrar no “ribeirão dos Crixães”.

Eis que 17 anos depois da Bandeira do Anhangüera, ressurgiu referência à velha tribo, em local muito próximo em que a situa o relato de Silva Braga, como vimos anteriormente.

Há uma outra curiosidade nas sesmarias de Manoel de Almeida: situá-las como pertencentes ao “Distrito de São Bartolomeu” e não a algum distrito do Paranã ou até mesmo do Itiquira como seria costume no futuro. Isso nos faz pensar novamente no tal arraial do Distrito Federal, citado na sesmaria de Barros Lima, e ainda, que nas imprecisões geográficas da época, a região do São Bartolomeu fosse mais conhecida do que as cabeceiras do Paranã, e de mais antigo estabelecimento, portanto. Graças ao anterior estabelecimento da Contagem de São João?

No ano seguinte, outro Manoel – este de Azevedo Pinto – lançou sesmaria no ribeirão Bandeirinha, entre a Lagoa Feia e as nascentes do Itiquira, tendo como vizinho, a Oeste, o sempre citado João da Costa (ou do Couto?), que por ali se estabelecera desde 1740, mas cuja



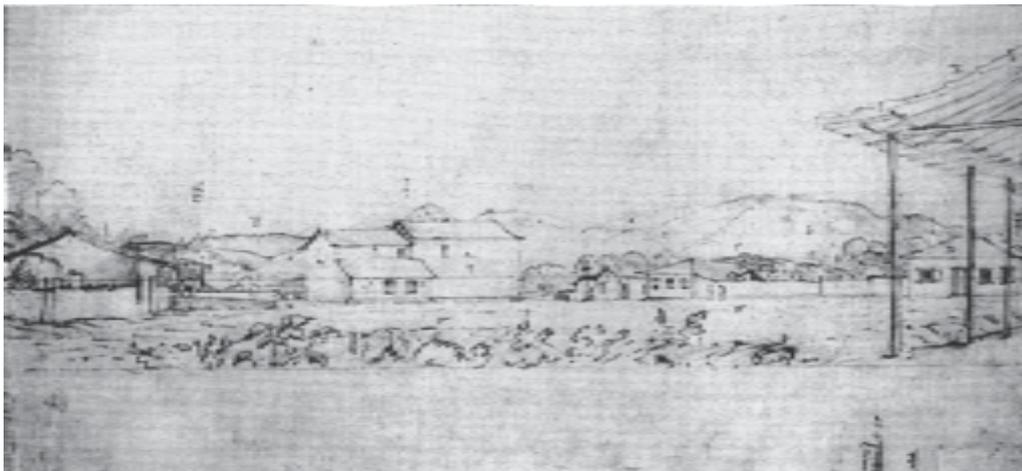
53. Entorno do Distrito Federal, ainda faltando o município de Cocalzinho, que desmembrou-se de Corumbá em 1991. Mapa da Codeplan.

Parece-nos que o "Buraco" citado na sesmaria seja a calha funda do rio Itiquira. Serra do Bezerra deve ser a atual serra do Capim-Puba, onde corre a cabeceira do Itiquira. Não há menção de largueza nessas sesmarias de Manoel d'Almeida. Pelas regras do tempo deviam ser de 3x3 léguas ou o que entendesse por isso. «*Serra do Campinho que vai para a Bandeirinha*» - não consta da cartografia atual, mas o córrego da Bandeirinha, de velha memória histórica, situa-se a nordeste de Formosa, abrindo grandes galhos a Oeste, no rumo da Chapada do Pipiripau, onde nasce o do São Bartolomeu, que devia ser o marco inicial da Fazenda São Bartolomeu. A divisa de baixo, do rio Crixás, é conhecida. Deviam ser estas duas sesmarias as maiores de todas, equivalente a 65 mil hectares. Não tivemos os elementos necessários para o estudo de seus desdobramentos e esgotamento da matéria.

Sesmaria de Manoel Azevedo Pinto (02.08.1740): *Uma fazenda no sítio chamado de Bandeira, caminho do sertão, que parte pelo Nascente com a Lagoa Feia e pelo Poente com a fazenda de João da Costa, fazendo costas no fundo da Serra que tem as vertentes para o sítio do Buraco, não excedendo de três léguas de comprimento e uma de largo. (Não está terminado este registro)* [L. 1 0, Fls. 91]

Devia situar-se esta fazenda, cujo registro não foi concluído, entre a Lagoa Feia e a tal fazenda de João da Costa (ou do Couto) a Oeste. Sítio do Buraco, já vimos, é a fazenda do Itiquira, Está portanto Manoel Azevedo Pinto em boa posição para ser o vizinho, ao Sul, das duas sesmarias de Manoel d'Almeida.

Sesmaria de João da Rocha Couto (29.05.1754): *Sítio Santa Rita, no Distrito de Itiquira Confr.: rio Preto, serra da Bandeirinha, riacho dos Porcos - 3 léguas (1-52) e AHEG - Sesmarias.*



54. A vila de Cavalcante em 1828. Desenho a lápis de W. J. Burchell.

habilitação para sesmar é de 1754, compreendendo, nesta primeira sesmaria, terras do Santa Rita, entre a serra da Bandeirinha e o rio Preto. A atual cidade de Formosa devia situar-se em suas terras.

A essa altura (1754), João da Rocha Couto refere-se à sua fazenda como pertencente ao distrito de Itiquira. Essa sesmaria de Rocha Couto articula, a nosso ver, a colonização primitiva do Distrito Federal com a do Vão do Paranã e a de Formosa.

Julgado de Meia Ponte – Pirenópolis

Enquanto isso, no outro extremo do Planalto, antigo julgado de Meia Ponte, regiões de Pirenópolis e Corumbá de Goiás, as sesmarias fundadoras iam em maior número e grau de adiantamento, porquanto a descoberta do ouro de Meia Ponte data de 1731, e é um propulsor mais antigo do que a instalação dos Registros no Planalto Central.

Pirenópolis não deixou especial fama por suas lavras de ouro, mas logo estabeleceu-se como ponto central das vias de comunicação das minas que a todo ano brotavam em solo goiano e tocantinense.

Nos anos de 1730, revelam-se as riquezas das então chamadas minas do Tocantins: Traíras, Niquelândia, Água Quente, Santa Rita etc.

No final da década, com a presença ou assistência do governador D. Luiz de Mascarenhas, abrem-se as minas do Norte: Cavalcante, São Félix, Arraias, a vultosa mineração de Natividade e, para Noroeste, o ouro interminável de Crixás, do turbulento Domingos Rodrigues do Prado, genro de Anhangüera.

A essa terrível azáfama de riqueza e miséria assistia uma Pirenópolis bem assentada nos caminhos e na mercancia, povoada majoritariamente por famílias cujos fundadores vieram do norte de Portugal.

Na sua imediata área de influência, fundaram-se os arraiais auríferos de Córrego do Jaraguá (atual Jaraguá-GO), de Santa Rita do Rio do Peixe(Capela), de Santo Antônio do Campo do Rio São João, no Maranhão, extinto, e o de Nossa Senhora da Penha de Corumbá (Corumbá de Goiás).

Segundo o historiador R. Curado, uma das lavras importantes da região de Corumbá, Tapera Grande, vira sendo explorada desde 1711 por certos irmãos Mafra, portanto onze anos antes das descobertas oficiais dos Anhangüera. Mineração e sigilo daqueles Mafras, nada impossível, pois o ouro de minas e a colonização agropecuária do seu noroeste datavam, àquelas alturas, de mais de dez anos.

As sesmarias da área, embora fossem mais antigas, só começaram a ser efetivamente requeridas com a vinda de D. Luiz de Mascarenhas a Goiás, em 1739, que nesse mesmo ano já lavrou uma dezena de escrituras de concessão, aqui reproduzidas.¹²

Chamam a atenção as duas enormes sesmarias de Domingos Gomes Belliagio, ao longo da estrada para as minas de Tocantins, estendendo-se desde os contrafortes dos Pireneus até o rio dos Patos. Belliagio é figura notória: estivera no nascedouro das minas de Cuiabá, carteava com os governadores de São Paulo e associava-se, em seus negócios goianos, com gente de grande expressão, como o vigário de Meia Ponte, padre Frias de Vasconcellos.

Ainda nessas vertentes dos rios Verde e Maranhão tiveram sesmarias Bento Soares de Souza¹³ – na área de Dois Irmãos e foi fundador da colonização de Padre Bernardo, o capitão João Jorge Rangel, dono de duas grandes sesmarias na área. João Jorge Rangel foi o guarda-mor designado pelo governo mineiro para repartir as tumultuadas minas de Paracatu em 1744, informa-nos Waldemar de Almeida Barbosa.¹⁴

12 **Sesmarias Primitivas de Pirenópolis, Corumbá de Goiás e Cocalzinho**, todas citadas no Repertório das Sesmarias do Arquivo de São Paulo:

Manoel Coelho Ferreira (1 3.07.1739): *Morador no rio das Pedras. Meia légua de terras em quadra, vindo do Arraial da Meia Ponte, para este Arraial, fazendo pião nas casas em que vive* [L. 10, Fls. 8v].

Alexandre Simões Vieira (27.06.1739): *Morador do Arraial da Meia Ponte em um sítio chamado Pissarrão. Meia légua de terras em quadro no dito sítio, fazendo pião no engenho do suplicante* [L. 9, Fls. 130].

Pedro Temudo de Lemos (27.06.1739): *Morador uma légua distante do arraial da Meia Ponte em uma roça junto a estrada que vem de S. Paulo ao pé do morro grande. Meia légua de terras em quadra fazendo pião nas casas em que vive, com todos os campos que ficarem dentro da quadra* [L. 9, Fls. 132].

Francisco Pereira Rodrigues (27.06.1739): *Morador em Meia Ponte, no sítio de Leonor Lemes. Meia légua de terras em quadra no dito sítio, fazendo pião nas casas em que vive* [L. 9, Fls. 131].

Gregorio Garcez Cunha: *Meia légua de terras em quadra onde chamam Rio das Pedras, que partem com o caminho que vai para o Povoado e da outra com Gaspar Duarte* [L. 9, Fls. 138v].

Diogo Pires Moreira (27.06.1739): *Morador no Arraial da Meia Ponte, no sítio junto ao rio de Corumbá. Meia légua de terras em quadra, em que fizesse pião na parte em que estava situado* [L. 9, Fls. 134].

Manoel da Maya (padre): *Meia légua de terras em quadra nas margens do rio Corumbá na paragem chamada N. S. da Penha de França que confina a parte do Norte com o córrego chamado Olhos d'Água até onde faz barra no ribeirão das Congonhas, pela Sul e Poente com o mesmo Corumbá e faz extrema pela parte do dito córrego no Beritizal e fazenda chamada Olhos D'água. Estas terras possui por compra que dellas fez por posses distintas a João Rodrigues Pereira, a fazenda Real e a Jeronymo Azevedo* [L. 12, Fls. 23].

Domingos Gomes Belliagio: 1) *Terras na paragem Alagoa, caminho da Meia Ponte para os Tocantins, havida por compra de João Pires de Carvalho e Joseph Pires de Mattos, servindo de divisa o visinho mais chegado a parte do Poente chamada as duas pontes e para o Nascente o pau papudo que era para onde corria o dito ribeirão da dita povoação* [L. 9, Fls. 37]; 2) *Uma fazenda no districto das Minas de Goyaz sita pela ribeira do Rio dos Patos acima principiando onde fazia barra no Maranhão o dito rio dos Patos, seguindo por elle acima sem visinhos para dividirem e só lhe servia de divisa a serra negra pela ribeira acima a parte direita e a estrada da Meia Ponte para os Tocantins a esquerda* [L. 9, Fls. 77].

Manoel Souza Soares (padre) (27.06.1739): *Uma sorte de terras situada junto ao Ribeirão das Areias na cabeceira, digo na Estrada dos Curraes, as quaes terras confinam pela parte do nascente com Francisco de Barros, do Poente com João Rodrigues Abbade para o morro alto vertente para o ribeirão das Areias e pelo ribeirão da Ponte Alta até a barra do ribeirão das Areias* [L. 9, Fls. 137v].

Obs.: Fica claro que as conhecidas minas do Abade tiram seu nome do citado João Rodrigues Abbade. A atual cidade de Cocalzinho de Goiás parece estar compreendida dentro desta sesmaria.

13 **Sesmarias de Padre Bernardo e do rio Verde:**

As Sesmarias de João Jorge Rangei (capitão-mor): 1) *Umaz terras do districto da Meia Ponte das Minas de Goyaz, chamada Fazenda do Maranhão, sita no mesmo rio, servindo-lhe de extrema para a parte de baixo o rio Verde e por elle acima em a barra do Riacho da Água Fria e por este acima até a ultima vertente que para o mesmo riacho verte e pelo rio do Maranhão acima vem a barra do riacho chamado Sumidouro e por este acima até a ponta da serra que faz por cima dos capões partindo por esta parte com a fazenda chamada de Santo Amaro* [L. 43, Fls. 7v]. 2) *Uma fazenda chamada de Santo Amaro sita no riacho dos Anjicos, districto do Arraial da Meia Ponte das Minas de Goyaz, servindo-lhe de extrema pela parte de baixo o veio de água chamada de Sumidouro desde a sua primeira nascente até fazer barra no rio Maranhão e por este Rio acima até a barra chamada de João da Costa e pelo dito ribeirão acima, até a endireitura da serra da Ilha das cabras servindo de extrema o ribeirão que serve de extrema de Amador das Neves, e desta extrema cortando por cima da serra até dar na extrema de Miguei Bezerra* [L. 43, Fls. 8v].

Manoel Antunes Xavier Braga: *Uma fazenda denominada S. Domingos, sita na beira do Rio Verde, districto da Meia Ponte das Minas de Goyaz, a qual fazenda descobriu e povoou, servindo-lhe de extrema o dito ribeirão que lhe faz com a fazenda de Bento Soares, principiando na barra deste pelo rio Verde acima até a ultima vertente e para a parte do Poente lhe servia de divisa a Serra Negra* [L. 43, Fls. 6].

Bento Soares de Souza: *Uma fazenda sita na beira do Rio Verde districto da Meia Ponte das Minas de Goyaz, servindo-lhe de extrema o dito Rio Verde da barra que faz no do Maranhão correndo pelo veio da água acima até a barra da extrema que faz com a fazenda de Manuel Antunes, chamada S. Domingos e pelo Rio do Maranhão abaixo com légua e meia servindo-lhe de extrema o ribeirão mais visinho por esta divisão e cortando deste por cima da serra as cabeceiras do dito ribeirão que serve de extrema a dita fazenda de Manuel Antunes* [L. 10, Fls. 8v].

14 Waldemar de Almeida Barbosa, **Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais** - Belo Horizonte, Ed. Saterb, 1971.



55. Veredas de buritis próximo a Cocalzinho, vendo-se ao fundo os picos dos montes Pireneus. Gravura de Oscar Leal, 1889.

Corumbá e Cocalzinho

Dos montes Pireneus para o Sul, estendiam-se as sesmarias fundadoras de Corumbá de Goiás.

Corumbá pode ter tido seu ouro descoberto ao mesmo tempo daquele de Pirenópolis ou se confirma-se a hipótese dos Mafras, vinte anos antes. Segundo o historiador Ramir Curado, deve-se sua fundação ao capitão Diogo Pires Moreira, paulista de Jacareí, que de fato ali sesmou em 1739. Moreira quase que só se fez acompanhar de paulistas na descoberta das lavras de Corumbá, das quais o professor Curado contou impressionantes 98 vestígios, entre as grandes minas – como as do Salto do Corumbá, Tapera Grande e Chaveiro – e lavragens de

menor importância.¹⁵

Pouco acima de Corumbá tiveram sesmarias o padre Manoel da Maya, que foi seu vigário, e para os lados de Morro Grande, certo Pedro Temudo de Lemos, em cujas proximidades tinha seu sítio o grande escritor Bernardo Élis e a pintora Maria Carmelita.

Já fundadora da área da atual Cocalzinho – verdejante encanto de veredas de buritis, com uma fábrica de cimento ao centro – era a sesmaria, também de 1739, do padre Manoel de Souza Soares. O padre Soares confrontava no Morro Alto – que todavia não era denominado de Pireneus -, com João Rodrigues Abade, o qual emprestou seu nome à famosa mina do Abade, destruída pelo povo de Pirenópolis em fins do Século XIX por turvar as águas dos pirenopolinos com a lama da mineração.

Por essa parte do Planalto a mineração de ouro já constituía – 15 anos durante – o seu cotidiano e as sesmarias dela derivavam desde a descoberta de Meia Ponte.

O ouro, além da alucinação que lhe é peculiar, acelera então a ocupação territorial do Planalto Oriental e do Distrito Federal, com a descoberta das minas de Luziânia e Paracatu.



15 Ramir Curado *in Memória do Planalto: a mineração em Corumbá no período colonial* -artigo publicado no Suplemento Cultural da Câmara Legislativa do Distrito Federal - DF Letras, n.º 3, janeiro de 1993.

Nota ao Capítulo

A Casa de Grijó, os Fernandes de Oliveira e as Fazendas do Paranã

Segundo as **Memórias do Distrito Diamantino** do notável Joaquim Felício dos Santos (1828-1895), ao instituir o Morgado de Grijó em 1775, o contratador João Fernandes de Oliveira ali relacionou fazendas, das quais – graças a menções constantes das Cartas Régias para Goiás no ano de 1748 – sabemos que pelo menos sete situavam-se na ribeira do Paranã, mesmo se contraditando informações do próprio Felício, que as supunha todas em Minas Gerais.

Segundo Luiz Palacin – em notas de seu fundamental **Goiás 1722-1822** – João Fernandes de Oliveira, o velho, moveu uma ação contra o administrador das sete fazendas que possuía no vale do Paranã. Fazendas distantes, ao léu, entregues a gerente devasso, recriminado numa Carta Régia daquele ano de 1748, existente no Arquivo de Goiânia.

Confrontando as fazendas citadas por Felício dos Santos ao elenco das sesmarias goianas, chegamos à identificação precária de algumas delas, adquiridas de dois dos maiores latifundiários do Paranã, na década de 1740.

Um deles era Luiz Cerqueira Brandão, ou bem filho ou sobrinho do terrível bugreiro português Atanásio de Cerqueira Brandão, povoador de fazendas e caçador de índios no vale do São Francisco, em princípio do Século XVIII, conforme notícia de Carvalho Franco.

O outro grande terratenente era Dionísio Martins Soares, citado por sua participação em bandeiras *bugreiras* no tempo de D. Luiz de Mascarenhas que pessoalmente outorgou-lhe titulação de nada menos do que sete sesmarias em reconhecimento de seus méritos na luta contra os nativos, seis das quais com 3 léguas, e uma com 1 légua, segundo consta do Repertório das Sesmarias do Arquivo do Estado de São Paulo. Era indubitavelmente o maior latifundiário “formal” de Goiás à época, afora o fundador Anhangüera.

Os dois conquistadores não deviam, no entanto, serem afeitos à vida agrária e, instalada a *pax lusitana* com os índios, deve ter ocorrido a idéia de venda dos latifúndios, situados em excelentes criatórios naturais de gado.

Encontraram como comprador João Fernandes de Oliveira, o velho, que emerge poucos anos depois, ao arrematar o contrato dos diamantes, como um dos homens mais ricos do país.

Sigamos, passo a passo, a relação das fazendas citadas por Felício dos Santos:

1ª. Santa Rita, no Paranã, cuja aquisição pelo contratador resulta da venda de Luiz Cerqueira Brandão: ...«*um sítio na ribeira do Paranã, chamado Santa Rita...*» registrado por Brandão em 27.06.1741. São 18 quilômetros à beira do Paranã, na mesma latitude da cidade de São Domingos, a cerca de 80 quilômetros a Oeste.

2ª. Fazenda do Riacho das Areias cabe como uma Juva ao sítio de Dionísio Martins Soares ...«*princiando na cabeceira do dito riacho das Areias, e correndo por ele abaixo três léguas...*» registrado por Dionísio em 23.01.1740. O riacho das Areias é tributário da margem esquerda do São Domingos, a cerca de 40 quilômetros a noroeste de Arraias.

3ª. Fazenda de São Domingos...«*um sítio na ribeira do Paranã chamado S. Domingos...*» como consta do registro de uma das sesmarias de Luiz Cerqueira Brandão, emitida em 21.06.1741. Os mapas modernos ainda mostram a fazenda São Domingos aos pés do rio Manso, a cerca de 70 quilômetros da cidade de São Domingos.

4ª. Fazenda de Santo Estevam, mais uma vez originária do capitão Luiz Cerqueira Brandão: ...«*um sítio na ribeira do Paranã chamado S. Estevam...*», também registrado em 1741, situada a cerca de 60 quilômetros a oeste de Posse.

Até este ponto o contratador Oliveira já havia adquirido todas as três sesmarias de Luiz Cerqueira Brandão no Paranã, o que nos faz acreditar que as tenha adquirido ou bem do juízo dos órfãos ou bem da viúva de Luiz Cerqueira.

As outras três sesmarias de João Fernandes de Oliveira no Paranã são de localização mais incerta, talvez pelo laconismo das petições do sesmeiro Dionísio Martins Soares, todas porém no rio Arraias, mais propriamente no seu afluente da margem direita, o rio Formoso e todas de 1740.

E consta das fazendas do contratador Oliveira justo uma situada no rio Formoso e outra do Jenipapo, que pode ser outra das originárias de Dionísio Martins Soares no mesmo rio ...«*princiando na barra do Jenipapo*». Todas essas fazendas situam-se a poucos quilômetros ao norte de Arraias, cujo descobrimento de ouro e fundação deram-se nesse mesmo ano de 1740 pelo governador D. Luiz Mascarenhas.

Em tempo:

Sabemos que há dois João Fernandes de Oliveira, pai e filho, que em sociedade arrematam, em 1753, o contrato de diamantes do Tijuco. João Fernandes, o velho, enlouqueceu em Lisboa por volta de 1763. O filho, desembargador e amante de Chica da Silva, só foi administrar o contrato em 1769.

Assim as sete fazendas citadas em 1748 foram adquiridas por João Fernandes de Oliveira, pai, cinco anos antes de arrematar o contrato dos diamantes. Em outros termos: o gado das sesmarias de Oliveira velho, associado às caríssimas vendas para as recém-inauguradas minas do Tocantins propiciaram os recursos necessários ao mesmo para arrematar o contrato do Tijuco, talvez o mais caro de toda a colônia, às custas do ouro goiano?

Outra questão: a existência do Morgado de Grijó, instaurado em 1776 – de onde extraímos a lista de fazendas do Paranã – consolida-se quase 30 anos após as aquisições de terras dos Oliveira em Goiás.

Ora, nossas análises progressivas tratavam exclusivamente de sesmarias de 186 quilômetros, transacionadas na década de 1740. Mas a lista posterior do Morgado refere-se a *fazendas*, que poderiam albergar mais de uma sesmaria, o que já era o caso, naquela época talvez, das três sesmarias confrontantes de Dionísio Martins Soares no rio Formoso das Arraias. Deviam ser três sesmarias, mas uma só fazenda, com seus limites perfazendo algo como 54,18 quilômetros.

E se os Oliveira, nos extensíssimos 18 anos em que comandaram a maior mina de diamantes do universo setecentista, tivessem continuado a comprar terras no Paranã, para a pecuária de abastecimento dos mercados tanto de Goiás quanto de Minas Gerais? Essa é a hipótese mais plausível. Na lista do Morgado de Grijó aparecem as fazendas São Tomás e Santa Clara, a primeira no município de Posse, a segunda no Paranã.

Ao Dr. Pinheiro, diretor da Terracap – emérito conhecedor do tema – parece que os Oliveira tornaram-se, no Século XVIII, quase que os únicos proprietários do médio Paranã, repetindo, passado um século, a façanha dos morgadios baianos da Casa da Torre dos Ávila-Pereira e da Casa da Ponte, dos Guedes de Brito e dos Saldanha da Gama.

Faz-se necessário acrescentar-se, assim, na história do Brasil a Casa de Grijó, dos Fernandes de Oliveira, sobre a qual pouco sabemos, a não ser que seus bens, em fins do Século XIX, já eram considerados alodiais, sem donos.

Capítulo XI

O PLANALTO AURÍFERO

Não devia saber Antônio Bueno de Azevedo o que adiante lhe reservava a sorte de ser o descobridor do ouro e o fundador do arraial de Santa Luzia e Santo Antônio da Boa Vista, atual Luziânia.

Segundo Joseph de Mello Álvares – o nunca assaz citado cronista de Santa Luzia – Bueno de Azevedo seguia as pegadas de seu pai, capitão-mor Francisco Correia de Lima que, em 1733, viera em bandeira com outros mineiros de projeção desde as nascentes do rio São Francisco, na famosa expedição conduzida por Urbano do Couto Menezes, rumo à fronteira goiana do rio São Marcos.

Em meados de 1746, atendendo talvez à falta de espaço na congestionada mineração de Paracatu, formou Bueno uma bandeira com amigos e patrícios seus, paulistas, adentrando a passagem de Arrepêditos, já freqüentada por contrabandistas e aventureiros em demanda da última grande mineração aurífera da história do Brasil: a dos sertões dos Guaiases.

Chegando à ribeira do São Bartolomeu, deitou roça na paragem do Riacho Frio e saiu a investigar os arredores.

Talvez pretendesse investigar apenas locais vagos para a implantação de uma sesmaria de gados, mas deparou com formações aluvionárias semelhantes às de Paracatu, de pouca concentração de ouro, porém em grande extensão de áreas lavráveis, requisitando justamente o que o desenvolvimento tecnológico e as relações de produção de então instituíam: grandes mineradores com dezenas de escravos desalojados de Diamantina, em 1743, pelo contrato exclusivo com os Caldeira Brandt que, por absoluta ironia, depois de minerarem secretamente em Paracatu, arremataram, com o ouro ali apurado, a desgraça do Tijuco. É que os diamantes extraídos na terra de Juscelino Kubitschek – diz-nos Noya Pinto – tornaram-se tão abundantes na Europa que seu preço sofrera brusca queda, levando a Coroa portuguesa, em acordo com as casas joalheiras de Amsterdã, a regular-lhe a extração em doses comedidas.¹ Os grandes mineradores, proprietários de “300 peças acima” – não só os desalojados do distrito diamantífero, como dos diversos rincões de Minas Gerais já explorados há quase meio século, e ainda os beiradeiros do São Francisco, cuja população só aumentava – invadiram com sofreguidão os aluvionares da geologia do Planalto.

Ouro de baixo toque, porém abundante, requisitando grande número de escravos em cada lava, e que mesmo assim renderam por quase meio século de extrações ininterruptas.

Embora Joseph de Mello Álvares, com base em fontes orais, tente mitificar o fundador Antônio Bueno de Azevedo – ao outorgar-lhe um estatuto além do bem e do mal, não apenas de fundador, mas ainda de grande líder da nova conquista aurífera – é pouco convincente nessa sua versão.

Bueno de Azevedo, paulista, era um pobretão quando comparado aos dois irmãos portugueses Pereira Guimarães, por exemplo, ou ao destemperado Lisboa, fundador da mineração de Santo Antônio do Descoberto.

Luziânia – como Paracatu e, muito antes, Meia Ponte – fundou-se pela chegada em grande parte de portugueses, originários do Norte do país ibérico, geralmente casados com paulistas de velha extração bandeirante, como atestam inúmeros casos da magnífica **Genealogia Pirenopolina** de Jarbas Jayme.

1 Virgílio Noya Pinto in **O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português** - Coleção Brasileira, volume 371 - São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1979.

Santana do Paracatu

Às descobertas de Santa Luzia, em Goiás, antecedem as da futura vila de Paracatu do Príncipe, anteriormente arraial de Santana, atual Paracatu-MG. Em ambas as áreas – assegura-nos o geólogo Tadeu Veiga – são muito semelhantes as condições geológicas e mineralógicas, por contraposição a diferentes situações auríferas clássicas de Minas Gerais. Em Paracatu e Luziânia foi necessário adaptar-se a uma nova tecnologia de mineração, condizente com as formações geológicas do Planalto.

Em parte por essas razões, foram minerações tardias, tanto na história de Minas Gerais quanto na de Goiás. Ambas as maiores e mais tardias dos respectivos estados.

Aponta-nos Waldemar de Almeida Barbosa uma meia dúzia de sesmarias muito antigas, algumas dos anos 1720, no vale do Paracatu e, ainda em 1738, a menção ali de uma Companhia de Ordenanças, filiada ao termo de Serro Frio. Não parece haver dúvidas entre os historiadores de que a povoação de Paracatu seja anterior à sua mineração “oficial”, aberta em 1744. A versão mais moderna, do professor Oliveira Mello, situa o fato entre 1690 e 1710, «quando servia de caminho que ligou o centro minerador de Goiás aos centros criadores do São Francisco...», mas esbarra em dificuldades historiográficas: em 1690 mal acabara Matias Cardoso de inaugurar o seu arraial fundador da conquista do São Francisco e a mineração de Goiás só tem início em 1726, com a segunda bandeira de Anhangüera, o moço.²

Não obstante, por força de revisões recentes, se realmente houver existido um ponto mais ou menos consistente de penetração na Serra de Lourenço Castanho, por volta de 1670, nada obsta a que o Anhaguera-pai, conforme a tradição, batesse a região e sujeitasse seus índios à época.

Conhecidas, só se citam três grandes bandeiras na região, com gente bastante para a fundação de arraial: a de Urbano do Couto Menezes, em 1733,³ e as duas de 1736, citadas por Waldemar Barbosa, que vieram autorizadas a abrir caminho para Goiás: uma de Pitangui – e a outra, mais efetiva, vinda das cabeceiras do São Francisco, abrindo a Picada de Goiás -, entroncando ambas sobre Paracatu. Em decorrência do assomo dessas duas bandeiras, o ano de 1736 é o preferido para definir a data de fundação de Paracatu, tanto para Waldemar Barbosa e Afonso Arinos, quanto para o autor. Paracatu é um caso raro de a fundação do arraial preceder a descoberta do ouro.

No tocante à descoberta do ouro de Paracatu, desde o Heródotos paracatuense, professor Olympio Gonzaga,⁴ há consenso de ter sido feita pelos irmãos Caldeira Brandt – Felisberto e

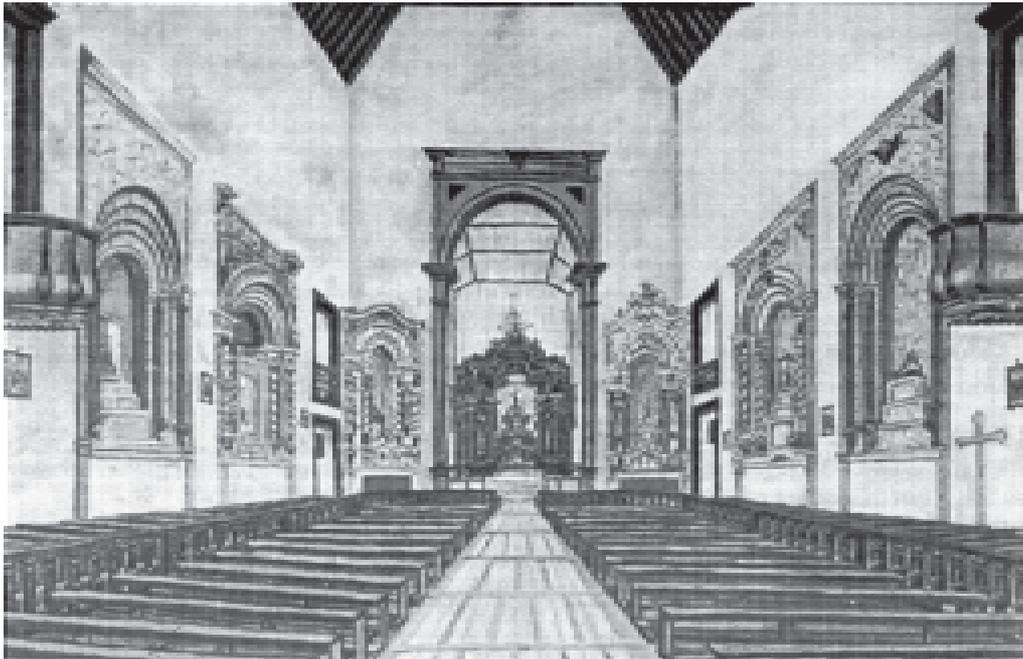


56. Professor Olympio Gonzaga , autor da *Memória Histórica de Paracatu*, 1910.

2 Citada por Alencastre, *op. cit.*

3 Oliveira Mello - **Paracatu do Príncipe, minha terra** - Prefeitura Municipal de Paracatu, 1979.

4 Olympio Gonzaga - **Memória Histórica de Paracatu**, Uberaba, Typ. Jardim, 1910.



57. Vista do interior da catedral de Santo Antônio em Paracatu, século XVIII. Tela de Terezinha Couto de Oliveira Corrêa.

Francisco – refugiados em Goiás em 1731 ...«*implicados como autores de tiros dados no Ouvidor de Rio das Mortes...*»

Devem ter vindo para Pirenópolis que, nesse ano, expunha suas riquezas, mas mineraram também no vale do rio Vermelho, em Vila Boa, onde a “Notícia Geral” cita um “Poço dos Caldeiras”.⁵ Por provisão datada de 30 de agosto de 1739, Felisberto Caldeira Brandt era emitido no posto de capitão de cavalos do Regimento de Goiás.⁶ Teriam assim os Caldeira descoberto o ouro de Paracatu depois daquela data, tendo adquirido os conhecimentos geológicos e tecnológicos necessários a tal façanha nas minas goianas, de contexto geológico diferente das minerações clássicas de Minas Gerais.

Segundo os melhores avisos, retiraram-se os Caldeira dali em 1743, levando 50 surrões de – ouro, que a terem cada um 15 quilos – a arroba mínima para as cargas dos tempos coloniais faz com que levassem algo como 750 quilos de ouro, dos quais boa parte aplicada nas despesas do contrato dos diamantes, assumido neste mesmo ano por Felisberto.

Se os Caldeira – e seu condômino na mineração inicial de Paracatu, José Rodrigues Fróes – mineraram em segredo, isso não deve ter excedido a dois ou três anos de atividade ilícita, mesmo assim pouco provável, por ser na época região muito trilhada pelos caminhos dos sertões.

Insustentável o ocultamente por mais tempo, em 1744, o governador Gomes Freire, sabedor de que 10 mil pessoas passavam ao Paracatu, com o intuito de minerar, comissionou a João Jorge Rangel, ...«*com escolta de dragões, para conter o povo e fazer os guarda-mores repartirem as terras na forma das ordens de S. Majestade...*»⁷ Assim mesmo, ...«*foi repartido duas vezes no mesmo ano de 1744, a segunda vez pelo ouvidor Simão Caldeira ...*», relata-nos Alexandre Affonso Veloso.⁸ Cem pessoas – um recorde – foram assassinadas em Paracatu em meio a esses tumultos iniciais.

5 Paulo Bertran (org.) **Notícia Geral da Capitania de Goiás - 1783** – Brasília/ Goiânia: Solo, 1997.

6 Arquivo Histórico de São Paulo [L. 10, p.32].

7 Waldemar Barbosa in **Dicionários Histórico Geográfico de Minas Gerais**, op. cit.

8 Alexandre Afonso Veloso in **Notícia Geral da Capitania de Goiás - 1783**, op. cit.

O atento e vivaldino D. Luiz de Mascarenhas – governador de São Paulo e das minas de Goiás e Mato Grosso -, valendo-se da imprecisão da fronteira e da informação absurda de que as águas de Paracatu corriam para o Ocidente, ordenou ao ouvidor de Goiás, no mesmo ano de 1744, que fosse lá tomar posse e distribuir as minas, a menos que não o tivesse feito o ouvidor do Sabará,⁹ e a menos que os práticos da região afirmassem estar fora dos limites da capitania. Não satisfeitos, escreveram o conde d’Alva e o ouvidor de Goiás, Manoel Antunes da Fonseca, reivindicando o descoberto a D. João V, que nada fazia sem o aviso de Gomes Freire de Andrade, então governador do Rio de Janeiro e interino de Minas Gerais, o qual perguntado pelo rei deu parecer negativo às pretensões goianas. A íntegra dessa carta real consta de um dos muitos livros do maior pesquisador que temos hoje sobre o noroeste de Minas Gerais, professor Oliveira Mello.¹⁰

Santa Luzia e Santo Antônio da Boa Vista – Luziânia

Ter um bom historiador é meio caminho para alcançar-se uma boa história e Luziânia teve o polivalente Joseph de Mello Álvares, cuja obra dispersa pelas edições de começo do Século no periódico *O Planalto*, foi em boa hora reunida e publicada por esse benemérito da cultura do *Planalto* que foi José Dilermando Meirelles, coadjuvado, nesta verdadeira primeira edição da **História de Santa Luzia**,¹¹ pelo Dr. Antônio Pimentel, descendente de Joseph de Mello.

Joseph de Mello houve-se, em fins do Século XIX, com verdadeiros métodos científicos de pesquisa histórica. Para cada um dos anos de 1746 a 1775, compulsou os livros do conselho do julgado, das irmandades religiosas, os sermões dos vigários de Santa Luzia e os registros das igrejas em geral, testamentos e inventários – enfim toda a papelada sobrevivente dos anteriores 140 anos – quase toda hoje desaparecida. Fez história oral: deve ter-se consultado com octogenários que ainda conservavam velhas lendas do Século XVIII, e deve tê-las cotejado com os documentos à vista. A única obra sobre a história de Goiás que parece ter sido do conhecimento do ilustre luziano foram os **Anais da Província de Goiás**, de José Maria Pereira de Alencastre: melhor companhia não podia haver para os horizontes da época.

Segundo a tradição, recolhida por Mello Álvares, o primeiro ouro visto por Antônio Bueno de Azevedo sorriu à luz do sol a 13 de dezembro de 1746, dia de Santa Luzia, a peregrina dos doentes dos olhos, que deixou-se cegar para melhor abrir-se para as luzes do espírito.

Bueno teria trabalhado algum tempo em sigilo – não muito – como era quase de praxe no início das minerações isoladas, mas a falta de mantimentos e a vista de sinais de outros brancos na região, obrigaram-no a socorrer-se de alimentos em Paracatu e a expedir para São Paulo um hipotético portador para o conde d’Alva, comunicando-lhe a descoberta de novas minas e solicitando-lhe a guardamoria, vale dizer sua administração com poderes para a repartição das lavras, segundo a tradição coletada por Mello Álvares.

Não está bem contada a história. A notícia do novo descobrimento chegou primeiro à Vila Boa de Goiás e dali D. Luiz Mascarenhas foi informado em maio de 1747, pois – descontando-se o tempo das viagens de outrora – em princípios de agosto, em carta ao intendente da Real Fazenda de Goiás, Manoel Caetano Homem de Macedo, louva-lhe a resolução de ...«*mandar passar ao fiscal dessa intendência, Antônio Luiz Lisboa para o descoberto de S. Luzia para dar forma a cobrança da real captação e mais averiguações...*»¹²

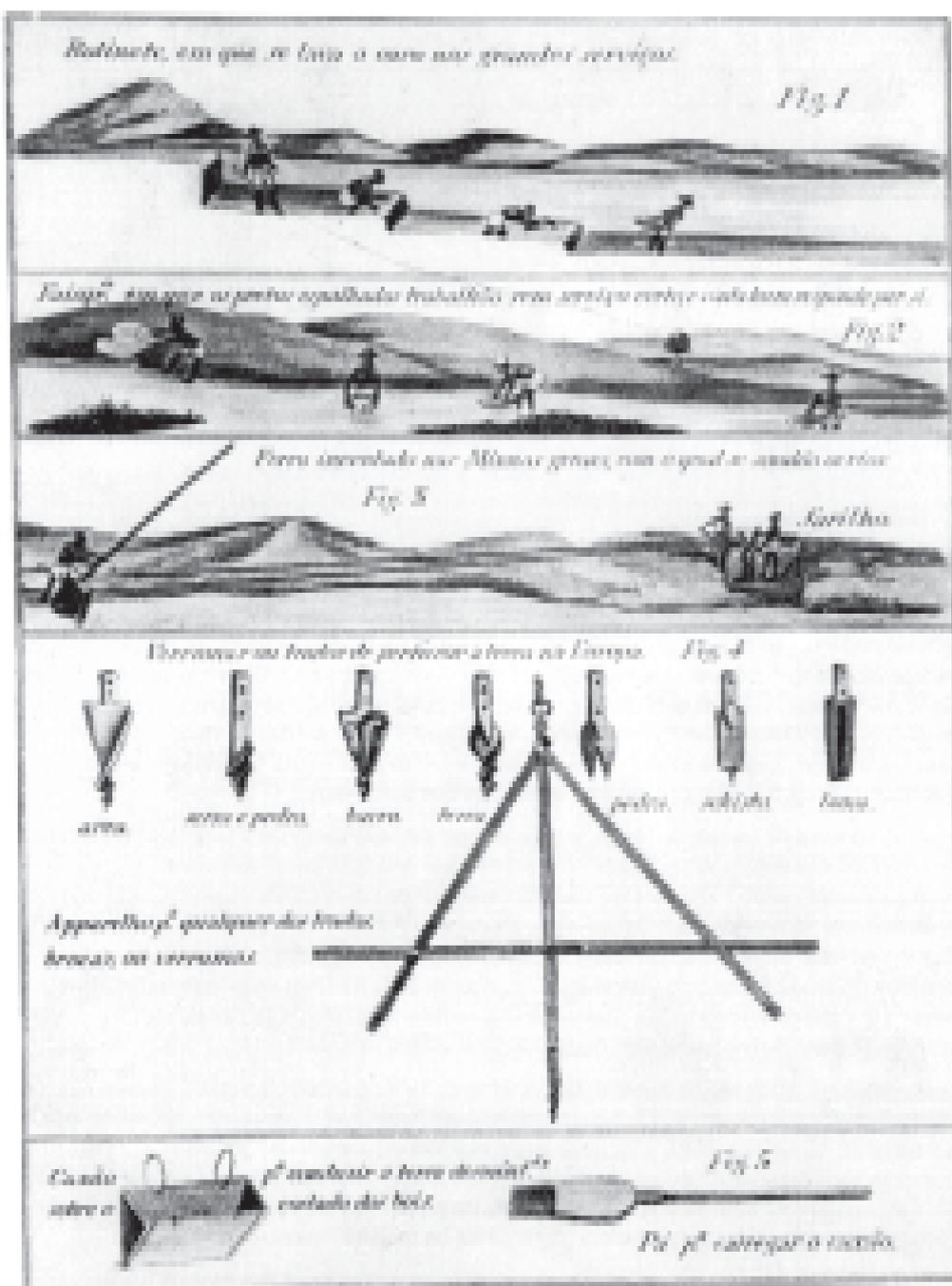
A notícia do novo descoberto deve portanto ter chegado em abril a Vila Boa de Goiás, talvez mandada pelo próprio descobridor, pois já vinha o descoberto chamado por Santa Luzia, informação privilegiada da bandeira de Bueno de Azevedo. Teve Bueno tempo – de meados de dezembro de 1746 a abril do ano seguinte – para socavar o rio Vermelho, identificando-lhe as mais promissoras lavras para futura colocação de amigos, sócios e parentes, como era o

9 D.I.H.S.P., volume 66, pp. 102-103.

10 Oliveira Mello in *Paracatu perante a História* - Patos de Minas, Ed. Folha Diocesana, 1964.

11 1978.

12 D.I.H.S.P., volume 66, p. 197.



58. Métodos e instrumentos de mineração no Século XVIII. Desenho da época.

costume nesses casos de minerações isoladas e como fora o caso de Paracatu, com Rodrigues Frós.

Sem mesmo deixar requestrar o assunto, na mesma carta de 3 de agosto, D. Luiz de Mascarenhas diz ter ordenado a certo capitão-mor Clemente Simões da Cunha para remeter ao intendente de Goiás, já citado... «o produto da data que me tocou no descoberto de Santa Luzia, e o deixará estar em seu poder em até haver ocasião de remessa de ouro, para então me enviar...» De fato, no benevolente governo de D. João V, era costume estimular os governadores das capitanias, com a doação de uma data mineral – geralmente das mais promissoras – para seu pecúlio, a qual era posta em hasta pública e leiloadada entre os ávidos

mineradores, alcançando bons preços.

Em outra carta ao citado capitão-mor Clemente Simões da Cunha – desconhecida de Joseph de Mello, haja vista que só foi publicada na revista *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo* em 1943¹³ -, D. Luiz comunica-lhe ter recebido carta sua de 8 de junho de 1747, escrita desde Paracatu, informando de novos descobertos nas divisas de Minas Gerais e Goiás, nas serras das Araras e de Lourenço Castanho. D. Luiz instiga-o a delas tomar posse em nome da capitania de São Paulo e acrescenta: ... «*e o mesmo cargo de guarda-mor exercitará V. Mercê no descoberto de Santa Luzia para o que lhe remeto a provisão inclusa... O produto da data que me tocou no dito descoberto remeterá V. Mercê ao Doutor Intendente de Goiás... Praça de Santos, 30 de Agosto de 1747...*»¹⁴

Nenhuma palavra sobre Bueno de Azevedo e sobre a história captada por Mello Álvares através da tradição oral, em que teria sido o guarda-mor o superintendente de Meia Ponte, Fernando Bicudo de Andrade,¹⁵ quem teria vindo tomar posse de Santa Luzia, solapando seus descobridores, até que uma milagrosa provisão de D. Luiz de Mascarenhas chegasse, restaurando Bueno na guardamoria das novas minas.

Ao contrário, do punho do próprio governador é-nos informado que o guarda-mor é outro, que a notícia chegou mais cedo à Vila Boa do que a São Paulo e que a primeira autoridade a ali dar entrada foi um fiscal da Intendência da Real Fazenda de Vila Boa. Não impedem esses fatos porém a que mais tarde Bueno fosse nomeado guarda-mor das minas, como de fato o foi.

Tudo isso lembra-nos muito um substancioso estudo de Luiz Palacin,¹⁶ quanto aos mitos relatados pelo proto-historiador goiano, Padre Luiz Antônio da Silva e Souza, quanto à bandeira do Anhangüera, quase sempre discordantes da base documental da época.

Silva e Souza quis construir um mito para Anhangüera. Mello Álvares quis fazer o mesmo para Bueno de Azevedo.

No seu capítulo sobre a fundação de Santa Luzia – o único que escreveu sem vistas a documentos e tão só à imaginação e à tradição – Mello Álvares construiu uma representação do descobridor de Luziânia espelhando o superego idealizado pelo próprio historiador: o filho que segue os passos do pai para atingir a riqueza, o homem devoto e culto que por meio de providências ardilosas e inteligentes encarta-se no poder e que, ao fim da vida, morre pobre e endividado, os amigos socorrendo-lhe no enterro e à viúva desvalida. O romantismo de fins dos Oitocentos interpretando e construindo as versões dos Setecentos.

Seguindo o livro de Joseph de Mello, parece-nos ter sido muito rápida a instalação das lavras e a fundação do arraial de Santa Luzia. No prazo de um ano já se iniciavam as escavações de um extremo a outro do rio Palmital e do ribeirão fundador de Santa Luzia, logo rebatizado de rio Vermelho, em virtude das suas águas sujas, turvadas pelos trabalhos de mineração, mesma origem de tantos outros rios vermelhos existentes em Goiás e em Minas Gerais. Ao rezar a primeira missa nas minas, em março de 1748, o padre Luiz da Gama Mendonça achou-se rodeado por mais de 6 mil almas. Dizem Gelmires Reis e Adirson Vasconcelos que do nome deste padre tira sua denominação a região da atual cidade do Gama.¹⁷

Essa primeira e tardia missa do padre Gama deve ter sido de caráter inaugural da capela, pois pelo menos desde junho de 1747 já se encontrava em Santa Luzia, batizando a torto e a direito, sem ter os óleos sacramentais porquanto ainda não tinham chegado no garimpo. E assim passou-se também metade do ano de 1748. Ramir Curado informa-nos que nesse tempo todo um ano – o padre Gama realizou 18 batizados, uma metade de escravos Mina recém vindos da

13 *D.I.H.S.P.*, 1942.

14 *D.I.H.S.P.*, volume 66, pp. 198-199.

15 Citado por Alencastre, op. cit.

16 Luiz Palacin in *Quatro Tempos de Ideologia*, Goiânia, CERNE, 1986.

17 Adirson Vasconcelos in *As Cidades-Satélites de Brasília* - Brasília, CEGRAF, 1988.



59. Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadela, governador e capitão-general de São Paulo e das minas de Goiás em 1749. Pintura de Manuel da Cunha, Século XVIII.

África, outra metade de crianças escravas nascidas na própria Santa Luzia.

Mas o mais especioso de tudo é ver que na surgente Santa Luzia, nesses atos de batizado, figuram como donos de escravos, dois dos mais execráveis povoadores de Goiás no conceito do proto-historiador padre Silva e Souza: o padre João Gago de Oliveira, paulista, e o padre-doutor José Caetano Lobo Pereira. Ao padre João Gago e a seu irmão, o também padre Antônio de Oliveira Gago... «*imputam-se-lhes mortes, açoites e muitos excessos...*», já o padre-doutor era jagunheiro e de prepotência ilimitada... «*fazia despejar de sua vizinhança, com uma carta, os que lhe parecia, ameaçando-os de morte...* » Certa vez obstou à justiça, recebendo um juiz... «*com oitenta armas de fogo, que começou a mandar descarregar nos officiaes...*»

Em 1749, registra-se a passagem pelo novel arraial do poderoso e competente governador do Rio de Janeiro – além de governador interino de Minas Gerais e de São Paulo, e portanto das minas de Goiás e de Mato Grosso – Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadela, que em companhia dos Caldeira Brandt vinha estabelecer no distrito diamantífero goiano dos rios Claro e Pilões, uma extensão do contrato dos Caldeira em Diamantina.

Deve ter-se bem impressionado Gomes Freire e instado ao ouvidor da comarca de Vila Boa de Goiás, um certo Agostinho Luiz Ribeiro da Silva, a logo criar o julgado de Santa Luzia, o que foi feito por portaria de 30 de outubro de 1749. Foram nomeados, nessa mesma data, para juízes ordinários, Manoel de Souza Moreira e Manoel José de Andrade, os primeiros cônsules da novíssima *república* de Santa Luzia. Tinham esses juízes, além do judiciário, atribuições legislativas e executivas. Eram poderosos: julgavam crimes e delitos, lançavam os impostos municipais, empreitavam estradas e pontes, cuidavam da polícia e do sossego públicos. Não se estava ainda vivendo o Estado tripartite de Montesquieu.

Não sabemos se uma portaria definindo os limites territoriais do julgado foi também publicada então, mas por conta de documentos outros já da década de 1770, é possível afirmar que desde cedo até depois da Independência do Brasil, os distritos arcaicos de São Bartolomeu, atual Distrito Federal, e de Itiquira, atual Formosa, passaram a pertencer e foram regidos pelo julgado de Santa Luzia, exceção feita a uma breve assunção do julgado de Couros, nos anos de 1772-1774, como trataremos adiante. E exceto, até pelo menos os anos 1760, de todo o oeste do Distrito Federal, incluído-se Brasília, pertencentes até então ao julgado primitivo de Meia Ponte, atual Pirenópolis, a grande avó inicial de Brasília.

Para os três primeiros anos de Santa Luzia, Mello Álvares relaciona mais de cem nomes de fundadores, metade de portugueses natos, alguns vindos com toda a família, e outro tanto de procedência brasileira, mormente paulistas.

A maior parte desses nomes não se repetem na história futura de Santa Luzia, ou porque desapareceram seus sucessores legítimos ou porque voltaram a migrar, passada a febre aurífera dos primeiros anos. É o caso do sargento-mor José Correa de Mesquita – que deixou seu nome ao ribeirão, à fazenda e ao arraial do Mesquita – que encontraremos posteriormente em Pirenópolis, ou dos irmãos Viegas de Athaide, portugueses, grandes sesmeiros, de que restou a lembrança no nome do córrego do Viega, próximo a Luziânia, e que encontraremos mais tarde em Corumbá de Goiás.

Já outros permaneceram, como os Pereira de Oliveira, os Espínola de Athaide, os Pereira Braga, os Camelo de Mendonça e os Gomes Rabello, estes últimos fundadores de Planaltina, e todos eles, em breve, com 250 anos de existência no Planalto.

Os índios – Caiapó, por certo – que até ali não haviam perturbado a conquista, cercaram, em agosto de 1750, a fazenda do Pandeiro, matando 21 pessoas entre homens, mulheres e crianças. Logo foi enviada uma bandeira a seu encaço que, com redobrada fúria, matou 18 índios e aprisionou 49, sempre entre homens, mulheres e crianças, numa quebrada do rio Corumbá que, em lembrança do ocorrido, passou a chamar-se Deus-Me-Livre.

Continuando os alarmes, formou-se uma bandeira com índios Bororo da tropa de choque aldeada no Triângulo Mineiro pelo coronel Antônio Pires de Campos – o Pai-Pirá -, “Marte no sertão e Adônis na praça”, a qual andou afugentando outras malocas no rio Corumbá. Agradecida, a população de Santa Luzia, assim que ficou pronta a matriz, encimou suas torres

com duas imagens em latão representando os índios Bororo salvadores, como informa o anônimo esboço de uma história eclesiástica de Santa Luzia, existente no arquivo da Fundação Educacional da Cidade de Goiás. A guerra indígena porém prosseguirá nos próximos 30 anos. Informa a “*Notícia Geral*”, que não havia lavras no rio Corumbá, sabidamente aurífero, por causa dos índios Caiapó, que ali teriam matado mais de 50 pessoas.

Por essa época o conselho do julgado, mostrando serviço, mandou fazer na estrada para Meia Ponte as pontes do rio Palmital, a Ponte Alta – esta já no Distrito Federal – e a do rio Despenhado, que assim se chamava até 1757, quando nele descobriu-se ouro e passou a denominar-se Descoberto – o rio Descoberto que serve hoje de divisa entre Goiás e o Distrito Federal.

Continuaria pelos 20 anos seguintes – nas décadas de 1750 e 1760 – o grande afluxo de mineradores vindos da Bahia, de Minas Gerais, de São Paulo e até das minas em definhamento de Mato Grosso.

O ouro jorrava sempre, mas as lavras tornavam-se sempre mais exigentes em matéria de tecnologia de extração. Em 1756, em local insondável e persistente, na barra do rio Palmital com o Corumbá, já se usavam rústicas bombas hidráulicas para livrar as escavações das águas subterrâneas. Era uma mina problemática embora riquíssima, essa do *Mato da Lagoa*, situada na futura fazenda do nosso cronista Joseph de Mello Álvares: em 1770, uma forte sociedade de mineradores tentou reabri-la novamente com o uso de máquinas hidráulicas.

Todo o entorno das atuais cidades de Luziânia e de Santo Antônio do Descoberto transformara-se numa imensa mina: Pascoal Pamplona Valadão descobriu as lavras do rio Pamplona e, em 1757, o Polêmico José Pereira Lisboa descobriu as de Santo Antônio dos Montes Claros.

Tão grande o afluxo de pessoas e a demanda por novas datas minerais que houve-se por bem, em 1757, dividir a guardamoria, sobrecarregada desses serviços de repartição, nos dois distritos do Palmital e do Arraial.

Parece-nos que o extenso vale do Palmital abrigou algumas das principais lavras de Santa Luzia: as do *Morro, Varaconum, Jorge, Lavrinha, Pires, Colônia, Lagoa e Ribeirão do Inferno*.

Ribeirão do Inferno

As minas do ribeirão do Inferno talvez não tenham sido as mais ricas do julgado de Santa Luzia, mas impressionam pelo seu excelente estado de preservação e pela extensão e profundidade de suas cavas ou *rifts*, algumas com dimensão suficiente para comportar um prédio de apartamentos.

Suas altas paredes – em cujo topo corriam penas d’água obtidas por meio de algum complexo sistema hidráulico – chegaram a confundir os intérpretes americanos da equipe de Belcher, em 1954, que anotaram nas fotos aéreas da região “*ruins*”, vale dizer, em bom inglês, ruínas.

As escavações cobrem uma área de dez hectares e o volume de terra removido, há mais de dois séculos, pode equivaler ao da moderna serra Pelada.

Escrevendo em fins do Século XIX, o notável Joseph de Mello Álvares informa-nos que começaram-se a explorar as minas do Morro e do ribeirão do Inferno no ano de 1763, e tal foi ali o aparecimento – tanto de ouro quanto de febres paludosas, arrebatando numerosas vidas – que desde então chamou-se ribeirão do Inferno o curso d’água que corre ao pé das lavras.

Subiu nesse tempo, pelo influxo das novas minas, a “oficiais” 195 quilos de ouro a produção anual das jazidas de Santa Luzia, não se computando o que se enterrou ou se exportou clandestinamente, mas – relata-nos Mello Álvares – *os cemitérios ficaram repletos de cadáveres feitos pelas sezões, que com os trabalhos de mineração nas margens do ribeirão do Inferno, desenvolveram-se com a mais terrível intensidade ...«mas sem a horribilidade necessária para a suspensão dos trabalhos...»* sentença o cronista.

Não sabemos por quanto tempo foram exploradas essas lavras, mas já não constam das relações de 1783.

Encontravam-se em 1994 no mesmo estado em que foram abandonadas há mais de dois séculos, grandiosas, inofensivas, com o ribeirão que passa aos seus pés rebatizado. O velho ribeirão do Inferno chama-se hoje rio de Santa Maria, nasce no Distrito Federal e em suas cabeceiras plantou-se recentemente a cidade de Santa Maria.

Minas do Arraial de Luziânia

A cidade de Luziânia assenta-se sobre uma grande mina de ouro, a primeira que se descobriu e a que mais riquezas concentrou. A bandeira fundadora de Bueno de Azevedo revelou o rio *Vermelho* – cujo curso é todo aurífero e que foi muito explorado no passado – à entrada da cidade, mas logo já devia lavar nas terras altas, atrás da atual igreja do Rosário, começada a erigir-se em 1769.

Em todo o subúrbio da cidade, brotaram minas de notável riqueza e duração: *Três Bicas*, *Cubango*, *Maravilha*, *Limoeiro* e as afamadas do *Cruzeiro* ou *Terras Altas*.

Para estas – cujo nome Terras Altas é sintomático de falta de água para apuração do ouro – é que se tirou, em setembro de 1770, o famoso rego d'água da Saia Velha. Segundo o geólogo Tadeu Veiga, até hoje é perfeitamente visível nas fotos aéreas o valo por onde correram suas águas, e onde nasceram árvores por conta da retenção natural de umidade, formando uma despropositada alameda arborizada em meio às chapadas de campo limpo.

Para Gelmires Reis, alcança o rego sete léguas, 42 quilômetros, de extensão – desde sua captação nas cabeceiras do ribeirão Saia Velha, no Distrito Federal – até atrás da Igreja do Rosário, em Luziânia.

Era obra portentosa, que levou quase três anos para ser construída – de abril de 1768 a setembro de 1770 – e que reuniu o talento das duas personalidades mais importantes de Santa Luzia, no Século XVIII: o grande empresário, coronel João Pereira Guimarães e o grande engenheiro, o mestre de campo Manoel de Bastos Nerva.

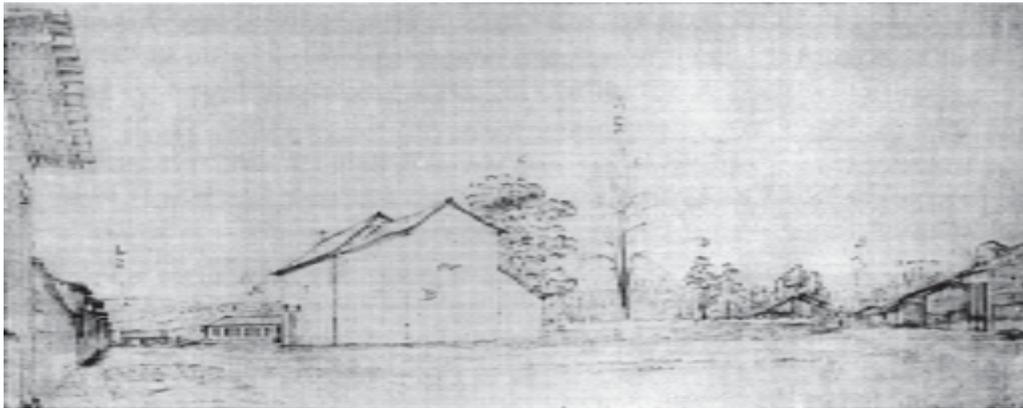
Era João Pereira Guimarães português, quase por certo natural da cidade de Guimarães, berço da nacionalidade lusitana, senhor da rica sesmaria do Engenho da Palma e de outras terras no rio Alagado e vertentes do Gama.

Chegou João Pereira Guimarães a Santa Luzia no ano de 1757, vindo de Minas Gerais, em companhia do cunhado Ventura Álvares Pedrosa, do irmão Manoel e do filho Veríssimo, com os quais sempre formou sociedade em fazendas e lavras, como neste caso do Saia Velha, a que também aderiu o capitão Manoel Ribeiro da Silva e o famoso engenheiro Manoel de Bastos Nerva.

Conforme a “*Notícia Geral*”, encontramos o coronel João Pereira minerando em Bonfim, atual Silvânia, fundada em 1773, e – segundo anotações do historiador Ramir Curado – nas imediações da cidade de Cocalzinho de Goiás, onde ele e outros sócios receberam os direitos de exploração de 70 datas de terra em três córregos, no ano de 1779.

Mesmo no ocaso da mineração – 1783 – a “*Notícia Geral*” informa ter o coronel 78 escravos trabalhando no Engenho da Palma e 280 empregados em sociedade nas duas minas mais importantes do julgado: a do morro do Palmital e esta de que estamos aqui tratando, da chapada de Santa Luzia, servida pelas águas do famoso rego.

Se o coronel Pereira Guimarães era o maior empresário de Santa Luzia, quiçá de todo o Planalto, o engenheiro do rego era incontestemente a maior autoridade mineralógica de toda a região: o mestre de campo Manoel de Bastos Nerva, que – segundo Gelmires Reis – tinha, em Santa Luzia, o apelido de Mandu e que – segundo Olympio Gonzaga – em Paracatu era conhecido como Mestre de Campos, com esse extravagante *s* adicionado à velha patente militar portuguesa de mestre de campo, uma das mais elevadas, no Século XVIII, no comando das tropas auxiliares.



60. Arraial do Bonfim, atual Silvânia, em 1827. Desenho de W. J. Burchell.

Para Olympio Gonzaga, o mestre de campo Nerva era natural da Bahia, e tendo estudado em Portugal e França, veio acompanhar os trabalhos da bandeira de Rodrigues Fróes em Paracatu, aonde chegou pelo ano de 1743. Teria empreendido depois, por conta própria, diversos serviços de mineração, de que ainda são lembrados, em Paracatu, o “Tanque do Nerva” e o “Rasgão”. Em 1746, estando recém concluída a gigantesca matriz de Paracatu, descobriu Nerva, passando por sob ela, um rico veeiro de ouro. Propôs ao vigário geral, que era o famigerado padre Antônio Mendes Santiago, construir em outro local uma igreja ainda melhor, mas dessa vez nem o audacioso Santiago teve coragem para a sacrílega empresa.

Contentou-se Nerva em empreender então aquela que deve ter sido a maior obra de sua vida: um rego de 12 léguas, desde o ribeirão do Galinheiro até dentro do arraial de Santana do Paracatu, numa extensão de 72 quilômetros! Pretendia alugar “penas d’água” para lavagem de ouro aos mineradores que tinham datas em suas imediações. E enquanto seu exército de escravos ia abrindo o rego, este já se ia pagando na lavragem de terrenos auríferos dos arredores.

Reza a tradição (escreve Olympio Gonzaga) que os habitantes do arraial, não crendo que a água chegasse à localidade... *«diziam, por zombaria, que ela viria, somente sendo conduzida em cabaça...»* Teria então mandado o mestre de campo plantar grande quantidade de cabaças e quando o serviço foi concluído, soltou as águas do rego pela ruas de Paracatu e, junto, milhares de cabaças... *«que faziam barulho infernal e curiosíssimo»*

«O povo do lugar tomou esse gracejo por insulto, apedrejou a morada do mestre que, indignado e descontente, retirou-se para as minas de Santa Luzia de Goiás, no ano de 1755», arremata Olympio Gonzaga.



61. Rua do Rosário em Luziânia, por onde rolaram as cabaças do rego de Saia Velha. Desenho de Tom Maia, 1977.

Há uma quase idêntica tradição, registrada por Joseph de Mello, em Luziânia, sobre quando chegaram as águas do Saia Velha, com milhares de cabaças rolando pela rua do Rosário.

Ora, em nossa opinião, ninguém iria cultivar milhares de cabaças para pregar uma peça... As cabaças deviam ser, isto sim, excelentes flutuadores para indicar o nivelamento das águas do rego, e que a seu término deviam voar pela saída da água, causando espetacular efeito sonoro... Uma grande festa de inauguração, em que participavam os negros correndo pelas ruas partindo as cabaças a cacetadas.

Os alugadores de água é que não deviam ficar felizes – como qualquer inquilino do mundo em ter de pagar pela água, o que pode explicar as cabaças como símbolo do “insulto” popular.

O rego da Saia Velha estava em pleno funcionamento, no ano de 1783, servindo água para duas lavras da chapada. Nessa época, o coronel João Pereira Guimarães e o capitão Manoel Ribeiro ainda eram sócios, mas o velho mestre de campo Manoel de Bastos Nerva já devia encontrar-se fora do rol dos vivos, pois em seu lugar na sociedade quem comparece é sua filha, D. Maria de Bastos Nerva.

Gelmires Reis ainda conheceu intactos bons trechos da grande obra: ... *«que ainda hoje é admirado, devendo merecer especial carinho da geração atual, para o preservar de mutilações em seu longo trajeto de sete léguas, com aterros de pedras e de terras, aparados nas quebradas e morros, na demonstração de que a engenharia antiga tinha capacidade e competência para uma obra de tamanho vulto e utilidade pública...»*¹⁸

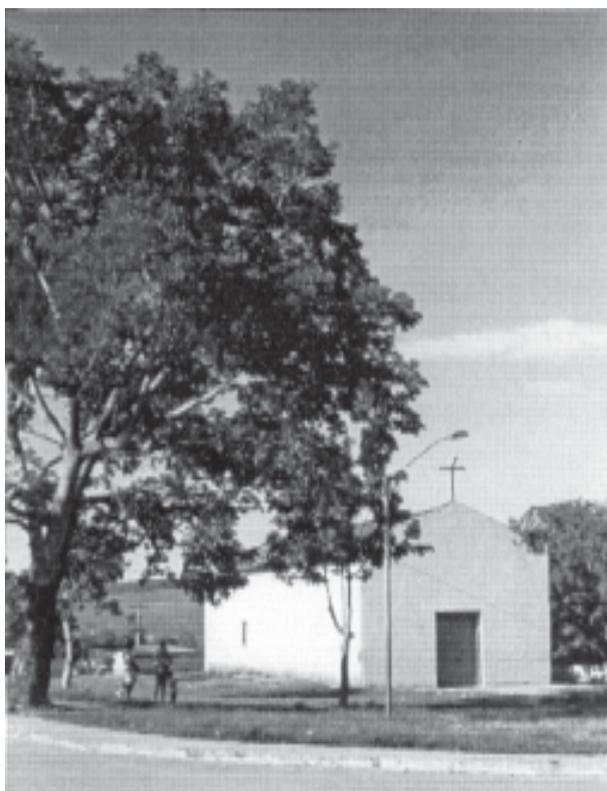
Bastos Nerva foi também autor do projeto da antiga matriz de Santa Luzia, começada a construção em 1765 – ao lado da então já arruinada igreja construída em 1746 pelo descobridor Bueno de Azevedo – e que era o orgulho da população por expor as mais altas torres da capitania: 28 metros e 90 centímetros de altura!

Diz Gelmires Reis que o rego da Saia Velha serviu até o ano de 1800, quando esgotou-se o ouro próximo, e como sua conservação – pela extensão de suas obras de arte – era sumamente dispendiosa, foi abandonado, sumindo aos poucos. Servira, todavia, trinta anos a fio.

Santo Antônio dos Montes Claros – ou do Descoberto

A terceira mina de ouro, em importância, no julgado de Santa Luzia, foi a de Santo Antônio dos Montes Claros, origem da atual cidade de Santo Antônio do Descoberto, junto à divisa Goiás – Distrito Federal e, para todos os efeitos, integrante da região metropolitana de Brasília.

Joseph de Mello Álvares descreve às maravilhas sua descoberta: ... *«sabendo o capitão José Pereira Lisboa que um caçador morador*



62. Capela de Santo Antônio do Descoberto, construída em meados do Século XVIII (foto do autor, 1994)

18 Gelmires Reis - R.I.H.G-GO nº 9, pp. 103-107.

nas margens do Despenhado, lavando o bucho de um veado, encontrou algumas folhetinhas de ouro, tratou de examinar o lugar e tanto ouro encontrou que se passou imediatamente para ali com a sua escravatura e abriu largo serviço... o ribeirão Despenhado, por causa da aparição do ouro, ficou se chamando Descoberto, e o lugar em que Lisboa colocou o seu arranchamento, Montes Claros... »

Esse fato da descoberta de ouro no bucho do veado – às vezes é no papo de uma perdiz ou codorna, conforme a versão – foi citado em quase toda a crônica histórica de Goiás, desde a “*Notícia Geral*” de 1783, passando pelos viajantes do Século XIX, chegando aos historiadores do vigésimo, como o mais emblemático fato a comprovar a enorme riqueza mineral do Planalto, e em geral, da distante e desconhecida Província de Goiás. Pois se até os animais, que não mineram, comiam ouro, do que não seria capaz o engenho humano para extraí-lo?

Auguste de Saint-Hilaire, observador e perspicaz, passando por ali em 1819, não resistiu a especular que se os animais comiam ouro, devia este ser procurado em barrancos salitrosos, isto é, depósitos de sal-gema que os animais ciscavam.¹⁹

José Pereira Lisboa, português, provavelmente originário de Lisboa, chegou a Luziânia em 1755, vindo da Bahia, na posse de 148 escravos e com grande tropa carregada de fazendas, ferramentas para a mineração e mercadorias estrangeiras, como a tudo nos informa Joseph de Mello Álvares. Era poderoso, rico e irascível. Isolava-se, ao que parece, comandando território político próprio e talvez por isso sempre longe do arraial, em plagas bravias como o Descoberto e o rio Pamplona.

O mestre de campo Nerva e ele desfilam pela história de Santa Luzia como autocratas, potentados, ao estilo do Século anterior bandeirante, quando cada chefe era a personificação da lei e da ordem. Muito diferente do “novo” João Pereira Guimarães, temente à Deus e à Coroa, de geração mais nova – iluminista e provavelmente letrada – que encabeça movimentos sociais para a criação de irmandades e “comissões” para a construção das igrejas, a que pertenciam e freqüentavam as grandes damas de então, incluindo-se aí a esposa do fundador de Santa Luzia.

Já um mestre de campo, como Bastos Nerva, de estilo antigo, assim que chegou a Santa Luzia fundou, junto com os Costa Torres, seu próprio bairro, na chapada, aristocraticamente recuado, um quilômetro ou mais, do populacho de Santa Luzia. Quando, em 1761, esse grande líder democrático intuitivo que foi o coronel João Pereira Guimarães, articulou as bases societárias com o intuito de fundar a irmandade do Santíssimo Sacramento dos Homens Brancos e, representando em Assembléia, os homens pardos que queriam ter sua irmandade de Santana, contra tudo isso revoltou-se Bastos Nerva, e no dia seguinte apresentou ao vigário uma petição, assinada por dezenas de pessoas, propondo a criação da Irmandade de São Miguel e Almas.

Foram as irmandades religiosas do passado verdadeiros partidos políticos, uns mais à “esquerda” outros mais à “direita”, outros ainda “centristas”, que toda semana se reuniam para missas e procissões, formando, ao longo dos tempos pregressos, opinião pública.

O major José Pereira Lisboa, que investigamos, inferior em patente ao coronel de ordenanças João Pereira Guimarães, devia ser um conservador intragável, orgulhoso e prepotente. Em 1760, era um dos juizes do conselho de Santa Luzia.

Nesse ano aportou a Santa Luzia para assistir aos festejos da semana santa, uma comissão que levantava a carta geográfica da capitania de Goiás, comandada pelo terrível bugreiro João de Godoy Pinto da Silveira, “capitão-mor da conquista do gentio”, sucessor nesta diligência ao coronel Antônio Pires de Campos, o Pai-Pirá dos Bororo, que trouxe de Mato Grosso, inimigos fígadais dos Caiapó. Com o concurso de seu exército de 500 índios empreendeu verdadeiras carnificinas contra essa última nação.

¹⁹ Auguste de Saint-Hilaire *in Viagens às Nascentes do rio São Francisco e pela Província de Goiás*, tomo II, coleção Brasileira, volume 78, São Paulo, C.E.N., 1937.

João de Godoy Pinto da Silveira vinha de um longo passado de lutas. Vinte anos antes da época que analisamos, mais precisamente em 1741 – descobriu, enquanto procurava negros foragidos da bandeira de seu pai, Francisco Prêto – as minas de Papuã, nome primitivo que os paulistas davam ao capim jaraguá (*Andropogon rufus Kunth*), também conhecido como provisório, e sobre o qual se assentava a maior parte da conquista pecuária do Brasil Central.

Papuã tornou-se o opulento arraial de Nossa Senhora do Pilar, onde viveu o historiador Pedro Taques, o genealogista *primus inter pares* nesse Século XVIII da história paulista.

Conforme documento que temos à vista – microfilme que extraímos do Arquivo Ultramarino de Lisboa, em 1982 – assinado pelo próprio João de Godoy Pinto da Silveira, o *affaire* Santa Luzia passou-se de forma muito diferente daquilo relatado, um século e meio após por Joseph de Mello Álvares.

Passemos, antes de outras considerações, ao que escreveu o padre Silva e Souza em suas **Memórias Históricas da Capitania de Goiás**, de 1812.²⁰ Dizia ele, em nota horrorizada fora do texto principal, em que expõe as incontinências dos primeiros tempos de Goiás, entre outras que:...«o descobridor de Pilar, em uma procissão pública do arraial de Santa Luzia, disputando com o juiz ordinário a precedência, lhe tirou a cabeleira e com ela lhe deu na cara, e se concluiu o ato religioso com muitas cutiladas que deram os participantes de uma e outra parte... »

De fato, conforme a carta de João de Godoy Pinto da Silveira – reproduzida em nota²¹ –

20 José Mendonça Teles *in* **Vida e Obra de Silva e Souza**, Goiânia, Ed. Oriente, 1978.

21 Senhor

Por ordem de V. Magde, Sou Capitão Mor da Conquista do Gentio que infesta o Caminho de S. Paulo para esta Capitania de Guayras por suceder nesta diligência ao Coronel Antonio Pires de Campos, com o Seu falecimento e como por ter girado todos estes certões tenho pleno conhecimento de toda esta Capitania, ordenou-me o Ilmo. e Exmo. Genal. della, que delineasse hum verdadeiro Mapa de todo esse continente com Serras, Campos, Rios, Mattos, Aldeyas, e como também me determinou trouxesse a sua presença todos os Padres Jesuítas, que achasse neste Governo, passei ao Arrayal de Santa Luzia a explorar noticia dos ditos Padres, e dar principio a delineação do Mapa depois de tomar as alturas de pollo em alguns de seus Confins; e achando-me no dito Arrayal na Semana Santa da quaresma deste ano por ter chegado na quarta feira de trevas resolvime a assistir aos actos da paixão de Christo para depois da festa da Paschoa seguir a minha derrota: Achei no referido Arrayal a hum Jozê Pereira Lisboa e seu Socio Costodio Pires da Costa, servindo de Juizes ordinarios delle contra as Ordens de V. Magde. porque devendo serem elleitos na forma que o são os mais Juises forão feitos pela vontade do Ouvidor Francisco de Attouguia Bittancourt e Lira, e como estes são cheios de vaidade, e com opinião de opolentos intruzos nos juizados, e fomentados pelo Ouvidor entrarão a querer obstentarse Regulos para serem de todos respeitados: Estando nestas soberanias se persuadirão não ter Superior; e esperávo que no Domingo de Ramos os brindasse o Parocho com huma Palma diferente às mais que pelo não fazer ficarão tão ressentidos, e preocupados de animos malévolos; e com o descuido delles não darem ductos especiaes na quinta feira Santa fomentarão mayor Colera ate que no Domingo da Ressurreição Rompeo o Juiz Jozê Pereira Lisboa no mayor absurdo que se tem visto nesta Capitania porque sahindo a procição da Matris com o Santíssimo Sacramento exposto na Costodia e atras do Palio a Companhia da Ordenança que estava de Guarda a Igreja com o seu Capitão Mor e Commandante formados, me convidou aquelle (pela graduação do meu posto) a que tambem acompanhasse com elle naquelle acto, o que lhe agradeçi, e fui acompanhado na Retaguarda por me parecer ser só aos proprios officiaes da Companhia permitida a Vanguarda; e depois de hir a Rua e ja Recolhida veyo o dito Juiz Jozê Pereira de sua Caza com Negros, e Capitães do Matto armados por ter a noticia de que o dito seu companheiro Costodio Pires, tinha ficado na Igreja (por ter prometido ao Reverendo Vigaríio não enterromper o acto nem hir a procissão hindo a Companhia atras do Palio, visto não ter Lugar em meyo) de perpozito se foi meter adiante do Capitão Mór, a atras do Palio, quazi debaixo delle; deixando a escolta em pouco espaço junto a huns quintaes, a isto lhe Repugnou o dito Capitão Mór com termos decorozos, e políticos a que o dito Juyz Respondeo com palavras injuriozas, e ignominozas, sem atenção ao Santíssimo Sacramento que tão patente via: Interrompido aquelle solemne acto com este injusto procedimento sahio Logo da procição o Juiz a impulsos dos Padres e Irmãos, e se continuou a mesma; recolhida a Igreja, e a Companhia a seu quarteis; forão os Juizes de prepozito, e Cazo pensado a huma Caza donde estava o Capitão Mór; e armado com muitos Negros, e Capitães de Matto, e seus officiaes a prendello; e achando-me eu prezente a incivilidade e com que o querião levar pelos mais intimos de sua escolta sendo o que tão Reverente ao nome de V. Magde. se entregava e oferecia hir as suas Ordens, quis Rogalhes com termos decentes e comedidas palavras se houvessem com atenção naquella diligência por ser o dito Capitão Mór Pessoa de Conhecida honra que naquelle districto tinha calado e servido a todos os Cargos honoríficos, e da Republica; e virando-se ao mesmo tempo contra mim os tais Juizes entrarão a insitar-me afrontando-me com mil approbios A pessoa e posto chamando-me Capitão Mór de Caboclos dizendo-lhes, que me não insultassem andando pacificamente em actual serviço de V. Magde. que me não devião prender, se não em sofragantes delictos ou com ordem do meu Exmo. Genal. a cuja ordem ali me achava: entre as injuriozas palavras; chegou a tanto excesso seus atrevimentos que ententarão ultrajar-me por meyo da escolta que trazia: Defendi-me desta violência em cujo acto entrou o Juiz Jozê Pereira a clamar viva o Povo, e mandando Repetidas vezes a seus escravos, e ditos Capitães de Matto me atirassem a espingarda a fim de me matarem: assim o executarão os mesmos descarregando-me varios tiros; dos quais hum só disparou ferindo-me o brasso direito; e

estiveram o capitão-mor da conquista, de nomeação real e o orgulhoso juiz de Santa Luzia, José Pereira Lisboa, em grande briga para ver quem mais aparecia nas procissões da semana santa de 1760.

Lisboa, lá pelas tantas, ofendido como representante do poder civil do Conselho do julgado, resolve enfrentar os poderes militares presentes, nas pessoas do capitão-mor do arraial e do intruso capitão da conquista, João de Godoy Pinto da Silveira, que vinha também com a missão de aprisionar jesuítas, cassados pelo recente atentado ao rei D. José, em que se incriminaram os Távoras como culpados pelo atentado e aos jesuítas como mentores, culminando tudo no crudelíssimo extermínio, em praça pública, dos marqueses de Távoras e do jesuíta Malagrida.

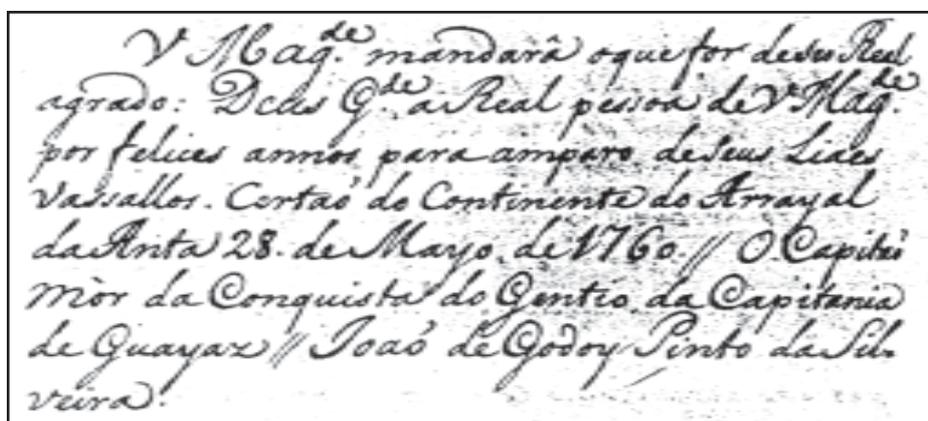
Ao se envolver José Pereira Lisboa em um episódio de tal gravidade com o capitão-mor de Santa Luzia e com João de Godoy, estava ele realmente informado com quem brigava?

Pelo relato de Pinto da Silveira, ouviu este poucas e boas de Lisboa, escorado que estava por seus jagunços, e que o injuriava chamando-o de capitão-mor “de caboclos”. Em um ato de raiva, não é impossível que tenha efetivamente tirado a peruca do juiz e batido com ela em sua cara, conforme noticiou Silva e Souza. Altercações previsíveis em querelas sertanejas do Século XVIII.

Mas acreditamos em Pinto da Silveira: os sabujos de Lisboa despejaram-lhe tiros. Teria fugido então, ferido, para dentro do recinto sagrado da igreja de Santa Luzia, longe do bem e do mal, seguindo depois viagem tranqüila para o arraial da Anta, não longe de Vila Boa, hoje extinto.

Ao capitão-mor luziano – a quem não conseguimos saber o nome – teriam os juizes de Santa Luzia aberto uma devassa, bem acolhida pelo ouvidor Francisco de Attouguia Bittancourt e Lira, remetendo-o para a prisão de Vila Boa de Goiás, informa a carta de João de Godoy.

Há outro episódio, muito mais grave, envolvendo supostamente ainda o capitão das conquistas João de Godoy – e que é relatado somente por Mello Álvares, em toda a historiografia goiana – mas que parece-nos composto de arranjos tanto de fatos díspares quanto de lendas: não é acreditável que tanta violência junta escapasse à crônica histórica geral de Goiás.



63. Autógrafo de João de Godoy Pinto da Silveira, em carta de defesa dirigida a D. José I, 1760. Arquivo Ultramarino de Lisboa.

com as mais penetrantes feridas, que me fizerão na Cabeça me deixarão com evidente Risco de vida assim maltratado me Recolhia a Igreja Matris por obviar o furor daqueles Regulos: na qual estive alguns dias ate que pela misericordia de Deus recobrei forças para com novos alentos servir a V. Magde. nesta Conqta. em que fico. Depois de acabado aquelle estranho attentado entrarão os ditos Juizes (por Conselho do Referido Ouvidor a quem logo derão parte) atirar huma devaça daquelle procedimento, e buscando para a mesma testemunha da sua facção comcluirão como quizerão. O que daqui em diante se passou não posso relatar, porque como me retirei a estes Certoens a cuidar de minha obrigação ignoro o que se seguio, e só sei que o dito Capitão Mór está prezo na Cadeia de Villa Boa. Em cujos termos Senhor ponho todo o Referido na Real prezença de V. Magde. para que seja servido mandar conhecer deste estranho Cazo, para serem punidos, e Castigados os delinquentes como merecerem; pois do contrario se levantarão Regulos em qualquer parte deste continente, e se arruinará esta Capitania, cujos Povos sentem sumamente estas temeridades.

V. Magde. mandará o que for de seo Real agrado: Deus Gde. a Real pessoa de V. Magde. por felices annos para amparo de seus Liaes vassallos. Certão do Continente do Arrayal da Anta 28 de Mayo de 1760 // o Capitão Mór da Conquista do Gentio da Capitania de Guayaz // João de Godoy Pinto da Silveira.

Vejamos o que diz Joseph de Mello Álvares: correndo o ano de 1752, sendo um dos juízes ordinários de Santa Luzia o capitão Manoel José de Andrade, chegara de Traíras, acompanhado de um esquadrão de capangas “vestidos de todas as armas”, o famigerado João de Godoy. O juiz, recebendo queixas contra esses “celerados”, pediu providências a Vila Boa, com o que os mesmos João de Godoy e capangas teriam se sentido ultrajados...

No dia 25 de março, pelas onze horas da manhã, acabava a missa solene da Anunciação de Nossa Senhora, e o povo evacuava a capela (seriam três mil pessoas dentro e fora da igreja), quando aparecem inopinadamente nove capangas de Pinto da Silveira e, dirigindo-se a um grupo onde estavam dois oficiais da justiça, com as divisas de seu ofício, lhes disseram que tinham ali vindo para quebrar a vara do juiz ordinário nas costas dele.

Avisado, o juiz assomou à porta da capela e ordenou a prisão dos capangas... *«Tão grande era o ânimo da população... que não tinha o juiz ordinário concluído a última palavra da ordem que dava... começou tão violenta e renhida luta armada entre capangas, povo e os oficiais de justiça, todos acossados na parede do frontispício da igreja, que esta tombou para dentro, caindo sobre os fiéis, continuando-se a luta dentro da igreja...»*, blasfêmia intolerável para os costumes religiosos da época.

No fim, por parte dos jagunços morreram quatro, prenderam-se outros quatro e evadiu-se um. Pela parte do povo, morreram três homens, duas mulheres e gravemente feridos saíram os dois juízes e mais três autoridades locais, incluindo-se um padre, um advogado e um sargento-mor. Houve mais, entre os populares, levemente feridos e contundidos, mais de trinta pessoas, umas pela parede desabada, outras pelos punhais e espadins dos agressores.

Quanto a Pinto da Silveira, vendo a onda de povo irado e vingativo que se dirigia sobre o rancho em que se hospedava, debandou velozmente em fuga pela estrada do Norte, informa Joseph de Mello.

Com esse absurdo saldo de nove mortos, cinco feridos graves e mais de trinta escoriados, a capela foi declarada poluta pela violência humana, e só em 12 de julho de 1752 tratou de reconciliá-la, na forma pontifícia, o vigário visitador da Capitania, em nome do bispo do Rio de Janeiro.

Acreditamos que algo de muito grave ocorreu nas paragens de Santa Luzia. Joseph de Mello Álvares cita diversos nomes e circunstâncias: parecia estar fundamentado em documentos. O que estranha é que oito anos depois (1760) voltasse Pinto da Silveira ao hostil ambiente de Santa Luzia para alterar com o major José Pereira Lisboa. Vingança de um louco? Esperamos que no futuro surjam documentos mais esclarecedores sobre esse grave incidente que escapou à crônica geral de Goiás.

Não se sabe se em decorrência desse episódio ou se em decorrência de um atrito com o coronel João Pereira Guimarães, em 1770, esteve o fundador de Santo Antônio do Descoberto preso em Vila Boa de Goiás e, segundo Joseph de Mello Álvares, ao regressar a Santa Luzia foi recebido por 2 mil pessoas, entre as quais tremulavam três bandeiras nas quais se escreveu com letras de ouro em pó:

“Quem da paz amigo é?

José

Quem da República é luz primeira?

Pereira

Quem tanto a fama troa?

Lisboa

Publique a fama notória

Fique em eterna memória

José Pereira Lisboa!”

Quanto às lavras de Santo Antônio, informa-nos a “Notícia Geral” de 1783 que ali se havia trabalhado e extraído ouro... *«e se não tem continuado a sua extração... por ser incantilado (sic) e dificultoso para se fazerem serviços...»*

Há 20 anos, ainda vimos às margens do Descoberto, aos fundos da capela de Santo Antônio – erigida por Lisboa em 1764, e posteriormente sede de uma famosa romaria – terrenos com grandes bancos de cascalhos de que se lavrou ouro ao tempo da descoberta. Hoje, tudo encontra-se vedado por casas e chácaras muradas... nem nos foi possível fazer algumas fotografias. Não há mais o que fotografar.

Voltando a seu irrequieto descobridor, José Pereira Lisboa, minerava ele ainda no desolado ano de 1783 nas cabeceiras do rio Vermelho, nas proximidades de Luziânia, com 150 escravos, número esse só inferior ao do seu rival, o coronel Pereira Guimarães. Não enriquecera; não empobrecera. Passados 28 anos, tinha Lisboa a mesma fortuna em escravos com a qual chegara a Santa Luzia.

Nossa Senhora da Conceição dos Couros – Formosa

Da mesma época das minerações de ouro, Formosa dos Couros surgiu de outras motivações: pouso de tropas, “rua” das sesmarias que se assentaram à sua volta, abrigo de famílias desgarradas dos sertões. Pela sua posição geográfica desempenhava uma vocação mercantil precoce.

O major Olympio Jacintho (1868-1938), foi o maior estudioso que até o presente tivemos sobre o antigo arraial de Couros, depois Formosa da Imperatriz e hoje Formosa.²²

Dizia Olympio Jacintho que a origem do arraial de Couros deu-se pela mudança da população de crioulos de um arraial mais antigo, Santo Antônio, às margens do rio Paranã – abaixo da barra do rio Itiquira, local terrivelmente paludoso e doentio – para o salubre sítio de Formosa, coisa de 30 quilômetros a Sudeste.

O geômetra italiano Tossi Colombina registra, com efeito, tanto no mapa-esboço de 1749 quanto no “oficial” de 1751, enterrado no vale do Paranã, um “Itiquira”, nome com o qual devia ser também conhecido o arraial: Santo Antônio do Itiquira. Olympio Jacintho, de seu tempo, dava notícia de restos de casas e de uma capela na região.

Nos documentos de que dispomos, o nome Itiquira aparece apenas duas vezes: na sesmaria de João da Rocha Couto, de 1754, «*no sítio Santa Rita, no Distrito de Itiquira*» e em uma inesperada sesmaria passada ao padre Manoel da Maya – a respeito de terras em Corumbá de Goiás –, datada do «*Sítio de Itiquira*», aos 2 de novembro de 1756. Nas sesmarias fundadoras da região, de Manoel de Almeida (1739) e de Manoel Azevedo Pinto (1741) – onde pela primeira vez aparece o nome de Lagoa Feia –, o Itiquira é referido apenas como “fazenda do Buraco” ou “sítio do Buraco”. Temos certa base, portanto, para supor que esse arraial não apareceu antes de 1741 e nem foi extinto antes de 1756. Ramir Curado registra batizados ali em 1750, como vimos alhures.

Itiquira, para Teodoro Sampaio, vem do tupi-guarani “água vertente, minadouro”; para Caldas Tibiriçá é “água que destila, respinga”. Algo a ver com os magníficos 120 metros da cachoeira do Itiquira?

Assim sendo, sem conseguir avançar muito por esse manancial de informações, a primeira vez que nos surge menção à atual Formosa ou arraial dos Couros é no famoso “Roteiro de Urbano”: ... «*dos quais ficarão intituladas suas cabeceiras, estas as principais do rio Preto, no arraial de Couros, São Bartholomeu, Paranam e Maranhão...* »

Ora, tendo dado entrada o roteiro no Palácio da Ajuda em 30 de julho de 1750, a notícia sobre o arraial devia vir pelo menos de 1749. A ser isso verdade, o arraial dos Couros conviveu com o de Itiquira alguns anos, sem comprometimento grave porém da tradição coletada por Olympio Jacintho: a mudança da população de um para outro pode ter sido gradual ou parcial. Há indícios de que o povoado de Santo Antônio ainda existisse no Século XIX.

22 Olympio Jacintho in *Esboço Histórico de Formosa* - 11ª edição de 1931 - 2ª edição pela Gráfica e Editora Independência Ltda., Brasília, 1979.

Há, no entanto, um documento perturbador dessas versões. Encontramo-lo no Arquivo Histórico de Goiânia²³ e, julgamos que pela primeira vez é publicado na nota complementar a este capítulo.

Trata-se de um relatório da Câmara Municipal de Vila Formosa da Imperatriz, remetido aos 12 de janeiro de 1848, e endereçado ao presidente da Província de Goiás, barão de Ramalho, assinado pelo presidente Wellington Gomes Curado e outros vereadores, entre os quais Domingos José de Paiva, o primeiro dos Paiva a migrar de Minas para Goiás, descendente, como o autor, do padre João José de Paiva, grande fundador de paróquias.

Respondendo sobre indagações gerais que queria saber a Presidência da Província, diz a Câmara de Formosa, «*depois de consultar os homens mais antigos e conhecedores do povoado:(...)foi descoberta esta vila por um clérigo vindo da cidade de Pernambuco, que também foi o primeiro descobridor de Paracatu (...) Aqui celebrou missa e a levantou um Cruzeiro e por isso ficou pertencendo àquele bispado...*»

Eis que, por essas indicações, há de ser aquele «*clérigo de Pernambuco*» ... «*primeiro descobridor de Paracatu*»... ninguém menos do que o nosso já famoso padre Antônio Mendes Santiago, que nos anos de 1730 meteu-se em todas as revoltas e sedições do rio São Francisco. Representava nesses ocios do mundo o senhor bispo de Olinda, que por convenção antiga tinha domínios diocesanos parecidos com os da Casa da Ponte, desde Pernambuco, pelos sertões, até às nascentes do São Francisco, na área de Pinhuí e Pains, no centro de Minas Gerais.

Era o padre Santiago vigário de São Romão quando soube do descoberto do Paracatu e para ali logo dirigiu-se, antes mesmo da descoberta oficial de 1744, a tomar posse, em nome de seu distante bispo, do primeiro grande descoberto aurífero do médio vale do São Francisco. E não deixava outros padres entrarem, a não ser com ordens do bispo de Olinda, razão porque os padres mineiros, sujeitos ao bispado de Mariana, o odiavam.²⁴

O pertinaz pesquisador Luís Carlos de Almeida trouxe-nos, porém, às vésperas da reedição deste livro, um assento da paróquia de Pirenópolis mostrando que em 1740 o famoso padre Luís da Gama de Mendonça – primeiro dono de onde hoje é a cidade do Gama – assistia em certa *capela da Bandeirinha*, por certo nas cercanias de Formosa, a menos que haja enlouquecido a memória toponímica. Já o padre Santiago parece ter sido muito mais terrível do que o pintam.

Pesquisas do professor Marcos Spagnuolos, recentes, paracem evidenciar que o padre era um assassino psicótico e torturador. Conseguiu instaurar em Paracatu um processo de Inquisição – até hoje vagamente citado aqui e ali pelos prudentes historiadores mineiros – que arreventou com inúmeras vigas no garimpo atemorizado.

Em Vila Boa de Goiás, em 1749, abriu-se a lista de Excomunhões com mais de cem nomes de pronunciados para a tal qual morte civil em vida, só redimida se os condenados pagassem enormes somas ao acerbispado. Também esse processo desapareceu, embora haja respingos historiográficos da capitosa indignidade humana praticada, sobretudo em Alencastre.

Assim, reconhecendo seus domínios diocesanos – em alguma data entre 1744 e 1749 -, o padre Santiago deve ter subido o são franciscano rio Preto e, em sua nascente, na chapada de Formosa, ter erigido uma cruz e rezado solitária missa, tomando posse do território para a diocese de Pernambuco. De fato sempre estranhou que até longe no Século XIX, o único lugar em Goiás devendo obediência a Olinda fosse o arraial de Couros, e que o atendessem os padres de Paracatu igualmente obedientes à vigairaria pernambucana, o que agora explica-se.

Mas tem outras informações interessantes o relatório dos camaristas de Vila Formosa da Imperatriz no ano de 1848: ...«*pelo andar do tempo – desde a missa do padre Santiago foi-se povoando porém o local sem um só edifício que merecesse consideração, com pequenas casas cobertas de palhas, e apenas tinha três ou quatro pequenas casas de telha...*» Era o incipiente arraial de Couros, em que não vemos citada nenhuma casa coberta de couros, como registra a tradição do major Olympio, e sim de palhas.

23 Formosa, Avulsos, Caixa 1.

24 Cf. Diogo de Vasconcelos in *História Média de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1974.



64. Salto do Itiquira, com 120 metros de queda livre. Fotografia de Henrique Morize, 1892.

«Neste mesmo estado – continua o relato de 1848 – foi criado julgado, a mais de cento e quarenta anos, sendo a sua descoberta a cento e sessenta anos, pouco mais ou menos... » Aqui forçam os camaristas todas as fronteiras historiográficas conhecidas. As datas de 1688 e 1708 são absolutamente desconhecidas na cronologia do Planalto, muitíssimo anteriores à sua colonização. O julgado de Couros foi criado em 1772 e extinto em 1774.

Lembravam-se porém perfeitamente das razões da extinção do julgado: ... «A estupidez dos homens que serviam os Empregos Públicos fez com que vindo em correção o ouvidor Cabral, vendo o lugar e os absurdos praticados, removesse o Cartório para o então julgado de Cavalcante, ficando assim suprimido este, tornando-se sujeito às Justiças Ordinárias do então Arraial do Julgado de Santa Luzia durando isto para mais de sessenta anos, em que para lá se prestava toda obediência, tanto civil como militar...»

Dura lição aprendida – em que até os sessenta anos estão corretos – como a tudo veremos no capítulo das viagens do governador José de Almeida Vasconcelos pelo Planalto.

Em 1767 foi permitida a celebração de missas na Casa de Oração de Couros, informa Joseph de Mello Álvares. A mesma em que ouviu D. José de Almeida a missa de seu capelão privado?

Fato é, coincidente ou não, derivado ou não do surgimento dessa capela, a partir de 1768, há um sensível aumento nos requerimentos de sesmarias na área de Formosa, alguns seis requerentes solicitando pequenas áreas de cultura – meia légua em quadro, cerca de 900 hectares – em regiões férteis, como principalmente na localidade denominada de Barreiro Alto, do ribeirão de Santa Rita. Eram eminentemente sesmarias de agricultura, para roceiros.

Houve, ao sul de Formosa, uma mega-sesmaria fundadora – que por alguma razão não consta dos arquivos de São Paulo – a de Miguel Francisco Villa-Cortes, nomeado nos anos de 1740 para o registro de Lagoa Feia. Esse Villa-Cortes deve ter falecido antes de 1768, casando-se a viúva, D. Maria do Nascimento, com um certo Lázaro dos Santos. Começaram a vender o latifúndio e seus adquirentes, por via das dúvidas, acharam por bem solicitar novas sesmarias e discriminar e espichar terras que o velho funcionário do registro de lagoa Feia não teria coragem de fazer.

Entre os muitos sesmeiros de Formosa – na segunda metade do Século XVIII -, pelo menos dois chegaram a transpor com seus sobrenomes os umbrais do Século XX: os Rocha Couto e os Espínola de Atayde, dos quais só existem hoje os Espínola de Atayde.

A não ser por vaga dúvida que nos permanece de ter sido o arraial de Santo Antônio do Itiquira aurífero, devido a sua incômoda colocação no vale do Paranã, e devido a não haver notícia alguma, moderna ou antiga, de ser o Paranã aurífero, achamos que a atual Formosa surgiu meio vagamente como pouso de tropas vindas do Paranã e da picada da Bahia, tornando-se estável pela migração de algumas famílias escapadas das febres malsãs do Paranã.

Há uma curiosidade a esse respeito. Ao pedir sua sesmaria da fazenda de Santo Inácio, em 1768, Manoel Espínola de Atayde diz que era morador... «no arraial da Chapada dos Couros», sutil distinção a querer dizer-nos, talvez, que antes mesmo do arraial assim chamar-se, ali no local ermo da primeira missa do padre Santiago, implantou-se um povoamento que obteve o nome da toponímia preexistente daquela mesma chapada: Couros.

O Apogeu Aurífero

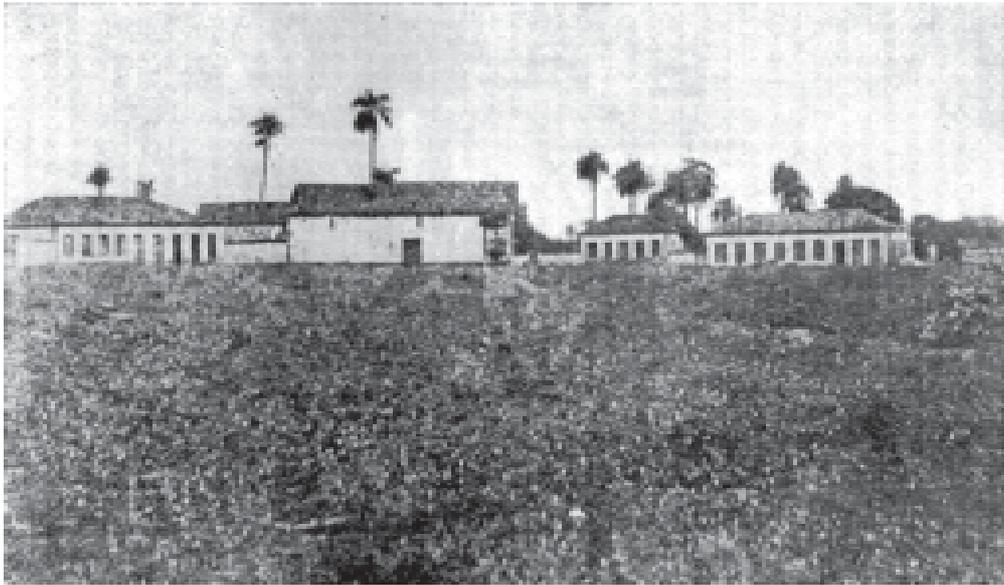
Nas duas décadas que se seguem à descoberta de Santa Luzia, continuou intenso o fluxo populacional de portugueses e de brasileiros de todos os quadrantes. Em 1750 chegaram diversas famílias do vale do Urucuia, lideradas pelo coronel Mateus Cardoso, da oligarquia fundadora do São Francisco. Descobrimos que Domingos Maciel, mestiço índio, filho do fundador de Januária é o mesmo dado pela crônica história como fundador da Flores de Goiás paraneira, uma década antes.

De Paracatu sempre vieram mineradores para Luziânia, mas retenhamos aqui tão-somente os que deitaram linhagens no Planalto brasileiro: os Pereira Dutra, os Cunha Telles, os Gonçalves Torres e, um tanto mais tardios, os Mello Álvares – do nosso cronista Joseph de Mello Álvares.

O próprio autor, por força da pesquisa deste livro, acabou descobrindo um seu oitavo avô – e ascendente várias vezes pela parte feminina dos Silva de Silvânia – Pedro Rodrigues de Moraes, o velho, chegado a Santa Luzia em 1755 e depois alferes de sua companhia de ordenanças. Veio nesse ano no contexto de grandes migrações provenientes de São Paulo, Minas Gerais e Bahia.²⁵

Família de expressão econômica e política é a dos Fernandes Roriz, de que diversas pessoas citam-se em Joseph de Mello, chegando ao longo do Século XVIII, até que por último apareça Gabriel Fernandes Roriz, em 1770, considerado por Gelmires Reis, o fundador da atual família

25 Parece que era paulista Pedro Rodrigues de Moraes. Faleceu em 1773 ou 1774 no comando de 300 escravos, de uma febre maligna - maleita? -, ao tentar com a ajuda do sargento-mor e cartógrafo Tomás de Souza, enviado pelo governador José de Almeida Vasconcelos, a levada d'água, desde impossível distância, para lavar o riquíssimo morro do Clemente, nas proximidades da velha Santa Cruz de Goiás. Pedro Rodrigues de Moraes deitou uma das maiores linhagens do Brasil Central, a que pertencem os milhares de Moraes de Luziânia, Silvânia, Jaraguá, Goiás Velho, Paraúna e Campininha, esta última antecessora da cidade de Goiânia.



65. Formosa e a igreja antiga de Nossa Senhora da Conceição, em 1930. Autoria desconhecida.

Roriz. Havia, no Século XVIII, meia dúzia de povoados e lugares denominados “Roriz” no norte de Portugal.²⁶

Outra família luzianense de expressão nos destinos da velha Santa Luzia é a dos Meirelles. Descendem do português José Gonçalves de Meirelles e de Ana Alves da Costa, que talvez já fosse goiana, pois os Alves são também uma estirpe fundadora com grandes ramificações na história genealógica do Planalto. Era o genearca José de Meirelles um dos maiores comerciantes das minas de Santa Luzia e faleceu durante uma viagem de negócios à Bahia. Dele descende José Dilermando Meirelles, o benemérito incentivador da cultura e das tradições luzianas nas últimas décadas do Século XX.

Famílias outras de grande expressão no Século XIX luziano foram os Sardinha de Siqueira, os Braz de Queiroz, os Gomes Curado e os Araújo Mello. Os Sardinha de Siqueira e os Gomes Curado provinham de Pirenópolis, de velhos troncos fundadores de Meia Ponte. Sobre as demais famílias citadas pouco apuramos até o presente, nem tanto por falta de documentos, mas pelo escasso talento e disciplina do autor para com as ciências genealógicas.

Em 1763 houve um recenseamento populacional no julgado de Santa Luzia, de que teve conhecimento Joseph de Mello: havia no julgado 16.529 pessoas, contando-se aí 12.900 cativos.

Talvez tenha sido o auge demográfico das minas de Santa Luzia. Para o ano de 1886 o mesmo Joseph de Mello só registra escassos 8 mil habitantes. Explica-se, com algumas dificuldades historiográficas, o espetacular descenso: os escravos eram quase todos homens solteiros que não deixaram geração. Os brancos, igualmente, eram celibatários. A população livre de Santa Luzia nessa época não devia exceder em 20 por cento de habitantes do belo sexo, contra 80 por cento de homens ricos e ávidos por sexualidade. A grande maioria masculina morreu sem procriação devido à raridade das mulheres. E, muitas vezes, pela demigração.

Pode-se facilmente imaginar que, em fins do Século XVIII, Santa Luzia era uma sociedade de velhotes ricos, cortejando mocinhas de 13 anos destinadas à viuvez precoce e a grandes fortunas, como de fato temos indícios de ter sido o costume luziano até muito tarde no Século XIX. Minas tardias, recebendo continuamente homens celibatários, o equilíbrio da estrutura sexual de Santa Luzia só se dará tardiamente.

26 Dele descende o ex-prefeito de Luziânia e de Goiânia, e por três vezes governador do Distrito Federal, Joaquim Domingos Roriz.

As minas de Santa Luzia tiveram períodos de esplendor aurífero alternados por outros de mediocridade, conforme a natureza fosse pródiga em revelar novos veeiros ou então conforme o engenho humano em explorá-los, geralmente recorrendo a novos capitais em escravos. O ano da descoberta e os subseqüentes devem ter sido riquíssimos, com o ouro mostrando-se à flor da terra. Em 1751 foi feita uma subscrição pública para presentear El Rei D. José I, pela ascensão ao trono, que rendeu 11 quilos de ouro. Outra, feita em 1756, para auxiliar as vítimas do terremoto de Lisboa, foi além: 43 quilos.

Mapa da Semanosa de Ouro de S. FELIX

Ano de 1763

	1	2	3	4	5	6	7	8
1	145	61	128					
2	208	44	128					
3	46	61	128					
4	70	61	128					
5	70	61	128					
6	70	61	128					
7	70	61	128					
8	70	61	128					
9	70	61	128					
10	70	61	128					
11	70	61	128					
12	70	61	128					
13	70	61	128					
14	70	61	128					

66. Mapa contábil do ouro quintado na fundição de São Félix no ano de 1763, em forma de cofre. Arquivo Histórico de Goiânia.

Na década seguinte foram muito comemorados os descobertos de ribeirão do Inferno e do morro do Palmital (1763), minas de baixo teor aurífero porém extensas, prometendo regular extração por longos anos.

Outro período de abundância – talvez o auge da mineração de Santa Luzia – deu-se a partir de 1773, com a maturação dos investimentos feitos em anos anteriores, por diversas sociedades que se constituíram com grande número de escravos, a exemplo da já citada de Saia Velha.

Os anos de 1773, 1774 e 1775 foram os anos lembrados – não só em Santa Luzia, como na Capitania de Goiás em geral – como de seca terribilíssima, prejudicando a mineração e as roças, e irrompendo em epidemias e doenças generalizadas que não pouparam as elites do arraial, tese que Joseph de Mello defendia, tendo à vista certamente o avolumado dos inventários nos cartórios, para o período.

Verdade também é que depois de 30 anos de fundação, já devia haver em Santa Luzia uma geração macróbia que não resistisse a esse flagelo.²⁷

Permitem-nos os inventários da época, citados por Mello Álvares, termos uma noção do que foram as fortunas pessoais hauridas nas minas de Santa Luzia, em anos anteriores.

Em média, nos 14 inventários observados, deixaram os senhores quase todos uma casa no arraial, mais ou menos bem mobiliada, uma fazenda com roças e ferramentas de trabalho, tanto

27 Nós, brasilienses, conhecemos bem esse fenômeno nos anos de verdadeira estiagem e podemos bem prever o que significa três sucessivos anos sem chuvas ou com chuvas escassas.

para minerar quanto para a agricultura. O número de escravos varia muito: dependia talvez do ramo de atividade do senhor. A propriedade de lavras também é citada com frequência.

Se esses itens constituem patrimônios imóveis e móveis mais ou menos comuns aos inventários, o que os diferencia são as disponibilidades líquidas em ouro e, nesse caso, só uns poucos inventários demonstram resultados financeiros positivos.

É o caso de José Gonçalves de Meirelles, já citado, casado, comerciante e minerador que, ao falecer, deixou um estoque de mercadorias de 3,5 mil oitavas de ouro – vale dizer, 12,5 quilos de ouro. Outro comerciante, Francisco Gonçalves, solteiro, tinha sido menos feliz: para 8 quilos de ouro que deixou, acompanhava uma dívida equivalente a 12 quilos. Um Domingos Rodrigues Alves, casado, quicá comerciante, deixou, ao falecer, 12 quilos de ouro, sem descontarem-se as dívidas.

O mais rico de todos os que morreram durante a seca de 1773-1775 era Manoel Pereira Gaya, solteiro, português da vila de Gaya. Não tinha escravos, devia ser comerciante, e deixou, em espécie, algo como 17,5 mil oitavas de ouro, em que, deduzidas as dívidas de 5 mil oitavas, representavam uma fortuna líquida de 45 quilos de ouro. Mandou rezar 3 mil missas em intenção à sua alma, que custando a mais barata 120 réis, soma ao todo 360 mil réis, ou seja 864 gramas de ouro. Pensando bem, não era muito, tratando-se do acesso ao paraíso.

Para os que se dedicavam apenas à mineração, não devia importar muito a liquidez e sim o número crescente de escravos, com progressiva extração de ouro. José Pereira Lisboa, apenas com seus 150 escravos, tinha um patrimônio de 6,5 quilos de ouro.

E houve quem só dívidas deixou, como é o caso do fundador de Santa Luzia, Antônio Bueno de Azevedo. Ao falecer, em 1771, deixou oito escravos seqüestrados por dívida, um sítio e uma casa penhorados e ainda 438 oitavas de ouro em dívida ativa, correspondentes a quase 1 quilo de ouro.



Seja como for, o auge das minas de Santa Luzia foi simbolicamente comemorado na semana santa de 1773, com uma festa de fazer parêla ao famoso Triunfo Eucarístico de Vila Rica.

Foram 34 sacerdotes residentes no arraial, celebrando conjuntamente a missa solene e o *Te Deum Laudamus*, assistidos por algo como 15 mil pessoas e a plena assistência financeira e logística da irmandade do Santíssimo Sacramento.

Em quatro dias de festas houve corridas e cavalhadas, queima de castelos de fogos artificiais, *corras e dançarás* – que os dicionários modernos não registram mais o que sejam – e, para culminar, a encenação de três peças de teatro: duas comédias “de gosto” e nada menos do que o drama de Inês de Castro, o mais clássico teatro português no Século XVIII!

O tempo do ouro encerrava-se com grande festa. O tempo futuro seria mais bicudo.

Nota ao Capítulo

Ofício dos camaristas de Formosa ao Presidente da Província de Goiás em 1848.

A Camara Municipal desta Vila tendo recebido a Portaria de V. Excia datada de 27 de Maio do anno passado, exigindo uma exposição circunstançada do estado do Pais, seos limites, prosperidade ou decádença, uma descipção dos Campos, mattos produtivos, e quaes os ramos de cultura, e de Criação que mais vantagem oferece, quaes as minas de metais preciosos, e de outros produtos do reino mineral, qual a industria que com preferênciã exzerçem os abitantes do município, quaes os rios notaveis que irrigão e suas propriedades conhecidas, e quaes os homens antigos e contemporanios, que promoverão e promovem o augmento deste municipio, nomiou uma Comição de tres Cidadãois abeis que exculpulosamente procedecem nas neceçarias avreguaçois, sobre informaçois do mais antigos abitantes do pais, e esta não podendo obter documentos aqui infirmasçe apenas pode alcançar informaçois verbais, as quaes confrontadas entre diverços informantes que atradiçois dos seos antepaçados, teve em resultado a exposiçoão que incluo em via a V. Excia., se não bem exzata, comtudo muito aproximada, foi recebida, e approvada na Seção de 12 do corrente, podendo esta Camara afirmar a Vossa Excia. que a mesma falta de instruçois deu lugar a que não achasse um só documento literal, que saptisfisesse a exzigençia da Comição, por isso a mais tempo não saptisfeita

*Deus guarde a V. Excia.
Passo da Camara Municipal da Vila Formosa
em sessão ordenaria de 13 de janeiro de 1848*

A Comissão encarregada de Organizar a Estatistica de Municipio desta vila desde a sua Criação até o estado prezente, suas divizas, prosperidades, e ramos de comércio, pelas informaçoões recebidas dos mais antigos habitantes do Pais, teve o seguinte Resultado.

A Villa Formosa da Imperatriz situada na Cabiceira do Rio preto no lugar mais alto da Provincia na inbocadura dos Certoens baixos do Paranã, lugar muito arejado, e sadio, tem em seu Municipio as melhores florestas cobertas d'água, tanto de Campos, como de Mattas, aporporsionadas para toda sorte de Agricultura; Confina ao Norte pela Cordilheira da Serra do Paranã, cuja diviza foi innadivertidamente feita sem se atender a comodidade dos Povos habitantes, na baixa da Serra, por que atravessando esta forma hum angulo que encosta nesta Villa com póco mais de meia legoa de distancia, ficando aquelles Povos pertensentes ao Servisso da Villa de Flores, cuja dista ao pé de 30 legoas, e elles fazem todo o seu convívio para esta Villa, e aqui achão todos os socorros, tanto Spirituaes como corporaes. Confina ao Nascente com a Serra que tem sua Origem em S. Maria, e borda alem do Ribeirão do Bunito, formando hum angulo atravessa o Ribeirão do Yrucuia pelas Terras vermelhas, Serra de Lourenço Castanho athe o Rio preto; e ao Sul pelas vertentes do Ribeirão da Sambanbaja athe as suas cabiceiras condireitura a Serra que borda aquem do Rio Sam Bartholomeu, e por esta assima indireitura ao Sitio novo, que forma a diviza ao Poente, com a Villa de S. Luzia, huma divisão defeituosa por atravessar distante desta Villa para inicios de tres lagoas, sem uma Serra, Cordilheira, ou Rio que possa formar limites, devendo ser o mesmo Rio S. Bartholomeu que formasse limites, entre esta, e aquella Villa, tanto pela distancia, como pela divisão natural, e comodo dos Povos. Foi descuberta esta Villa por hum Clerigo vindo da Cidade de Pernanbuco, que tambem foi o primeiro descobridor do Paracatú: aqui celebrou Missa alevantou hum Cruzeiro, e por isso ficou pertencendo aaquelle Bispado, - pelo andar dos tempos foi-se povoando; porem o local sem hum só edificio, que merecesse consideração, com piquenas Cazas cobertas de palhas, e apenas tinha tres, ou quatro pequenas Cazas de telha; neste mesmo estado, foi criado Julgado, a mais de cento e quarenta annos, sendo a sua descuberta, a cento e sessenta annos, pouco mais, ou menos; A estupidéis dos homens, que servião os Empregos Publicos, fés com que vindo em Correição o Ouvidor Cabral, vendo o lugar, aos absurdos praticados, removesse o Cartorio para o então Julgado de Cavalcante, ficando assim suprimido este, tornando-se sugeito as Justiças Ordinarias, do então Arraial e Julgado de S. Luzia, durando isto por mais de sescenta annos, em que para lá se prestava toda a obediência, tanto civil, como Militar. Em 1829 principiou-se a desenvolver o Commercio, e

logo foi criado destrito de Paz, sугeito aaquella Villa hera athe então desconhecida a lavoura, só se tratava de criações de Gados Vacum, e Cavallar, a falta dos serviços hera consideravel em todas as occazioens.

De 1830 por diante entrou-se a cultivar, foram entrando homens da Provincia de Minas Geraes, com suas familias forão-se estabelessendo, entrou a progredir o Comércio com passos a Gigantados.

Em 1834 foi ellevado a Julgado; entrou-se a edificarem-se Cazas de telhas, athe que em 1844 foi ellevado a Cathegoria de Villa com a denominação de Villa Formosa da Imperatriz: nesta Villa se dispunhão grandes empregos de Fazendas, secos, molhados, e ferragens, e sal, de todos os Certoens do Norte da Provincia se importavão immensas boiadas, Couros, Sollas, e Salitris, entrava grandes somas de moedas para compras de Gados, o Commercio avansou a um ponto alto; mas a dous annos a esta parte minorou muito o Commercio dos Gados, com o Imposto Provincial sobre a sahida dos bois, e garrotes exportados para fora da Provincia, os commerciantes, mudarão suas carreiras para outros pontos, onde com mais facilidade possão extraviar os Gados, e com isto fes hum atrazo consideravel ao Paiz. O Reino Mineral, hé por horas desconhecido neste Municipio, a excepção de alguns pequenos grumos onde se extrai algum Salitre, mas por horas esta extração nenhuma atenção meresse. A Agricultura na intenção da palavra, e o Commercio hé a baze fundamental do Paiz: as forças são muito deminutas, falta de braços, mas com esses mesmos se podia fazer algumas vantagens se ouvesse industria que héra o que podia remediar as faltas das forças dos braços. Cumprira para seu augmento que o Governo promovesse o estado da Instrução para o desenvolvimento das Artes, tanto Nobres, com Mecanicas; mandar folhetos da Sociedade auciliadora da Industria Nacional, enviar sementes de plantas exoticas, para serem distribuídas pelos principais lavradores, assim como novas raças de Animaes, e Colonos habeis para ensinarem a Agricultura; E que assim o Paiz abundante de suas produçoens, tanto vegetaes, como Animais, procurará meios de os exportar, tanto por terra, como por meios fluviaes por que com quanto tenha huma catadupa consideravel, e instinguível no Rio preto, distante desta Villa 13 legoas, logo abaixo, com algum trabalho hé navegavel, vai confluir no Rio de S. Francisco, onde se dá consideravel estração a toda sorte de viveres, alem do Rio Paranã, que tambem em póca distancia desta Villa hé Navegavel, e conflui no Tocanthim, e este no Ociano, já com o nome de Amazonas, Então hum Povo veio, salve bem todas as dispezas Publicas, empregadas na prosperidade do Paiz, e bem dirão de todos os actos da Administração do Império, e da Provincia.

Villa Formosa da Imperatriz, 12 de Janeiro de 1847.

Wellington Gomes Curado

Domingos José de Paiva = João Baptista Nogr^a
Ignacio Pereira dos Santos = Antonio Alves Pereira

Nota do autor: Este Domingos José de Paiva, vereador de Formosa que subscreve o documento acima, descendia em linha direta, como o autor, do Padre João José de Paiva, que em fins do século XVIII, já viúvo e com muitos filhos, ingressou no sacerdócio. Dele descendem os Paiva de Formosa, os mais antigos no Brasil Central, e depois os Paiva de Buriti Alegre, que deram ingresso nas matas do Paranaíba pelas mãos do cônego Teophilo de Paiva. Os Paivas novos, de Buriti Alegre, de Goiânia e de Anápolis descendem porém do irmão do cônego, o farmacêutico Francisco Olympio de Paiva, bisavô do autor. Francisco Olympio deixou um livro, *Transições e Crônicas*, publicado por seu filho, o General Otaviano de Paiva, e outro, inédito, uma genealogia da família Paiva, que contém estas informações, e que pertence hoje ao autor.

Capítulo XII

O ROTEIRO DE URBANO E AS LENDAS DE OURO

Ouro do Urbano e as profecias de D. Bosco são as mais antigas lendas do Planalto brasileiro. As profecias são por demais conhecidas e delas não trataremos aqui.

Já o Roteiro do Ouro do Urbano, ou simplesmente o *Roteiro* é um mito menos difundido, apesar de contar com dois séculos de história e ser anterior em mais de século a sonhos do santo piemontês. Trata-se de uma fabulosa mina de ouro que, de tão puro, segundo a tradição oral, extrai-se da rocha a golpes de machado e marreta. Descoberta pelo português Urbano do Couto antes de 1750, permaneceria recôndita até hoje, nas redondezas de Brasilinha, oficialmente Planaltina de Goiás, na verdade, região metropolitana de Brasília, pois as pessoas que ali vivem, em grande maioria, trabalham no Distrito Federal.

O epicentro do “Roteiro” é o Distrito Federal. Em um raio de 100 quilômetros, a lenda é conhecida pelos roceiros e pelos habitantes das cidades mais antigas: em Brazlândia, em Sobradinho e, evidentemente, em Planaltina, o *Roteiro* é bem familiar aos moradores antigos. Disse-nos o professor Mário Castro, pesquisador emérito de Planaltina, que ao seu sentir, todos os mestre-darmienses já quiseram ir ao alcance do *Roteiro* e que só por prudência não chegaram a bom termo. Uns temerosos de assombrações e almas penadas; outros, com medo de onças e de quimeras outras que habitaram aquelas dilatadas serrarias do norte do Distrito Federal. Rui Faquini, o mestre fotógrafo cerratense, acha que o roteiro é místico, de natureza iniciática.

Há uma lúgubre versão, coletada por Joaquim Gilberto, de que Urbano teria enterrado em suas minas o próprio genro e os escravos que os acompanhavam, versão adulterada de fins do Século XIX, em que estava elevada, ao máximo, a luta dos abolicionistas republicanos contra os monarquistas escravocratas, com notável condenação ideológica dos últimos, mesmo tratando-se da construção de mitos.

Urbano do Couto Menezes, o *Urbano das Legendas*, é um personagem claramente identificado na história das minas de Goiás no Século XVIII. Teria 20 anos ao acompanhar o Anhangüera à conquista dos Goiazes, em 1722.¹ Com o êxito da bandeira, em 1728, solicita ao governo de São Paulo uma sesmaria de terras no caminho dos Goiazes, à guisa de recompensa pela descoberta do novo *Eldorado*.²

Em 1730, já estava no Planalto, guiando a expedição com que Manuel Rodrigues Tomar fundava Meia Ponte, atual Pirenópolis. O conde de Sarzedas, governador de São Paulo e das novas minas de Goiás, escreve, em 1733, que o verdadeiro descobridor do ouro de Pirenópolis fora Urbano, usurpado por Manuel Rodrigues Tomar, por não dispor aquele de “posses” (escravos) para as explorações.³

1 Informação do próprio Roteiro: ...«No ano de 1722, sendo eu da idade de 20 anos, sentei praça de soldado aventureiro para ir a essa conquista de Goiás...» Segundo Alencastre, Urbano teria falecido em Jaraguá no ano de 1772, depois de dar subsídios à grande bandeira com que Francisco Soares de Bulhões foi à busca mal-sucedida do ouro dos rios Claro e Pilões. Teria, portanto, ao falecer, 70 anos. (Alencastre, op. cit., cap. I e X).

2 in **Registro de uma Sesmaria passada a Urbano do Couto Menezes no caminho dos Guayazes**. Arquivo de São Paulo, **Repertório das Sesmarias** - vol. I, págs. 469/472.

3 Fato é que Urbano do Couto aparece pelo menos mais uma vez como guia de expedições à região. Em 1736, participou da abertura do caminho de Minas para Goiás, pelo que obteve do governo mineiro uma outra sesmaria de terras. A informação é de Diogo de Vasconcelos, no capítulo que consagra à *Picada de Goiás*. Entre os diversos bandeirantes que foram às guerras de abertura do caminho de Goiás - e receberam, em 1737, do governador Martinho de Mendonça, em recompensa, cartas de sesmaria ao longo da mesma - figura certo Urbano da Costa Menezes, «na Borda do Campo, partindo do Ribeiro do Cedro ao Buriti». A troca do **Couto** por **Costa** no nome de Urbano há de ser apenas um cochilo nas transcrições do grande historiador mineiro. (*In História Média de Minas Gerais*, 4ª edição, Belo Horizonte, Itatiaia, pág. 173.) Urbano do Couto parece ter sido também o guia da numerosa bandeira em que se associaram o mestre de campo

Devia conhecer a região desde 1722, com a vinda da extraviada bandeira de Anhangüera, mas o Roteiro deu entrada no Palácio da Ajuda, em Lisboa, somente a 30 de julho de 1750, endereçado à rainha-regente D. Mariana de Portugal.

Em verdade, são dois os *Roteiros* conhecidos. Às vezes publicados juntos, dando impressão de serem um mesmo documento.⁴ O primeiro refere-se às minas dos Araés, serra de Babel e rio dos Pilões, no sudoeste goiano. E há o segundo, o chamado “*Roteiro do Urbano*”, com alusão ao Planalto brasileiro e do qual aqui nos ocupamos.

Finalmente, o que diz o famoso *Roteiro*?



67 Chapada do Pípiripau... “lugar mais alto da terra”, por Rui Faquini, 1994.

«*Irão os meus novos bandeirantes dessas minas americanas pela picada da Bahia que vai para Goiás, ao lugar mais alto da terra, de onde emanam quatro ribeirões, dos quais ficarão intituladas as suas cabeceiras, estas as principais do rio Preto, no arraial de Couros, São Bartolomeu, Paranã e Maranhão...*» Até aqui tudo está perfeitamente claro: o mirante de onde se visualizará o Roteiro só pode ser o chapadão do Visconde do Porto Seguro, assim denominado pela Comissão Cruls em 1892, e modernamente chapadão do Pípiripau, ao pé do qual a Lagoa Formosa escoar no rio Maranhão; o ribeirão Pípiripau vai constituir-se no São Bartolomeu; e o Itiquira despeja-se no Paranã. Um pouco mais a Leste, a Lagoa Feia, junto à

Matias Barbosa da Silva, por alcunha "Cabeça de Ferro", o coronel Caetano Alves Rodrigues Horta e outros, às instâncias do contratador das entradas, José Alves de Mira, que desejava abrir caminho de tropas para Goiás e assim aumentar a rentabilidade de seu contrato. Atravessou a expedição desde o do São Francisco, em Minas, até o do São Marcos, em Goiás, em 1733, segundo Alencastre, denominando pela primeira vez os ermos do sertão: serra da Marcela, Glória, São Bento, Pissarão, Andrequicé e outros. Era a famosa "Picada de Goiás", passando por Bambuí, Coromandel, Patrocínio até Paracatu, como a tudo informa Alencastre. Em 1758, com o título de capitão, estava Urbano em Santa Luzia, atual Luziânia, conforme registro do historiador Joseph de Mello Álvares.

- 4 Conhecemos hoje cinco versões dos Roteiros do Urbano. O mais antigo foi estampado por Alencastre (1863) nos formidáveis **Anais da Província de Goiás**. Dele consta a aventura no rio Pilões, mas não a do Planalto brasileiro. A primeira vez em que esta aparece é com Henrique Silva, na **Informação Goiana**, Ano II, do mês de outubro de 1918. Diz-nos o nosso ilustre tio-bisavô, alferes da Comissão Cruls: «*onde mais tarde esteve Urbano do Couto (...) que um dos seus roteiros assim assinala, naquela sua linguagem pinturesca e cabalística...*» Joseph de Mello porém já dá notícia do Urbano em 1886.
- Onde teria Henrique Silva desencavado esse *Roteiro* de Urbano? No longo artigo que escreveu a respeito não só deste, mas principalmente sobre o roteiro de Silva Braga, cita vagamente documentos da Biblioteca Nacional e do Instituto Histórico. Escrevia em um tempo de escassas obrigações documentais...
- O roteiro de Silva Braga, localizamos na Biblioteca Nacional. Já esses de Urbano do Couto devem estar ou bem no Instituto Histórico ou no Arquivo Nacional, cujos fundos arquivais são pessimamente descritos.
- A terceira versão que conhecemos foi publicada por Zoroastro Artiaga num opúsculo intitulado **Coletânea de Documentação relativa à História do Estado de Goyaz**, publicado em Goiânia, em 1947. Repete Artiaga, quase na íntegra, o relato mediado por Henrique Silva, sem maiores novidades.
- A quarta versão é a publicada por Gelmires Reis, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás* (nº 9 do ano de 1980, às págs. 106/107) e aparece com alterações quando comparada àquela publicada por Henrique Silva, 60 anos antes. Lê-se ali, entre outras, que «*ribeirões de Rochas ou Rochas e Montes*» transformam-se em «*ribeirões de Matos Roxos e Montes*». Aonde Gelmires Reis e também Joaquim Gilberto - que o publicou em 1960 - teriam obtido o "Roteiro de Luziânia"?
- A versão cuja íntegra aqui repetimos é a de Henrique Silva na revista *Informação Goyana* (março 1918. Ed. *fac simile* em 6 volumes, Governo do Estado de Goiás - Goiânia, Cerne, 1979). Chamemo-lo "Roteiro do Rio de Janeiro". A não ser pelos "matos roxos" e por diferenças pequenas no *caput* e no final dos dois *Roteiros*, podemos considerá-los convergentes e fiéis quanto ao essencial.

atual cidade de Formosa, verte águas para o rio Preto, da bacia são-franciscana. Sendo o *Roteiro* datado de 1750, esta fica sendo também a mais antiga datação que encontramos para o arraial de Couros, atual Formosa.



68. Lagoa Mestre d'Armas, uma das citadas no *Roteiro*. Faquini, 1994.

Continua o *Roteiro*:...«*Desta altura (da chapada do Pipiripau) verão três lagoas em carreira, em Campinas Claras, verão um poço sem praia e nem alcance de fundo, verde cor de mar que não seca nem vaza, quer no inverno, quer na calma...*» As lagoas são a Bonita, ou Mestre d'Armas (próxima a Planaltina-DF), a lagoa Formosa, nas cercanias de Brasilinha e, entre as duas, o lagoacho do Bonsucesso, as três mais ou menos alinhadas de Norte a Sul sobre cerrado limpo.

O *poço fundo sem praia e nem alcance de fundo* é um fantástico monumento da natureza, um lago redondo, de águas verdes, formado no solo de enorme cratera circular em meio ao cerrado plano. Em seu centro, o lago não tem fundo conhecido. Tendo ali desaparecido um banhista, os bombeiros de Planaltina deitaram 180 metros de corda na cavidade sem encontrar-lhe o fundo. Situa-se nas proximidades de Brasilinha, absurdamente sitiado por loteamentos miseráveis, burramente feitos, sem qualquer vislumbre do potencial turístico do local no futuro ...

Prossegue o *Roteiro*:... «*Desta altura verão um morro do feitio de uma canastra, em mês de agosto, da parte que entra o sol, não o primeiro, ao segundo, um morro Três Irmãos*»... Eis que o roteiro torna-se mais complexo. Morro da Canastra, há pelo menos três na região: o primeiro ao norte exato do Plano Piloto, com o expressivo nome de fazenda Morro da Canastra, junto à Fercal; outro ao norte de Sobradinho; e o terceiro a oeste da serra de Brasilinha, e que há de ser o do *Roteiro*, o único que se pode ver do lago Azul, que é como o povo de Brasilinha conhece ao «*poço fundo sem praia e nem alcance de fundo*». Mas e o morro Três Irmãos?



69. O... “poço sem praia e nem alcance de fundo”... nas proximidades de Planaltina. Faquini 1994.

Três Irmãos e Dois Irmãos são denominações mais ou menos comuns na toponímia do Planalto: designam dois ou três morros agrupados e de formato assemelhado. Gelmires Reis, em seu polêmico artigo de 1980 na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, cita



70 “um morro do feitio de uma canastra”... fechando a linha do horizonte. Faquini, 1994.

haver à margem direita do rio do Sal – tributário do Maranhão – um conjunto de morros iguais com a denominação de Três Irmãos, onde, de fato (até hoje há memória corrente do evento), uma expedição, ao tempo da construção de Brasília, descobriu nessa paragem, a Nordeste de Brazlândia, vestígios de mineração, incluindo-se restos de artefatos de ferro nela empregados. Gelmires julgava ali se situarem as minas do Urbano, até mesmo porque existiam próximos um “matos roxos” que, já observamos, jamais constaram do *Roteiro Original*.

Em realidade, todo o Planalto Central é aurífero e todo ele socavado nas priscas eras.

Ao tempo de secas fortes, quando alastram-se os incêndios no cerrado, fica fácil ver grandes amontoados de pedras e cascalhos lavrados antigamente na busca do ouro, fato comum em Luziânia, Cristalina, Santo Antônio do Descoberto ou Pirenópolis.

Continua o Roteiro cada vez mais enigmático...«*Depois de passarem quatro ribeirões de matos e rochas ou rochas e montes verão três pés de buritis, vão acima deles, não o primeiro, o derradeiro – e verão um morro do feitio de um cuscuzeiro, e pela parte da serra cacem e verão ouro bom, e se acharem pela cinta e cabeça, encontrarão grandeza tal que não terão visto em Goiás. Palácio da Ajuda, 30 de julho de 1750. Em nome de S.M. S. D. Mariana, mulher do Sr. D. João V, mandou para ser arquivado no Palácio da Capitania de Goiás.*»

Eis aí que o Roteiro conclui com grandes anúncios de riqueza e pouca clareza para buscá-la. Quanto à esperança de vida dos magníficos buritis (*Mauritia flexuosa L.f.*), parece que há deles com 300 anos de idade, e como se propagam em veredas deve haver geração deles... Com as simulações de um computador, não deve ser difícil descobrir a posição do buriti fatídico.



71. O morro da Canastra visto pelo Sul. Faquini, 1994.

De qualquer forma, centenas de pessoas da região foram e ainda vão ao encalço do ouro do Urbano, desde tempos imemoriais, configurando um mito próprio e resistente, como poucos há no país, quase que um *Caminho de Santiago*, profano e caboclo.

A base do mito porém é real. Urbano do Couto Menezes existiu, foi grande explorador e geômetra prático. Além do que, existe – em pleno Distrito Federal – a “Estrada do Urbano”,



72. Vereda de buritis, nas proximidades do morro da Canastra. Faquini, 1994.

passando em frente à cidade de Taguatinga, desde o trevo de Goiânia até ao de Brazlândia, deste último buscando a Nordeste as cabeceiras do ribeirão da Palma, onde, ainda no Distrito Federal, começa a fazenda Santa Cruz (ou fazenda do *Urbano*), que no Registro Paroquial de 1857 limitava-se pela *serra do Urbano*, uma das mais belas do Planalto Central, com sua serra apumada, limpa e enigmática como uma esfinge egípcia.

Seria ali a tal sorte de grandezas do ouro que jamais se viu?

Essa era a opinião de Henrique Silva, mas o professor Mário Castro, experiente da sua Mestre d'Armas natal, diz-nos ter versões que situam o ouro do Urbano numa dúzia de diferentes locais e que o *Roteiro* também refere-se a mais de um terreno aurífero, no que concordamos por coadunar melhor com os processos da mineração do Século XVIII. Urbano teria minerado e detectado depósitos auríferos em vários pontos da bacia do rio Maranhão e como sabemos ser Urbano pobre de “posses”, o *Roteiro* teria sido quase uma peça publicitária para angariar sócios para o empreendimento. O ouro indicado no *Roteiro* é de altos de serra e devia demandar grandes investimentos para a levada d'água, como vimos antes no caso do rego da Saia Velha.

De fato, no raio de seis quilômetros em torno da serra do Urbano, temos o córrego do Ouro, o córrego Prata, o córrego Lavrinha – afluente do rio do Sal – e até mesmo o córrego Urbano – afluente do ribeirão da Palma -, configurando uma antiga região de mineração a nordeste de Brazlândia e a não mais de 20 quilômetros, em linha reta, a noroeste de Brasília. Os tempos díspares, os espaços contíguos. Convenceu-nos porém o professor Mário de Castro que o fato de Urbano ter por lá passado nada tem a ver com o *Roteiro*, cujo cenário situa-se nas imediações de Brasília.

Em tempo algum, parece-nos, obteremos resposta a tantas questões. A natureza própria dos roteiros, como o de Urbano,⁵ é a de pertencerem-se a si próprios em desdobrados mitos, experiências iniciatórias à Mãe-Terra e mitologia do povo que a habita.⁶

5 Por quatro ou cinco vezes, ouvimos dos nossos roceiros prestativos e analfabetos algo que nos soou como OU-RU-BANO, em vez de UR-BA-NO.

6 Fomos à região do Roteiro nos dias de carnaval de 1994: o autor, o fotógrafo Rui Faquini, as respectivas mulheres e o jovem Tomás Faquini. Em Planaltina apanhamos o grande mestre da história desses sertões, o professor Mário Castro, e seguimos para o «*lugar mais alto da Terra*» que é a chapada do Pipiripau, da qual vertem águas para as três bacias brasileiras. Na ascensão da chapada foram aparecendo, uma em seguida à outra, as lagoas Mestre d'Armas, Bonsucesso e Formosa. Dali descemos além de Brasília para reconhecer o espantoso lago Azul e o morro da Canastra, o qual já tínhamos avistado na chapada. No dia seguinte, reconhecemos o morro da Canastra pelo Sul e seguimos até à Fercal para conhecermos o morro da Canastra nº 2.

Dali seguimos para Rua do Mato, pitoresco vilarejo, onde ao inquirirmos sobre o *Roteiro*, logo tínhamos em volta uma dúzia de pessoas, cada qual sabedora de pelo menos um caso do Urbano.

Partimos de novo para Oeste em busca do córrego do Ouro e serra do Urbano, atravessando uma das mais belas regiões montanhosas do Brasil Central (estrada DF-205-Oeste), tendo de um lado as escarpas da Contagem e de outro as serras do Urbano. Em córrego do Ouro quebrou a embreagem do carro. E como isso nunca foi problema para motorista do sertão - passando-se então as marchas pelo tempo do motor -, sob chuva forte, navegamos, os novos bandeirantes destas minas americanas, por sobre a chapada da Contagem, Barragem do Paranoá, chapada da Papuda até a residência dos Faquini, na Fazenda Santa Bárbara. Havíamos atravessado todo o Distrito Federal, de



**73. Na chapada que culmina a Via Estrutural de Taguatinga passava, no Século XVII, a Estrada do Urbano.
Foto do autor, 1994.**



74. Vertentes da chapada da Contagem, vistas da Serra do Urbano. Faquini, 1994.

Não obstante, tempos depois da 1ª edição deste livro, tivemos acesso a uma crônica de viagens do Pe. Henry Trigant des Genettes, pároco francês de Luziânia em fins do séc. XIX. O padre conhecia a história do urbano, mas não o *Roteiro*, de forma que fazendo suas visitas pastorais em ínvias paragens a noroeste de Brasília passou pelo Morro do Cuscuzeiro exatamente como o denominado por Urbano. Maiores resultados temos com o trabalho notável de Bismarque Villa Real em transformar a história do Urbano em pretexto para criar uma programação paradidática – um dia de campo – para a garotada das escolas de Brasília deleitarem-se com a história, com o cerrado, medições de latitudes com GPS, leitura de cartas geográficas e outras atividades afins daquele tipo de aprendizado que nunca se esquece.

Bismarque Villa Real descobriu o Tesouro do Urbano imamente, o que produz sonhos e mensurações do estar-no-mundo.

Tesouros e Enterros

Urbano do Couto Menezes, vimos atrás, é uma espécie de protogeógrafo do Planalto. Devemos-lhe seguramente diversas denominações do Distrito Federal e adjacências, embora seja impossível apurar quais.

Urbano, em seu roteiro do Sudoeste Goiano, primava pela arte das denominações do que ia ser descoberto: ora uma Torre de Babel, extraída da literatura bíblica para referir-se a uma serra próxima ao rio dos Pilões (onde havia de fato pilões naturais cavados pelas águas), ora um Morro da Canastra, com o exato perfil de uma canastra, mala de couro ou madeira de tampa côncava, com que se cingiam as tropas de equínos, ou seja, transposto para a geomorfologia, um morro eriçado, com altas falésias despenhadas em cortes planos retilíneos. Há também um outro tipo de formação geológica muito erodida, um morro arredondado, em que o sertanejo vê semelhança com a carapaça de um tatu-canastra. E só nisso temos duas denominações idênticas para duas denotações ideográficas dissemelhantes no tempo e no espaço. A semiologia na natureza e a toponímia ainda têm muito a aprender em reciprocamente: nenhum nome é gratuito e todos os nomes pagam tributo às eco-histórias que os conformaram. Diziam Henrique Silva e Diogo de Vasconcelos, no começo do Século, que o nome do Rio São Bartolomeu emprestado ao principal ribeirão do Distrito Federal era uma homenagem a Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera II, que ali estivera: e este é um exemplo da não-gratuidade dos nomes a que nos referíamos.

De fato, sendo esse nome citado em sesmarias de 1741, não tem sentido atribuí-lo ao descobridor de Santa Luzia em 1746, por ter ali chegado no dia de São Bartolomeu, segundo anotações de Joseph de Mello Álvares. Alguém mais antigo deu o nome. Urbano do Couto, soldado do Anhangüera, na desesperada expedição de 1722?

São conjecturas sem direito a provas, insuscetíveis à averiguação histórica nesta altura dos acontecimentos, tanto nomes, quanto ouros, quanto tesouros.

ponta a ponta, de Norte a Sul, sob chuva e sem embreagem, em menos de uma hora! Nos dois dias, viajamos 600 quilômetros, o que uma bandeira do passado, em boas condições de marcha, não faria em menos de 25 dias.



75. Paisagem estranha de cinco morros em sucessão - cinco irmãos - na região da Serra do Urbano.
Foto de Rui Faquini, 1994.

Em todas as regiões de antiga mineração no Brasil, quiçá no mundo, ocorrem histórias de tesouros escondidos. No Planalto há dezenas de relatos a respeito: às vezes um caldeirão ou pote cheios de jóias e moedas, mais freqüentemente uma garrafa, um garrafão de ouro em pó, o que dá cores locais e se coaduna melhor com o tipo de riqueza que circulava nas minas.

Muitas dessas histórias podem ter um fundo real, sempre seguido por desdobramento mítico. Luiz Palacín, em suas fundamentais pesquisas, lembra o caso de um padre goiano que só em *artículo mortis* revelou onde escondera seu litro de ouro. Lê-se também na fulminante carta-

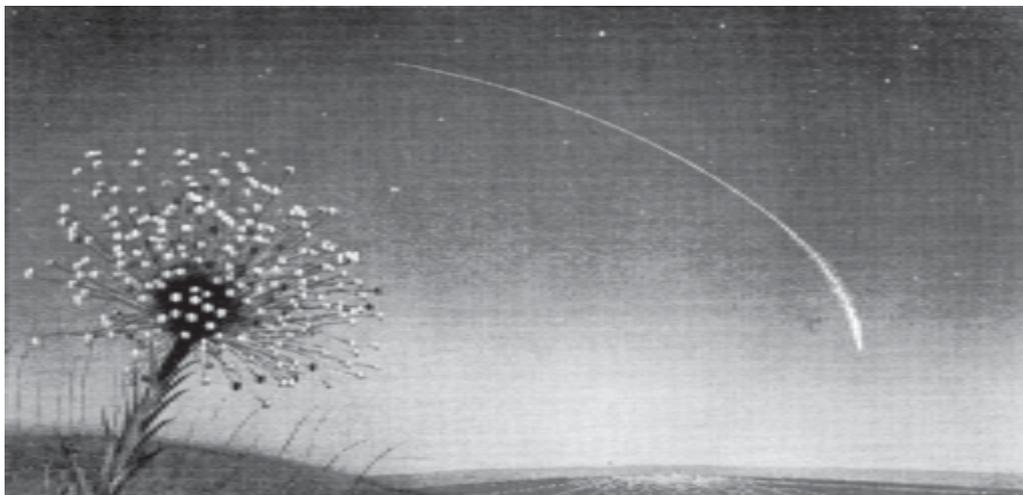


76. O professor Mário Castro, o fotógrafo Rui Faquini e o autor durante o reconhecimento do *Roteiro de Urbano*. Foto de Tomás Faquini, 1994.

denúncia do capitão-mor Antônio de Souza Teles de Menezes à rainha D. Maria I (1789) – recuperada pelo autor do anonimato da Biblioteca Nacional – a menção a outro padre, ex-vigário de Traíras, que só revelou seu ouro enterrado às vésperas da morte. Há um outro caso, contado por Gelmires Reis, sobre o súbito enriquecimento do vigário de Luziânia em meados do Século XIX, padre Simião Estilita Lopes Zedes, que por ter bem atendido a uma anciã moribunda, revelou-lhe esta e presenteou-o com um tesouro escondido numa tapera de fazenda. Fato é que o padre Lopes Zedes – a historiografia geral confirma – adquiriu depois o famoso engenho São Joaquim, ou da Babilônia, próximo de Pirenópolis, dos herdeiros do comendador Joaquim Alves de Oliveira, que na primeira metade do Século XIX era o engenho

mais importante e rico da província de Goiás, e cuja sede, tombada pelo Patrimônio Histórico, pertencia até há poucos anos, a descendentes do padre Lopes.

Convencemo-nos, depois de alguma hesitação comum ao menor dos cépticos, que tesouros escondidos realmente existiram e que devem ter sido descobertos no passado, sobretudo em *articulo mortis* de seus donos.



77. Nova Era, *New Age*, por Rômulo Andrade.

Constituem hoje os “tesouros” nas poupanças e aplicações permanentes, jóias e objetos artísticos que, há meio século, lord Keynes, o grande economista inglês, denominava “propensão a anteceder” e que, no contexto do Século XVIII planaltino, pela ausência de bancos e cofres, deviam ser “escondidos” sob o solo, dentro das paredes, no tabuado das casas. Ou “debaixo do colchão”, como diz a moderna expressão consagrada, referente a hábitos da primeira metade deste Século, vindos porém de bem antes.

Outro tesouro que fazia fama na Luziânia dos anos 1960 é o de que nos dá notícia o intelectual de primeiríssima extração que foi Joaquim Gilberto:... «*lenda muito repetida de se achar enterrado nas cabeceiras da vertente do córrego Maria Velha, na altura do quilômetro 46 da rodovia Brasília – Belo Horizonte, dois surrões de ouro em pó que constituíam a carga de uma mula que ali morrera quando transportava para a capitania de Minas Gerais os preciosos volumes...*»

Surrões são bolsas de couro capazes de comportar desde 15 até 60 quilos de conteúdo e que os tropeiros antigos colocavam pendendo dos dois lados sobre a garupa das mulas e burros. Tomando pelo máximo de 60 quilos, temos ali 120 mil gramas de ouro, que pela cotação atual do metal (1994) deve representar algo como 1,5 milhão de dólares americanos, nada desprezíveis, embora os dois maiores prédios de escritórios inaugurados em Brasília neste mesmo ano de 1994 tenham custado 20 e 30 milhões de dólares. Não importa muito. Os prédios assim como os automóveis, pelo envelhecimento, só cairão de valor.

Mas o ouro do quilômetro 46 do córrego Maria Velha é eterno e inencontrável: os surrões de ouro enterrados apodreceram há séculos, mas não assim a sua lenda antiga, quiçá firmada em base real, em que se encontram e se fundem hoje em Brasília, as lendas barrocas com o milenarismo imperante do mundo oco da Atlântida, com a colonização remota do Distrito Federal pelos incas, citada por Roselis von Sass e outras lendas, inclusive o sonho de D. Bosco e o milenarismo da Nova Era.

Os mitos, em determinadas circunstâncias, revelam melhor o ser humano na história que suas circunstâncias econômicas e sociais.



Capítulo XIII

ESTRADAS E LUGARES DO DISTRITO FEDERAL NOS ANOS 1700

Como que prenunciando o futuro, entroncavam-se no Distrito Federal, há dois séculos e meio, duas das mais importantes estradas da história da colonização brasileira, autênticas vigas mestras soldando por dentro a união do país, e curiosamente ligando Brasília às capitais que a antecederam: Salvador da Bahia e Rio de Janeiro.

A estrada de Salvador vinha pelo sertão baiano e dava ao viajante do Século XVIII a escolha de atravessar o rio São Francisco ou em Carinhanha-BA ou por São Romão-MG. No primeiro caso entrava no Planalto pelo registro de Santa Maria, no segundo, pela Lagoa Feia, unindo-se ambas em Formosa. Dali prosseguia para a contagem de São João, Meia Ponte, Vila Boa de Goiás, Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira Capital do Mato Grosso, aos pés do rio Guaporé, divisando a fronteira boliviana, a mais ocidental povoação portuguesa a confrontar os domínios de Espanha no Século XVIII.

Estendia-se por cerca de 2,8 mil quilômetros e, enquanto jorrou ouro em Goiás e Mato Grosso, constitui-se na principal estrada mercantil do país por léguas transpostas.

Já a estrada do Rio de Janeiro para São Luís e Belém do Pará atravessava Minas Gerais por Juiz de Fora, São João d'El Rey, Formiga, Bambuí, Patrocínio, Coromandel, Paracatu e Unai, dando entrada na capitania de Goiás pelo registro de Arrendidos, dirigindo-se a Luziânia. Não tem nada a ver este trajeto com o atual – por Belo Horizonte, que nem sonhava existir – e que no entanto, à semelhança de Brasília, ao nascer já tinha ao lado uma Contagem, hoje, por excelência, seu bairro industrial.

Em Luziânia a Estrada Real do Rio de Janeiro podia despejar diretamente para Oeste, para Pirenópolis, onde encontrava outra estrada importante pelo pioneirismo: a que ligava São Paulo às minas de Goiás.

Se o viajante porém quisesse seguir para o Norte, de Luziânia dirigia-se, através do Plano Piloto de Brasília, para a contagem de São João e depois para Planaltina, onde, tomando o Norte, seguia aproximadamente a atual estrada para Alto Paraíso, Cavalcante, Arraias, a outrora opulenta Natividade e Dianópolis, internando-se dali no Piauí por Corrente, e no Maranhão por Pastos Bons, atingindo Belém do Pará pela região bragantina.

Mais extenso do que o parágrafo, esse *simile* da futura Belém – Brasília media seus bons 3,5 mil quilômetros desde o Rio de Janeiro.

Dois viajantes ilustres do Século XVIII – dois governadores da capitania de Goiás – viajaram por essas duas estradas, registrando em seus diários de viagem, especialmente no que se refere ao Planalto Central, informações que nos são hoje de extrema valia.

Diário de D. José de Almeida

O mais antigo relato de viagem pela região de que temos conhecimento é o do quarto Capitão-General da Capitania de Goiás, o muito ilustrado e pombalino D. José de Almeida e Vasconcelos de Soveral e Carvalho, comendador da Ordem de Cristo, Senhor da Vila da Lapa, décimo terceiro donatário de Mossamedes, nono donatário do Couto do Vieiro e do Reguengo da Lagoa...¹

1 Conforme o "Diário da Segunda Marcha" (1773) do governador Vasconcelos, assim se resume sua passagem pelo Planalto:
...<< No dias 15 de setembro marchou 4 léguas e pousou na Bandeirinha. No dia 16 marchou 3 léguas e tomou quartel no Arraial de Couros.

Era rico, fidalgo (filho de algo) mas não era nobre no sentido de titulação até que a política do Marquês de Pombal em enobrecer a burguesia, lhe rendesse, poucos anos passados, os títulos de Barão de Mossâmedes e Visconde da Lapa.

José de Almeida Vasconcelos foi o mais amado dos governadores coloniais de Goiás, no entender de Americano do Brasil.

Andou por quase toda a Capitania, valorizou a administração dos *julgados*, antigos núcleos municipais onde os poderes executivo, judiciário e legislativo unificados eram exercidos por um Conselho.

Escreveu-lhe o Diário das Jornadas pela região o seu ajudante de ordens, Tomás de Souza, que era competente geógrafo, autor de um excelente “Mapa dos Julgados”, executado em 1778.

Esteve D. José no Planalto Central duas vezes:² a primeira ao ingressar em seu novo governo (1772), vindo do Rio de Janeiro pelo caminho de Minas, atingindo a Capitania pelo registro de Arrendidos, entre os rios Preto e São Marcos. Joffre Mozart Parada, grande estudioso da região explica-nos o significado da palavra *arrendidos*: “as cabeceiras desses dois cursos (o São Marcos platino e o Arrendidos, afluente do Preto) são tão misturadas que, em enchentes mais bruscas, as águas do afluente denominado Capão Comprido, normalmente tributário esquerdo do ribeirão Arrendidos, costuma desviar-se, buscando o rio São Marcos, isto é, *arrendendo-se*”...³

De Arrendidos a viagem do general leva-o à Contagem de São Bartolomeu, a oeste, buscando Luziânia.

De Luziânia para Pirenópolis, D. José de Almeida e comitiva inflectiram a oeste por sobre as lavras famosas do rio Palmital, ainda em exploração, buscando depois o rio da Ponte Alta no ângulo sudoeste do Distrito Federal e dali atingindo o povoadozinho de Santo Antônio dos Montes Claros, atual Santo Antônio do Descoberto, mostrando nos terrenos anexos as cicatrizes abertas da mineração. Dali, buscando Pirenópolis a oeste, seguia-se a passagem por Furriel-Mor, rio dos Macacos, rio Areias, Ponte Alta, sítio do Chaveiro, rio Corumbá e ribeirão Chaveiro até às portas da velha Meia Ponte. Percurso, hoje muito alterado, seguia o sentido geral da atual rodovia que liga Campo Limpo (Fraternidade Eclética) a Corumbá de Goiás, estrada pioneira que também assistiu aos primórdios da construção de Brasília, antes que se construísse a atual rodovia Brasília – Anápolis – Goiânia.

Enfim, a Estrada Real (real pois legalizada, por dispor de postos fiscais para arrecadação dos impostos reais) pela qual chegou a Goiás em 1772 o governador José de Almeida é a celebrada “Picada de Goiás”, aberta desde 1736 pela bandeira de Matias Barbosa – por antonomásia, coronel Cabeça-de-Ferro – guiado pelo nosso Urbano do Couto Menezes. Já o trecho Paracatu – Luziânia deveu-se ao diligente fundador e descobridor de Santa Luzia, o paulista Antônio Bueno de Azevedo, cujo pai, capitão-mor Francisco Correia Lima, teria também estado em companhia do coronel Cabeça-de-Ferro na abertura da “Picada de Goiás”, para estabelecer as

«Os juízes deste julgado se descuidaram de assistir à entrada de S. Excia neste arraial, de forma que não houve recebimento algum. Foi S. Excia à igreja, ouviu missa de seu capelão e se recolheu à casa de sua aposentadoria.

«Marcha de S. Excia do julgado de Couros para o de Santa Luzia:

«Na manhã do dia 18 de setembro saiu S. Excia do Arraial de Couros e tendo marchado 4 léguas tomou quartel no Sítio Novo.

«No dia 19 marchou 4 léguas e pousou no Ribeirão Mestre das Armas.

«No dia 20 marchou 4 léguas e meia e se aquartelou no registro de São João das Três Barras. Neste Registro achou a S. Excia cartas de muitas partes que ali o esperavam desde quando S. Excia se enranhou no sertão incomunicável. Falhou o dia 21. Expediu um próprio para Vila Boa e deu algumas providências de que carecia o dito registro.

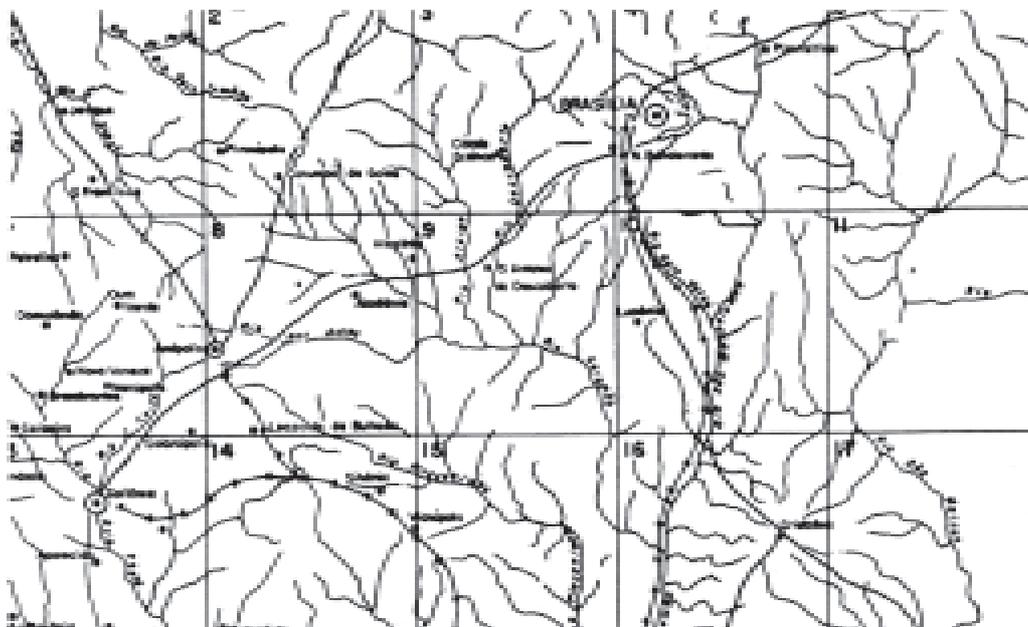
«No dia 22 marchou S. Excia 5 léguas e meia e pousou no Ribeirão do Gama.

«No dia 23 pousou na fazenda do tenente Manoel Ribeiro e marchou 3 léguas.»

2 *In Collecção de Notícias da Capitania de Goyaz vindas a Mãos de Particulares, assim por Diários e Cartas, como por Cópia de Papéis de Ofício, e Deduzidas por sua Ordem, que tem princípio em Mayo de 1772* - 174 páginas Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - códice 7.4.70

3 Conforme citação da interessante e pioneira publicação da Codeplan, *Diagnóstico do Espaço Natural do Distrito Federal*, p. 46-47, Brasília, Codeplan, 1976.

novas minas de Paracatu. Antônio Bueno deve ter providenciado a estrada do nascente arraial para Arrendidos no ano de 1747. E entremeio Santa Luzia e Arrendidos, plantou roça ele próprio na sua fazenda do Riacho Frio, de que uma metade pertence hoje ao Distrito Federal. Pela banda do Oeste, parece que a picada abriu-se por iniciativa do povo de Pirenópolis, interessado em participar do inesperado e extemporâneo eldorado das Minas de Santa Luzia. O ano deve ter sido também o de 1747.



78. Brasília e regiões conexas. Mapa da Codeplan.

As informações acima constam da notável **História de Santa Luzia** de Joseph de Mello Álvares⁴, cuja pioneira versão manuscrita parece ser de 1886. Resta aí uma questão em aberto: entre 1736, abertura da “Picada de Goiás”, e a fundação de Luziânia, em 1746, vão longos 10 anos. Por onde seguia nesse período a “Picada de Goiás”? Por Arrendidos, atravessando o leste do Distrito Federal até Contagem de São João? Pela Lagoa Feia de Formosa?

Segunda Estada de Almeida

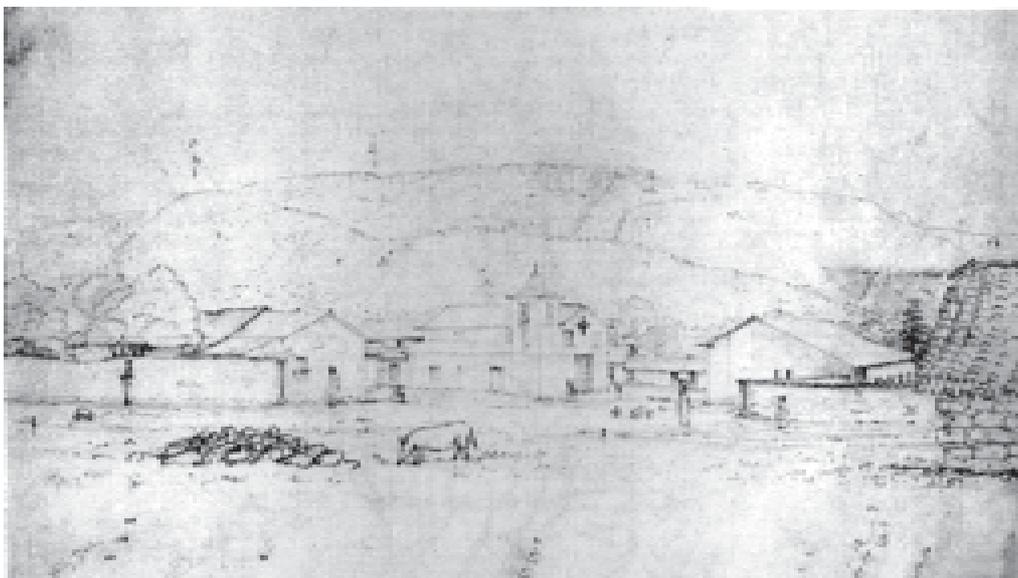
No seguinte ano de sua investida ao generalato de Goiás, o governador D. José de Almeida Vasconcelos pisava de novo o Distrito Federal, depois de estafante volta pelo setentrião goiano e pelo centro do atual estado de Tocantins, sempre viajando à noite, que tal era o seu estranho costume, conquanto não desprovido de bom senso face aos dias abrasadores do sertão.

A última vez que um governador percorrera a Capitania tinha sido em 1760, 13 anos passados. Agora, já em 1773, fazendo-se iminente para todo lado a extinção aurífera, D. José de Almeida foi recebido nos arraiais condenados à decadência com o ânimo gentil com que as últimas esperanças lançam pontes por sobre os abismos das derradeiras misérias.

Fizeram-lhe festas e cantaram-lhe óperas italianas até nas mais obscuras bocas do sertão. O governador, comovido, fez lançar ao Tocantins duas canoas com soldados, cuja manutenção pagou de seu próprio bolso, como se fosse outra ponte lançada, desde a desesperança aurífera das minas de Goiás até a esperança mercantil do porto de Santa Maria do Belém do Grão Pará, atual Belém do Pará – fundando todo um roteiro de expectativas que ocupará, nesse mister, com poucos resultados – a ação dos governos goianos durante o Século XIX.

⁴ Joseph de Mello Álvares, **História de Santa Luzia** - Luziânia, p. 11-12 - 2ª edição organizada por Dilermando Meireles e Antônio Pimentel, Brasília, 1979.

Os soldados, embarcados por Almeida pelo Tocantins abaixo, perderam uma canoa e, prosseguindo a derrota, viram-se perseguidos por 300 índios embarcados. A perseguição teria durado 3 dias, ao cabo dos quais, num estreito do Tocantins, os soldados portugueses conseguiram alvejar o cacique índio, cessando a perseguição, como a tudo relatou o ajudante de governo, Tomás de Souza, escrivão dos feitos do governador José de Almeida, no já citado manuscrito.



79. Natividade em 1828. Desenho de W. J. Burchell

Ao Planalto chegou o governador Almeida vindo do extremo Norte. De Pontal (próximo a Porto Nacional-To), de onde fez descer as tais canoas, rumou para Natividade (também em Tocantins) e dali infletiu rumo ao Sul. Vai ao arraial de São Domingos, hoje tão afamado por suas gigantescas grutas.

Desce mais, até o antigo Morro do Chapéu, atual Monte Alegre – onde viu em construção um grande bica, levantado por uma sociedade de mineradores, para conduzir águas para lavagem dos cascalhos auríferos. Chega a Cavalcante. Apazigua ali os sócios da Pedreira, grande e inesgotável mina de ouro, rica e problemática, que até há alguns anos pertenceu a uma casa de loterias de Brasília. De Cavalcante foi a São Félix, arraial hoje extinto, que teve uma fundição de ouro posteriormente transferida para Cavalcante. Do extinto São Félix, tangenciando as magníficas altitudes de Alto Paraíso na Chapada dos Veadeiros, o capitão general veio direto sobre São João D'Aliança, antiga Capitinga, e sobre Cocal do Andrade, nas proximidades da cidadezinha de São Gabriel de Goiás.

Em 16 de setembro de 1773, “tomou quartel” em Couros, atual Formosa, onde ocorrerá atribulada pendenga de modos e costumes díspares.

Os Incidentes de Formosa

O arraial de Couros do passado colonial e a vila de Formosa da Imperatriz dos tempos do Império são os alicerces históricos da pujante cidade goiana de Formosa.

Em eminente ponto estratégico de ruptura entre o Vão do Paranã e as chapadas do Distrito Federal e as de Veadeiros, Couros, cuja denominação lembra seu lúgubre comércio de peles de animais, assistiu, no dia 15 de setembro de 1773, à chegada de D. José de Almeida num clima de pouquíssima pompa, como confessa o cronista Tomás de Souza. «... os juízes deste julgado se descuidaram de assistir à entrada de S. Ex^a neste arraial, de forma que não ouve recebimento algum. Foi S. Ex^a à igreja, ouviu missa de seu capelão e se recolheu à casa de sua aposentadoria.»



80. O notável polígrafo e historiador Antônio Americano do Brasil (1892 - 1932), quando jovem.

Para José de Almeida, que fazia concorridas e solenes sessões de beija-mão em Vila Boa, a displicência dos formosenses deve ter parecido uma afronta. Continua Tomás de Souza: ... «*O Dr. ouvidor, quando chegou deste arraial em Correição no mês de novembro, conheceu daquela parecida desatenção ao lugar de S. Ex^a, inabilitou os juízes de Couros para servirem mais cargos da República e os fez transportar a Vila Boa como presos por desatentos. S. Ex^a os mandou repreender publicamente pelo Ajudante de ordens... Eles se desculparam muito, humildemente, do que atendeu S. Ex^a em sua suma bondade, e os fez novamente habilitar para os lugares e cargos que tinham servido, e lhes falou advertindo-os de suas ignorâncias com muita brandura e amor*... E arremata o sabujo cronista do general: “Esta ação de bondade de S. Ex^a deu nesta Capitania um grande brado e fez capacitar este povo muito mais nas virtudes de S. Ex^a 5...» Era o estrelismo exacerbado da autoridade, derivado do clima vigente de

5 in op. cit. Collecção de Notícias..

absolutismo monárquico: o governador, afinal, era o representante d’El Rei nos ocios do sertão. E o Rei era um déspota esclarecido, capaz do perdão. E, bem assim, o governador.

O incidente de Formosa talvez tenha contribuído para a destituição da jurisdição de Couros do rico Vale do Paranã, anexado ao julgado de Cavalcante. Teve o julgado de Couros a duração das rosas do poeta, no dizer desse notável polígrafo que foi Antônio Americano do Brasil, sobrinho de Henrique Silva e autor do projeto de lei que fez erigir próximo a Planaltina, no morro do Catingueiro ou do Centenário, a Pedra Fundamental de Brasília, em 1922, numa região de majestática beleza, que teria feito de Brasília a mais linda Capital do Planeta.

Couros, erigido em julgado em 1772, foi destituído desta autonomia municipal no ano seguinte ao incidente com D. José de Almeida (1744). Se não por ação direta, pelo menos com sua aquiescência.

Por mais outro meio século Couros foi um simples distrito de Santa Luzia, só voltando a erigir-se em julgado independente em 1830.⁶

Pesado tributo pago ao absolutismo por pobres e desavisados sertanejos.

No Distrito Federal

D. José de Almeida era um sátrapa ilustrado. Antes de deixar a região de Formosa quis conhecer o aspecto geral da bacia do Paranã ... «*e depois de se configurar aquela admirável concavidade ...*» seguiu até onde havia a encruzilhada da estrada da Bahia por São Romão, a Nordeste, e a estrada para o vale do Urucuia, a Sudeste.

Achou-as tão transitadas que cogitou ali instalar um registro fiscal, idéia que não vingou. Antes de voltar a Couros, onde pernoitara, “descobriu”, no exageradíssimo dizer rapapé do cronista Tomás de Souza, uma das serras que deslizam pelo vão do Paranã abaixo e que talvez não tivesse nome bem definido. Pela altura em que se encontravam, supomos ser a serra do Bisnau que se segue na Serra Geral do Paranã, e que divide o Vão nos dois distritos, do Paranã “de cima”, na latitude de Formosa, e no Paranã “de baixo”, fronteira à divisa de Goiás e Minas Gerais. Caso extraordinário de absoluta inversão das convenções geográficas...

Tomás de Souza, que de fato era bom cartógrafo, não resistiu e deu à Serra do Paranã outra denominação, batizando-a como “*Serra do General*”, tal como está registrado em seu “Mapa dos Julgados”.⁷

Por que tão estranha denominação? Havia algum general presente? D. José de Almeida, único general presente, deve ter-se rejubilado com esta súbita homenagem, sobretudo após a grande “desatenção” dos formosenses no dia anterior. E Tomás de Souza, cronista da viagem, admirador extremado do governador, deve ter-se cumprimentado da boa idéia: de simples soldado – ajudante-de-ordens, em 1773, ia a sargento-mor do corpo de dragões de Vila Boa, em 1778. Nesse dia, 17 de setembro de 1773, considerado de “falha” (de “folga”), viajaram nada menos do que 40 quilômetros a cavalo, o suficiente hoje para esfolar o traseiro de qualquer urbanóide brasileiro, por semanas.

No dia seguinte, D. José de Almeida e séquito já viajam pelo Distrito Federal: 24 quilômetros depois de Formosa vão dormir em Sítio Novo – que apesar de transatos mais de dois séculos, continua a chamar-se Sítio Novo. Neste ponto, a Estrada Real não parece acompanhar o asfalto da Brasília – Formosa. Devia correr mais ao Norte, por sobre a chapada do divisor de águas ou do Pipiripau.

No dia seguinte, continuando viagem, em outros tantos quilômetros, pousarão no Ribeirão do Mestre D’Armas, indiscutivelmente nas proximidades de Planaltina, citado apenas o ribeirão, sem menção a povoações ou a outra obra dos homens.

6 Datas obtidas no excelente **Esboço Histórico de Formosa**, do maior Olympio Jacintho, 1ª edição em 1931, 2ª edição empreendida por José Dilermando Meireles, Brasília, Ed. Independência, 1979.

7 *Op. cit.*

Mais um dia, mais 27 quilômetros e “tomou quartel” no Posto Fiscal de São João das Três Barras, natural Chapada da Contagem, não longe do Posto Colorado. O diário de viagem não cita Sobradinho, que estava na rota e devia existir pelo menos desde 1747. Escreve Tomás de Souza: ...«*Neste Registro achou S. Ex^a cartas de muitas partes que ali o esperavam desde quando S. Exa se entranhou no sertão incomunicável (...) Falhou o dia 21. Expediu um próprio (mensageiro) para Vila Boa e deu algumas providências de que carecia o dito Registro*»...

Eis que o Distrito Federal não era “sertão incomunicável” e, ao contrário, muito transitado nesta época, através de duas das três principais “estradas” da Capitania: a da Bahia pelos Registros de Santa Maria e Lagoa Feia e a de Minas pelo de Arrendidos. A centralidade do Distrito Federal antecede em 200 anos à sua geopolítica.



81. Área da Asa Norte, próxima à Vila Planalto, outrora povoada por densa mata. Foto do autor, 1994.

Pelo Plano Piloto

O registro seguinte do cronista Tomás de Souza é lacônico:... «*No dia 22 (setembro de 1773) marchou S. Exa 5 léguas e pousou no ribeirão do Gama... »*

O governador ia da Contagem de São João com destino a Luziânia, o que na época levava no mínimo dois dias de marcha a cavalo. Trinta e três quilômetros além da Contagem pousou em alguma parte do ribeirão Gama, que é muito extenso, despejando-se desde o chapadão do Gama até verter no Lago Sul, além da Península dos Ministros, passando antes pelo Aeroporto Internacional de Brasília.

Não sabemos as voltas desse caminho em busca de “vaus” para o contorno de ribeirões e pântanos, mas fato é que de Contagem ao ribeirão do Gama temos uma linha reta quase no rumo verdadeiro Norte-Sul, embaixo da qual espraia-se o Plano Piloto de Brasília.

Nesse trajeto havia dois ou três ribeirões de maior porte a atravessar: o Torto, rio geologicamente novo, que justamente por vaziar águas de suas tortuosidades, costuma formar uns pântanos pouco transitáveis, e o ribeirão de Vicente Pires, nome de um cidadão que ali instalou-se em data ignorada e que já havia falecido à época do registro paroquial (1857), e cujo ribeirão tem suas origens no chapadão de Taguatinga. O Vicente Pires tinha extensas matas de galeria, conforme mostra-nos o Relatório Belcher em 1954, indicando terras ribeirinhas de alguma fertilidade. A área mais florestada porém à época, era de um córrego – de que hoje só se conhecem escassos vestígios – que vertia das alturas da 403/404 Norte, buscando os fundos do Campus da UnB, internando o melhor de sua mataria (cerca de 50 hectares) sob as águas do

Lago Norte, na altura do Grupamento de Fuzileiros Navais. Hoje nada subsiste dessa mata e o córrego que arrosava foi escondido em manilhas de que se vêem os bueiros. A construção de Brasília fez-se sem considerações preservacionistas, que só depois vieram, ante à constatação de que a natureza recriada em seus parques com plantas exóticas, tinha escassa sobrevida. E que só prosperam na biosfera de cerrado, espécies do próprio cerrado.

Segundo o professor Olímpio Ferreira, chamou-se outrora a essa chapada em que se assenta a UnB de Chapada do Corisco, brilhante iluminação que, parece, antevia as inteligências que ali se formam.

Outro córrego que o capitão-general deve ter atravessado em 1773 é o do Bananal. Era menos florestado do que o Vicente Pires, mas devia ter uma das melhores e mais palatáveis águas da região. Assim é que ali se instalou, em 1892, o acampamento de investigação da Comissão Cruls, três anos a fio. Há notícias de que até hoje, naquelas imediações são encontrados vidros e latas deixados pelos expedicionários de um século atrás. Chama-se esse ramo do Bananal de córrego do Acampamento, no qual se criou, aproximadamente em seu médio curso, as revigorantes piscinas da “Água Mineral”, onde a população de Brasília esbalda-se em banhos nos fins de semana ensolarados. Projeta-se, depois, o Bananal com ímpeto, chapada abaixo, no Lago Norte, por sob a Ponte do Bragueto.

Já esse nome de Bragueto, rememora uma empresa de construção dos tempos do erguimento de Brasília, que nas imediações tinha seu acampamento, como lembra Ari Cunha em recente artigo.

Enquanto vagamos pela antiga paisagem natural do Plano Piloto, esquecemos, lá atrás, D. José de Almeida, no ano da graça de 1773, acampado ao fim de extenuante dia de cavalgada, em alguma parte do ribeirão do Gama. De lá, no seguinte dia, marchando apenas 3 léguas, foi dormir na fazenda do tenente Manuel Ribeiro, ali pelas alturas da Cidade Ocidental. Um dia mais e atingiu Luziânia, de onde voltou para a Capital Goiás-Velho pela estrada de Pirenópolis, a mesma que tinha percorrido um ano antes, ao chegar para o governo da Capitania.

A Estrada da Bahia e o Governador das Madrugadas

Sem querer abusar do leitor nesta espinhosa matéria histórico-geográfica, há um outro roteiro de viagem muito antigo e inédito, do qual vale a pena transcrever passagens significativas para a história do Distrito Federal.

Trata-se do diário de viagem do 5º governador e capitão-general da Capitania das Minas de Goiás, Luís da Cunha Menezes, sucessor de José de Almeida.

Já vimos que D. José de Almeida, mesmo tendo conhecido a região do Plano Piloto e os altos platôs entre Formosa e Contagem, parece não ter transitado pela estrada que da Contagem ia dar em Pirenópolis, via os altiplanos de Brazlândia e Girassol. Para ir e vir de sua Capital, D. José quase só trafegou pela estrada de Minas, transposta no Arrepellidos e seguida por Luziânia, Santo Antônio do Descoberto, rio Corumbá e Pirenópolis.

Já seu sucessor, o fanfarrão Minésio, só passou pela estrada da Bahia, da qual fez pormenorizada descrição que transcreveremos quando relativa ao Planalto.

Em 2 de setembro de 1778, há mais de 200 anos, deixava a cidade de Cachoeira, na Bahia, a comitiva de D. Luís da Cunha Menezes, vindo de Salvador para empossar-se no governo da Capitania de Goiás.

Fidalgo português da escola tecnocrática do Marquês de Pombal, D. Luís governou Goiás de 1778 a 1783 e deixou de sua permanência grande quantidade de informações geográficas e históricas sobre a então já decadente capitania aurífera, manuscritos que se conservam na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e que pertenciam ao acervo da Imperatriz D. Tereza Cristina, entre eles a “Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783”.⁸

8 O roteiro de Luís da Cunha Menezes bem como os inéditos da **Notícia Geral da Capitania de Goiás** do mesmo governo que foram por nós publicados em 1997, encontram-se na Sessão de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, códice 13.4.10, dos quais temos o microfilme em arquivo.

Findo o seu governo, Luís da Cunha foi nomeado para a Capitania de Minas Gerais, a qual governou até 1788, período em que já se preparava a propaganda libertária que culmina na Inconfidência Mineira. As Cartas Chilenas (provavelmente de autoria de Tomás Antônio Gonzaga, o Dirceu de Marília) salvaram o governante do olvido, vergastando em Menezes o “fanfarrão Minésio” a quem dedicou Gonzaga os seguintes versos:

*Amigo Doroteu, se acaso vires
Na Corte algum Fidalgo pobre e roto
Dize-lhe que procure este governo
Que a não se acreditar que há outra vida
Com fazer quatro mimos aos rendeiros
Há de à Pátria voltar rico e gordo.*

Tão grande ironia talvez não fizesse justiça a D. Luís que, sabidamente antipatizado, pelo menos frente à Capitania de Goiás, mostrou-se um administrador razoável e preocupado em bem documentar-se sobre a Capitania, como se pode constatar no manuscrito em exame, a “Jornada que fez Luís da Cunha Menezes da cidade da Bahia para Vila Boa, Capital de Goiás, onde chegou no dia 15 de outubro de 1778”, depois da meia-noite, o que lhe granjeou o apelido de “governador da madrugada”, não só pelo inoportuno da hora de chegada da autoridade, quanto pelo desaforo de fazer subir ao coro da Matriz de Vila Boa as diversas amantes que nas madrugadas eram introduzidas no palácio do governo.

Conforme a “Jornada”, vinha D. Luís pela estrada salineira da Bahia, atravessando o sertão do rio das Contas até a vila de Carinhanha, na sua confluência com o São Francisco. Aqui, inflete a Sudoeste, atravessando os distritos do atual município de Formoso de Minas, entrando em Goiás pelo antigo registro de Santa Maria.

A comitiva, sempre rumando a Sudoeste, atravessa vários tributários da bacia do rio Paranã, como o Macacos, o Paraim, o Crixás e o próprio Paranã, cujo vale se encontrava então todo ocupado por fazendas de gado de «1.600 a 2.000 bezeros», segundo o roteiro. No dia 9 de outubro, estacionava num lugar conhecido como Bandeirinha, que com esse mesmo nome situa-se a poucos quilômetros a Noroeste de Formosa.

Estava aqui prestes a mergulhar Distrito Federal adentro, como se segue:

Da Bandeirinha a Contagem de São João das Três Barras: (10. 10) “11 legoas a saber ao Citio Novo 2 – ao Pipiripao 1 – ao Mestre d’Armas 2 e ao Próximo Corgo 1 – ao Sobradinho 2 – e 2 a São João das Três Barras, citio tão frio que no mez de junho que hé a maior forma de inverno chega a cahir neve, tem muito boas frutas principalmente de coquinhos (?), um nascimento de agoa excelente, as fazendas a maior parte delas são Rossas e Engenhos de Certão. “

De São João das Três Barras à Vendinha: (11.10) “9 legoas a saber ao Couro 21 ao Rudiador 4 e 3 a Vendinha, agoa de fonte excelente e ar muito temperado, bons campos por tableiros cobertos, chapadas por entre fazendas e rossas. “

Por onde vinha o novo governador de Goiás? É o que tentaremos interpretar agora.

A duas léguas (vale dizer doze quilômetros) de Bandeirinha, já dentro do Distrito Federal, a comitiva passa pelo Sítio Novo no extremo Nordeste do Quadrilátero, onde existe a fazenda com esse nome. Nove quilômetros adiante, cruza o ribeirão Pipiripau, já com a mesma denominação que tem hoje.

Uma dificuldade com o roteiro de Luís da Cunha é saber quando se refere a um lugar específico, como parece ser o caso de Sítio Novo, ou a um acidente geográfico, como no caso do ribeirão Pipiripau, quando se refere ao curso d’água que também leva esse nome.

É a dúvida que nos assalta 12 quilômetros adiante quando registra um lacônico “Mestre d’Armas – 2 legoas”, indubitavelmente nas cercanias de Planaltina, sem que se possa precisar

se referente a uma fazenda ou à Lagoa Mestre d'Armas. Fora de dúvida porém é que, com essa indicação, pode-se recuar o nome antigo de Planaltina para mais de dois séculos.

De Mestre d'Armas no rumo Oeste, D. Luís registra dali a 1 légua um “*próximo corgo*”, talvez o ribeirão Mestre d'Armas já mais próximo às suas cabeceiras. Desse ponto “*ao Sobradinho, 2 legoas*” e ei-nos no atual sítio da cidade satélite de Sobradinho, já com esse nome pelo menos desde 1774, como antes vimos.

Além de Sobradinho, 15 quilômetros depois, a comitiva estacionava na Contagem (posto fiscal interno) de São João das Três Barras, cuja localização exata é um dos mistérios históricos do Distrito Federal, mas cuja memória conservou o nome da Chapada da Contagem, lindíssima paragem, uma das mais altas do Quadrilátero, entre Sobradinho e Brazlândia.

Sobre São João das Três Barras, comenta Luís da Cunha em sua “Jornada”: “*citio tão frio que no mez de junho que hé a maior forma do inverno chega a cahir neve.*”

Estava exagerando um pouco o novel governador de Goiás com essa neve caindo na Chapada da Contagem? Mais provavelmente uma geada forte? Ou o clima teria se alterado nesses dois séculos? Outra indicação importante é a validade da região para o cultivo de roças e para engenhos de cana e de farinhas.

D. Luís da Cunha Menezes e sua comitiva dormiram em São João das Três Barras, depois dessa viagem de 11 léguas (66 quilômetros), atravessando toda a porção norte do Distrito Federal, uma autêntica galopada. No dia seguinte retomaram a viagem para Oeste, cujo destino, 9 léguas depois de São João, era certa localidade dita Vendinha, situado o córrego desse nome na atual Brazlândia. Antes de ali chegar passaram, rumo Oeste, 12 quilômetros além de São João, por um lugar chamado Couro e, 24 quilômetros depois, chegavam às cabeceiras do Rodeador, que já deita águas para Oeste, para o rio Descoberto. A atual estrada DF-01 – quase que numa homenagem à primeira estrada que atravessou o Planalto, que era esta “*Picada da Bahia*” em que vinha Luís Cunha – segue com bastante fidelidade a estrada setecentista até uns dez quilômetros antes de chegar a Brazlândia, onde a modernidade implantou outras estradas. A cidade de Brazlândia é deste Século, mas seu sítio era pouso de tropas desde o Século XVIII.

Dali rumaram os viajantes para Pirenópolis pela antiga estrada de Brazlândia para Girassol, seguindo a Sudoeste, atravessando o rio Corumbá, chegando então a Pirenópolis.

As Pontes de Santa Luzia

Como que para iluminar os pontos obscuros dos roteiros de viagem que viemos de examinar, há no documento importantíssimo da “Relação das couzas mais notáveis e notícia formal destas Minas do julgado de Santa Luzia”, de 1783, um parágrafo que merece ser reproduzido:

...«Tem o mesmo julgado, nas Estradas principais que saem do dito Arraial de Santa Luzia para os mais confinantes, quarenta e duas pontes, a saber: do dito Arraial para o de Meyaponte dez, do mesmo Arraial para o dos Couros pela Estrada da Contagem de São João, nove. Saindo pela Estrada da Contagem de São Bartolomeu para o sertão, nove, saindo pela Estrada que vai para o julgado de Santa Cruz, duas; pela Estrada de São Marcos que vai para Paracatu e outras mais particulares, fora das mencionadas Estradas, dez...»

Quarenta e duas pontes são pontes em quantidade, mesmo para o período colonial, todo montado a cavalo, com itinerários flexíveis e desassenhoreados, nem sempre imprescindíveis. O mais provável para justificá-las seria a existência de transportes em carro de boi e ainda mais – através de estradas construídas às custas do erário do julgado – a implantação de “estradas oficiais” que propiciassem segurança ao viajor e sossego à fiscalização das receitas alfandegárias. Eram caminhos mais ou menos fechados, de circulação quase obrigatória, geralmente procurando os trajetos desimpedidos do alto das chapadas – contornando os barreiros úmidos, muitas vezes paludosos, das cabeceiras dos córregos – fugindo aos capões de mato, enfim proporcionando comodidades que permitiam ao governador José de Almeida, em



82. Ponte em ruínas no noroeste do Distrito Federal. Foto de Rui Faquini, 1994.

1773, e ao brigadeiro Cunha Mattos, em 1823, a extravagância de viajarem à noite. Ao tempo de José de Almeida, com o ouro ainda jorrando, havia pontes pelos caminhos. Ao tempo de Cunha Mattos, havia lembranças de pontes: no candango ribeirão da Ponte Alta não havia mais ponte alguma e bem assim em outras passagens, ou bem caídas de velhice, ou carregadas pelas inundações ou ainda, como observa um viajante do Século XIX, devoradas pelo fogo que consumia os cerrados nos meses de seca e que nelas se alastrava.

Eram essas pontes as estritamente necessárias na ultrapassagem de uma para outra chapada seca, por onde corriam a maior parte dos caminhos, com grande aumento no trajeto final. Para ir-se da contagem de São João até a Vendinha de Brazlândia, D. Luís da Cunha viajou 54 quilômetros. Se fosse em linha reta, atravessando o atual Parque Nacional de Brasília, nas regiões alagadiças do ribeirão do Torto e seu complexo hidrográfico de Três Barras sucedentes – uma das quais mereceu a denominação de córrego Três Barras – não passaria de 35 quilômetros, ou seja cerca de 40 por cento a menos. Esse prolongamento do trajeto deve-se à comodidade e salubridade do caminho. Dessas três barras, deve vir o nome completo da contagem de São João das Três Barras.

Era porém um caso extremo de desvio: o normal que observamos por outros exemplos é da ordem de 20, ou mesmo 30 por cento de alongamento do percurso através dessas estradas naturais que são as chapadas; e assim, também sobre elas estabeleceram-se muitas das modernas rodovias federais e estaduais que raramente se desviam mais do que mil metros da estrada pioneira dos bandeirantes. A lógica intuitiva dos antigos fundamentou a lógica cartesiano-histórica dos engenheiros construtores do Século XX. Disseram-nos que o engenheiro-mor das estradas da Novacap ao tempo da construção de Brasília, o goiano Dr. Jofre Mozart Parada, ordenava aos condutores dos novos possantes tratores a seguirem as estradas antigas, pois corriam, justificava ele, sobre terrenos sólidos, de geologia definida, já provados por milhares de viajantes em séculos anteriores. Sábia atitude.

Se isto for verossímil, uma grande parte das estradas internas do Distrito Federal transcorre sobre o leito de picadas com dois séculos de existência, o que é constatável em muitos trechos. Não é possível generalizar, visto que a instauração do Plano Piloto e das cidades-satélites criou exigências rodoviárias novas, inexistentes na geografia antiga.

A Estrada da Contagem

Tergiversamos todavia. De acordo com o documento noticioso de Santa Luzia em 1783, enquanto todas as estradas ali citadas e percorridas pelos viajantes do Século XVIII e os do Século XIX são aproximadamente reconhecíveis no todo ou em parte, na atual geografia, não se pode dizer o mesmo sobre a estrada colonial ligando Santa Luzia, «*do mesmo Arraial para o dos Couros pela Estrada da Contagem de São João com nove pontes*», e que devia passar pelo Plano Piloto de Brasília. Era um trajeto eminentemente oficial e fiscal para conhecimento do tráfego de pessoas e mercadorias pela contagem de São João, representando uma enorme volta para os viajantes que quisessem ir e vir entre Luziânia e Formosa.

Até onde pudemos alcançar, extinguiu-se a contagem de São João em 1823, nem tanto pela incompatibilidade da lógica arrecadadora da colônia com a do país independente, porém pela queda irrefreável do movimento mercantil e muitíssimo pelo fato político de as contagens serem mais odiadas do que os registros, pois tributavam os gêneros e os povos de suas imediações, enquanto os registros quase só tratavam do comércio de longo curso, entre capitanias, e depois entre províncias.



83. Ponte sobre o rio Areias, na Estrada Real para Pirenópolis, fins do Século XIX.
Foto da Comissão Cruls, 1892.

Entre os cinco registros e contagens coloniais apenas dois sobreviverão à Independência: as “recebedorias imperiais” de Lagoa Feia e Arrendidos. Próximo a Arrendidos ainda existe um posto fiscal da fronteira goiano-mineira e a bem dizer em cada município brasileiro existe uma instalação fiscal dando conta das produções agropecuárias em trânsito, ressurreição das velhas contagens coloniais.

Extinta a contagem de São João, o trânsito entre Luziânia e Formosa passou a efetuar-se mais diretamente por uma nova estrada que as ligava, via Planaltina, percorrida esta pela Comissão Cruls, em 1892.

E a velha Estrada Real de Santa Luzia para a contagem de São João foi deixada ao abandono ou até mesmo desapareceu por mais de século, e hoje dela só podemos fazer uma reconstituição hipotética, compreendendo alguns trechos isolados: Posto Colorado, SQN 316, Estado Maior do Exército, Memorial JK, Parque da Cidade, Cemitério, 716 Sul, estrada do

Aeroporto e estrada para o Gama e Luziânia, para nos atermos apenas aos pontos mais conhecidos que provavelmente tangenciava.

A critério das nove pontes citadas no documento de 1783, sabemos pelo roteiro de Luís da Cunha que, pedindo ponte entre Formosa e a Contagem – via a antiga estrada da chapada do Visconde do Porto Seguro -, havia o Pipiripau, o atual rio Monteiro, o ribeirão Mestre d'Armas e finalmente o ribeirão Sobradinho, até chegar à Contagem. Até aqui vão quatro das nove pontes citadas. As que se atravessavam entre a Contagem e Santa Luzia deviam ser as do Torto, do Bananal (esta não longe da ponte do Bragueto), do Vicente Pires, na estrada do aeroporto e outra no rio Vermelho, já às portas de Luziânia.

Faltou uma ponte, que deve ser a metafórica, ligando os tempos esgarçados entre a velha contagem de São João e a retilínea Brasília, que a poesia de Nicolas von Behr exprime às maravilhas:

*Me lembrei quando vi
Brasília lá de cima
ali de quem vem
de Sobradinho
depois do Colorado,
na descida.
Foi perto
de onde hoje
é a Catedral
que perdi a Esperança.*

*Vaca parideira
pé duro,
boa de leite.
Caiu numa grota funda.*



Capítulo XIV

SESMARIAS POVOADORAS DO PLANALTO

Até 1777, com o Tratado de Santo Idelfonso, que ratificava o de Madri (1750), metade do Planalto Central era legalmente espanhola, outra metade portuguesa. O Tratado de Tordesilhas (1494) sempre fora uma ficção histórico-geográfica cômoda para os dois reinos, objeto porém de circunstanciais tensões.

Por duas ou três vezes no decorrer do Século XVIII, a capitania de Goiás teve que acorrer com tropas à fronteira de Mato Grosso, ameaçada de invasão pelos espanhóis. Em 1760, tão-só de Santa Luzia, dez homens foram enviados para engrossar o rarefeito exército português da área.

O contributo da capitania goiana para a manutenção da fronteira mato-grossense foi pesado. Entre 1758 e 1803, contribuía, por ordem real, com uma média de dez quilos de ouro, anualmente, para com o erário de Mato Grosso, soma que privava a administração goiana de uma série de realizações governamentais.¹

Uma dádiva: metade do estado de Tocantins e 60 por cento do de Goiás estão dentro de territórios que, até Santo Idelfonso, eram reivindicados pela Espanha como seus, apesar do *uti possidetis* português do Mato Grosso – a partir de 1719, com a descoberta do ouro de Cuiabá – e de Goiás – a partir de 1726, com a fundação de Vila Boa.

As Insustentáveis Fronteiras de Tordesilhas

Pelo meridiano de 48°35'25" da linha de Tordesilhas, ficam o Distrito Federal e boa parte do Planalto para o Reino de Portugal, mas com a fronteira próxima, dividindo em dois o município de Cocalzinho de Goiás. Em linha reta, do Congresso Nacional, em Brasília, até a fronteira “espanhola”, não vão mais do que 72 quilômetros e 800 metros, a Oeste, como nos mostram, com precisão, os mapas do Serviço



84. Comendador Francisco José da Silva comandante-geral da Comarca dos rios Corumbá e Maranhão. Cerca de 1875.

1 Gilka Vasconcellos Ferreira de Salles, **Economia e Escravidão em Goiás Colonial**, p. 220, Goiânia, Ed. UFG, 1983.

Cartográfico do Exército. Na rodovia federal Brasília – Goiânia, o meridiano das Tordesilhas situa-se por sobre a grande ponte do rio Corumbá. Ao Sul e ao Norte, divide ao meio as cidades goianas de Pires do Rio e Niquelândia. Nos extremos do país, ameaça os subúrbios de Belém do Pará e de Florianópolis.

Se tudo fora resolvido em 1777, em consonância com as frágeis posses portuguesas a Oeste e com enormes e pacíficos ganhos aos espanhóis na bacia amazônica, consta-se, não obstante, entre as razões alucinadas do Paraguai, ao invadir o Mato Grosso em 1864, a argüição de parte lesada, apesar do tratado velho de quase um século. A Guerra do Paraguai, na tradição oral de Goiás é conhecida como “Guerra do Lopes”, uma forma de subtrair aos paraguaios a culpa pelos horrores da guerra para imputá-los ao ditador napoleônico Francisco Solano Lopes, responsável pela não-rendição oportuna e pelo massacre de um milhão de paraguaios. O Batalhão de Voluntários Goianos – nem tão “voluntários” assim – foi dos primeiros a seguir para Mato Grosso, morrendo quase todo na malfadada Retirada da Laguna.

Há em Goiás uma lenda de que o comendador Francisco José da Silva, de Bonfim, cognominado “Rei Pequeno” de Goiás, ferido da morte de seu primogênito na Retirada, teria libertado seu escravo “Chico Diabo”, com a única comissão de liquidar o ditador paraguaio.

Estando os oficiais brasileiros em linha para receber as armas de Solano Lopes, uma turbulenta escolta de ex-escravos comandados por “Chico Diabo” caiu sobre o ditador e sua escolta, cortando a golpes de terçado as gargantas dos últimos e heróicos próceres da inconseqüente aventura paraguaia.

Anos depois, porém, as questões inspiradas por Tordesilhas não cessavam. Em fins do Século XIX, o famoso político e advogado Rui Barbosa, tomou, por procuração, advogar os direitos de madame Linch, viúva de Solano Lopes, a respeito de umas terras – quase a metade do Mato Grosso do Sul – a que teria direito, pois que registradas por seu marido no cartório de Assunción, durante a Guerra. Coisas do direito natural, que os brasileiros comuns não entendiam tão natural assim...

Por conta dessa obscura causa, o famoso civilista Rui Barbosa obteve grande condenação da opinião pública brasileira, não sendo jamais eleito ao cargo sonhado de presidente da República. Foi reabilitado pela imprensa, nos anos 1950, 1960, quando se lhe publicaram excertos da abundantíssima obra oratória, com frases que servissem a um ou outro intento ideológico.

Sesmarias de Mestre d’Armas

Não há quaisquer sinais nas sesmarias do Planalto Central e de Goiás vinculando-as à problemática de Tordesilhas. O contexto de época, todavia, evidenciava o conflito hispânico quando das convocações de soldados entre a população civil. Talvez os nomes de montes Pireneus e região dos Castelhanos, entre Pirenópolis e Cocalzinho, lembrem vagamente os fatos. Segundo o escritor Alexandre Ribondi, então residente em Portugal, quando os portugueses se referem à Europa dizem além-Pireneus, montanhas que separam a Espanha da França, numa curiosa e indébita transposição geográfica que deve vir dos tempos em que Portugal foi espanhol.

Se pudemos distinguir anteriormente – nos anos de 1740 – as sesmarias fundadoras da região, teríamos, passados uns vinte anos, a instalação de suas sesmarias *povoadoras* em muito maior quantidade de requerimentos.

Como as anteriores, nunca foram autenticadas conforme a legislação reinol, mas tiveram seus assentamentos reais: casas, senzalas e fábricas de engenhos solidamente instalados, e que constituíam patrimônios reais, sujeitos a compras e vendas entre particulares.

A quase totalidade das novas sesmarias do Distrito Federal, e do Planalto Central, são dos anos 1760 e 1770: muito poucos são os requerimentos dos anos de 1750 e 1780, por inescrutáveis razões.

Com exceção do caso da sesmaria de Manoel de Barros Lima de 1741 (todas as sesmarias aqui

citadas vão em resumo nas notas ao capítulo)² tomando, ao norte do Distrito Federal, as duas margens do rio Maranhão, não se tem notícia de outros requerimentos nessa área. Parece ser isso um indicativo de que a velha fazenda realmente implantara-se, subdividindo-se, ao longo do tempo ou por herança e vendas, em parcelas menores. A exceção fica por conta da “nova” sesmaria de Manoel Joaquim Pereira e Castro Souto Mayor, de 1768, possivelmente proprietário absenteísta, ocupando a quina de nordeste – atual fazenda Bom Sucesso – de uma das duas sesmarias de Barros de Lima.

A mesma sorte não teve a mega-sesmaria de Estevam Ordonho de Sespeda. O mais provável é que não se tenha implantado ou que tenha simplesmente sido abandonada, retornando ao domínio público. Sobre a sua presumível área, ocupando uma e outra margem do rio São Bartolomeu até às suas nascentes, sobrevirão diversas novas sesmarias.

A oeste de Planaltina, assentou-se Bernadino Joaquim de Souza Canabarro (1777) na chapada do ribeirão Mestre d’Armas. A leste da mesma, deitou Antônio Gomes de Almeida (1772), residente em Vila Boa de Goiás, as suas terras do “pasto do Moquém”. Pelo Sul, citava o próprio Gomes de Almeida como vizinho ao capitão Bento Nicolau de Oliveira, no ribeirão Estanislau, cujo requerimento data de 1769. O capitão Bento Nicolau de Oliveira também residia em Vila Boa, onde, segundo apontamentos existentes nos Museu das Bandeiras,³ arrematou, em 1774, o ofício de tesoureiro da fazenda de defuntos e ausentes da capitania.

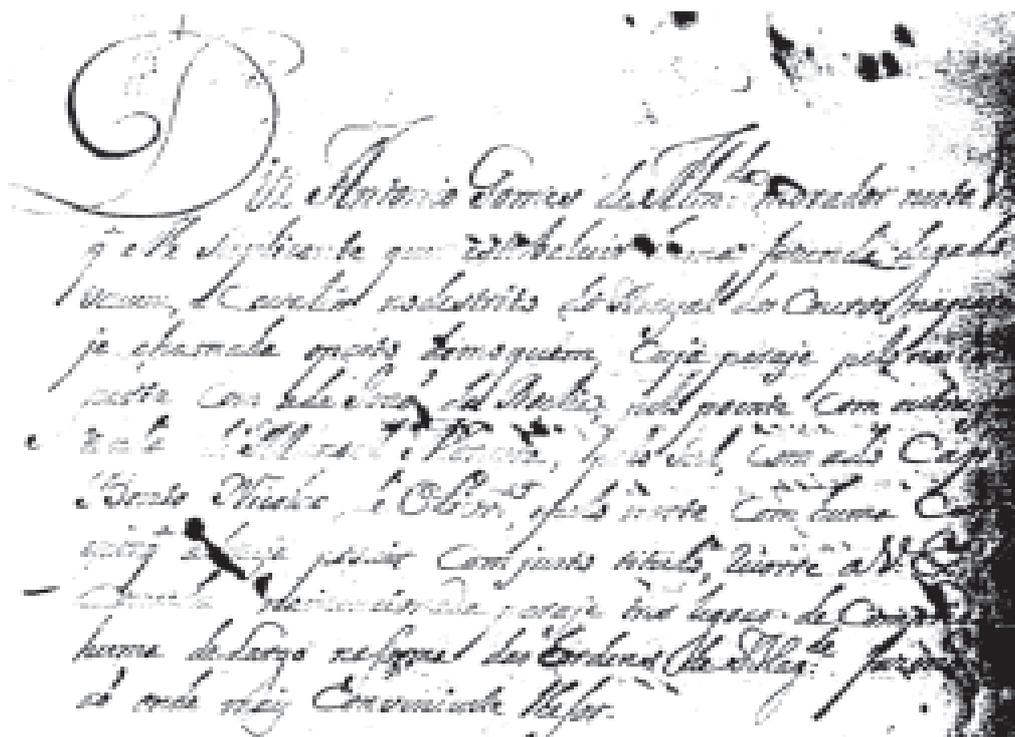
De Canabarro e de Souto Maior, acima citados, não conhecemos as procedências, mas não são nomes familiares à história do Planalto, razão que nos leva a supô-los de Vila Boa, a exemplo do capitão Bento Nicolau de Oliveira e de Antônio Gomes de Almeida. A família Gomes de Almeida é antiquíssima na cidade de Goiás, onde um Gomes de Almeida introduziu, no limiar deste Século, o cinematógrafo, como nos informou Bernardo Élis.

Não sabemos se esses vilaboenses, aproveitando-se das informações chegadas à Capital, formaram um consórcio por sobre as terras planaltinas, ou se requereram sesmarias depois abandonadas ou mesmo se instalaram-se em seus tratos de terra ...

Fato é que essas propriedades de vilaboenses aparecem em meados do Século XIX, e mesmo antes, como propriedade de duas famílias também com raízes na cidade de Goiás: Carlos de Alarcão e Gomes Rabello.

-
- 2 Extrato de sesmarias da área de Planaltina e norte do Distrito Federal:
- 1768 - **Manoel Joaquim Pereira e Castro Souto Mayor** - pé de serra chamada do Bom Sucesso, onde é possuidor - Distrito de Couros. No norte, confina com a fazenda do Bom Sucesso, que possui Joaquim Pereira de Castro - Sul com o Ribeirão da Alagoa Formosa - Nascente com a fazenda Santa Rita - Poente com o Ribeirão da Bezerra.. 3 Lg. x 1 Lg. (PG LV 3 nº 103) (AHEG - Sesmarias).
Esta sesmaria situa-se na área de Brasílinha e do Roteiro do Urbano. Ribeirão da Alagoa Formosa é o do Maranhão. Ribeirão do Bezerra não tem mais essa denominação, talvez sendo o atual ribeirão Tigre. Parte da atual fazenda Bom Sucesso situa-se dentro do Distrito Federal, onde tem terras o homem de letras e empresário Marco Aurélio Pereira. No registro paroquial de 1858 pertencia aos Gomes Rabello.
- 1772 - **Antônio Gomes de Almeida** - morador nesta Vila (Boa) quer estabelecer-se no Distrito de Couros na paragem "o pasto do Moquém". Nascente : João da Rocha. poente: fazenda de Manoel Moreira. Sul: fazenda do capitão Bento Nicolau de Oliveira. Norte: com "huma certã". 3 Lg x 1 Lg. (I-52 nº. 406) (AHEG - Sesmarias).
Situaamos essa área pela menção dos confrontantes: João da Rocha Couto era sesmeiro no ribeirão Santa Rita; o capitão Bento Nicolau, nas cabeceiras do rio Jardim, à leste do Vale do Amanhecer. Devia, portanto, situar-se o vilaboense Antônio Gomes de Almeida nas alturas das atuais fazendas Taquara e Mestre d'Armas, e a própria sede urbana de Planaltina. O vizinho Manoel Moreira, de quem não descobrimos requerimento de sesmaria, devia situar-se a oeste de Planaltina, na atual fazenda Sálvia. No registro paroquial, pertenciam essas terras aos Gomes Rabello e aos Alarcão. Descende longinquamente de Antônio Gomes de Almeida o Dr. Humberto Ludovico de Almeida Filho, de ramo Vilaboense, presidente da Terracap no ano de 1994.
- 1772 - **Domingos Rodrigues Alves - terras no morro da Canastra** - Distrito de Santa Luzia (1-52 nº 376).
Acreditamos tratar-se do morro da Canastra junto à Fercal, que comparece com igual denominação no registro paroquial de 1858.
- 1777 - **Bernardino Joaquim de Souza Machado Canabarro** - 3x1 lg. "na chapada do Ribeirão denominado Mestre D'Armas" (IG nº 13).
O ribeirão Mestre d'Armas situa-se a noroeste de Planaltina. Devia a sesmaria de Canabarro estender-se pelas atuais fazendas de lagoa Bonita, parte de Serandí e parte de Sálvia, ao longo e à esquerda da Estrada Real (como citado nos registros paroquiais de 1857), que despejava-se da chapada do Pipiripau até às portas de Planaltina, seguindo aproximadamente o trajeto das rodovias DF-15 (GO-130), DF-205 Leste e GO-230. No registro paroquial, pertenciam essas terras aos Gomes Rabello "por posse de muitos anos" e ao famoso dono do Plano Piloto, Pedro José de Alcântara, "por compra e por posse".
- 1769 - **Bento Nicolau de Oliveira** - Sítio na Chapada dos Couros, entre o rio (São Bartolomeu?) e o Ribeirão Estanislau. 3x1 lg. (PG LV 3, nº 160/161).

- 3 Códices 371/391 - AMB.



85. Dizeres da Sesmaria de Antônio Gomes de Almeida no ribeirão Mestre d'Armas, 1772. Arquivo Histórico de Goiânia.

O ramo vilaboense dos Carlos de Alarcão ainda viceja: na legislatura de 1994, tem esse sobrenome um dos vereadores da Câmara de Goiás Velho, instituição que anda agora pelos 255 anos de existência, a mais antiga do estado de Goiás, anterior mesmo ao governo goiano.

Já os Gomes Rabello são muito citados na Vila Boa do Século XVIII: no Arquivo de frei Simão Dorvi na cidade de Goiás, encontramos atos de um Manoel Gomes Rabello em datas tão distantes como 1774, ou mesmo 1753; e de um José Gomes Rabello em 1794-1795.

O Rabello que nos interessa, todavia, é certo João Gomes Rabello, o velho, citado por Mello Álvares entre os primeiros povoadores de Santa Luzia e que – ensina-nos o professor Mário Castro – devia ser cognominado “indiano”, supostamente egresso de alguma possessão portuguesa da Índia.

Os Gomes Rabello, fundadores de Planaltina, o seu tronco Alves Rabello e os Alarcão contam-se entre as mais antigas e extensas famílias do Planalto, com enorme capacidade colonizadora. Levantando não mais do que o ramo dos Alves Rabello, o professor Mário Castro chegou a 3 mil nomes e considera só ter ido até à metade da tarefa.

Teriam os Rabello e os Alarcão herdado ou comprado as sesmarias de seus conterrâneos vilaboenses?

Sesmarias do Sertão do Campo Aberto

De Planaltina até o rio Preto, no ângulo de Nordeste do Distrito Federal havia as sesmarias de Júlio de Brito Peixoto (1777), de Domingos Viegas de Ataíde – que também era sesmeiro no ribeirão Saia Velha, não longe de Santa Luzia – e, finalmente, as sesmarias dos Rocha Couto, José e João.

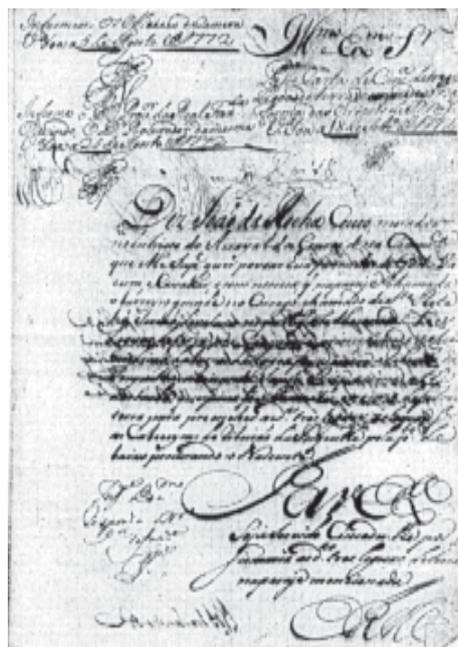
Esses Rocha Couto – hoje ou bem extintos ou de sobrenome trocado – encontram-se entre os mais antigos povoadores da região de Formosa, já citados em 1741, conforme vimos em outra parte. Sesmeiro no ribeirão de Santa Rita desde aquela época, em 1772 assenta-se João da Rocha Couto também no ribeirão Jacaré, na atual fazenda do Retiro do Meio. A mais antiga

sesmaria de João da Rocha Couto, vimos alhures, compreendia o sítio atual de Formosa. Registramos aqui, em notas, sesmarias de interesse para a história de Formosa.⁴

As sesmarias que vimos tratando até aqui são enormes, da ordem de três léguas de comprimento por uma de largo, vale dizer 108 quilômetros quadrados, treze vezes e meia a área residencial das duas asas do Plano Piloto. Sesmarias de sertão, dimensionadas tanto para a criação extensiva de gado *vacum* e cavalar como para a agricultura em geral.

Inexistindo as atuais cercas de arame, o gado era criado à larga, misturado, identificado apenas pela marca do proprietário, “costeado” apenas uma vez por ano e servido de sal nas águas, pois durante a seca os campos queimados forneciam os sais minerais necessários.

De tanto em tanto, se havia a barra de dois córregos, despenhados o suficiente para impedir a travessia do gado, fazia-se ali uma *larga* ou *mangueirão* com o lugar para confinamento do gado em torno de um cocho de sal. Às vezes era uma larga “valada”, ou seja, o fechamento de uma cabeceira a outra cabeceira por uma



86. Requerimento da Sesmaria de João da Rocha Couto, no atual sítio de Formosa, 1772. Arquivo Histórico de Goiânia.

4 Sesmarias secundárias de Formosa:

1749 - **Antonio Alvares de Araujo**, morador no sertão da capitania dos Goyazes, que ele povoou com gados de criar..... logradouros nas cabeceiras do Preto, correndo para a povoação do Paracatu, fazendo extrema no ribeirão do Inferno que vai desaguar no mesmo rio, pela parte..... fazendo extrema..... de cima com a lagoa Formosa, terras também devolutas, que não tem também té o presente..... o alferes Francisco Gonçalves, com o qual..... para a parte que o suplicante pede por ter sua fazenda e pastos da parte da..... (documento quase ilegível) (AHEG).

1763 - **Manoel da Costa Barroso** - meia Lg. na paragem de Santo Ignácio (IG, 19).

1766 - **Damião Pereira do Lago** - Sta. Rita do Paranã - sítio "a Ilha" - Confrontantes: nascente, com uma serra - e do poente com o Riacho da.....3 Lg.

Morador entre a ribeira do Paranã e Santa Rita (1 - 52 nº 237) (AHEG).

1768 - **Francisco Dias** - meia Lg. no Barreiro Grande (IG).

1768 - **Joaquim Pereira de Castro** - Faz. do Bom Sucesso, Distrito do Arraial de Couros. Confrontantes: Leste - sítio Santa Rita N - e/ Santa Rosa, O - Ribeirão do Bueno. 3x1 Lg. (1 - 52 nº 1 00) (PG LV 3 nº 101).

1768 - **Manoel de Espinola de Atayde** - morador no arraial da chapada dos couros, - sítio na mesma chapada chamada Santo Inácio no Ribeirão dos Macacos, extremado pela parte nascente com o Ribeirão Bezerra e com a fazenda dos Poções até as suas cabeceiras. Poente: com o Rio Preto até suas cabeceiras e a Lagoa Feia. Da parte do Sul com a fazenda de Sto. Antônio de Lázaro dos Santos e da parte do Norte com a serra que verte para o Paranã. 3x1 Lg. (PG LV 3 nº 120/121) (AHEG).

1770 - **Manoel Domingues de Azevedo** - morador no distrito de Couros é possuidor de uma fazenda chamada Santa Tereza sita no ribeirão do Salobro a qual comprou pastos a Maria do Nascimento viúva de Miguei Francisco Villas-Cortes. Nascente: os ribeirões Bezerra e Macacos, extremando-se com a fazenda do Bonsucesso do capitão Joaquim Pereira de Castro Souto Mayor e fazenda S. Inácio de Manoel Espinola de Atahide. Pela parte do Poente com a fazenda de Santo Antonio de Lázaro dos Santos por cabeça de sua mulher D. Maria do Nascimento. Parte do Norte: com a mesma. Sul: fazenda de Ventura da Silveira, chamada o Bezerra. (PG - Vol. 4 nº 173/173) (AHEG).

1770 - **Raymundo de Meyreles Freyre**, morador na ribeira do Paranã, distrito de Couros, tem muito gado sem parte certa para criar, e sabe que na vizinhança da ribeira há uma paragem devoluta dita "O Mozundó, ou Ilha". Pelo nascente parte com as Serras Gerais. Pelo Poente com a fazenda de Damião Pereira, chamada Santa Rita. Pelo Norte com a fazenda de João Lourenço. Pelo Sul com a fazenda das Mamoneiras. 3 Lg. (PG LV. 4 nº 166/167) (AHEG).

1770 - **Antonio Pinheiro Lima** - morador no Arraial de Couros - Sítio no Berreiro Grande no córrego de Santa Rita confrontando com o sítio da Bandeirinha - 3 Lg. x 1 Lg. nº 160 e 166 (AHEG).

1772 - **João da Rocha Couto** - na paragem do Berreiro Grande no Córrego de Santa Rita, entre a Lagoa Feia e o Ribeirão da Forquilha. 3 Lg. x 1 Lg. (AHEG).

1773 - **José Pedro Cardoso de Novaes Pereira** - morador no sertão do Paranã quer se estabelecer com fazenda de gado na paragem chamada a Ilha de criar gados. Nascente: confina com uma serra. Poente: com o Riacho da Almécegas. 3 Lg. (AHEG).

1777 - **José Gonçalves** - meia Lg. na Lagoa Feia. (IG nº 12).

1785 - **Leonardo da Silva Mello** - meia Lg. na Lagoa Formosa. (IG nº 7).

1804 - **Maria Gomes Baptista**, viúva - 3 Lg. x 1 Lg. na fazenda chamada Sto. Ignácio. (IG nº 10).

trincheira de um metrô de fundura por dois metros de largura – que o gado não se atrevia a pular – e cujo acesso só era possível pela cancela de madeira “larga”. É basicamente o mesmo “Rincón”, celebrizado na colonização pecuária do Uruguai e da Argentina.

Assegura-nos o senhor Henrique da Silva Moreira que o costume de cercar com valas não é “muito” antigo, e sim do tempo de sua “bisoravó” mocinha, lá pelos meados do Século XIX. E cita com a mnemônica rima ingênua dos nossos roceiros que os empreiteiros construtores de valos chamavam-se Gaudêncio, Juvêncio, Fidêncio e Prudêncio!

Nas secas, que sempre foram um problema sério do Planalto, o gado, cheirando a umidade do ar, migrava espontaneamente para as lagoas e veredas de buritis da região. Disse-nos José Dilermando Meireles que era costume, assim que se anunciava a seca, de os criadores de gado em comunhão porem fogo nas veredas, garantindo pastagens verdes por toda a estiagem. Imaginamos que algumas centenas de cabeças de gado reuniam-se ali entre maio e setembro, ruminando a massa verde disponível nos sangradouros aquosos da borda das chapadas. Para os lados de Luziânia, lembra Dilermando Meireles, notabilizaram-se nas estações secas as veredas do Gama, nas cabeceiras dos ribeirões Saia Velha, Alagados e Santa Maria. Encostado ao Núcleo Bandeirante e ao Lago Sul, o riacho Fundo também era excelente criatório na estação das secas.

Na região de Planaltina, o local preferido de pouso do gado devia ser a lagoa Bonita, que realmente, com suas margens pontilhadas de buritizais é, sem dúvida alguma, a mais bela das lagoas do Planalto Central.

Ensina-nos o professor Mário Castro que os Gomes Rabello, fundadores de Planaltina, eram também conhecidos pelo apelido de “lagoeiros”, seguramente por estarem com seus gados e roças na lagoa Bonita.

Por Campo Aberto,⁵ boa qualificação taxonomica, compreendia-se no Século XVIII, a

5 Sertão do Campo Aberto: sesmarias entre o rio Preto e o São Bartolomeu.
1749 - **Antônio Álvares de Araújo** - Terras nas cabeceiras do Rio Preto correndo para o povoado de Paracatu, fazendo extrema no Ribeirão do Inferno. (PG) (AHEG - Sesmarias, restauração)
Esta lacônica sesmaria não permite identificação precisa. Não é todavia impossível que esse ribeirão do Inferno fosse um neologismo para o ribeirão Itiquira, de onde uma parte da população teria migrado para fundar o arraial dos Couros, atual Formosa. Ribeirões do Inferno há vários com a mesma denominação no passado. Designam, via de regra, o “inferno” das epidemias de tifo, cólera, febre amarela e maleita brava, com altas taxas de mortandade, ocorridas em suas margens.
1772 - **João da Rocha Couto** - morador no Distrito de Couros na paragem do “Barreiro Grande” no córrego chamado “Santa Rita”, onde se acham sertões devolutos... 3 léguas de terra... principiando sua medição na barra da Lagoa Feia entre o Ribeirão da Forquilha abeirando Santa Rita acima, até a estrada que passa até Paracatu, e no caso de faltar terra para preencher as 3 léguas se busca para as cabeceiras do Ribeirão da Forquilha, pela parte de baixo procurando o Nascente (1-52 nº 386)(AHEG - Sesmarias).
Acreditamos que o ribeirão da Forquilha seja o atual ribeirão Jacaré, que verte para o rio Preto e cujos afluentes córregos Olho d’água e Retiro do Meio - formam o desenho de uma forquilha antes de juntarem-se no pouco extenso Jacaré. A estrada de Paracatu, que devia ser a mesma picada da Bahia, seguia, grosso modo, o contorno da GO-230. Corresponderia às áreas das fazendas Retiro do Meio, Buenos Aires e Santa Rita do tempo do Registro Paroquial de 1858, quando ainda pertenciam aos Rocha Couto.
1772 - **Domingos Viegas de Atayde** - morador no Distrito de Couros, quer afazendar-se onde finda a sesmaria de João da Rocha Couto, onde há terras devolutas. Se lhe conceda 3 léguas, principiando sua medição a do (ilegível) sesmaria do dito Couto (ilegível) Ribeirão da Forquilha abaixo até o rio Preto (ilegível) a fazenda de Santo Antônio e faltando terra para preencher (ilegível) procurando a estrada de Paracatu, por esta parte, e pela parte do Sul com a fazenda do pessegueiro, salvando o inútil. (1-52 nº 385) (AHEG - Sesmarias). Devia situar-se essa Sesmaria na área das atuais fazendas do Retiro do Meio e Olhos d’água, no Distrito Federal.
1777 - **José da Rocha Couto** - légua no sertão de fora do Rio de São Bartolomeu (IG nº 17). Devia situar-se junto à sesmaria de seus parentes Rocha Couto, nas imediações da atual fazenda Santa Rita.
1777 - **Júlio de Brito Peixoto** - tem povoado uma fazenda de gado há 7 anos nas margens do Rio Preto. Pelo Norte: parte com o registro de Lagoa Feia; pelo Sul: com a fazenda dos órfãos de Miguei Francisco Villa Corte; Nascente: com a fazenda de Manoel Espíndola de Ataíde. 3 Lg. de comprido, 1 de largo. (AHEG - Sesmarias).
1774 - Informe o Escrivão da Junta da Real Fazenda e responda o Dr. Procurador da Coroa.
V. Boa, 15 de abril de 1774.
Diz João Monteiro Guimarães, morador no Campo Aberto, distrito do Arraial de Couros, que ele suplicante quer povoar u’a fazenda de gado vacum e cavalari naquele mesmo distrito, cuja fazenda pelo nascente parte com um ribeirão chamado da Ponte, pelo Norte com outro denominado o Caruru, pelo Sul com o barreiro cortando a Vereda dos Arrependidos, e pelo Poente com a estrada de Goyaz, recorre a V. Excia. lhe conceda na mencionada paragem três léguas de terra de comprido e uma de largo na forma das ordens de S. Majestade, fazendo pião onde mais lhe convier.
1765 - **Antônio Pinheiro Lima** - faz. de gado - no sítio novo dos Olhos d’água - que fica entre os Arrependidos e o Lamarão. 3x1 lg. (Pg Lv. 8 G nº 221/221) (AHEG - Sesmarias).

generalidade das terras que medeiam entre o rio São Bartolomeu e o rio Preto, divisa Leste do Distrito Federal.

Por essa época dos anos 1760-1770 surgiria ali, nas fecundas veredas do rio Preto, a fazenda Campo Aberto, dos Monteiro Guimarães, com registros historiográficos nem sempre concordantes. Lemos no inventário do luziano Francisco Gonçalves, de 1773, a venda, sob condições, da fazenda do Campo Aberto, a José Monteiro Guimarães, mas encontramos no Arquivo Histórico de Goiânia outra sesmaria emitida em 1774 para João Monteiro Guimarães, situando-o no rio Cariru, vertentes do rio Jardim.

Desses dois, José e João Monteiro Guimarães, o mais citado como genearca dos Guimarães parece ser José, que segundo a indatável **Genealogia Luziana** de Gelmires Reis, informa em sua última página ter casado José Monteiro Guimarães, “da Vila de Guimarães, arcebispado de Braga”, com D. Tereza da Fonseca, mineira de São Romão. O Dr. Hosannah Guimarães, primeiro médico formado do Planalto, de personalidade admirável, assegurou-nos que por velha tradição oral de sua família devia ser o fundador José Monteiro Guimarães casado com uma neta do famoso Borba Gato, primeiríssimo chegado nas Minas Gerais, embora informe-nos Diogo de Vasconcellos que as três filhas de Borba Gato tenham se casado com três portugueses que, com as burras cheias de ouro, voltaram para Portugal. Pode ser que estudos adicionais reformem esta versão. Mais adiante veremos que os Fonseca realmente viveram no Planalto, e não só D. Tereza, como diversos outros Fonseca e Mello.

Abaixo dos Monteiro Guimarães situavam-se certo Antônio Pinheiro Lima (1765) entre os Arrependidos e o Lamarão, o licenciado Manoel de Souza e Antônio Álvares de Araújo (1767). Arrependidos, já o vimos, era o principal registro fiscal sobre a “Picada de Minas”. Em notas ao capítulo há curiosa petição de um fazendeiro obrigado a dar uma grande volta de sua propriedade para satisfazer a vigilância da guarda do registro.⁶



87. Dr. Hosannah Guimarães, primeiro médico nascido no Distrito Federal. Foto de João Wesley, 1992.

Parece situar-se no extremo sudeste do Distrito Federal, na região da fazenda Lamarão ou Poço Claro.

1767 - **Antônio Álvares Araújo** - morador no Distrito de Couros há muitos anos no lugar de São Bento, Confina: Nascente com a fazenda do Bonfim - Norte com João Monteiro - Poente com o licenciado Manoel de Souza, Caldas dos Arrependidos - Sul com o sertão despovoado. 3x1 lg. (AHEGO - Sesmarias).

1770 - **Francisco Gonçalves Chaves** - morador em Santa Luzia, é possuidor de uma fazenda de gado vacum e cavalari denominada São Bernardo no Sertão do Campo Aberto, distrito do Arraial de Couros. Parte pelo Sul com o do Preto. Pelo Poente com a fazenda de Francisco..... Delgado. Pelo Nascente com o ribeirão S. Bernardo - 3x1 lg. (PG - Lv 4 nº 169-170).

6 Petição:

1779 - **José da Costa Mendes** - está povoando uma fazenda de gado na Divisão desta Capitania e das Gerais, no Rio Preto barra do Ribeirão do Arrependidos, ficando a dita fazenda fazendo extrema divisória com o dito destacamento que só..... de permeio o dito Rio Preto. Pretendendo o suplicante abrir uma passagem que precisa muito no Rio Preto, lhe impediu o Cabo de Esquadra, dizendo recorresse a V. Excia. por se achar o dito Rio Preto impedido a que os moradores não abram caminhos em alguns de seus vaus e pondo-lhe canoas, e só sim está franca a passagem do dito rio no Campo Aberto, na fazenda de Luis Correa Vianna. E como do estabelecimento que fez o suplicante, indo pela dita passagem ao Registro do dito Arrependidos são algumas doze léguas, e abrindo o suplicante o caminho não medeia mais que légua e meia: recorre o suplicante à inata piedade de V. Excia. para que lhe conceda

Sesmarias do São Bartolomeu e Lago Sul

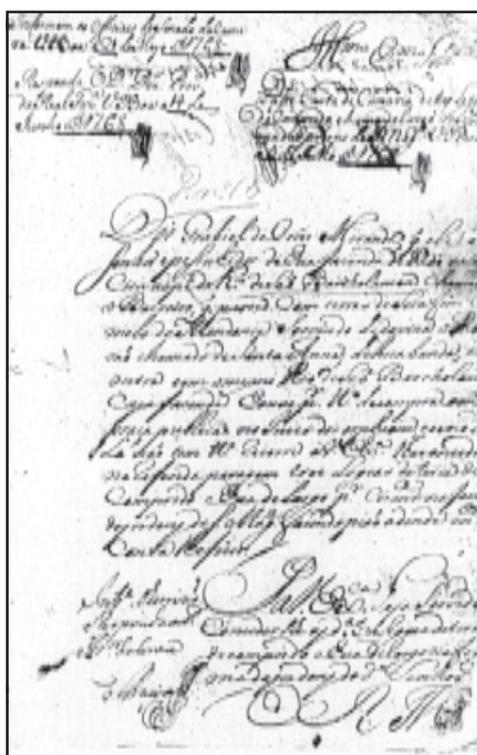
A Oeste do rio São Bartolomeu, a ocupação por sesmarias foi bem mais rarefeita do que entre o São Bartolomeu e o rio Preto. Excetuando-se os vales úmidos de Sobradinho e as paragens do riacho Fundo no Núcleo Bandeirante, a margem oeste do São Bartolomeu apresenta uma topografia acidentada, com poucas veredas úmidas e matas ciliares estreitas e empinadas, pouco favoráveis à agricultura. No mais, predomina a vegetação de cerrado conhecida por campo limpo ou campinas, de que ainda há remanescentes em volta de Brasília.

Dessa sorte talvez, por desinteresse pela região belíssima porém árida, os terrenos em que se construíram Brasília, o Guará, Taguatinga e Ceilândia escaparam ao movimento sesmarial. Ao registrarem suas terras junto ao vigário de Santa Luzia, explica o dono do Paranoá, José Alberto de Souza, que ali estava por posse própria desde 1848, e o senhor de Taguatinga, Vidal Manoel Rodrigues, que dali se apossara há não mais de seis anos. O próprio *registrante* do Plano Piloto e adjacências, Pedro José de Alcântara, informa no cabalístico dia em que fez o seu registro, 21 de abril de 1858 – há exatos 102 anos da inauguração de Brasília que adquirira a fazenda Torto tanto por compra (aos herdeiros de Vicente Pires?) quanto por posse. Tinha, ademais, adquirido, também por posse e compra, a fazenda Serandi, nas vizinhanças da paradisíaca lagoa Bonita.

Pedro de Alcântara, homônimo do imperador Pedro I, o fundador da nacionalidade (outra predestinação?), foi de longe o maior latifundiário do Distrito Federal no Século XIX, senão em todos os tempos. Suas propriedades deviam exceder a 50 mil hectares, 71,5 vezes a área residencial das duas asas do Plano Piloto de Brasília.

Quanto às sesmarias da margem direita do São Bartolomeu, só chegaram até nós os requerimentos de Serafim Camelo de Mendonça (1767) e de Gabriel da Cruz Miranda (1768). Serafim Camelo de Mendonça (de quem se sabe descendentes), pelos confrontantes citados, deve ter-se encerrado numa área muito maior do que os 108 quilômetros quadrados que solicitara. Compreendia uma enormidade de terras, que hoje englobam a fazenda Taboquinha (que em suas extremidades chegava às QL's 24 a 28 do Lago Sul); as duas fazendas antigas da Papuda ou Santo Antônio – que em sua extremidade compreendiam a Escola Fazendária, as Mansões D. Bosco e as QL's 20 e 22 do Lago Sul – e a fazenda Santa Bárbara, extensíssima, que ia desde o rio São Bartolomeu até o aeroporto de Brasília, encostando no Núcleo Bandeirante.

A outra sesmaria, a fazenda do Barreiro de Gabriel da Cruz Miranda, adquirida em 1768 no Juízo de órfãos de Santa Luzia, devia ser também muito extensa conquanto estreita: pegava desde o rio São Bartolomeu até às imediações do Gama, numa faixa de 30 quilômetros de extensão por cerca de três de largura.⁷



88. Sesmaria de Gabriel da Cruz Miranda, nas proximidades do Gama, 1768. Arquivo Histórico de Goiânia.

faculdade de abrir caminho no dito Rio Preto para tão somente uso do suplicante, ficando a dita passagem de muita utilidade para aquele Destacamento, para se reformarem os soldados e fiéis de matamulagens, por ser a fazenda mais vizinha e por o dito suplicante precisar dela para a disposição de seus gados para estas Minas. O pedido foi indeferido, por poder conta, para o futuro, com prejuízos para o Reais interesses.

7 Sesmarias da margem direita do São Bartolomeu e do Lago Sul:

Pecuária Antiga

As sesmarias que até aqui vimos foram solicitadas pela maior parte, no dizer dos próprios requerentes, para “criar gados vacuns e cavalares”, a mais pragmática das produções rurais, porquanto a si próprio se transporta, até por centenas de quilômetros, em boiadas que chegavam aos mais recônditos mercados. Ingênuo seria pensarmos que fossem exclusivas quanto ao gênero de produção: ao lado do curral, vicejava a roça de alimentos e, às vezes, a grande plantação de cana-de-açúcar com o correspondente engenho, produzindo os alimentos mais consumidos nos Séculos XVIII e XIX: a rapadura, a cachaça e as farinhas de mandioca, de milho e, eventualmente, de trigo, além do feijão, do arroz, da criação de porcos e galinhas, todos produtos alimentares, a exceção do fumo de rolo e do “mamono”, cujo óleo usava-se para a iluminação.

As grandes extensões de terra não faziam jus, talvez, às produções relativamente escassas. A criação de gado, que em certas fases foi surpreendentemente pequena, era quase toda do gado dito curraleiro, ao que consta descendente da raça jersey que os cruzados ingleses deixaram em Portugal por ocasião da Conquista de Lisboa aos mouros (1147) e que se passara ao Brasil com Tomé de Souza, chegando ao Planalto após a travessia dos mais cáusticos sertões do Nordeste e do São Francisco. Durante a migração de quase 300 anos, adquiriu triste condição de degenerescência devida aos trópicos. Se em sua origem européia os jerseys são pequenos e leiteiros, na sua versão planaltina eram pouco maiores do que cabritos, ecologicamente adaptados e, apesar de tudo, leiteiros.

Nessa longa trajetória teriam aprendido a alimentar-se de folhas do mato, pelo que adquiriram, no entender de Salviano Guimarães, o moço, primeiro presidente que foi da Câmara Legislativa do Distrito Federal, um especialíssimo e delicioso gosto de carne, temperada tanto pela celulose dos pastos finos quanto pela fibrose das matas. Quase uma caça, se não fosse, nas suas origens britânicas, um gado dócil que gosta de ser ordenhado, com vocação gregária.

Estaria de todo extinto caso não se houvesse, por parte de pequeno grupo de criadores, o cuidado de preservá-lo. Estão dentre os que conservam esse patrimônio genético, Salviano Guimarães, o autor e o Cenargem.

O gado Curraleiro foi o povoador das sesmarias do Planalto Central, até que aqui entrassem, no Século XIX, exemplares do gado “chino”, importado da China.

Antes deste, deu entrada uma versão melhorada do curraleiro pé-duro que foram os curraleiros do sertão de Amaro Leite, de origem européia, denominados às vezes “bruxos”: chegaram ao Brasil no Século XVIII por obra dos jesuítas, no intuito de ocuparem suas grandes fazendas na região de Porangatu-GO, como a tudo informa Henrique Silva na **Informação Goiana**.⁸ A importação de gado indiano – o zebu, o gir, o guzerá chifrudo e o nelore, hoje imperante – é bem posterior, datando quase toda deste Século.

Os inimigos da proliferação do gado no Planalto eram, em geral, a baixa condição sanitária do rebanho, os pastos naturais com escassa massa verde e pouquíssimo conteúdo protéico, escassos índices de fecundidade e alta taxa de mortalidade, agravada pela peçonha das cobras, pela fraqueza de se furtar dos atoleiros dos córregos e pelas luxações mortais, comuns nos terrenos muito acidentados. A principal causa de mortalidade, todavia, terrívelíssima desde sempre – tanto em estado natural quanto pela disseminação nas antigas roças dos séculos anteriores – tornadas em matas imaturas e capoeiras, foi a insurgência da erva tóxica cafezinho

1767 - **Serafim Camelo de Mendonça** - morador na passagem de São Bartolomeu - Fazenda do Bom Jesus e São Reajo (?). Confrontantes: Faz. Campo Aberto, Olhos D'água, Faz. Estanislau, Rib. Santana, Rib. Mesquita - 3x1 Lg. (PG LV. 7 284 ou 254).

1768 - **Gabriel da Cruz Miranda** - ao pé do Rio S. Bartolomeu chamada o Barreiro, que parte com terras de Serafim Camelo de Mendonça - Divisas no Ribeiro Santana de uma banda e de outra com o mesmo do S. Bartolomeu, cuja fazenda teve por compra no juízo de órfãos. 3x1 Lg. (PG LV. 3 nº 1041105) (AHEG - Sesmarias).

1766 (?) - **Antonio Pacheco de Aragão** - Terras no Ribeirão Mesquita - parte que vai para o Barreiro - Distrito de Santa Luzia. meia Lg. (IG).

8 Henrique Silva, *op. cit.*

ou erva-de-rato (*Palicourea marcgravii* St. Hil.), capaz de matar uma rês em menos de doze horas de ingestão. A concentração de ácido monofluor-acético é tamanha, que a ingestão de 0,4 grama de fruto mata quase instantaneamente um bovino adulto. Seu efeito, ademais, é cumulativo e uma folha hoje, outra amanhã e o animal apresenta desequilíbrio no trem posterior, tremores musculares, respiração ofegante, e cai sem possibilidade de recuperação por si.

Seja como for – não temos comprovação de sua eficácia – intentaram os velhos roceiros da região um preventivo a esse envenenamento que consistia em oferecer ao rebanho uma água de sal misturada com terra de formigueiro novo, a ser ministrada ao gado nos meses de setembro outubro e dezembro – janeiro, épocas em que procura os matos, seja pelo verdor nas secas, seja para proteger-se das chuvas durante a estação das águas, época em que se deparam com a cheirosa, atraente e letal floração do cafezinho, como a tudo nos informou o Sr. Henrique da Silva Moreira.

Esses latifúndios planaltinos, ao que tudo indica, produziam muito pouco gado se comparados com aqueles situados no vale do Paranã, que apresentavam cada qual, segundo consta das anotações de D. Luís da Cunha Menezes, em 1778, mil e quinhentos bezerros por ano.

“*Bos cerratensis*”

Tendo como matriz genética o curraleiro, parece incrível que, a partir de 1907, tenha origem em Mestre d’Armas, Planaltina atual, em pleno Distrito Federal, a formação da linhagem *Tabapuã*, uma das três, junto com a Indubrasil e (provavelmente) a Caracu – todas com genética fixada consideradas hoje, mundialmente, como raças brasileiras, *Bos brasiliensis*.

Naquele ano já tinham o coronel Salviano Guimarães, o velho, e seu irmão Gabriel, donos de grandes extensões de terras em volta de Planaltina, amealhado uma bela fortuna com o trabalho de seis meses fora de casa, ao relento, de comprar e conduzir partidas de cavalos do norte de Goiás para os garimpos de diamante e ouro do Mato Grosso – onde o garimpeiro vaidoso e rico pagava fortunas por um bom cavalo, para não ter que se locomover a lombo de boi, como a tudo nos informou o Dr. Hosanah Guimarães. É que no Mato Grosso grassou durante todo o Século XIX uma peste equina denominada “mal das cadeiras”, que impedia ali a criação de cavalos, atestam diversos cronistas da época, entre eles D’Alincourt e Taunay.

Nunca montamos em boi, mas há diversas gravuras do Século XIX, incluindo-se aí as do príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, mostrando bois arreados com selas – mas é fácil observar que o bovino não possui as características ideais para servir de montaria: pesado, lento, perigoso de arrear, os chifres sempre a ameaçarem. Acaciamente: bois não são cavalos.

A partir daí, ao passo que compravam equinos e bovinos em todo o norte de Goiás e no vão do Paranã, deviam também ir formando um plantel de gados mochos – sem chifres – que ocorriam de tanto em tanto, raramente, anomalias genéticas no universo chifrudo do gado curraleiro, e que não tinham valor comercial nas boiadas, pois o chifre bovino era um elemento valioso como matéria-prima para a confecção de diversos artefatos.



89. Boi de montaria, por Maximiliano de Wied, 1815 - 1817.

Segundo um mestre internacional da eco-história, Alfred Crosby, o gado introduzido nas Américas, vindo da Europa depois de ali aclimatado durante milênios, era um gado leiteiro sem chifres. Jogado nas Américas espanhola e portuguesa – nos sertões desmedidos do rio São Francisco no Brasil, nos Pampas platinos e nas desmesuradas planícies do Far-West da América do Norte – diante dos predadores naturais (mormente onças e lobos), esse gado mocho europeu desenvolveu em umas poucas gerações o crescimento de chifres (que em sua origem genética asiática já teriam possuído), como defesa para afrontar os novos horizontes das Américas.

Como no Brasil com o curraleiro chifrudo, nos Estados Unidos o gado que tomou conta do *Middle West* e depois do *Far West*, era um tal de “*long horn*”, chifre comprido que, segundo João Francisco Neto – nosso inexcedível consultor agrostológico – era um gado tão bom esse “*long horn*”, que em pesquisas econômicas realizadas, a sua criação era a mais rentável e econômica possível, desde que respeitado o ambiente natural das pradarias americanas. Seria o mesmo que o curraleiro e o cerrado natural. Um ótimo econômico e ecológico.

Seja como for, os irmãos Guimarães constituíram um bom plantel de vacas curraleiras mochas, no qual, em 1907, introduziram três touros indianos, provavelmente zebus, adquiridos a José Gomes Louza, de Bonfim, dando sur gimento, pela primeira vez na história zoológica, à raça *Tabapuã*, cruzamento de uma variedade curraleira mocha, de origem européia, com o *bos indicus* multimilenar da Índia. Imaginam talvez que o cruzamento dos grandes, rústicos e chifrudos bois indianos com as frágeis curraleiras mochas resultasse em valiosos animais com longos cornos: mas eis que os caprichos genéticos produziram enormes animais... absolutamente mochos! Mas que a tudo compensavam pelo grande tamanho e ganho de peso...

Tão formidável deve ter sido o resultado que, em 1912, cinco anos depois, os irmãos Guimarães, enfrentando uma distância de mais de 400 quilômetros, apresentavam os primeiros protótipos de *Tabapuã* na Feira Nacional da Cidade de Goiás, promovida pelos poderes estadual e federal da República Velha.

Deve ter sido um sucesso pois o coronel Salviano já tinha impressos, antes de 1919, papéis de carta com seu nome e a qualificação de *fazendeiro e negociante de gado*, como os existentes no Arquivo Histórico do Estado de Goiás, reproduzindo no cabeçalho a fotografia de um boi, morfologicamente muito parecido com os atuais *Tabapuãs* puros de origem: mochos pela herança curraleira, zebuínos pela enorme corcova.



90. Papel de carta timbrado do coronel Salviano Guimarães, mostrando o *Bos cerratensis* – *Tabapuã* – cerca de 1915. Arquivo Histórico de Goiânia.

Em 1933 – informa a revista da Associação Nacional dos Criadores de *Tabapuã*, nº 1, 1994 – o fazendeiro Lindolfo Louza, de Bonfim, comprou aos Guimarães dois touros e 21 vacas da espécie e as presenteou a seu filho Lourival. Lourival Louza, por sua vez, os cruzou, não se sabe em que proporção, com gado indiano nelore. Deste gado adquiriu uma partida, em 1940, o coronel Francisco Inácio, de Buriti Alegre, o famoso coronel Chico Inácio que cruzou, tampouco se sabendo em que proporção, o rebanho adquirido com gado gir, também indiano.

Era então descrito como de variedade «*amarelada, avermelhada ou baia*» (branca), a qual adquiriu do coronel Chico Inácio alguns exemplares o fazendeiro paulista Júlio do Vale, de São José do Rio Preto. Este, por sua vez, presenteou com um touro o Dr. Alberto Ortenblad, notável personalidade de cientista e fazendeiro, que em uma centena de cruzamentos fixou definitivamente a raça, para a qual obteve registro no Ministério da Agricultura, em 1945.

Ortenblad tinha fazenda no município de Tabapuã-SP, de onde o nome pelo qual é conhecido, um tanto indevidamente, pois, fazendo justiça à sua origem remota, devia chamar-se de gado *Planaltina*.

Os Guimarães e os Louza continuaram porém a criar seu gado mocho, introduzindo seguramente frações de novas raças indianas, pois disse-nos o Dr. José Dilermando Meireles, *expert* e grande criador de linhagem pura de *Tabapuã* paulista, que as diferenças deste para a linhagem *Planaltina* são apenas pequenas alterações morfológicas, não substantivas.



91. José Dilermando Meireles. Foto dos anos 1960.

Eis que o Planalto fundou, após dois séculos de gerações curraleiras adaptadas ao cerrado, uma nova raça, que vinha unir os grandes e majestosos zebuínos da Índia ao pequeno porém resistente pé-duro, genética e ecologicamente adaptado aos sertões brasileiros.

Sesmarias do Gama

A maior concentração de sesmarias povoadoras no Distrito Federal, durante a segunda metade do Século XVIII, deu-se na sua quina Sudoeste, em torno do Gama e do ribeirão da Ponte Alta.⁹ O engenheiro agrônomo George Prescott e a Codeplan estudaram a área em 1975: tanto no ribeirão Alagados quanto no de Santa Maria há ocorrência de solos da classe III EC – associação de hidromórficos com inclusão de latossolo vermelho escuro argiloso, fase mata de mediana fertilidade natural. Mais a Leste as cabeceiras do Saia Velha e mais a Oeste o vale do Ponte Alta devem ter trechos semelhantes, aptos ao estabelecimento de roças de alimentos.

9 Sesmarias do Gama: ribeirão Ponte Alta e cabeceiras dos ribeirões Saia Velha, Santa Maria e Alagados:
 1763 - Santa Maria - **Diogo Peres Bandeyra** - cabeceiras do ribeirão do Inferno, meia lg. acima da roça que foi de Luiz Mendes - roceiro antecessor. (PG.) (1.52 nº 308) (AHEG - Sesmarias).
 1765 - Alagados - **João e Veríssimo Pereira Guimarães** - Terras no ribeirão do Alagado (1.52 nº 358).
 1766 - Ponte Alta - **Manuel Ferreira da Costa** - ao pé da Ponte Alta - confina com João Pereira Guimarães, com Bento Correia de Moraes. Poente - Rio Ponte Alta. Nascente - Sertão do Corumbá. (PG - Lv 8c ou 7 nº 239 ou 234).
 1767 - Santa Maria - **Pedro Monteyro da Silva** - no Ribeirão do Inferno, por compra a Manoel da Cunha Telles e a Alexandre de Souza, cujo sítio pelo nascente (?) contesta com..... do guarda-mor Antônio Bueno de Azevedo e Diogo Peres Bandeyra. O Norte e o Sul com o sertão (AHEG - Sesmarias).
 1771 - Alagados - **Vicente Gomes e José Ferreira da Silva** - Ribeirão dos Alagados - cujo sítio confronta de uma parte com terras de João Pereira Guimarães, de outra com terras de João de Oliveira Rodrigues Sã, pelas outras..... confrontam com sertão sem moradores. Meia lg. (AHEG - Sesmarias).
 1772 - Alagados - **Vicente Gomes e José Ferreira da Silva** - Fazenda no ribeirão dos Alagados - 4 léguas de Santa Luzia. (1-52 nº 371).
 1768 - Ponte Alta - **Antonio Ribeiro Leal** - meia lg. na Ponte Alta (I.G.).
 1768 - Saia Velha - **Domingos Viegas de Atahide** - comprou no Saia Velha um sítio de meia lg. ribeirão acima. Não cita confrontantes (PG -Lv 3 nº 102).
 1769 - Monjolo - **Luis Caetano de Magalhães** - meia lg. nos matos do córrego do Monjolo que faz barra no ribeirão da Ponte Alta (IG nº 15). Observação: Monjolo, afluente da margem direita do Ponte Alta. Fazenda Bonsucesso.
 1772 - **Domingos Viegas de Atayde** - sítio no Distrito de Santa Luzia (1-52 nº 41 0).
 1777 - **Catarina Portes D'El Rey** - Monjolo - meia lg. no ribeirão do Monjolo (IG-24).
 1778 - **Manuel Rodrigues** - Alagados - meia lg. no ribeirão Alagado (IG nº 12).



92. Panorama do vale dos rios Alagados e Santa Maria, visto do chapadão do Gama, e onde situavam-se diversas sesmarias coloniais. Foto do autor, 1994.

Nessa região fresca e arrosada começaram a requerer sesmarias, quase 20 anos depois da descoberta do ouro de Santa Luzia, diversos mineradores, entre eles o coronel João Pereira Guimarães, de quem já falamos, talvez o mais rico de todos, assentado em 1765 no ribeirão Alagados. Não nos parece que isso indique decadência das lavras, com ruralização do mineiro, mas sim um estágio de estabilidade decrescente da mineração que permitia, na entrada das

chuvas, deslocar um certo número de escravos para a feitura de roças de subsistência das “fábricas de minerar”. Com o correr do tempo torna-se cada vez mais atividade única de subsistência.

Ao lado do coronel João Pereira (1765) foram se assentando Vicente Gomes com duas sesmarias (1771 e 1772), Manoel Rodrigues (1778) e Manoel Ferreira da Costa, (1766), este já entrando para o Vale da Ponte Alta, em que vão se instalando progressivamente Antônio Ribeiro Leal (1768), Luís Caetano Guimarães (1769), Catarina Portes d’El Rey (1777), estes dois no afluente Monjolo.

Nas cabeceiras do Santa Maria estavam Diogo Bandeyra (1763), e Pedro Monteiro da Silva (1767) cujo requerimento cita vizinhos: Alexandre de Souza Machado, Manuel da Cunha Telles e o próprio descobridor de Santa Luzia, o guarda-mor Antônio Bueno de Azevedo. No Saia Velha instalara-se o indefectível Domingos Viegas de Ataíde, que devia lidar só com fazendas, pois tinha três ou quatro, desde as portas de Santa Luzia até as portas de Formosa.

Todas essas foram pequenas sesmarias de mata, para fins de consumo alimentar, mas que não excluía a pequena criação de gado. Não excediam a légua em quadra, pequenas propriedades para os padrões da época, da ordem de 900 hectares, pouco mais do que a área residencial das duas asas de Brasília.

Sesmarias do Entorno

Pelo julgado de Santa Luzia adentro, nas vizinhanças das minas, sucedem-se 29 sesmarias, quase todas de 1/2 légua em quadra, para a subsistência alimentar. Tanto essas quanto as de outros municípios do entorno, vão citadas nas notas do fim do capítulo. Há uma certa lógica em sua expansão: nos anos 1760 avançam sobre o rio Palmital, onde conviviam lavras e roças. Nos anos 1770 encaminham-se aquém-rio para as matas férteis do rio Corumbá. De 1776 em diante espalham-se pelos cantos remotos do julgado: rio Piracanjuba, rio São Marcos, vão dos Angicos etc. Tardia, de 1788, é a sesmaria do alferes Martinho Coelho de Siqueira... «*serra das Caldas com o ribeirão que vai para a serra das Caldas...*», na origem da atual estação balneária das águas termais de Caldas Novas. Já estas sesmarias no sertão remoto requeriam-se pelo tradicional padrão de 3 x 1 léguas, com muito espaço para lavouras e criação de gado.

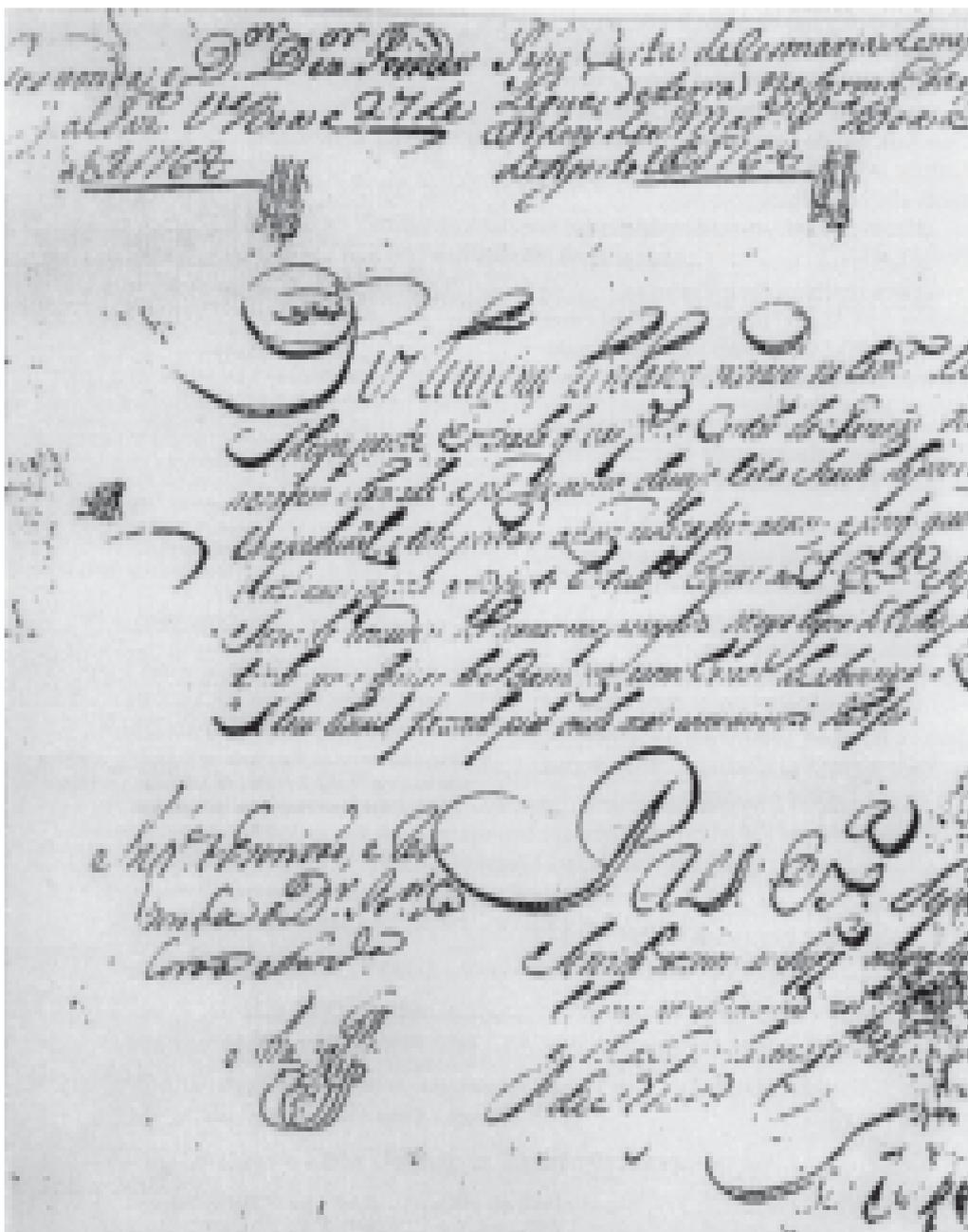
Para os lados do rio Descoberto, o núcleo minerador, fundado em 1757 por José Pereira Lisboa, serviu de vanguarda para a colonização: registra-se aí, até 1777, uma meia dúzia de sesmarias, entre elas a de Sebastião da Silva Moreira, que possuía um rebanho de 70 cabeças, e que deve ser o genearca de centenas de Silva Moreira da região. Tanto houve aí as grandes sesmarias do sertão quanto as pequenas de 1/2 légua e pela primeira vez, em um requerimento de 1776, encontramos a palavra “*serrado*” para designar a paisagem em volta.

Há o requerimento de 1777 de um Antônio de Camargo Pimentel que, indicando légua de terras nas cabeceiras do Descoberto, pode situar-se dentro do Distrito Federal e que parece ter constituído ao norte de Brazlândia um núcleo de colonização paulista.¹⁰

Continuando o movimento sesmarial de Santo Antônio do Descoberto a Oeste, já dentro do julgado de Meia Ponte, atual município de Cocalzinho de Goiás, há uma meia dúzia de sesmarias em torno do povoado de Girassol e do ribeirão do Barreiro, afluente do rio Macacos, onde em 1748 instalara-se Lourenço Linhares, e em 1750, Severina de Abreu Lima, esses dois em função da picada da Bahia.¹¹

10 1777 - **Antônio de Camargo Pimentel** - meia légua nas cabeceiras do ribeirão chamado Descoberto (IG nº 28). Há um homônimo a esse Antônio Pimentel, citado na Notícia Geral de 1783 como grande minerador no arraial de Crixás, de povoação notadamente paulista. Não temos provas, mas supomos que o norte de Brazlândia fundou-se como uma colônia de paulistas. Em 1810, havia por ali um Sítio dos Paulistas e a fazenda Curralinho era propriedade de um Antônio Rodrigues do Prado, de notório sobrenome paulista. Próximo dali, a fazenda “Desterro”, será que lembrando, no nome, velhos desalojados paulistas? É uma das regiões do Distrito Federal mais resistentes a mudanças e onde mais conservam-se velhas fazendas.

11 1762 - **Félix da Silva Gomeiro** - sítio no Engenho d’água Fria distante da Serra de Miguel Inácio, distrito de Meia Ponte (PG - 881).
1762 - **Gaspar Correia Leite** - morador no Pirineus - pede 3 léguas de terras no caminho que vai da lagoa ao rio



93. Página de rosto da sesmaria de Lourenço Linhares, colonizadora da região de Girassol-Goiás, 1764. Arquivo Histórico de Goiânia.

Para Oeste, até as portas de Corumbá e Pirenópolis não constam alterações maiores do quadro antigo das sesmarias fundadoras.

De Corumbá de Goiás ao Sul, há ocupações na área do rio Capivari, estendendo-se em direção do ribeirão das Antas, nas imediações de Anápolis.

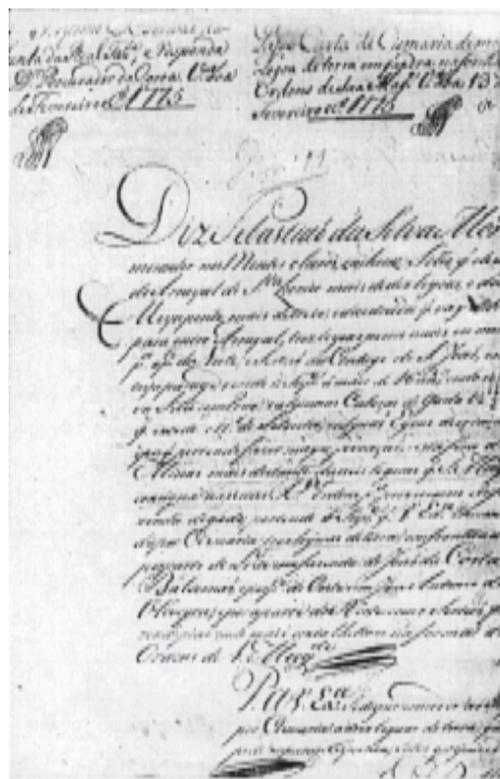
E de Pirenópolis colonizava-se a noroeste, por sobre as matas do ribeirão Padre Souza e do rio das Almas.

Verde, no morro dos Peixotos (AHEG - Sesmarias, Restauração).

No extenso julgado de Meia Ponte, atual Pirenópolis, contabilizamos, entre antigas e novas, cerca de 48 sesmarias, cujos extratos vão nos anexos do livro. Entre Luziânia, Santo Antônio do Descoberto e Formosa, situamos mais 35. E o Distrito Federal, e apenas ele, contribuiu com mais 37 fazendas no cômputo geral planaltino de 137 sesmarias, às quais se somamos as 17 das regiões de chapada de Formosa, montam a 54 fazendas, ou seja 40 por cento do total do Planalto, muito expressivo para uma região que não era mineradora.

No vão do Paranã, de que viemos relatando alguma coisa, relacionamos 45 sesmarias, das quais 18 anteriores a 1750.

Para a parte da chapada dos Veadeiros – sobre a qual nada dissemos – em áreas dos antigos julgados de São Félix e Cavalcante, encontramos escassas 13 sesmarias, uma delas porém muito sugestiva, em que o licenciado Joaquim Pereira Lemos solicita em 1783... «*meia légua de terra em quadra em o ribeirão chamado o Paraíso... tudo na chapada dos Veadeiros*» Não estaria na origem da atual cidade de Alto Paraíso, mas esta aproveitou-se do nome da velha fazenda, existente ao seu pé.



93. Requerimento de Sesmaria de Sebastião da Silva Moreira em Santo Antônio do Descoberto, 1775. Arquivo Histórico de Goiânia.



Notas ao Capítulo

Sesmarias de Luziânia, de Santo Antônio do Descoberto, do Ribeirão Barreiro e de Cocalzinho de Goiás.

Sesmarias de Luziânia, (1755-1788):

- 1755 – **Luís da Costa** – 3 leg – Terras entre a Ponte Alta e as águas vertentes do rio São Marcos, caminho que vem de Paracatu para o Arraial de Santa Cruz. (I. 52) (IG)
- 1756 – **João Pereira Guimarães e Veríssimo P. Guimarães** – meia lg² – Terras no Distrito de Santa Luzia. (PG)
- 1757 – **João Pereira Guimarães e Veríssimo P. Guimarães**, irmãos e sócios, moradores em Santa Luzia – Sesmaria na paragem do rio Corumbá e córrego de Santana. (I. 52 n° 447).
- 1758 – **Luís Pacheco** – Ribeirão do Mesquita em Santa Luzia – meia lg. (I. 52. n° 19) LV 1-PG (1754-58)
- 1761 – **Alf. José Antônio de Souza Carneiro** – meia lg no ribeirão Palmital acima d’onde faz barra no Corumbá (IG)(PG) Distrito de Santa Luzia. (I. 52)
- 1761 – **Antônio Martins de Figueiredo** – meia lg no Palmital. (IG)
- 1762 – **Antônio Francisco da Silveira** – meia lg no ribeirão de Corumbá atravessando o córrego Palmital, distrito de Santa Luzia, posse que parte com Antônio Aranha salvando os inúteis – meia lg. (AHEG – Sesmarias)
- 1763 – **Manoel da Costa Torres** – Terras distantes de Santa Luzia 3 léguas, na barra de um ribeirão com o rio São Bartolomeu – meia lg² – nas cabeceiras de uns matos que vertem para o dito rio por um ribeirão que faz barra no mesmo e pelo nascente confronta com Manuel Ferreira e Manoel Gonçalves Valladares, e pela do poente e Sul com Campos Realengos. (AHEG – Sesmarias).
É a única referência que encontramos a Campos Realengos.
- 1765 – **José Carlos Monteiro** – meia lg – no córrego do Palmital. (IG)
- 1766 – **Manoel Moreira de Carvalho** – morador no Distrito de Santa Luzia – Terras junto à roça da «coxaria», confrontante com o ribeirão Palmital – meia lg. (I – 52 n° 271)
- 1768 – **Miguel F. da Costa** – Sítio no Distrito de Santa Luzia na barra de um córrego com o rio Corumbá. Sul: rio Corumbá – meia lg. (IG)
- 1768 – **Francisco Pereira Pinto** – meia lg. no ribeirão do Mesquita. (IG)
- 1769 – **Miguel Ferreira da Costa** – Distrito de Santa Luzia paragem de um córrego que vem da roça de João de Oliveira e faz barra no Corumbá ... [ilegível], confrontando da parte do Norte com ... Pires da Costa, da parte Sul com o rio Corumbá – Nascente com a roça do cap. José Antônio de Souza Carvalho, Poente com Manoel Pereira Dutra. Cit. Pedro Pereira Dutra – sítio do Tabuleiro – 1810. (PG LV 3 n° 133) (AHEG – Sesmarias)
- 1771 – **Manoel Jorge de Carvalho** – morador em Santa Luzia, Rio Corumbá – Divide com o Alf. Pedro Rodrigues de Moraes, com o cap. Manoel da Costa Torres, [do nascente?] com a sesmaria do defunto José Antônio ... [Carvalho?], do Sul com a sesmaria de Miguel Ferreira da Costa, e da outra parte do Corumbá com o Sertão – meia lg. Teve Engenho (AHEG – Sesmarias)
- 1773 – **Fernando Nogueira Soares Falcão** – cabeceiras do ribeirão de Luís Antônio que faz barra no de Santa Luzia – no nascente taboleiro de campos – poente com terras do cap. Manoel Carvalho – Norte, taboleiros de Sertão – Sul, capoeiras de José Viegas. Morador no Distrito de Xavier, atual Mesquita. (i. 52 n° 397)

- 1774 – **João de Oliveira Rodrigues e Sá** – Engenho no ribeirão Palmital – confronta pelo nascente com José Antônio de Castro – pelo poente com Vicente Gomes – ao Norte com o cap. João Pereira Guimarães – pelo Sul com o Sertão – meia lg. Engenho Sítio da Jacobina (1810) Juiz Ordinário (1783). (AHEG – Sesmarias)
- 1774 – **Caetano Gonçalves de Bastos** – meia lg. nas vertentes do ribeirão Santa Luzia chamado rio Vermelho. (IG – 35)
- 1774 – **Antônio Gomes da Cunha** – meia lg. nas margens do rio Corumbá. (IG nº 9)
- 1775 – **Caetano Gonçalves de Bastos** – morador no sítio – nas vertentes do ribeirão de Santa Luzia no dito rio Vermelho. Confronta: com terras que foram de Luís Antônio, com terras de Maria Madalena e demais partes com o Sertão – meia lg. (AHEG Sesmarias)
- 1776 – **José Nogueira** – morador de Santa Luzia – no lugar que fora de Luís Antônio Bastos, fugitivo há dez anos. Confronta com Caetano Gonçalves Bastos pelo nascente, Poente com Diogo Peres Bandeira – do Norte com ele próprio – e do Sul com José Viegas de Ataíde. (AHEG – Sesmarias)
- 1776 – **O Reverendo Manoel Pereira da Silva**, morador em Santa Luzia ... quer criar gado no rio Piracanjuba ... 3 lg. de terra fazendo pião uma lg. acima da barra com [?] o rio ... (AHEG – Sesmarias)
- 1776 – **José Estevez de Matos** – meia lg. matos devolutos nas vertentes do Corumbá. Confronta com Fernando Nogueira e a tapera de Luís Antônio Bastos. (AHEG Sesmarias)
- 1777 – **João Carvalho de Araújo** – meia lg. no rio Vermelho. (IG)
- 1777 – **Agostinho Palmeira de Araújo** – 3 lg. no rio Corumbá para a parte do Sul. (IG nº 22)
- 1777 – **Manuel Alves Lima** – 3 lg. na outra parte do rio Corumbá. (IG nº 10)
- 1777 – **Roque Antão Maciel** e seus irmãos – meia lg. de terras. Além do arraial de Santa Luzia 7 lg., fazendo pião no córrego do Ouro Fino (IG nº 23). (Ouro Fino: Porto no São Bartolomeu na estrada de Santa Luzia para Cristalina)
- 1778 – **Antônio Gonçalves Pereira** – 3 lg. nas cabeceiras do ribeirão dos Angicos (IG nº 9)
- 1786 – **Francisco José da Rocha** – 3x I lg. na «Chapada de São Marcos». (P.G.)
- 1788 – **Alf. Martinho Coelho (de Siqueira)** – 3x I lg. nos campos das Caldas, no distrito de Santa Luzia (IG nº 24). Limites: rio Piracanjuba, serra das Caldas com o ribeirão que vai para a serra das Caldas. (P.G 595).

Sesmarias de Santo Antônio do Descoberto (1756 – 1788)

- 1775 – **Sebastião da Silva Moreira** – morador nos Montes Claros – 3 lg. ao Norte da estrada de Santa Luzia a Meia Ponte [sertão da Contagem de São João] – lá estava há 16 anos [1759] – tinha 70 cabeças de gado – distava de Minas como mais de 6 lg. (portanto sesmaria de 3 lg.) Confronta: Leste com João da Costa Balsemão – Oeste com José Antônio de Oliveira – Norte com o Sertão. 3 lg. (AHEG – Sesmarias)
- 1775 – **Inocência Coelho da Fonseca** – morador no descoberto dos Montes Claros, paragem do Bom Sucesso, confrontando com «quem deva ser» – meia lg. (AHEG Sesmarias)
- 1775 – **Manuel Pereira Braga** – morador de Santa Luzia «ribeirão Descoberto». Confronta de uma parte com João Martins e pelas outras com «quem de direito for» – meia lg. (R. P. faz Santa Maria – Basílio Pereira Braga) (AHEG – Sesmarias)
- 1776 – **Sebastião José da Silva** – morador no «descoberto de Santo Antônio dos Montes Claros». Confronta: pelo nascente com «a sesmaria de Sebastião da Silva Moreira»; pelo poente, um «Serrado» sem morador, pelo Norte com «Certão» despovoado,

pelo Sul; com distância de mais de légua com a estrada de Santa Luzia a Meia Ponte. (AHEG – Sesmarias)

- 1777 – **João Peixoto dos Santos** – meia lg. nas vizinhanças de Manuel Pereira Braga, chamado Cubatão [Cubatão – margem direita do rio Descoberto]. (IG nº 25)
- 1764 – **Nicolau Teixeira Pinto** – morador no ribeirão da Anta, junto ao ribeirão dos Macacos. Fazenda confrontando da parte do nascente com uma serra que faz vertente para o Descoberto de Santo Antônio de Montes Claros e da parte do poente com a fazenda de José Homem do Amaral. (1 – 52, nº 348).

Sesmarias do ribeirão Barreiro e de Cocalzinho:

- 1756 – **Severina de Abreu Lima** – sítio da Paragem “o Ribeirão” que já cultivava há 6 anos. légua. (AHEG – Sesmarias, Restauração).

Trata-se do ribeirão Pichuá, próximo a Girassol-GO, na BR-070. (AHEG – Sesmarias, Restauração)

- 1764 – **Lourenço Linhares**, na atual fazenda Linhares, pertencente ao autor no quinhão dito do Assombrado ou Linhares de baixo:

..... do Senado
Vila Boa, 12 de julho 1764
Responda o Doutor Desembargador
Provedor Geral da Fazenda,
Vila Boa, 27 de julho 1764

Ilmo. Sr.
Passe Carta da Sesmaria de meia
Légua de Terra na forma das ordens
de S. Majestade.
Vila Boa, 31 de agosto de 1764.
.....

Diz Lourenço Linhares morador no caminho da Meia Ponte, Estrada que vai para o Certão do Paranã na paragem chamada “o pé do morro” de cujo sítio se acha de posse extra judicial, e tem povoado a mais de dezesseis anos; e por que quer continuar na posse em justo título, requer a V. Ex^a seja servido conceder-lhe na mesma paragem meia légua de terra partindo com o córrego do Barreyros, e com terras de Severina de Abreu Lima, fazendo pião onde mais conveniente lhe for.

*P.A. S. Ex^a seja servido conceder ao
Suplicante meia légua de terra em Sismaria*

Ilmo e Exmo Sr.

Expõem a V. Ex^a Lourenço Linhares, morador ao pé do morro no caminho da Meia Ponte, que se acha a mais de dezesseis anos de posse daquele sítio..... e por que quer continuar com justo título na mesma, quer que lhe conceda meia légua de terra por Sesmaria, que partem com o Córrego do Barreyros, e com terras de Severina de Abreu.

Os oficiais da Câmara, e o desembargador provedor da Coroa e Fazenda, o não impugnam por lhes contar, por informação dos Escrivães respectivos, se não acham concedidas em..... parece que no..... das ordens de S. Majestade, sem prejuízo de 3º, se lhe deve deferir a dita suplica concedendo-se-lhe por Sesmaria, V. Ex^a porém determinará o mais justo. Vila Boa 30 de agosto de 1764

Antonio José de Araujo Moura

Senhores do Senado,
As terras que o suplicante pede não consta se tenham concedido a pessoa alguma é o que posso informar, e V. M. S. mandarão o que forem servidos. Vila Boa 6 de Agosto de 1764.

José Dias Sanches

- 1764 – **José Antônio Pereira** – Morador em Traíras – Terras no córrego dos Barreiros que deságua no rio das Areias – Distrito de Meia Ponte – 1/2 légua (1-52, nº 339).
- 1788 – **Jerônimo Barbosa dos Santos** – meia Lg. córrego Barreiro – Dist. Meia Ponte (PG).

Capítulo XV

A HERANÇA ARCAICA: ECO-HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO

Ao pernoitar no dia 10 de outubro de 1778 na Contagem de São João das Três Barras, em pleno Distrito Federal, o Governador Luís da Cunha Menezes, a quem referimos em outra parte, depois de viajar todo o dia pelo Distrito Federal na trajetória de Formosa – Mestre d’Armas, escreve: ...«*um nascimento de agoas excelentes, as fazendas a maior parte delas são rossas e engenhos de Certão...*»

No dia seguinte, indo dormir nas proximidades de Brazlândia, comentava em seu diário: ... «*bons campos por taboleiros cubertos, chapadas por entre fazendas e rossas...*»

«*Fazendas e rossas, ... rossas e engenhos do certão ...*» De fato antes que se entranhasse a decadência da mineração e sobreviesse o império da subsistência, existiram grandes fazendas de engenho na região.

Segundo a «*Relação das Couzas mais Notáveis e notícia formal destas Minas do julgado de Santa Luzia*», integrante da *Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783*, havia no julgado 14 «*engenhos de moer cana*» e 3 «*engenhos de pilões*» de fazer farinha de milho. A maior parte encontrava-se nas imediações de Luziânia e citamos os maiores: de Manoel Dias Roriz, com 75 escravos, o famoso engenho da Palma do coronel João Pereira Guimarães com 78, e o maior de todos, do capitão José da Costa Vieira, com 118 escravos. Nas nove lavras de ouro citadas nesse ano, apenas duas tinham uma quantidade superior em escravos a esses três engenhos que não eram, portanto, negócios de somenos.

Na área do Distrito Federal também aparecem os engenhos, em menor escala: os de Joaquim da Rocha Couto na fazenda de Santa Rita e o de José Francisco Villa Cortes, cada um com dez escravos. No ribeirão da Contagem, já devia instalar-se também Lázaro de Mello Álvares com 33 escravos, nas proximidades da Fercal, onde ainda existe o local chamado “Lázaro”, embora seu requerimento de sesmaria seja de 1787.¹

Ao sul do Distrito Federal tinha o seu engenho de pilar milho o tenente Gabriel da Cruz Miranda, na fazenda Barreiro, o maior na modalidade, com 16 escravos.

Arqueologia Sesmarial

O que sobrou dessas sesmarias, dessas velhas fazendas do Século XVIII?

Sobrou, fundamentalmente, a posse primitiva da terra, transmitindo-se, por compras e vendas, assim como por herança, pelos séculos subseqüentes.

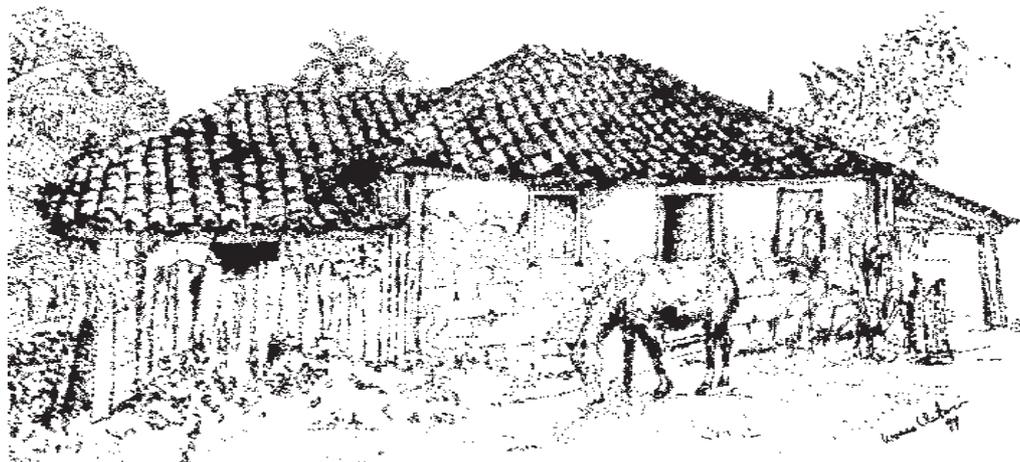
Exceto um ou outro caso de abandono da precária concessão legal, o que vigia eram a posse e as benfeitorias do terreno.

Ao nos debruçarmos pela primeira vez sobre o mapa das fazendas do Distrito Federal, estabelecido pela Terracap, estarrecemo-nos: estava ali bordado, quase íntegro, o velho cenário dos registros paroquiais de 1857.

Mais espantoso ainda, com a vista mais acostumada, juntando-se três ou quatro fazendas de 1857, lá vinham estampadas, quase com detalhes, as efígies das sesmarias do Século XVIII, verdadeiro arcano do espaço fundiário, mostrando que se transmitia aos séculos seguintes, embora fragmentadas pelas necessidades sociais e econômicas das futuras gerações.

1 1787 – Lázaro de Mello Álvares – 1 Lg nas margens do rio S. Bartolomeu da Contagem (PG) Devia situar-se nas proximidades da Fercal. Há um lugar nas redondezas denominado “Lázaro”. É a mais tardia das Sesmarias do Distrito Federal: talvez abrigasse as atuais fazendas do Buraco e a da Lajinha.

A liberdade e segurança com que tratamos a situação territorial das sesmarias ampliou-se aí: com o “futuro” dos registros de 1857, iluminando o passado sesmarial de um século antes. O saudável exercício de retrocessão da história, proposto por Paul Veyne e que de fato, em alguns casos, supre, pelo método da inferência, notáveis falhas da informação.



95. A fazenda Jardim, no Distrito Federal. Bico de pena de Marco Antônio Galvão, 1994.

Sobram também das sesmarias algumas lembranças arqueológicas, e outras vivíssimas e denunciadoras de ancianidade: é o caso das piteiras (pita, agave, sisal). Não sabemos porque as piteiras – que tanto freqüentam as pranchetas de Niemeyer e outros arquitetos modernistas de Brasília – adaptaram-se tão bem ao cerrado, a ponto da existência delas, hoje, em locais imprevistos, indicarem quase sempre um antigo assentamento humano. O Dr. Eurico Miller, arqueólogo iniciador desses estudos no Distrito Federal, escreve: *...«todos os sítios históricos correspondentes a antigas fazendas (coloniais e pós-coloniais), apresentam um fito-indicador bastante precioso que é a piteira.... a qual associada a valetas largas e profundas, indica a existência, no passado, de cercas de contenção do gado.... »* De fato, as piteiras, se plantadas umas próximas às outras, formam uma massa verde alta, cujas pontas rijas dotadas de espinho aguçado dificultam a passagem de gado.

Tinha outras funções, porém, a piteira: fornecedora de fibras longas para a confecção de cordas, tão úteis no cotidiano rural. Se o leitor observar piteiras em meio ao cerrado, avise ao Patrimônio Histórico: deve haver nas proximidades algum sítio histórico colonial ou pós-colonial.

O Dr. Eurico Miller, investigando para o governo do Distrito Federal locais onde se pudesse meter assentamentos sem prejuízo do patrimônio histórico, acabou identificando no úmido vale do rio Ponte Alta, cujas sesmarias comentamos linhas atrás, um expressivo número de ruínas coloniais, entremeados, em muita proximidade, com vestígios de aldeias indígenas mais antigas. É em geral uma região de latossolos vermelhos-escuros, propícios à agricultura, atraentes tanto para o indígena quanto para o colonizador.²

Encontrou o Dr. Miller nessa região quatro sítios identificados com o período colonial. Dois deles são pequenos, denunciando pequenos proprietários. Mas os outros dois são grandes e indicativos de grandes propriedades, sobretudo o sítio Marica, onde o arqueólogo registrou muros de pedra, alicerces de taipa e diversos pedaços de aroeira que podem ser resíduos de alguma sede sesmarial. E centenas de restos de cerâmica, alguns com alças de sustentação, que indicam hábitos do colonizador. No entanto um pequeno número de peças, misturadas, à

2 Eurico Teófilo Miller, *op. cit.*

maneira Jê, com cariapé, induzem o Dr. Miller a pensar que por ali andou o indígena, se não em aldeia própria, quem sabe se como escravo doméstico do colonizador, o que nos parece mais próximo aos costumes da época.

No segundo grande sítio colonial, o proprietário não permitiu a entrada do arqueólogo. Constatou este porém a existência de alicerces de pedra, encimados por grandes tijolos de adobe, constituindo um recinto fechado.

Um e outro desses grandes sítios são muito próximos. ...«É possível que ambos estejam inter-relacionados, administrativa, econômica e sócio-culturalmente...»

Achamos que acerta aqui, parcialmente, o iniciador da arqueologia do Distrito Federal. Pelo estudo das sesmarias temos claro que a maior parte delas (o que melhor se revelará nos Registros de 1857), tinham de preferência suas sedes umas defronte às outras, aparentemente não importando que as terras de seu quintal se estendessem atrás por muitos quilômetros de sertão, como é o caso típico do núcleo habitacional arcaico de Sobradinho.

O instinto gregário do colonizador era mais forte do que o medo de ser um isolado príncipe do sertão.



96. *Cerratenses*, por Rui Faquini

Comer es Antigos

O que se comia nessas fazendas e arraiais setecentistas do sertão brasileiro?

A crer-se numa carta que de Traíras escreveu um padre Manuel Caetano, no ano primeiro do descobrimento das minas do Alto Tocantins (1736), e que o padre, pela enorme carestia, esmiúça em itens, ficamos sabendo sobre a ração mínima do colonizador em um caso limite.

Primeiríssimo a ser lembrado, o milho, tanto para os animais quanto para o sustento humano. Farinha, sem esclarecer-se se de milho, mandioca ou, não improvável, de trigo. Feijão, caríssimo. Toucinho de porco, vendido quando muito por libra de peso. Galinha. Frango. Ovos. De vaca tudo se comia: cabeça, língua, miúdos, carne seca, carne verde, e como é sabido, o berro. Mas não era a vianda preferida, como também entende o mineiro Eduardo Friero. Dos frutos de coleta natural da terra, o primeiro lembrado é o palmito de “guariroba” tão substancioso que dava-se aos doentes, verdadeira salvação nos ermos. Aliás foi o que deu

fôlego à primeira entrada do descobridor de Goiás, o Anhangüera, como lembrou-se de registrar o cronista Silva Braga.

A caça mais lembrada é a do veado. E pesca era de qualquer peixe, de que parece não havia grande população naquelas alturas do Tocantins. Devia de haver também consumo de antas, capivaras, tatus, mas não foram citados, como não o foram moluscos, insetos, inhames diversos que faziam parte da dieta indígena. O padre de Traíras não se lembrou, mas sal, açúcar, rapadura, melão e mel seriam habituais à dieta do colonizador.

Na verdade o grande desespero do padre quanto à fome era a escassez de produtos de origem animal, carne sobretudo. Vá comparar-se com as civilizações herbívoras do oriente! O português colonizador, o africano e o índio encontraram-se sem conflito na semelhança pelo gosto de proteína na alimentação, o mata-fome, o *matambre*, às custas da mais próxima fonte animal.



97. Café com broas, por Elder Rocha Lima, 1993.

Com a honrosa menção e exceção ao palmito de guariroba, quiçá ao pequi esporádico, a culinária inicial era fundamentalmente carnívora, se temos em conta que o milho e as farinhas fazem figuras complementares. Do arroz, no entanto, não há qualquer menção. Viria mais para o fim do Século XVIII, quando já se cultivava em escala no sul de Minas. Curiosamente - Suzane Chantal conta - pela mesma época o arroz com feijão é prato muito apreciado em todas as classes, em Portugal.

Meio século depois, passadas as fomes e os ouros, com a terra mais ancha do que comer, o poeta árcade Bartolomeu Cordovil, professor de latim em Meia Ponte, lembra-se de uma festa em Corumbá de Goiás, onde pelo finzinho do Século andou comento leitões “mal assados”, uns pães de arroz “mal amassados” e um “azedo e sujo aluá”, que é um refresco de cascas de frutas ácidas, sobretudo o abacaxi, como a tudo informa Bariani Ortêncio, em seu **Dicionário do Brasil Central**.³ Cordovil porém, nessa época, era um velhote frustrado que só se consolava em suas libações com o vinho que em Vila Boa era produzido pelo cirurgião-mor Neiva, e que pela latitude e clima, devia levar à morte certa.

Aguardente, desde sempre houve no sertão. Um dos fabricantes dos primeiríssimos tempos é certo Manoel Gomes que deixou seu nome ao córrego que faz barra com o rio Vermelho em Vila Boa. Ademais, pela virada do Século, pululavam pelas minas engenhocas e engenhos de cana e de farinha, como lê-se na *Notícia Geral* e na memória estatística do padre Silva e Souza.

Comida, Meio Ambiente, Cultura

Aos poucos, na mesologia do cerrado, ia brotar uma culinária própria adaptada, estribada em idiosincrasias de um meio ambiente que, sob muitos aspectos, era novo ao colonizador e que o encaminharia ao consumo de alimentos cuja produção adaptava-se à região. E talvez a metabolizar diferente, comer diferente, face ao clima, ao calor, à ausência de iodo e sais raros nos ares e nas águas. Assim os doces antigos foram muito doces, o café abusivo e melado, a gordura e os óleos besuntados, características que entre muitas outras, podem obscuramente explicar-se pela adaptação antrópica.

3 Bariani, Ortêncio - **Dicionário do Brasil Central (subsídios à filologia)**- São Paulo, Ed. Ática, 1983.

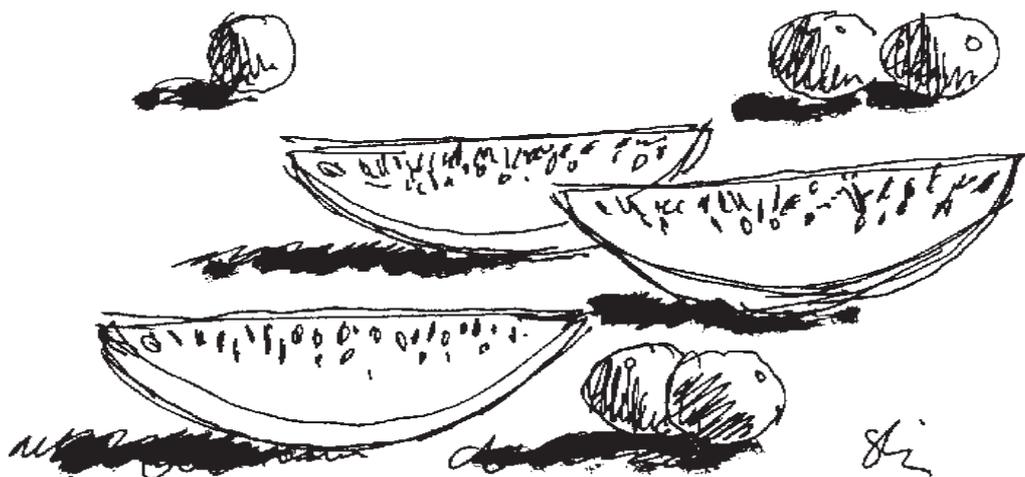
De Goiás exportaram-se algumas modas para a culinária do Triângulo Mineiro e de lá importaram-se outras. Pertenceu a região ao bispado de Vila Boa por dois séculos, e os padres goianos, pastores dos vilarejos surgentes, por certo sugeriram às matronas preocupadas em obsequiar os pobres curas do sertão, o gostinho, a forma de fazer acepipes que os lembrassem do lar remoto. E ademais, lá é cerrado puro, de mesetas, diferente do resto das Gerais, ajustando-se então caçarola e tampa.

É deste século, porém, a perpetuação de culinária goiana em seu formato atual.

A exemplo de Brillat-Savarin, deve-se a três intelectuais de primeiro plano, a fixação, muitas vezes a reinvenção das tradições culinárias de dois séculos volvidos.

Primeiro, anos de 1960 e 1970, Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, a fortíssima poeta e doceira Cora Coralina. Quando D. Cora voltou a Vila Boa depois de meia vida no estrangeiro de São Paulo, trazia um vasto conhecimento de padeira e quituteira e realizou grande releitura de velhas receitas, dividindo os resultados com outras mestras da Cidade de Goiás. A mistura de poesia e de culinária produziu efeitos devastadores – e Cora soube tão bem misturá-los – que a partir daí surgiu uma forma de exaltação poética do de-comer.

Nos anos 70, veio a lume o esplêndido **Cozinha Goiana** de Bariani Ortêncio, e já nos anos 80 o professor Aldair da Silveira Aires, poeta e literato, fundou em Goiânia e Brasília os restaurantes *Forno de Barro*, que definitivamente divulgaram a culinária goiana em seus aspectos mais exóticos: peixe na telha, guariroba na manteiga e outros.



98. Laranjas e melancias, por Elder Rocha Lima, 1993.

Origens Remotas

A culinária goiana e a mineira divergem em detalhes e em alternativas combinantes, parecendo-nos que devem pouco às tradições africanas e pouco às indígenas.

Provêm ambas de uma raiz exótica no norte de Portugal. Segundo Oliveira Marques, para ali chegaram, em algum momento dos anos 1500, sementes de milho provenientes da América. Adaptou-se extraordinariamente o milho entre o Douro e o Minho e nos anos 1600 suplantaria o plantio imemorial de cevada e aveia, e lançaria os fundamentos para uma nova civilização culinária euro-americana.⁴ Uma civilização do milho, importada e amalgamada na Lusitânia e então reexportada para o Brasil junto com o português colonial nortenho, vindo para as minas brasileiras no Século XVIII. É aqui novamente readaptada, ou mais provavelmente

4 A. H. de Oliveira Marques - *História de Portugal*, vol. I - Lisboa, Palas Editora, 1976

reencontrada e aglutinada na cozinha e na alcova do glutão lusitano, pelas matriarcas paulistas com quem usualmente se casavam. Uma civilização do milho? Por quê?

Porque resulta num delírio protéico fundado no trinômio vegetal e inocente do milho, mandioca e abóbora, como até há poucos anos se plantava e se comia nas roças de coivara de todo o Brasil central.

É que com o milho, a mandioca e a abóbora, cria-se o suíno que fornece carne, toucinho e banha. Com o milho cria-se o galináceo prolífico, e atrás dele vem a mesa abundante de frangos, de ovos. Com o milho, os fornos e panelas enchem-se de farinhas, de bolos, broas, curaus, pamonhas, pipocas. Jacy Siqueira denuncia o exagero de as famílias goianas fazerem até quatro pamonhadas gigantes na breve estação em que o milho é verde. O índio, conhecia o milho, mas não as suas conseqüências alimentares protéicas.

Até há poucos anos atrás viam-se provectos fazendeiros dos cerrados medindo, com semblantes carregados, as estripulias do tempo sobre as bonecas de milho. Ano de pouco milho, ano de carestia, poucos leitões, poucos ciscantes.

E ano de espigas bojudas, deitando farta cabeleira loira, ano risonho e festivo, esteado em sólido paiol cheio de milho até o teto, grandeza e porvir de um viver humilde e aldeão.

Escrevia D. Cora, já muito velhinha, e que em dias de poetar, perambulava pela vastidão de sua casa em ruínas, bebendo Coca Cola com analgésicos em comprimidos:

*«O que me planta não levanta comércio nem vantagem dinheiro.
Sou apenas a fatura generosa e despreocupada dos paióis
Sou o cocho abastecido donde ruma o gado
Sou o canto festivo dos galos na glória do dia que amanhece.
Sou o cacarejo alegre das poedeiras à volta de seus ninhos
Sou a pobreza vegetal agradecida a vós, Senhor
Que me fizestes necessário e humilde.
Sou o milho»⁵*

Peixes e Fruteiras

Quanto a peixes, aqui no sertão, o consumo, ainda que sem grande expressão, só encorpou com o advento das geladeiras, neste Século. Não obstante, encontramos referências a pescadores no Araguaia desde os remotos tempos de D. José de Almeida Vasconcellos, em 1774.

Existem diversos pedidos feitos à Câmara de Vila Boa para instalar “Paris de pesca” no rio Vermelho, poluído de mercúrio ao tempo. E hoje de novo, mais e mais.

Peixe seco, por certo, cuja farinha compõe bem no farnel sertanejo, e que era o prato de resistência das classes pobres e da escravaria no Século XVIII. No começo dos anos 1900, Eurídice Natal já informa de matança de peixes a bomba, no inexaurível Araguaia.

Porém, se não o peixe, por certo a pescaria foi e é um esporte apreciado no sertão, motivo de longos causos de conversa à toa.

Frutas. Comeu-se e come-se do que dá a seara dos cerrados. E importou-se de tudo, do mundo inteiro. Em 1801, o governador João Manoel de Menezes lançou os fundamentos de um Horto Botânico, para onde trouxe, provenientes da Índia, mudas de canela e sementes de manga, acondicionadas em caixas com areia. Trouxe mais consigo de Lisboa, por determinação real, exemplares de um livro chamado **O Fazendeiro do Brasil**, para ser vendido em Goiás. Os vilaboenses devem ter ficado basbaques ao verem canoas com livros na importante frota que trouxe o governador – viagem custosa e perigosa – desde Belém do Pará, rio Araguaia acima. À boca pequena deviam chamá-lo “governador dos livros”, se bem interpretamos a malícia cabocla.

Frutas plantadas sim, de procedências diversas. E nesse caso convidamos o leitor a ir conosco à

5 Cora Coralina - **Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais** - São Paulo, Global Editora, 1985



99. Cozinha da fazenda Curralinho, próxima a Brazlândia. Foto de Márcio Viana, anos 1980.

tapera onde foram as casas de Abílio Drumond, morto em 1928 e inventariado em 1931, com seus quintais abandonados em um canto do nosso sítio do Assombrado, município de Cocalzinho, Goiás.

Meio ambiente em movimento, antrópico e depois *anantrópico*, numa lição prática de eco-história.

Sobrou, por exemplo – que não é fruta mas madeira – a cruz de pau d’arco lavrado, marcando, à vista das ruínas, o local onde se enterrou o Drumond. A madeira acinzentou, adquiriu uma textura pétrea e nesses 70 anos a chuva e o sol vão fazendo o seu serviço, justo corroendo no entalhe do braço, obra humana contra as leis da gravidade.

Mais adiante, há o entulho da casa. Pedacos carcomidos de madeira, a cebola de um esteio, algum barro do que um dia foram paredes. Telhas não, se é que havia. Telhas reutilizam-se em qualquer circunstância, nas pobrezaas do sertão.

E o fogão de pedra. Único vestígio reconhecível de artefato, talvez o mais importante da humilde existência de Abílio Drumond. Por ele passou o de-comer, quase que o de-viver, quase que o Abílio inteiro, desde o ameio da roça até a ceva dos porcos. Abílio auto-suficiente, subsistente, pobre. Feliz talvez? Ou isso é termo que não se lembra quando faz-se, é?

Sigamos para o pomar. Duas ou três limeiras anciãs que dão hoje umas poucas limas minúsculas, messe degenerada das velhas árvores.

E o quintal de goiabeiras. Há dois velhos e enormes pés que desde o tempo do Abílio praguejaram terra abaixo, e de que se conta hoje geração de umas duzentas ou trezentas goiabeiras-filhas, tudo de espontânea brotação no abandono do quintal, sobrevivendo, sabe-se lá, a dezenas de queimadas.

Vimos algures, em algum romance de Agripa Vasconcelos, existir em lugar de antigas taperas, junto ao rio de São Francisco, verdadeiras matas de goiabeiras.

E João Francisco Neto, ilustre consultor sobre coisas ambientais, garante ter topado nas brenhas setecentistas de Traíras e Niquelândia, matinhas de limão galego vencendo o sarobão das capoeiras.

A goiaba é originária da América do Sul, mas eis que, em menos de três séculos, fruteiras de origem asiática, como o limoeiro, a laranjeira e a mangueira, por excelência adaptativa, sobreviveram em muito aos homens que as plantaram.

E por que abandonou-se a casa e o quintal de Abílio Drumond, de raça cigana, e de sua mulher Teodora Coelho de Figueiró, esta de imemorial ascendência paulista, posto que *quatrocentã*?

Lepra. Que, diziam antigamente, vinha de comer peixe.

Doenças antigas, meio ambiente novo *antropizado*, alimentos novos, dietas estranhas ao colonizador. O homem, como a vaca – diria Ana Primavesi – é o que come e bebe?

E antigamente, o que se comia só dali saía, da natureza tortuosa dos solos do cerrado, afetando seus frutos de comer, afetando genomas, apressando a evolução, alterando fisicamente e psicologicamente o imigrante, sua prole e a prole de outra prole.

Até irem adquirindo a cor pálida do solo, a prosódia local, os costumes, e a forma de fazer o de-comer. A culinária, subprodução do meio ambiente insondável e da cultura humana possível.

Quem sabe se de cálculos inconscientes de uma alquimia ambiental?



Compara-se o julgado de Santa Luzia, no Século XVIII, com o de Pilar, em torno de um número semelhante de lavras, de escravos, de estabelecimentos agropecuários e de população, disputando a quinta ou sexta posição entre os melhores da capitania decadente. Mas nos primeiros anos chegou a ser o primeiro em riqueza e habitantes.

Nos engenhos e engenhocas, havia 472 escravos e, possivelmente – se valer a comparação com outros julgados da «*Notícia Geral*» – uns 400 outros nas pequenas roças e sítios. Eram expressivos: deviam vir em quarto ou quinto lugar no contexto da capitania, depois de Vila Boa, Traíras e talvez Meia Ponte. A estes somavam-se 225 escravos domésticos de porta adentro, no arraial.

O total geral de escravos subiria portanto a uns 2 mil mancípios em 1783. A comparar-se com os 12.900 citados 20 anos antes – exageradamente, supomos – por Mello Álvares, para o ano de 763.

A «*Notícia Geral*» não nos informa sobre Vila Boa e Meia Ponte, mas Santa Luzia ostentava, nesse ano de 1783, o maior número de casais da capitania: 81 casais brancos – talvez só superado pela populosa e reinol Meia Ponte -, 58 casais de pardos e 20 de negros, representativos de uma população livre de 1,5 mil pessoas e na totalidade do julgado, somando-se os escravos, uns 3,5 mil residentes.⁴ Esse é o mesmo número levantado em 1757 na «*Relação das Vigairarias*», que incluímos na «*Notícia Geral*».⁵

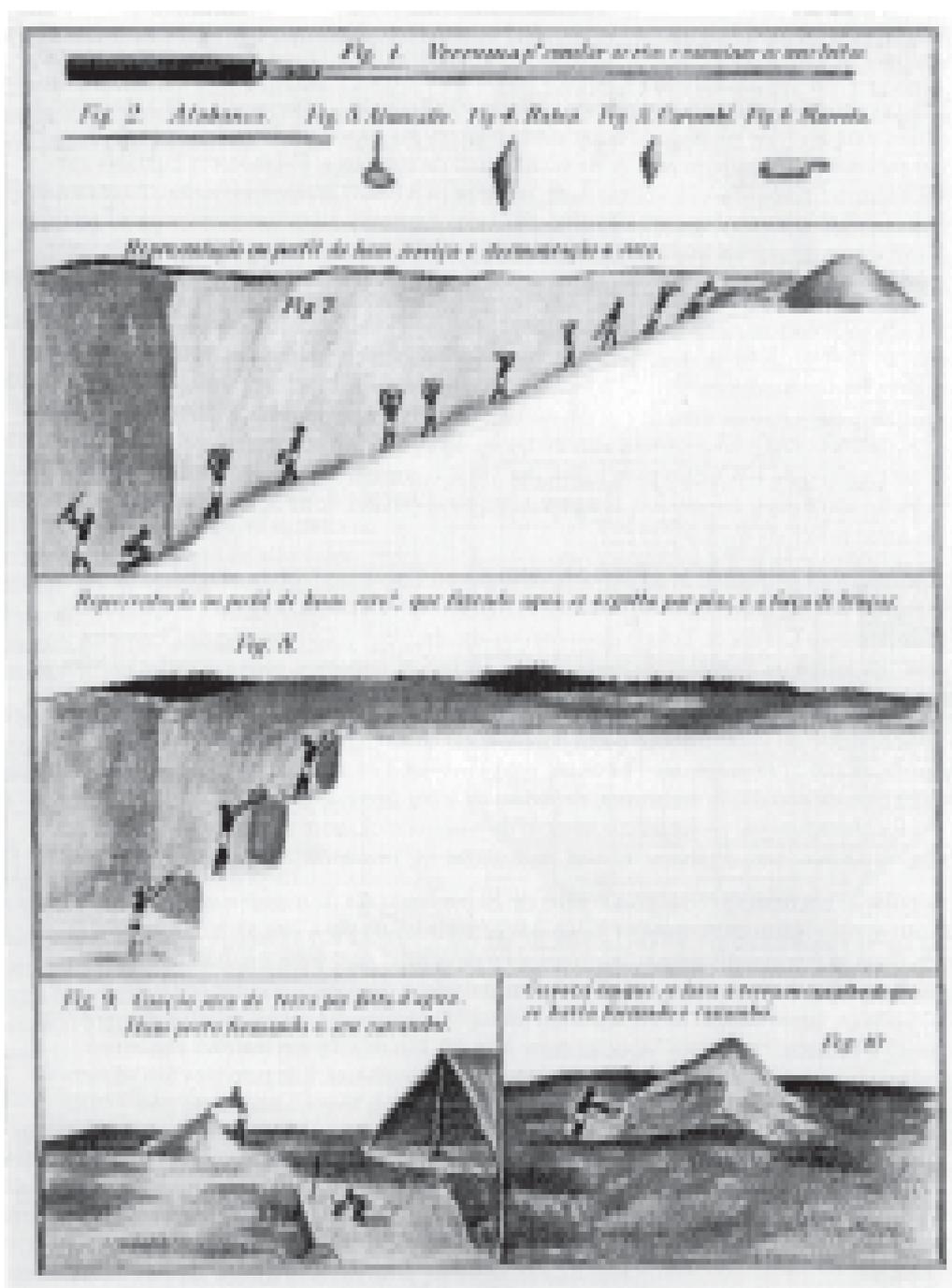
Índices do que contém a notícia geral da Capitania de Goiás.

<i>Nomes de Villa Boa</i>	<i>de f. 1</i>	<i>de f. 34</i>
<i>Vigairaria de Arroyal das Índias</i>	<i>de f. 67</i>	<i>de f. 76</i>
<i>Julgado, edictorio de Goiás</i>	<i>de f. 77</i>	<i>de f. 81</i>
<i>Julgado, edictorio de Pilar</i>	<i>de f. 89</i>	<i>de f. 96</i>
<i>Julgado, edictorio de Traíras</i>	<i>de f. 91</i>	<i>de f. 117</i>
<i>Julgado, edictorio de São João</i>	<i>de f. 119</i>	<i>de f. 140</i>
<i>Julgado, edictorio de Cavalariço</i>	<i>de f. 143</i>	<i>de f. 174</i>
<i>Julgado, edictorio de São Francisco</i>	<i>de f. 174</i>	<i>de f. 176</i>
<i>Julgado, edictorio de São Cosme</i>	<i>de f. 179</i>	<i>de f. 183</i>
<i>Julgado, edictorio das Arroyas</i>	<i>de f. 185</i>	<i>de f. 187</i>
<i>Julgado, edictorio das Cabanas de São João</i>	<i>de f. 189</i>	<i>de f. 196</i>

101. Abertura da *Notícia Geral* da Capitania de Goiás, de 1783. Biblioteca Nacional.

4 Ver no final do capítulo a compilação estatística da *Notícia Geral da Capitania de Goiás*, Quadro de População e Projeções para o ano de 1783.

5 Vigairarias da Capitania de Goiás (Bispado do Rio de Janeiro: 1757).



102. Processo de mineração e ferramentas. Desenho do Século XVIII.

Circunstâncias do Descenso Aurífero

Esse pequeno mundo de lavras, de engenhos e de sítios vai se desfazendo, na medida em que o final do Século XVIII escoia as últimas bateias do minério aurífero.

As sesmarias da segunda metade do Século instalam-se para compensar os custos alimentares da extração do ouro em declínio, e ambos espicharam, em sincronia, o patamar mais raso da extinção da mineração. A parte mais visível do mundo rural, que era o Engenho de Sertão, não podia nunca se vincular, pela obstrução das distâncias, ao comércio nacional e internacional do açúcar, e com o tempo passou a significar apenas um forte núcleo de produção agrícola diversificada, como veremos adiante. E no entanto, em número cada vez menor: dos 17

engenhos citados em 1783, não havia em 1810 sequer meia dúzia que merecesse a denominação.

O que vai surgir – se é que antes já não viessem proliferando – são os sítios de subsistência familiar, uma fórmula simples, de dois ou três homens plantando um pequeno trato de terra, que fornecia os alimentos do ano. A economia rural de abundância. Estando em Luziânia em 1819, escreve Saint-Hilaire:... «*Seria pura perda se os colonos plantassem milho, feijão e arroz em quantidade superior à necessária ao sustento da família; porque excetuando-se os anos de carestia, como aquele em que eu viajava, esses gêneros não poderiam encontrar compradores.*»⁶ E aduza-se: se não fossem consumidos no ano, apodreciam ou eram devorados por traças e brocas nos antigos estoques, insusceptíveis aos modernos defensivos.

Há relativa estabilidade populacional: em 1812, segundo Pohl, o julgado de Santa Luzia abrigava 2.622 pessoas.⁷ Expressivas mudanças sociológicas fizeram-se entre 1783 e 1814: caía a população branca de 81 para 40 casais, mantinham-se em vinte o número de casais negros livres e os pardos subiam de 58 para 200, com o curioso detalhe de que 90 mulheres pardas casadas viviam sós ou eram viúvas. De qualquer forma a população escrava diminuía: de 1.500, no ano de 1783, caía para 1.264, em 1814, o que em 30 anos da extinção da mineração não é assaz expressivo. E a população total elevava-se de 3,5 mil para 3.886 habitantes.

Por gentileza da professora Mary Karash, da Oakland University, recebemos cópia de um documento por ela encontrado no Museu das Bandeiras (AMB cód. 342, nº 10) em que o vigário Timóteo Correa de Toledo enumera, no ano de 1798, 2.980 pessoas de “Primeira Classe” no termo da freguesia de Santa Luzia.⁸ Incluía aí, supomos, toda a população livre do julgado.

O levantamento do vigário permite-nos conhecer do quadro etário de seus paroquianos. Naquele ano de 1798 nasceram 123 crianças e morreram 114 adultos, com uma taxa de crescimento da população muito alta, da ordem de 8 por cento ao ano. A mortalidade infantil devia ser elevadíssima: projetando o número de nascimentos sobre a população de 1 a 7 anos, obtém-se 43 por cento de óbitos infantis, sem contar os “inocentes” natimortos.

A população era muito jovem: pouco mais de 30 por cento era de meninos entre 1 e 14 anos. É curioso que o vigário chamasse por “meninos e meninas” de um a sete anos, o que chamamos de crianças, e que classificasse como “rapazes e raparigas” os meninos e meninas de 7 a 14 anos. A ótica do padre “amadurecia” cedo a população e desconhecia o que chamamos hoje adolescência, como estágio de crescimento protegido. Assim, “homens” adultos são aqueles entre 15 e 60 anos, “mulheres” aquelas entre 15 e 50. Em relação aos padrões modernos envelheciam precocemente os homens e ainda mais as mulheres, que pelo elevado número de gestações e pela dura faina em volta do desidratante fogão a lenha, eram como que consideradas “velhas” aos 50 anos de idade. Compunham esses adultos o grosso da população da freguesia de Santa Luzia, em 1798, em torno de 55 por cento.

O vigário não os chama de velhos, mas nesse ano de censo, havia entre seus paroquianos 141 mulheres acima de 50 anos e 98 homens acima de 60, representando escassos 8 por cento da população.

Guardados quase dois séculos de distância, os critérios do vigário não diferenciam muito do que se observa no fim do século XX, nos ainda muito andares de subsistência do Planalto: a maturidade aos 15 anos e a velhice precoce aos 50 e 60 anos.

6 Saint-Hilaire, *op. cit.*

7 Quadro sinótico da População do julgado de Santa Luzia em 1812, no final do capítulo.

8 Sinopse das *Pessoas nesta Freguesia de Santa Luzia de Goyaz no Anno de 1789*, reproduzido no fim do capítulo.

O Descenso visto da Contagem de São João

Rareava de todo o ouro extraído das minas e a região tornava-se autárquica, por não ter como vender ou como comprar. O primeiro reflexo vai expressar-se pela queda das importações e na frequência de viagens das tropas de mercadores.

Para nos atermos apenas ao movimento da Contagem de São João das Três Barras, instalada no centro do Distrito Federal, rendia esta ainda em 1788, pelo imposto de importações 5:706\$000 réis equivalentes a 13,7 quilos de ouro.⁹ A Contagem arrecadava há 52 anos e, nesse meio século, seguramente passara pelos seus cofres mais de uma tonelada de ouro.

Nesse ano de 1788 registraram-se por lá 111 tropeiros comerciais, a maior parte com pequenas partidas de gado do Paranã e do “Ourucuia” (Urucuia) para venderem em diversos pontos da Capitania. O movimento encorpava-se depois das chuvas. Entre junho e julho daquele ano, pelo menos seis comboios da Bahia deram entrada na contagem com cargas de alto valor: 265 escravos e 92 fardos de fazenda seca. Do Paranã, no mesmo período, uma única partida de gado internava 270 reses nas minas.¹⁰

Dez anos depois, 1798, o movimento caíra pela metade, e em 1808 à quinta parte, movimentando-se uma quantia de 1:254\$000 pagos a escassos 34 comboios.

A partir de então o descenso das importações e do movimento tropeiro chega a ser inacreditável: em 1809 foram apenas sete tropas pagando 104\$000. Em 1810, seis tropeiros pobres, pagando 15\$000. Por toda a década de 1810 – 1820, não se excederá a doze viajantes com 80\$000 anuais.

Estavam consumados o *ilhamento* e a desmonetização econômica da região e da capitania. Em 1804 apenas dois gêneros¹¹ eram objeto de exportação na capitania: o bom fumo de rolo de Meia Ponte e Corumbá, valendo 27\$000 o quilo, de que se exportou a soma pouco expressiva de 2:804\$000, e a desde então famosa marmelada de Santa Luzia, cuja produção para aquele ano monta a 3 mil quilos no valor de 960\$000 – 2,3 quilos de ouro – expressão de toda a riqueza a que se resumia agora Santa Luzia: 1 por cento do ouro extraído em 1764. É de se observar que os dois únicos gêneros de exportação da capitania provinham do Planalto.

Dizimeiros e Dizimados

Sobre a economia aurífera cadavérica tornava-se cada vez mais ampla a sombra de rapina do dizimeiro... «*O quinto empobreceu Goiás e o Dizimo acabou de matá-lo*», escreveria, com toda a franqueza, o governador José de Almeida Vasconcelos na década de 1770.

Pre-marca.				Pre-adobaz.			
Quilos	Ouncas	Grãos	Quilos	Ouncas	Grãos	Quilos	Ouncas
806	7	9	32	22	7	9	28
663	0	9	25	3	0	9	25
125	7	0	22	3	7	0	22

103. Rendimento do ouro da fundição de Vila Boa de Goiás em 1759 e parte de 1760. Arquivo Histórico do Estado de Goiás, Goiânia.

9 Quadro do Movimento de tropas e tributação das entradas na contagem de São João das Três Barras (1788-1818), no final deste capítulo.

10 AMB cod. 154

11 Gilka Vasconcelos Ferreira de Sales in *Economia e Escravidão em Goiás Colonial*, Goiânia, Ed. UFG, 1983.

Era escorchador, visto os novos limites de subsistência e abastança da região, o lançamento de todo e qualquer imposto, mesmo esse que devia ser de 10 por cento (dízimo), sobre a produção rural, e que em verdade era cobrado pelos índices de uma tabela, sendo quitado em oitavas de ouro, de escassa circulação.

Em 1804, era cobrado no julgado de Santa Luzia quase pelo mesmo valor do que rendia, ainda em boa fase, a Contagem de São João: 867\$000, valor equivalente a toda a marmelada exportada por Santa Luzia.

Até 1795, quando se mudou esse sistema iníquo, caso não se apresentasse o fiscal à colheita, o que era a regra geral, poderia o roceiro ser indiscriminadamente taxado em 1/8 de ouro por dependente. O mais comum é que não comparecesse o fiscal e depois fosse cobrar do assustado roceiro e de sua numerosa prole, um valor que excedia em muito o dízimo da produção. Segundo a professora Gilka Vasconcelos, mais de um exator foi morto... «*misteriosamente, nos ermos que separavam uma fazenda da outra*».¹²

Em 1817, visto a falência da fazenda real, foi autorizado aos funcionários públicos e aos soldados que guarneciam os registros, a execução de devedores do erário, entre eles os roceiros devedores de dízimos, para neles ressarcirem-se até o limite de seus salários atrasados.¹³ Deve ter sido um horror.

De bom sobrou-nos apenas o caderno do dizimeiro do julgado de Santa Luzia, a permitir-nos uma visão da região e de sua economia no ano de 1810.

Ao Sul do Distrito Federal

O livro de registros de dízimos rurais para o julgado de Santa Luzia em 1810, existente no Museu das Bandeiras na cidade de Goiás, é um precioso repertório para conhecermos da ocupação do Distrito Federal e do que aqui se produziu naquele ano de notável recolhimento da região sobre si mesma.¹⁴

O lançador de impostos – um certo Luciano Rodrigues – saiu de Santa Luzia a 7 de julho de 1810 e para lá retomou em 14 de dezembro, fazendo o levantamento de 288 sítios do julgado. Sessenta por cento das propriedades foram taxadas pela módica quantia de 1/8 de ouro (4 gramas) e só uns escassos 10 por cento tiveram impostos acima de 2/8, incluindo-se aí um meia dúzia de engenhos, que a tanto reduziam-se, uma geração depois, os 17 grandes estabelecimentos do ano de 1783.

Começou o agente fiscal sua viagem pelos ribeirões Saia Velha e Mesquita e dois dias depois já se encontrava no Distrito Federal, avençando o rico engenho do Barreiro, ao sul do Gama, sesmaria que meio século antes era do tenente Gabriel da Cruz Miranda, com moinhos de farinha e que agora pertencia aos Álvares da Costa, analfabetos, com grande engenho de açúcar. Dalí seguiu para o rio Cachoeirinha – atuais fazendas Papuda e Santa Bárbara, onde havia dois sitiantes – transpondo o rio São Bartolomeu, que pelo mês devia estar baixo de águas, talvez na altura dos “Dois Cotovelos” da sesmaria antíquíssima de Ordonho de Sespeda. No São Bartolomeu havia dois sítios valendo boas 5/8 de imposto, e outro pobre, de 1/8, todos pertencentes a proprietários analfabetos.

Na próxima etapa, sempre percorrendo o sudeste do Distrito Federal, foi à fazenda de São Bernardo, onde havia dois pequenos sitiantes. A partir de então passou a encontrar-se com as famílias dos Monteiro Guimarães e Fonseca e Mello. Vivia ainda D. Tereza da Fonseca e Mello, viúva do português fundador José Monteiro Guimarães. Eram todos pobres e moravam mais ou menos próximos, mas atuais fazendas Poço Claro ou Lamarão, na das Várzeas – enorme propriedade pertencente ao porta bandeira Manoel Monteiro Guimarães – e em Água Clara, que abrigava três sítios razoáveis dos Fonseca e Mello, valendo 3/8 de imposto cada.

Os Fonseca e Mello eram semi-alfabetizados: inseguros e cheios de tremura assinaram sua concordância com o imposto. Já alguns dos Monteiro Guimarães eram analfabetos e por eles

12 *Id.*, p.208.

13 AMB, vol. 398.

14 Extrato do Livro de Lançamento dos Dízimos de Santa Luzia em 1810, com o valor do imposto em 8^o(oitavas) de ouro, publicado nos anexos ao livro.

assinou, a rogo, com letra ágil e firme, José Monteiro Guimarães, o moço.

Da sesmaria de Campo Aberto dos Guimarães, o exator seguiu para as atuais fazendas Jardim – com dois sítiantes – e para a do Buriti, com quatro sítiantes. Dali passou, em 20 de julho de 1810, para os atuais municípios de Formosa e Cabeceiras, em Goiás, com 37 propriedades, quase todas de subsistência, entre o rio Preto e o rio Bezerra, fazendo divisa esse último com Minas Gerais. Muito habitados nessa região eram os sítios do Brocotó e o da Piedade.

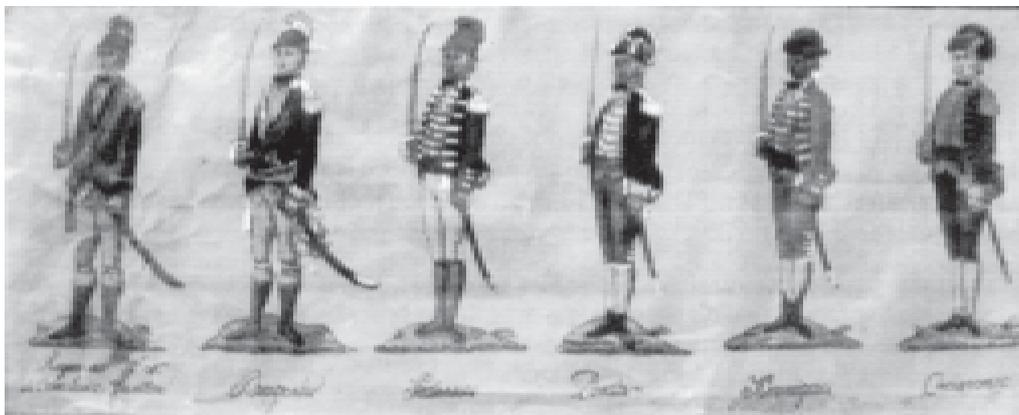
Em 12 de agosto, três semanas depois reingressa o fiscal ao Distrito Federal, autuando diversos descendentes do sesmeiro Viegas de Ataíde, nas atuais fazendas Santa Rita e Retiro, remediados e alfabetizados, com boas assinaturas. Havia ali por perto um misterioso lugar dito Boa Vista, com a importante povoação de quatro sítiantes, que supomos ser a atual fazenda Buenos Aires. A coroa portuguesa teve um enorme trato de terras no Paranã que se chamava tanto por Boavista quanto por “Buenos Aires”, sofisticado empréstimo à língua espanhola, para indicar uma boa vista, uns “Bons Ares”, uma situação arejada e bonita. Não faltava senso estético aos velhos colonizadores!!!

Em Mestre d’Armas e Sobradinho

Dali foi o fiscal diretamente sobre Mestre D’Armas, atual Planaltina, aonde o esperavam sete fazendeiros da região, geralmente remediados e sabendo assinar o nome, entre eles, o mais ágil, José Gomes Rabello. Gelmires Reis, lendo os assentamentos de Santa Luzia, diz que a 25 de janeiro de 1812 foi sepultado «no cemitério chamado Mestre D’Armas» um Francisco Teixeira Coelho, casado com D. Marcolina Monteiro. De fato, Francisco Teixeira Coelho ali vivia em 1810 e pagou 3/8 de imposto.

O professor Mário Castro, depois de exaustivas pesquisas, estabelece a fundação de Mestre D’Armas por volta de 1811, um ano depois que nosso acerbo fiscal percorreu a região, no que com ele concordamos.¹⁵

Quanto ao Mestre D’Armas que deu sua denominação à região que – segundo as tradições



104. O Século XVIII com espadas à mão. Uniformes das tropas regulares da Capitania de Goiás em fins do Século. Museu das Bandeiras, Cidade de Goiás.

colhidas por Mário Castro – era um consertador de armas e ferreiro habilidoso, tanto no trato das armas quanto de outras ferramentas, já vimos que era denominação existente desde 1773, desde a viagem de D. José de Almeida e, quer-nos parecer, bem mais antiga do que isto. E o nome Mestre d’Armas guarda seus segredos:

Passamos toda uma tarde – o autor e seu jovem auxiliar João Frederico Bertran – na biblioteca da Universidade de Brasília para deslindarmos desde a seção de obras raras até às de referências enciclopédicas, em diversas línguas, o que seria um *mestre d’armas*. Encontramos no Caldas Aulete de 1881: *mestre d’armas – professor de esgrima*. No Grand Dictionnaire

15 Mário Castro in *A Realidade Pioneira*, Brasília, Ed. Thesaurus, 1986.

Larousse: *maitre d'armes ou maitre en fait d'armes – professor de esgrima*, com a erudita citação de que Jean François Arouet – o filósofo Voltaire – teria contratado, em meados do Século XVIII, um maitre d'armes para ensiná-lo como atuar num duelo de florete com seu arquiinimigo o duque de Sully.

Tratando-se do Século XVIII, todo ele ainda com espadas à cinta, não surpreende absolutamente que um professor de esgrima – um mestre d'armas – tenha vivido às margens do ribeirão Mestre D'Armas e isso antes de 1773, em que já é citado por esse nome pelo governador José de Almeida.

Se no depois o professor de esgrima tenha montado tenda de ferreiro, é história outra, até agora não verificável.

Seria também o mestre d'armas o mesmo que o “mestre armeiro”, que pagava imposto de ofício do mister, e de que encontramos, em 1751 ¹⁶ uma Carta de Privilégio de Armeiro para Goiás, passada por Ordem Real, a certo Félix de Araújo Braga?

Indo agora de Planaltina para o Oeste, o lançador de impostos rurais de 1810 deparou-se com diversos sítios no rio Maranhão, todos de subsistência, até encontrar o sítio do Sobradinho, indubitavelmente nas cercanias da atual cidade de Sobradinho.

Sobradinho é muito antiga, já vimos antes. Ali batizava em 3 de junho de 1747 – um ano depois do descoberto de Santa Luzia – a dois escravos seus, com as bênçãos do padre coadjutor de Meia Ponte, Carvalho da Mota, certo capitão Domingos Pereira de Brito, de quem um descendente existia em 1810 na fazenda da Bandeirinha, próxima a Formosa.¹⁷

Já tinha esse nome de Sobradinho e não sabemos a que atribuí-lo. Disse-nos o professor Mário Castro que de acordo com a tradição oral existira ali realmente uma edificação rural com dois andares. Por outro lado é impossível esquecer que alguns locais do Nordeste brasileiro chamaram-se “Sobradinho” apenas porque eram “sobras” pequenas por entre gigantescas sesmarias. É o que nos parece mais provável no caso em estudo. Mas um documento de 1737 relata a construção de um sobrado à beira do Tocantins, para fins defensivos dos moradores contra os índios.

Não obstante há a tradição, dois séculos depois, de o nome “sobradinho” vir de duas casinhas superpostas do pássaro João-de-Barro, que é um extraordinário construtor. Na fazenda do Dr. Wagner Gonçalves, no Capim-Puba, não longe do histórico registro dos Arrepêditos, vimos ninhos de João-de-Barro que chegavam a três andares de altura, com muitos “apartamentos” estendendo-se lado a lado.

A nordeste de Sobradinho existem ainda duas magníficas sedes de fazendas antigas, muito bem preservadas por seus proprietários. Em uma delas, com uma bela, extensa e proporcionada casa – cujo proprietário é embaixador do Brasil no Oriente – não apenas o acesso é interdito como se é impedido até mesmo de fotografar o monumento histórico sem autorização expressa.

De Sobradinho para o Norte, foi o exator de impostos cobrar os dízimos no Vão do Buraco, atual vale da Fercal, onde viviam sitiados pobres.

Daí seguiu o agente fiscal para o Norte, onde, nos atuais municípios de Padre Bernardo e de Planaltina de Goiás investigou cerca de 30 sítios, entre medianos e pobres, no famoso Vão dos Angicos. Os principais concentravam-se nos lugares do Barreiro Alto (atual Padre Bernardo?), do Sumidor e da Tapera, geralmente pobres, com exceção de três ou quatro que ultrapassavam a cota tributária de 3/8 de ouro.

Segundo Mello Álvares, o primeiro a chegar ao Vão dos Angicos, em 1749, foi o bandeirante Veríssimo Martins Nogueira que, cansado da vida errante, estabeleceu ali uma criação de eqüinos.

16 AMB, cód. 385.

17 Informação verbal que nos passou o professor Ramir Curado, coletada no livro nº 1 de batizados de Pirenópolis. No mesmo dia era batizado na Contagem de S. João um escravo de certo Antônio Luiz.

O Vão dos Angicos, até os anos 1960, era o principal referencial agrícola do Planalto: Gelmires Reis, intendente municipal em 1930, admite que as principais carregações de víveres para Santa Luzia vinham do famoso vão. O brigadeiro Lysias Rodrigues, um dos fundadores da atual arma da aeronáutica, e primeiro homem a voar sobre o Planalto, em novembro de 1935, chegou a escrever, sem muita base historiográfica, que o Vão dos Angicos fora colonizado pelos paulistas Camargo no Século XVIII.¹⁸ Lembra-nos mestre Bernardo Élis da dúvida sobre a primazia desse vão do brigadeiro Lysias. Parece que em 1926 – no encalço da Coluna Prestes, que então girava o Planalto – dois aviões do exército teriam aterrizado em Formosa, sendo que um deles não mais levantou vôo.

Voltando para o Sul, nosso exator vai ao sítio do Currealinho que vem a ser a primeira fazenda do extremo noroeste do Distrito Federal, propriedade, em 1810, de Antônio Rodrigues do Prado, grande sobrenome paulista a que pertencia Domingos Rodrigues do Prado, “matador insigne”, genro do Anhangüera e fundador da grande mina de Crixás. Ainda há Rodrigues do Prado na região. Dali rompeu para o sítio do Buraco (cabeceras do rio Verde?) e de lá para a fazenda da Colônia onde, em 1771 o padre dominicano Julião das Neves, vindo da Bahia para atender à miséria que imperava entre os pobres do arraial de Santa Luzia, animou-se a instalar uma colônia agrícola de desvalidos e apascentar a população do rico Vão dos Angicos. Não sabemos quanto tempo prosperou a Colônia, de que não há mais vestígios, a não ser na sobrevivência do nome.¹⁹

Vinha então o sítio dos Paulistas, com os sitiante Francisco Pinto de Camargo, José Fernandes da Silva e Luiz Antônio Ferreira da Silva, pelo menos dois deles, Camargo e Fernandes, com sobrenomes paulistas. É indicativo mas não conclusivo, que um dos maiores mineradores de Crixás, Antônio Camargo Pimentel, tenha, em 1777, implantado uma sesmaria não longe dali, nas cabeceras do rio Descoberto, para onde pode ter trazido parentes e aderentes paulistas de Crixás, às voltas, por todo o Século XIX, com ataques indígenas. A fazenda Desterro, nas proximidades, com esse triste nome, é forte candidata a ter sido conhecida em 1810 com o nome de sítio dos Paulistas. Reforça a hipótese os Rodrigues do Prado do sítio Currealinho.

Passou então o exator, sem registrar qualquer sitiante, pelos grandes campos limpos de Brazlândia e foi assentar suas avenças na fazenda da Guariroba, aos fundos de Ceilândia e Samambaia, onde havia dois pequenos sítios.

Dali ao Sul reconheceu quatro agricultores nos sítios de Capão e do Cafundó, que não sabemos onde seja, parecendo-nos porém que esse Cafundó possa ser o futuro Buriti dos Alves ou Tição, onde já assistia, em 1810, Plácido Alves Rabello.



105. Gelmires Reis, historiador e cronista, fundador da Academia de Letras e Artes do Planalto. Foto da década de 30.

¹⁸ Lysias Rodrigues in *O Rio Tocantins*, Goiânia, Ed. Governo de Goiás, 1978.

¹⁹ J. M. Álvares, *op. cit.*, p.99.

Era meados de setembro de 1810. As chuvas começavam a cair. Viajando há dois meses e meio ininterruptos, o fiscal e seus auxiliares deviam estar extenuados. Passou então rapidamente pela região do rio Alagados e pela Boa Vista, regressando a Santa Luzia a 18 de setembro de 1810, onde passa todo um mês refazendo-se.

A partir daqui, as viagens do exator são erráticas, ao ritmo das estiagens de chuva. Pode ter acontecido que alguns sítiantes não visitados na longa viagem tenham até mesmo vindo a Santa Luzia para declarar seus impostos. Parece-nos os casos dos proprietários dos sítios Passatempo, Descoberto e Albano do Couto (Urbano do Couto) este muito longe, no extremo noroeste do Distrito Federal.

Pode ser, por vias transversas, que nessa época o pagamento dos dízimos acabasse constituindo-se como sucedâneo do requerimento de sesmaria. Algo no gênero: quem paga imposto ao governo dono é, pois o Estado não refuga seu contributo e portanto aceita implicitamente a propriedade da terra que gerou o imposto. Isso explicaria com certa facilidade a interrupção em Goiás do sistema sesmarial, nos longos anos que vão de 1780 a 1822, até a Lei de Terras de 1850. A “escritura” da propriedade passou a ser o recibo do imposto do dízimo. Até hoje, em remotos rincões do Planalto, amarrados recibos de imposto do INCRA, são orgulhosamente apresentados como provas de propriedade do solo.

Um Engenho do Planalto

Com cavalos descansados e espírito de urgência, o exator internou-se novamente pelo extenso julgado de Luziânia, encontrando muitos e pobres sítiantes no sítio do Descoberto de Santo Antônio, do Piancó e de São Bartolomeu, até chegar ao rico engenho de São Sebastião, de propriedade do capitão Pascoal da Rocha Clemente, o mais rico contribuinte de impostos de Santa Luzia nesse ano de 1810, pagador de 35/8 de ouro, equivalente a 126 gramas.

O Dr. Johann Emanuel Pohl foi hóspede do engenho em fins de 1818 e dele deixou-nos vívida descrição conquanto tenha grafado o nome do capitão Pascoal por capitão “Pasqualho”:

«Ali chegamos tão extenuados pelo calor sufocante, que uma bandeja com frutas e legumes que uma negra me ofereceu, em nome da proprietária, me foi um presente tão apreciado como jamais julgava ter recebido em minha vida. Mais tarde apareceu o dono da casa, Capitão Pasqualho e, com um prato de uvas na mão, deu-me as boas vindas. Fiquei sabendo, depois, que além de homem hospitaleiro, era um dos mais esforçados agricultores da região. O seu engenho de açúcar, embora não se compare com os maiores do país, como, por exemplo, os dos arredores do Rio de Janeiro, da Bahia etc., figura entre os maiores da Província de Goiás. Os pequenos, que surgiram em grande quantidade graças à isenção de impostos por dez anos, logo desapareceram, em grande parte, por falta de escravos; e, apesar de serem simples povoados, continuam a ser chamados engenhos. O engenho do Capitão é de madeira, mas sólido e bem construído. As moendas são movimentadas por uma roda-d'água que, quando não mói cana, serve para moer milho. Aqui fiquei conhecendo bem como se cultiva e se beneficia tanto o milho como a mandioca (Vide nota 8 nos anexos ao capítulo).

«O capitão Pasqualho teve a amabilidade de informar-me sobre outros aspectos de suas atividades. Para o branqueamento do açúcar serve-se ele raramente da cal, como qualquer outro dono de engenho no Brasil, preferindo a cinza, em forma de barrela, que é deitada no caldo de cana fervente. Muitas de suas operações deixam a desejar. Assim é que se serve de enormes alambiques, que consomem lenha, para produzir a aguardente de cana também chamada cachaça e não sabe eliminar o repugnante ressaibo de bebida inebriante.

«Ele também produz grande quantidade de carne-seca, cujo preparo é pouco trabalhoso. Abate-se o animal e, em mantas de 2,5 centímetros de espessura, a carne é salgada e exposta, por três dias, à ação do ar e do sol. Com isso está findo o trabalho, e a carne em condições de conservar-se por vários meses. A carne-seca tem aparência desagradável e gosto insípido.

«No horta do engenho encontrei couve e alface, de folhas soltas, pepinos, cebolas, aipo, salsa, flor-de-verão, a balsâmica rosa semper florens (a única roseira cultivada em todo o país). Diferentes variedades de pimenta turca, Capsicum annuum (aqui chamada simplesmente pimenta), ananás, bananas, laranjas, limões, uvas, rícino, marcela, cará (Discorea sativa) etc.»²⁰

O Fiscal Atribulado

A partir daqui renunciamos a acompanhar o fiscal de Santa Luzia, que parece ter feito uma série de pequenas viagens pela região, sem a linearidade com que se conduziu no tempo da estiagem.

Citaremos apenas as fazendas em que lançou impostos dentro do Distrito Federal, e unicamente as que têm os mesmos nomes até hoje, perdendo-se aí um boa dúzia de informações valiosas.

Andou, no extremo oeste do Distrito Federal, pela fazenda das Lajes, pelo sítio do Capão – que



106. Fazenda Desterro, área rural de Brazlândia. Foto de Márcio Viana, anos 80.

parece ser a atual fazenda da Jibóia – e voltou às fazendas do ribeirão Alagados, passando pelo sítio do Bom Sucesso de Caetano Ribeiro de Vasconcellos. Foi à fazenda do Saltador, abaixo da barragem do Descoberto, esteve ou mandou alguém até a fazenda do Tamanduá, ao sul de Taguatinga.

No riacho Fundo, nas imediações do Núcleo Bandeirante, encontrou pelo menos quatro sitiantes, todos eles pobres. Residia ali Onofre Pereira dos Santos, de quem há descendência internada para os lados dos ribeirões da Antinha, Barreiro e do Rio Verde, no atual município de Cocalzinho de Goiás. Um pereira dos Santos encontra-se entre os fundadores de Pirenópolis e Niquelândia.

Até do Parnaguá – Paranoá – registram-se dois sitiantes e é interessante ver o que produziam esses agricultores da região do lago de Brasília. No sítio do Parnaguá de Bernardino da Silva Rezende, escreve o fiscal: *«Aos 10 de dezembro de 1810 avaliamos a sua roça e achamos render de milho quarenta alqueires, feijão, cinco, arroz, dez, algodão, cinco arrobas, quarto de Poldro um, no que nos confirmamos e para constar passamos o presente por ambos assinado, com a assinatura do lavrador – 2/8 e 4/5. Luciano Rodrigues (era o fiscal) – A rogo*

20 Johann Emanuel Pohl, *op. cit.*

(ilegível). A conta, equivalendo a 11 gramas de ouro só foi paga aos 27 de setembro de 1814, quatro anos depois, quando talvez já acumulasse de dívidas outras quatro vezes aquele valor. Se estiverem certas nossas tabelas de conversão de medidas antigas, o milho colhido equivaleria a uns 1.400 quilos, o arroz (em palha) a uns 360, e o feijão a 180 quilos.

Comparando com nosso próprio consumo de arroz e feijão, achamos que aquelas quantidades bastariam para o consumo anual de uma família de 10 membros. Produzia ademais o Bernardino 75 quilos de algodão, que devia ser o suficiente para vestir a família e ainda vender o excedente. E sem dúvida tinha o meio de transporte da época: um cavalo e uma égua que naquele ano pariu um potro, alçado de nascença, do imposto de seus quartos para a Fazenda Real.

Seu vizinho no Paranoá, Isidório Pereira da Costa, de quem há descendentes no rio Macacos, no município de Santo Antônio do Descoberto, produziu as mesmas quantidades de alimentos do Bernardino, exceto algodão e potros e pagou a metade do imposto daquele: escassa 1/8 de ouro, o que era a norma, o padrão regional.

Comparecem finalmente terras do atual município de Cristalina, com uma fazenda no Mimoso e duas no sítio dos Topázios, este perto de onde o jornalista Jaime Sautchuk instituiu em sua fazenda – com altruísta cláusula de *gravação à perpetuidade*, passada em cartório – um santuário de vida silvestre, preservando para as gerações futuras uma bela área de cerrados e campos rupestres.

Produções Rurais

Criar gado passou a ser um perigo desde fins do Século XVIII, quando a Fazenda Real lançou o imposto de uma oitava de ouro por cabeça de gado adulto, e o demais, bezerros e potros, na proporção.

Esse absurdo fiscal chegou ao ponto de, em 1810, não contar o Distrito Federal com mais de 200 bezerros nascidos no ano e um pouco mais do que isso de potros, indicando um rebanho cavalari e bovino mínimo, da ordem de mil cabeças entre ambos.

Os dois sítios do Paranoá que vimos não os tinham, mas era freqüente, na maioria dos sítios, a criação de leitões e a fabricação de farinha de mandioca. Bem mais raros são os produtores de fumo, de trigo e de óleo de “mamono” para iluminação. Pode ser que fossem obtidos por permuta de gêneros ou por compra aos engenhos.

Estes sim, eram grandes produtores, e não apenas dos subprodutos da cana-de-açúcar, mas igualmente de milho e feijão. Cada engenho reunia em si volumes de produção superiores a 30 vezes a produção de um sítio de subsistência. O engenho do capitão Gabriel Fernandes Roriz produzia 550 alqueires de milho, mas o de São Sebastião, a que Pohl se refere acima, chegava a 750. O capitão Roriz, porém, produzia mais feijão, mais algodão, mais cana e farinha de mandioca do que seu concorrente, que por sua vez especializara-se e que apresentava, de longe, a maior produção regional de mamona, arroz e de pecuária suína.

Eram os dois maiores engenhos do julgado e pagavam de impostos, geralmente à vista, algo como 120 gramas de ouro por ano. Esse valor hoje não é representativo: o ouro mundial é tão abundante em nosso tempo que já há quem proponha sua desclassificação como metal precioso.

Finalmente havia os chacareiros do próprio arraial de Santa Luzia e que deviam ser os abastecedores da população urbana. Eram três grandes chácaras que se estendiam da “rua do Rosário à Ponte” e da “rua (do Rosário?) à Ponte do Tijucal”, a primeira de José Pereira de Mello e mais 22 “agregados”, a segunda do capitão Francisco de Araújo Palmeira e mais 23 daqueles “agregados”, e a terceira, com apenas quatro agregados, de Isébio da Silva Campos, na chapada do arraial.

Não temos nenhuma informação do tipo de relações de trabalho desses “agregados”, mas o fato é que tinham o imposto lançado individualmente, embora a metade deles jamais o tivessem pago e alguns só viessem a pagá-lo dez anos depois, em 1820, 1821... e impressiona a quantidade de mulheres entre eles. É estranho que os viajantes estrangeiros da primeira metade



107. Fazenda Guariroba, próximo a Taguatinga. Bico de pena de Marco Antônio Galvão, 1994.

do Século XIX a eles não se referiram, mas não deve surpreender: viajantes são observadores circunstanciais e geralmente apressados. Deles trata o próximo capítulo.



Notas ao Capítulo

Informes da “Notícia Geral” de 1783. O Dr. Pohl no engenho de São Sebastião.

1. Compilação estatística da *Notícia Geral da Capitania de Goiás*, Informações para o ano de 1783.

Arraiais	lavras	escravos nas lavras	escravos nas faisqueiras	engenhos	escravos nos engenhos	engenhocas	escravos nas engenhocas
Vila Boa	24		17		16		
Barra							
Anta (freg.)	19	841					
Sta. Rita							
Crixás	8	770					
Pilar	9	506	300	7	321	7	107
Traíras	31	1.161	1.086	28	1.082		
São Félix	3	92	500	10		8	
Cavalcante	12	453	150	13	282	9	48
Sta. Luzia	9	616	240	14	434	3	38
Sta. Cruz	7	140	42	4	94		
Bonfim	1	147					
Arraiais	fisqueiras	60	10	3	70	2	11
Rio das Velhas	4						
TOTAL	127	4.786	2.475	96	2.283	45	204

fonte: compilação estatística elaborada pelo autor a partir da « Notícia Geral ».

Arraiais	Lojas	Armazéns e Molhados	Tabernas e Vendas	Rendimento dos Conselhos	Rendimento das Paróquias	Escravos Domésticos	Escravos nas Roças
Vila Boa	33	27	99	4.218	2.039		
Barra	1		6				
Anta (freg.)	3		6				
Sta. Rita	3		8				
Crixás	8	6		310	1.049	70	
Pilar	9	3	48	461		15	28
Traíras	22	9	84	750	2.000		1.064
São Félix	3		10	162	400		
Cavalcante	7	2	18	80		373	280
Sta. Luzia	14	1	60	200	540	225	
Sta. Cruz	5		20	120	466		305
Bonfim			10		82		
Arraiais	3		14	3	250	30	
Rio das Velhas	1		2	30	150		
TOTAL	112	48	385			780	1.677

fonte: compilação estatística elaborada pelo autor a partir da « Notícia Geral ».

* Em oitavas de ouro.

2. Compilação estatística da Notícia Geral da Capitania de Goiás, Quadro de População e Projeções para o ano de 1783.

Arraiais	População Geral	Escravos	Fogos	casados	brancos	casados pardos	casados negros	solteiros brancos	solteiros pardos
Vila Boa	3.000*	2.400**	553						
Freg. Vila Boa	8.519*	6.800							
Anta	2.300**	2.152*	55	24	4	2	18	22	47
Sta. Rita		50	6	3		6	26	29	
Crixás	1.000*	840**		16	16				
Pilar	3.314**	2.762*	522	34	64	39			
Traíras	5.564***	4.393***	229	18	27	13	54	40	77
Cocal			297	15	36	23	61	58	104
Água Quente			170	14	12	14	34	18	78
S. José			341	40	38	23	65	14	131
Cachoeira				1	5	4	4	4	11
Sta. Rita				3	5	7	2	12	37
Muquem			42	7	8	4	2	8	13
Amaro Leite			92	12	25	5	15	12	23
São Félix	2.412***	1.581***		56	14	21			
Cavalcante	1.416***	1.256	160	14	22	6	28	17	5
Sta. Luzia	2.030***	1.553***	220	81	58	20			
Bonfim	254***	189***	65	9	7	2			
Sta. Cruz	882***	586***	196	57	55	16	68		
Arraiais	472**	181***	49	32	49	16			
Rio das Velhas	600***	480**		46	29		34	29	
Barra			35		59		40	67	49

fonte: compilação estatística elaborada pelo autor a partir da «Notícia Geral».

* Informe Avulso da «Notícia Geral».

** Estimativa – a população escrava como 80% da população total.

*** Soma ou interpolação dos dados conhecidos para a população escrava, população livre e número de moradores.

3. Vigairarias da Capitania de Goiás – 1757.

Vigairaria	Anta	Crixás	Pilar	Meia Ponte	Santa Cruz	São José	Traíras
habitantes	2.500	2.500	5.000	7.000	2.500	4.000	8.000

Vigairaria	São Félix	Terras Novas	Flores	Arraiais	Natividade	Santa Luzia	Tesouras
habitantes	2.500	2.500	5.000	7.000	2.500	4.000	8.000

fonte: Avulsos da «Notícia Geral».

4. População do julgado de Santa Luzia em 1812

Classificação	Homens	Mulheres
Branco casados	40	40
Branco solteiros	214	236
Negros livres casados	18	19
Negros livres solteiros	174	282
Mulatos casados	110	200
Mulatos solteiros	493	796
Escravos	768	496
TOTAL	1.817	2.069

Citado por J. E. Pohl em *Viagem ao Interior do Brasil (1819)*, Belo Horizonte, Ed. USP/Itatiaia, 1976.

5. Pessoas nesta Freguesia de Santa Luzia de Goyaz no Anno de 1798

Classe	Classificação	número	percentagem (%)
1ª	meninos, hum te sete annos	140	4,7
2ª	meninas, hum te sete annos	230	7,8
3ª	rapazes de sete te quatorze annos	393	13,4
4ª	raparigas de sete te quatorze annos	188	6,4
5ª	homens de 15 te 60 annos	857	29,2
6ª	mulheres de 14 te 50 annos	760	25,9
7ª	homens de 60 annos para sima	98	3,3
8ª	mulheres de 50 annos para sima	141	4,8
9ª	nascerão meninos	54	1,8
10ª	nascerão meninas	69	2,3
TOT		2.930	100
11ª	Falecerão homens entre adultos e inocentes	45	
12ª	Falecerão mulheres entre inocentes e adultas	69	

Fregª de Stª Luzia, 31 de Dezembro de 1798.
O Vigário Timotheo Correa de Toledo

6. Movimento de tropas e imposto das entradas, em mil réis Contagem de São João das Três Barras (1788-1818)

Ano	tropas	\$
1788	111	5:706\$324
1791	94	3:940\$606
1794	110	2:244\$650
1795	63	2:042\$250
1796	58	1:905\$000
1804	41	998\$366
1805	29	1:290\$475
1806	32	878\$203
1807	24	1:011\$487
1808	34	1:254\$312
1809	7	104\$589
1810	6	15\$112
1812	8	70\$500
1813	2	45\$200
1815	12	77\$236
1816	5	35\$875
1817	11	51\$106
1818	6	73\$687

fonte: Arquivo do Museu das Bandeiras.
códices 154 e 156 – Entradas da
Contagem de São João das Três Barras.

7. O Julgado de Santa Luzia na *Notícia Geral* da Capitania de Goiás em 1783.

«Relação das Cousas mais notáveis e notícia formal destas Minas, do julgado de Santa Luzia da Comarca de Goyaz.

Mandada escrever pelo

Ilmo. e Exmo. Sr. General desta Capitania

É o seguinte (sic):

O primeiro descobridor destas Minas foi Antonio Boeno de Azevedo, o qual as descobriu no ano de mil setecentos e quarenta e seis governando esta Capitania, como todas as mais das Minas de São Paulo, o Senhor Gomes Freire de Andrada, aliás o Sr. Luiz Mascarenhas.

Foi Ereto o Julgado das ditas Minas, no ano de mil setecentos e quarenta e oito, sendo Ouvidor desta Comarca, Manoel Antunes da Fonseca.

Tem o dito Julgado de extensão quarenta e oito léguas de longitude. Confina este Arraial de Santa Luzia, na distancia de dezoito léguas, com o Arraial dos Couros, que tem huma capela. Na distancia de nove léguas, confina com o Arraial pequeno na paragem chamada Santo Antonio dos Montes Claros, no qual tambem se acha outra Capela. Confina este dito Julgado de Santa Luzia, em circuito, com os Julgados da Meyaponte, Trairas, Cavalcante, Paracatu e Santa Cruz.

Possui a serra dos cristais em que há tradição antiga de ter nela haveres, porém até agora, se não tem descoberto, ainda que nela se tem feito algumas experiências, sem descobrir-se cousa de valor.

O Morro chamado Palmital aonde tem duas lavras de talho aberto, com dous regos de aguas tiradas de mais de seis léguas de distancia, das quais são Senhores e possuidores de uma o Coronel João Pereira Guimarães e seu sócio o Capitão Manoel Ribeiro da Sylva, e mais socios, e da outra, Vicente Gomes, Manoel Jorge de Carvalho e mais socios.

O morro, ou chapada anexa ao dito Arrayal de Sta. Luzia no qual se acham duas Lavras tambem de talho aberto, das quais são seus donos o Capitão Manoel Ribeiro da Silva, Jozé Ribeiro Costa, o Coronel João Pereira Guimarães e Maria de Bastos Nerva.

O Rio chamado Corumbá, no qual há tradição certa de que tem ouro, com capacidade para se fazerem Serviços, no qual se não trabalha por ser infestado do Gentio Cayapó, o qual tem morto naquelas margens mais de Cinquenta pessoas.

O Ribeirão do Pamplona, o qual foi descoberto por Pascoal Pamplona Valladão, o qual, há bastantes anos, trabalhou o Capitão José Pereira Lisboa, Francisco Alvares Pereira e outros, os quais por fazerem limitados jornais e por ser tambem paragem infestada do Gentio Cayapó, se acha deserta.

O Ribeirões chamados Santa Luzia e do Palmital foram e são os principais destas Minas, os quais se acham lavrados, e ainda hoje se trabalham neles, ainda que são limitados os jornais que deles se extraem.

Tem o julgado o ribeirão chamado de Santo Antonio dos Montes Claros no qual tambem se tem trabalhado e extraido ouro, que por ser incantillado (sic) e dificultoso para se fazerem serviços, se não tem continuado na sua extração.

Tem o dito julgado quatro Rios de Canoa, a saber, Conumbá, São Bartolomeu, São Marcos e Rio Preto.

Tem o mesmo julgado, nas Estradas principais que saem do dito Arraial de Santa Luzia para os mais confinantes, quarenta e duas pontes, a saber: do dito Arraial para o da Meyaponte, dez; do mesmo Arraial para o dos Couros pela Estrada de Contagem de São João, nove. Saindo pela Estrada da Contagem de São Bartolomeu para o Sertão, nove, seguindo a Estrada de Paracatu depois que se passa o Rio São Bartolomeu, duas, saindo pela Estrada que vai para o Julgado de Santa Cruz, duas. Pela Estrada de São Marcos que vai para Paracatu e outras mais particulares, fora das mencionadas Estradas dez.

Tem o dito Julgado nove Lavras em que se extrai ouro. No Morro do Palmital a Lavra do Coronel João Pereira Guimarães em que é socio com o Capitão Manoel Ribeiro da Silva em cuja Lavra se mostra que os ditos socios tem na chapada deste Arraial ocupam entre ambos os socios duzentos e oitenta Escravos debaixo da administração

de dois feitores, Manoel da Cunha Telles e João Martins de Moraes. E a lavra de Vicente Gomes e mais socios os quais possuem setenta Escravos e trabalham na dita Lavra debaixo da administração de seu senhor.

No Ribeirão chamado Palmital se acha outra Lavra do Guarda-Mor Domingos da Silva Falcão, com trinta Escravos debaixo da administração de seu senhor.

Na chapada deste Arraial se acha outra Lavra de João Gonçalves da Costa Torres com trinta e dous Escravos os quais trabalham, debaixo da administração de seu senhor, como também se a acha a Lavra do Capitão Manoel Ribeiro da Silva, José Ribeiro Costa e mais sócios da qual já acima se fez menção.

Nas Cabeceiras do Ribeirão de Santa Luzia se acha outra Lavra do Capitão José Pereira Lisboa com serviço de Roda, o qual possui Cento e cincoenta Escravos debaixo da administração de seu Feitor José Alvares. Logo imediata a esta se acha outra Lavrinha de Antonio da Cunha Sotto Mayor e seu socios na qual ocupam dez Escravos debaixo da Sua administração. E logo na mesma paragem se acha outra Lavrinha de Antonio Nunes de Azevedo o qual possui dez Escravos debaixo de Sua administração.

No Ribeirão de Santa Luzia, na Paragem chamada do Barreiro, se acha outra Lavra de que é Senhor Jozé Nogueira o qual possui trinta e quatro Escravos os quais trabalham debaixo da administração de seu senhor.

Há no dito Julgado quatorze Engenhos de moer Cana a saber, hum de Antonio Francisco de Araújo o qual possui quatro Escravos. Outro do alferes Manoel Dias Roris o qual possui setenta e cinco escravos. Outro de Manoel Dias de Carvalho com trinta e tres Escravos. Outro do Juiz ordinario João de Oliveira Rodrigues de Sá o qual possui vinte e dois Escravos. Outro do Coronel João Pereira Guimaraens o qual possui setenta e oito Escravos. Outro de Martinho Coelho o qual possui dez Escravos. Outro de Antonio Teixeira de Carvalho o qual possui quatro Escravos. Outro de Custodio de Souza e Silva o qual possui dezesseis Escravos. Outro de Lazaro de Mello Alvares o qual possui trinta e três Escravos. Outro do Capitão José da Costa Vieyra o qual possui cento e dezoito Escravos. Outro de José Domingues da Roxa (sic) o qual possui vinte e um Escravos. Outro de João da Costa Balsemão o qual possui dez Escravos. Outro de Joaquim da Roxa Couto e José Francisco Villa Cortes os quais possuem dez escravos.

Tem mais tres engenhos de Pilões de fazer farinha de milho a saber, um de Jozé Gomes Bezerra o qual possui quinze Escravos. Outro de João Martins Val o qual possui sete Escravos. Outro do Tenente Gabriel da Cruz Miranda o qual possui dezesseis Escravos.

Todas as terras em que se ocupam no exercício os faiscaidores poderão chegar a duzentos e quarenta e pouco mais ou menos.

Há no dito Arraial quatorze Lojas de fazenda Seca, entre maiores e menores. Há uma Carregação de Molhados. Há no dito Arraial sessenta vendas ou tabernas.

Há em todo o Julgado oitenta e um casais de pessoas brancas. De pessoas pardas cinquenta e oito. De pessoas pretas forras, vinte.

Acha-se o dito Arrayal povoado com duzentos e vinte Moradores, Cabeças de suas Familias, os quais todos ocupam em Seu Serviço de porta adentro, duzentos e vinte e cinco Escravos.

Todos os mais Escravos que há em toda a freguezia se ocupam em roças e nos mais ministérios, conforme os tratos de Seus Senhores.

Rende o Conselho deste Julgado duzentas oitavas de ouro, um ano por outro. O Rendimento desta freguezia pelo que pertence ao vigário, por sua informação, são oito centos e tantos mil Reis.

Toda a Relação acima expressada está conforme o Sentir dos mais Antigos Moradores deste Arrayal.

8. Escreve o Dr. Pohl em sua passagem pelo engenho de São Sebastião:

Escreve o Dr. Pohl em sua passagem pelo engenho de São Sebastião:

«*Em todo o Brasil se cultiva com proveito o milho, pois que não só serve, em grão, para forragem do gado, como é utilizado moído na alimentação humana. No solo adubado com cinzas das matas queimadas dá boas colheitas e calcula-se, em muitas regiões, que reproduz trezentas vezes a quantidade semeada. Contudo, isso se refere somente à colheita do primeiro ano; no segundo já é menor e, no terceiro, o solo em geral está parcialmente esgotado e em parte tão estragado por um capim compacto, gordo, fétido e de rápido crescimento [Melinis minutiflora, pal de Beauv.] que a plantação é desfeita e passa a chamar-se catingueira. Entre as variedades de milho, distinguem-se especialmente duas, a precoce, que amadurece em cinco meses, e a normal, que leva seis meses.*

«*Para transformar o milho em farinha, molha-se e descasca-se o grão, pila-se, com adição de água, mexe-se a fogo brando numa frigideira de cobre ou (como se faz em Goiás) sobre uma chapa de xisto quartzífero, e passa-se pela peneira. Chama-se farinha de milho a farinha grosseira obtida por esse processo e que é usada, sem mais preparo no lugar do pão. A farinha mais fina, que sai do moinho, chama-se fubá e, cozida em água fervente, angu. De uma mistura de fubá e farinha de trigo se prepara, especialmente no interior do país, uma espécie de pão quebradiço e indigesto.*

«*A mandioca, o segundo sucedâneo do pão neste país, é uma planta que produz, debaixo da terra, tubérculos da grossura do braço e de 35 centímetros de comprimento. Na minha opinião é o Brasil, e não a África, como até hoje se tem admitido, a pátria da mandioca. Ali não ocorre uma só espécie em estado silvestre; e grande é o número de variedades da mandioca que dei a conhecer em trabalho especializado, ficando, entretanto, longe de esgotá-las. Duas espécies uma das quais com diversas variedades, são cultivadas de preferência. São elas a mandioca [Manihot utilissima] e o aipim [Manihot aipi]. Os botânicos consideravam ambas como uma só espécie, mas são tão diferentes, que qualquer selvagem as distingue imediatamente. Os sinais distintivos são: além das folhas, o suco venenoso que é característico da Manihot utilissima. Ambas as espécies são mais cultivadas no sul do que no norte. O plantio, embora se possa fazer em qualquer estação do ano, ocorre ordinariamente de maio a junho, por meio de estacas e têm dois ou três olhos. Revestem-se logo as folhas, mas, para medrarem, requerem solo forte e monda cuidadosa. Quando a planta jovem atinge um pé de altura, são quebrados os renovos laterais e, um ano mais tarde, ela alcança a altura de 1,5 metro e até mais, quando é cortada rente com a terra e transplantada. Por outro lado, os tubérculos, para amadurecerem, devem ficar mais dois meses debaixo da terra e então, como apodrecem facilmente, são arrancados nem todos de uma vez, mas em quantidades tais que possam logo ser beneficiados.*

«*Prepara-se a farinha desta maneira: as raízes, lavadas e raspadas, são raladas num cilindro de 10 centímetros de comprimento envolto por um ralo de folha-de-flandres, espremidas dentro de um saco numa prensa, para separar o suco venenoso, e depois torradas como milho, ou ainda mais, quando se conserva durante um ano. Come-se a farinha pura, em lugar do pão, mas às vezes também se cozinha ou escalda e neste caso se chama pirão. Fabrica-se com ela também, um pão ordinário chamado beiju. Produto mais fino é a tapioca, um artigo apreciado e procurado, que se obtém com repetidas prensagens em água fria e nova torração.*

Johann Emanuel Pohl in **Viagem no Interior do Brasil**, pp. 110-111 – Belo Horizonte, Ed. Itatiaia / USP, 1976.

Capítulo XVII

1818 – 1823: CIENTISTAS E VIAJANTES DO PLANALTO

Em princípios do Século XIX, o Brasil era quase desconhecido do mundo e de si próprio. Certo é que no passado houve cronistas maiores e menores da Terra Brasilis: um Gabriel Soares de Sousa com a formidável **Notícia do Brasil**, um Fernão Cardim, Pero de Magalhães Gândavo, os padres Simão de Vasconcelos e Antonil, o “moderno” amazônida Alexandre Rodrigues Ferreira, o curioso historiador-astrólogo Sebastião da Rocha Pita, e outros, que ao longo dos séculos tiveram no máximo duas ou três reedições de suas obras, o que no transcurso de 400 ou 500 anos é uma insignificância em matéria de comunicação e transmissão cultural.

Os viajantes estrangeiros, ao contrário, foram muito melhor aquinhoados por sucessivas edições do que os luso-brasileiros. O holandês Joan Nieuwhof, por exemplo, teve a sua obra *post-mortem* traduzida nada menos do que em seis línguas em sua primeira edição. Difícil saber hoje por quantas dezenas de edições e traduções escoaram pelos séculos afora as obras de um Sir Walter Raleigh, de um Hans Staden, do Sieur de La Condamine amazônico, de um notável Richard Burton do Século XIX, não só notável como admirável pelo seu espírito universalista.

Diríamos que o Brasil, em cinco séculos de história, jamais construiu uma auto-imagem satisfatória, nem para consumo interno, nem para o externo, exceto talvez o Conde Afonso Celso ao chorar sobre as cinzas da monarquia no libelo de porque se ufanava do país, diversas vezes utilizado no futuro pela ideologia nacionalista. Os anarquistas, os comunistas – geralmente partícipes de um movimento universal – são a nota discordante, denunciando, às vezes com certo exagero, a miserabilidade brasileira.



108. Procissão na rua das Flores, em Paracatu. Tela de Terezinha Couto de Oliveira Corrêa.

Esta introdução, que já vai longa, seria apenas para alertar-se o leitor contra os juízos de valor negativos ou positivos que vão ter os famosos “viajantes cientistas” da primeira metade do Século XIX ao percorrerem o Brasil, e especialmente, no que nos interessa, a sua experiência no Planalto Central.

A heurística geral necessária para lê-los é apenas de divisar que, vindos da poderosa Europa industrialista e fisiocrata – que bem ou mal implantou no pequeno continente várias etapas de progresso material, as quais os viajantes e as elites regionais não encontravam aqui – e que passariam a cobrar à população, iludidos com as vantagens de um construtivismo compulsivo, que quase nos arrasa o planeta, e particularmente o Brasil, nos tempos que correm.

O Dr. Pohl em Paracatu

O primeiro viajante estrangeiro a dar entrada no Planalto foi o Dr. Johann Emanuel Pohl, médico, súdito austríaco, nascido na atual República Tcheca, formado na Universidade de Praga. Veio na comitiva nupcial de D. Leopoldina, filha do imperador da Áustria, a infeliz primeira mulher de nosso futuro imperador Pedro I.

Além de médico, o Dr. Pohl era um experimentado naturalista, e foi de longe o cientista mais viajor de Goiás e do Tocantins na primeira metade do Século XIX. Percorreu a região durante um ano e meio e parece que morreu em consequência de febres que aqui adquiriu e que lhe abreviaram a vida. De sua viagem legou-nos o livro **Viagem ao Interior do Brasil**, de 1832, reeditado pela USP/Itatiaia, do qual retiramos os excertos a seguir.

Ao chegar ao Planalto em dezembro de 1818, tinha 37 anos, quando vamos encontrá-lo, já em Paracatu, vindo de São João Del Rei pela velha picada de Goiás:

«A Vila de Paracatu do Príncipe dista 200 léguas do Rio de Janeiro. Pertence às cidades de tamanho médio do Reino e conta cerca de 700 casas, em duas ruas largas, calçadas, uma ao lado da outra. As casas, ainda que construídas de madeira e barro, são cobertas de telhas e, com exceção de oito sobrados, são geralmente térreas. Como regra geral, cada casa tem uma horta, onde o proprietário planta os seus legumes, alface, couve, cebola, alho, pepino, cará etc. Não falta a banana, a fruta predileta do brasileiro. Nas extremidades da cidade mora a maioria dos negros livres, em cabanas, cujo aspecto denuncia a grande indigência dos donos. A cidade tem várias igrejas, a maior parte mal conservada...¹

«O clero é numeroso. Consta exclusivamente de nativos da cidade. Os sacerdotes possuem muitos bens de raiz e se dedicam a atividades econômicas. Nos últimos anos diminuiu o número de habitantes da cidade. São, na maioria, negros livres e mulatos, aqui chamados pardos. Vivem, em grande parte, da criação de gado e do comércio a varejo, pois, para a prática dos ofícios, são de natureza demasiado indolente.

«O traje ordinário dos homens consiste em um manto, que é usado sobre um casaquinho de chita floreada e é tão apreciado que não o tiram mesmo durante as visitas. Nos domingos e dias santos saem à rua em traje francês antigo. As mulheres são pouco vistas; em casa usam trajes muito leves, andando mesmo semidespidas. Na Igreja aparecem igualmente de manto, ou por cima deste, com o chamado “pauvre”, guarnecido de veludo, e um pano em volta da cabeça, sobre o qual põem um chapéu de homem. Este último não é usado pelas negras livres, que andam com uma saia branca de algodão e um grande xale do mesmo tecido, que lhes cai dos ombros e do pescoço até a barriga da perna em curioso drapejamento que de certo modo recorda o traje das matronas da Roma antiga.

1 ...«Em uma delas, defronte a cidade, a Igreja de Nossa Senhora da Abadia, observei janelas de lâmina de mica, rocha que aflora em Trairas, Goiás. Entre as construções mais distintas, está a Intendência ou Casa do Governo, o tribunal junto com a cadeia, diante do qual há um símbolo da justiça punitiva, semelhante ao que mencionei na descrição de Barbacena (um pelourinho).»



109. Igreja Matriz de Paracatu e ruas da cidade. Tela de Walda Nascentes de Queiroz Melo.

«Quanto à assistência médica, os habitantes desta cidade são dignos de dó. Não possuem médico, nem farmácia. Os comerciantes vendem a alto preço alguns remédios simples, estragados, de jalapa, ipecacuanha, ruibarbo, quina de má qualidade, ópio, cânfora, mercuriais e outros. Quem tem a infelicidade de adoecer, não pode contar com uma possível assistência. Os remédios domésticos usuais são tomados em tal quantidade, que só podem apressar a morte. Ferro, sal, vinho, pólvora, chumbo de caça são excepcionalmente caros; o couro é barato, porém muito mal curtido ...²

«Exalto grandemente a cortesia dos habitantes. Vai ao ponto de, por exemplo, não passarem diante da casa do Capitão-Mor sem já de longe tirarem o chapéu, como na Europa se costuma fazer diante das igrejas. Devemos tolerar por serem habitantes de um lugar de interior pouco freqüentado por viajantes, a curiosidade e uma certa importunação que dela se origina.

«As diversões sociais são os jogos de carta e a música, especialmente o toque de viola. Raramente se escuta o violino e a flauta. Mesmo nas igrejas falta o órgão e, nas partes do Brasil por que passei, encontrei tão pouco gosto pelo canto que, em toda a minha viagem apenas ouvi algumas monótonas canções»...³

Como andava distraído e enganado o nosso Doutor⁴... Diga-o Saint-Hilaire...

2 ...«Os alimentos aqui não são excelentes nem sequer de fácil digestão. Arroz, toucinho, legumes, carne de vaca, fresca ou seca ao sol, chouriços defumados, bacalhau, frutas em conserva e doces, são as comidas dos abastados. Os pobres maíam a fome com feijão-preto, peixe seco e farinha de milho, raramente com carne seca. Tive a oportunidade de assistir a uma festa de batizado. O pai da criança veio buscar-me em traje de gala, espada de aço com faixa de seda rubro-anil à cinta, solenemente, com o resto do seu séquito de convidados. Encontramos já posta a mesa, na qual me deram o lugar de honra. Total ausência de facas e garfos. Cada convidado se servia do prato de sua preferência. Foram erguidos brindes à criança, ao anfitrião e a cada um dos convivas. Em meia hora já tinha terminado o banquete. Só então as mulheres compareceram à mesa».

3 J. E. Pohl, op. cit., pp.101-103.

4 «Quem administra a justiça nesta cidade é o Juiz de Fora, também chamado Ministro, o qual, por estar doente, delegara as suas funções ao Capitão-Mor. Um sino, na cadeia, dá o sinal da audiência no dia de despacho, quando as partes comparecem, de manto, e discutem suas causas. O juiz profere as suas decisões e pode ser eventualmente

Na Serra dos Cristais

A serra dos Cristais, onde hoje assenta-se a jubilosa cidade de Cristalina, pode ter sido desvendada pelas primeiras bandeiras ao Planalto, como aventamos em outro lugar.

Em 1783, a “Relação das cousas mais Notáveis... do julgado de Santa Luzia”, informa: ... «A Serra dos Cristais em que há tradição antiga tem nela haveres, porém até agora se não tem descoberto, ainda que nela se tem feito algumas experiências, sem descobrir-se cousa de valor...»

O Dr. Pohl, ouvindo falar de sua riqueza em Paracatu, para lá seguiu, furtando-se a uma longa volta pelo registro de São Marcos, pela que talvez tenha sido seguido e vigiado pelos seus soldados. Depois de uma penosa viagem, escreve o naturalista tcheco:

... «Uma légua adiante surgiram na planície blocos isolados e, num morro de 110 metros de altura que se estende de leste para oeste, encontramos minas de cristal, cujos antigos trabalhadores, na maior parte soterrados sob os detritos desabados, deixaram aqui oito cabanas dispersas, já bastante arruinadas. O Capitão Lima, de Mato Grosso, morava em duas delas, as mais bem conservadas, e eu tomei posse de uma para a minha bagagem.

«A estação chuvosa entrara em sua intensidade máxima e eu me dava por satisfeito no dia em que não me encharcava todo. Mandei armar a minha barraca e procurei o capitão. Encontrei-o na grande mina de cristal. Ele, a mulher e um diarista tinham estacas nas mãos, com as quais, num regato que haviam desviado para a margem de uma escavação, desagregavam a terra para encontrarem os cristais que nela se achavam. Fui recebido amavelmente, mas com alguma reserva. Queixou-se ele de que nada conseguira em seis semanas de árduo trabalho e só achara cristais brancos. A sua pergunta, a seguir, foi se eu trouxera comigo muita gente e muitos víveres para explorar essa mina alagada e em escombros. Repliquei que de maneira alguma eu viera prejudicá-lo em sua atividade, mas que somente o desejo de saber me trouxera a esta região. Então ele se tornou visivelmente confiante e conduziu-me à sua cabana para mostrar-me sua coleta. Consistia em cristais de rocha brancos, puros, alguns grandes, mas contava também um exemplar amarelo cor de vinho de uns dois quilos e meio de peso, um amarelo-colofônio de dois quilos e alguns belos fragmentos...»⁵



110. Cristalina, a antiga matriz. Foto do autor, anos 80.

interrompido por qualquer um dos presentes (a entrada é livre para todos). Aqui nem se tem idéia das formas da justiça na Europa, seu decoro e sua dignidade.

- 5 «Bastante fatigado, deitara-me à noite em minha barraca, para entregar-me ao repouso, quando pelas 11 horas fui despertado por latidos de cães, provenientes da cabana do capitão, a uns 300 passos de distância. Pouco depois ouvia bater palma diante da cabana de meus arrieiros, que dormiam profundamente. Mandei entrar e apresentou-se-me a mulher do capitão pedindo encarecidamente que eu despertasse e armasse a minha gente e a mandasse à cabana do capitão. Disse-me com medo na voz, que dois homens armados haviam chegado a cavalo, e pediam hospedagem, mas que ao seu marido pareciam muito suspeitos. Ele tinha consigo apenas uma espingarda e necessitava de ajuda. Despertei rapidamente o meu pessoal e, como só a minha espingarda de dois canos estava carregada, mandei carregar também as minhas pistolas; mal se fazia isso, e aparecia o próprio capitão repetindo o pedido de ajuda urgente. Entreguei-lhe dois dos meus homens, que deviam ficar com ele toda a noite, e ordenei aos dois outros, com armas carregadas, que vigiassem em turnos, e esperei na minha tenda o resultado, pronto a aparecer no campo da luta ao primeiro tiro. Mas nada se sucedeu, a noite decorreu tranqüila e só na manhã seguinte fui informado de que enquanto o capitão estava em minha casa, contaram os cavaleiros, que se disseram caçadores de uma grande companhia, que me consideravam um rico inglês, que estaria conduzindo comigo ouro em pó e diamantes, que haviam encontrado

«Na manhã de 17 de dezembro inspecionei, com o capitão, a mina de cristais, da qual quero dar, aqui, uma idéia geral.

«Ao contrário do que até agora se acreditava, os cristais não se encontram na parte ocidental da serra cheia de picos que tem propriamente o nome de Serra dos Cristais, mas numa sua ramificação oriental, a uma meia légua de distância, a qual forma como todas as montanhas do Brasil, elevando-se suavemente de sul para norte vasto planalto, uma chapada. Aqui fica a mina de cristais, trabalhada irregularmente e em desacordo com as normas do ofício. Mede 154 metros de comprimento e 26,5 de largura e dirige-se, do sul para o norte, na encosta, em aprofundamento contínuo até uns quinze metros. Os cristais são mais comumente encontrados na argila vermelha ferrosa, jazendo geralmente isolados, mas também se encontram em pé nas profundidades. O trabalho de mineração foi tão desordenado, que na realidade não passava de uma devastação. O pequeno regato, desviado para a orla para amolecer a terra e depois lançá-la na cova, alargou e ao mesmo tempo inundou a mina de tal maneira que só com muitos braços e depois de meses de árduo trabalho será possível dominar a água. Trabalho maior seria o de retirar o volume de terra caído na mina, sob o qual se acha enterrada a antiga instalação, ainda mais empregando-se o improdutivo e arcaico método de retirá-la em gamelas sobre as cabeças dos trabalhadores.»⁶

«Não há dúvida de que a mina poderia proporcionar bons lucros. Em apenas três anos, um outrora pobre tenente de Paracatu extraiu dela 30.000 cruzados. Qual seria o resultado com uma exploração racional? Nesta mina ocorrem tanto cristais amarelos puros (ametistas-de-Goiás) como brancos; os últimos, aliás, em pedaços pesando quatro arrobas, em pirâmides, e em tal quantidade que, com os cristais escavados e abandonados que jazem uns sobre os outros, poderiam carregar centenas de carros...»⁷

Em Santa Luzia

Das imediações da futura Cristalina, seguiu o Dr. Pohl para Santa Luzia, onde foi recebido pelo famoso padre Teixeira Álvares para passar o natal de 1818:

...«A recepção que tive excedeu a todas as minhas previsões. O vigário local, Padre João Teixeira Álvares, levou a cortesia ao ponto de, sabendo de nossa aproximação pelo meu tropeiro que me precedia, vir ao meu encontro em companhia de um dos moradores mais distintos. Imediatamente reconheci tratar-se de um sacerdote, pelo chapéu de três bicos com a borla pendente. Suas palavras de saudação e o seu todo denunciavam um homem educado. Disse que acabava de saber, pelos jornais, da chegada de naturalistas austríacos. O seu mais entusiasmado desejo fora que um desses homens se desgarrasse e chegasse até esta região. Via, com prazer, que a sua esperança se concretizara; e, na ausência do comandante da cidade, considerava agradável poder oferecer-me uma casa para morada, onde faria o possível para tornar

vestígios do meu último acampamento no descampado e me haviam seguido para saber com que intento eu percorria os ermos e quantas pessoas e armas levava comigo. Além disso, pediram informações minuciosas e exatas sobre o companheiro do capitão. Mas quando viram chegar os meus homens, saltaram em seus cavalos e partiram a toda. Ainda hoje não sei ao certo se aqueles cavaleiros eram prisioneiros fugidos, como supunha o capitão, ou soldados do Registro de São Marcos. Seja como for, eles nos observaram toda a noite e o dia seguinte. Encontramos dois lugares onde eles acamparam com os seus cavalos, do outro lado do rio, a uns 200 passos de nós...»

6 J. E. Pohl, op. cit., pp. 107-109

7 ...«Existem outras duas minas de cristal, conquanto menos importantes. Uma é afastada légua e meia para o norte e se chama São Pedro. Aqui também havia alguns ranchos, que o capitão tinha queimado antes de minha chegada com receio que servissem de morada a ladrões. Ele também queimara algumas cabanas que havia no mato perto da mina de cristal. Lá chegamos passando por uma grande planície coberta de erva seca e milhares de velósias, entre as quais jaziam tantas colunetas de cristal puro que, num pé quadrado, podia contar-se uma dezena delas. A outra mina, insignificante, a de Santo Antônio, fica a noroeste. Segundo me disse o capitão, é da mesma formação. Não a examinamos por falta de tempo. Já bem tarde regressamos para casa com dois veados (*Cervus campestris*) que caçamos e vimos na planície, entre essas serras, manadas de vinte ou mais. A carne deste animal é muito saborosa e não tem o cheiro desagradável que, segundo me assegurou o capitão, apresentam os machos da espécie, sendo esta a causa pela qual, deles, só se aproveita o couro e jamais a carne, que é abandonada...»

a minha estada aprazível. Com alegria decidi passar o Natal em sua casa, como ele desejava...»⁸

...«Devido às temperaturas mais suaves do que em outros lugares da Capitania, aqui medraria o trigo, mas não o cultivam, porque o brasileiro não está habituado ao nosso pão. As poucas necessidades locais são importadas da Capitania de São Paulo e do norte da Capitania. Uma espécie de abelha silvestre fornece um cera negra, a cera da terra, cujo branqueamento ainda não se obteve e um mel muito excitante, cujo consumo freqüente acarreta doenças malignas, febre pútrida e outras. Com o guaraná se prepara uma bebida apreciada pelos habitantes e que serve de remédio para diversos males. É uma sólida massa negra, que os índios da Província do Pará preparam de diversas plantas (especialmente de Paullinia sorbilis, segundo Martius) em pedaços cilíndricos de 2,5 cm de diâmetro. Rala-se e deita-se uma pitada do pó num copo de água com açúcar obtendo-se uma bebida muito refrescante que sabe a ipecacuanha e que bastaria para mitigar a fome por 24 horas, conforme dizem.

«A festa de Natal excitou a minha curiosidade. Na véspera (24 de dezembro) almoçou-se como de costume; aliás, como aqui não foi possível obter peixe algum, comeu-se carne. À noite, reuniu-se uma sociedade dos homens e mulheres mais distintos da cidade na casa do vigário. Travei conhecimento, entre outros, com o Ouvidor José Francisco Leal. Acha-se de passagem para o Rio de Janeiro. Vinha de Mato Grosso e muito me recomendou viajar por essa província, pois ali podia esperar abundante colheita de plantas e fósseis. À meia-noite seguiram todos para a igreja, onde o vigário me conferiu a distinção de ser eu o primeiro a tocar a água benta. Ao som de uma marcha executada por dois violinos e um clarinete, penetramos a igreja, ocupando os nossos lugares em frente ao altar-mor. Celebrou-se a missa cantada com bom acompanhamento vocal e instrumental. Depois o vigário trocou a casula pela capa de asperges para dar-nos a beijar a imagem do Menino Jesus, sendo eu o primeiro leigo a fazê-lo. Com isso encerrou-se a cerimônia e, ao som de outra marcha, fomos para casa. Na manhã seguinte trocamos votos de boas-festas. Ao meio-dia houve farta refeição na casa do vigário...»⁹

8 ...«A cidadezinha está situada pitorescamente na encosta de uma colina e tem suas ruas razoavelmente retilíneas, mas mal e só parcialmente calçadas. As casas de madeira e de barro, alinhadas lado a lado, são térreas. Só a casa do vigário tem mais um pavimento e possui janelas de mica. Fica numa praça grande, mas desigual, cujo centro é tomado pela Igreja Paroquial de Santa Luzia, que é espaçosa, com duas torres baixas, e construída com o mesmo material das demais casas. Tem seis altares, mas todas as tábuas pintadas com cal. Uma segunda igreja no alto, a de Nossa Senhora do Rosário, foi danificada por um raio e ameaça desabar. Fora da aldeia fica a insignificante capela de Nossa Senhora da Abadia. Pouco antes de minha chegada tinham começado um edifício maior, que também foi atingido por um raio, ficando em ruínas. A jurisdição do lugar e de todo o distrito é exercida por um comandante e um juiz ordinário. Segundo um recenseamento feito em 1812, a população desta localidade e suas cercanias somava 3.886 almas. Desta época até hoje esses números antes diminuíram que aumentaram, dada a constante falta de negros. Os mulatos ou pardos são a maioria. Os brancos distinguem-se pela conduta modesta e cortês. Ambas as raças, porém, desde que quase não possuem escravos para trabalhar nas lavras de ouro, estão mais ou menos empobrecidas. Ademais, são todos muito preguiçosos e consideram ser vergonha ou desonra um branco ou livre trabalhar, ainda que pouco. Esta preguiça transmite-se aos próprios portugueses, que, às vezes chegam da Europa com a intenção de fazer fortuna trabalhando tão pouco quanto os nativos. Então se não podem tornar-se ociosos enriquecidos pelo casamento com alguma rica mulata, escolhem viver precária e miseravelmente para gozarem o bem-aventurado far-niente. Preferem passar todas as privações a compartilhar do trabalho do negro, nem sempre robusto, para quem ele, orgulhoso de seu sangue europeu, olha de cima para baixo. Os moradores de Santa Luzia vivem em parte de suas plantações, um pouco da criação do gado e do comércio, e principalmente de uma famosa marmelada que vai até à cidade do Rio de Janeiro. Produzem anualmente 500 arrobas, que são vendidas a um preço unitário que varia entre 2\$800 e 4\$200. Também tem reputação nacional uma espécie de queijo seco de fabricação local...»

9 ...«Num dos dias santos seguintes ouvi, na capela de Nossa Senhora da Abadia, um sermão deste excelente homem (só ele os fazia aqui todos os domingos, gratuitamente aliás, o que não era usual) e para o qual me convidara. Tratava da veneração à Mãe de Deus, à qual exortava os ouvintes, a exemplo das grandes casas reinantes, notadamente a Sereníssima Casa Imperial da Áustria, cuja piedade louvou com muita eloquência em oportuna exposição. Pouco faltou para que a numerosa assembléia, visivelmente empolgada, não irrompesse em calorosos aplausos. Sentí todos os olhares voltados para mim com simpatia, e confesso que me senti comovido, aqui, nas selvas de um novo mundo, separado de minha querida pátria pelo oceano, ao ver proclamadas por este digno sacerdote as virtudes de nosso venerado monarca e sua augusta casa. Mal esperei terminar o sermão para abraçar o bom homem e expressar-lhe o meu agradecimento pelo nobre uso que fizera de sua eloquência. Ele recebeu modestamente as minhas efusões e disse que considerava seu dever dar aos paroquianos uma prova de que eu era um bom cristão católico, e não um luterano. Esta simpática atenção não diminuiu para mim a sua pessoa, mas ele devia, neste caso, ter forçado o seu coração, não me dando demonstração pública. Só então pude compreender a sua conduta anterior, nos primeiros



110a. Rua antiga de Luziânia, onde se situava a Academia de Letras e Artes do Planalto.
Desenho de Tom Maia, 1977.

«Entre os preparativos de minha viagem figurava a aquisição, a conselho de meu digno hospedeiro, de uma balança de pesar ouro, pois eu teria de percorrer regiões onde não se usam moedas, que são substituídas pelo ouro em pó, incômodo, que diminui muito com a circulação, que se dissipa ao pesar-se, e que freqüentemente é falsificado pela adição de minério de ferro (esmeril) em pó, que aliás dá ao ouro uma cor amarelo-acinzentada. É certo que, na troca de moedas de ouro e de prata, se recebe de 40 a 50%, mas já com prejuízo por causa da diferença entre o vintém de ouro e o vintém de prata, valendo aquele 37 réis e este uns 20. (...) Pode-se admitir que trocando-se por pó de ouro um ducado e dividindo-o em vinténs, para pagamentos, o prejuízo será certamente de 50%.

«Após entregar ao comandante as minhas caixas com coleções, a fim de serem remetidas para o Rio de Janeiro, deixamos Santa Luzia em 4 de janeiro, acompanhados do vigário, em cuja quinta São João Evangelista devíamos pernoitar. A nossa viagem fez-se sem ocorrências notáveis e ao dia seguinte nos separamos. Confesso não ter sido sem lágrimas que me despedi do digno sacerdote, cuja bondade tornara tão agradável minha estada em Santa Luzia. Ele também estava visivelmente comovido e eu tive de prometer não deixar de visitá-lo ao regressar. Infelizmente, depois, foi impossível cumprir a promessa, mas, enquanto viver, recordar-me-ei com gratidão e amor daquela ótima pessoa. Ainda conservo o chapéu de folhas de palmeira que instou para que eu usasse como proteção contra o sol e toda vez que pouse o olhar sobre o chapéu me recordo com emoção do bom homem.¹⁰

A Versão de Saint-Hilaire

Outro viajante estrangeiro que encantou-se com Santa Luzia e com o padre Álvares foi o francês famoso, Auguste de Saint-Hilaire, que viajou grandes extensões do Brasil e que fez uma breve entrada de quatro meses na Capitania de Goiás.

momentos do nosso encontro. Não estávamos então sem testemunhas, e ele não ousou abraçar-me antes de saber que eu pertencia à sua Igreja. Custará ainda muito tempo e trabalho até que os brasileiros deixem de ver, em todo estrangeiro cuja língua não entendem, um luterano ou, o que no seu modo de pensar é o mesmo, um pagão, algo de maligno, e não um homem comum. Até então, muito gentleman viajante preferirá exibir o rosário a expor-se à provocação do povo, e muito sujeito usará o expediente de pôr a máscara de luterano para, fazendo-se batizar, poder explorar a ingenuidade de algum brasileiro. Disso eu poderia citar vários exemplos de que tomei conhecimento.

10 J. E. Pohl, op. cit., pp. 112-114.

Auguste Prouvensal de Saint-Hilaire nasceu em Orléans e pertencia a uma tradicional família de naturalistas. Ao contrário do Dr. Pohl, que faleceu aos 52 anos, Saint-Hilaire foi longevo, atingindo os 74. Da vasta obra de Saint-Hilaire interessa-nos aqui o seu **Viagem às Nascentes do São Francisco e pela Província de Goyaz** (2º tomo).¹¹

Chegou Saint-Hilaire ao Planalto em maio de 1819, vindo de Paracatu, pela estrada do registro dos Arrendidos, que é a mesma de hoje, passando por Unaí, atravessando pela Estrada Real de Minas até as portas de Santa Luzia e cujo relato inserimos no fim desse capítulo. Tinha Saint-Hilaire à época 40 anos e chegando a Santa Luzia cinco meses depois do Dr. Pohl, é como se estivéssemos assistindo a um mesmo filme passado no ano de 1819 em Luziânia, só que realizado por dois diferentes diretores, ambos muito detalhistas, mas de humor diferente: o estóico Pohl e o epicurista Saint-Hilaire. Pohl chegara aos bons cuidados do padre Álvares pelo Natal; Saint-Hilaire pelas festas de Pentecostes. Escreve o naturalista francês, recebido em meio às cavalhadas, como ainda hoje existem em Pirenópolis e Corumbá de Goiás:

... «Estava-se acabando de celebrar em Santa Luzia as festas de Pentecostes. Todos os lavradores dos arredores estavam reunidos na povoação, e, na hora em que cheguei à praça publica, as cavalhadas iam ter início. O parcho, Sr. João Teixeira Alvares, veiu ao meu encontro, e me fez cordialissima recepção. Sua casa, situada no largo, estava cheia de homens que esperavam que as corridas começassem. Serviram café e doces, e a gente tratou de se collocar nas janellas. Em breve chegou um duzia de senhoras; fizeram-nas entrar na sala que, no mesmo instante, foi evacuada pelos homens, e estes ficaram todos num pequeno vestibulo. Entrementes, vieram as cavalhadas. Traçara-se na praça, com barro branco, um grande quadrado em volta do qual se alinhavam os espectadores, de pé ou sentados em bancos. Os cavalleiros usavam uniforme da milicia; tinham um capacete de papelão na cabeça, e cavalgavam animaes enfeitados com fitas; limitaram-se a percorrer a pista em varios sentidos, e, simultaneamente, homens a cavallo, mascarados e disfarçados de varios modos, faziam momices semelhantes ás dos nossos palhaços. Durante esse espectaculo assás monotono, eu conversava com o cura, e não tardei em verificar que elle reunia instrucção a muita amabilidade. Quando os exercícios terminaram, cada qual se retirou, e as senhoras voltaram para suas casas. Sem uma circumstancia extraordinaria as brasileiras do interior não se animariam, certamente, a sahir durante o dia, a não ser para ir á igreja. Assim como as de Minas, estas mulheres avançam tão lentamente quanto possivel, envoltas em longas capas de lã, com um chapéu de feltro á cabeça, sempre em fila, jamais duas lado a lado, duras como lanças, mal levantando os pés, não olhando nem á direita nem á esquerda, e respondendo, no maximo, por uma leve inclinação de cabeça, ás saudações que lhes eram dirigidas.

«No dia seguinte o cura esteve muito occupado, confessou uma multidão de lavradores residentes na parochia, mas que moravam a varias jornadas da povoação. Esta gente não vinha ahí a não ser uma vez por anno, e para confessar-se e assistir á Paschoa aproveitavam a oportunidade das festas de Pentecostes, que se celebram, no Brasil, com grande jubilo e muita solenidade. Poderia pôr-me em marcha logo depois da chegada, mas estava tanto tempo privado do prazer de conversar com um homem instruido, que me decidi a prolongar a estada em Santa Luzia para gozar da companhia do cura. O Sr. João Teixeira Alvares entendia latim, francez, italiano e espanhol; conhecia a maioria dos nossos bons autores do seculo de Luiz XIV e possuia uma bibliotheca selecta de varias centenas de volumes, o que, nesse paiz, era uma grande raridade. Não só possuia conhecimentos, era bom e amavel, como tambem, constituia, no clero brasileiro, uma notavel excepção; estava compenetrado do verdadeiro espirito de seus deveres. Costumava fazer pregação todos os domingos; procurava, principalmente, inspirar aos seus parochianos o amor ao trabalho e usava de toda a influencia para determinal-os a abandonar suas praticas viciosas de agricultura. Um missionario capuchinho, do qual adiante falarei, passara algum tempo

11 Coleção Brasileira, edição da Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1937, e pela primeira vez publicado em 1848.



E. Maignan pinç.

F. Tiquetmoulin sculp.

A. F. C. de SAINT-HILAIRE,

membre de l'Institut, professeur de botanique au muséum.

né à Orléans le 4 Octobre 1773 mort à la Turpinière le 30 Septembre 1855

F. Merluizon, éditeur.

Imp. A. Clément

111

antes de mim por Santa Luzia. O parcho retivera-o trez meses em sua casa; confiára-lhe uma missão, e o encarregara de pregar especialmente contra a ociosidade. O missionario identificou-se com os propositos do pastor; agradara immensamente aos habitantes do paiz, e lhes transmittira varias ideias uteis sobre o cultivo das terras e algumas artes indispensaveis. Os trabalhos apostólicos do Sr. João Teixeira Alvares

não ficaram sem fruto, pois havia, asseguraram-me, mais união e boa fé em Santa Luzia do que nas outras partes da província de Goyaz, os costumes eram ahi mais sãos e a concubinação menos frequente.

«A parochia de que Santa Luzia, Arraial de Santa Luzia, é a sede, comprehende (1819) uma população de 3 a 4.000 almas disseminadas por uma superfície de 50 leguas de comprimento e 30 na maior largura. Desta parochia dependem duas sucursaes, S. Antonio dos Montes Claros, da qual falarei daqui a pouco, e Nossa Senhora da Abbadia, na povoação de Couros.

«Muito agradavelmente situada na vertente de um cômoro, sobre um vallão assás largo, Santa Luzia se estende parallelamente á margem direita de um regato chamado Corrego de Santa Luzia, que corre no fundo de um valle. No sentido da largura, essa povoação é dividida em duas partes desiguaes por um outro corrego, que, muito menos consideravel que o primeiro, aumenta-lhe o volume das aguas.

«Extremamente estreita, a povoação de Santa Luzia alarga-se todavia na parte media de seu comprimento. Lá encontra-se uma praça quasi quadrada, onde foi construida a igreja parochial, bastante grande, isolada como o são, em geral, os edificios religiosos nessa província e em Minas, regularmente ornada no interior, mas sem tecto. Além da igreja parochial, existe ainda uma em cada extremidade da povoação. A primeira, a de Nossa Senhora do Rozario, foi construida pelos negros no tempo em que se encontrava ouro em abundancia nos arredores da povoação; hoje em dia, que o numero destes diminuiu bastante e todos os que ainda restam, livres ou escravos, vivem na indigência, a sua igreja cáe em ruinas. A segunda foi começada pouco tempo antes da minha passagem, e prosseguiam na construcção apesar da pobreza extrema, a que estavam reduzidos os habitantes de Santa Luzia; de tal maneira os brasileiros do interior estão imbuidos (1819) da mania de construir templos inuteis, mania que, na propria opinião dos sacerdotes esclarecidos, não tem outro fundamento além de uma vaidade pueril.

*«**Não devemos julgar das povoações do interior do Brasil pelas nossas, que, em geral, não offerecem mais do que uma reunião de cabanas e ruas lamacentas** (grifo do autor). A maioria das povoações de Minas e Goyaz, que devem sua origem a minas de ouro, devem ter sido encantadoras no tempo do seu esplendor; e Santa Luzia, certamente, foi uma das mais agradáveis: suas ruas são bastante largas e regulares; as casas, em numero de cerca de trezentas, são, na verdade, construidas de páu e barro, e menores e mais baixas que as das povoações que percorrerá até então; mas são todas cobertas de telhas, rebocadas com esta terra branca que chamam tabatinga no interior do Brasil, e algumas têm nas janellas caixilhos de talco tão transparente como o vidro.*

«Foram, ao que parece, os mineradores de Paracatú os primeiros que vieram estabelecer-se (1746) em Santa Luzia; encontraram ahi em abundancia ouro côr bellissima e de titulo de 23 quilates e ainda superior.- em breve se formou, nesse lugar, uma reunião consideravel de habitantes, e a povoação de Santa Luzia tornou-se não somente a séde de uma parochia, mas tambem de um dos julgados da comarca do sul. Os trabalhos dos primitivos colonos são suficientemente attestados pelos terrenos revolvidos que se vêm ás margens dos dois regatos e ao redor da povoação. Aconteceu, porém, o mesmo que a uma multidão de outros lugares. A principio retiraram da terra todo o ouro que podiam extrahir sem difficuldade; os mineradores, porém, dissipavam sem previdência o fruto dos seus trabalhos, e quando installações mais consideraveis se tornaram necessarias, quando se começou a necessitar do emprego de agua e machinismos, os capitaes e escravos faltaram ao mesmo tempo; grande aumento de habitantes se afastou, e suas casas, hoje desertas, caem em ruinas. Pela época da minha viagem não havia em Santa Luzia uma unica pessoa que se occupasse em grande no trabalho das minas, e apenas quatro ou cinco negros crioulos iam ainda a procurar palhetas de ouro nos corregos. Esses homens estraem, no tempo das chuvas, cerca de 4 vintens por dia; mas, durante a secca têm ás vezes difficuldade em conseguir 1 vintem. Hoje em dia, a excepção de pequeno numero de artífices e mercadores, todos os habitantes de Santa Luzia cultivam a terra e não vêm ao arraial sinão aos domingos e dias de festa; deste modo, durante a semana não se vê ninguem nas casas nem nas

ruas. A descoberta de minas de ouro teve o inconveniente de lançar para longe das costas e da capital uma população considerável que, agora que as minas estão esgotadas ou não podem ser exploradas sem grandes dispêndios iniciais, caiu na maior indigência.

«Como Santa Luzia está situada em uma região elevada, os seus arredores são favoráveis não só às várias espécies de cultura em uso entre os brasileiros do interior, como também à de plantas de origem caucasica, tais como o trigo, e principalmente o marmeleiro. Mas seria pura perda se os colonos plantassem milho, feijão e arroz em quantidade superior à necessária ao sustento da família; porque, exceptuando-se os annos de carestia, como aquella em que eu viajava, esses generos não poderiam encontrar comprador. Os principaes artigos que exportam os habitantes de Santa Luzia são pelles de animaes selvagens, alguns couros, e principalmente marmeladas excellentes, que enviam até o Rio de Janeiro. É a criação de gado que constitue actualmente o recurso principal dos fazendeiros de Santa Luzia, e nem por isso lhes rende bastante, não só porque não se podem dispensar de administrar sal ao gado, si o quizerem conservar, porém mais ainda, porque estão assas afastados dos mercados para que estes o venham adquirir-o ás suas terras. Levam as rezes a Bambuhy e Formiga onde, tão longe de suas terras, são forçados a vendel-os pelo que lhe quizerem dar, e comprehende-se facilmente que tais viagens não podem ser emprehendidas a não ser pelos proprietarios que ainda gozam de certa abastança ...»¹²

«Quando quiz partir de Santa Luzia para dirigir-me à povoação de Meiaponte, e de lá a Villa Boa, o bom cura me disse que poderia haver cerca de 6 leguas e meia da séde de sua parochia ao pouso mais proximo, e como essa marcha seria extremamente cansativa para um unico dia, decidi-me a aproximar-me de cerca de 1 legua e meia, indo dormir em sua casa de campo.

*«Desde a villa de S. João d'El Rei não vira sinão fazendas quasi todas mal conservadas ou sitios mais miseraveis ainda; a chacara de S. João Evangelista era realmente uma casa de campo. Situada sobre uma encosta pouco inclinada, no meio de um campo, compunha-se de um edificio commodo e de um vasto jardim regado por um riacho. O jardim continha principalmente uma plantação de algodoeiros, outra de bananeiras, um pequeno campo de cannas de assucar e cafeeiros que, contra o uso do paiz, estavam alinhados em perfeita regularidade. Vi ahi tambem marmeleiros, batatas, que se desenvolviam admiravelmente e melões quasi tão bons com os da França. Auxiliado pelo **Tratado de Cultura do Solo** de Duhamel o cura mandara fazer uma charrua da qual se servia para cultivar as terras de que o capim gordura se apoderava. Os colonos da vizinhança todos tinham opinado que a canna de assucar não se daria bem no lugar*

12 ...«Na verdade, a terra fornece abundantemente tudo o que é necessario à nutrição frugal dos agricultores; vestem-se habitualmente com tecidos grosseiros de algodão e lã que fabricam em suas casas; o proprio sal pouco lhes custa, pois obtêm-no em S. Romão em troca do assucar e da aguardente de sua zona; desconhecem qualquer dessas comodidades que para nós se tomaram necessidades, e suas casas, mesmo as melhores cuidadas, não apresentam outros moveis além de bancos de páu e tamboretas cobertos por couro. Entretanto, embora haja minas de ferro na vizinhança, compram todo o de que têm necessidade; não ha um unico homem que não queira possuir uma roupa propria para os dias de festa, nenhuma mulher que não deseje possuir um vestido de chita, um collar, brincos, lenço de musselina, uma capa de lã, um chapéu de feltro, e a venda desses objectos, que custam aqui preços exorbitantes, basta para retirar da região o escasso ouro que ainda ahi circula. Já não ha em Santa Luzia sinão pequenissimo numero de lojas muito mal sortidas; tudo se compra a credito. Os jornaleiros têm a maior dificuldade em se fazerem pagar, si bem que o seu salario não vá a mais de 600 réis por semana; e negros creoulos me diziam que preferiam recolher no corrego de Santa Luzia um unico vintem de ouro por dia, do que se põem ao serviço dos cultivadores por 4 vintens, uma vez que os patrões pagam em generos dos quaes lhes é impossivel se desfazerem. Certos colonos cahiram em tal miseria, que ficam mezes inteiros sem poder salgar os alimentos, e quando o parochio faz a sua excursão para a confissão pascal, succede frequentemente que todas as mulheres da mesma familia se apresentam uma após a outra com o mesmo vestido.

«A preguiça contribuiu bastante para fazer cair na miseria os lavradores dessa região; mas a miseria que os embrutece e desencoraja deve necessariamente, por sua vez, contribuir para augmentar a sua apathia; esta chegou, entre varios delles, a tal gráu que, podendo dispôr de quasi toda a terra que lhes convem, não cultivam sequer a sufficiente para suas necessidades. Tracei o painel exacto dos males que affligem essa região; no capitulo precedente, mostrei os remedios que me parecem menos inefficazes; possa a minha debil voz ser ouvida e a administração occupar-se enfim, com alguma sollicitude, de um povo do qual parece não se ter lembrado até agora, sinão para opprimil-o!»

descoberto onde elle a plantara; mas o solo fôra preparado com a charrua, mandara pôr nelle um pouco de estrume, e a canna veio magnífica. O cura mandara tambem fazer uma trella diferente da usual, e grades; criava, em fim, cabeças de carneiros bastante grande fabricavam-se, em sua casa, chapeus para os quaes achava facil sahida.

«Sua familia, por elle sustentada, era bastante numerosa: além de sua mãe, mantinha em casa as irmãs, varias sobrinhas, um irmão aleijado, e sua casa de campo era um asylo que desejava legar-lhes; seus planos possuíam, todavia, uma utilidade mais geral. Como já tive a occasião de dizel-o, o numero de rapazes é, nesse districto, muito menor do que o de moças, e essas se encontram expostas a todos os perigos da miseria e da seducção. O Sr. João Teixeira Alvares tinha o projecto de fazer de sua chacara uma casa de recolhimento, não só para suas sobrinhas e irmãs, como ainda para moças de boa familia que quizessem viver com ellas. Deviam levar vida em commum e, segundo um plano estabelecido, mas sem proferir voto algum; os exercicios deveriam ser variados e o trabalho constituir o principal objectivo.

«Já ha muito tempo que meu amigo o doutor Pohl pagou justo tributo de louvor ao cura de Santa Luzia. Ter-me-ia sentido feliz em unir os meus aos seus; infelizmente circumstancias não m'o permittiram antes. Si estas folhas puderem cahir nas mãos do Sr. João Teixeira Alvares, verá que dois estrangeiros que recebeu sob o seu tecto conservaram a lembrança de suas virtudes, e que os homens dignos, de todas as nacionalidades, unidos pelos laços de uma doce fraternidade, sabem comprehender-se, estimar-se e amar-se. Si a Providencia arrebatou esse pastor ao seu rebanho, que os nossos louvores, além de mais elevados motivos, encoragem seus successores a seguir o seu exemplo.¹³

Lembre-mo-nos que Pohl esteve no Planalto no Natal de 1818; Saint-Hilaire em maio de 1819; o brigadeiro Raimundo José da Cunha Mattos, quatro anos depois, em setembro de 1823.

A Versão Cunha Mattos

Cunha Mattos, português de quatro costados, nascido em Faros, desde os 14 anos de idade servira como soldado em São Tomé da África, onde viveu 19 anos, de cuja experiência nos legou um formidável **Compêndio Histórico das Possessões de Portugal na África**, pela primeira vez publicado em 1963, no Rio de Janeiro, sob os auspícios do Arquivo Nacional e do historiador José Honório Rodrigues. Escreveu uma extensa **Corografia Histórica da Província de Minas Gerais** e uma resumida **Corografia Histórica da Província de Goiás**, onde, a partir de 1823, assumiu o cargo de Comandante das Armas, tanto as militares quanto as civis, para defender o Império contra os insurgentes portugueses do Maranhão, contrários à Independência.

Por estranho costume – trazido da África? – Cunha Mattos, o quanto podia viajava à noite, arrancando suas tropas à meia-noite, para completo horror de seus comandados, que temiam ser assaltados, no escuro, por cobras e animais ferozes. Viajar à noite, no entanto, era sábia precaução desse militar – tinha 43 anos ao chegar a Goiás, em 1823 – poupando suas tropas do sol abrasador e dos mosquitos diversos transmissores de moléstias que, justamente, atacam à noite, período em que o balanço das montarias defendia os cavaleiros.

Cunha Mattos já vinha pelo “novo caminho do correio de Goiás”, aberto de pouco, propiciando a mais direta comunicação entre os sertões do oeste de Minas Gerais e o norte de São Paulo com os antigos e os novos povoamentos, agrícolas e pecuários, no sul e no sudeste de Goiás, ocupados em geral por mineiros.

A obra de Cunha Mattos de que extraímos os excertos a seguir é raríssima e dela possuímos uma cópia em microfilme feita na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e que intitula-se

13 Saint-Hilaire, *op. cit.*, pp. 24-34.



112. Igreja do Rosário dos homens pretos. Luziânia, Século XVIII.
Ilustração de Tom Maia, 1977.

Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás, dedicada ao regente do Império, padre Diogo Antônio Feijó, e editada pela Tipografia de J. Villeneuve, no Rio de Janeiro, em 1836.

Vindo pelo Sul, do julgado de Santa Cruz e arraial do Bonfim,¹⁴ escreve Cunha Mattos em 1823:

...«3 de setembro – quarta feira – O Arraial de S. Luzia, de legoa de extensão, alguma boas casas, grande praça, duas bellas ruas, Casa de Conselho a melhor de todos os arraiaes que até agora tenho visto; Igreja Matriz de Santa Luzia com oito altares mui decentes e dous campanarios; outra Igreja do Rosario edificada em hum terreno alto, e outra de N. S. da Abbadia que se está edificando. Fiquei hospedado na casa do Rmo. Vigario Paroquial João Teixeira Alvares, pessoa de muita instrucção e virtudes, a rogos do Sargento Mór Commandante do Districto Gabriel Fernandes Roriz. O arraial hé cortado ao meio por hum corrego aurifero, em que ha ponte de madeira. A situação hé bella e saudavel. Tem 300 fogos. Hoje illuminou-se o Arraial que está muito caiado.

«4 de setembro – quinta feira – Passei revista à tropa do Districto. Depois da Cidade de Goyaz, hé a peor que tenho inspeccionado: não lhe achei cunho nem cruzes. As pessoas mais gradas do arraial tem-me feito o obsequio de me visitarem: os homens vestidos no maior aceio; e todos elles de florete à cinta. Parece isto huma pequena côrte, devido tudo ao interesse que o Rmo. Vigario toma no adiantamento dos seus paroquianos. Nenhuma senhora vai a missa sem ir vestida em corpo com todo o aceio. Ainda não encontrei tanta civilisação depois que sahi de Barbacena. O mesmo Vigario tem uma bella quinta fóra do arraial; e introduzia ahi a sementeira por meio de arado. Este arraial hé famoso pela sua marmelada, e pela quina que cresce nos campos contíguos. Está decadente depois que as tropas deixarão de passar pela estrada dos Registros dos Arrendidos, e S. Marcos.»¹⁵

14 Em Bonfim, atual Silvânia, o brigadeiro Cunha Mattos foi recebido pelo então capitão-comandante do distrito, comendador Vicente Miguel da Silva, quinto-avô do autor:

...« O commandante do Districto obsequiou-me na sua casa pela maneira mais distincta que foi possivel neste lugar. O jantar que me deu foi não só muito abundante mas muito delicado: apresentou-me a sua familia, senhoras alvissimas, mui bem vestidas, e cobertas de ouro à moda das Minas. O Commandante he muito bom homem; não me deu huma só palavra em desabono de pessoa alguma...» (op. cit. pp. 123-124)

Pohl e Saint-Hilaire também foram muito bem recebidos pelo comendador e Saint-Hilaire assistiu em sua casa ao ensaio de uma ópera... *«e ainda uma vez, tive ensejo de admirar o gosto natural dos brasileiros para a música...»*

15 Cunha Mattos, *op. cit.*, p. 166.



113. Marechal Raymundo José da Cunha Mattos. Coleção da marquesa de Gouveia, primeira metade do Século XIX.

Através do Distrito Federal

Todos os três viajantes de que tratamos, de Santa Luzia foram, pela Estrada Real das Minas, arribar sobre Meia Ponte, atual Pirenópolis.

Nesse trajeto roçaram o Distrito Federal em sua quina Sudoeste, por onde passava a Estrada Real, aproximadamente do Gama a Santo Antônio do Descoberto, no sentido geral de Sudeste a Noroeste. Nesse breve trecho atravessava-se o ribeirão dos Alagados através de uma ponte, junto à qual, segundo Cunha Mattos existia o humilde sítio de um tal de Simplício Ferreira, onde o brigadeiro pousou. No dia seguinte, passou o ribeirão da Ponte Alta – cuja ponte deve ter ruído entre 1819 e 1823 – e que o Dr. Pohl chegou a medir: ... «*Sólida ponte de quatro metros e meio de altura e nove de comprimento...*».¹⁶

Em Ponte Alta é que pousaram em 1819 o Dr. Pohl e Saint-Hilaire: ...

«*povoado de apenas três casas*» diz Pohl «*situado a margem de um regato que tem o mesmo nome que ela: como muitas outras habitações caía em ruínas...*»

Para frente do Ponte Alta – informa o geógrafo Cunha Mattos -, vinha o córrego do Buriti ...«*que entra no rio Descoberto...*» que deverá ser o atual ribeirão Engenho das Lajes, depois o ... «*Picão...*», erro de grafia para Tição. Diz Saint-Hilaire: «*Do alto de um morro muito elevado que chamam morro do Tição, vi, ao longe, os dois picos que coroam os montes Pireneus. No mesmo morro vi também a Capela de S. Antônio dos Montes Claros...*»¹⁷ Tanto Pohl quanto Saint-Hilaire

16 Anota o Dr. Pohl sobre o trecho percorrido no Distrito Federal:

«*Após extenuante travessia de um riacho de margens escarpadas e de uma ponte arruinada, onde todos os animais tiveram de ser descarregados e a carga transportada através das águas, encontramos-nos entre duas serras que correm de leste para oeste, as quais, com o seu xisto quartzífero característico e suas formas arredondadas de tendas, são contrafortes dos Montes Claros, sendo estes, por sua vez, prolongamentos dos Montes Pireneus, uma das mais altas cadeias da Capitania. Pernoitamos em Ponte Alta, quatro léguas afastada da quinta do vigário. É um povoado de apenas três casas, de onde podíamos avistar os campos situados entre as montanhas que havíamos percorrido neste dia. Como o fio vizinho afluente do Rio Grande, recebeu o nome de uma sólida ponte de quatro metros e meio de altura e nove de comprimento que atravessamos no dia seguinte.*

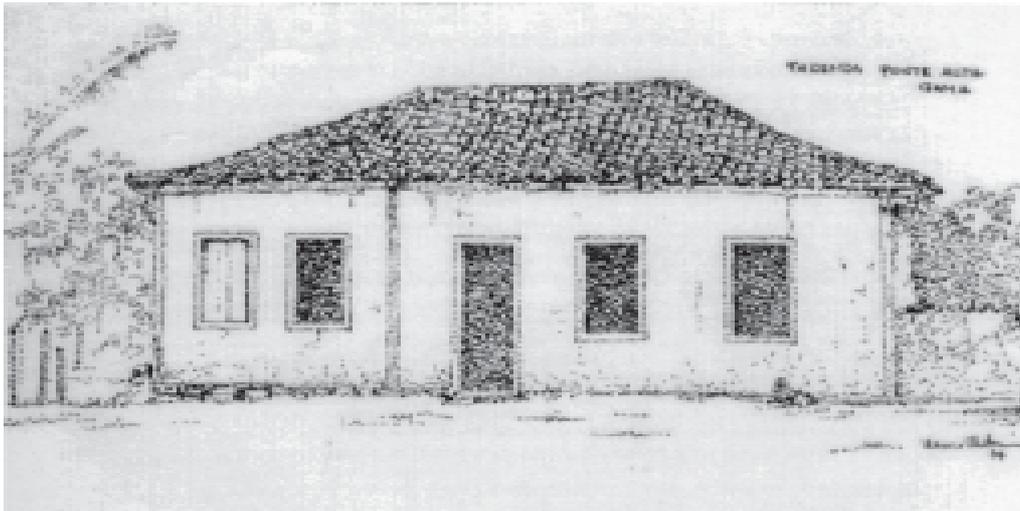
«*Nesse dia (6 de janeiro), tínhamos de escalar também os Montes Claros. O caminho era sofrível. A região é muito pitoresca. Buritis de altos estirpes dão vida própria a inúmeros regatos que descem murmurantes de leste para oeste.*

J. E. Pohl, *op. cit.*, p. 114.

17 Ao passar pelo sudoeste do Distrito Federal, Saint-Hilaire dá-nos uma lição sobre plantas e queimadas que merece a atenção:

«*Entre a chácara de S. João Evangelista e a fazenda de Ponte Alta, afastada de 5 leguas, e onde pousei, atravessei, como entre Garapa e Santa Luzia, uma região perfeitamente plana, tendo à direita e à esquerda, pequenas montanhas. São estas contrafortes dos Montes Claros, dos quaes falei em breve, assim como estes últimos são elles proprios contrafortes dos Montes Pyrineus; ou, para melhor dizer, nessas altitudes mais ou menos notaveis, não devemos vêr mais do que porções do grande divisor de aguas do norte e do sul, a Serra do Corumbá e do Tocantins.*

«*Á excepção de uma casinhola que me pareceu deserta, não vi, durante toda a jornada, uma unica habitação, não encontrei um so viajante, não vi sequer uma unica cabeça de gado. A região apresenta sempre a mesma alternancia de campos, quasi que unicamente cobertos de herva, e de outros campos onde, no meio de gramineas, se elevam arvores enfezadas e retorcidas (tabuleiros cobertos, tabuleiros descobertos). Desde muito não via mais o capim frecha, essa graminea que caracteriza os pastos gordos do sul da provincia de Minas; todavia, os do districto que eu então percorria eram tambem optimos, e apesar da secca que durava ha tanto tempo, a herva conservava uma bellissima verdura. As flores continuavam tambem raras; todavia encontrei grande numero em uma queimada, nome que se dá, como já o disse alhures, aos pastos recentemente incendiados.*



114. Fazenda da Ponte Alta, próximo ao Gama, onde hospedaram-se, na primeira metade do Século XIX, os viajantes Pohl, Saint-Hilaire e Cunha Mattos. Bico de pena de Marco Antônio Galvão, com base em fotografia de Márcio Viana. Anos 1980, quando ainda existia o monumento histórico, criminosamente destruído.

dizem que a região montanhosa entre o Ponte Alta e Santo Antônio do Descoberto chamava-se Montes Claros e delato existem ali uns morros desnudos e pitorescos. Já o morro do Tição, passa sobre ele, hoje, a rodovia Brasília – Goiânia, e a mesma BR-060 tem um trecho de cerca de uma légua – entre os córregos Tição e Engenho das Lajes – em que acompanha a Estrada Real. À direita do asfalto da Brasília – Goiânia, entronca a rodovia DF-190, que até às portas de Santo Antônio acompanha a estrada colonial, a qual nada tem a ver com o atual acesso asfaltado de Brasília para Santo Antônio do Descoberto.

Santo Antônio do Descoberto

Os três cientistas estiveram na atual cidade de Santo Antônio do Descoberto e lá pousaram. Escreve Pohl, o primeiro dos visitantes:

«Mal um campo natural acabou de ser queimado, e já no meio das cinzas negras de que está coberta a terra, aparecem aqui e ali plantas anãs, frequentemente avelludadas, cujas folhas são sesséis e pouco desenvolvidas, e que em pouco tempo dão flôr. Durante muito tempo pensei que estas plantas fossem espécies distintas, peculiares às queimadas, como outras pertencem unicamente às moitas que subsistem as florestas virgens; um exame attento, porém, convenceu-me de que estas pretensas especies não são mais que indivíduos abortados de especies naturalmente muito mais corpulentas e destinadas a florescer em estação diferente. Durante a secca, época do incendio dos campos, a vegetação da maioria das plantas que compõem fica, de certo modo, suspensa, e estas só apresentam caules fenescentes ou dessecados. Entretanto, deve succeder aqui o mesmo que nos nossos climas; durante esse período de repouso as raizes se fortalecem e se enchem de succos destinados a alimentar os brotos novos, como se tem um exemplo typico na colchica e em nossas orchideas. Nas queimadas o incendio dos caules antigos determina o desenvolvimento dos germens; como, porém, os novos brotos apparecem prematuramente, e os reservatorios de succos destinados a nutril-os não estão ainda suficientemente cheios, as folhas se desenvolvem mal; a passagem destas à flôr se faz rapidamente, e esta ultima põe fim, em pouco tempo, ao crescimento da haste. Como já tive occasião de fazer-o, convidarei os botanicos que descrevem as plantas do Brasil por herbarios, a empregarem esforços afim de aproximar das verdadeiras especies os abortos singulares que produzem as queimadas, e a não cederem à vaidade pueril de indicados com nomes novos como se fossem especies distintas.

«A fazenda de Ponte Alta, onde pousei, como vimos agora mesmo, está situada à margem de um regato que tem o mesmo nome que ella: como muitas outras habitações, cahia em ruinas. -A região que percorri, após deixara, é ainda deserta; mas deixa de ser plana e torna-se montanhosa: está-se nos Montes Claros, dos quaes já disse algumas palavras.

«Foi nesses lugares elevados que, pela primeira vez, vi, entre as plantas, dos campos cobertos e campos descobertos, esta monocotiledonea arborecente tão pittoresca, tão característica da qual tratei no quadro geral da provincia, esta interessante *Vellossia* que se bifurca varias vezes, e cujos ramos, revestidos de escamas, se terminam por uma bella flôr que protege uma porção de folhas lineares, curvas como os galhos dos salgueiros chorões e agitadas pelo vento mais brando.

«Do alto de um morro bastante elevado que chamam Morro do Tição, vi, ao longe, os dois picos que coroam os Montes Pyrineus. No mesmo morro vi tambem a capella de S. Antonio dos Montes Claros, que está a cerca de legua; e, depois de transpôr um regato que tem o mesmo nome que essa capella, fiz alto em uma casa pouco afastada della.»

Saint-Hilaire, *op. cit.*, pp. 36-38.

... «Por causa da abundante produção de ouro, em 1754 (na verdade 1757) foi erigida numa das maiores elevações o Arraial de Santo Antônio do Descoberto dos Montes Claros. Agora nada mais resta deste arraial, a não ser uma igrejinha bem conservada, filial de Santa Luzia, e uma casa, onde nos hospedamos num quarto asseado. A cinqüenta passos de distância corre o profundo e torrencial Rio dos Montes Claros, que nasce em Vendinha e desemboca no Rio Grande. É piscoso. Também jibóias habitam suas águas. Com sua pele aqui se fazem botas, das quais comprei um par. Uma sólida ponte de uns trezentos metros de comprimento atravessa a corrente».¹⁸

Parece aqui que o tradutor traiu o Dr. Pohl: a tal ponte não devia exceder de trinta metros. E equivoca-se o naturalista, pois o rio Descoberto desemboca no rio Corumbá e não no rio Grande.

Mais pinturesco do que seu colega austríaco, diz o gaulês Saint-Hilaire:

«O Rio de S. Antonio dos Montes Claros, que tem sua fonte a 8 leguas da capella e se lança no Corumbá, rega terrenos auríferos. Outrora extraiu-se muito ouro dos arredores de S. Antonio; mas por falta de braços, as lavagens foram abandonadas, e a povoação de S. Antonio dos Montes Claros se acha reduzida hoje em dia à expressão mais simples, à capella e à casa de que falei ainda ha pouco.

«Esta capella é bastante pequena e constitue, no entanto, uma das trez succursaes que dependem da immensa parochia de que a povoação de Santa Luzia é a séde. O parochio vinha ahi dizer missa duas vezes por anno, na epoca da festa do padroeiro e quando fazia a sua correição para confessar os parochianos.

«O proprietario da casa onde apeei, e que constitue toda a povoação, possuia outrora uma loja, mas foi obrigado a renunciar ao seu commercio porque ninguem lhe pagava, e, por occasião da minha viagem, limitava-se a vender ás caravanas o milho de que ellas tinham necessidade.

«Pizarro dis (Mem., IX, 213), baseado em informes dos habitantes desse districto, que se encontram parcelas de ouro nas entranhas de todos os animaes que ahi se nutrem. Si o factio é verdadeiro, será necessario suppor que devem existir na região terrenos ao mesmo tempo salitrados e auríferos: pois que o ouro não pode passar para as hastes e folhas das plantas, e sabe-se que o gado come com prazer a terra impregnada de salitre.»¹⁹

E arremata, quatro anos depois, o geógrafo Cunha Mattos, com grande equívoco quanto às altitudes brasileiras:

... «No Descoberto (na margem direita) existe a grande casa arruinada de huma antiga fazenda ou pequeno arraial do mesmo nome, a qual pertence a João Antonio dos Prazeres, que fabrica chapéus de lã. Junto à casa existe a Capella de S. Antonio, pequena, pobre, mas decente e com hum altar. Aqui ha immensas perdizes; mas o fazendeiro hospedou-me com um bom peixe fresco pescado ao pé de sua casa. Os caminhos não são mãos, posto que atravessem montanhas mui elevadas, ramos dos Pyreneos que se avistão durante a jornada. Do alto de alguns morros descobre-se ao longe a Capella de S. Antonio, alvejando na baixa em que está collada. Vou chegando ao lugar talvez o mais elevado do Brasil.»²⁰

De Santo Antônio os três cientistas seguiram sempre pela Estrada Real que, com variações, às vezes consideráveis, é a mesma rodovia estadual goiana que liga Santo Antônio do Descoberto a Corumbá de Goiás. Nesse trajeto registraram dois povoados miseráveis nos ribeirões Antinha e Macacos.²¹

18 J. E. Pohl, *op. cit.* p. 115.

19 Saint-Hilaire, *op. cit.*, pp. 38-39.

20 Cunha Mattos, *op. cit.*, p. 168.

21 **nota do autor:** As fazendas Macacos e Antinha ainda existem (1994) e têm grandes casas, construídas talvez há um século, muito deterioradas.



115. Ponte sobre o rio Descoberto quase à entrada da atual cidade de Santo Antônio do Descoberto. Comissão Cruls, 1892.

Corumbá de Goiás

Sobre o arraial de Corumbá, escreve o Dr. Pohl:

...«Fica este numa colina, além da qual se elevam serras mais altas e finalmente, a três milhas de distância, em forma de anfiteatro, as moles rochosas dos Montes Pireneus. Este panorama e, em parte, a vista da própria aldeiazinha com os seus telhados vermelhos, dão a toda a região um caráter muito pitoresco. A aldeia não corresponde em nada ao seu aspecto à distância. Vê-se, ao penetrar nela, depois de transposto o aurífero rio Corumbá, que os telhados, alegres e brilhantes ao longe, cobrem miseráveis e semi-arruinados casebres de barro. Consta ao todo de duas vielas íngremes construídas irregularmente. As casas são térreas; edificadas no centro da localidade, a igreja oferece a única bela vista da aldeia.

«Em vista de terem sido abandonadas, dada a falta de escravos, várias de suas lavras de ouro, os habitantes, na maioria negros livres e mulatos, dedicam-se à confecção de tecidos grosseiros de algodão, ao cultivo do tabaco e à criação de porcos. Seus alimentos habituais são o feijão e o milho, que aliás não produzem em grande quantidade. Comprovei tal coisa quando procurei em vão algum milho para os meus animais. Disseram-me os moradores que eles próprios se achavam privados deste cereal há semanas e que nenhuma quantidade se poderia arranjar. O novo Governador de Mato Grosso, a caminho do seu destino, fora surpreendido pela estação chuvosa e aqui se demorara por três meses esperando melhor tempo, com trinta soldados, além das pessoas do seu séquito. Tantos hóspedes bastaram para consumir todo o milho da região e por fim foi requisitado à força o que se encontrou na vizinhança. Do ocorrido deve o Governador ter melhor sentido a necessidade de, por meio de estímulos legais, induzir os habitantes a maior atividade no cultivo dos campos.²²

22 Era esse governador o tenente-general Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, futuro barão de Vila Bela. Assumiu o governo de Mato Grosso em 06 de janeiro de 1819, em sucessão ao virtuoso Augusto d'Oeynhausens de Graevenbourg. Segundo Rubens de Mendonça, fez um governo tumultuado e acabou deposto às vésperas da

«Eu me alojara numa casinha pertencente ao capelão local. Ele visitou-me em esquisitíssimo traje; apareceu-me o homem, de uns sessenta anos de idade, com um manto azul-celeste, meias curtas de algodão, pernas nuas e tamancos. O manto estava muito roto e via-se através dos buracos, a camisa de algodão grosseiro. Ele muito se queixou da pobreza dos habitantes. Pareceu-me que deveria antes se queixar da preguiça rifles, pois aqui o solo, a mata e a serra abundam em riquezas para o homem laborioso.»²³

Saint-Hilaire, mais condescendente para com o Brasil do que Pohl, sente-se à vontade em Corumbá:

«Antes de chegar a Corumbá mandei José Mariano pedir hospedagem ao vigário encomendado, que lhe indicou uma casa deshabitada, como ha tantas em todas as povoações fundadas por mineradores. Mal acabava de tomar chá quando recebi a visita do cura de Meiaponte e de outro ecclesiastico que tinham vindo passear a Corumbá. Como todos os habitantes do paiz, esses senhores se queixavam amargamente da falsificação do ouro, dos dizimos e do abandono em que o governo deixava essa infeliz província.

«A pequena povoação de Corumbá tem a forma de um triangulo e está situada na encosta de uma collina, sobre o rio que lhe dá o nome. Suas ruas são largas, e as casas pequenas e extremamente baixas.

«Mineradores se fixaram neste lugar para explorar as margens auríferas do Corumbá. Após sua morte e a dos escravos no trabalho das minas, tornando-se provavelmente mais difficil, foi completamente abandonado, e os habitantes da povoação cahiram na indigência. A maior parte dos atuaes são artífices que trabalham para os lavradores da vizinhança, e que ordinariamente só são pagos em producto da terra. As mulheres fiam o algodão e, como salarios, recebem productos agrícolas. Corumbá goza, todavia, de grande vantagem; aprecia-se muito o tabaco dos arredores, que são bastante elevados, e enviam-no a varias das povoações da província.

«Corumbá é uma succursal (capella) que depende da parochia de Meiaponte, cuja matriz está afastada de 3 leguas. Dou aqui a este desprezível povoado o nome, por assim dizer, legal, mas na região não o conhecem sinão sob o de Capella, reserva-se o nome de Arraial para a povoação de Meiaponte.»²⁴

Comandante de Armas da Província, com sua longa experiência de sertões, o brigadeiro Cunha Mattos diz de Corumbá, em 1823:

«O aprazível Arraial de Corumbá ... tem 84 casas humildes, mas a maior parte delas novas, a Igreja de Nossa Senhora da Penha com três altares, uma bela imagem e grande adro. Descansei na casa do Capelão Padre Antônio da Costa Teixeira, homem octogenário, mas tão robusto como se tivesse 30 anos; o leite é a base de sua sustentação.»

Eis aí identificado e admirado o padre que tanto estranhou o Dr. Pohl. E eis que na contrafação de mentalidades e ideologias o que para o francês Saint-Hilaire era “desprezível arraial” para o experimentado Cunha Mattos era “o aprazível arraial de Corumbá”... Com quem a razão?

Independência. Deve-se-lhe a mudança da Capital de Mato Grosso de Vila Bela para a atual Cuiabá.

23 J. E. Pohl, *op. cit.*, pp. 115-116.

24 Saint-Hilaire, *op. cit.*, pp. 43-44.



116. Rua da Matriz de Nossa Senhora da Penha, em Corumbá de Goiás. Foto do autor, 1979.

Pirenópolis

Com exceção de Saint-Hilaire, que, muito curioso, subiu os montes Pireneus – que eram dados, até uma metódica investigação do Dr. Luís Cruls, em 1892, como um dos pontos culminantes do Brasil –, Pohl e Cunha Mattos investiram de Corumbá diretamente sobre Pirenópolis, a opulenta Meia Ponte do passado.

Saint-Hilaire passará sobre a futura Cocalzinho de Goiás que chamava-se Cocá ou Cocal. É ao mesmo Saint-Hilaire que devemos a mais primorosa e detalhada descrição de Meia Ponte:

«Apenas acampado, fui apresentar o meu passaporte real (portaria) ao commandante da povoação, do qual terei a ocasião de falar adiante. Habitava uma casa bastante bonita e me recebeu em um salão bem mobiliado, de uma limpeza extrema. As paredes eram pintadas até a altura de um homem, caiadas em seguida até o tecto e ornadas de gravuras; um pequeno espelho, algumas mesas, cadeiras bem arrumadas, constituíam o mobiliaria dessa peça.

«Fui em seguida agradecer ao cura, e achei a sua casa tão bonita e bem guarnecida como a do commandante: o que principalmente a tornava digna de apreço, era um asseio verdadeiramente hollandez. Em geral, é essa uma das qualidades que distinguem os brasileiros; por pobres que sejam, suas choças nunca estão sujas, e si possuem mais de duas camisas, a que vestem está sempre limpa.

«A encantadora povoação de Meiaponte é a um só tempo séde de uma justiça e de uma parochia. Foi erigida em villa por uma lei de 10 de Julho de 1832 (Mattos, Itin., II, 337). – Luiz d'Allincourt diz que, em 1737, foi apresentada a ideia de fazel-a capital da província (Mem., 85); mas creio que se engana o nome do governador ao qual attribue esse projecto. Seja como fôr, é incontestavel que, sob muitos aspectos, Meiaponte mereceria mais do que Villa Bôa tornar-se a capital da província de Goyaz. Situada aos 15°,30' de latitude sul, em uma zona muito salubre, no ponto de junção das estradas do Rio de Janeiro, da Bahia, de Matto-Grosso e de São Paulo, afastada de Villa Bôa no maximo 27 leguas, rodeada das terras mais ferteis, tal povoação não podia deixar de ser uma das menos infelizes da província, e é uma das mais povoadas.

«Toda a parochia de Meiaponte tem cerca de 32 leguas de norte a sul, e 20 de oéste a léste; e, si bem que menos extensa do que a de Santa Luzia, é todavia muito mais povoada, pois que nella se contam 7.000 commungantes; comprehende (1819) duas succursaes (capellas) a de Corumbá, da qual já falei, e a do Corrego de Jaraguá.

«Foi edificada a povoação de Meiaponte em uma especie de planicie rodeada de montanhas e coberta de bosques pouco elevados; estende-se, por um declive muito brando, por sobre a margem esquerda do Rio das Almas e defronta a continuação dos Montes Pyrineus. Tem aproximadamente a fôrma de um quadrilatero. Contam-se nella 300 e poucas casas, que são bastante limpas, cuidadosamente caiadas, cobertas de telhas, e bastante altas para o paiz. Cada uma, como succede em todas as povoações do interior, possui um jardim, ou antes, um quintal onde se veem bananeiras, laranjeiras e cafeeiros plantados sem ordem. As ruas são largas, rectas e calçadas dos

dois lados. Cinco igrejas, entre as quaes se contam tres principaes, contribuem para o embellezamento da povoação. A igreja parochial, dedicada a Nossa Senhora do Rosario, é bastante grande e ergue-se numa praça quadrada; suas paredes, feitas de taipa, têm 12 palmos de grossura e assentam sobre alicerces de pedra; no interior é ella suficientemente ornada, mas não tem tecto.

«Da praça em que está situada a igreja parochial, descortina-se a vista mais agradável, talvez, que eu tenha admirado desde que comecei a viajar pelo interior do Brasil. Esta praça consiste em um plano inclinado; abaixo della estão jardins onde se mostram grupos de cafeeiros, de laranjeiras, de bananeiras de folhas largas; uma igreja, que se ergue um pouco mais longe, contrasta, pela brancura de suas paredes, com o verde carregado dessas diversas plantas; à direita estão jardins e casas, além dos quaes a vista encontra uma outra igreja; à esquerda vê-se uma ponte meia destruída com uma pequena porção do Rio das Almas, que desliza entre arvores; do outro lado do rio, vê-se uma pequena igreja rodeada de moitas; além desta ultimas, avistam-se arvores enfezadas, que se confundem com ellas; enfim, a cerca de meia legua da povoação, o horizonte se limita, ao norte pela cadeia pouco elevada que continua os Montes Pyreneus e no meio da qual se distingue o cume arredondado do Frotá, mais elevado do que os vizinhos.

«Emquanto que nas outras povoações ha no maximo um mestre-escola, Meiaponte tem (1819) um professor de grammatica latina pago pelo governo; mas, duvido muito que tenha grande numero de alumnos e que seu ensino traga resultados uteis.

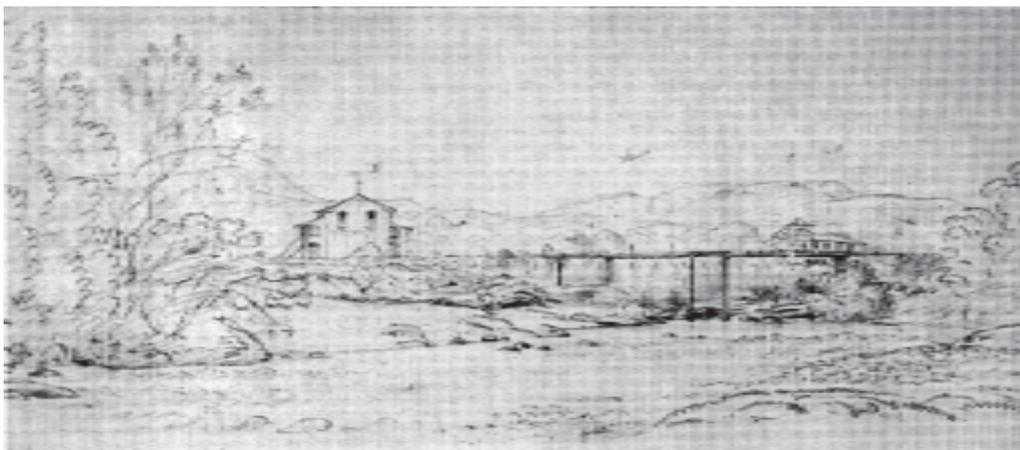
«Como em Tijuco, no districto dos Diamantes, existe em Meiaponte um hospital de irmãos da ordem terceira de São Francisco, encarregados de recolher as esmolas dos fieis para a conservação do Santo Sepulcro. Por occasião da minha viagem, este hospicio não contava mais do que um irmão. As sommas que reunia eram depositadas por elle na propria província, em mãos de um syndico particular, e este as enviava ao Rio de Janeiro, ao syndico geral que, como elle, era um leigo. É difficil crêr que, passando por tantas mãos, estas esmolas viagem integras de Meiaponte a Jerusalem.

«Como disse, o clima de Meiaponte parece bastante sadio. Na época de grande calor, todos os habitantes, de ambos os sexos, se banham frequentemente no Rio das Almas, o que contribue a mantel-os em bom estado de saude. A molestia mais commum entre elles hé a hydropisia; a especie de elephantiasis chamada morfêa não é tampouco, rara nessa zona.

«O lugar, onde actualmente está situada a povoação de Meiaponte, foi descoberto, em 1731, por um tal Manoel Rodrigues Thomar. Os primeiros que ahi se estabeleceram foram exploradores de ouro, que queriam extrahir-o das margens do Rio das Almas. Todavia, como a povoação que elles contruíram se acha situada na junção das principaes estradas da província, e que por lá passava outr'ora grande numero de caravanas, seus habitantes, certos de venderem vantajosamente os productos do solo, renunciaram logo ás lavagens, de que hoje não se veem senão fracos vestígios, e foram, ao que parece, os primeiros de toda a capitania que tiveram a gloria de se occupar do cultivo das terras. Os bosques, communs nos arredores da povoação, favoreceram o trabalho dos agricultores; esses capoeirões de que falei atraz, eram outr'ora grandes mattas, que se cultivaram, e essas capoeiras, actualmente abandonadas, tomaram o lugar do feijão e do milho dos antigos colonos.

«Ainda hoje a maioria dos habitantes da parochia é de agricultores e, como não vêm à povoação a não ser aos domingos, as casas ficam desertas durante o resto da semana. As terras da parochia de Meiaponte são proprias para qualquer genero de cultura, mesmo a do trigo; mas é principalmente a criação de porcos e ao cultivo do tabaco que se dedicam os colonos dessa zona, e enviam o tabaco em corda e o toucinho não só para Villa Boa como tambem para varias povoações do norte da província ...»²⁵

25 ...«Como já tive occasião de dizer, o algodão dessa região é de optima qualidade. Cada homem pode cultivar em



117. A igreja das Mercês e a ponte sobre o rio das Almas, em Pirenópolis, conforme o desenho de W. J. Burchell, em 1827. Sobre a ponte o hoje inexistente palácio mourisco dos Frota.



118. A mesma igreja e a ponte sobre o rio das Almas, pela Comissão Cruls em 1892, 65 anos depois do desenho de Burchell.

«É provavel que os arredores de Meiaponte possam produzir vinho excellente, pois que, durante minha estada nessa povoação, comi uvas deliciosas que o cura me mandou de presente; eram da qualidade que os portugueses chamam uva ferral. Não tenho, em absoluto, necessidade de dizer que aqui, como em Minas, e provavelmente em todo o Brasil, é em mudas que se importa a vinha.»

algodoeiros a extensão de terra que se semeiaria com um alqueire de milho. Ahi os algodoeiros já dão capsulas com um anno, e basta dar uma capina annualmente na terra em que vegetam. Durante cinco annos não se retiram a esses arbustos nenhum dos galhos; mas, ao fim desse tempo tem-se o cuidado de cortai-os um pouco abaixo do pé, e se poda uma parte dos rebentos. Após cinco annos cortam-se os segundos caules, e, tratados sempre da mesma maneira, os arbustos podem dar uma longa série de colheitas. Um alqueire plantado em algodoeiros rende 100 arrobas de algodão com sementes, e a arroba, despojada das sementes, rende 8 libras liquidas...»

«Muito embora qualquer um possa encontrar nos arredores de Meiaponte mais terra para cultivar do que lhe seja necessária, embora existam por toda a parte correjos auríferos onde facil lhe será recolher um pouco de ouro, sejam raros os braços, e, por conseguinte, todo homem valido possa esperar encontrar trabalho, ao menos sufficiente para seu sustento, não se póde dar um passo em Meiaponte, sem esbarrar em mendigos. Alguns delles, atacados de elephantiasis, merecem realmente ser socorridos; os outros são filhos naturaes que poderiam trabalhar. Proprietarios abastados de Meiaponte se queixavam perante mim do numero prodigioso de mendigos que se vê errarem em sua povoação. A maior parte desses homens, diziam elles, estão em estado de ganhar a vida tornando-se uteis; como, porém elles pedem esmolas por amor de Deus, é impossível recusar-lhe, e é assim que se fortalece entre elles o habito da preguiça. Ha, nesse sentimento, sem duvida, algo de commovedor, e não merecia sinão elogios, si somente tivesse por objecto esses infelizes que uma molestia horrorosa afasta dos seus semelhantes; como, porém, essa boa gente que conversava na minha presença, pôde pensar que encorajar o vicio é dar a Deus uma prova de amor?

«Disse que desci muito antes de chegar a Meiaponte. Durante o tempo em que estava na povoação, o calor foi excessivo e experimentei icomodos nervosos, augmentados ainda pela fome que soffri durante os meus passeios. O calor excessivo actuou tambem provavelmente, sobre os meus auxiliares, pois que elles estavam de um humor insupportavel

«Antes de deixar a povoação (17 de Junho), fui despedir-me do parcho e do jovem sacerdote Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, que já vira com elle em Corumbá.

«Durante o tempo em que fiquei em Meiaponte, ambos me cumularam de gentilezas, vieram visitar-me frequentemente, e conversámos muito. Luiz Gonzaga era de origem franceza, como indicava o seu nome de familia Não ignorava quaes os deveres de seu estado, e, em geral, achei-o bastante instruido; conhecia os nossos bons escriptores francezes, lia muito uma das nossas histerias ecclesiaticas e tinha alguns principias de lingua ingleza. O cura, que era cumulativamente vigario da vara, não exercia sinão a ultima dessas funções; dividia o encargo de conduzir as suas ovelhas entre o capellão de Corumbá, o do Corrego Jaraguá, e, finalmente, Luiz Gonzaga, que estava encarregado de Meiaponte, e cada um desses tres vigarios lhe pagava um certo arrendamento pelo officio. Esse arranjo não era muito regular, - mas, pelo que concerne a religião, o Brasil, em geral, e a província de Goyaz, em particular, estão fóra de todas as regras.»²⁶

O Dr. Johann Emanuel Pohl privou pouco com Pirenópolis e deixamos suas observações para as notas deste livro.

Já o brigadeiro Cunha Mattos foi ali recebido não como mero cientista, mas na qualidade de comandante geral das tropas civis e militares da província de Goiás, com o grave problema de enfrentar desde o centro do país a sedição antindependentista do Maranhão. Desse ponto, a visão do general é de sumo interesse:

« 7 de Agosto de 1823 – Pouco depois de haver entrado no arraial vierão procurar-me os Irmãos da Confraria do Senhor do Bom-Fim, dizendo-me que eu fôra hoje eleito Juiz da festa que se ha de celebrar à manhã na sua capella; e que esta honra praticasse com todos os Generaes que entrão neste lugar. Aceitei a eleição com as provas do maior agradecimento. A Igreja Matriz hé espaçosa; tem cinco altares mui decentes, e os campanarios e frontispicio estão para ser reparados. Acha-se assentada na mais pittoresca posição, e della se desfrutão golpes de vista de natureza admiravel. Tenho encontrado muitas pessoas bem decentes, e civilidade estranha nos sertões. Os moradores do arraial tem as suas casas caiadas; illuminarão-as de noite, e hum bando

26 Saint-Hilaire, op. cit., pp. 50-57.

de musica andou tocando pelas ruas varias symphonias agradaveis.

«8 de Agosto – Sexta Feira – Estou no Arraial da Meia Ponte. Às 10 horas da manhã fui a pé à capella do Senhor do Bom-Fim acompanhado por todas as pessoas distinctas do lugar. Huma Companhia de Infantaria achava-se postada à porta da Igreja: o Corpo Ecclesiastico fez-me a honra de me receber á entrada do templo em que me derão o crucifixo a beijar. Huma boa musica vocal e instrumental cantou o Psalmo Benedictus. -A Igreja que hé pequena estava muito ricamente armada de damascos, sanefas e alcatifas: huma profusão de luzes, e os ornamentos de grande valor causarão-me muita admiração, pois não fazia idéa de haver tanta riqueza nesta Capella. A Imagem de Christo da estatura de hum homem, hé como eu já disse fóra de todas as proporções. O que mais me admirou foi a musica: muito boas vozes; algumas rebecas, rebecões e flautas: não havião outros instrumentos de sopro; e disserão-me que em todos os arraiaes de Goyaz existem bandas de musica, posto que inferiores ao da Cidade, e do Arraial de Meia Ponte. A Capella do Sr. do Bom-Fim está em huma posição mui agradável à direita da estrada que segue para Santa Luzia: tem por aqui varias casas todas insignificantes e muito maltratadas. Em Meia Ponte ha hum Hospicio de Religiosos Esmoleres da Terra Santa: no tempo presente existe hum só leigo para manejar os seus negocios, e administrar as fazendas que possuem, e consistem em dous ou tres engenhos d’assucar arruinados.

«Hoje de tarde passei em revista a tres Companhias de Cavallaria, e quatro de Infantaria, bons soldados, mas os Officiaes de Infantaria são pessimos em toda a extensão da palavra. A força que se reunio montou a 194 praças. O nome do Arraial procede de huma pedra que ha no Rio de Meia Ponte que vai para o Corumbá, no sitio denominado Bom-Successo, a qual tem a figura de meio arco de ponte. Foi sobre esta pedra, que assim projecta, que se lançarão os páos para passarem os primeiros povoadores. Há portanto menos fundada explicação que a respeito do nome apresenta hum escripto estimavel.

«9 de Agosto – Sabbado – Mandei fazer livros de matricula das Companhias. Fiz huma nova divisão provisoria dos Districtos, nomeando Commandante Geral de todo o antigo Districto Militar o Sargento Mór Joaquim Alves d’Oliveira; e Commandantes de pequenos Districtos as pessoas mais qualificadas que ahi habitão, e me forão propostas pelo Commandante Geral. A estes Commandantes subalternos fica incumbida a Policia Militar na forma das ordens actualmente em vigor

«10 de Agosto – Domingo – Estou em Meia Ponte. Fui assistir à Missa cantada na Igreja Matriz: mui boa musica., muito aceio e muita decencia nas cerimoniaes religiosas. A Igreja tinha um largo numero de pessoas (mais de 1.500) e nellas se comprehendião bastantes senhoras brancas e pardas vestidas com a maior limpeza, e quasi todas com o lenço em forma de Elmo.

«11 de Agosto – Segunda Feira – Estou em Meia Ponte. Continua o trabalho da escripturação das matriculas, e organisações convenientes ás companhias. Tem apparecido huma immensa quantidade de soldados dentes a requererem baixas nos Corpos. A maior parte delles são refinadissimos manhosos.

« 12 de Agosto – Terça Feira – Continuação os trabalhos em Meia Ponte.

«13 de Agosto – Quarta Feira – Continuação os trabalhos. Cahio huma forte pancada de chuva: fui ver as Igrejas do Rozario, Lapa e Carmo: a da Lapa tem huma bellissima Imagem de N. S.

«14 de Agosto – Quinta Feira – Estou em Meia Ponte. Chegou do Arraial do Pilar em Correição a este Julgado de Meia Ponte o Ouvidor Geral interino João Francisco de Borja Pereira com os seus Officiaes. O povo está aterrado pela visita do Ouvidor.

«15 de Agosto – Sexta Feira – Celebrou-se hoje outra festa na Igreja do Senhor do Bom-Fim: em todas as sextas-feiras do anno ha Missa cantada.»²⁷

... E dizia desatento o Dr. Pohl do “pouco gosto” dos brasileiros pelo canto... Pirenópolis sempre primou pela musicalidade intrínseca de seu povo e pela conservação de suas tradições, de que é paladino o Dr. Pompeu Christovam de Pina, um dos heróis culturais do Planalto.

Dizem que no Século XIX, o principal compositor de Meia Ponte, Tônico do Padre, compusera uma missa cantada para cada dia do ano e estabeleceu um cronograma de músicas exclusivas de cada igreja. Há dúvidas a respeito.

Luziânia, Planaltina, Formosa, Corumbá, todas as cidades antigas do Planalto foram consideradas de excelência musical no passado e sempre destacaram-se pela concepção moderna dessa arte: em quase todas houve e ainda há bandas e nos anos 1920 e 1930 eram muito concorridos os bailes animados pelas *jazz bands* locais. Isto mesmo: há 70 anos, o Planalto dançava o jazz norte-americano de New Orleans. Alguns anos depois, dançava-se também o samba, imperialismo interno das rádios do Rio de Janeiro. Sempre porém distinguiu-se, na alma popular, os ritmos de dançar e as melodias de cantar e sonhar. Estas últimas sempre foram de modinhas, guarânias, boleros. O homem planaltino é, eminentemente, romântico.

Brasília, sementeira de músicos, continuou, sem o saber, a tradição musical inerente ao Planalto, maneira de falar com céus desmedidos e chapadas intermináveis.



Notas ao Capítulo

Saint-Hilaire em Arrendidos e nos Montes Pireneus. Notícia sobre o padre João Teixeira Álvares.

Sobre a sua viagem de Arrendidos para Santa Luzia, informa Saint-Hilaire:

«Já disse que, tendo seguido quasi a partir de Paracatú um planalto que cora a Serra do S. Francisco e da Paranyhyba, delle descí para dirigir-me ao Registro dos Arrendidos, na divisa entre Minas e Goyaz. Entrando na nova província, tinha tambem que transpôr outro divisor de aguas, a Serra do Corumbá e do Tocantins, que já dei a conhecer e que forma um angulo com a Serra do S. Francisco e da Paranyhyba.

«A casa do registro, situada quasi na junção das duas cadeias, é bastante grande e não tem mais de um andar;- compõe-se, à maneira brasileira, de uma parte principal, e duas alas curtas, entre as quaes ha uma especie de galeria (varanda), que é coberta pelo tecto prolongado do corpo principal Defronte dessa casa vê-se um rancho bastante vasto e aberto por todos os lados, com os da estrada do Rio de Janeiro a Minas; é ahí que os viajantes e as caravanas encontram abrigo.

«O pessoal do registro compõe-se unicamente (1819) de um comandante, que tem o posto de alferes, e um soldado, pertencentes ambos à companhia dos dragões, de um pedestre e de um funcionário civil (fiel). Os que vêm do Rio de Janeiro com mercadorias tomam um passe no Registro de Mathias Barbosa e apresentam-no aqui; pesam-se os volumes para saber se nada foi desviado, e os direitos se pagam em Villa Boa ou outro qualquer lugar da província. Para se assegurarem de que os viajantes não transportam consigo diamantes e ouro em pó, examinam-nos igualmente no Registro dos Arrendidos; formalidade absurda, pois que os contrabandistas com a maior facilidade conseguiriam escapar dando alguns passos à direita ou à esquerda do edificio da aduana. As mercadorias provenientes do Rio de Janeiro com destino a Minas, e que, por qualquer circunstancia, são enviadas posteriormente desta ultima província para Goyaz, pagam direitos no Registro dos Arrendidos como si ainda os não tivessem pago ao entrar em Minas.

«Chegando ao Registro apresentei o meu passaporte ao commandante. Não revistou minhas malas; porém, podendo offercer-me um lugar na varanda, deixou-me ir humildemente para o rancho dos viajantes, onde fui devorado pelos bichos de pé.

«No dia seguinte, pela manhã, entregou-me uma carta para o governador da província, e rogou-me que o apoiasse na solicitação que elle lhe dirigia. Havia tres annos que este ancião, seu soldado e o pedestre não recebiam o soldo, e supplicava ao general que não deixasse a elle e seus camaradas morrerem de fome.

«Antes da partida (28 de Maio) inscreveu o meu nome no registro; lancei-lhe os olhos e vi que desde 19 de Fevereiro ninguem penetrara na província de Goyaz, e entretanto esta estrada é a que conduz para aqui do Rio de Janeiro e de grande parte da província de Minas (1819).

«Após deixar o Registro dos Arrendidos, comecei a viajar pela Serra do Corumbá e do Tocantins, seguindo aproximadamente a direcção de leste, para dirigir-me, através das povoações de S. Luzia e Meiaponte, a Villa Boa, capital da província.

Itinerário aproximado do Registro dos Arrendidos à povoação de Santa Luzia:

Do Registro dos Arrendidos a Taipa, cabana	4 leguas
De Taipa à Fazenda do Riacho Frio, habitação	5 leguas
De Riacho Frio ao Sitio de Garapa, casinhola	2 leguas
De Garapa a Santa Luzia, povoação	4 leguas
	<hr/>
	15 leguas

«Tendo subido durante alguns instantes, achei-me sobre um planalto immenso, deserto, geralmente uniforme, coberto ora de pastagens naturaes entremeadas de arvores enfezadas, ora unicamente de gramineas, algumas outras hervas e sub-arbustos. Entre as arvores assignalarei unicamente o Solanum de frutos do tamanho de camoesas, que chamam fruta de lobo (*Solanum lycocarpum*, Aug. de S. Hil.), e várias Apocynaceas, entre outras a que se emprega no paiz como purgativo, sob o nome de tiborne (*Plumiera drastica*, Mart.). Todos os vegetaes, então dessecados pelo ardor do sol, tinham um matiz amarelo ou acinzentado que affligia a vista; as flôres tinham desaparecido, e o aspecto da zona lembrava o da Beauce, algum tempo depois de feita a colheita. Apenas o elegante e majestoso bority, que se eleva nas depressões pantanosas, desfazia a illusão. Todos concordam em dizer que existe neste planalto grande quantidade de animaes silvestres, mas que nessa época se escondem nos grotões onde a herva conserva ainda a frescura. Os passaros eram, tambem, por occasião de minha viagem, bastante raros no planalto, pois que os meus homens, que caçaram durante o dia todo, não mataram mais do que tres.

«Caminhei nove léguas em dois dias nesta immensa planicie,- mas não poderia dizer se percorri no sentido de maior comprimento.

«No fim do primeiro dia de viagem parei num sitio denominado Taipa ou Sitio Novo, construido em uma depressão alagada, à margem duma orla de bosque atravessada por um regato. Este sitio, habitado por duas ou tres familias, compõe-se de algumas choupanas construidas, de barro escuro e cobertas, umas por colmo, outras por folhas de bority, (1819). Nenhuma tem janellas; as portas que lhe vendam as entradas, leves e sem a menor solidez, parecem com as nossas gelosias, e são feitas com peciols de folhas de bority, collocados verticalmente, proximas umas das outras e amarrados por cipós.

«Fatigado por muitas caminhadas longas, passei um dia em Taipa para repousar e pôr minhas colleccões em ordem. Não estava, todavia, à vontade. Achava-me alojado em companhia de duas caravanas num rancho aberto de todos os lados, e emquanto mudava as plantas de papel, era muito incommodado por um vento fortissimo, que ja varios dias reinava nessa zona elevada.

«Foi no dia seguinte que desci do Planalto. Quando se caminha por elle durante cerca de 5 leguas, o terreno começa a se inclinar, mas, um pouco antes, torna-se pedregoso e de côr vermelha escura: as arvores franzinas, muito differentes umas das outras, pela folhagem, se agglomeram, confundem os galhos, e o caminho, perfeitamente continuo, que serpenteia por entre ellas, assemelha-se a uma aléa de jardim inglez. Do planalto desce-se por uma rampa pedregosa e assás rude, para uma região mais baixa, si bem que montanhosa e dentro em pouco chega-se a uma fazenda agradavelmente situada acima do Riacho Frio, regato bordado de bosques: foi lá que eu me detive.

«A Fazenda do Riacho Frio é assás consideravel para a região; todavia, a casa do proprietario, coberta de sapé, mal difere das dos escravos. A esse tempo pertencia em commum as jovens senhoras e a um rapaz muito jovem. O meu arrieiro, José Mariano, vendeu ás senhoras algumas bagatellas; mas, de accôrdo com o uso vigente entre as mulheres honestas, estas não appareceram. O irmão servia de intermediario; levava as mercadorias para que ellas as vissem, tornava com as que não interessavam e transmittia as offeras das compradoras. Não estavamos ainda, sequer, a 9 leguas da fronteira, e já José Mariano foi pago, em parte, com ouro em pó.

«O riacho Frio tem a sua nascente a pequena distância da fazenda do mesmo nome, e se lança no S. Bartholomeu, que atravessei a cerca de 1 legua desta fazenda. O S. Bartholomeu, pouco largo e vadeavel no tempo da secca, não pode ser transposto sinão em canoas no das chuvas, e frequentemente por essa ocasião sua aguas causam febres intermittentes, provavelmente, porque, avolumando-se muito, acarretam na torrente as aguas estagnadas de alguns pântanos.

«Um pouco além deste rio está um pequeno posto militar onde antigamente se percebiam direitos sobre os cavallos e cabeças de gado que se introduziam na província. Pagavam-se 1500 réis por cada boi, mas este imposto, exorbitante em face da pobreza do paiz, foi suprimido, e, por ocasião da minha viagem o posto não tinha outra utilidade sinão de servir de asylo a um velho soldado que contava com quarenta annos de serviço.

«Mais adiante um pouco subi a um morro elevado, arido e pedregoso, que tem o nome de Morro do Alecrim. A região que se descortina do seu cume é montanhosa, sem habitantes, sem cultura, e por essa ocasião todo o campo estava secco pelo ardor do Sol.

«Como eu desejava naquelle dia, véspera de 1^a de Junho, celebrar com a minha caravana, o anniversario de minha chegada ao Brasil, não caminhei sinão 2 leguas. Apeei-me no Sitio da Garapa, que se compõe de uma reunião de casinholas desprezíveis. O proprietario tinha ido à povoação para as festas de Pentecostes; mas fui admiravelmente recebido por sua mulher. Quando chegou encontrou todo o seu quarto occupado pelas minhas bagagens, e, não obstante, me acolheu cordialmente. Como os proprietarios de Riacho Frio, este homem possuia um pequeno rebanho de carneiros, mas era exclusivamente para retirar a lã, pois que lá não se come a carne desses animaes. Vi na casa de meus hospedeiros cobertas que foram feitas com esta lã, e achei-as bastante finas.

«Quanto á festinha que eu quiz celebrar, alguns frangos e uma batida bastaram para o brodio; não tinha então que me queixar dos meus empregados; pareciam contentes, e não era necessario para que eu me sentisse tão feliz quanto o poderia ser.

«Para além de Garapa subi uma pequena elevação; em seguida o caminho continuou sempre perfeitamente plano, si bem que à direita e à esquerda visse pequenas montanhas. A vegetação era sempre a mesma, a região igualmente deserta, e os campos incultos. Atravessei alguns correjos ladeados por orlas de bosque bastante estreitos, que conservavam um agradável verdor;- quanto ao resto tudo estava secco, e apenas reduzido numero de plantas se achava em flôr. Enfim, após uma jornada bastante longa e aborrecida, avistei por fim, Santa Luzia de Goyaz, povoação para a qual me dirigia.» [op. cit. pp. 17-23]²⁸

Saint-Hilaire foi o primeiro cientista a escalar os montes Pireneus que, antes da descoberta de Pouso Alto, na chapada dos Veadeiros, eram considerados os mais elevados do Planalto. Escreve Saint-Hilaire, a partir do arraial de Corumbá:

«O Rio Corumbá está aqui muito perto de sua nascente, e é possível atravessal-o a váu; mas logo, pouco depois, torna-se um dos rios mais consideraveis da província, e, após correr de norte a sudoeste, vai reunir-se ao Parahyba.

«Disse já que do Morro do Tição avistei os dois cumes dos Montes Pyreneus, montanhas que formam a parte mais elevada da Serra do Corumbá e do Tocantins, e onde nascem diversos rios importantes, entre outros o Corumbá, e os primeiros afluentes do gigantesco Tocantins. Desde o Morro do Tição, aproximara-me sempre dessas montanhas; em Corumbá já não estava a maior distancia que duas leguas: quiz

28 **nota do autor:** A fazenda do Riacho Frio pertenceu ao fundador de Luziânia, Antônio Bueno de Azevedo, e a fazenda da Garapa, muito bem preservada, com seu grande quintal de jabuticabas, pertence hoje ao filósofo Dalton dos Reis Gonçalves.

ir ahi herborizar. Tomei na povoação um negro para me servir de guia e me puz, a caminho acompanhado de Marcellino, meu tocador.

«Sigo aqui a orthographia de tres escriptores cuja autoridade é bastante respeitavel, Cazal, Martius e Mattos; mas creio que seria melhor escrever Pirineos, com o Pizarro, ou Perineos, como Luiz Antonio da Silva e Souza, porque é assim que se pronuncia no paiz, e que o viajante deve principalmente consultar o uso quando indica nomes que antes delle, foram graphados poucas ou nenhuma vez. Será verosimil, aliás, que os antigos paulistas, que apenas possuiam vagas noções da Geographia de Portugal, tivessem realmente querido applicar o nome de Pyreneus a montanhas da província de Goyaz? É claro que, em caso algum, se deve, como Pohl, escrever Pyrenaeos.

«A região que atravessamos até os Pyrineus é montanhosa e não differe, absolutamente, na vegetação, da que percorremos dias anteriores.

«Caminhamos cerca de 2 leguas, e, após transpor varios corregos, chegámos ao pé dessas montanhas.

«Não devemos imaginal-as taes como os picos majestosos tão comuns em algumas partes da Europa, nem mesmo o Itacolumi, o Papagaio ou a Serra do Caraça; são bastante elevadas, sem duvida, mas devem uma parte da sua altitude à região, já por si mesma bastante alta, em que estão situados, e desde a base até o cume a sua altura é realmente pouco consideravel.

«Vistas da base, quando se vem de Corumbá mostram ellas dois terraços que se sobrepoem, e dos quaes o superior parece sustentado por rochedos.

«Galgamos o primeiro, onde, em um terreno arenoso e apenas coberto de hervas, recolhi algumas plantas interessantes. Em breve tornamos a avistar os dois cumes que já vira do Morro do Tição e que, por algum tempo, tinham ficado occultos aos nossos olhos. Atravessamos pastagens naturaes onde o terreno ora se mostra arenoso, ora de optima qualidade; em alguns lugares elevados, arvores definhadas se exhibem no meio de rochedos, e o majestoso bority, fiel à sua localidade favorita, orna tambem ahi as depressões alagadas.

«Pouco depois transpuzemos o Rio Corumbá, que nesse lugar tem pouca largura, e encontramos em suas margens vestígios de uma casa; esta pertencera a um minerador que empregava seus escravos na extração do ouro do rio, mas acabou por abandonal-a. Em volta das minas dessa casa crescia em abundancia o capim gordura, que podemos collocar no rol dessas plantas que se prendem à passagem do homem; entre Macacos e Lage vira-o à margem dos corregos, por toda a parte em que param os viajantes.

«Após transpor o Corumbá, passamos um pequeno regato que nelle se lança, e que chamam Cocá. Seu leito estava obstruido por um monte de seixos de cascalho, triste vestigio dos trabalhos dos primeiros faiscadores.

«Meu guia me advertia que os carrapatos eram muito communs nesse lugar; e aconselhou-me a montar a cavallo afim de evital-os. Apesar dessa precaução, minhas calças ficaram num instante cobertas por esses odiosos insectos; mas, desembaracei-me, em pouco tempo, dando pequenas pancadas nas minhas roupas com uma varinha coberta de folhas. Provavelmente fizeram antigamente pastar nesse lugar burros ou cavallos, pois é principalmente nos lugares em que vivem esses animaes, e proximo ás habitações, que se encontram os carrapatos.

«Do outro lado de Cocá encontramos uma pobre choupana, e ahi pernoitei afim de dispor, no dia seguinte, do tempo necessario para subir até o ponto mais elevado da montanha; essa choça era habitada por um velho negro livre, que ahi morava isolado, e procurava, para subsistir, um pouco de ouro em pó no correjo vizinho. “Ha, disse-me ele, excelentes terras na montanha, varios campos seriam mesmo optimos para o cultivo da mandioca, mas não sou bastante jovem para cavar a terra. ” Sua desprezível morada annunciava uma miseria extrema.

«O guia nos deixou quando chegamos à casa do preto velho, mas prometeu voltar no dia seguinte; chegou, effectivamente depois de se ter feito esperar por muito tempo, e puzemo-nos novamente em marcha. Dentro em pouco, porém, percebi que esse homem não conhecia a parte da montanha em que estávamos, e fomos obrigados a nos dirigir para os cumes mais elevados, sem caminho certo.

«Durante muito tempo costeamos o correjo de Cocá, cujas margens foram outr'ora revolvidas pelos mineradores, e apresentam por toda a parte montes de calhaus, residuos das lavagens.

«Á excepção de alguns cumes cobertos de rochedos angulosos, que parecem quebrados artificialmente, e se accumulam sem ordem, toda a parte dos Montes Pyreineus que percorri apresenta um terreno bastante homogêneo. Veem-se, ás vezes, moitas de arvoredos e nos valles, que são sempre pantanosos, o elegante bority.

«Chegamos, finalmente, à base dos picos mais elevados; ha dois principaes: os que já vira do Morro do Tição. Quasi das mesma altitude, exhibem ambos um cone de aresta bastante obliqua, e, são completamente cobertos de pedras e rochas angulosas accumuladas sem ordem, e entre as quaes cresce grande numero de arbustos e arvores enfezadas. Gastei cerca de um quarto de hora para chegar ao cume de um delles: de lá uma extensão immensa de terreno deserto e inculto se me offereceu à vista; mas, infelizmente, o negro encarregado de me guiar era muito ignorante para me dizer o nome das montanhas que eu avistava e o dos pontos mais notaveis. Rochedos de pouca largura terminam este pico, e no meio delles crescem exemplares de canella de ema (*Vellosia*) meio dessecados e cobertas de lichens.

«Em toda essa excursão não recolhi sinão pequeno numero de plantas que ainda não tinha, e não vi um só passaro, exceptuados dois muito grandes, que planavam sobre os rochedos como para tratar de descobrir preza.



«Tendo descido da montanha, puzemo-nos em marcha e percorremos, para voltar a Conumbá, um terreno bastante uniforme. No meio das hervas que o cobrem cresce em abundancia uma *Mimoseacea* (nº 715), cuja haste, um pouco farinacea, e de um vermelho esbranquiçado, tem a altura de 4 a 5 pés e cujos numerosos ramos, carregados de flores roseas, formam uma cupula hemispherica.

«De acordo com o que acabo de dizer ácerca dos Montes Pyreneos, vê-se que enganaram redondamente o doutor Pohl ao lhe dizerem que florestas virgens tornavam essas montanhas inaccessiveis; estou certo tambem de que, si o general Cunha Mattos tivesse occasião de galgal-os, não teria escripto (*Itin.*, I, 170) que uma vegetação majestosa se eleva até o seu cume.»

Saint-Hilaire, *op. cit.*, pp. 44-48.

O padre João Teixeira Álvares

Sobre esse notável padre João Teixeira Álvares – que não devia ser mais iluminista – e sim de extração fisiocrática e romântica, pouquíssimo pudemos coligir até agora nos arquivos.

Segundo uma anônima relação, encontrável nos Arquivos da Fundação Educacional da Cidade de Goiás, o padre João Teixeira Álvares teria tomado posse na vigairaria de Santa Luzia em fevereiro de 1808.

Estaria portanto há uns onze anos no comando da matriz de Santa Luzia até o seu encontro com os viajantes Pohl e Saint-Hilaire. O mesmo documento informa-nos que em maio de 1828, o padre Álvares viajou para o Rio de Janeiro, deixando como vigário a Joaquim de Araújo Mello.

Segundo informação que nos passou o Dr. Antônio Pimentel, teria o padre Álvares falecido em Luziânia. Entre milhares de documentos que o autor compulsou ao longo de duas décadas, resta-nos vaga lembrança de ler que o padre Álvares teria falecido no seminário de Ouro Fino.

Até o presente, desconhecemos grandemente a genealogia dos Teixeira Álvares, mas há fortes indícios de que o doutor João Teixeira Álvares, médico, provenha em indeterminado grau de parentesco do padre Álvares, seu homônimo.

Certo é que o Dr. João Teixeira Álvares é um fabuloso personagem da virada do Século XIX. Machado de Assis relatou-lhe um caso de amor em Santa Luzia, interrompido por uma queda em que feriu-se gravemente. No depois, o Dr. Álvares, findando a Monarquia, que havia financiado com bolsas de estudo a sua formação de médico – em um enorme gesto de gratidão pelo Império – ofereceu-se prender-se junto com o visconde de Ouro Preto, último chanceler, para prestar-lhe assistência médica de que carecia.

Alguns anos depois, passou-se o Dr. João Teixeira Álvares para a nascente Uberaba, no Triângulo Mineiro. Teria ali construído, no quintal de sua casa, um teatro grego, onde encenava, com traduções suas, peças dos mais clássicos autores gregos e romanos.

Na Cidade de Goiás casou-se com uma moça da ilustre família Ludovico, de cujo consórcio nasceu Pedro Ludovico Teixeira, o fundador de Goiânia, e grande liderança política em Goiás neste Século.

Dr. Pedro, também médico, jamais referiu-se a seu extraordinário e extravagante pai, Dr. João Teixeira Álvares, natural de Santa Luzia do Planalto. Fato é que no espaço de um século, a família Teixeira Álvares ofereceu três homens da mais alta expressão política, social e cultural, a que se deve adicionar nos tempos que correm o ex-governador e senador Mauro Borges Teixeira, grande e afável cavalheiro, muito estimado pelos goianos.



Capítulo XVIII

OUTRA E MESMA HISTÓRIA: AS PROTO-CAPITAIS

«*Na quarta parte nova os campos ara,
E se mais mundo houvera, lá chegara.*»
(Camões, **Os Lusíadas**, canto VII, estância 14)

Legenda do frontispício do Correio Braziliense de Hipólito da Costa, e por muitos anos do Correio Braziliense de Brasília.

Desde fins do Século XVIII, a história do Distrito Federal e do Planalto passa a desaguar em duas vertentes grandiosas. A primeira, da colonização e povoamento da terra, como até aqui vimos. A segunda, de erguimento da arquitrave ideológica política, que por mais de século e meio – arrostando todas as crises nacionais – lançará a portentosa idéia de interiorização da Capital do Brasil no Planalto brasileiro.

A bem dizer, desde o país independente, desde o gênio Andrada, a nenhum cérebro privilegiado escapou a consideração geopolítica óbvia da capital interiorizada, seja por motivos militares, seja como projeto de desenvolvimento, seja como aglutinação da massa territorial enorme, desigualmente constituída, com o litoral povoado e defendido e com todo o oeste da antiga linha das Tordesilhas, a bem dizer, despovoado. Os sertões ocidentais de cerrado e os sertões setentrionais amazônicos, conquistas diplomáticas feitas à Espanha por esse outro grande santista que foi o padre Alexandre de Gusmão, artífice do tratado de Madri.

Apesar do testamento político de D. Luís da Cunha sugerindo, muitíssimo antes dos fatos, a transmigração da corte portuguesa para o Brasil – o que efetivamente ocorrerá por fuga aos franceses napoleônicos em 1808 – é pouco provável que a proposta de interiorização da Capital tenha vicejado entre os estadistas lusitanos.

A idéia contraria basicamente as relações metrópole-colônia: de que serviria uma capital colonial não-portuária, quando a essência do vínculo administrativo, econômico e social tinha de embarcar-se em galeões com destino à Europa?

É evidente que a tomada de Salvador (embora reconquistada) e de Pernambuco pelos holandeses moveu o combalido Portugal – à época espanhol – a uma outra estratégia de conquista, fundando a fortaleza de Belém do Pará, no extremo Norte, e outra na Colônia de Sacramento, no extremo Sul. Plano inteligente, ao qual não sabemos atribuir autoria, se autoria houve, e não apenas aprovou aos ventos da história. Se os holandeses dominavam uma terça parte do litoral brasileiro, o rio Amazonas e o rio da Prata tinham suas bocas fechadas pelos canhões portugueses, vedando o interior do país, e nesse contexto, quando Portugal recupera a autonomia, rapidamente nasce um Brasil muito maior, territorialmente extenso, expulsando-se os holandeses.

Nada nesse período (1580-1640) sugere a interiorização de uma Capital. Como fazê-la necessária se quase nada se conhecia acerca do interior e o mesmo país mal se divisava, invadido por franceses, holandeses e flibusteiros em geral?

Já assim não o seria, porém, depois de meados dos anos 1600. O país começava a mostrar fisionomia: destruíram-se as missões espanholas, conquistara-se o interior do Nordeste, reconhecia-se a Amazônia, descobria-se o ouro das Minas Gerais. Daí tanto espanto causado, quando em 1710 o pirata “créole” Du Clerc, invade o Rio de Janeiro, onde foi assassinado por um marido traído e desbaratado o seu pequeno exército. Em 1711, outro pirata, o também francês Duguay-Trouin, tendo fundado uma rica companhia acionária, tenta o mesmo assalto a pretexto de vingança do compatriota, com maior exército, não comparável porém aos Defensores do Rio. Com a mais que provável traição do capitão-general português, toma a

florescente cidade e só dali sai após o pagamento de um volumoso contributo, garantindo o lucro dos acionistas flibusteiros.¹ Os inconfidentes mineiros não se esquecerão do fato, e ainda menos os mudancistas históricos dos Séculos XIX e XX.

Por muito tempo ainda continuaram indefensáveis o Rio de Janeiro, Parati e Angra dos Reis, frágeis e enormes bocarras escoadoras do ouro abundante dos primeiros anos de Minas Gerais. Ao contrário: os mineiros, em 1711, é que juntaram um exército de 6 mil homens para afugentar Duguay-Trouin do Rio de Janeiro, sem qualquer conseqüência prática pois, à falta de munição, não atacaram e, algum tempo depois, os piratas já iam longe, levando tudo o que puderam rapinar da população e do tesouro real.

Não é exclusividade nossa: Cartagena, o mais importante porto dos domínios hispânicos, também foi pilhado por piratas, com graves prejuízos.

Depois e em conseqüência do que relatamos, concorda a historiografia geral do Brasil,² que por volta de 1750, o Rio de Janeiro, escoadouro do produto das minas, estava defendido a ponto de ser considerado o mais seguro porto marítimo do mundo, excetuando-se a ilha de Malta onde, desde 600 anos antes, as armadas cristãs e muçulmanas se defrontavam. Estão aí até hoje os “Cavaleiros de Malta”, com sede bem construída na W3 Norte de Brasília.

Assim sendo, a mudança da Capital de Salvador para o Rio de Janeiro vinha fazendo-se cada vez mais lógica e previsível, com o ouro mineiro próximo oferecendo um sustentáculo econômico mais grandioso do que o decadente suporte do açúcar nordestino, afora a vulnerabilidade do porto de Salvador, com sua barra indefensável.

Num ato que deve ter tido contrafações, em 1763 – auge do Consulado do formidável e controvertido marquês de Pombal – cria-se o vice-reino do Brasil e instala-se a Capital no Rio de Janeiro. Diz Southey que a consumação da mudança a levará quinze anos e é uma pena calar-se a historiografia geral sobre as condições em que isso se fez.³ Não resta dúvida que ferisse interesses em Salvador: vimos alhures neste livro como o quase monopólio mercantil das minas dos Goiazes com a Bahia, no apogeu aurífero, foi perdendo espaço para os comerciantes do Rio de Janeiro no escoar-se do Século XVIII.

Coube também a Pombal a criação do Estado do Grão-Pará, a instâncias, ao que parece, de seu irmão e fiel auxiliar, Francisco Xavier Furtado de Mendonça, governador daquele Estado.

Pode ter surgido aí a idéia, mencionada por diversos historiadores de Brasília, de criar-se um nova Capital amazônida para o também novo Estado, pois o governo do Norte sempre se fracionara sucessivamente, com grande rivalidade entre as duas Capitais de Belém e São Luís. Não entendemos porém como a remota idéia de uma nova Capital na Amazônia (anos mais tarde surgiria Manaus no comando do rio Negro) possa interessar à prefiguração ideológica de Brasília.

O mesmo aplica-se à insinuação feita – embora nunca provada – em 1894 pelo Dr. Antônio Pimentel, médico da Comissão Cruls, de ter sido o geômetra italiano Francisco Tossi Colombina o primeiro áugure da interiorização da Capital. Tossi Colombina é um entre os muitos cientistas italianos chamados por Domenico Vandelli a Portugal para “modernizar” o velho reino ainda inerme nas antigas glórias camonianas da Conquista.⁴ Tossi Colombina e mais sócios intentavam abrir uma estrada carroçável, para... “*carruagens de rodas*”... desde o porto de Santos até Cuiabá, com regime de privilégio de uso, um mega-projeto que nunca saiu da prancheta antes dos anos de 1930. Para ilustrá-lo porém, Tossi Colombina construiu, com base em informações de viajantes e por experiência própria, o primeiro mapa do Brasil Central, mostrando o país desde a ilha de Marajó até a longitude de São Paulo, do qual existe o esboço

1 in Varnhagen, Francisco Adolfo de, **História Geral do Brasil**, vol. 4, São Paulo, Ed. Melhoramentos-MEC, 1975.

2 *Idem, ibidem.*

3 Southey, Robert in **História do Brasil**, vol.III, pp.302-309, São Paulo, Melhoramentos-MEC, 1977.

4 CODEPLAN, GDF, **Atlas do Distrito Federal**, vol. III, Brasília, Ed. GDF, 1984.

de 1750 no Arquivo Ultramarino de Lisboa e o definitivo, dedicado a D. Marcos de Noronha, capitão-general de Goiás, de 1751, com várias cópias antigas em arquivos diversos. Por sua perfeição, o mapa de Tossi Colombina integrou o chamado “Mapa das Cortes”, seguido pelas comissões luso-espanholas encarregadas da demarcação do Tratado de Madri, derogador da linha de Tordesilhas. Como cartógrafo, Tossi Colombina muito interessa à história do Planalto, quando situa em mapas os arraiais de Santa Luzia e Meia Ponte e a “Contagem do pé da serra de São João”, mas de nada serve quanto à ideografia de Brasília.



119. Salvador, foto de Peter Fuss, 1937



120. Sebastião José de Carvalho, conde de Oeiras e marquês de Pombal.
Pintura do Século XVIII, autor desconhecido

Iluminações da Inconfidência

A proposição de uma Capital interiorana para o país só podia surgir – como de fato surgiu em um projeto de nação não-colonial, desatrelado do vínculo metropolitano do Porto-comandador, estigma da dependência espacial das colônias. Como tal devia vingar nos projetos da Inconfidência Mineira; despontou com a instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro; e, finalmente, vicejou com a Independência.

A Inconfidência Mineira foi o maior projeto político abortado da História das Américas. Havia programa militar, estavam estabelecidos os cenários táticos e estratégicos da revolução, havia rascunho de uma constituição prevendo um regime parlamentar, haveria uma Capital

interiorizada, havia um projeto de bandeira com três triângulos representando – dizem que em simbologia maçônica – a Santíssima Trindade e até mesmo a divisa nacional em latim: *Libertas que, sera tamen*, que por muito tempo traduziu-se por “Liberdade ainda que tardia”, e que melhor e mais recente versão dá como “Liberdade todavia”.

Inspirava-se o movimento revolucionário mineiro, e subsidiariamente carioca, no caloroso exemplo da Revolução Americana: se houvesse prosperado teria instalado a segunda República da moderna história mundial.

Seu colapso por muito tempo reputou-se pela delação de um Silvério dos Reis, de um coronel Pamplona e outros da mesma estirpe – mas conforme a formidável e recente releitura do escritor mineiro Márcio Jardim ⁵ – a traição foi quase consequência do mal maior que desmobilizou a conjuração já madura: o rachamento ideológico que dividiu em duas principais facções os inconfidentes, às vésperas da ação armada.

De um lado estavam os conspiradores radicais, republicanos, liderados pelo poeta e jurista Tomás Antônio Gonzaga, com o qual afinavam-se o padre Toledo, José Álvares Maciel, Oliveira Rolim e, depois de alguma irresolução, o alferes Tiradentes, entre outros. O programa republicano era simples: cortar a cabeça do governador visconde de Barbacena, mostrá-la ao povo e à milícia paga de Vila Rica – todos simpatizantes – proclamar a República e iniciar a revolução.

De outro lado porém, a facção moderada dos conspiradores tinha um ideário monarquista-constitucional, cujo plano, desde o início, era incompatível com o dos radicais: ao invés de cortar a cabeça do visconde-governador, aclama-lo-iam rei do novo país, o qual juraria a constituição e declararia a independência do reino em praça pública! O visconde de Barbacena, então governador de Minas, era o que de mais à mão havia de sangue azul, com vaga habilitação para a fundação de uma casa real.

Entre ter a cabeça coroada ou cortada é que se explicam as atitudes dúbias ou omissas do visconde de Barbacena no decorrer da Devassa, comandada afinal pela justiça do Rio de Janeiro.

Ao grupo monarquista pertenciam o poeta Cláudio Manoel da Costa, o agitado Alvarenga Peixoto (que em delírios etílicos chamava sua Bárbara Heliodora de rainha e dava à filha do casal educação de princesa real), o cônego Luís Vieira da Silva, sobre o qual ainda falaremos, e o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, sobrinho bastardo do notável Gomes Freire, conde de Bobadela.

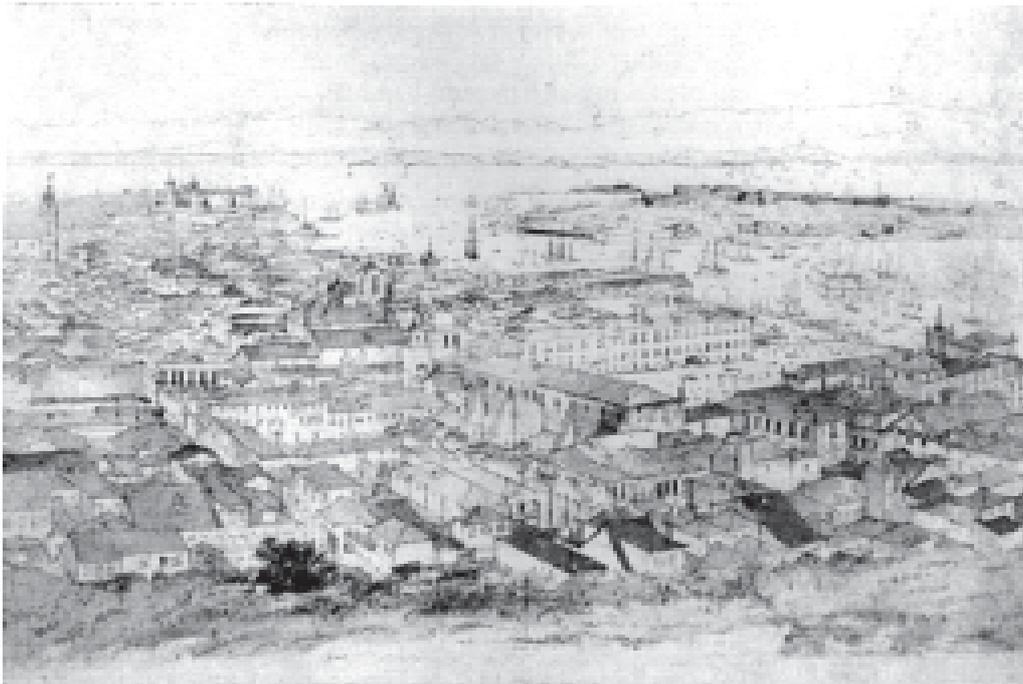
Basta dizer então, para resumo da história, que o coronel Freire de Andrade era o mui bem quisto comandante-geral do exército de linha da capitania – e peça fundamental do projeto militar da revolução, à qual aderiria em momento crucial. Por divergência com o projeto radical, passou no entanto a fazer corpo mole com a conjuração. Aristocratas, ainda que bastardos, odiavam cortar cabeças a outros aristocratas, tendo custado caro a Philippe Légalité a cabeça de Luís XVI, na revolução que ocorreria também nesse fim de Século do outro lado do Atlântico. O movimento entrou em uma inflexão em que as correntes moderadas mostravam-se capazes da hegemonia.

A continuação é de todos conhecida: a delação, a suspensão da derrama, a prisão de Tiradentes no Rio de Janeiro, a prisão dos líderes em Vila Rica, o momento histórico perdido, o projeto político rasgado, deitando seu tecido esgarçado para a reflexão do próximo Século.

Carecia de maturação ideológica o projeto mineiro: cortar ou coroar as mesmas cabeças são antinomias excessivas, sem viso de ações práticas.

A idéia de interiorização da Capital do novo império parece ter sido no entanto um ponto consensual no projeto político dos inconfidentes, com exceção do padre Vieira que tinha outra

5 Jardim, Márcio in *A Inconfidência Mineira – uma síntese factual*, Rio de Janeiro, Ed. Bibliex, 1989.



121. Vista panorâmica do Rio de Janeiro, por William John Burchell, 1827.

versão. Nos autos da Devassa pululam referências como esta, sintetizadora de outras tantas no mesmo tom: ... «Assentando mais os ditos infames réus (...) em que se mudaria a Capital para São João D'El Rei e que em Vila Rica se fundaria uma universidade ... »⁶ É curioso que compareça aqui a velha dicotomia ibérica entre a Capital administrativa e a Capital intelectual: Lisboa e Coimbra, Madri e Salamanca, como se os letrados propugnassem por um parnasso próprio, prudentemente recuados do alcance do Estado, isto é, da Capital política. E acabava sendo uma forma honrosa de dizer a Vila Rica que perderia sua condição de Capital, mas não seu superior galardão intelectual, ela que tinha poetas reconhecidos mundialmente e até membros na Arcádia de Roma!

Por outro lado havia a questão pragmática a considerar-se, de uma Capital estrategicamente situada e que devia ser São João d'El Rei ... «*por ser aquela vila mais bem situada e farta de mantimentos ...*», nos dizeres do depoente Domingos de Abreu Vieira.⁷ Havia outras vantagens: São João protegia-se de uma contra-revolução pelos altos contrafortes da serra da Mantiqueira, onde grupos guerrilheiros bastariam para impedir o avanço de algum exército regular de reconquista. Apesar de Vila Rica do Ouro Preto ser a Capital de Minas, era sobre São João que no passado desabavam as estradas coloniais, demandando, com pequena distância relativa, o Rio de Janeiro e São Paulo. Com maior distância, São João d'El Rei recebia, para redistribuí-la, a Picada de Goiás, tão citada neste livro, atendendo às demandas das minas de Paracatu, de Luziânia e de Pirenópolis e daqui internando-se nos sertões profundos de Goiás, Tocantins e Mato Grosso.

Era fundamental para o projeto inconfidente, a exemplo da então recente coesão dos estados unidos da América do Norte, a adesão das capitânicas unidas do Brasil. Era, ao contrário do que dizem alguns intérpretes bisonhos, um projeto de conflagração nacional, incluindo-se aí os esperançosos contatos mantidos pelo Tiradentes com os comerciantes baianos e talvez inserções outras endereçadas a Goiás, Mato Grosso, Bahia e Maranhão. Mas acabou confinando-se a Minas e a alguns setores da maçonaria, principalmente a do Rio de Janeiro.

6 Silva, Ernesto in *História de Brasília*, Brasília, Senado Federal - Ed. Cegraf, 1985.

7 *Idem, ibidem.*

A Inconfidência Extraviada

Há em Goiás, naquele mesmo ano de 1789 – famoso por frustrar a conspiração mineira e, alguns dias depois, por eclodir com enorme estardalhaço a Revolução Francesa – uma formidável denúncia geral, por escrito, do Capitão-Mor de Vila Boa de Goiás, Dr. Antônio de Souza Telles de Menezes, à rainha. A exemplo do desembargador Gonzaga, o Capitão-Mor de Goiás endereçou à rainha D. Maria I, quase que inacreditável carta de denúncias contra as mais altas autoridades civis, militares e eclesiásticas da Capitania de Goiás, com vistas a ali restaurar a moralidade, a probidade e o progresso societário.⁸

Nenhuma das duas denúncias, ao que parece, chegou às mãos da destinatária, a Rainha Louca, que a cada dia mais demente ficava pela averiguação dos iníquos atos do rei seu pai, D. José I, que – ocultando-se sob a capa de seu *soi-disant* todo poderoso ministro, o marquês de Pombal ordenara, com requintes de horror, a execução dos marqueses de Távora e do jesuíta Malagrida, além do confinamento nos porões do reino da mais aristocrática nobreza de Portugal, incluindo-se a marquesa de Alorna, com suas notáveis cartas de iluminista radical, rousseauiana e jacobina. Seu filho, Augusto d'Oyenhausen-Gravaenbourg – governador de Mato Grosso e de São Paulo – figura, anos depois, como companheiro dos Andrada, nas ações da Independência do Brasil. Quanto à rainha D. Maria I, se não bastassem as iniquidades do pai a serem reparadas, tinha pela frente à degolação generalizada da Revolução Francesa em que vários parentes perderam a cabeça. Enlouqueceu a rainha e assumiu a regência o príncipe D. João.

A princesa real, D. Carlota Joaquina, espanhola feiíssima, mas culta, com seus bigodes ao natural sobre os beiços, traía notoriamente D. João. Este a surpreendeu certa vez com um médico da corte e, mesmo armado de pistola, preferiu o príncipe não matá-lo, pois alegava, estando aquele em pecado mortal (de adultério), morrendo, seria condenado ao inferno e ele, príncipe, ficava culpado por desgraçar, perante a justiça divina, o amante de sua mulher...⁹

Curioso raciocínio – apaziguador, convenhamos – para quem tinha pela frente a missão difícil de instalar a primeira monarquia das Américas... e que acabou se revelando um governante competente...

Desde a queda do reformador Pombal, com a volta da decadente aristocracia reinol ao poder, desabaram os modos e costumes não só na metrópole como nas colônias.

Governador de Goiás em 1782, Luís da Cunha Menezes, encastelava-se na tribuna de honra da matriz de Vila Boa com suas mocinhas «*defloradas e concubinas, de ombros nus...*» – e ainda por cima acompanhadas dos familiares – para o enorme desespero do provectoro vigário geral, o padre Noronha.¹⁰

Seu irmão e sucessor no governo goiano, Tristão da Cunha Menezes (escreve o capitão-mor Telles de Menezes na sua famosa carta de 1789) vivia da porta adentro, em palácio, sem qualquer constrangimento, no “incestuoso concubinato” de suas duas amantes, mãe e filha...



122. Dona Maria I, a rainha louca. Auto desconhecido.

8 Bertran, Paulo - **Notícia Geral da Capitania de Goiás**. Goiânia: Solo Editores, 1997.

9 Monteiro, Tobias in **História do Império - Elaboração da Independência**, Rio de Janeiro, Ed. Briguiet, 1927.

10 Bertran, Paulo - **Notícia Geral da Capitania de Goiás**. *Op. cit.*

O sucessor de Tristão, D. João Manoel de Menezes, seu primo e acérrimo inimigo, não feria a crônica dos costumes, mas era “nevrótico e de todo incapaz de locomover-se”, na observação de nosso cronista.¹¹

Tristão, que tinha fazendas e outros interesses na Capitania, não quis retirar-se de Goiás como era praxe e obrigação – e montou um poderoso partido de oposição ao primo governador.

A cizânia corria solta:... «*Ferveu a dissensão entre os grandes e gemeu o resto do povo...* » anota o proto-historiador Silva e Souza, que assistiu aos fatos.¹²

Fracamente, doente, o governador João Manoel de Menezes solicitou à Câmara de Vila Boa que intimasse o ex-governador a retirar-se da Capitania, com o único resultado de começarem a crer os camaristas que tinham poderes de intimidação sobre os governadores, representantes pessoais d’El Rey.¹³

Absolutamente isolado, D. João Manoel tentou fundar um partido próprio, constituído de mulatos, o maior contingente social da época, excluídos todavia dos cargos e postos públicos pela elite branca. Para dar prova de força a seus novos aliados – já predispostos a deflagrar uma “rebelião”, D. João tentou forçar a Câmara – câmara branca – a dar posse a certo vereador eleito, cujo único defeito, nessa ótica, era o de estar casado com uma rica mulata.

Os camaristas ferveram de indignação e – a pretexto da prisão de um desafeto do governador – às cinco horas da tarde do dia 17 de maio de 1803, perfilados, com o estandarte do Senado da Comarca à frente, deram ordem de prisão e de deposição do cargo ao governador da capitania de Goiás, D. João Manoel de Menezes, representante em efígie, *de jure*, da rainha D. Maria I de Portugal e Algarves!

Lesamajestade, inconfidência! ...«*Absurdo que sequer deve ser lembrado...* » escreve o historiador Silva e Souza passados alguns anos. Não satisfeitos, os camaristas fizeram tocar o sino de repique da Câmara até a meia-noite, convocando os cidadãos às armas. Não apareceu viv’alma. Não haveria rebelião.

Prevaleceu o bom senso. O corpo de soldados dragões reconduziu o governador ao cargo. O Ouvidor de então, em tudo implicado, abriu a devassa. Do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro mandaram-lhe um substituto. O novo desembargador, Antônio Luiz de Souza Leal abre nova devassa. Incrimina o Ouvidor que o precedera. Incrimina os governadores. Os camaristas, naturalmente. E diversas personalidades da capitania, dentre as quais o nosso já conhecido cronista de escândalos, o capitão-mor Dr. Antônio de Souza Telles de Menezes.¹⁴

A contragosto porém, recebe o desembargador Souza Leal ordens expressas e secretas do visconde de Anadia no sentido de expulsar os governadores, e soltar e indultar a todos os demais, com exceção de nosso capitão-mor.

Que natureza de crimes teria ele cometido? Homem probo, septuagenário, grande comerciante, banqueiro, fazendeiro, servira o reino nos mais altos postos da capitania ...

Verdade é que pudera ter tido – não há provas – uma relação supostamente subversiva com o mentor financeiro da Inconfidência Mineira, o famoso e riquíssimo João Rodrigues de Macedo, de quem fora procurador em Goiás. Macedo salvou-se da devassa graças a generosos “empréstimos” pessoais aos poderosos da época. Era homem generoso que, expondo-se, muito ajudou com seu dinheiro aos companheiros presos no Rio de Janeiro e às suas famílias, a exemplo do alferes Xavier e da viúva Bárbara Heliodora. Macedo era pedreiro livre e sua esplêndida residência, a Casa dos Contos de Ouro Preto, sediava uma loja maçônica.

11 *Idem, ibidem.*

12 Telles, José Mendonça in **Vida e Obra de Silva e Souza**, Goiânia, Ed. Oriente, 1978.

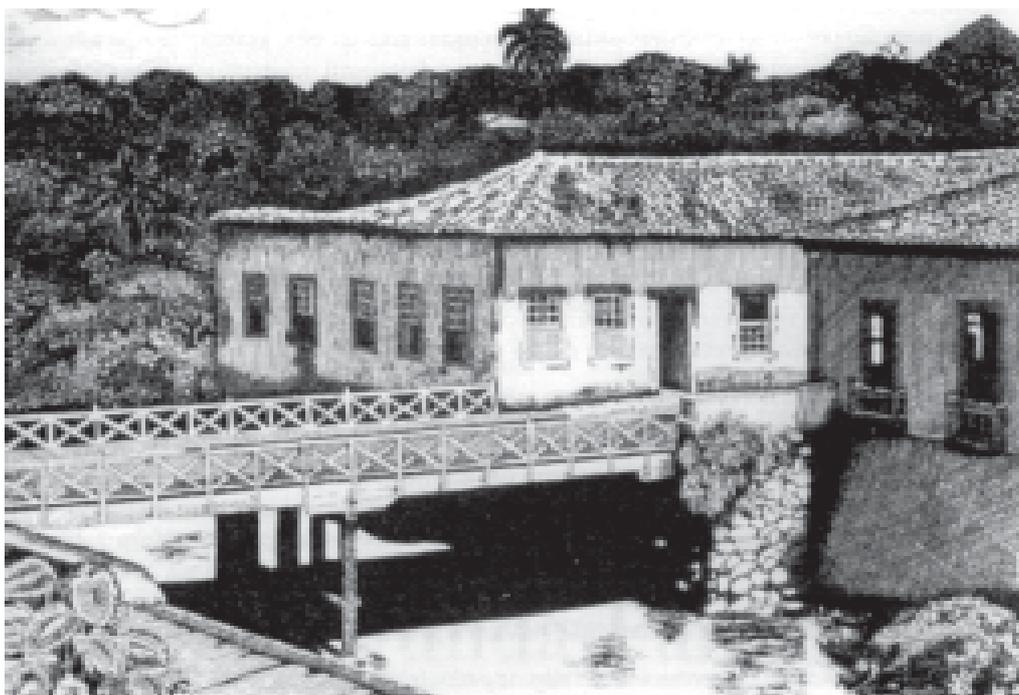
13 Bertran, Paulo in **Os Fanfarrões Golanos, o Inconfidente Extraviado e a Insurreição dos Camaristas - IX Anuário do Museu da Inconfidência**, Ouro Preto, Ministério da Cultura-IBPC, 1993.

14 *idem, ibidem.*

Mas não devia ser este o crime. Embora sua violentíssima carta de denúncias pudesse ter sido articulada a algum propósito da conjuração mineira, essa já ia esquecida no passado, com seus réus condenados ...

A razão, supomos, de ter sido o capitão-mor o único inconfidente retido pela devassa de Vila Boa, subsiste até hoje – como muda denúncia – conservada numa caixa de documentos no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, como o descobrimos há alguns anos.

Contém a caixa correspondência do desembargador Souza Leal com o visconde de Anadia, em 1804; cartas e mais cartas com a pedante e aborrecida jurisprudência do desembargador; depoimentos avulsos da devassa; bilhetes apaziguadores de Anadia.



123. A Casa da Ponte de Cora Coralina, construída na década de 1770 Pelo inconfidente Capitão-Mor de Vila Boa, doutor Antônio Souza Telles de Menezes. Ilustração de João do Couto.

E como que estranha à documentação burocrática e persecutória, há na caixa do Arquivo – quinze anos mais velha – uma cópia da famosa carta do capitão-mor à rainha!... Os Cunha Menezes e sua corja de apaniguados vingavam-se de seu denunciante!

O capitão-mor Dr. Antônio de Souza Telles de Menezes morreu ou foi mandado morrer, naquele mesmo ano de 1804, nas masmorras de Vila Boa de Goiás.

Entre seus bens seqüestrados figura uma grande casa por ele construída nos anos de 1770 em local estratégico, no centro de Vila Boa, junto à ponte, que à época chamava-se, com boas razões, de Ponte do Telles, hoje do Rosário.

Posta em hasta pública pela Fazenda Real, anos depois foi adquirida pelo cônego Couto Guimarães e ali, meio século depois, nasceria sua descendente Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, Cora Coralina. A Casa Velha da Ponte, para a qual cantaria a mesma Aninha:

*Olho e vejo tua ancianidade vigorosa e sã
Revejo teu corpo patinado pelo tempo,
Marcado das escaras da velhice.
Desde quando ficaste assim?*¹⁵

15 Coralina, Cora in *Estórias da Casa Velha da Ponte*, São Paulo, Ed. Global, 1985.

Casa que abrigara a primeira loja maçônica da história do Brasil Central, de propriedade do grão-mestre e capitão-mor de Vila Boa de Goiás, Dr. Antônio de Souza Telles e Menezes, réu inconfidente? ...

Pedreiros Livres, Jacobinos, Maçons: O Projeto do Cônego Vieira

Há algum tempo já, vinha assentando-se no Brasil, o poderoso instrumento de divulgação de idéias e de desenvolvimento societário sob a ótica buguesa que foram as lojas maçônicas e a maçonaria.

Márcio Jardim discute com grande rigor factual os indícios maçônicos no arcabouço da conjuração mineira e conclui por sua presença: nem tão avassaladora quanto pretendem os maçons, nem tão pequena ou inexistente como propagam seus adversários.¹⁶

Dizem os irmãos Ferreira, Tito Lívio e o grande Manoel – historiador das bandeiras ocidentais -que a maçonaria no Brasil antigo (talvez no moderno) podia dividir-se em duas diferentes linhagens: a azul, plasmada na Inglaterra em princípios do Século XVIII, de costumes monárquicos-constitucionais e anglicanos, consoantes com a própria formação histórica britânica; e a linhagem vermelha, de inspiração francesa, iluminista, católica, fatalmente radical, libertária e republicana.

Márcio Jardim, que conhece as duas versões, não ousa atribuí-las ao trincamento ideológico da conjuração mineira e muito menos o faríamos, sobretudo ao considerar que a maçonaria intitula-se de “*História Secreta*”, ou pelo menos de “*História Discreta*”.

Muito curiosa para a história maçônica é uma referência de Joseph de Mello Álvares, em sua História de Santa Luzia, para o ano de 1770:

... «*Apareceu neste ano (em Santa Luzia) um indivíduo que pelos ares que tinha parecia ser um cavaleiro de indústria de primeira classe. Dizia ele que pertencia à grande associação que naqueles tempos chamava-se sociedade dos maçons. O sujeito usava de uma máscara, a que dava o nome de sinais maçônicos, que constituíam um bom entretenimento, e andava, segundo dizia, angariando sócios para fundar uma loja na capitania, e para maior comodidade, recebia a primeira anuidade adiantadamente...*

... «*Chegando isto ao conhecimento do juiz ordinário, mandou este imediatamente, pelos seus beaguins, que o pedreiro livre viesse à sua presença para explicações, e tão perturbado ficou ele que muito ingenuamente confessou que era desertor da força pública de São Paulo. Foi recolhido à cadeia e depois conduzido a Vila Boa ...*»¹⁷

O relato de Mello Álvares induz à identificação de um impostor naquele *Cavaleiro de indústria de primeira classe*, mas como clama a sabedoria popular que não há fumaça sem fogo, dados, paradoxalmente, algum conhecimento público do que fosse a maçonaria no remoto ano de 1770, uma das mais antigas referências sobre maçons no Brasil. Mais cedo que a Luziânia, evidentemente, teriam chegado ao Rio de Janeiro, Minas Gerais e Salvador, onde, segundo pesquisas preliminares do professor Istvan Jancsó, da USP, a também malfadada conspiração baiana encobria uma articulação maçônica muito ampla, unindo populares à rica elite econômica da Bahia.

Por pelo menos meio século, a maçonaria dará substancial apoio e esforço para a emancipação política do Brasil e, subsidiariamente, ao projeto de interiorização da Capital, que melhor revela-se no ideário da Inconfidência, pela formulação original que lhe deu o super-maçom, o pedreiro livre padre Luiz Vieira da Silva, cônego da sé de Mariana, o primeiro e maior ideólogo da fracassada conjuração mineira.

16 Jardim, Márcio, *op. cit.*

17 Mello Álvares, Joseph de, *op. cit.* pp. 91-93.

No que pesem a luminosa e entusiasmada conduta do alferes Xavier e as celebrações atiladas do desembargador Gonzaga – desde os modernos estudos de Márcio Jardim – desponta o cônego Vieira da Silva como o maior líder e ideólogo da Inconfidência.

Já era o padre Luiz Vieira da Silva conhecido da historiografia geral através do belo estudo de Eduardo Frieiro, **O Diabo na Livraria do Cônego** – onde revistam-se os 800 volumes de 270 livros, criteriosamente escolhidos que lhe pertenceram e que compunham a base intelectual do erudito professor de filosofia do seminário de Mariana -, nesse exercício por 32 anos, o bastante a contaminar, com sua pregação subversiva iluminista, ao menos duas gerações de padres mineiros.

De fato, desde oito anos antes da Devassa de 1789, o padre vinha pregando, pública e particularmente, idéias que até mesmo avançavam do iluminismo generalizado para o nacionalismo explícito: que o Brasil tinha que ser feito república, que príncipe europeu algum nada tinha a ver na América, que era por direito livre, que o Brasil era «defensável por si mesmo» pela sua natureza, que o Brasil fizera-se pelos seus homens que o reconquistaram aos franceses e holandeses, nada devendo pois ao rei de Portugal...

Ao ser tão categórico, lavou a alma o clero a seu denunciante – a Inconfidência já estava estourada, mas Vieira não fora informado -, certo ignóbil Basílio de Brito Malheiro do Lago, seu conhecido há anos, enviado pelo governador Barbacena para obter os depoimentos comprometedores, dentre os quais este que segue e que nos interessa particularmente, originário que é de uma concepção superior de nação, no que tange às características necessárias a uma futura capital da nacionalidade:

...«afastar a Capital das agitações de um porto marítimo e das populações ambulantes das minerações de ouro, onde parece que a terra evapora tumultos... » E instado mais que... «tanto é certo ter ele, respondente, proferido semelhantes discursos, que é inegável ter dito o que relatado fica a respeito da cidade do Rio de Janeiro... »¹⁸

Em dois pitecos, o padre exclui dessas qualidades o Rio de Janeiro e a própria São João D’El Rei. Pensa alto, não raciocina como mineiro... “onde parece que a terra evapora tumultos”... mas como brasileiro, federalista, nacionalista orgulhoso.

Já na fase de interrogatórios da Devassa, em que adotou uma estratégia de sistemática negativa – “não sabe”, “não viu”, “não disse”, “não lembra” – não se furta porém à questão:

... «se não lembra de fazer semelhante discurso a respeito do Rio de Janeiro, mas também não nega absolutamente que o pudesse fazer ... » E acrescenta com finíssima ironia e implacável conhecimento histórico: «E se de fato o proferiu, certamente o aplicou àquele intervalo que mediou entre o em que (o enquanto) os habitantes daquela cidade, depois de sua tomada pelos franceses, a compraram a estes, até que efetivamente a entregaram a Sua Majestade »¹⁹

Mesmo metido em apuros, o padre Vieira não resiste a lembrar a fragilidade do Rio de Janeiro e a recordar que foram seus habitantes que a reouveram aos franceses – e não o rei de Portugal. Padre danado!

O Criptograma de Pitt e o Fantasma de Hipólito

O herdeiro direto da concepção do padre Vieira da Silva foi o fundador da imprensa brasileira, Hipólito José da Costa, maçom em tempo integral, vivendo exilado em Londres, fugido às justiças portuguesas.

Antônio Pimentel escrevia, em 1894, que Hipólito teve acesso ao ideário da Inconfidência, senão por contato pessoal com alguns deles (o padre Vieira, por exemplo, libertado em 1804

18 **Autos da Devassa da Inconfidência Mineira**, vol. II, p. 127, in Ernesto Silva, op. cit., p. 22

19 **Autos da Devassa da Inconfidência Mineira**, vol. II, p. 155, Brasília - Belo Horizonte, Câmara dos Deputados - Governo de Minas Gerais, 1978.

viveu até 1809), senão por intermédio de suas idéias, veiculadas pelas lojas maçônicas.²⁰

Na verdade o vendaval da Revolução Francesa e acontecimentos correlatos mostraram o poder de fogo da maçonaria, revelando seu perfil subversivo e revolucionário. Instala-se então a repressão.

Por volta de 1800, o temido Pina Manique, intendente geral da Polícia do Reino, vendo discutir-se nas ruas de Lisboa a “próxima debandada dos tronos”, investiu em guerra santa contra os maçons, chegando a fazer-lhes o retrato falado genérico, como na seguinte carta a um corregedor:

... «*Aquele que V. Mercê vir de sapatinho bicudo e mui brunido, atilhos nos calções, com gravata por cima da barba, colarinho até meia orelha, cabelo rente no toitiço e tufado sobre a moleirinha, com suíças até aos cantos da boca, agarre-me logo dele, tranque-mo na cadeia carregado de ferros, até que haja navio para o Limoeiro: é iluminado ou pedreiro-livre!*»²¹

Ingressou Hipólito da Costa na maçonaria em Filadélfia, nos Estados Unidos, mas freqüentará principalmente o Grande Oriente londrino, pelo qual mais tarde foi grão-mestre. Em 1802, regressando a Lisboa, foi preso por ordem de Pina Manique e jogado na cadeia por três anos, mofando esquecido. Em 1805, consegue fugir e depois de muitas peripécias chegar a Londres, onde contava com a proteção e a amizade do grão-mestre inglês, o duque de Sussex.

Não sabemos em que medida Hipólito da Costa participou do episódio, mas em 1809 o chanceler da Inglaterra, William Pitt II, em fim de vida, sufocado pelo bloqueio napoleônico, lembrou-se de enviar uma palavra de fé e esperança à família real portuguesa, velha amiga que os leões rompantes da Inglaterra não conseguiam manter no trono de Lisboa – virado, mas não derribado pelos soldados de Junot -, há mais de um ano refugiada no Rio de Janeiro.

Dizia Pitt (que para chegar onde chegou era certamente maçom e anglicano) que o Brasil devia constituir-se em império, a acolher colonos de todo o mundo (exceto franceses, *bien sûr*) para povoarem o “país das Amazonas”, os “confins do Paraguai” ou as “vizinhanças do lago Xaraés”... *Lago Xaraés que é como a origem do rio da Prata...*, a Lagoa Dourada! Pitt, ou seu *ghost-writer*, tinha em mãos, para consultar-se, algum mapa seiscentista mítico, velho de duzentos anos!

Diz que nessa península do lago Xaraés (subsistema Araguaia-Tocantins) devia fundar-se a cidade de Nova Lisboa, “para corte e assento do imperador” desde onde se abrissem “Estradas Reais que, à maneira de rios que correm para a periferia”, conduzissem ao Pará, Rio de Janeiro, Olinda, São Salvador, Porto Belo (?), Calhau de Lima (no Peru?), sem esquecer-se da importância de fazer navegáveis os rios da Prata desde “o referido Xaraés até sua foz e o das Amazonas pela ribeira Pratinga.” Eis que ressuscita na nevoenta e aterrorizada Londres de 1809 o fantasma, que conhecemos nos primeiros capítulos deste livro, do capitão André Fernandes ao descrever em 1615 o rio Paranã-Tocantins: o rio Itinga, águas brancas, Paranã-Tinga, o Pratinga do chanceler inglês, o Tocantins amazônico!

E conclui Pitt que tornar tais vias navegáveis era vital ... «*na hipótese de que a capital seja situada nas vizinhanças do dito Lago ou das fontes destes rios, afim de se fazerem mais fáceis os transportes da Nova Lisboa para o mar e do mar para Nova Lisboa...*»²²

Apesar da ficção do lago Xaraés, quão perto descreve-se aí a atual situação de Brasília!

Varnhagen considerava esse escrito de Pitt como ... «*apócrifo e acrescentado por algum*

20 Pimentel, Antônio Martins de Azevedo, **A Nova Capital Federal e o Planalto Central do Brasil** - edição fac-similada da original de 1894. Brasília, Ed. Thesaurus, 1985.

21 in Jardim, Márcio, *op. cit.*

22 in Silva, Ernesto, *op. cit.*



124. Hipólito José da Costa, fundador da imprensa brasileira.

brasileiro que desejava idéia, sem risco de apresentar a idéia, sem risco de que a censura não lhe deixasse passar... »²³

Hipólito José da Costa fazendo passar – com o risível engodo da geografia seiscentista, sustentável porém para um inglês desconhecedor do Brasil – a idéia de uma Nova Lisboa, solidamente instalada no centro do país? Hipólito tão logo o primeiro jornalista e o primeiro *ghost-writer* da imprensa brasileira?...

O *Correio Braziliense* de Hipólito iniciou-se em 1808, mas só em 1813 toca no assunto magno da Capital central, apelando para o “patriotismo” dos cortesãos instalados no Rio de Janeiro, para com o “*generoso sacrifício das comodidades e tal qual luxo*” que ali dispunham, para se estabelecer no interior, “*central e imediato às cabeceiras dos grandes rios*” edificando ali uma nova Capital que se comunicasse por estradas aos

portos de mar e com a remoção de obstáculos naturais dos rios navegáveis – o criptograma de Pitt desvendado, quase letra por letra – ...«*e lançariam assim os fundamentos ao mais extenso, ligado, bem defendido e poderoso império que é possível que exista na superfície do globo, no estado atual das nações que o povoam ... »²⁴*

Era o mesmo discurso de William Pitt retomado pelo *ghost-writer* Hipólito José da Costa despido dos disfarces seiscentistas, com arrojo. Não parece todavia como o melhor argumento para animar a decadente e parasitária corte exilada no Rio de Janeiro a abalar-se para os ínvios sertões, deixando para trás o “tal qual luxo” do Rio de Janeiro.

Mas Hipólito promete a recompensa do desconforto: nada menos do que um futuro PARAÍSO TERREAL, na futura capital do império, “nas cabeceiras do famoso rio São Francisco”: ...«*em suas vizinhanças estão as vertentes de caudalosos rios que se dirigem ao Norte, ao Sul, ao Nordeste e ao Sudeste...*», onde existiriam vastas campinas, pedras e madeiras para construir-se a Capital, minas riquíssimas de todos os metais, enfim, o PARAÍSO TERREAL.

Nesta segunda versão parece que não descrevia o Planalto Central, mas uma região entre os rios São Francisco e Doce, onde quase um século depois iria exatamente implantar-se a nova Capital dos mineiros: Belo Horizonte. E como antes vimos, não devia ser essa a decifração do enigma do padre Vieira da Silva, um horrorizado das minerações ... “onde parece que a terra evapora tumultos”...

23 *Idem, ibidem.*

24 *Idem, ibidem.*

Nessas campinas porém não pastariam os camelos que pretendia introduzir para o tráfego da nova Capital, o gênio da raça, José Bonifácio de Andrada e Silva, genitor da brasilidade, grande estadista, impossível de conter-se pela estatura nas páginas finais deste livro. Homem que projetava outro tempo, outra história.

Despedimo-nos aqui do Século dos Setecentos. Século dos paradoxos, mergulhado no obscurantismo das monarquias absolutas e também nas formidáveis iluminações libertárias, a partir das quais a roda da história fraturou seu *moto perpetuo*, mudando a relação do homem com a natureza, e talvez em algo mudando, evolucionariamente, o gênero humano. Positivamente, de história melhorada.

Ventos novos, novos tempos em que se geraram as mais abundantes produções materiais e intelectuais do *Homo faber e do Sapiens sapiens*, ante ao olhar fascinado e assustado de Gaia, a Mãe-Terra.



125. José Bonifácio de Andrada e Silva, cerca de 1823.



POSFÁCIO

Talvez seja da humana natureza construir-se de mitos e de mistificações. Essa parte ilusionária responde talvez pelo melhor e pelo pior que a diversificada natureza do homem e de sua civilização realizaram na história.



126. Roda da *Varia Fortuna* - concepção de História do Século XVIII.

A disciplina da história deveria unificar tudo isso, ao real e ao imaginário, mas não pode fazê-lo porquanto as auto-imagens ou os auto-estereótipos são indissociáveis da natureza humana e o homem é incapaz de ver-se sem isso. Às vezes cogitamos se a lembrança da história não é insuportável ao homem.

Quem entre nós lembra-se do que se passava neste dia, há dez anos, há cinco anos, há, mesmo, um escasso mês?

Nossas histórias de vida são amontoados de impressões erráticas, de pulsões incompletas, de degenerações da memória. Alguém, ao tentar reconstruir o passado, acaba por transformá-lo em generalizações, em coisas que existiram e às vezes em coisas que sequer existiram. E que passam a existir, sem que ocorra qualquer espanto com isso. A história é a grande prostituta de todos nós: história e desejo de história é o que perseguimos. A história arrogante, antrópica, insana.

A crônica de nossas vidas e de nosso tempo acaba sendo então pouco mais do que uma sua auto-imagem fragmentada, uma síntese tosca do indivíduo, talvez feliz por libertar-se do peso da memória através da química benevolente dos neurônios cerebrais.

Ora, em indeterminado momento, as histórias do indivíduo e da coletividade interpenetram-se.

Em que pese haver os chamados relatos e crônicas comumente escritos desde há quatro, cinco mil anos, para efeitos práticos do cotidiano, o horizonte histórico individual e coletivo atinge no máximo três gerações, ou seja, o cidadão presente, seus pais e seus avós, com laivos de memória, citações de seus tempos, somando um século quando muito.

Em condições normais, além de cem anos, só há registro de excepcionalidades muito marcantes ou das generalidades que aprendemos na escola.

Vamos exemplificar com um caso de história oral.

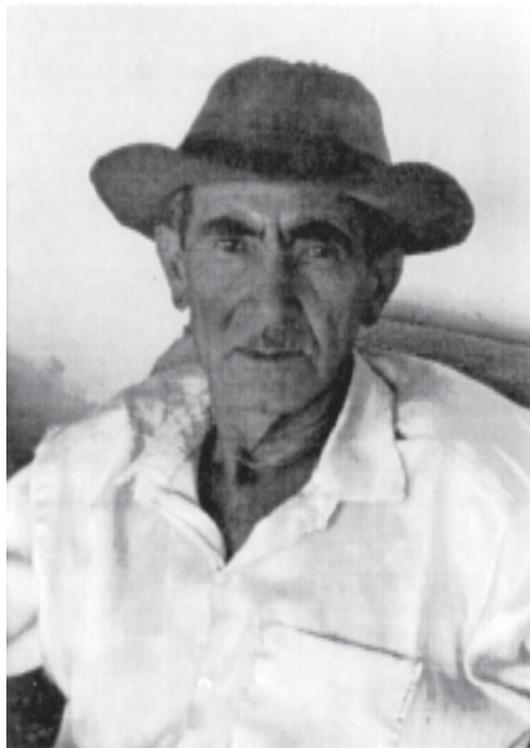
Cosmogonias Roceiras

Vimos, há muitos anos, realizando uma pesquisa informal sobre a preservação da memória oral entre os roceiros do Planalto brasileiro: pirenopolinos, formosenses, luzianenses, corumbaenses, cocalinenses e – por que não? – distritalenses.

São analfabetos funcionais em geral. Em algum momento passaram por uma escola, mas em geral não viram utilidade em ler e escrever.

Em contar, sim, pois é de utilidade econômica diária. Mesmo assim, “de cabeça”, no “rumo” do cálculo, quase sempre correto.

Não têm esses nossos caros informantes noção precisa de tempo. Para os mais curiosos, o começo de tudo situa-se com a criação do mundo por Jesus. Era um mundo plano, cheio de matos e de águas abundantes, onde todos eram donos e todos eram livres. Mas o homem e, um pouco menos, a mulher – tinham aprendido a falar e a tudo corromper com palavras: “abismo da língua do povo”. Veio então a correção, o dilúvio, e quando baixaram as águas, surgiu a atual natureza tormentosa, cheia de morros e erosões, terras fracas e a pobreza geral de



127. Henrique da Silva Moreira. Foto do autor, 1994.

águas e de alimentos. E o fim de tudo também será o dilúvio, que está para acontecer daqui a uns tantos anos. Pois há o dito de que de dois mil não passará.

A existência porém não é errática, não gravita totalmente em torno do homem – “o mundo véio é uma ilusão: na vida passa pente grosso, pente fino e pente meio” – mas arma-se como uma verdadeira cosmogonia viva, latejante, telúrica:

Explica-nos o senhor Henrique Moreira os três níveis integrados do universo: a *profundidade*, reino populoso do interior da terra onde uma outra humanidade apiedada da nossa, gera e planta os minérios, os matos, as águas que nos servem; a *miolidade*, a superfície da terra em que vivemos, “lugar de pagar dívida”; e *o céu das estrelas*, onde há o Outro Planeta, de onde viemos, o Planeta Jesus. Este em que existimos, conclui o senhor Moreira, é um planeta emprestado: «Viemos das estrelas; viramos *terratórios*».

Quantos sincretismos nessa densa visão poética de seu Henrique e no entanto lógica na arrumação do universo, de fundo cristão, reconhecíveis os quatro reinos da teogonia católica céu, purgatório, inferno, limbo – ausente porém o deus castigador mosaico.

E acrescente-se no subconsciente místico planaltino a idolatria absoluta por essa discreta heresia do Divino Espírito Santo – a pomba iluminada, as luzes inspiradoras da fé, da esperança, da vida reta e digna – a menos que o diabo atente no olhar magnético da comadre, ... pecadilhos, “coisas das vidas”. O culto ao Divino remonta seguramente ao medievo português. Não surpreenderia porém se frequentasse as guerras metafísicas de Bizâncio ou os mistérios pitagóricos.

A outra devoção consagradora é a da Mãe-de-Deus, a Deusa-Mãe, Nossa Senhora da Abadia, a Mãe dos Homens, a Hera grega, Isis egípcia. E nesse caso, coletamos no pouso do Divino da fazenda do Assombrado, em julho de 1993, uma ladainha a Nossa Senhora que trai a sua própria origem:

*Ó Virge do Pote
Virge soberana
Vai o lírio cheiro
Respira o lírio cheiroso.*

Ó Virge do Pote, eis tudo o que restou da invocação inspiradora no mais alto latim clássico: Ó Virge potens – virgem poderosa. “Virge do pote“!... E a que outra coisa em latim corresponderia o sonoro e onomatopaico “Vai o lírio cheiro, Respira o lírio cheiro“?

Nada escapa às degenerações da memória histórica, sequer as religiões...

Crono-Poética

Não há na roça noção de tempo ampliado, de Século. Há no começo que é o dilúvio; há o antiquíssimo que é o tempo dos bandeirantes. Há no tempo dos antigos, que parece designar o Século XIX. E finalmente o tempo da *bisoravó* – talvez equivalente ao uso indiscriminado que fazemos do termo *tataravó* – que é aquele desde o qual faz-se a memória presente, o tempo encadeado até o hoje. É quase sempre um resgate matrilinear: quem contou foi a mãe, a avó e essa estranha figura da *bisoravó*. Há famílias de origem setecentista no Planalto, como os Silva Moreira e os Abreu Lima em que não é invulgar vir o sobrenome pela linhagem materna.

À época do plebiscito sobre as formas de governo, perguntamos ao seu Henrique como votaria.

— No rei não, respondeu de bate-pronto, pois seria voltar à escravidão e à *recoluta*.

— Qual *recoluta*?

— A *recoluta* (recruta) da *Guerra do Lopes*, respondeu sem pensar.

Eis a Guerra do Paraguai lembrada em Cocalzinho de Goiás, sem dúvida por salvamento de alguma distante memória familiar ou coletiva traumatizada pelo recrutamento compulsório. Na família de minha mulher, que é mineira, também há uma legenda parecida, lembrando um rapaz aparentado salvo da Guerra do Paraguai, por cujo milagre mandou-se fazer um oratório.

A memória mais antiga no entanto é ainda a dos índios e a dos “bandeirantes”. Em toda região do Planalto há indícios de mineração. Quem a fez é uma indagação natural do roceiro. E a resposta socializada é o *bandeirante*.

Na verdade foi seu sexto ou sétimo avô o tal do bandeirante, mas essa é uma memória de todo extinta, irreconhecível, pois que pertence ao reino do antiquíssimo das assombrações, dos vultos, da mãe-d’água, do *enterro* de ouro, do incognoscível.

Há uma lembrança indígena: a *bisoravó* Joana Teiera, fazedora de telhas, pega a laço na fazenda do Mato Seco (DF) e mantida presa um ano, até domesticar-se.

Há as memórias mais recentes. A *recoluta* dos Caiado. Os *revolutos* de 1925 (que prometeram voltar) de quem são lembrados o Presto (Luís Carlos Prestes) e o *canção* (canhão?) *de fogo*, Siqueira Campos. Isso porquanto, em sua opinião, andaram pela região fazendo arruaças e praticando violências.

Não tem Henrique Moreira qualquer lembrança especial da colonização portuguesa, ou de Vargas ou Juscelino ou dos governos militares, a não ser a do *Delfim Neto**; a partir de quando o próprio *Delfino*, em pessoa, manda comprar gado quando está barato e manda vender quando fica caro, inviabilizando assim, nos lucros, a sua antiga profissão de comerciante de gado, do tempo em que mercado bovino era fracamente articulado.

A Degeração da Memória e a Eco-História

Diferente dos roceiros do entorno de Brasília, nós letrados temos uma carga de informações históricas incomparavelmente maior do que a tem o senhor Henrique Moreira que, por sua vez, é insuperavelmente mais safo em conhecimentos agrostológicos e ecossistêmicos e fitoterápicos e zoológicos e botânicos, úteis no dia-a-dia.

Nada impede porém que nossa carga maior de literaturas faça com que trabalhem em sentido tão estereotipado quanto o faz o seu Henrique, o que é próprio da natureza e do sentimento humano, seja ele culto no domínio da escrita, seja culto no âmbito da oralidade.

Em nenhum dos casos – e deparamo-nos novamente com a imperfectível, diversa e desigual natureza humana – é possível realizar ciência sem passar pela comprometida figura de seu pesquisador. Fazer ciências humanas – achamos hoje – deve constituir-se como prática de exorcismo, a esconjuração tanto dos deuses quanto dos demônios da história, até ver-se mais limpamente, com mais intuição, aquilo que é metabolismo real do homem pensando sobre si próprio e sobre o seu destino.

Nesse caso, ao pesquisar, refazer e escrever história – talvez a mais quântica reflexão do universo de Eisenberg – torna-se impossível desconsiderar o horizonte histórico probabilístico e insensato, massa fria e disforme, vista do calor da última década do milênio.

Temos muito a aprender sobre o metabolismo das idéias, das ilusões, da confusa natureza humana. Despoluir-se para enxergar o que existe. Despoluir-se para a experiência imediata. Para ver o neto ou o bisneto migrando para as estrelas. Ou para não ver bisneto nenhum.

Antigamente chamava-se a isso heurística do discurso. Hoje é despoluição mesmo, se é que resolve.

Afinal, estaríamos negando a história como ciência? Não. Afirmamos a história como insuficiência. A depender da memória humana, ela é quase irredutível, já o vimos. A depender dos fatos objetivos, também o é. Ou devemos resumir nossas histórias de vida às dimensões de nossos contracheques? Ou a história desta e de outras sociedades à numerologia das velhas e modernas agências de estatísticas?

Confrontamo-nos várias vezes, nos últimos anos, com esses impasses de natureza filosófica e

* Delfim Neto, ministro da Fazenda e da Agricultura no período dos governos militares.



Cerratenses, por Rui Faquini.

metodológica quando surgiu-nos pela frente o campo novo, difuso e estranho da Eco-História, ou História Ecológica, de que incidentalmente fomos os introdutores em nossa moderna historiografia, através de um artigo publicado em 1991.¹ É uma disciplina em fase de teste e este livro o seu laboratório, como terá observado o leitor.

Eco-história não é panacéia, mas forma de abordagem, forma de assalto que pressupõe a compreensão abrangente da Mãe-Terra e dos filhos homens, com seus resultados, alguns salutareos, outros iníquos sociológica, econômica e ecologicamente. De tudo isto tiramos uma certeza. Não saber mais o que é Centro-Oeste ou Brasil, por exemplo. Mas saber o que é o cerrado e seus filhos, a eco-história humana das savanas brasileiras.

Concluindo

Esta presente História do Planalto Central brasileiro, sobretudo do Planalto Central de altitude – Distrito Federal e Entorno, o original Quadrilátero Cruls – é um débito que o autor tinha consigo próprio desde que cozinhou-lhe as retinas a trajetória da luz nos campos de cerrado, e que acentuou-se desde o tempo em que nasceu André Gustavo, filho candango do autor, a quem este livro é dedicado.

Em um mar de sete anos de pesquisa e investigações – incentivadas no momento crucial pela Terracap – foi-se constituindo esta história, a bem dizer costurada ponto a ponto, por tão esgarçada a memória regional progressa.

A história do Planalto Central é interminável: pelas dimensões geológicas remonta, no mínimo, a 1 bilhão de anos. Pela escala arqueológica, da povoação indígena, pode retroceder a 12 mil anos ou muito mais.

E pela sua colonização gregária, por colonizadores de extração luso-brasileiro-africana, teria no mínimo dois séculos e meio, fazendo aqui proliferar a civilização, ecologicamente diferenciada, do *Homo cerratensis*.

Mostramos, em diferentes momentos deste livro, que o Distrito Federal e o Planalto Central tiveram uma expressão histórica própria. O bioma cerrado é vasto, mas compõe-se de nichos ecológicos diferenciados – como o planalto de altitude – que conformam eco-histórias sutilmente diferenciadas.

Aconteceu aí a maravilha de a pesquisa de sete anos ser muito maior do que este texto, escrito em 90 dias de absoluta reclusão do autor, trabalhando no tema durante 14 horas por dia.

Transcorrida metade do livro, descobrimos que não importava mais ter pressa, nem lançar pontes abreviadoras sobre o caminho: o prazer, os conhecimentos, até mesmo o auto-conhecimento que o autor adquiriu ao fazê-lo, obrigavam a um retardamento da marcha narrativa, ao aprofundamento do cenário, que cada vez mais mostrava seu mosaico complexo, sobrepujando o excesso de trabalho.

Devia ser este um livro com a metade das páginas que tem, examinando o dobro do tempo histórico que investiga. Resultou ao contrário: o dobro da narrativa, pela metade do tempo histórico. Com esse volume, mal saímos do primeiro século, o Século Colonial.

Inútil e contraproducente exigir mais pressa: as chapadas formaram-se há apenas 60 milhões de anos e contemplam-nos majestosas, como a interrogar os éditos *cerratenses*. Mares de tempos. Mares de chapadas.

1 Bertran, Paulo, *Desastres Ambientais na Capitania de Goiás in Revista Ciência Hoje - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC -*, vol. 12, nº 70 - jan-fev 1 991 - matéria de capa e pp.40-48.

Agradecimentos

À pastora *arcadiana*, Ana Sudária, vaqueira que comandou meu exército de sonhos.

Aos meus filhos e à minha mãe, “espanhóis” de Goiânia (por força do Tratado de Tordesilhas), João Frederico, Maria Paula e Helena, que tanto se preocuparam com esses 90 dias em que recluso totalmente, escrevi esta história.

Ao Franck Soudant – eu que editor sou, editou-me ele – pelas suas muitas e oportunas observações e interferências no texto do livro.

Ao Humberto Ludovico de Almeida, filho, e ao Renato Castelo, pela oportunidade formidável de propiciarem a primeira publicação desta história que, de certa forma, celebrou os 20 anos de existência da Terracap, talvez a maior companhia imobiliária estatal do Brasil na segunda metade do Século XX.

Este livro, já o disse alhures, é dedicado ao meu filho brasileiro, André Gustavo, e às gerações suas correlatas, que haverão de fazer de Brasília e do Planalto Central, uma das mais altas expressões do país.

Agradecimentos que o autor presta a diversas pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho:

Em Brasília: Rui Faquini, Liana Fraiefeld, Claudio Maya, José Dilermando Meireles, Victor Leonardi, Mário Castro, Tadeu Veiga, Dr. Hosannah Guimarães, Olinda Rocha Lobo, Dinair Andrade da Silva, Eurico Miller, Salviano e Maria Alice Guimarães, Marco Antônio Galvão, Márcio Viana, João Francisco Neto, Fernando Madeira, Kelerson Costa, Antônio Pimentel, José Galvão Júnior, Mercedes Augusto, Tânia Siqueira, Leda Del Caro, Luciano Wirth Chaibub, Maria das Graças Cruvinel, Valda Queiróz, Paulo Timm, Elmer Salomão, Claudio Lysias, Márcio Cotrim, Menezes y Moraes, Adirson Vasconcelos, Jaime Sautchuk, Lacê Medeiros Breyer, Cassiano Nunes, Juliana Rochet Chaibub, Herbert Rodrigues da Cunha, Alarico Verano, Deborah Campos, Wagner Gonçalves, Bismarque Villa Real, Nicolas Von Behr, Guilherme Vaz, Ricardo Monte Rosa e outros.

Em Goiânia: Bernardo Élis e Maria Carmelita, Dalísia Doles, Altair Sales Barbosa, Marilda de Godói Carvalho, Antônio Caldas Pinheiro, Jacy Siqueira, Ester Oriente, Vilmar Rocha, Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles, Nasr Fayad Chaul, Mary Karash, Luís Palacin, Selma Senna, Vanderlei Oliveira da Silva (Cidade de Goiás).

Nos municípios do Planalto: Henrique da Silva Moreira, José Hercílio Fleury Curado, Silvio Fleury Curado, Paulo Araújo, Ramir Curado, Pompeu Christovam de Pina, Oliveira Mello, Joaquim Tomás de Aquino, Seu Nhozinho (Benedito Sardinha Filho) e Evandro Ayer, entre outros.

Ao encerrar este livro não posso deixar de reverenciar personalidades que a voragem do tempo levou e que reencontrei neste mergulho de história, como meu pai, de quem herdei a vocação para os estudos históricos e um intrincado amor pelo cerrado; Henrique Silva, meu tio-bisavô, Alferes da Comissão Cruls em 1892, jornalista exaltado em defesa da construção da Capital do país no Planalto, e primeiro advogado da conservação da flora e fauna do cerrado; Antônio Americano do Brasil, sobrinho de Henrique Silva, polígrafo, gênio de seu tempo, responsável pelo levantamento da pedra fundamental da Nova Capital, em 1922; os historiadores antigos, Joseph de Mello Álvares e Gelmires Reis, de Santa Luzia; Olympio Jacintho, de Formosa; Olympio Gonzaga, de Paracatu; e Jarbas Jayme, de Pirenópolis; sem os quais esta história estaria muito empobrecida. E finalmente Juscelino Kubitschek de Oliveira e seus pró-homens, que ousaram onde tantos outros sonharam.

*Brasília, 21 de abril de 1994,
refeito em novembro de 1999.*

**Referências, Fontes Documentais e
Cartográficas, Bibliografia Geral**

1. Abreviaturas e siglas utilizadas:

Arquivos

- AHEG – Arquivo Histórico do Estado de Goiás
- AHESP – Arquivo Histórico do Estado de São Paulo
- AMB – Arquivo do Museu das Bandeiras – Cidade de Goiás
- BN – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
- AN – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Índices

- I-52 – Índice de Sesmarias da Procuradoria Geral do Estado de Goiás, levantado em 1952 – Coleção de José Dilermando Meireles.
- IG – Índice Geral (sesmarias) para o Tombo do Arquivo Histórico Goiano em 1913, do AHEG.
- PG – Procuradoria Geral do Estado de Goiás – Sesmarias

Periódicos e Revistas

- DIHSP – Documentos Interessantes para a História e os Costumes de São Paulo.
- RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- RIHGG – Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

2. Arquivos – Fontes Manuscritas:

Arquivo Histórico do Estado de Goiás (AHEG)

Luziânia:

– Avulsos Diversos, Séculos XIX e XX – Caixas 01 a 07. Na Caixa 02 encontram-se os manuscritos inéditos de Joseph de Mello Álvares e Gelmires Reis, citados neste livro. Nas caixas 01 a 03 encontram-se relatórios do Conselho Municipal (1850-1883), relatórios sobre a arrecadação de impostos, Atas eleitorais, as Posturas municipais de 1837 e outros documentos que não foram utilizados neste livro.

Formosa:

– Avulsos Diversos, Séculos XIX e XX – Caixas 01 a 08. O Relatório da Câmara Municipal de Formosa em 1848, citado neste livro, encontra-se na Caixa 01. As Caixas 01 a 04 contêm documentos interessantes de natureza administrativa, fiscal, eleitoral, educacional etc. do Século XIX e princípios do Século XX.

Planaltina (Mestre D'Armas):

– Avulsos Diversos, fins do Século XIX e princípios do Século XX – Caixas de 01 a 04 – Leis de Criação, Código de Posturas (1874), relatórios da Coletoria, eleitores, limites, correspondência do coronel Salviano Guimarães, etc.

Arquivo da 14ª Coordenação Regional (Centro-Oeste) do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC

- Levantamento das fazendas antigas do Distrito Federal, *in* Projeto GT – Brasília.
- Levantamento dos sítios arqueológicos das regiões do Gama e do Riacho Fundo – Engea (Dr. Eurico Miller)

Arquivo do Museu das Bandeiras – Cidade de Goiás (AMB)

- Julgado de Santa Luzia:
- Bens de Raiz: 1814/19 – 1821/22 – vol.8
- Coleta Literária: Carne: 1798, 1810/1822 – vol. 24
- Aguardente: 1798 – vol. 24

- Correio: 1821/23 – vol. 34
 Décimas: Lançamento: 1810/22
 Receita: 1810/15 – vol. 43
 Dízimos: Avaliações: 1819 – 1821 – 1810 – vol. 78
 C/C: 1801 – 1806 – 1808 – 1810 – 1811 – 1817 – 1820 – vol. 79
 Juramentos: 1817 – 1818 – 1820 – 1829 – 1822 – vol. 80
 Dízimos: Rendimentos: 1801/1804 – vol. 81
 Entradas: 1789 – 1791 – 1794/1803 – vol. 143
 1804/1809 – 1814/1822 – vol. 144
 Escravos Ladinos: 1810/1822 – vol. 174
 Imposto do Banco: 1821/1822 – vol. 176
 Saídas de gados: 1816 – 1817 – 1812 – vol. 181
 Selos: 1810/1822 – vol. 197
 Cobranças: 1806/1822 – vol. 211
- Contagem de São Bartolomeu:
 Carne: 1798/1817 – vol. 22
 Entradas: 1788 – 1790 – 1792 – 1794/1802 – vol. 148
 1803/1820 – vol. 149
 - Contagem de São João das Três Barras:
 Entradas: 1789(cod.154)
 1803 – 1807 (cod. 155)
 1808 – 1818 (cod. 156)
 - Registro de Lagoa Feia:
 Entradas: 1788 – 1798 (cod. 123)
 1803(cod. 124)
 1808(cod. 125)
 1812(cod. 126)
 - Índice Geral
 (Colônia, Vol. I e II) do AMB – 1952
 Códices de 1 a 459. Extratos com referências a atos administrativos e
 nomeações do Julgado de Santa Luzia, entre outros:
 Ordens Reais: 1809 (cod.385)
 Registro Geral: 1745/1750 (cod. 412)
 1759/1760 (cod. 414)
 1815/1827 (cod. 422)
 Fianças: 1783/1834 (cod. 400)
 Arrematação
 de ofícios: 1744/1807 (cod. 371/391)
 Provisões: 1787/1795 (cod. 409)
 1812/1820 (cod. 410)
 Arquivo da Fundação Educacional da Cidade de Goiás (documentação
 interessando à História de Santa Luzia)
 Livros de Provisões “A” (1787 – 1789)
 “B” (1767 – 179 1)
 “C” (1792 – 1824)
 “D” (1774 – 1818)
 “E” (1770 – 1823)
 Livro LPH: Diversos
 Livro da Irmandade do Rosário (1794 – 1802)

Arquivo Ultramarino de Lisboa

- Carta do Capitão-mor da Conquista, João de Godoi Pinto da Silveira, 1760.
- Cartografia antiga: mapas do Século XVIII (cf. seção sobre cartografia).

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa

- Carta de D. João V sobre os descobrimentos de Rodrigues Tomar e Urbano do Couto («Papéis do Brasil» – avulsos – nº 6).

Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro

- «Notícia Geral da Capitania de Goiás» (cod. 16.3.2 e 13.4. 10)
- «Collecção de Notícias da Capitania de Goyaz» Governo de D. José de Almeida Vasconcellos (cod. 7.4.70)

Coleção do Desor. José Dilermando Meireles

- «Registros Paroquiais de Santa Luzia, 1857» – original datilografado.
- «Cartas de Sesmarias» – levantadas em 1952 (1 – 52), original datilografado.

3. Sesmarias – Fontes Documentais

A história das sesmarias de terra em Goiás obedece a um regime de tempo e de lugares diferenciados.

Durante todo o longo período entre 1728 e 1741, a maior parte das sesmarias se situam no «caminho dos Goiazes», cujo traçado, diversas vezes modificado no período da conquista, não se tem hoje com exatidão. São os requerimentos guardados no Arquivo Histórico de São Paulo, uma centena aproximadamente.

As sesmarias goianas foram reguladas por três Ordens Reais, pelo menos, em 13.04.1738, em 11.03.1757 e em 1744. Esta última vai comentada no texto do livro. Na primeira data dava-se um ano para demarcação da gleba, dois para seu povoamento, devendo reservar-se para uso público meia légua à margem dos rios navegáveis.

Já nos termos da Ordem de 1757, o prazo para devolução das terras não-colonizadas aumentava para quatro anos, mas sujeitava-se o sesmeiro a não impedir a repartição de descobertas de terras minerais, nem caminhos e serventias públicas, nem admitir “Religiões” nas sesmarias, a não ser que se pagasse o dízimo secular.

Segundo levantamento (inconcluso) na Procuradoria Geral do Estado de Goiás, de todas, apenas 21 sesmarias foram plenamente confirmadas e registradas.

Os documentos sesmariais goianos encontram-se hoje (1994) espalhados por quatro arquivos diferentes e extratados em três volumosos índices gerais, a saber:

Sesmarias – índices

Índice Geral (IG) de papéis avulsos até 1913

O Índice Geral com extrato de seu conteúdo, quase que seguramente mandado levantar pelo historiador Antônio Americano do Brasil, quando foi Secretário do Interior e Justiça do Governo de Goiás (1918 – 1919). São mencionadas ali umas duas centenas de sesmarias, das quais uma perturbadora terça parte não existe mais nos arquivos modernos. É uma medida alarmante de perda de documentos, tratando-se de pouco mais de 70 anos do século XX, dito “moderno” e preservador das fontes de história. Este Índice Geral pertence à coleção especial de códices manuscritos do Arquivo Histórico do Estado de Goiás.

Relação de Cartas de Sesmarias em 1952 (1 – 52)

Relação datilografada, constando do extrato resumido dos requerimentos de sesmarias, levantados em 1952 por um anônimo funcionário público goiano, quase na mesma ordem dos documentos existentes atualmente no Arquivo da Procuradoria Geral do Estado de Goiás. Pertence esse índice à coleção do desembargador José Dilermando Meireles, que o recebeu de presente do Dr. Altamiro de Moura Pacheco, presidente da Comissão de Desapropriação do Distrito Federal, em 1957, e patrono do autor no IHG-DF. É incompleto. Cópia nas coleções do autor.

Index computadorizado do Projeto “História da Ocupação do Centro-Oeste”

Projeto realizado pela equipe liderada pela professora Dalísia Doles, da Universidade Federal de Goiás, com o enorme trabalho de realizar o levantamento de todas as fontes documentais da história fundiária de Goiás, incluindo-se aí o Arquivo da Procuradoria Geral (Sesmarias e Registros Paroquiais) e o infecto Arquivo do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado de Goiás – IDAGO.

O índice dos Registros Paroquiais tem extratos concisos e bem cuidados, podendo fornecer listagens onomásticas. Já o levantamento dos extratos de sesmarias, que consultamos em manuscrito, continha listas descasadas, que pedem revisão da matéria. Historiadores unidos cerram-se as mãos, transmitindo-se mutuamente os documentos. Foi o caso, neste ano de 1994, entre o autor e os professores Dalísia Doles, Janaína Amado e Luís Palacin, aos quais agradecemos.

Sesmarias – Arquivos

Arquivo Histórico do Estado de São Paulo

Fundamental aqui é o «Repertório das Sesmarias concedidas pelos capitães-generais da Capitania de São Paulo desde 1721 até 1821», organizado pela Secção Histórica do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo – Tipografia Globo, São Paulo, 1944. Publicação raríssima, inexistente nas bibliotecas de Brasília, e da qual o único exemplar que logrou o autor copiar encontra-se na Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo. Contém a maior parte das sesmarias goianas, constantes dos seguintes livros manuscritos do AHSP*:

Livro 2	1726
Livro 3	1728
Livro 4	1728/1730
Livro 5	1732/1733
Livros 1 e 6	1734/1737
Livro 7	1738/1739
Livro 9	1739
Livro 10	1740/1741

Em grande parte das sesmarias em que vem grafado Paraná, faz-se de fato referência ao Paraná goiano.

Importante também é o livro, «Sesmarias Vol. II» publicação oficial do Arquivo do Estado de São Paulo – Typographia Piratininga, São Paulo 1921. Contém, na íntegra, cartas de sesmarias passadas aos primeiros descobridores de Goiás, ainda na década de 1720. Encontra-se com facilidade nas bibliotecas do Judiciário e do Legislativo em Brasília.

«Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo» Vol. XXVI, São Paulo, 1929. É na verdade um volume de índice de Sesmarias, Provisões e Patentes, concedidas pelos governos de São Paulo entre 1721 e 1742. É bastante incompleto no que se refere a Goiás e confunde sesmarias do Paraná goiano com sesmarias do Estado do Paraná.

Arquivo Histórico do Estado de Goiás – Goiânia

Só agora principia-se ali a ordenação dos requerimentos de sesmarias em códices, estando a maioria constando como avulsos nos seguintes fundos:

- Sesmarias, ordens e avulsos Século XVIII	Caixas de 001 a 004 e diversos
- Sesmarias e avulsos diversos	Em cerca de 20 caixas do Depósito para restauração, pré-ordenadas pela professora Mary Karash, e separadas as sesmarias pelo autor e pelo competente pesquisador do AHEG, Antônio Caldas Pinheiro, em uma caixa única.

* Compilação feita pelo autor com vistas à documentação original do AHSP, São Paulo, 1993.

Devem constar dos fundos do AHEG cerca de 500 requerimentos de sesmarias, para muitos dos quais existem duplicatas na Procuradoria Geral. O autor possui cópia desse acervo em seu arquivo pessoal.

Procuradoria Geral do Estado de Goiás (relação dos livros existentes – dados provisórios)

Lv. (01)	Sesmarias de 001 (1758) a 060 (1754)
Lv. (03)	Sesmarias de 090 (1768) a 089 (1769)
Lv. (04)	Sesmarias de 139 (1769) a 185 (1772)
Lv. (07)	Sesmarias de 272 (1766) a 301 (1767)
Lv. (08)	Vol "A" - Sesmarias de 061 (1762) a 089 (1762)
	Vol "B" - Sesmarias de 186 (1762) a 217 (1762)
	Vol "C" - Sesmarias de 218 (1765) a 240 (1766)
	Vol "D" - Sesmarias de 241 (1761) a 271 (1762)
	Vol "E" - Sesmarias
	Vol "F" - Sesmarias de 302 (1763) a 333 (1764)
	Vol "G" - Sesmarias de 335 (1764) a 366 (1765)
Lv. (10)	Sesmarias de 445 (1753) a 513 (1752)
Lv. (11)	Lv. Especial
Lv. Especial	Cartas de Sesmarias de 1786 a 1791-155 cartas

Não há seqüência cronológica exata no ajuntamento das cartas em livros ou volumes. Obedecem às disposições encontradas pelo autor no Arquivo da Procuradoria, em maio de 1986. Os volumes do Livro 08, de A a G, constituem maços assim denominados pelo autor para fins de arrolamento provisório.

Ordem cronológica aproximada dos livros de requerimentos de sesmaria existentes no Arquivo da Procuradoria Geral do Estado de Goiás:

data	livro	numeração	quant.
1752/1753	Lv. 11	de 445 a 513	68
1754/1758	Lv. 01	de 001 a 060	60
1561/1762	Lv. 08.D	de 241 a 271	30
	Lv. 08.A	de 061 a 089	28
	Lv. 08.B	de 186 a 217	31
1763/1764	Lv. 08.F	de 302 a 333	31
1764/1765	Lv. 08.G	de 335 a 366	31
1765/1766	Lv. 08.C	de 218 a 240	22
1766/1767	Lv. 07	de 272 a 301	29
1768/1769	Lv. 03	de 090 a 138	48
1769/1772	Lv. 04	de 139 a 185	46
1765/1771	Lv. 10	de 367 a 415	48
1768/1791	Lv. Especial	de 367 a 415	48
Total (sesmarias)			627

compilação do autor, 1986

Procuradoria Geral

Número de Requerimentos de Sesmaria e Lugares mais citados

ANO	Nº	LUGARES
1750	30	Paciência, Pilar, Bugres, Crixás, Rio das Almas.
1751	8	Lagoa Grande, Pilar, Vila Boa, Rio dos Peixes, Onça, Bugres.
1752	5	Natividade, Serra Dourada, Rio das Pedras, São Patrício, Almas.
1753	16	Meia Ponte, Natividade, Carmo, São Félix, Amaro Leite, Terras Novas.
1754	29	Manoel Alves, Traíras, Natividade, Meia Ponte.
1755	11	Jaraguá, Meia Ponte, outros.
1756	11	Vila Boa, Fartura, Rio das Pedras, Anta, Santa Luzia
1757	5	Terras Novas, Natividade, São Patrício, Maranhão.
1758	6	São Félix, Rio Claro, São Patrício, Almas, Urú.
1759	2	Pilar, Urú.
1760	3	Peixe, Paciência, São Félix.
1761	9	Vila Boa, Serra Dourada, Urú (Contendas), Palmital (Corumbá), Pilar, Rio da Pedras.
1762	59	Pireneus, Caminho de Pilar, Amaro Leite, Pilar, Bugres, Ferreirinho, Rio das Pedras, Rio do Peixe (Tocantins), Natividade, Beliago, Meia Ponte, Padre Sousa, Palmital, Ferreiro, Terras Novas (de São Félix a Natividade), Rio Claro, Serra Dourada, São Patrício.
1763	50	Crixás, Urú, Pilar, Almas, Maranhão, Pilões, Beliago, Traíras, Moquém, São Félix, Onça, Taquara (Currealinho), Bagagem (Maranhão), Cocal, Paciência, Bugres, Fartura.
1764	18	São Pedro, Rio das Pedras, Paciência, Vai e Vem, São Mateus, Urú, São Patrício, Maranhão, Rio Claro (São Félix), Fumas, Posse.
1765	7	Rio Santa Rita, Mato Grosso, Urú, Ferreirinho, Rio do Peixe, Rio Fundo (Traíras)
1769 a 1791	155	Diversos (ver abaixo)

Incidência das Sesmarias por localidades, no período de 1769 a 1791.

Rio das Velhas	46
Araxá	08
Bonfim	03
Rio das Pedras	06
Crixás	03
Meia Ponte	06
Pilar	05
Desemboque	22
Paraná e Campo Grande	07
Paciência	07

Além dessas, com menor incidência, listamos: Santa Cruz, Rio Vermelho, Rio São Domingos, Pilões, Maranhão, Mato Grosso, Rio Canastra, Manuel Alves, Ribeirão das Antas, Traíras, Serra Dourada, São Miguel e Almas, Natividade, Uru, Farinha Podre (fonte: Procuradoria Geral, junho de 1986 – compilação do autor).

Esses requerimentos de sesmaria não deviam estar na Procuradoria Geral e sim no Arquivo Histórico Goiano, como acontece em todas as demais Unidades da Federação. Com exceção dos meses de maio e junho de 1986, em que era Procurador Geral de Goiás o ilustrado Dr. Rômulo Gonçalves, sempre tivemos a maior dificuldade de acesso a essas sesmarias, sob a alegação despropositada de uma “política de sigilo” com requerimentos que não servem senão à pesquisa histórica, e que a 200 metros, encontram-se, às centenas, no AHEG, sem qualquer óbice à consulta.

4. Fontes Cartográficas:

Mapas dos Séculos XVI e XVII

Lopo Homem Reinéis, 1519 – original na Bibliothèque Nationale, Paris, publicado no *Portugaliae Monumenta Cartographica* – PMC, Lisboa, 1962, e por Manoel Rodrigues Ferreira em *As Bandeiras do Paraupava*, São Paulo, 1967.

Os mapas abaixo citados para os Séculos XVI e XVII também encontram-se nessas obras.

Fernão Vaz Dourado, 1570 – O Brasil e a Lagoa Dourada – The Huntington Library, San Marino, California. PMC – E 260.

Luis Teixeira, C. 1600 – América do Sul e a Lagoa Dourada – Biblioteca Nazionale, Firenze. PMC – E 360.

Antonio Sanchez, 1637 – Complexo do Araguaia Tocantins – Collection C. W. Norman, Maidstone. PMC – E 527-B.

João Teixeira I, 1642 – Bacias do Tocantins e do Prata – Biblioteca da Ajuda, Lisboa. PMC – E 499.

João Teixeira Albernaz II, 1665 – Bacias do Tocantins e do Prata com Lagoa do Divisor – Library of the University of Yale. PMC – E 547.

João Teixeira Albernaz II, 1670 – Ilha do Bananal (Yperaupava) e a Lagoa do Divisor platino-tocantinense – Hispanic Society of America – New York. PMC – E 562.

João Teixeira Albernaz II, 1675 – «Lagoa onde há muito salitre» – Hispanic Society of America – New York. PMC – E 562.

Mapas dos Séculos XVIII e XIX

Francisco Tossi Colombina – Esboço para o mapa da Capitania de Goiás (1749?) original no Arquivo Ultramarino de Lisboa e cópias em diversos arquivos nacionais.

Francisco Tossi Colombina – Mapa definitivo da Capitania de Goiás, oferecido ao governador D. Marcos de Noronha em 1751 – Cópias antigas em diversos arquivos do exterior e do Brasil.

Sargento-Mor Thomaz de Souza – Mapa dos Julgados da Capitania de Goiás (1778) – cópias antigas em diversos arquivos nacionais.

Sargento-Mor Bento José Marques – Mapa Geográfico que mostra a Capitania de Goiás, 1790 – original na Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo.

Anônimo – Mapa Geográfico da Capitania de Villa Boa de Goyaz, no ano de 1810 - original na Biblioteca Nacional.

Raimundo José da Cunha Mattos – Carta Corográfica Plana da Província de Goyaz - 1830 – original na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Capitão Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim – Carta da Província de Goyaz em 1875 – Biblioteca Nacional e diversos outros.

Luís Cruls (org.) – Mapas Gerais da Comissão Exploradora do Planalto Central, 1892 - em diversos arquivos e bibliotecas.

Mapas Contemporâneos

Gelmires Reis – Mapas do município de Santa Luzia em 1930 – coleção do autor.

General Agnaldo Cayado de Castro – Planalto Central do Brasil, 1954 – coleção do autor.

L. Silveira e A. Lassance – Mapa Geológico do Distrito Federal, com fonte no levantamento da Prospec S/A, *in* Diagnóstico do Espaço Natural do Distrito Federal Brasília, ed. Codeplan, 1976.

Terracap – Situação das Terras do Distrito Federal, 1980. Mapa essencial para a história fundiária do Distrito Federal.

Goianésia 1:250.000 (SD - 22 - Z - D)		Brasília 1:250.000 (SD- 23 - Y - C)		
Vila Propício 1:100.000	Padre Bernardo 1:100.000	Planaltina 1:100.000	Crixalândia 1:100.000	Serra Bonita 1:100.000
Pirenópolis 1:100.000	Taguatinga 1:100.000	Brasília 1:100.000	Formosa 1:100.000	Cabeceiras 1:100.000
Goiânia 1:250.000 (SE- 22 - X - B)		Unai 1:250.000 (SE- 23 - V - A)		
Anápolis 1:100.000	Gama 1:100.000	Luziânia 1:100.000	Cachoeira do Queimado 1:100.000	Unai 1:100.000
Leopoldo de Bulhões 1:100.000	Caraíba 1:100.000	Cristalina 1:100.000	Ribeirão Arrojado 1:100.000	Serra da Aldeia 1:100.000

Presidência da República (Secretaria do Planejamento e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) e Ministério do Exército (Diretoria do Serviço Geográfico) – Mapas do Planalto Central compreendendo a seguinte articulação de folhas, em escala 1: 100.000 e 1:250.000:

Governo de Goiás e Varig – Primeira edição de 1977. Embora destituído de exatidão, é o primeiro mapa moderno a dar-nos noção do sistema orográfico goiano.

Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional – Mapa do Estado de Goiás, 1989. De leitura confusa pelo excesso de informações e má impressão de cores, faltando-lhe o relevo. No entanto, trata-se do mais exaustivo e moderno de que dispomos.

Há vários outros mapas contemporâneos em nossa coleção, como os absolutamente herméticos e confusos do Radam-Brasil e do DNPM, feitos para não serem lidos pelo comum dos mortais.

5. Periódicos Especializados (História Colonial):

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB):

- Tomo 84(1918)-Subsídios para a História da Capitania de Goyas (1756-1806), Rio de Janeiro, 1920.
- Tomos Especiais I e IV e Tomos índices I e II – Ementário da documentação paulista existente no Arquivo Ultramarino de Lisboa, Rio de Janeiro, 1956.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo (DIHSP) - Arquivo do Estado de São Paulo:

- Volume 22 – Registro de bandos (1732/1742) dos governadores Sarzedas e Luis de Mascarenhas, São Paulo, 1896.
- Volume 32 – Correspondências e Avulsos do Governo de Rodrigo César de Menezes (1721/1728), São Paulo, 1901.
- Volume 40 – Correspondência do Conde de Sarzedas (1732/1736), São Paulo, 1902.

- Volume 51 – Correspondência do Conde de Sarzedas (1732/1736), São Paulo, 1902.
- Volume 66 – Correspondência de D. Luis de Mascarenhas (1739/1748), São Paulo, 1942.
- Volume Índice dos nº 22/68 dos DIHSP, São Paulo, 1947.

Revista do Arquivo Histórico Estadual de Goiás:

- Volume 2 – Cartas dos Governadores (1724/1736), Goiânia, 1980.
- Volume 3 – Correspondência de D. Marcos de Noronha (1755) e de João Manuel de Mello (1769), Goiânia, 1981.
- Volume 4 – Correspondência de D. Marcos de Noronha (1749/1750), Goiânia, 1980.
- Volume 5 – Correspondência de D. Marcos de Noronha (1750), Goiânia, 1984.
- Volume 6 – Correspondência de D. Marcos de Noronha (1750/1751), Goiânia, 1980.

6. Bibliografia Geral:

- ALENCASTRE, José Martins Pereira de – Anais da Província de Goiás, 2ª edição – Goiânia, Governo de Goiás, 1979.
- ÁLVARES, Joseph de Mello – História de Santa Luzia – Brasília, Gráfica e Editora Independência, 1979.
- AMERICANO DO BRASIL, Antônio – Summula de História de Goyaz – Goyaz, Imprensa Oficial, 1932.
- BARBOSA, Altair Sales – “Balanço da Arqueologia Brasileira (Goiás)” – Anuário de Divulgação Científica, volume X (1981 – 1984) – Goiânia, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) da Universidade Católica de Goiás, 1984.
- ____ “Pré-História dos Cerrados: período paleoíndio” – Coleção Suma Arqueológica dos Cerrados, volume 5, mimeo – Goiânia, Instituto do Trópico Subúmido – Universidade Católica de Goiás, 1993.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida – Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais – Belo Horizonte, Ed. Saterb, 1971.
- ____ História de Minas – 3 volumes. Ed. Comunicação, Belo Horizonte, 1979.
- BELCHER, Donald et alii – “O Relatório Técnico sobre a Nova Capital da República” – 3ª edição, Brasília, Governo do Distrito Federal, 1984.
- BERTRAN, Paulo (org.) – “Notícia Geral da Capitania de Goiás – 1783”. Goiânia/Brasília: Solo Editores, 1997.
- ____ Uma Introdução à História Econômica do Centro-Oeste do Brasil – Brasília, ed. UCG/Codeplan, 1988.
- CALMON, Pedro – História da Casa da Torre – Rio de Janeiro, José Olympio, 1958.
- CAPISTRANO DE ABREU, José – Capítulos de História Colonial – Brasília, ed. UnB, 1963.
- ____ Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil – Brasília, ed. UnB, 1963.
- CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis – Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil – São Paulo, ed. Comissão IV Centenário, 1954.
- CASTRO, Mário – A Realidade Pioneira – Brasília, ed. Thesaurus, 1986.
- CODEPLAN – Cia. de Desenvolvimento do Planalto Central – Diagnóstico do Espaço Natural do Distrito Federal – Brasília, ed. CODEPLAN, 1976.

- CORALINA, Cora – Poemas dos Becos de Goiás e Histórias Mais – Goiânia, ed. UFG, 1976.
- CORTESÃO, Jaime – História do Brasil nos Velhos Mapas – Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, 1957.
- COSTA PORTO – O Sistema Sesmarial no Brasil – Brasília, ed. UnB, 1979.
- CRULS, Luís – Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil - Brasília, ed. Codeplan, 1984.
- CUNHA MATTOS, Raimundo José – Corografia Histórica da Província de Goiás, 2ª edição – Goiânia, ed. Gov. de Goiás, 1979.
- ____ Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás – Rio de Janeiro, Typographia de J. Villeneuve, 1836.
- CURADO, Ramir – “Memória do Planalto: a mineração em Corumbá no período colonial” *in* Suplemento Cultural da Câmara Legislativa do Distrito Federal – DF Letras, nº 3, janeiro de 1993.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues – O Mistério do Ouro dos Martírios – São Paulo, Gráf. Biblos, 1960.
- ____ As Bandeiras do Paraupava – São Paulo, Ed. Prefeitura Municipal de São Paulo., 1977.
- FONSECA, José Ribeiro da – “Relação do Primeiro Descobrimento... etc” *in* Revista do Arquivo Histórico Estadual de Goiás, volume IV – Goiânia, 1982.
- GILBERTO, Joaquim – Apologia de Brasília – Brasília, ed. Prefeitura de Luziânia, 1960.
- GONZAGA, Olympio – Memória Histórica de Paracatu – Uberaba, Typographia Jardim, 1910,
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Vocabulário Geográfico do Estado de Goiás – Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1957.
- JACINTHO, Olympio – Esboço Histórico de Formosa – 2ª edição, Brasília, Academia de Letras e Artes do Planalto, 1979.
- MARTINS, Dilamar Cândida – “Análise dos Testemunhos Líticos do Sítio Arqueológico Córrego Rico em Planaltina de Goiás” – Revista do ICHL, volume 2, nº 3, jul/dez 1983 – Goiânia, Editora da Universidade Federal de Goiás, 1983.
- MEIRELES, José Dilermando et alii – Apologia de Brasília – Brasília, ed. Prefeitura de Luziânia, 1960.
- MENDES, Josué Camargo – Conheça o Solo Brasileiro – São Paulo, USP/Polígono, 1968.
- ____ Conheça a Pré-História Brasileira – São Paulo, USP/Polígono, 1970.
- MENDONÇA TELLES, José – Vida e Obra de Silva e Souza – Goiânia, ed. Oriente, 1977.
- MILLER, Eurico Teófilo – “Relatório de Pesquisa” (ENGEA) – Arquivo da 14ª Coordenação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC.
- MOREIRA, Luiz Eurico – “Análise dos Restos de Alimentos de Origem Animal no Programa Arqueológico de Goiás” – Anuário de Divulgação Científica, volume X (1981 – 1984) – Goiânia, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) da Universidade Católica de Goiás, 1984.
- NOVAES PINTO, Maria (org.) – Cerrado – 2ª edição revista e ampliada, Brasília, UnB/SEMATEC, 1994.

- NOYA PINTO, Virgílio – O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português – coleção Brasileira, volume 371, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1979.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. – História de Portugal, volume 1 – Lisboa, Palas Editores, 1976.
- OLIVEIRA MELLO – Paracatu perante a História – Patos de Minas, Ed. Folha Diocesana, 1964.
- ____ Paracatu do Príncipe, Minha Terra – Prefeitura Municipal de Paracatu, 1979.
- ORTÊNCIO, Bariani – Dicionário do Brasil Central – São Paulo, ed. Ática, 1983.
- PALACIN, Luiz – Goiás 1722 – 1822 – Goiânia, ed. Oriente, 1976
- ____ Quatro Tempos de Ideologia – Goiânia, CERNE, 1986.
- POHL, Johann Emanuel – Viagem ao Interior do Brasil (1819) – Belo Horizonte, Ed. USP/Itatiaia, 1976.
- REIS, Gelmires – Almanaque de Santa Luzia – Santa Luzia, Typographia d’“O Planalto”, 1925 e 1930.
- ____ Rego do Saia Velha. *in* R.I.H.G.-GO, nº 9, 1980, pp. 103 – 107.
- ____ Dicionário Geográfico do Município de Santa Luzia – Araguari, Estabelecimento Graphico Carvalho Filho, 1929.
- ____ 100 Contos – Ed. Oriente, Goiânia, 1978.
- RODRIGUES, Lysias A. – O Rio Tocantins – Goiânia, Cerne, 1978.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de – Viagens às Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás, tomo II – Coleção Brasileira, volume 78, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1937.
- SALLES, Gilka Vasconcellos Ferreira de – Economia e Escravidão em Goiás Colonial – Goiânia, ed. UFG, 1983.
- SANTOS, Joaquim Felício dos – Memórias do Distrito Diamantino – Petrópolis, Vozes/INL, 1978.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio, BARBOSA, Altair Sales et alii – Arte Rupestre no Centro do Brasil – São Leopoldo-RS, Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS, 1984.
- SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO – GO – Levantamento Histórico e Econômico dos Municípios Goianos – Goiânia, 1973.
- SILVA, Henrique – A Informação Goiana (1917 – 1935) – edição facsimilar – Goiânia, CERNE, 1979, em seis volumes.
- SILVA NEIVA, Antônio Teodoro – Introdução à Antropologia Goiana – volumes I e II, Goiânia, Gráfica “O Popular”, 1986.
- SOUTHEY, Robert – História do Brasil, volume I – São Paulo, ed. Melhoramentos/MEC, 1983.
- TAQUES, Pedro T. A. Paes Leme – Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica, volumes I, II e III – Belo Horizonte, Itatiaia/USP, 1980.
- TAUNAY, Afonso de E. – História da Cidade de São Paulo – São Paulo, Melhoramentos, 1953.
- ____ História das Bandeiras Paulistas, volumes I, II e III – São Paulo, ed. Melhoramentos/MEC, 1975.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de – História Geral do Brasil, volumes I, II, III, IV e V – São Paulo, ed. Melhoramentos/MEC, 1975.

VASCONCELLOS, Diogo de – História Média de Minas Gerais – 4ª edição, Belo Horizonte, Itatiaia, 1974.

VASCONCELOS, Adirson – As Cidades Satélites de Brasília – Brasília, CEGRAF, 1988.

Anexos do Livro

1 – Anexo ao Capítulo III

O município de Santa Luzia – Inventário natural em 1886 – por Joseph de Mello Álvares*.

Posição

O município ocupa a parte mais oriental da Província de Goyás, e a sua sede esta entre é 40°58' de longitude e 16°12' de latitude do meridiano do Rio de Janeiro.

Dimensões

Tem o município de nascente a poente 180 kilometros desde a margem direita do rio S. Marcos ate a margem esquerda do rio Arêas, e de norte a sul 300 desde a margem esquerda do Maranhão ate a margem direita do Resfriado.

Limites

Segundo o Acto de 20 de Abril de 1778 e disposições posteriores, o município divide-se a leste com os municípios de Paracatú e Formosa, a oeste com os de Corumbá e Bomfim, ao meio dia com os de Catalão, Entre-Rios e S. Cruz, e ao septentrião com os de Meia Ponte, Trahiras, S. José de Tocantins e Formosa.

Clima

É temperado, brando e saudavel, e não reina em ponto algum molestias endemicas de mau character.

Há só duas estações distinctas a-seca e a-chuvosa, começando esta normalmente no mez de Setembro e findando no de março.

Os ventos predominantes na estação pluvial são o nascente, poente e o norte, sendo este seguro precursor de tempestades e na opposta, raras veses, o sul que quasi sempre é o batedor da geada que, de annos em annos, vem cobrir a vegetação com o seo manto de crepe.

Na estação quente o thermometro de Reaumur sobe até 35° com uma diminuição nocturna de 5 a 8° e no frio desce a 15° e entre esta temperatura e a da noite ha apenas uma depressão de 5°.

No mez de julho em que os dias são mais frios no nosso hemispherio, ou aquelles em que a temperatura da nossa latitude attinge o seo minimo, a diferença entre o calor fornecido a terra pelo sol, e o perdido pela irradiação passa pelo seo maximo, e assim nesse mez o thermometro baixa muito ou baixa excessivamente.

Aspecto

O município tem um aspecto animado, alegre, pittoresco e encantador.

Seo solo que é composto de platós, chapadas, serras, serrotes, colinas, cordilheiras e valles, acha-se coberto de rios, ribeirões, corregos, fontes, lagos, florestas, caatingas, carrasquenhos, capões, charnecas, campinas, buritysais e lavras de ouro.

Nas florestas que são compostas de uma immarcessivel e indiscriptivel vegetação de todas as ordens, vê-se as aroideas, acanthaceas, aristolochias, asclipiadaceas,

* Nesse tempo o território de Mestre D'Armas incorporava-se ao de Formosa, e não são contemplados nesta descrição, que reporta-se basicamente aos atuais municípios de Luziânia, Santo Antônio do Descoberto, Cristalina e Padre Bernardo, integrantes outrora do município de Santa Luzia. No Distrito Federal compreende as regiões do Lago Sul, Gama, Ponte Alta, Taguatinga, as vertentes do Rio Descoberto, e a região ao norte de Brazlândia. (nota do autor)

bigonias, combretaceas, gesneriaceas, gramineas, leguminosas, laurineas, malvaceas, malpighiaceas, melastomaceas, orchideas, oxalideas e pedindreas, passifloras piperaceas, rubiaceas, swartzeas, solaneas, scitamineas, sapondareas, tabúas, urticaceas e violaceas, os fungos, algas, lichens, musgos e fetos, que se distinguem, ou pela sua forma elegante, ou pela linda côr das suas folhas, ou pelas magníficas e odoríferas flores de cores variadas, puras e vivíssimas.

Os platós que são formados por terrenos húmidos e arenosos, sinuosos e planos, cobertos por uma vegetação salsuginosa que, na estação secca, sendo queimada, fornece uma pastagem da primeira ordem, e que na chuvosa torna-se imprestável porque fica toda salpicada de arêa, ou por terrenos de argilla branca, amarella ou parda, compactos e ligeiramente humidecidos, onde vê-se ora um prado de arvores isoladas em uma campina feita por um capim igual, ora pantanos cheios de variados juncos, musgos, macellas e diversas plantas delicadas e bellas, que a ordem das lentibulareas possui, ora capões de matto insulares que formão uma densa massa arredondada e cujo assento é pantanoso ou regado por nascentes ou riachinhos de maneira que os seos loureiros, anonas e lobelias conservão-se sempre viçosos, verdes e frondosos, são em geral ornados com o malmequeres amarellas, brancos e azues, boninas multicores e infinitas outras flores entre as quais destacão-se os arborescentes lyrios conhecidos pelo nome de Canella d'Ema, com seus tufos de folhas uniformes unidos as suas flores azues e utilizados pela lantana microphylla com suas folhas cinzentas e aromaticas, pelo senna, jalapa, summaré, chá de príncipe e innumerables arbustos que produzem finíssimas gomas e resinas.

As chapadas são massas elevadas de saibro, pedregulho, argilla vermelha ou branca, assoalhadas por um capim quasi uniforme, intercallado de arbustinhos, e coberto de muitas arvores das apocryneas, malpighiaceas, melastomaceas, myrthaceas, tiliaceas, polygalas, sapendaceas, euphorbiaceas e symploceas, quasi todas com casca espessa, secca e crestada pelo fogo em que annualmente são immersas, supportando innumeráveis viscos e loranthos que as perseguem.

As chapadas constituem um delicioso pomar onde o homem e os animais encontrão a mangaba, a corriola, a pitanga, a guabioba, a cagaiteira, a aracá, a mama de cadella, o bacopary, o murici, o areticum, o cajú, o pequi, a lobeira, diversos coquinhos e palmitos, assim como tambem o maracujá, essa proxima parenta da flor da paixão que forma frescos e elegantes caramancheis. As caatingas são compostas de arvores altas e direitas dessiminadas em um pavimento aqui limpo, ali coberto de folhagem e acolá recamado de variadas gramineas que tão boa forragem fornecem a criação, quasi sempre envoltas em denso veo ou involucro de parasitas que vivem sobre os troncos das plantas leitosas ou artocapiaceas, com suas raizes aereas, com suas vagens e flores, entre as quais descobre-se pelo olphato e pela vista a preciosa baunilha, com platebandes de numerosas palmeiras de diversas variedades.

Os valles são atapetados de luxuriante capim mimoso e de vegetaes herbaceas com flores calathides, tendo aqui e ali arvores baixas com ramagem espessa e horisontal e arbustos formando bosques, ou vegetando isoladamente, quasi sempre cobertos de maracujá e outras plantas sarmentosas.

As charnecas estão sempre collocadas nos fundos dos valles e, por isso, sempre muito providas de humus achão-se constantemente enriquecidas de innumeráveis hervas perennes, entre as quaes pompeião as da ordem das espercaceas, como a famosa barba de bode, o capim mellado, o capim branco e seos congeneres que fornecem uma pastagem de primeira classe.

As serras, serrotes, collinas, cordilheiras e ladeiras produzem, conforme a sua formação, uma vegetação prodigiosa de nimamente variada, encontrando-se no meio das hervas e semi-hervas, arbustos e semi-arbustos e copadas arvores, muitas plantas compostas, tais como o epatoruim, a climaduim, a baccharis, a ovidelia e a crista, as melastomaceas e as lasiandras que tanto se distinguem não só pelas suas folhas

ciliares, como pela beleza das suas flores rosas, rôxas e purpurinas, os pittorescos lyrios vellosias e barbacenias, as myrthaceas, malpighiaceas, euphorbiaceas, os bellos e avelludados lichens que sobre as rochas nuas tem a sua inserção, e as amarantaceas, eriocauleas, utroculareas e myrsineas e tambem o capim mellado que na entrada da secca, enflorêsce e offerece a vista um mar de fogo sempre encapellado.

Os carrasquinhos são uma verdadeira mistura de arvores baixas e altas, direitas e tortas, que tornão-se notaveis não só pela animada vegetação do capim gordura que alcatifa o seo solo, como pela beleza de sua florescencia antes da substituição das folhas que perde na estação fria.

As campinas que são verdadeiros campos abertos e desabrigados, nivelados ou inclinados, com tapete verde na estação humida e dourado na secca, formado por um capim uniforme, que quando se eleva a mais de metro e infloresce, fluctua incessantemente a gosto da viração, semeados de guabiobas, araçás, pitangas, grãos de gallo, cagaiteiras e cajú mirim rosa, amarello e branco ornados de milhares de edificações do insecto industrioso a que a sciencia denominou -termes- e que o vulgo chama -cupim- ora semelhante a um pão de assucar, ora a um zimbório, ora a um barril, tendo no interior um labyrintho inextricavel, com mil compartimentos.

Descendo a serra de Miguel Ignacio que não é coroada de matto, mas sim de alguns arbustos e arvores entesadas e de uma vegetação relvosa que em seos membros conta com muitos generos e especies particulares, nos Bairros do Desterro, Urbano e Angicos profundos e espaçosos valles, abruptas ladeiras, espinhaços pedregosos, ligeiras depressões, terrenos ondulados que alternão sem cessar uns com os outros, capões, carrascos, prados, charnecas, outeiros, cordilheiras e serrotes, e as rochas predominantes são: a micro-schisto arenosa ou quartzo schistoso, calcario de transição cobrindo minas de salitre, e no de Angicos extensissimas campinas em que abunda o capim branco e outras gramíneas, as oxalideas, violaceas, malvaceas, enormes buritysais, virentes florestas adornadas de muitas variedades de palmeiras gigantes e anães, arroios, lagos, alagôas, e elevadas montanhas constituídas por rochas de ferro, terrenos compostos de mica ferruginosa e schistosa, tendo alguns pontos em que o calcareo forma gruttas que encerrão massas de salitre, havendo outeiros e planícies formados por gres vermelho, e tambem terrenos constituídos por granito, gneiss, argilla e mica-schisto que apresentam cavernas de sal-gemma, cobertas pelas (ilegível) e muitos membros das portuláceas.

É de uma natureza que parece ter sido desamparada, é de uma terra carregada de peso pelos restos de uma producção, que não offerece senão um espaço entulhado, atravessando de ponto em ponto de pindahybas seculares, sobrepujadas de parasitas, lichens e agaricos, fructas impuras da corrupção, é de terrenos limosos, que não sendo nem solidos, nem liquidos, são inabordaveis e produzem matagais cobertos de espinhos, urzes e abrolhos entrelaçados uns nos outros e que deseccando repousão successivamente uns sobre os outros – é que surgirão os buritysais – estas densas e extensas florestas da lustrosa palmeira que tanto enobrece a mauritia vinifera, a qual ou é representada por exemplares cujos stipples attingem incommensuraveis alturas ou por um rasteiro distico que parece nunca crescer tendo pendentes enormes cachos de côcos, cuja derme se assemelha a couraça do tatú e cuja epiderme é o alimento primeiro da arara, cobertos por bainhas tão grandes e tão fortes que facilmente servirão de remo a uma pequena canôa; assim como é das aguas de charcos que cobertos de plantas toxicas e fetidas, não nutrem senão insectos peçonhentos e servem de covil aos sucuris e a outros animais immundos, das aguas de pantanais cheios de juncos e golfiões dos quaes o sapo forma o seo veneno, que se formão esses lagos e laguinhos que embellezão os buritysais, verdadeiros reservatorios desses seres impalpaveis chamados infusorios, que produzem os mais admiraveis e bellos*

* golfão, planta comum nos charcos da família das ninfeáceas.

phenomenos opticos, esses lagos e laguinhos, onde vê-se agora esses animais tingindo a agua com as suas côres encarnada, amarella e azul, fazerem com que esta, a semelhança do prisma, quando os raios solares caem obliquamente sobre ella, transforme-se em um fóco luminoso, offerecendo as côres do iris, logo, conforme a hora do dia e segundo elles sobem a tona ou descem ao fundo da agua, côres mixtas formadas pelas suas côres simples, fazendo nuanças que offuscão a vista, e depois disseminados pela superfície d'agua, fazem ella phosphorescente e produzindo mil effeitos diferentes que, reflectindo sobre microscopicos lambarys, os tornão deslumbrantes.

As lavras auríferas que por serem extensos perímetros de terrenos cobertos de profundas covas, innumerous e extensos sulcos e elevados acervos de cascalho revolvido e lavado, talvez pareção para quem não as conhece, um senão para o Municipio, constituem, pelo contrario, um dos seus mais bellos ornamentos, pois o Deus da riqueza não pôde prejudicar com os seus estragos a Deosa da belleza que nellas cultivou com toda a sua maestria tantos e tão variados fetos, infinitas calathides e milhões de arvores da lasyandra, as quaes no tempo quaresmal, principalmente, cobrem-se de um sem numero de flores roxas encarnadas e purpurinas, denominadas flores do Senhor dos Passos que muito encantão a vista, e que por um habito secular, servem para o tapiramento das ruas e templos por ocasião das festas da Semana Santa.

Orographia

O systema orologico do Municipio tem o seu ponto culminante nos Pyreneos a 18 kilometros de distancia da Cidade de Meia Ponte, e a 6 da Villa de Corumbá, e a serra geral que o atravessa, e nelle tomou o nome de -Serra do General- ou Serra de Miguel Ignacio, por ser este o primeiro homem civilisado que a transpôz para entrar na região de Angicos, é a serra geral que divide a Provincia de Goiáz da de Minas Geraes, Pernambuco, Piauhy e Maranhão, a qual começa no Rio Grande e acaba nas vertentes do rio Manoel Alves Septentrional e que, si não é parece ser uma massa de formação primitica constituída de rochas petrificadas unidas pos fusão ignea e divide tambem as suas aguas e as da Provincia onde nasce entre o norte e o sul.

Existem no territorio do Municipio os seguintes platós: – Crystais, Gamma, Contagem de S. João, Vendinha e Covas; as seguintes chapadas: Padre Pedro, Atterro, Saia-Velha, Mesquita, Tombador, Barro Preto, Boa-Vista, Gamellas, Coronel João Pereira, Ferrás, Alagoinha, Garapa, Dedo Duro, Aloê, D. Thereza, Rapadura, Antonio Joaquim, Sitio Novo, S. Antonio, Acaba Vida, Vargem Grande, Descoberto, Mantiqueira, Luiz Antonio, Deos-Me-Livre, Pega-me-Larga, Vargem da Benção, Colonia, Paulista, Costa e Buracão; os seguintes serrotes: – Oriente ao rumo oriental da Cidade Sede do Municipio, Viegas ao rumo occidental, Boa-Vista ao rumo sul e Rosario ao septentrional, Mangabeira, Covas Guilherme Tell, Thabor, Coronel João Pereira, José Pereira Lisboa, D. Joanna, Doutor Moreira, Manoel Gomes Aranha, Bororó e Provisor Mello, e innumerous outros sem denominação; as seguintes cordilheiras: – Santa Luzia, Santo Antonio da Boa Vista, Papuda, Canna-Brava, Quilombo, Bocaina, Serafim da Cunha Roriz e outras muitas tambem sem denominação; as seguintes colinas: – Olivete, ao oriente da Cidade Sede do Municipio, Caréca, Pitanga, Mombuca, aquellas na Fazenda da Saia Velha, e esta na da Papuda, sobre as quaes pompeião trez magestosas cruces, Margarita na da Jacobina, Conguê e Coscuzeiro na do Campo Largo, Olympo na do Paulista, Cedinis na do Jorge, Parnaso, S. Paulo, S. Pedro, S. Lucas e S. Thiago na de S. Luiz, Grande na do Caforinga, Môrro na do mesmo nome, Ethna na da Alagoinha, Canastra na do Corumbá, Simão Ribeiro, Serafim Camello, Pedrosa, e Miranda. D. Antonia, Domingos Alves, D. Margarida, Lobão na dos Barreiros, Calvario na da Conceição e Dous-Irmãos na do Jacaré e Coscuzeiro na de S. Sebastião, alem de muitas outras igualmente sem denominação.

Hydrographia

O Município é banhado por inúmeros arroios, alagôas e lagos, por muitos regatos, correjos, ribeirões e rios.

O rio Corumbá nasce nos Pyrineos no Município de Meia Ponte, atravessa o do Corumbá, a que dá o nome e entra neste, onde tem curso de 180 kilometros, e onde pela direita recebe os seguintes correjos, ribeirões e rios: – Cervo, Laginha, Fundo, Matto Grande, Mandaguahy, Pirapitinga, Retiro, Jatahy, Egoas, Mandioccal, Barreiros, Capoeira, Fortunato, S. Longuinho, Lage, Laginha, Verissimo, Forquilha, Canna Brava, Burity, Abbadia, Lucia, Cecilia, Borges, Lages, Furnas, Barreiro, Samambaia, e Paracanjuba; e a esquerda: – Arêas, Montes Claros do Descoberto, Alagado, Ilha, Agua Grande, Fundo, Cavallo, Dias, Jacobina, Santa Maria, Palmital, Pedras, Saltador, Pinto, Genoveva, Barreiro, Guilherme Tell, Cedron, Capitão Gabriel, Indahiá, Manoel Francisco, Isidoro, Taipa, Bella-Vista, Pastinho, Cocal, Burity, Candeeiro, Carvalho, José Pedro, Buracão, Surucucú,, Gamelleira, Kágado e S. Bartholomeu. Os correjos e ribeirões = Cervo, Laginha, Fundo, Matto Grande, Mandaguahy, Pirapetinga, Retiro, Jatahy, Eguas, Mandioccal e Barreiro nascem no platô das Covas; Capoeira, Fortunato, S. Longuinhos, Lage, Laginha, Forquilha, Canna-Brava, Burity, Abbadia, Lucia, Cecilia, Borges, Lages, Furnas e Barreiro nascem nas chapadas = Bocaina, Canna-Brava e Deos-Me Livre.

O ribeirão Samambaia nasce no Platô das Covas e recebe a direita os correjos Burity, Barú, Tãboleiro, Tamboril, Caxoeira e Canoa, e a esquerda – Anastacio, Comprido, Geraldo, Roberto, Andrequissé, Mauricia, Capão Grande, Capão Alto, Marcellino, Capão Limpo, Borges, Antoninho e Pedrinho que nascem nas chapadas Luiz Antonio, Canna-Brava, e Deos Me Livre, excepto o Caxoeira que nasce no platô das covas e recebe à direita os correjos – Lages, Jeronimo, e Eguas, e a esquerda João Baptista, Buracão, Barreiro, Capoeirão, Capão Alto, e Restinga que nascem tambem no mesmo platô.

O ribeirão Virissimo nasce no platô das Covas com o nome de Sapesal e recebe a direita os correjos – Tanhoá, Barreiro, e Matto do Rei e a esquerda – Currealinho, Ambrosia, Taquary, Comprido, Forquilha, Marmelada, Barreiro, Barriguda que nascem na Chapada do Pega-me-larga.

O correjo Matto do Rei recebe a direita o Tamboril, Pedrinhas, Brejo, Tatá, Monjollo e a esquerda o Herval Anta, Barreiro, Jatahy, Capoeirão, Corguinho e Patinho que nascem na Chapada do Pega-me-larga.

O rio Paracanjuba nasce na chapada do Porphirio no Município do Bomfim, atravessa parte delle e costêa o de S. Luzia em uma extensão de 189 kilometros, tendo como tributarias no territorio delle, a margem esquerda os seguintes correjos: – Agua Clara, Gabriel Corrêa, Baixada, Monjollo, Extrema, Homens, Comprido e Brito que nascem no Platô das Covas e Monjollinho, Canôa Borá, Fundo, Lage, S. Barbara, Barreiro e Campo Limpo que nascem na Chapada do Deos me livre.

O rio Arêas nasce nos Pyrinéos no Município do Corumbá e dividindo-o do de S. Luzia, da confluência dos Macacos para baixo, recebe, alem deste ribeirão, os correjos Antinha, Agua Fria, Agua Fria do Acaba Vida, Cafundo, Capoeira Grande, Gamellas e Forquilha pela direita. Seo curso no Município tem uma extensão de 98 kilometros.

O ribeirão Macacos nasce na chapada da Vargem Grande e recebe a esquerda os ribeirões Camargo, Pulador e Sabarú que tambem nella nascem.

O ribeirão Descoberto dos Montes Claros nasce no platô da Vendinha e recebe a direita os correjos Vendinha, Antonia, Capão Grosso, Porcos, Capoeira, Matto Grande, Burity, Pintos, Capoeirinha, Bocaina, Tabejú, Manoel da Silva, Capivara, Torto, Tocum, Descoberto, Capoeirão e Onça, e a esquerda o Jatobá, Pedras, Belchior, Lage, Capão do Ouro, Pinguéla, Caetano Ribeiro, Buracão, Tijucal, Indahicé e Capoeira Grande.

O ribeirão Alagados nasce no platô do Gamma e recebe pela direita os correços – Crespim, Samambaia, Buraco, Mórro, Pastinho, Indahiá, Ponte-Alta, Salto, Janeiro, Monjollo, Piteira, Matto Grande, Barreiro, Lages, Barreirão, Pinheiro, Marcianno, Alagoinha, e pela esquerda – Thomas Alves, Surana, Simeana, Ponte de Pau, Ponte do Meio, Palmital, Sabarú, Pindahybal, Olho d'água, Antônio Pereira, Cava, Pae-Chico, Aroeira, Guariroba, Costa, Pary, Simeão, Domingos da Silva, Barreiro, Burity, Quilombo e José Alves.

O ribeirão Jacobina nasce na chapada de D. Thereza e recebe à direita os correços – Pae Paulo, Cannavial, Barreiro, Quebra-Pau, Cercado, D. Egypciaca, José Alberto, Laginha, Breginho, Jose Pereira, Guariroba, Modestinho, Mortandade, Patinho, Antonio Pereira, Natureza, Sotéro, Soterinho, e a esquerda S. José, Cobras, Pau Lavrado, Indahiá, Mesquita, Eusebio, Tamanduá, Tamanduá Pequeno, Janeiro, Pato, Meio, Pedra, Aroeira, Meirelles, Mamede, Satyro, Provisorio e Váo.

O ribeirão S. Maria, outr'ora chamado Ribeirão do Inferno, nasce no platô do Gamma, e recebe a direita os correços – Creoulo, Carpinteiro, Ponciano, Paiva ou Quebra-Cangalha, Mosso, Braga, Tijucal, Bananal e Capoeirão; e a esquerda o Fundo, Taveira, Cavallo-Morto, Lage, Forquilha, Vereda, Acude, Palmital, Alleluia, Taquary, Pires, José Pereira, Manoel Joaquim, Varacunú, Barreiro Branco e Alagôa.

O ribeirão Taipas nasce na chapada do Barro Preto e recebe pela direita os correços Cavalheiros, Engenho, Serafim da Cunha, e pela esquerda o Ponte Alta, Luiz Antonio e Lixeira.

O ribeirão Ponte Alta, confluyente do Alagado, nasce na Vargem da Benção e recebe a direita os correços Tamanduá, Barreiro, Capivara, Monjollo, S. Felipe Buracão, Salto e Sitio Novo e a esquerda o Pinto, Fundo, Lopes, Lambedor, Fundinho, Socca e Lobo.

O ribeirão Alagoinha, confluyente do Alagado, nasce na chapada Sitio Novo e recebe a direita os correços Manoel Moreira, Estaca, Pinguellinha, Pindahyba, Açude, S. Crespim, Taquari e Bicas, e a esquerda Olho d'Água, Buxo, Agua Santa, Ponte Bonita e Brejo Grande,

O ribeirão Paiva, confluyente do S. Maria, nasce no platô do Gamma, recebe a direita os correços Bom Tempo, Barreiro, Mandioccal, Mamoeiro, Lourenço, Barreirinho, Barreiro, Vargem e Rocinha.

O ribeirão Palmital, confluyente do S. Maria, nasce na chapada do atterro, e recebe a direita os correços Capitão do Matto, Quinta, José Esteves, Pae Miguel, Lava-Pés, Falcão, Buracão, Caforinga, Casa da Telha, Lage e Taveira.

O correço Cedron nasce na chapada do Aloê, e recebe a direita o Mogy, o Capoeirão e o Barreiro e a esquerda o Desbarrancado, Olho d'agua, Taquari, Breginho e Modestinho.

O rio S. Bartholomeo nasce no Platô da Contagem de S. João, no lugar denominado Torto, e recebe a direita os rios, ribeirões e correços – Riacho-Fundo, Paranaú, Taboca, Papuda, Caxoeirinha, S. Anna, Mesquita, Quilombo, Ponte de Terra, Ferrás, Saia Velha, João Gonçalves, Burity Grande, Vermelho, Barreiro, Desgraça, Capoeira-Alegre, Indahiá, Batedor, Morada, Taguari, Suspira, Gameleira, Coscuzeiro, Mandioca, Lage, Desbarrancado, Taquari e Barreiro e a esquerda os ribeirões e correços – Taboquinha, Quebrado, Quaty, Palmeira, Taquari, Capoeira, Milho-Vermelho, Mamoneira, Cirurgião, Riachinho, Riacho-Frio, Estiva, Buraco, Palmeirinha, S. Gonçalo, Cerubim, Pamplona, Poções, Furnas, Acaba-Rabo, Topasio, Ouro-Fino, Mimoso, Cirurgião, Brejo, Bagres, Claros e Resfriado.

O ribeirão Riacho-Fundo, confluyente do S. Bartholomeo a direita, nasce no platô do Gamma e recebe pela direita o Capão-Comprido, Coqueiro e Gamma que nasce no centro do matto que lhe dá o nome e recebe a direita o Cabeça de Viado, e Roncador, tornando-se muito caudaloso porque é escoadouro das aguas de muitos e extensos pantanos.

O ribeirão S. Anna, confluyente do S. Bartholomeo à direita nasce no Platô do Gamma e recebe à direita os ribeirões e correjos Virgem, Anequim, Laranjeira, Mamoneira, Matta, Matto Grosso, Arrosal, e à esquerda o Caixeta, S. Barbara, Barreirinho, Lourenço, Páo-Torto, Moquem e Garapa, o qual nasce na chapada do Mesquita e recebe o Capoeira Grande, Taquari, Roncador, Pedras, Açude, Serrote, Paiol-Velho e Capitão Grande a direita e o Capoeirão a esquerda.

O ribeirão Mesquita confluyente a direita do S. Bartholomeo, nasce no platô do Gamma e recebe a direita o Pindahybal, Galinheiro, Aguia-Grande, Capoeira-Partida, Taquari, Tatú, Oleria, Açude, Abbadia, Sererê, Ochre e Lamarão, e à esquerda Oleria, Barreiro, S. José, Morro Alto, Sangue de Veado, Samambaia, Taquari, Barreiro e Cambota.

O ribeirão Saia-Velha, confluyente do S. Bartholomeo a direita, nasce no platô do Gamma e recebe o Mangal, Capão Comprido, S. Raymundo, Novato, Careca, Cannavial, Angelo, Lobo, Taquari, Chico de Mello, e Gengibre pela direita, e o Ferreira, Jacob, Jacubeiro, Lage, Demanda, Campo Limpo, Açude, Fundo, Agostinho e Bebiana pela esquerda.

O ribeirão João Gonçalves, confluyente do S. Bartholomeo a direita, nasce na chapada do Saia-Velha e recebe pelo mesmo lado o Valladares.

O rio Vermelho, confluyente do S. Bartolomeo a direita, nasce na chapada do Padre Pedro e recebe pelo mesmo lado o Pantanal, Viegas, Grota, Fumal, Contenda, Amarante, Fernando Nogueira, Maria da Silva, Barro Preto, Lage, Batedor, Maria da Silva, Alagôa, Assú, Piancó, Vida Curta, Boa-Vista, Viegas, Barreirinho, Casura, Joazeiro, Batuqueira, Cravatá, Caetano e Retiro e pelo oppôsto o S. Caetano, Capões, Almeida, Açouta-Cavallo, Manambomba, Maria Velha, Taquaral, Bananal, Costa, Salgado, Capão da Cruz, Anta, Samambaia, Capoeira-Grande, Matteiro, Aroeira, Fundo, Lage, Bicudo e Buracão, tendo o curso de 72 kilometros.

O rio S. Marcos nasce nas Serras do Canastra e da Marcella, divisaras das Provincias de Goyáz e Minas Gerais pelo nascente, e no seo curso de 242 kilometros recebe a direita o Samambaia, Arrasta-Burro, Larga, Taquara, Posse, Boi, Taquari, S. Pedro, Arrojado, Piscamba, Almocafre, Crystal, S. Firmino, Lage, Embira, Martim e Castilhana.

O ribeirão Samambaia confluyente do S. Marcos a direita, nasce na chapada do Burity Grande no Municipio de Formosa e recebe pelo mesmo lado o Mombuca e Covas.

O rio Maranhão nasce no platô do Cocal do Andrade, acima da Lagôa Formosa no Municipio de Formosa e, entrando em S. Luzia, onde tem um curso de 270 kilometros, recebe a esquerda o Salina, Sal, Bois, Alegre, Tocos, Biboca, e Verde que nascem no platô da Vendinha, excepto o ultimo que nasce na chapada da Colonia.

É confluyente do ribeirão Salina o ribeirão Palma e do ribeirão Sal os ribeirões Jacaré, Almecega e Dous-Irmãos.

São confluentes do rio Verde, os ribeirões Agua -Quente, Monteiro, Agua-Fria e Leitão e do Monteiro os ribeirões Quilombo e Fundo.

As aguas do Municipio dividem-se entre as bacias meridional e septentrional no systema hydrographico do Imperio, levando o Corumbá e São Marcos todas as do sul, ao Prata, por intermédio do Paranahyba e o Maranhão todas as do norte ao Amasonas por intermédio do Tocantins.

Produção

O solo do Municipio, regado por tantos rios, ribeirões, correjos, lagôas, lagos, arroios e xarás, é dotado d'uma fertilidade e uberdade espantosas, maximé na região do Desterro, Urbano e Angicos, essa Chanaan da Provincia de Goyaz, onde o leite mana de uma pastagem luxuriante e immarcessivel, assentada em um terreno salino e calcareo, e o mel da deslumbrante flora com que a mão do Caiador ornou a margem

do Maranhão, confluyente do Tocantins, esse príncipe das aguas, suzerano do primeiro suzerano do Oceano – o Amasonas.

A riqueza do Municipio não se estende só ao reino vegetal, estende-se tambem aos reinos animal e mineral.

No primeiro reino da natureza emcontrão-se mamíferos, aves, reptis, insectos, crustaceos, vermes, infusorios e peixes.

Mamíferos – macaco, guariba, sagui, ouriço, rato d'agua, rato vermelho, rato silvestre, rato pardo campestre, rato decumano, coati-monde, coati pequeno, skunk, lontra, ariranha, cão raposo (nabuco), cão alvacente, cão cinzento (garacambema), cão preto de pescoço amarello (irara), lóbo, raposa, onça tigre, onça pintada, onça vermelha do lombo preto do matto, onça vermelha do lombo preto do campo, gato preto, gato pintado grande (jaguatirica), gato pintado pequeno, gambá, capivara, cotia, paca, coelho, preá, tatú canastra, tatú peva, tatú rabo molle, tatú gallinha, tatú mirim, tamanduá bandeira, tamanduá mirim, anta sapateira grande, anta xuré pequena, porco preto grande, porco queixada ruivo, caititú, veado matteiro vermelho, veado matteiro vermelho de pernas pretas (guatupará), veado catingueiro fusco grande, veado catingueiro fusco pequeno (virá ou camossica), veado calheiro campestre, veado cervo.

Voláteis – vampiro, morcego, corvo branco (sargento), corvo preto, corvo cinzento, corvo branco com cabeça vermelha (rei), gavião pintado grande (pennacho), gavião vermelho, gavião branco (macauan), gavião branco com azas pardas, gavião pintado pequeno, gavião fusco (pinhé), gavião preto (pinhé), gavião preto de pescoço branco, gavião pintado (carcará), gavião branco (serafim), gavião branco (coriango), mocho campestre pequeno, mocho pardo grande do matto, mocho branco do matto (urutaú), mocho ruivo dos edificios, picanço pintado (picapáu), picanço pintado cabeça vermelha (picapau), tocano grande de bico vermelho, tocano pintado pequeno, arara vermelha, arara preta, arara verde, arara amarella, papagaio verde, papagaio verde com azas amarellas, papagaio verde com cabeça amarella, papagaio verde com tarjas amarellas, papagaio verde (maritaca), papagaio verde com azas vermelhas, papagaio verde com azas amarellas (maracanã), periquito grande verde de cabeça amarella, periquito verde pequeno com encontros brancos, periquito verde pequeno, periquito pequeno verde das vassouras, beija-flor verde, beija-flor preta, beija-flor verde microscopica, beija-flor azul microscopica, andorinha dos edificios, andorinha do campo, pomba parda do matto, pomba-azul do matto, pomba rôxa (juritú), pomba rola rôxa, pomba rola branca carijó, perdiz, codornir, nhambú, jahó, jacú, motum, saracura, jacotinga, ema, seri-ema, garça branca, mergulhão, gallinhola, galinha d'agua, massarico, colhereiro, jaburú, lavadeira, martim pescador, curicacá, quemquem, pastorinha, marreco, pato, gralha, catinga, tangará, melro, tordo, toutinegra, carrissa, bilro, calveloa, gavião, pintasilgo, congo, sanhaço, ticotico, papa-semente, joão de barro, joão velho, bemtevi, tesoura, sabiá, alma de gato, negro, maria preta e bomdia.

Reptis – kagado, crocodillo, lagarto preto pintado grande do matto (tihú), lagarto vermelho grande do campo, lagarto verde grande do campo, caracol branco grande, caracol pintado pequeno, lagartixa lisa pequena, lagartixa grande pintada, lagartixa branca (preguiçosa), giboia, sucuriú, cascavel, caninana preta do pescoço amarello, caninana pintada, jararaca-assú do mato, jararaca-assú do campo, jararaquinha (jacambeba), jararaquinha rabo d'osso, coral, bicipite, cobra verde, cobra cipó, sapo pipa, gia, sapo preto grande, sapo pintado pequeno, rã vermelha, rã amarella, rã verde, rã parda e rã branca.

Insectos das seguintes familias: – cicindelas, carochas, hydrophilos, ditiscos, staphylinos, buprestes, elatros, pirilampos, ptinos, histerellos, sylphas, nitidulas, dermestes, byrrhos, escaravelhos, tenebriões, hypophilos, estenelytros, trackelophoros, rhincophoros, xylophagos, longlãrnios, chrysomelas, coccinellas, pselaphynos, persevejos, cigarras, pulgões, cochonilhas, piolhos, saltadores, cursores, forficulas, physapodes, thysanouros, mallophagos, borboletas, hesperidas, esphinges, sesias,

zygenas, bombyces, noctuas, phalenas, pyralidas, torcedoras, traças, pterophoros, tenthredens, sirices, richneumos, cynipes, vespas, anthophilas, libellinhas e ephemerhas, plicipennios, planipennias, roedores, tipulas, crassicorneas, pulgas, moscas de rapina, mosca picante, moscas pupiparas, arachnides, escorpiões, pseudo-lacraos, solifugos, phrinos, mygales, vagabundas, sedentarias, acaros, aranhaos, minhocas, ammelides, filiformes, sustolides, sanguesugas, planarivas, trematodes, acanthocephalos, cistoides, cysticos e gasteropodes.

Peixes escamiferos e couraçados: – bagre, trahira, jahú preto, jahú amarello, cerubim, piraquara, dourado, paracanjuba branca, paracanjuba arrepiada, saipé, piau branco, piau pintado, piau preto, pirapitinga isolada, pirapitinga de cardume, piaba, lambari, pacú, matrinchã, corumatá, piampiara, piranha, camboré, cachorro, mandi-assú, mandi-mirim e tubarana.

No segundo reino da natureza encontram-se muitas plantas uteis e proveitosas que fornecem madeira para todos os generos de construcção e para a marcenaria, alem de innumerhas que produzem fructos alimentícios, resinas, oleos, gomas, aromas, tintas, cordoaria, lixas, substancias medicinaes, toxicas, textis, forragem, ornamentação e tannagem; como seão: – a copahyphera, anil, ricino, genipapeiro, mangabeira, palmeiras, fetos, musgos, sangue de Christo, alcaçús, alecrim, alfavaca, almacega, imbauva, amora, aroeira, avenca, azeda, barbatimão, baririçó, baunilha, cahinca, verbasco, caroba, carobinha, carrapicho, casca d'anta, cayapiá, centaurea, cordão de frade, cipó de chumbo, ciposumá, caapeba, canella preta, canna do matto, corumbetarú, cabelo de negro, douradinha, gritadeira, fedegoso, pão santo, pão doce, genciana, gervão, guasima, herba de bicho, herba de collegio, herba moura, herba mular, herba de passarinho, herba de pipi, herba de S. Luzia, herba de S. Maria, imburú, piuva, ipecacuanha grossa, puxuri, jaborandy, jalapão, jarrinha, jequitibá, jatobá, jubeba, japecanga, juá de sapo, lingua de vaca, ora-pro-nobis, maleiteira, bolsa de pastor, marinheiro, orelha de gato, orelha de onça, pacova, parreira brava, pereira, picão, pimenta comary, quina, quitoco, rathonhia, sapé, sassafrás, sicopira, tayuyá, tintureira vulgar, timbó, trapoeraba, vassourinha, velame, agreste, velame silvestre, mulher pobre, aroeirinha, goiabeira, joaseiro, araçáreiro, cajueiro, artucumizeiro, mate, gravatá, maracujazeiro, muricy, corriola, cabo de machado, pequizeiro, pitangueira, cagaiteira, ingazeiro, velludo, mama de cadella, guabiroleira, marmelada, melancia do campo, algodoim, paina, capim mellado, capim papuan, capim provisório, capim branco, capim verde, capim mimoso, capim polvora, capim marmelada, capim pé de gallinha, capim membeca, capim magrifa, barba de bode, tiririca, capitanga, taquara, taquary, taboca, angico branco, angico preto, angico vermelho, S. José, cedro, balsamo, gonçalo, jacaranda, taipoca, sobro, ipé rôxo, ipé amarello, canjerana, tamboril, pacary, faveira, violeta, páo de arêa, vinhatico, amoreira, páo de vinho ou vinhatico do campo, papagaio, barú, peroba, jangada, embreira branca, embreira vermelha, embiruçu, embé, vassourão, amarrellinha, ruivinha, caxoá, mucunã, maria preta, páo-terra, caparrosa, açouta-cavallo, angellim, baru, cucutirá, cabury, olandy, canafistula, porroca, carvoeiro, corticeira, imburana, gamelleira, guaiaco, cacare-catenga, jucá, laranjeira do matto, mulungú, pombo, pindaiba, paineira e pitombeira.

No terceiro reino da natureza encontram-se mineraes industriaes de construcção e medicinaes.

O ouro que foi a causa ocasional do descobrimento e fundação do Municipio, acha-se com abundancia e com igualdade em todas as partes, e especialmente nos contornos de sua sede em uma área de 16 legoas em quadro, maxime nas lavras denominadas Terras-Altas, Morro, Palmital, Varacunú, Jorge, Lavrinha, Contenda, Trez-Bicas, Cubango, Maravilha, Limoeiro, Braço de Pau, Pires, Perna de Pau, Batedor, Colonia, Alagoa e Montes Claros, assim como encontra-se no Urbano onde, segundo um roteiro escripto no Seculo passado, existe uma mina que em um só dia saciou a cobiça de Urbano do Couto, o intrépido paulista que, assentando praça de soldado aventureiro em 1722, foi um dos mais esforçados companheiros de Bartolomeo Bueno na

descoberta e exploração de Goyáz ...

Nota do autor: Manuscrito existente no Arquivo Histórico do Estado de Goiás, Goiânia
– caixa nº 2.



2 – Anexo ao Capítulo X

Carta do Professor Ramir Curado ao Autor.

Prezado amigo Paulo Bertran:

Espero que esteja tudo bem com você e com os seus.

Nas minhas pesquisas sobre a história de Corumbá de Goiás acabei por deparar com alguns registros de grande importância para a história antiga do Planalto Central que lhe envio a seguir

Os primeiros registros de batizados na capela de Santa Luzia do povoado homônimo que hoje é a cidade de Santa Luzia e que se encontram no segundo livro de batismos da Freguesia de N. S. do Rosário de Meia Ponte, hoje Pirenópolis, às folhas V- 15, 16, V- 16, 17, V- 17 foram realizados em junho de 1747 pelo Padre Luiz da Gama e Mendonça, que aparece em tais documentos como capelão dessa ermida que era então filial da Matriz de Meia Ponte. Esse sacerdote é mencionado por Joseph de Mello Álvares, em sua “História de Santa Luzia”, como sendo o primeiro presbítero da Igreja Católica a penetrar nas minas de Santa Luzia onde teria celebrado a 25 de março de 1747 a primeira santa missa nessas paragens (pr. 16 da ref. obra). São os seguintes os neófitos batizados na Capela de Santa Luzia em seus primórdios e que se encontram registrados às folhas citadas:

6/47 a 6/48

_____ **Miguel**, negro da nação Mina, adulto. Batizado a 25.6.1747 pelo Pe. Luiz da Gama e Mendonça. O neófito era escravo do Reverendo Doutor José Caetano Lobo Pereira. Foi padrinho Antônio, escravo do dito reverendo. Miguel não recebeu os santos óleos por não haver esse sacramental na capela.

_____ **Antônio**, nação Mina, adulto. Escravo do Rev. Dr. José Caetano Lobo. Foi padrinho Sylvestre, nação Mina, solteiro, escravo do dito reverendo. O Padre Luiz da Gama que o batizou não pôde ministrar-lhe os santos óleos.

_____ **José**, nação Mina, adulto. Escravo do Rev. Dr. José Caetano Lobo. Batizado a 25.6.1747 pelo Pe. Luiz da Gama (na mesma data dos dois anteriores). Foram padrinhos Thomás e Thereza, casados, escravos do dito reverendo Lobo. Não foram colocados os santos óleos.

_____ **Manoel**, nação Mina, adulto. Batizado a 25.6.1747 pelo capelão Luiz, escravo do rev. Lobo. Padrinho: Antônio, nação Mina, adulto, escravo do dito padre Lobo. Não recebeu os santos óleos.

_____ **Antônia**, nação Mina, adulta. Batizada a 15.7.1747 pelo capelão Luiz, escrava de Antônio Pereira de Souza, natural das Ilhas. Foram Padrinhos Manoel Gonçalves Valle, solteiro, natural de Portugal e Joana da Guarda, preta forra solteira. Não pôde ser ministrada a unção com os santos óleos.

_____ **Thereza**, nação Mina, adulta. Batizada a 15.7.1747 pelo capelão Luiz. Escrava do Alferes José Viegas, casado, morador no arraial de Santa Luzia. Foram padrinhos Roberto, pardo, escravo do Rev. João Gago de Oliveira e Thereza de Jesus, preta forra. Não se pôs os santos óleos por não haver.

_____ **Ignácia**, Mina (nação), adulta. Batizada a 18.9.1747 pelo capelão Luiz. Escrava de Izabel da Silva Chaves, preta forra. Foram padrinhos Luiz Ferreira, solteiro natural de Portugal e Eugênia Joachina, preta forra solteira. Não se pôs os santos óleos.

_____ **Anna**, nação Angola, digo, inocente. Batizada a 20.10.1747 pelo capelão Luiz. Filha legítima de Domingos e Maria ambos da nação Angola e escravos do Reverendo João Gago de Oliveira. Padrinhos José e Caterina da nação Mina (ambos), escravos de Manoel José de Andrade. Não foi ministrado o santo óleo por não haver esse sacramental na capela.

_____ **Francisca**, criança, escrava. Batizada a 1.1.1748 pelo capelão Luiz. Natural de Maria parda, escrava do Capitão Antônio da Costa Nunes. Foram seus padrinhos Ignácio Cardoso, solteiro, natural de São Paulo e Joana do Prado, solteira, natural da Comarca de São Paulo. Não foi colocado o santo óleo.

_____ **Manoel**, criança (livre). Batizada a 8.1.1748. Filho natural de Angela, bastarda forra. Padrinhos Manoel Peixoto Coelho e Luzia Pereira, parda forra, ambos solteiros. “Não se poz os santos óleos por não haver.”

_____ **Ignêz**, criança escrava. Batizada a 27.1.1748, filha legítima de João Guvino (?) e Thereza, Mina, escravos do Rev. Dr. José Caetano Lobo Pereira. Foram padrinhos Antônio, crioulo, e sua mulher Mariana, Mina. Não pode ser colocado o Santo óleo.

_____ **Ana**, criança, escrava, batizada a 8.3.1748, pelo capelão Luiz. Filha natural de Mariana, preta solteira, escrava de Antônio Ferreira, solteiro, natural da Bahia. Padrinhos: Sargento-Mor José Gouveia de Mesquita natural de Portugal e Ana Maria de Brito, natural de São Paulo. Não se colocou os santos óleos por não haver.

_____ **Luzia**, criança, escrava. Batizada a 1.4.1748 pelo capelão Luiz. Filha natural de Thereza, Mina, escrava de Luiz Francisco Lívio, solteiro, oriundo de Portugal. Padrinhos: Manoel Peixoto Coelho, solteiro, e Luzia Pereira, parda forra, solteira. Não pôs os santos óleos.

_____ **Francisca**, criança, escrava. Batizada a 15.5.1748, e nascida a 7.5.48. Filha natural de Antônia, Mina, escrava de Joam Gonçalves Torres. Padrinhos Capitão Manoel da Costa Torres e Eugênia Ribeira da Silva. Batizada pelo Capelão Manoel Correa de Figueirêdo (sem os santos óleos).

_____ **Antônio**, adulto, Mina. Batizado a 30.6.1748. Escravo de Antônio da Costa Moreira, natural da Ilha de São Miguel. Padrinhos Nicoláo Teixeira Pinto e Maria ???.

_____ **José**, adulto, Mina, batizado a 20.6.1748. Escravo de Antônio da Costa Moreira, natural da Ilha de São Miguel. Padrinhos: Alexandre, Mina escravo de Manoel de Souza Moreira e Maria, Mina, escrava de Rosa Maria, forra.

_____ **Felix**, adulto, Mina. Batizado a 30.6.1748. Escravo de Antônio da Costa Moreira, natural da Ilha de São Miguel. Padrinhos: Alexandre, Mina, e Magdalena, Mina, escravos de Manoel de Souza Moreira.

No que diz respeito ao povoado do Itiquira que deu origem à atual cidade de Formosa encontramos as seguintes notícias nos livros de batizados de Meia Ponte:

1750

Miguel, criança. Batizado a 12.7.1750 no Caminho do Sertão. Filho legítimo do Capitão-Mor Antônio de Brito Vanderley e de Izabel Alves Cardoso. Neto paterno de Antônio (Griela?) de Souza e Antônia de Brito, naturais da cidade da Bahia. Neta materna de José (?) e Antônia Cardoso, naturais do mesmo Bispado. Os ditos acima moradores de Itiquira, distrito desta freguesia. Padrinhos José ??? e Venância Maria de Jesus (Livro 1º, pg. 53).

_____ **Luciano**, criança. Batizado a 12.7.1750 e nascido a 20.6.1750. Filho de Gertrudes, escrava do Capitão-Mor Antônio de Brito Vanderley de pai incógnito. Padrinhos Manoel, escravo do Capitão Manoel Martins (Livro 2, pg. 32).

_____ **Quitéria**, inocente, nascida a 10.7.1750. Filha de Lúcia, escrava do Capitão Antônio de Brito Vanderley (Capitão-Mor). Padrinho Manoel Rebelo (L. 2, pg.V-32).

Vale aqui a precisão da data apontada por Olympio Jacinto em seu “Esboço Histórico de Formosa” ao situar em meados do Século XVIII o surgimento do povoado de Itiquira (obra citada pg. 19).

Por fim encontramos ainda os seguintes registros referentes à 3 Barras e ao sítio do Sobradinho nos arquivos paroquiais acima mencionados:

1747

_____ **Alexandre**, adulto, escravo do Capitão Domingos Pereira de Brito. Batizado a 3.6.1747 no sítio do Sobradinho pelo padre coadjutor ??? Padrinho Faustino Pereira e Thereza, escrava do dito Domingos Pereira (Livro 1, pg. V-148).

_____ **João**, adulto, escravo. Batizado a 6.6.1747. Escravo de Antônio Luiz. Padrinhos André e Gertrudes, escravos do mesmo Antônio Luiz. Batizado realizado por ocasião de uma desobriga nas Três Barras (Livro 1, pg. V-148).

1748

_____ **Felix**, criança, nascida a 15 de outubro de 1747. Batizado a 7.6.1748, pelo Vigário Gonçalo José da Silva Guedes. O neófito era filho natural de Bernarda, crioula, escrava de Antônio Luiz Martins (Passos?). Padrinhos Antônio Luiz e sua mulher dona Maria da Fé, moradores nas Três Barras (L. 2, pg. 14).

_____ **Mathias**, nação Mina, adulto. Batizado nas 3 Barras a 7.5.1740, pelo Padre Gonçalo. Escravo de Antônio Luiz Martins Passos. Padrinhos João, Mina, e Josepha, Angola, escravos do mesmo Antônio Luiz.

_____ **Domingos**, nação Mina, adulto. Batizado a 7.6.1748. Escravo de Antônio Luiz Martins Passos. Padrinhos Antônio, Angola, e Luiza, Mina, solteiros, escravos do mesmo Antônio Luiz, morador nas Três Barras (L. 2, pg. V- 14).

_____ **Ignácio**, nação Mina, adulto, Batizado a 7.6.1748. Escravo de Antônio Luiz Martins Passos. Padrinhos André, nação Mina e Luzia, também dessa nação, solteiros, escravos do mesmo Antônio Luiz, morador nas 3 Barras (L. 2, pg. V-14).

Quando de sua viagem até o sítio do Sobradinho e o das Três Barras, o Vigário de Meia Ponte, Gonçalo José da Silva Guedes, deve ter percorrido o Caminho dos Currais:

E foi em uma dessas desobrigas paroquiais, mais precisamente na primeira delas, que o Capitão-Mor Antônio de Brito Vanderley aparece pela primeira vez nesses registros ao batizar em sua casa o seu filho Rafael, tendo como padrinho o Coronel Domingos Gomes Biliago. Tal ato litúrgico teve a presença de sua esposa Isabel Álvares Cardoso e foi presidido pelo Pe. Manoel de Souza Soares, que residia nas Areias. Infelizmente não há uma especificação exata do local, como, por exemplo, o nome do sítio. A única pista é a data desse ato: 1ª de junho de 1742. Sete dias depois, o mesmo sacerdote batizou uma escrava de Miguel Inácio Bueno, também residente no Caminho dos Currais, e no dia 14 desse mês chegou ao sítio de Severina de Abreu Lima, onde batizou uma filha dessa mulher que era casada com João da Costa Tavares. Dois dias depois, o Pe. Soares já encontrava-se no Sítio das Areias de Gaspar Gomes da Silva. Por aí pode-se deduzir que em 1742 o Capitão-Mor Vanderley já encontrava-se nas mediações do local onde talvez já estivesse surgindo o povoado de Itiquira. Agora, o mais estranho é que, ao batizar sua filha Romana a 26.8.1743, em sua residência no caminho dos Currais, Vanderley declara ser natural não mais da Bahia e sim de Penedo, Pernambuco, enquanto que sua mulher, já agora com o nome alterado para Izabel Moraes Cardoso, se diz nascida em Santo Antônio da Manga, Pernambuco. Foram padrinhos da filha desse casal o Capitão Francisco Gomes Pereira e Antônia Cardoso. Esta nova naturalidade parece ser a verdadeira, pois é confirmada a 9.2.1745, quando o Pe. Manoel Pereira de Souza batiza a terceira filha de Vanderley e Izabel, agora com o nome mudado para Izabel Marquez Cardoso. E aqui cabe destacar uma particularidade dita por essa senhora ao declarar ser natural do rio São Francisco, Freguesia de Santo Antônio da Manga, bispado de Pernambuco, enquanto o seu esposo confirma ser natural da Freguesia de Penedo, bispado de Pernambuco. Foram os padrinhos de Polônia (assim chamava-se essa filha de Vanderley), Pedro Ferreira de Matos e Venância da Encarnação (1º livro de batizados de Meia Ponte, pgs. V-16 111, 16, V-18 111 e V-130). Nessa mesma desobriga, o Pe. Souza batizou ainda um escrava de Vanderley em sua residência que tivera como padrinhos dois escravos desse mesmo senhor. Por fim, a última aparição do Capitão Vanderley, antes dos registros de 1750 (quando pela primeira vez surge o nome de “Itiquira”) são datados de 8.8.1746, quando o Pe. Manoel Pereira de Souza “desobriga pelo caminho do sertão”, batiza uma escrava de José Pinto que tem como madrinha

uma escrava do Capitão-Mor Antônio de Brito Vanderley. Por tudo isto, pode-se concluir que o povoado de Itiquira teve como um de seus pioneiros o Capitão-Mor Antônio de Brito Vanderley e sua esposa Izabel Cardoza que ali viviam desde, pelo menos, o ano de 1742. Teria o povoado surgido nesse ano?

Termino pois, com um abraço, desejando que a sua história sobre o início da ocupação da região do Planalto possa tornar visível às novas gerações os esforços desses pioneiros na edificação da civilização que antecedeu e deu base à capital brasileira atual.

Corumbá de Goiás, 5 de junho de 1994.

Ramir Curado



3 – Anexo ao Capítulo XIV

Extrato das Sesmarias de Pirenópolis, Jaraguá e Corumbá de Goiás

São as seguintes as sesmarias de Pirenópolis, Jaraguá e Corumbá de Goiás, com requerimentos existentes no AHEG – Arquivo Histórico do Estado de Goiás:

- 1753 – **Manoel Francisco de Mesquita** – morador no Paranã – fazenda de gado vacum e cavalariagem na paragem chamada Pouso Alegre dos Gerais de Meia Ponte, comprada a Gregório da Silva *Baylão*, que dela requerera sesmaria sem citar confrontantes, pois tudo era então ...«*um sertão deserto*», mas que agora já tinha vizinhos: pelo Nascente com Pedro Francisco dos Sanctos, pelo ribeirão dos Patos e pela parte do Poente com um (ilegível) pela do Norte com Caetano Lopes em um ribeirão grande e do Sul com Domingos Francisco de Mesquita.
- 1762 – **Gaspar Correia Leite** – morador nos *Pirineos*, distrito de Meia Ponte, quer povoar uma fazenda de gado e de engenho na paragem dos *Pirineos* ... (ilegível)... que vai pela Lagoa para o rio Verde e se confrontará para o Nascente pelo mesmo caminho que vai para o rio Verde e para o Poente com o morro dos Pirineos 3 léguas de terra.*
- 1762 – **Roque da Silva Moreira** – morador no Distrito de Meia Ponte, na paragem que possui chamada as Furnas ou Sítio Alegre – confronta ao Norte com uma serra na beira do rio das Pedras; Sul com Manoel Marques; Nascente com João Moniz meia légua de terras.
- 1762 – **José Pereira Couto** – quer povoar um sítio junto a Roque da Silva Moreira na paragem das Furnas ou Sítio Alegre – confronta ao Norte com uma serra na beira do rio das Pedras; Sul com Manoel Marques; Nascente com João Moniz – meia légua de terras.
- 1764 – **Guarda-mor Antônio Nunes Teixeira** – morador nas minas de Meia Ponte – sítio de mantimentos na paragem do rio do Peixe, na qual requer matos de um e outro lado do rio – meia légua. Não cita confrontantes.
- 1764 – **Manoel Marques Arruda** – morador no distrito de Meia Ponte, distante do arraial três léguas – por compra é possuidor de um sítio na paragem das Furnas, chamado o Saco... – meia légua de terras.**
- 1765 – **Mathias Soares de Bulhões** – morador na Meia Ponte – possuidor de um sítio no ribeirão de Santa Rita por compra ao tenente-coronel Clemente da Costa Abreu (ilegível) meia légua de terras.***

* Está localizada esta área, hoje, no município de Cocalzinho-GO.

** É a terceira vez que nesta década de 1760 aparece a fazenda das Furnas. Parte dela, senão toda, foi adquirida nos anos de 1930, com capitais suíços, pelo avô do autor, Jean-Jacques Wirth, que algum tempo depois fundou, em Anápolis, a primeira grande indústria de beneficiamento de cereais do Brasil Central, com maquinário importado dos Estados Unidos e com produção exportada para a Suíça. Existem ainda, em perfeito estado, suas edificações. Jacques Wirth faleceu em abril de 1959, pobre e ressentido com a perda de seu genro mais novo, José Ferreira Barbosa, engenheiro civil, importante empresário de obras em Brasília, morto, por engano, em um atentado aeronáutico contra o presidente Juscelino Kubitschek.

*** O citado Mathias deve ser parente próximo do famoso bandeirante Francisco Soares de Bulhões. Já o tenente-coronel Clemente da Costa Abreu é, na opinião de Jarbas Jayme, o maior genearca das famílias goianas. De fato, o autor, apesar de seus três avós estrangeiros (libanês, suíço e uruguaio), conseguiu, através de sua única avó brasileira, goiana, ser primo em sétimo grau de seus próprios filhos. Na origem, costurando tão extravagante ligação, o lisboense tenente-coronel Clemente da Costa Abreu, militar de formação, fundador da Capela de Santo Antônio do rio do Peixe, falecido em Pirenópolis em 1768, com 90 anos de idade, e ali chegado no ano seguinte da fundação, em 1732. Por esse 8º avô, compomos com a 10ª geração do Planalto, somando 262 anos até o presente.

- 1765 – **Francisco Suarez de Barros** – na serra do Jaraguá junto do ribeirão do Pari confrontando com terras de Agostinho de Fróes e ribeirão abaixo com terra do padre Manoel Francisco, para o Norte com a serra e para o Sul com o Mato Grosso. Uma roça, talvez meia légua de terras.
- 1766 – **Jacinto Ribeiro da Silva** – roceiro profissional com seus escravos – na paragem onde José Rodrigues Lisboa fica vizinho, nas cabeceiras do rio Capivary, em que perto faz barra um córrego com matos devolutos – meia légua de terras.
- 1766 – **Francisco Fernandes dos Santos** – documento quase ilegível – parece ser nas cabeceiras... «do ribeirão chamado *Água Limpa...* ».
- 1767 – **Alferes Baptista José da Rocha** – morador no Jaraguá – «Mineiro de fábrica avultada» requer sesmaria na outra parte do rio das Almas, na Paragem da “Fazendinha” em “capões de matos”. Confrontantes, ao Norte, Antônio de Almeida Pais e Inácio de Almeida Pais. Ao Sul, Antônio Cabral Teixeira, Manoel Martins Galo e Francisco Gonçalves Aguiar – meia légua de terras.
- 1767 – **Manoel Ferreira da Costa** – assistente no Distrito de Meia Ponte – está de posse de uns matos no ribeirão de Rosa Maria. De uma banda parte com terras de Francisco Ferreira de Macedo, de outra com “costa nos matos”, e de outras bandas com Francisco Martins e Alexandre Monteiro de Brito – meia légua de terras.
- 1767 – **João Rodrigues Santiago** – morador no distrito de Meia Ponte – possui roças no córrego Antônio Pereira, entre duas serras, de uma banda parte com Luiz Alves Teixeira, «e da outra não ter morador, por ser realengo» – meia légua de terras.
- 1768 – **Antônio Leite da Costa** – morador no distrito de Meia Ponte no ribeirão do padre Souza, onde tem engenho e casas de vivenda – pelo Ribeirão acima, confina ao Norte com Antônio Pereira, no Poente com o Mato Grosso – tinha carta de sesmaria desde 1762, que se extraviou porém, no registro.
- 1770 – **Lourenço Garcia Paes** (?) – morador nas Congonhas distrito de Meia Ponte onde comprou a José Raposo da Silveira. Confina ao Norte com Amaro Nunes de Moraes ... (ilegível) ... Nascente com Manoel Gomes da Silva – meia légua de terras.
- 1771 – **Antônio da Costa Marques** – morador no córrego do Jaraguá, distrito de Meia Ponte – tem há muitos anos um sítio no rio dos Patos que pelo Nascente confronta com Domingos Martins e Francisco Soares de Bulhões – meia légua de terras.
- 1773 – **Miguel da Silva de Macedo** – morador no distrito de Meia Ponte, paragem do ribeirão de Santo Antônio, que da parte Sul deságua no ribeirão do padre Souza. Confina pelo Nascente com a sesmaria de Antônio Leite da Costa Pereira, pelo Poente com mato geral meia légua de terras.
- 1773 – **José da Silva Mota** (?) – morador no arraial de Meia Ponte – terras que pegavam uma banda com o rio das Almas e de outra com a estrada de Jaraguá. Legibilidade ruim.
- 1774 – **Gregório Rodrigues Lisboa** – morador nas minas de Meia Ponte – acha-se possuindo uma fazenda de criar gado e cavalos na paragem do Quilombo, distante 12 léguas do arraial, nas cabeceiras do ribeirão Geribatuba, contra vertentes do ribeirão das Antas, distando 9 léguas da fazenda desse nome – 2 léguas de terras em quadro.
- 1774 – **Antônio Gomes da Cunha** – morador do arraial de Meia Ponte – cujo sítio principia no rio Corumbá, correndo para o Caruru por um lado e por outro passa o Capivari até confinar com o sítio de Antônio Barbosa, estrada de Santa Cruz – meia légua de terras.
- 1774 – **Diogo Pires Moreira** – solicita o fundador de Corumbá uma sesmaria na barra do córrego Pedro de Moraes que deságua no Capivari, correndo pelo rio abaixo e pelo

córrego acima. Havia adquirido esse sítio a Antônio de Almeida de Moraes e a Serafim Correa de Moraes há mais de 7 anos... «no qual vive na sua velhice com doze filhos pacificamente no exercício da agricultura, em que com o suor de seu rosto e dos ditos filhos se sustentam ... » mas certo João Lemes do Prado tinha invadido a área e por isso requeria agora sua titulação. Não sabemos o que possa ter acontecido, mas o córrego Pedro de Moraes chama-se hoje córrego dos Lemes.

- 1774 – **Ignácio de Almeida Pães** – morador em uma fazenda de gado no ribeirão das Formigas junto ao rio das Almas, correndo por este abaixo até o sertão. Confronta pelo Nascente com o Anatazio Leite e pelas mais partes com sertão despovoado. 3x1 léguas.
- 1774 – **Antônio de Almeida Pães** – morador no “corgo do Jaragoá” – não tem terras e solicita matos devolutos. Confronta com o alferes Baptista José da Rocha na parte da serra do rio das Almas, e da parte de baixo com Francisco Ribeiro de Araújo e Suzana Pereira. Meia légua de terras.
- 1774 – **Manoel Pires Moreira** – morador no Careru, distrito de Meia Ponte – quer matos devolutos no rio Capivari. Confina pelo Norte com Diogo Pires Moreira na paragem do Capão... que foi de Antônio de Almeida de Moraes e pelas outras partes com terras devolutas. Meia légua de terras.
- 1774 – **Francisco Soares de Bulhões** – morador no córrego do Jaragoá – pasto da larga dos bois que costeiam seu engenho nos campos do ribeirão Sucuri. Confronta da outra parte do ribeirão, a Leste com os pastos de João Ribeiro e das mais partes com campos gerais. 1 légua de terras.
- 1775 – **Bartholomeu Bueno da Silva** – morador nas Congonhas, distrito de Meia Ponte não tem terras para a sustentação de seus escravos e sabendo que há matos devolutos requer na barra do córrego da Cotia com o Corumbá, confrontando ao Nascente com João Sardinha, ao Poente com Francisco Ferreira de Gueiro e pelas mais partes com quem de direito for. Meia légua de terras.
- 1775 – **Vicente José de S. Avima** – morador no distrito de Meia Ponte – requer terras para sustentação de seus escravos no sítio da Barra, nas cabeceiras do ribeirão do padre Souza, confrontando com João Rodrigues S. Tiago, com Antônio Moreira, com o Mato Grosso e com campos devolutos. Meia légua de terras.
- 1777 – **Domingos Moreira Ramos** – alferes de uma das companhias de ordenanças a pé do Arraial de Meia Ponte – tem roças num sítio de matos no ribeirão Currallinho por esses matos abaixo até o Corumbá, por decisão de ordem do juízo dos órfãos. Não cita confrontantes. Meia légua de terras.
- 1779 – **Francisco José de Araújo** – morador no arraial de Meia Ponte – sítio nas margens do ribeirão padre Souza, adquirido a dona Antônia Maria Ignácia de Jesus, viúva do *sargento-mór Antônio Rodrigues Frota*. Confrontantes: Nascente com Carlos Pedroso Correia; Poente com Antônio João Ignácio; Sul com Francisco Soares de Abreu; Norte com a serra. Meia légua de terras.
- 1779 – **Antônio Pereyra da Cunha** – no ribeirão padre Souza, confrontando com João Rodrigues Santiago (Nascente); Izidoro Rodrigues (Poente); Antônio Leite (Sul); com a serra (Norte). Meia légua de terras.
- 1779 – **Francisco Soares de Abreu** – crioulo forro, morador no distrito de Meia Ponte para sustentação de seu pai que se acha cego, de sua mãe e irmãos, um sítio no córrego do Mato Grosso, onde confronta pelo Sul com Ignácio José, pelo Norte com José Pires e com o tenente Roque da Silva Álvares, do Oeste com a tapera do defunto Antônio Rodrigues Frota. Meia légua de terras.

Sesmarias citadas no índice Geral de 1913 (IG), cuja documentação está hoje desaparecida:

- 1750 – **Sargento-mor José Correia de Mesquita** – sesmaria no Distrito de Meia Ponte, em especificação de situação. 3 léguas em quadra.
- 1751 – **sargento-mor Antônio Rodrigues Frota** – ao pé do morro Grande, distante 1 légua



* Antônio Rodrigues Frota e Antônio José de Campos foram os dois principais personagens da vida econômica e social de Meia Ponte, no Século XVIII. O primeiro fez construir um palácio mourisco em Pirenópolis que Burchell ainda retratou em 1829. Já Antônio José de Campos é o genearca da família planaltina dos Curado e teria possuído, segundo as tradições familiares, sete Sesmarias na região.

4 - Anexo ao Capítulo XVI

Extrato do Livro de Lançamento dos Dízimos de Santa Luzia em 1810 com o valor do imposto em 8º (oitavas) de ouro*.

Nº	DATA	SÍTIO / SITIANTE	VALOR
01	02.07 1810	Sítio da Saya Velha de Manoel Francisco Martins Aos 2 de julho de 1810, avaliamos a sua roça e achamos render da mesma cinqüenta alqueires, feijão onze, mandioca cinco... (ilegível) Bezerros doze, no que confirmamos e para constar passamos o presente por ambos assinado com a assinatura do lavrador	Recebi a 20 de dezembro de 1810 pagos em frente (três oitavas e um quarto, hum vintém). Manoel João de Oliveira Manoel Francisco Rodrigues 3/8
02		Sítio de Manoel Rodrigues Vidal, da Saya Velha Aos 2 de julho achamos render sua criação quarto de poldro = hum, quarto de poldra = huma, bezerros dois, para nos confirmarmos passamos... 1/8 e 4 vinténs de ouro	Aos 20 de julho 1/8 (1/8 de ouro)
03		Sítio da Saya Velha de Carlos Rodrigues	1/8
04	03.07 a 07.07	Sítio da Saya Velha de João José Viana Aos 3 de julho e achamos render milho 30 alqueires = quarto de uma poldra.... confirmamos e para constar passamos o presente por ambos assinado	1/8
05		Sítio do Miquita (sic) de Francisco Ribeiro de Vasconcelos Avaliamos a sua roça e achamos render da mesma 50 alqueires. Feijão 7 = arroz 314 = carro de cana 1 = bezerros () = quarto de poldra	2/8
06		Sítio do Taboleiro de D. Antonia Ribeiro de Vasconcelos Avaliamos ... milho 50 alqueires = feijão 12 alqueires = mandioca 8 = algodão 20 arrobas = carros de cana-4 = bizerros (?)	17/8
07		Sítio do Taboleiro de Pedro Pereira Dultra Avaliamos milho (?), 72 alqueires = algodão 1 arroba	1/8
08		Sítio dos Barreiros do Alferes Domingos Álvares	16/8
09		Sítio dos Barreiros de D. Anna Álvares da Costa	17/8
10		Sítio da Passagem de S. Bartolomeu de Antonio da Cunha Coutinho	5/8
11		Sítio da Caxoeirinha de D. Antonia Maria de Mendonça	3/8
12		Sítio da Cachoeirinha de Antonia Perpetua	1/8 e 3/4
13		Sítio de São Bartolomeu de João Garcez Bueno	5/8
14		Sítio de São Bartolomeu de João Vas Cardoso	1/8
15		Sítio de São Bernardo de Manoel José do Nascimento	1/8
16		Sítio de São Bernardo de Jose Eustaquio Lobam	1/8
17		Sítio do Poço Claro de Joaquim Monteiro	2/8
18		Sítio do Poço Claro de D. Tereza da Fonseca e Mello	1/8
19		Sítio das Vargens do porta bandeira Manoel Monteiro Guimarães	1/8
20	07.07 a 17.07	Sítio da Conceição de José Álvares da Costa	2/8
21		Sítio do (ilegível) de D. Quitéria de Alvarenga Lima	1/8
22		Sítio do Arruda de Francisco Xavier da Silva	1/8 e 3/4
23		(ilegível)	
24		(ilegível)	
25		Sítio do Buriti de Antonio Ribeiro da Silva	1/8
26		Sítio do Buriti de Luis Pinheiro	1/8
27		Sítio do Buriti de Manoel Ribeiro da Silva	1/8
28		Sítio de Água Clara de Joaquim da Fonseca e Mello	3/8
29		Sítio de Água Clara de Jorge da Fonseca e Mello	3/8
30		Sítio de Água Clara de Isabel da Fonseca e Mello	3/8
31		Sítio de Agua Clara de José Joaquim Rodrigues	1/8

* É de se observar que as falhas de transcrição devem-se à péssima letra do fiscal.

Nº	DATA	SÍTIO / SITIANTE	VALOR
32		Sítio de Santo Antonio de Antonio Lopes	1/8
33		Sítio de Santo Antonio de Felipe da Silva Lopes	1/8
34		Sítio do Jardim de Anselmo da Silveira Bueno	1/8
35		Sítio do Jardim de Ana Correia	1/8
36		Sítio do Buriti de Manoel Rodrigues Barbosa	1/8 e 3/4
37			
38			
39	20.07 a 29.07	Sítio de S. Joaquim de José Silveira Gomes	1/8
40		Sítio das Trombas do ajudante Antonio Miguel Camelo de Mendonça	1/8
41		Sítio do Fogo de Nicolau Brás	1/8
42		Sítio do Fogo de Manoel da Costa	1/8
43		de Joana Cipriana	1/8
44		Sítio do Roncador de Francisco de Franca e Andrade	1/8
45		Sítio do Roncador de Antonio Queirós Monteiro	1/8
46		Sítio dos Campos de Fora de Joaquim Telles Caldeira	2/8
47		Sítio dos Campos de Fora de José Cordeiro	1/8
48		Lagoa das Pedras de Ignácia Monteiro	1/8
49		S. Sebastião de Pedro Monteiro Lira	1/8
50		S. Silvestre de Leandro da Silva Rosa	1/8
51		Sítio de Santa Rita de Bartolomeu Gomes Monteiro	2/8
52		Sítio de Santa Rita de Manoel Domingues	1/8
53		Sítio da Tábua do alferes Apolinário Ribeiro dos Santos	3/8
54		Sítio do Pé do Morro de Silverio José de Souza	1/8
55		Sítio da Tábua de Manuel Dias da Silva	1/8
56		Sítio da Varginha de D. Maria Antonia da Rocha	3/8
57	29.07 a 10.08	Sítio de S. Rosa de D. Aldonça Apolinária Lopes da Silva	2/8
58		Sítio de S. Rosa de João Alvares de Souza	1/8
59		Sítio do Estrondo de Joaquim Lopes da Trindade	1/8
60		Sítio de S. Inácio de Antonio Gonçalves	1/8
61		Sítio de S. Inácio de Antonio Lopes da Trindade	7/8
62		Sítio do Macaco de Julião Lopes de Barros	1/8
63		Sítio das Araras do ajudante Antonio Jacinto Varela	2/8
64		Sítio de S. Gonçalo de Luiz Rodrigues	1/8
65		Sítio do Buraco de Mariano Pereira de Aguirre	1/8
66		Sítio do Brocotó de José Aguirre	1/8
67		Sítio do Brejinho de Florêncio Álvares	1/8
68		Sítio do Brocotó de Bernardo Pereira Cardoso	2/8
69		Sítio do Brocotó do reverendo Pe. Joaquim Silveira da Rocha	2/8
70		Sítio do Brocotó de Francisco da Rocha	1/8
71		Sítio da Piedade de Libório Correia de Bastos	1/8
72		Sítio da Piedade de Raimundo Pereira da Costa	1/8
73		Sítio da Piedade de Damião Pereira do Lago	1/8
74		Sítio da Piedade de Antonio da Silva Moreira	1/8
75		Sítio da Piedade de João Teixeira Couto	3/8
76		Sítio da Bandeirinha de Antonio Pereira de Brito	5/8
77		Sítio dos Arrependidos de Antonio da Cunha	1/8
78	12.08 a 21.08	Sítio de S. Rita de Francisco Viegas de Ataíde	2/8
79		Sítio da Boa Vista de Felisberto Jose Dias	1/8
80		Sítio da Boa Vista de Antonio dos Santos	11/8

Nº	DATA	SÍTIO / SITIANTE	VALOR
81		Sítio da Boa Vista de Simão Machado	3/8
82		Sítio do Retiro do alferes Manoel Viegas de Ataíde	2/8
83		Sítio do Retiro de Bonifácio Ferreira Dias	1/8
84		Sítio do Retiro de Ana Alvares da Conceição	1/8
85		Sítio de S. Rita de Domingos Viegas de Ataíde	5/8
86		Sítio do Mestre das Armas de Francisco Teixeira Coelho	3/8
87		Sítio do Mestre de Armas de João Francisco Antonio	1/8
88		Sítio do Mestre de Armas de José Carvalho da Cunha	1/8
89		Sítio do Mestre de Armas de Antonio Martins Cascays	2/8
90		Sítio do Mestre de Armas de Manoel Rodrigues de Abreu	5/8
91		Sítio do Mestre de Armas do alferes José Gomes Rabeio	2/8
92		Sítio do Mestre de Armas de Bernardo da Silveira	1/8
93		Sítio do Maranhão de Manoel José do Espírito Santo	1/8
94		Sítio do Maranhão de Francisco Antonio	1/8
95		Sítio do Maranhão de Antonio Ferreira	1/8
96		Sítio do Maranhão de Ignacio Francisco Lopes	1/8
97	21.08 a 3 .08	Sítio do Maranhão de Francisco da Costa	1/8
98		Sítio do Maranhão de Manoel Pires	1/8
99		Sítio do Sobradinho de José Ferreira de Abreu	1/8
100		Sítio do Sobradinho de Manoel Ferreira Gomes	1/8
101		Sítio do Sobradinho de Francisco Gomes	3/8
102		Sítio do Sobradinho de Antonio Alvares de Siqueira	4/8
103		Sítio do Buraco de Caetano dos Santos	3/8
104		Sítio do Buraco de Nicolau Soares Coelho	1/8
105		Sítio do Buraco de Cândido Soares	1/8
106		Sítio do Buraco de Joaquim Xavier de Carvalho	2/8
107		Sítio do Buraco de Manoel Ramos	1/8
108		Sítio do Buraco de Alexo José da Silva	1/8
109		Sítio do Buraco de Antonio dos Santos	1/8
110		Sítio do Buraco de Manoel da Paixão	1/8
111		Sítio (ilegível) de João Francisco de Araujo	1/8
112		Sítio de Santa Maria de Manoel Torres	1/8
113		(ilegível) de Ana Maria de S. Joaquim	3/8
114		(ilegível) de Francisco Rodrigues da Silva	1/8
115		Sítio de S. Tomázio de Floriano Monteiro Lima	2/8
116		Sítio (ilegível) de Manoel Antonio Pereira	1/8
117		Sítio Novo de Antonio da Gama e Silva	?
118		Sítio Novo de Joana da Costa Gama	1/8
119	01.09 a 09.09	Sítio do Barreiro Alto de Alexandre Moreira de Meireles	2/8
120		Sítio do Barreiro Alto de Valério Moreira de Meireles	3/8
121		Sítio do Barreiro Alto de Feliciano Barbosa	1/8
122		Sítio do Barreiro Alto de José Moreira de Meireles	1/8
123		Sítio do Sumidor de Antonio Dias de Oliveira	2/8
124		Sítio do Sumidor de Anselmo Alves Pereira	9/8
125		Sítio do Sumidor de Agostinho da Costa Moreira	1/8
126		Sítio do Sumidor de Quelemente da Silva	1/8
127		Sítio do Sumidor de Apolinário da Silva	9/8
128		Sítio do Sumidor de Antonio Alvares	1/8
129		Sítio do Sumidor de Vicente da Silva	4/8
130		Sítio do Sumidor de Anacleto Joaquim de Sousa	.1/8
131		Sítio do Sumidor de Paulino de Barros Lima	1/8

Nº	DATA	SÍTIO / SITIANTE	VALOR
132		Sítio do Sumidor dos órfãos de Joaquim de Carvalho	1/8
133		Sítio da Tapera de Pedro Martins	1/8
134		Sítio da Tapera de Davi Pereira da Silva	1/8
135		Sítio da Tapera de Ana Martins	1/8
136		Sítio da Tapera de Bernardo Martins	1/8
137		Sítio da Tapera de Severiano Pereira	1/8
138		Sítio do Pé da serra de Manoel da Rosa e Silva	5/8
139	09.09 a 18.09	Sítio Novo de Ilário Monteiro Lima	1/8
140		Sítio do Currealinho de Antonio Rodrigues do Prado	2/8
141		Sítio do Buraco de Miguel de Abreu Lima	2/8
142		Sítio do Buraco de Luzia Martins	1/8
143		Sítio do Buraco de José Pereira da Gama	1/8
144		Sítio do Buraco de Miguel Fernandes	1/8
145		Sítio de S. Joaquim de Pedro Barbosa	1/8
146		Sítio de S. Joaquim de Pedro Barbosa de Abreu	1/8
147		Sítio da Colônia de João Gonçalves Pacheco	1/8
148		Sítio dos Paulistas de José Fernandes da Silva	2/8
149		Sítio dos Paulistas de Francisco Pinto de Camargo	1/8
150		Sítio dos Paulistas de Luis Antonio Ferreira dos Santos	1/8
151		Sítio das Guarirobas de Antonio da Costa Balsemão	1/8
152		Sítio das Guarirobas de Manoel de Oliveira Leitão	1/8
153		Sítio do Capão de Joaquim da Silva Moreira	1/8
154		Sítio do Capão de José da Silva Moreira	1/8
155		Sítio do Cafundó de Bernardo Pereira de Oliveira	2/8
156		Sítio do Cafundó de Placido Alves Rabello	
157		Sítio dos Alagados de Mariana Rodrigues	1/8
158		Sítio dos Alagados de Manoel Pereira	
159		Sítio da Boa Vista de Custódio de Souza e Silva	
160		Sítio da Boa Vista de Manoel de Souza e Silva	
161	18.09 a 22.10	Sítio da Boa Vista de Custódio de Souza	1/8
162		Sítio da Boa Vista de João de Souza e Silva	1/8
163		Sítio do Passa-Tempo do alferes Francisco de Souza e Silva	1/8
164		Sítio do Descoberto de Antonio da Silva Lima	1/8
165		Sítio Albano do Couto de Antonio Rodrigues Vidal	1/8
166		Sítio da Jacobina de João de Oliveira	12/8
167		Sítio de Santo Antonio de José de Oliveira Paragana	4/8
168		Sítio de Santo Antonio de Rita de Oliveira	2/8
169		Sítio de Santo Antonio de Antonio Duarte	1/8
170		Sítio de Santo Antonio de Manoel José de Oliveira	1/8
171		Sítio de Santo Antonio de José Gonçalves	1/8
172		Sítio do Piancó de João Teles de Souza	1/8
173		Sítio do Piancó de Serafim Antonio	
174		Sítio do Piancó de Manoel do Nascimento Souza	1/8
175		Sítio do Piancó de José de Souza	1/8
176		Sítio do Piancó de Francisco Gonçalves	1/8
177		Sítio do Rio Vermelho de Pedro Alves da Silva	1/8
178		Sítio do Rio Vermelho de Joaquim Martins	1/8
179		Sítio de S. Bartolomeu de Roque Antam Martins	1/8
180	22.10 a 07.11	Sítio de S. Bartolomeu de Vitorino Gonçalves	1/8

Nº	DATA	SÍTIO / SITIANTE	VALOR
181		Sítio de S. Bartolomeu de José Alves da Silva	1/8
182		(ilegível) de Manoel José Machado	3/8
183		(ilegível) de Tereza Maria de Jesus	1/8
184		Sítio dos Topázios de Gonçalo Moreira	1/8
185		Sítio dos Topázios de Antonio da Rocha	2/8
186		Sítio do Mimoso de Domingos da Costa Brás	16/8
187		Sítio de Santana de José Soares da Cunha	2/8
188		Sítio das Araras do ajudante Manoel Joaquim Araujo	14/8
189		Sítio de Santana de Marcelo Soares	1/8
190		Sítio das Araras do reverendo vigário da vara Bonifácio da Silva Toledo	3/8
191		Sítio das Araras de D. Tereza Maria de Jesus	
192		Engenho de S. Sebastião do capitão Pascoal da Rocha Quelemente	35/8
193		Sítio das Lajes de José Esteves de Matos	2/8
194		Sítio do Capão de Florêncio Ferreira da Costa	1/8
195		Sítio do Capão de Julião Francisco Filho	1/8
196		Sítio do Capão de Manoel João de Azevedo	1/8
197		Sítio dos Olhos d'água de Tomas José Rodrigues	2/8
198		Sítio dos Olhos d'água de José Francisco	2/8
199	07.11 a 19.11	Sítio dos Olhos d'água de Francisco Pereira	2/8
200		Sítio do Sapezal de Joaquim Esteves de Mattos	2/8
201		Sítio da Sabambaya de José Pereira de Mello Franco	2/8
202		Sítio da Sabambaya de D. Rosa Maria de Santana	2/8
203		Sítio da Sabambaya de D. Josefa Monteiro Guimarães	1/8
204		Sítio da Sabambaya de Manoel dos Santos	4/8
205		Sítio da Sabambaya de Manoel de Freitas	1/8
206		Sítio da Sabambaya de Joaquim de Freitas	207
208		Sítio da Sabambaya de Manoel de Almeida	3/4
209		Sítio da Sabambaya de Francisco Ribeiro	1/8
210		Sítio dos Patos do porta bandeira Antonio de Mello Alvares	2/8
211		Sítio da Mortandade de José Carvalho Rezende	1/8
212		Sítio da Mortandade de Francisco Martins de Vasconcelos	1/8
213		(ilegível) de José Esteves de Matos	
214		Sítio dos Alagados de (ilegível) da Silva Ferreira	1/8
215		Sítio dos Alagados de Domingos dos Santos	2/8
216		Sítio dos Alagados de Lauriana Gomes	1/8
217		(ilegível) de João Bicudo Siqueira	19/8
218		Sítio do Surubim do capitão Antonio dos Reis	4/8
219		Sítio do Catalão de Luciano Ferreira de Lima	9/8
220		Sítio das Lages de João Esteves de Mattos	2/8
221			2/8
222	20.11 a 30.11	Sítio dos Alagados de Josefa (ilegível)	1/8
223		Sítio do Ribeirão dos Bagres de Manoel Batista	1/8
224		Sítio dos Alagados de José Ribeiro Furtado	2/8
225		Sítio da Boa Vista de Joaquim Pereira de Souza	1/8
226		Sítio do Bom Sucesso de Caetano Ribeiro de Vasconcelos	1/8
227		Sítio da Ponte Alta de D. Ana Maria da Silva Rocha	1/8
228		Sítio das Lages de Antonio Pereira e Souza	7/8
229		(ilegível)	
230		(ilegível)	
231		(ilegível)	
232		(ilegível)	

Nº	DATA	SÍTIO / SITIANTE	VALOR
233		Sítio Tamanduá de Benedito Francisco	1/8
234		Sítio Tamanduá de Boaventura Cardoso	2/8
235		Sítio do Saltador de Felix Antonio	2/8
236		Sítio do Saltador de Francisco de Souza Caldas	3/8
237		Sítio das Lages de José Vieira	2/8
238		Sítio das Lages de Alexandre José Paxeco	1/8
239		Sítio da Boa Vista de João Reis	1/8
240		Sítio da Água Fria de Martinho da Silva Lima	1/8
241		Sítio da Água Fria de José Vicente Lima	2/8
242		Sítio do Acaba Vida de Francisco da Costa	
243		Sítio dos Macacos de Manoel Francisco da Silva	3/8
244		Sítio dos Macacos de Boaventura José de Oliveira	2/8
245	30.11 a 08.12	Sítio dos Macacos de D. Maria Gonçalves de Carvalho	
246		Sítio dos Macacos de Amador Gomes de Freitas	2/8
247		Sítio dos Macacos de Faustino Dias de Oliveira	2/8
248		Sítio do Riacho Fundo de Gaspar Soares Coelho	1/8
249		Sítio do Riacho Fundo de Onofre Pereira dos Santos	1/8
250		Sítio do Riacho Fundo de Quelemência Pereira	1/8
251		Sítio do Riacho Fundo de Francisco Rodrigues	1/8
252		Sítio da Jacobina de Antonio Rodrigues Barbosa	1/8
253		(ilegível)	2/8
254		Sítio do Cerrado de Joaquim Pinto	1/8
255		Sítio do Cerrado de Manoel Pinto de Araujo	2/8
256		Sítio do Cerrado de Florência Pereira	1/8
257		(ilegível)	1/8
258		Sítio do Corumbá de José Joaquim Pires	1/8
259		Sítio do Corumbá de Manoel Barbosa	1/8
260		Sítio do Corumbá de José Antonio Lima	1/8
261		Sítio do Corumbá de Joaquim Correya	1/8
262		Sítio do Corumbá de Januário Gonçalves	2/8
263		Sítio do Corumbá de Simão de Bastos	2/8
264		Sítio do Corumbá de D. Maria de Oliveira	1/8
265		Sítio do Corumbá de Joaquim Gonçalves da Cruz	1/8
266		Sítio do Surucucú de Francisco Borges Tavares	1/8
267		Sítio das Pindaibas de (ilegível) da Costa	7/8
268	08.12 a 12.12	Sítio do Surucucú de Francisco Borges	2/8
269		Sítio do Surubim de Joaquim Dias de Souza	1/8
270		(ilegível) de José Antonio Criolo	1/8
271		(ilegível) de José Araujo Silva	1/8
272		Sítio da Saia Velha de Isidora Maria do Rosário	1/8
273		Sítio do Parnaguá de Bernardino da Silva Rezende Aos 10 de dezembro de 1810 avaliamos a sua roça e achamos render de milho 40 alqueires, feijão 5, arroz 10, algodão 5 arrobas, quarto de poldro 1 = no que nos conformamos	2/8 e 4/5 Aos 27 de dezembro de 1814 pagou a conta.
274		Sítio do Parnaguá de Isidoro Pereira da Costa e achamos render de milho 40 alqueires, arroz 10, feijão 5 alqueires	1/8 e 3/4
275		Sítio da Varginha do alferes Antonio Gomes Aranha	2/8
276		Sítio da Lagoinha de Tereza Maria de Jesus	1/8
277		Sítio do Sapezal de Antonio de Espínola	1/8
278		Sítio do Sapezal	1/8
279		Sítio do Sapezal de Valentim (ilegível)	1/8

Nº	DATA	SÍTIO / SITIANTE	VALOR
280		Sítio do Palmital de Januário Rodrigues Barbosa	1/8
281		Sítio do Palmital de Antonio Machado	1/8
282		Sítio do Palmital de Caetano da Rocha	1/8
283		(ilegível)	1/8
284		Engenho do capitão comandante Gabriel Fernandes Roriz	33/8
285		Rua do Rosário à Ponte - capitão José Pereira de Mello e os agregados	48/8
286		Rua à Ponte do Tijucal - capitão Francisco de Araujo Palmeira e	50/8
287		Sítio da Chapada de Isébio da Silva Campos e agregados	
288		Sítio da Jacobina de Tomás de Aquino Lima	1/8



5 - Anexo ao Capítulo XVII

Os Viajantes Pohl e Saint-Hilaire em outras regiões do Planalto.

1 - O Dr. Pohl em Paracatu:

«A região de Paracatu é pobre, despida de atrativos e conserva os vestígios que em áreas semelhantes deixa a atividade dos homens que esburacam o solo, não pelos tesouros da Natureza, mas para a extração de metais. Covas informes e montões de cascalhos desfiguram as serras situadas a oeste e a norte da cidade, nas quais corre ouro no xisto argiloso, com a diferença de que, nas do norte, é de cor dourado-amarela e nas do sul, de cor castanho-amarelada, de grão extremamente fino, quase pulverulento. No decurso dos séculos foram intensamente exploradas e esauridas. A extração é atualmente insignificante e, por falta d'água para a lavagem, limita-se à estação chuvosa. Como o Córrego Rico, nome proveniente da extinta abundância de ouro, não mais justifica essa denominação, os donos dos escravos foram obrigados a retirá-los das lavras para empregá-los no cultivo dos campos. Das antigas riquezas nada conservaram os habitantes desta cidade, a não ser a triste recordação dos chamados bons tempos. Possam estes homens compreender, com o passar do tempo, que deles depende a extração dos tesouros que o seu fertilíssimo solo encerra.

«Nesta região cultiva-se o trigo, mas é raro; por outro lado, são abundantes o milho, a mandioca, o feijão, o café, a cana-de-açúcar, as bananas, laranjas e limões, o rícino (do qual se extrai óleo para queimar); a jabuticabas, saboroso fruto *Murtus cauliflora*; o jenipapo, da *Genipa edulis*; a jaca, uma espécie de fruta-pão, da *Artocarpus integrifolia*. Esta fruta, de cerca de 45 centímetros de comprimento e 15 de largura, tem polpa rija e viscosa, ameloada, mas de um paladar que lembra a terebentina. Mais saboroso é o ananás, que tem 30 centímetros de altura e 15 de diâmetro e é tão abundante que se vendem seus frutos por dois vinténs de ouro (12 coras M. C.). A videira dá duas vezes por ano, mas infelizmente, só para as formigas, que costumam destruir as uvas. Elas são o menor, mas não o menos nocivo dos animais.

«São animais dos arredores a onça, especialmente perigosa para o gado, *Felis onça*, onça-pintada; o gato-do-mato, *Felis tigrina*; o voraz gambá, *Didelphis azarei*; o ouriço cacheiro, *Hystrix insidiosa*; a lebre-brasileira, *Lepus brasiliensis*, do tamanho do coelho e que vive isoladamente; os tatus comedores de formiga, o tatu-catinga, *Dasytus setosus*, e o tatu-verdadeiro, *Dasytus novemcinctus*; o grande devorador de formigas tamanduá-bandeira, tamandu-a-guaçu ou tamanduá-açu, *Myrmecophagajubata*, e o tamanduá-mirim, *Myrmecophaga bivitata*; o veado campeiro, *Cervus campestris*, do tamanho de nossa corça europeia, que vive em manadas; a avestruz-cinzenta-brasileira, *ema*, *Rhea americana*; o francolim, perdiz, *Tinamus refescens*, do tamanho de uma faisã, - a codorna, *Tinamus brevipes*, semelhante à nossa perdiz; seriemas, *Dicholophus cristatus*; várias espécies de papagaios e muitas pombas. Dos animais europeus, o que melhor se adapta a estes campos é o gado bovino. A sua carne é saborosa e o maior boi não custa mais de 3\$600 a 4\$000 ou 12 a 19 florins M. C. O pequeno porco brasileiro de cor preta, originário de Angola, dá o toucinho, uma das coisas mais importantes para o país. Nos campos há muitas cobras, distinguindo-se entre elas a temida e perigosa cascavel, *Crotalus horridus*. Nos rios vivem a capibava ou capivara, *Hydrocherus capibara*, que se alimenta de plantas; o tapir ou anta, *Tapirus americanus*, o maior quadrúpede do Brasil; e a lotitra, *Lutra brasiliensis*, semelhante à europeia - os peixes abundam nos grandes rios, mas são pouco pescados, por negligência dos habitantes.

2 - Saint-Hilaire entre Santo Antônio e Corumbá de Goiás:

«Além de S. Antonio dos Montes Claros continuei a percorrer uma região montanhosa, inculta e deserta, onde orlas de mattas muito estreitas bordam regatos, e onde a mesma Vellozia se mostra ainda nas duas especies de pastagens naturaes que compoem as campinas.

«Do alto de varios morros bastante elevados tive o prazer de admirar uma vista extensissima, principalmente daquelle que tem o nome de Morro da Pedra Branca, porque está coberto de fragmentos de pedras dessa côr.

«Tendo descido desse morro, atravessei logo depois um correjo que tem o nome de Ribeirão da Antinha, à margem do qual vi algumas miseraveis choupanas que cahiam em ruínas.

«A cerca de um legua desse lugar fiz alto junto a outro regato chamado ribeirão dos Macacos, que tem sua nascente a 5 leguas de lá, pouco mais ou menos, e é um dos afluentes do Rio Corumbá. Ahi, como no Ribeirão da Antinha, havia umas choças em ruína, condecoradas com o nome de Fazenda dos Macacos, e das quaes não ha hoje, provavelmente vestígios siquer. José Mariano offereceu as suas mercadorias ao dono da casa; mas foi-lhe respondido que não tinha dinheiro: a maioria dos habitantes da parochia de Santa Luzia poderia, na verdade, dar a mesma resposta.

«O proprietário de Macacos foi, ao menos, mais discreto do que o de uma outra casa em que pousei durante a viagem. Este ultimo me offereceu as suas gallinhas, papel e almoço; fez questão de me acompanhar durante um trecho do caminho: fazia-me toda especie de oferecimentos, tencionava mandar-me plantas, pelles de cobra, não sei que mais ainda. Tantas gentilezas a principio me espantaram, mas deixaram de me surprehender quando soube que este homem tivera a habilidade de comprar a José Mariano algumas mercadorias a credito. Tendo tão pouco dinheiro como o resto de seus compatriotas, tratou de pagar com gentilezas; não ouvimos falar mais delle, nem das suas plantas, nem das pelles de cobra.

«Estavamos então no mez de Junho, e em uma zona bastante alta; a noite que passamos em Macacos foi extraordinariamente fria e, ás seis horas da manhã, o thermometro não marcava mais do que 5º graus Réaumur.

«Para além de Macacos a região continua a ser montanhosa, deserta, sem gado e sem cultivo.

«A cerca de uma legua dessa pobre fazenda vi algumas choças semi-arruinadas à margem de um regato, que tem o nome de Ribeirão da Ponte Alta; em seguida, durante toda a jornada, não vi o mais leve vestigio de trabalho humano.

«A partir da fronteira até aqui as moitas de arvoredos (capões) tinham sido muito raras nos campos do que o são nos da província das Minas; além de Macacos tornam-se mais comuns, provavelmente porque as depressões onde crescem são mais numerosas, mais profundas, mais abrigadas e humidas. Tive o prazer de tornar a encontrar, nesses bosques, a elegante palmeira chamada andaiá, que já vira no começo das minhas viagens, e que descrevi alhures; esta palmeira, cujo caule, em grande parte coberto de escamas, parece dilatar-se da base ao ápice, cujas longas folhas aladas, verdes de um lado, esbranquiçadas do outro, se recurvam como um immenso pennacho, e, não apresentando sinão um dos bordos à espessura do tronco, oscillam à mais breve brisa; cujos cocos, do tamanho de maçãs, cáem em longos racimos, têm uma spatha que se assemelha a uma canôa.

«Nos outros lugares, além dos bosques a vegetação apresenta sempre a mesma alternativa, e, em grande numero de campos se mostra ainda a Vellozia arborescente que assignalei como caracterizando esses lugares elevados. Umavez só ella occupa espaços consideráveis; em outras, algumas arvores pouco desenvolvidas erguem-se de espaço a espaço no meio das hastes dessa singular monocotyledonea; alhures arvores rachiticas não lhe deixam mais do que pequeno espaço: é essa planta que, como já o

disse, estabelece a maior diferença entre os campos desse districto e os da província das Minas. Aliás, encontram-se aqui as mesmas *Qualea* que em Minas, a *Vochysia* n° 502, a *Gentianéa* n°206, tão commum em todos os campos, o *Hyptis* n° 157, a *Composta* n°453, a *Campainha* tão conhecida como purgativa, sob o nome de *velame*, o *pequi* (*Caryocar brasiliensis*, Aug. de S. Hil., Juss., Camb.), o *tamboril*, que ahi chamam *vinhatico do campo*, o *barba timão*, a *Auranciacea* n° 632, o *pacari* (*Lafoensia Pacari*, Aug. de S. Hil.), a *Acathea* n° 612, a *quina do campo* (*Strychnos pseudoquina*, Aug. de S. Hilaire, Pl. us) etc.

«A pequena distancia de Macacos atravessei um regato que desliza perfeitamente limpido sobre um leito de areia, e que chamam, por esse motivo, *Ribeirão das Areas*; é esse rio um dos afluentes do *Corumbá*, que separa a parochia de *Santa Luzia* da de *Meiaponte*. É provavel que o *Ribeirão das Areas* e os tres regatos que atravessei antes augmentem no tempo das chuvas de modo muito sensivel, e foi isso o que, sem duvida, lhe fez dar o nome de *ribeirão*.

«Como não existe uma unica choupana num espaço de 6 a 7 leguas, desde o *Ribeirão da Ponte Alta*, do qual já disse duas palavras, até a povoação de *Corumbá*, tomei partido, após uma marcha de 4 leguas, de fazer alto em um bosque, à margem de um regato, no lugar chamado *Lage*. Minhas malas foram collocadas num recinto coberto de relva e rodeado por grandes arvores; todo o tempo estava tão bonito que nem mesmo armamos os toldos para nos protegerem durante a noite.

«Não ha mais do que 3 leguas de *Lage* à povoação de *Corumbá*. onde me apeei; mas, a julgar pelo tempo que consumi no percurso, parece haver muito mais. Em geral, as leguas deste paiz são de uma extensão immensa, como succede sempre com as medidas de comprimento nas regiões desertas, onde para a coisa mais insignificante se costuma percorrer distancias consideraveis.

«Entre *Lage* e *Corumbá* a região não muda, a não ser que se vê na encosta dos morros grande numero de moitas de arvoredo. Em parte alguma vê-se um pé de milho, de arroz ou de algodão, e os arredores da povoação de *Corumbá* não parecem menos incultos do que os lugares mais afastados de toda a habitação. O caminho é tão pouco frequentado que, à margem dos regatos, o capim gordura quasi que fez desaparecer-lhe o traçado.

Saint Hilaire, *op. cit.*, pp. 39-43.

3 - O Dr. Pohl em Pirenópolis:

«Depois de Goiás, é esta localidade a maior e mais povoada desta Capitania. Manuel Roiz Tomás, um dos paulistas que descobriram esta região, fundou-a há pouco mais de um século (1731), no ponto médio das então mais importantes e produtivas lavras de ouro. Recebeu seu nome, Meia Ponte, de dois troncos de árvores que no princípio serviam de ponte sobre o regato cheio. A cidade fica entre serras derivadas dos Montes Pireneus e duas colinas banhadas pelo Rio das Almas, que deságua, bem abaixo, no Rio Maranhão. A sua maior parte ocupa uma colina em cujo sopé fica, numa praça aberta e quadrada, a Igreja Nossa Senhora do Rosário, exteriormente insignificante, porém espaçosa. A parte menor, que fica na colina oriental e termina na Igreja de Nossa Senhora do Bonfim, é atravessada por um riacho. Existem ainda no lugar várias igrejas, todas diminutas e um hospício dos Franciscanos do Santo Sepulcro de Jerusalém, habitado por um frade, que arrecada nesta capitania muitas esmolas piedosas para esta casa de caridade. Há longo tempo, porém, esta residência foi trocada pela de Traíras. Todas as ruas são retas e têm até passeios de xisto quartzífero. Das três ruas principais, uma é calçada. As casas são térreas, construídas de madeira e barro, caídas e cobertas de telhas. Não se encontram aqui vidraças nas janelas, que, mesmo na igreja, são substituídas por pano de linho esticado. A cadeia é o único edifício assobradado.

«Entre os habitantes de Meia Ponte há muitos brancos, mas a maioria é de nativos ou crioulos de raça mestiça e mulatos pobres. A população da cidade e seu distrito, segundo a lista oficial do ano de 1812, era de 6.209 almas. Os habitantes que viviam outrora de suas rendosas lavras de ouro, agora têm a fama de experimentados cultivadores de milho, mandioca, fumo, cana-de-açúcar, café e algodão (de que aqui também fazem chapéus). Plantam também trigo, que produz bem. Além disso fazem considerável comércio, favorecido pela situação da cidade no ponto de junção das estradas que conduzem a Goiás, Mato Grosso, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Classe	homens	mulheres
Branco casados	124	120
Branco solteiros	462	562
Negro casados	57	40
Negro solteiros	384	364
Mulato casados	184	200
Mulato solteiros	734	796
Escravos	1.356	926
TOTAL	3.201	3.008

«Achei as mercadorias aqui muito mais caras do que na longínqua Goiás e a estalagem, no extremo da cidade, tão mal aparelhada que tive de tomar emprestadas, do vigário do local, mesa e cadeiras para poder receber as visitas distintas. Vieram o comandante e o juiz, o próprio vigário, alguns sacerdotes e o professor remunerado de língua latina.

«A maior curiosidade mineralógica da região de Meia Ponte é um quartzito elástico. Supunha-se, antes, que essa rocha poderia ocorrer, mas a mim estava reservada a felicidade de deslindar o caso. Ela aflora a uma légua de distância da cidade, na serra, além de uma péssima ponte sobre o Rio das Almas. A referida rocha, que consiste em quartzos granuloso e talco em forma xistosa, aqui origina uma encosta saliente, de grande massa, da qual, há incontáveis séculos, pela ação do ar que enfraqueceu o quartzos de grão firme, se desprenderam lâminas de 70 a 200 centímetros de comprimento e largura e de 2,5 centímetros de espessura. Jazem dispersas e, como

conservam certo grau de elasticidade devido ao talco a que se acham ligadas, vergam-se como tábuas. Possuem maior elasticidade as lâminas de não mais de seis milímetros de espessura, mas estas são raramente encontradas. Na encosta apenas se percebem as camadas que posteriormente se desprenderão. O resto é compacto rochedo. No Apêndice tratarei pormenorizadamente desta rocha. Aqui faço ainda somente a observação de que as lâminas mais flexíveis, por serem refratárias, são utilizadas como chapas portáteis de fogão para torrar milho e farinha de mandioca. As quebradiças servem para revestir muros, calçar passeios e aposentos; as inteiramente sólidas, para pedra de amolar. Não deixei de enviar para a Europa, onde chegaram inteiras, duas das maiores, de cerca de 85 centímetros de comprimento e uns 70 de largura. Acham-se guardadas juntamente com diversas variedades, no Real e Imperial Museu do Brasil. Não menos notável é o xisto micáceo de rico teor ferruginoso que se encontra numa lavra de ouro, em Ribeirão da Cana, a noroeste da serra. Foi utilizado para a produção de aço e, por ser facilmente triturável, também se usa como areia para secar a tinta de escrever.»

J. E. Pohl, *op. cit.*, pp. 116-117.

Prefácios da Primeira Edição

Um Estudo Monumental

(José Dilermando Meireles
da Academia de Letras e Artes do Planalto)

Após a leitura completa e cuidadosa dos originais deste monumental estudo, estou seguro de que o seu autor produziu trabalho de lei, destinado a conquistar espaço próprio definitivo na estante do leitor interessado na história da ocupação do Brasil Central, especialmente da região em que Brasília foi edificada.

Cuida-se, efetivamente, de um tratado, em 18 capítulos, no qual o autor empreende completo estudo da terra, do homem e da conquista da extensa região interiorana da Pátria, escolhida para sediar a nova Capital da República.

De par com o fato histórico, Paulo Bertran, que é um laureado escritor e poeta, estudioso apaixonado das nossas coisas e da nossa gente, insere no seu livro, amenizando-lhe a leitura, a crônica das lendas e mitos da hinterlândia brasileira, a odisséia do índio, fustigada em seu habitat pela impiedosa e sangrenta luta da conquista, e a voracidade delirante dos mineradores do sertão.

A pesquisa realizada para a composição desta obra é vasta, esgotando as principais fontes bibliográficas, os arquivos, e até mesmo o que restava da tradição oral existente em torno da temática explorada.

Como afirma o autor, foram consumidos vários anos na leitura de textos e na coleta de dados, desde a Torre do Tombo, em Lisboa, à Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, aos arquivos públicos de São Paulo, Cidade de Goiás e Goiânia, às fontes documentais de Luziânia, Planaltina, Formosa e outras regiões do Planalto, fazendo deste livro uma fonte supridora completa de tudo quanto, a respeito do tema, foi escrito pelos historiadores que o precederam.

Vários fatos inéditos são trazidos a lume, como o manuscrito de Joseph de Mello Álvares, a que o autor deu a denominação de inventário natural, bem como a divulgação e identificação das primitivas propriedades rurais da região, obtidas mediante o requerimento de sesmarias, entre tantos outros.

Paulo Bertran é goiano, da cidade de Anápolis, graduado em Economia, e pós-graduado em História Econômica pela Universidade de Strasbourg, na França.

Em 1979, publicou o livro intitulado **Formação Econômica de Goiás**; em 1986, **Memória de Niquelândia**; em 1988, **Uma Introdução à História Econômica do Centro-Oeste do Brasil**, este último laureado pelo Instituto Nacional do Livro com o Prêmio Literário Nacional em 1989.

Tem vários outros trabalhos inéditos, como **Notícia Geral da Capitania de Goiás**, e um em língua francesa, intitulado **Transformations de L'Espace Economique au Brésil**.

Nos últimos anos, vem-se dedicando à pesquisa da geo-história, da geografia social e política, e da economia no Planalto Central, de que vem à luz este livro, que constitui apenas a primeira parte da grande obra concebida.

Através de demonstração sócio-econômica de grande convencimento, o autor identifica as origens da idéia de interiorização da Capital brasileira com o primeiro e mais genuíno movimento de emancipação nacional, representado pela Inconfidência Mineira.

Os colonizadores precisavam da Capital portuária, para exportação predatória de nossa riqueza, capitulação das tendências nacionalistas nascentes e manutenção do jugo externo sobre a nossa soberania.

A Inconfidência, ao contrário, como movimento de libertação e de defesa da nacionalidade, precisava de uma capital no centro territorial da pátria, para consolidação da resistência e preservação daqueles valores.

Por isso, as capitais litorâneas representavam as forças colonizadoras que nos subjugavam, ao passo que Brasília representa a força de coesão de nossa independência e de nossa soberania.

Bertran, neste precioso livro, põe em evidência muitos outros aspectos pouco estudados e pouco refletidos, de nossa história cheia de altos e baixos, fornecendo elementos para se compreender a razão de muitos fenômenos econômicos e sociais que se têm abatido sobre a nossa vida política.

Acredito muito no êxito deste livro e recomendo com real entusiasmo a sua ampla divulgação e meditada leitura.

Um Clássico para a Historiografia Brasileira

Victor Paes de Barros Leonardi
(do Departamento de História da Universidade de Brasília)

Na minha opinião, este é o melhor livro já escrito sobre o processo de ocupação das terras do Planalto Central e, quiçá, sobre a colonização sesmarial no Século XVIII. Por várias razões. Em primeiro lugar, porque este é um livro que se lê com prazer. Paulo Bertran é historiador, e bom historiador. E também é economista.

Trata o livro de Eco-História do Planalto de Altitude, e é, portanto, obra de especialista. Um ensaio rigorosamente balizado por fontes primárias, encontradas em diferentes arquivos históricos do Brasil. Mais do que isso: este livro contém citações de documentos que ainda não haviam sido comentados por ninguém, e que graças a Paulo Bertran estão sendo hoje incorporados, pela primeira vez, à historiografia brasileira.

Tudo isso junto — importância do tema, seriedade da pesquisa, originalidade das idéias — podia ter dado como resultado um livro chato, pesado, de difícil leitura. Ora, nada disso aconteceu neste caso. E esta é a primeira razão que me levou a ler com prazer esta *História da Terra e do Homem no Planalto Central*.

O livro foi muito bem escrito, sua linguagem tem qualidades literárias e seu autor consegue combinar, de forma elegante, informações e reflexões sobre temas complexos. Não por acaso Paulo Bertran, além de historiador, é também escritor, roteirista e poeta. Membro da Academia de Letras do Planalto, de diversas outras instituições culturais e professor universitário. A segunda razão que me levou a considerar este livro excelente, tem a ver com a memória dos brasilienses. Por ser formada, majoritariamente, por pessoas que vêm de outros estados brasileiros — mineiros, gaúchos, baianos, maranhenses, cariocas — a população de Brasília tem tendência a considerar sua atual cidade e nova Capital do país como cidade sem passado, ou com passado muito recente, quando comparado com o de outras regiões brasileiras, supostamente mais antigas. Esta aparente ausência de tradições seculares é, inclusive, motivo de falta de apego de muita gente em relação às terras do Distrito Federal.

A acusação de «artificialidade», muitas vezes lançada contra Brasília, também provém deste desconhecimento da história do Planalto Central. Muita gente culta ainda continua dizendo que Brasília (ou a região onde Brasília se localiza) não tem história, ou que sua história começa no Governo Kubitscheck.

Estas pessoas, depois da leitura deste livro de Paulo Bertran, nunca mais vão poder se sentir assim, como uma espécie de habitantes de um vazio cronológico, ou de vítimas de uma amputação do próprio passado, pois as páginas seguintes, de leitura fascinante, contêm centenas de informações precisas sobre o já longo passado do Gama, de Sobradinho, de Santo Antônio do Descoberto, de Planaltina, de Formosa e de Luziânia. E, inclusive, das terras onde se localiza o Plano Piloto, cuja toponímia o autor resgata de forma saborosa e por onde passava, há dois séculos, uma Estrada Real, cheia de vigilâncias. Eu, por exemplo, que trabalho e moro no campus da UnB, na Colina, fiquei muito satisfeito de saber que isto aqui, antigamente, chamava-se Chapada do Corisco.

Por terras do atual Distrito Federal circulavam homens e mercadorias, nos Séculos XVIII e XIX: tropeiros que vinham da Bahia, pela Estrada Real que passava por Formosa e seguia em direção a Cuiabá ou, então, tropeiros que vinham do Rio de Janeiro passando por Formiga e Paracatu. Cerca de duas mil caravanas de mercadores passavam pela inocência do Plano Piloto no Século XVIII. Viajantes ilustres, cientistas também passaram por aqui, no início do Século XIX. Pohl e Saint-Hilaire são os mais conhecidos. Mas, muito antes deles, ainda no Século XVII, estas terras do Planalto Central já eram percorridas — no período anterior às viagens dos Anhangüeras, pai e filho — por bandeirantes paulistas (André Fernandes e Sebastião Paes de Barros) e por criadores de gado vindos do sertão do São Francisco, ligados à Casa da Torre, dos Garcia d'Ávila baianos. Paulo Bertran mostra muito bem como a pecuária precedeu à

mineração, aqui no Planalto, ao contrário do que se pensa. Mostrando, também, como a atividade mineradora nos deixou até mesmo um mito – o Ouro do Urbano – primeiro mito brasileiro.

Estas e muitas outras idéias originais são apresentadas pelo autor, sempre com calma, num tom vagaroso e acolhedor, parecido com os ritmos sertanejos do Primeiro Século, do qual trata este livro. Até no estilo, Paulo Bertran não destoa nem comete anacronismos: lento e seguro como o ritmo das tropas e boiadas, mas, também, corajoso e ágil como André Fernandes, penetrando por territórios ainda não explorados pela historiografia, e pondo em contato, pela primeira vez, a História Ecológica e a História Cultural no Planalto Central. Seu lugar já está assegurado em qualquer bibliografia clássica relativa ao Centro Oeste brasileiro e à História do Brasil Colônia.

GLOSSÁRIO¹

- Abílio Drumond, 179, 180
Abreu Lima, 247
Academia Brasileira de Letras, III
Academia Nacional de Polícia, 83
Acoroassú, 60, 61
Acroá, 24, 32, 60
Acwa, 24
Adirson Vasconcelos, 108, 253
Aeroporto de Brasília, 160
Afonso Arinos, 104
Afonso Celso, 201
Afonso Sardinha, 40, 43, 44
Afonso VI, 55, 56
África do Sul, 16
África Ocidental, 1
África, 1, 18, 22, 45, 50, 56
Agostinho Luiz Ribeiro da Silva, 110
Agostinho Palmeira de Araújo, 170
Ágripa Vasconcelos, 179
Água Clara, 157
Água Mineral, 146
Água Quente (arraial), 80
Akué, 32
Alagados, 158
Alagoas, 16
Alberto Ortenblad, 164
Alcácer Quibir, 35
Aldair da Silveira Aires, 177
Alencastre, 80
Alexandre Affonso Velloso, 105
Alexandre de Gusmão, 231
Alexandre de Souza Machado, 164, 166
Alexandre Ribondi, 154
Alexandre Rodrigues Ferreira, 201
Alexandre Simões Vieira, 98
Alexandro Metello de Souza e Menezes, 79
Alfred Crosby, 163
Algarves, 238
Almanach de Santa Luzia, 32
Almeida, 142
Altair Sales Barbosa, 5, 16, 11, 12, 30, 33, 253
Alto Paraíso, 12, 139, 142, 168
Alto Tocantins, 175
Alvarenga Peixoto, 235
Álvares da Costa, 186
Álvares, 207, 208, 230
Alves Rabello, 156
Alves, 122
Amapá, 17
Amaral Gurgel, 42
Amaro Leite, 161
Amazonas, 30, 36, 48, 242
Amazônia, 5, 22, 24, 48, 231, 232
Ameghino, 5
América do Norte, 5, 163
América do Sul, 15, 16, 180
América, 1, 6, 24, 29, 32
Americano do Brasil (V. Antônio Americano do Brasil), 140
Américas, III, 95, 163, 234
Américo Vespúcio, 35
Amoipira, 33, 47
Amsterdã, 103
Ana Alves da Costa, 122
Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, 177, 239
Ana Primavesi, 180
Ana Sudária de Lemos Serra, 253
Anápolis, 127, 140, 167
Andes, 35, 36
Andrada, 231, 237
André de Leão, 43, 44
André Fernandes, 30, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 56, 58, 242
André Gustavo Machado Bertran, 248, 253
Andrequicé, 130
Angola, 46, 55
Angra dos Reis, 232
Anhanguera - Sênior (V. Anhanguera I)
Anhanguera Filho (V. Anhanguera II)
Anhanguera I, 176
Anhanguera II, 46, 55, 58, 59, 62, 68, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79
Anhembí (Rio), V. Tietê, 44, 49
Anicuns, 57, 59
Anta (Arraial), 78, 117
Anthony Knivet, 43, 44
Antônia Cardoso, 95
Antonil, 87, 201
Antônio Álvares de Araújo, 157, 158, 159
Antônio Alves Pereira, 127
Antônio Americano do Brasil, 49, 78, 85, 143, 144, 253
Antônio Aranha, 169
Antônio Araújo, 33, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 56
Antônio Bueno de Azevedo, 26, 91, 103, 106, 108, 125, 140, 141, 164, 166, 227, 197
Antônio Caldas Pinheiro, 253
Antônio Castanho, 57
Antônio da Conceição, 72, 73, 75
Antônio da Costa Teixeira, 218
Antônio da Cunha Sotto Mayor, 198
Antônio da Silva Caldeira Pimentel, 79
Antônio de Brito Vanderley, 94, 95
Antônio de Camargo Pimentel, 166
Antônio de Macedo, 40, 41, 43
Antônio de Oliveira Gago, 108
Antônio de Souza Telles de Menezes, IV, 135, 237, 238, 239, 240
Antônio Francisco da Silveira, 169
Antônio Francisco de Araújo, 198
Antônio Gomes da Cunha, 170
Antônio Gomes de Almeida, 155, 156
Antônio Gonçalves Pereira, 170
Antônio Guedes de Brito, 63
Antônio José de Araújo Moura, 171
Antônio Luiz de Souza Leal, 238
Antônio Luiz Lisboa, 106
Antônio Luiz Martins Passos, 95
Antônio Martins de Figueiredo, 169
Antônio Mendes Santiago, 115, 120
Antônio Nunes de Azevedo, 198
Antônio Pacheco de Aragão, 161
Antônio Pedroso de Alvarenga, 46, 49, 56
Antônio Pimentel, 106, 141, 230, 232, 241, 253

1 Exceto os Anexos ao Livro

- Antônio Pinheiro Lima, 157, 158, 159
 Antônio Pinto Gaia, 58
 Antônio Pires de Campos, 58
 Antônio Raposo, 58
 Antônio Ribeiro Leal, 164, 166
 Antônio Rodrigues do Prado, 166, 189
 Antônio Sanchez, 50
 Antônio Soares, 57, 59
 Antônio Teixeira de Carvalho, 198
 Antônio Telles, 32
 Antônio Teodoro da Silva Neiva, 30, 47, 56
 Antônio Vieira, 55, 56
 Apinajé, 32
 Aporé, 49
 Araçoiaba, 43
 Araés (minas), 130
 Araguaia (Rio, Vale), 12, 24, 29, 30, 32, 33, 43, 45, 46,
 48, 49, 50, 51, 56, 59, 65, 70, 178
 Araguaia - Tocantins, 32, 242
 Araguari, 66
 Araújo (V. Antônio Araújo)
 Araújo Mello, 123
 Araxá, 65
 Arcádia de Roma, 236
 Argentina, 158
 Ari Cunha, 146
 Aricobé, 33
 Aroaqui, 56, 58
 Arquivo da Torre do Tombo, 79
 Arquivo de São Paulo, 89, 91, 92, 98, 101, 105
 Arquivo Histórico de Goiânia ou do Estado de Goiás, 24,
 70, 119, 124, 156, 157, 159, 163, 167, 168, 185
 Arquivo Histórico do Estado de Goiás, (V. Arquivo
 Histórico de Goiânia)
 Arquivo Nacional, 130, 212, 239
 Arquivo Ultramarino de Lisboa, 59, 90, 116, 117, 233
 Arraial (Sesmaria do), 92, 111
 Arraias (Rio), 50, 139
 Arrependidos (Registro), 81, 103, 139, 140, 141, 145,
 146, 150, 159, 188, 208, 225
 Asa Norte, 83, 145
 Ásia, 1, 31
 Assíria, 31
 Associação Nacional dos Criadores de Tabapuã, 163
 Assunção (governo), 46
 Assunción, 154
 Atibaia (Rio), 66
 Atlântico, 16, 36, 235
 Atlântida, 137
 Auguste de Saint-Hilaire (V. Saint-Hilaire), 115, 207,
 208
 Augusto D'Oeynhausen de Graevenbourg, 218, 237
 Austrália, 31
 Áustria, 202, 206
 Ávila Pereira, 102
 Bahia, 16, 17, 20, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 46, 61, 62, 69,
 72, 80, 81, 82, 84, 144, 145, 146, 147, 189, 219,
 232, 236, 240
 Bambuí, 2, 139, 211
 Bambusa, 21,
 Bananal, 3, 45, 49, 50, 51, 56, 146, 151
 Bandeirinha (Sítio, Rio Serra), 51, 68 95, 96, 97, 147
 Barão de Mossâmedes, 140
 Barbacena, 202, 213, 241
 Bárbara Heliadora, 235, 239
 Bareri, 65
 Bariani Ortêncio, 176, 177
 Barra (Arraial), 77
 Barra (Cidade), 60
 Barra do Garças, 49
 Barragem do Descoberto, 191
 Barragem do Paranoá, 133
 Barreiro Alto, 121, 188
 Barreiro Grande, 157, 158
 Barreiro, 161, 166, 171, 186, 191, 198
 Barros Lima, 155
 Bartolomeu Barreiros de Ataíde, 56
 Bartolomeu Bueno da Silva - V. Anhanguera I e II
 Bartolomeu Cordovil, 176
 Basílio de Brito Malheiro do Lago, 241
 Basílio Pereira Braga, 170
 Batalhão de Voluntários Goianos, 154
 Behring, 5,
 Belchior Carneiro, 45
 Belém do Pará, 139, 141, 178, 231, 232
 Belo Horizonte, 60, 139, 243
 Benedito Sardinha Filho (Nhozinho), 253
 Bento Correia de Moraes, 164
 Bento Nicolau de Oliveira, 155
 Bento Soares de Souza, 98
 Beringel, 37
 Beritizal (Córrego), 98
 Bernardino Joaquim de Souza Machado Canabarro, 155
 Bernardo Élis, III, 18, 22, 155, 189, 253
 Bernardo Fernandes Guimarães, 81
 Bezerra (Serra), 95, 96, 157
 Biblioteca Estense de Módena, 30,
 Biblioteca Nacional de Paris, 30,
 Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 146, 181, 182,
 198, 212
 Bilreiro, 32, 45, 48, 58, 59
 Boa Vista, 187, 190
 Bodoquena, 32,
 Bom Jesus de Matosinhos, 72
 Bom Sucesso, 133, 170, 191, 223
 Bonfim, 213
 Bonfim (V. Silvânia), 113, 154, 163
 Borba Gato, 159
 Bororo, 115
 Botafogo, (Ver João Pereira de Souza Botafogo),
 Botocudo, 32,
 BR-060, 215
 Braga (Cidade), 75
 Bragança (Casa), 55
 Braguetto, 146
 Brás de Queiroz, 122
 Brasil Central, III, IV, 2, 5, 6, 19, 24, 26, 49, 59, 78, 80,
 84, 176, 232, 240
 Brasil, III, 5, 6, 15, 16, 18, 19 20, 22, 29, 30, 31, 35, 36,
 44, 45, 46, 48, 50, 55, 56, 60, 71, 79, 83, 161, 163,
 177, 188, 199, 201, 202, 203, 205, 210, 215, 216,
 218, 222, 231, 232, 240, 241, 242, 243, 248, 253
 Brasília, 1, 2, 4, 13, 18, 19, 20, 21, 24, 31, 32, 67, 70,
 83, 85, 139, 142, 144, 145, 146, 150, 151, 153, 154,
 160, 166, 177, 215, 224, 232, 233, 242, 253, 141
 Brasilinha, 13, 14, 155
 Brasis, 15,
 Brazlândia, 4, 129, 132, 133, 146, 166, 166, 173, 189,
 191, 148, 149
 Brillat - Savarin, 177
 Brocotó, 187
 Buenos Aires, 46, 158, 187
 Buraco (Fazenda), 95, 96
 Buriti Alegre, 163
 Buriti dos Alves, 190
 Buriti, 21, 187
 Buritizal, 21
 Buritizinho, 21,

Caatinga (índios), 48, 49, 56
 Cabeceiras, 187
 Cachoeira, 146
 Caesb, 85
 Caetano Alves Rodrigues Horta, 130
 Caetano Gonçalves de Bastos, 170
 Caetano Ribeiro de Vasconcelos, 191
 Caeté, 45
 Cafundó, 20, 190
 Cafuringa, 20
 Caiado, 248
 Caiapó do Pará, 22, 29
 Caiapó, 24, 32, 45, 49, 59, 63, 65, 197
 Caiapônia, 6
 Caingangue, 32
 Caldas (Ribeirão), 57
 Caldas Aulete, 188
 Caldas dos Arrepêditos, 159
 Caldas Novas, 67, 166
 Caldas Rio Piracanjuba, 170
 Caldas Tibiriçá, 119
 Caldas, 166
 Caldeira Brant, 103, 104, 105, 110
 Calhau de Lima, 242
 Califórnia, 37
 Câmara Legislativa do Distrito Federal, 161
 Camargo, 189
 Cametá, 56, 58
 Caminho de Santiago, 132
 Caminho dos Currais, 93, 95, 98
 Camões, 18, 231
 Campinho (Serra), 95, 96
 Campininha, 122
 Campo Aberto, 158, 159, 161, 187
 Campus da UnB, 145
 Canastra (Serra), 3, 47
 Canela D'Éma, 19
 Capão Comprido, 140
 Capão, 190
 Capela de S. Antônio dos Montes Claros, 214
 Capim Branco, 20
 Capim Puba (Serra, Rio), 96, 188
 Capistrano de Abreu, 48, 84
 Capitinga, 142
 Caracu, 162
 Carajá 31, 32, 33, 45, 49, 56, 65
 Carajaúna, 32, 65
 Carapitanguá, 32, 65
 Caribe, 48
 Carijó, 40
 Carinhanha - BA, 139, 147
 Cariru, 159
 Carl Friedrich Philipp Von Martius, 15, 16
 Carlos de Alarcão, 156
 Carlos Drumond de Andrade, 83
 Carlota Joaquina, 237
 Carmo Bernardes, 18
 Cartagena, 232
 Cartas Chilenas, 147
 Caruru, 158
 Carvalho da Mota, 93, 188
 Carvalho Franco (V. Francisco de Assis Carvalho Franco), 35, 42, 43, 44
 Casa da Casca, 45
 Casa da Ponte de Cora Coralina, 77, 239
 Casa da Ponte, 60, 62, 63
 Casa da Torre, 48, 60, 61, 63
 Casa de Grijó, 90, 101, 102
 Casa dos Contos, 239
 Cassiano Nunes, 253
 Catalão, 66
 Catarina de Médicis, 48
 Catarina Portes D'El Rey, 164, 166
 Catarino, 29
 Catedral, 151
 Catetinho, 9
 Cavalcante (Arraial), 97, 139, 142, 144, 168, 197
 Cavalcanti, Dr., 51
 Cavaleiros de Malta, 232
 Caxambú, 20
 Cazal, 228
 Ceará, 15, 17, 48, 60, 63, 67
 Ceilândia, 21, 67, 160, 189
 Ceilão, 55
 Célia Corsino, 9, 253
 Cemitério, 150
 Cenargen, 161
 Centenário, 144
 Centro-Oeste, III, 17, 19, 248
 Cerrado, 4, 12, 21, 24, 31, 33
 Cerrataenses, 23, 175
 Chácara de S. João Evangelista, 211, 214
 Chapada (minas), 61
 Chapada da Contagem, 145, 148
 Chapada de São Marcos, 170
 Chapada do Corisco, 146
 Chapada do Pipiripau, 4, 155
 Chapada do Visconde do Porto Seguro, 151
 Chapada dos Couros, 155
 Chapada dos Veadeiros, 12, 142, 168, 227
 Charles des Vaux, 48
 Chaveiro (mina), 99, 106
 Chegou o Governador, IV
 Chica da Silva, 95, 102
 Chico Diabo, 154
 China, 31, 161
 Cidade de Goiás, 77, 155, 156, 163, 186, 187, 213, 230
 Cidade Ocidental, 146
 Cláudio Lysias, 253
 Cláudio Manoel da Costa, 235
 Cláudio Maya, 253
 Clemente Álvares, 40
 Coca Cola, 178
 Cocá ou Cocal, 219, 228
 Cocal do Andrade, 142
 Cocalzinho de Goiás, 95, 96, 98, 99, 100, 112, 156, 157, 166, 171, 179, 191, 219, 247
 Codeplan, 96, 141, 164, 232
 Coimbra, 236
 Colemar Natal e Silva,
 Colônia de Sacramento, 231
 Colônia, 111, 189
 Colorado (Posto), 151
 Coluna Prestes, 189
 Comissão Cruls, 24, 49, 66, 67, 85, 146, 150, 217, 221, 232, 253
 Companhia de Jesus, 30, 34, 50
 Conde Castelo Melhor, 55
 Conde D'Alva (V. Luiz de Mascarenhas), 105
 Conde de Assumar, 70
 Conde de Bobadela, 235
 Conde de Oeiras, 234
 Conde de Sarzedas, 129
 Conde dos Arcos, 87
 Condes do Prado, 37
 Congonhas (Ribeirão), 98
 Congonhas do Campo, 72
 Congresso Nacional, 153

- Contagem de São Bartolomeu, 140
 Contagem de São João das Três Barras, 4, 66, 77, 83, 84, 85, 139, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 170, 173, 185, 186, 188, 197, 141
 Contagem do Pé da Serra de São João, 233
 Cora Coralina, 77, 177, 178, 239
 Coromandel, 130, 139
 Córrego Barreiro, 171
 Córrego de Santa Rita, 157
 Córrego do Acampamento, 146
 Córrego do Barreiros, 171
 Córrego do Buriti, 214
 Córrego do Cocá, 229
 Córrego do Jaraguá (Arraial), 97, 219, 222
 Córrego do Ouro Fino, 170
 Córrego do Palmital, 169
 Córrego dos Crioulos, 19
 Córrego Olho D'água, 158
 Córrego Rico, 13
 Córrego Três Barras, 149
 Correio Brasileiro, 243
 Correia de Sá, 43
 Corrente, 139
 Cortez, 43
 Corumbá (Rio, Arraial, V. Corumbá de Goiás), 24, 50, 59, 167, 169, 185, 197, 197, 218, 219, 222, 223, 224, 227, 228, 229
 Corumbá de Goiás, 96, 97, 98, 99, 100, 110, 119, 167, 176, 216, 217, 219
 Cosme de Santo André, 72
 Costa Porto, 87, 88
 Costa Torres, 115
 Couros (Arraial, V. Formosa), 20, 31, 110, 119, 120, 122, 130, 131, 139, 140, 142, 144, 147, 148, 150, 155, 157, 158, 159, 197, 210
 Couto do Vieiro, 139
 Couto Guimarães, 239
 Couto Magalhães, 22
 Cristalina, 132, 170, 192, 204, 205
 Cristóvam Buarque, III
 Cristovão Colombo, 37, 43
 Cristovão Severim de Lisboa, 56
 Crixá, 26, 34, 65
 Crixás (Fazenda, Rio, Arraial), 95, 96, 97, 147, 166, 181, 189
 Cruzeiro (minas), 112, 181
 Cubango (minas), 112
 Cubatão, 171
 Cuiabá, 98, 139, 153, 218, 232
 Cunha Mattos (V. Raimundo José), IV, 149, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 222, 224, 228, 229
 Cunha Menezes, 239
 Cunha Telles, 122
 Custodio de Souza e Silva, 198
 Custódio Pires da Costa, 116
 D'Alincourt, 162
 Dalísia Doles, 253
 Dalton dos Reis Gonçalves, 227
 Damião Pereira do Lago, 157
 Daniel de La Touche, 48
 Darell Posey, 22
 Deborah Campos, 253
 Descoberto de Santo Antônio de Montes Claros, 166, 171, 190
 Descoberto, 3, 4, 10
 Deus-me-Livre, 110
 Diamantina, 95, 110
 Diamantino (Rio), 49
 Dianópolis, 139
 Dieppe, 48
 Dilamar Cândida Martins, 13
 Dilermando Meireles, 141
 Dinair Andrade da Silva, 253
 Diogo Antônio Feijó, 213
 Diogo Bandeyra, 166
 Diogo de Quadros, 45
 Diogo de Vasconcellos, 59, 63, 68, 159
 Diogo Peres Bandeira, 164, 170
 Diogo Pires Moreira, 98, 99
 Diogo Soares, 72
 Dionísio Martins Soares, 90, 101, 102
 Distrito de Meia Ponte, 171
 Distrito de Santa Luzia, 169
 Distrito de São Bartolomeu, 96
 Distrito de Xavier, 169
 Distrito Diamantino, 101
 Distrito Federal, 1, 3, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 31, 32, 50, 51, 66, 68, 70, 77, 80, 82, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 162, 164, 166, 168, 173, 174, 175, 181, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 214, 231, 248
 DNPM, 2
 Doce (Rio), 49
 Dois Cotovelos, 90
 Dois Irmãos (Região), 98
 Dom Bosco, 129, 137
 Domenico Vandelli, 232
 Domingos da Silva Falcão, 198
 Domingos de Abreu Vieira, 236
 Domingos do Prado Oliveira, 63
 Domingos Gomes Belliagio, 94, 98
 Domingos José de Paiva, 120, 157
 Domingos Luis Grou, 40, 41, 44, 45, 49
 Domingos Pereira de Brito, 93, 95, 188
 Domingos Rodrigues Alves, 124, 155
 Domingos Rodrigues do Prado, 70, 97, 189
 Domingos Rodrigues, 42, 43, 49
 Domingos Viegas de Ataíde, 156, 158, 164, 166
 Douro, 177
 Dríades, 16
 Du Clerc, 231
 Duguay-Trouin, 231, 232
 Duhamel, 211
 Duque de Lerma, 44
 Duque de Sussex, 242
 Eco-História, 21, 31, 163, 173, 248
 Édipo, 77
 Eduardo Frieiro, 175, 241
 Egito, 31
 Élder Rocha Lima, 31, 177
 Eldorado, 35
 Elme Ribeiro Tanus, 253
 Elmer Salomão, 253
 Engenho D'água Fria, 166
 Engenho da Palma, 26, 112, 173
 Engenho de São Sebastião, 199
 Entorno, 248
 Equador, 35
 Ernesto Silva, 236
 Escola Fazendária, 160
 Espanha, 35, 46, 55, 138, 153, 154, 231
 Espírito Santo, 24, 33, 42, 44, 45, 46
 Estação Florestal Cabeça de Veado, 20
 Estado Maior do Exército, 150
 Estado Novo, 29
 Estados Unidos, 5, 163, 242
 Ester Oriente, 253

Estevam Mascate Francês, 75
 Estevam Ordonho de Sepeda, 91, 92, 155
 Estrada do Aeroporto, 150
 Estrada do Urbano, 132, 134
 Estrada Real de Minas, 208, 214
 Estrada Real do Rio de Janeiro, 139
 Estrada Real, 140, 144, 150, 197, 215, 216
 Estradas Reais, 242
 Eupana (Lagoa), 35, 40
 Eurico Teófilo Miller, 9, 10, 11, 174, 253
 Europa, 22, 154, 163, 228, 231
 Evangelino Meireles, 24
 Expedição Cruls, 22
 Fanfarrão Minésio, 146, 147
 Far-West, 163
 Faros, 212
 Fazenda Antinha, 217
 Fazenda Barreiro, 173
 Fazenda Bom Sucesso, 155
 Fazenda Curralinho, 166, 179
 Fazenda da Bandeirinha, 188
 Fazenda da Colônia, 189
 Fazenda da Guariroba, 189
 Fazenda da Jibóia, 191
 Fazenda da Laginha, 173
 Fazenda da Ponte Alta, 215
 Fazenda das Lages, 191
 Fazenda das Mamoneiras, 157
 Fazenda de Santa Rita, 173
 Fazenda de Santo Antônio, 157, 158
 Fazenda de São Bernardo, 186
 Fazenda Desterro, 166, 191
 Fazenda do Assombrado, 247
 Fazenda do Barreiro, 160
 Fazenda do Bom Fim, 159
 Fazenda do Bom Jesus, 161
 Fazenda do Bonsucesso, 157
 Fazenda do Buraco, 173
 Fazenda do Mato Seco, 248
 Fazenda do Saltador, 191
 Fazenda do Tamanduá, 191
 Fazenda dos Poções, 157
 Fazenda Estanislau, 161
 Fazenda Guariroba, 193
 Fazenda Jardim, 174, 187
 Fazenda Macacos, 217
 Fazenda Retiro do Meio, 156
 Fazenda Santa Bárbara, 160
 Fazenda Santa Rita, 155
 Fazenda Santa Tereza, 157, 187
 Fazenda Santo Antônio, 157
 Fazenda Santo Inácio, 157
 Fazenda Serandi, 160
 Fazenda Taboquinha, 160
 Fazenda Taquara, 155
 Fazenda Torto, 160
 Felisberto Caldeira Brant, 66
 Felix da Silva Gomeiro, 166
 Felix de Araújo Braga, 188
 Fercal, 3, 155, 188
 Fernando Madeira, 253
 Fernando Nogueira Soares Falcão, 169, 170
 Fernão Cardim, 201
 Fernão Dias Paes, 58, 63
 Fernão Váz Dourado, 39
 Ferreira, 240
 Ferreiro (Arraial), 78
 Ferri, 19
 Filadélfia, 242
 Filipe II, 43
 Floresta Amazônica, 9
 Fonseca e Mello, 159, 187
 Formação Econômica de Goiás, III
 Formiga, 139
 Formosa da Imperatriz, IV, 11, 12, 14, 20, 31, 50, 51, 54,
 68, 69, 70, 81, 139, 142, 144, 146, 147, 150, 151,
 157, 166, 168, 173, 187, 188, 189, 224, 253
 Formoso (Rio), 102
 Formoso de Minas, 147
 Forno de Barro, 177
 França Antártica, 48
 França, 46, 154, 211
 Francisco Álvares Pereira, 197
 Francisco Antônio Lisboa, 72
 Francisco Bicudo de Andrade, 108
 Francisco Caldeira de Castelo Branco, 48, 56
 Francisco Correia de Lima, 103, 140
 Francisco da Mota Falcão, 58
 Francisco de Araújo Palmeira, 192
 Francisco de Assis Carvalho Franco, 30, 58
 Francisco de Atouguia Bittencourt, 116, 117
 Francisco de Barros, 98
 Francisco de Carvalho Lordelo, 74
 Francisco de Paula Freire de Andrade, 235
 Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, 217
 Francisco de Souza, 35, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 83
 Francisco Dias, 157
 Francisco Gomes Pereira, 95
 Francisco Gonçalves, 124, 159
 Francisco Inácio, 163
 Francisco José da Rocha, 170
 Francisco José da Silva, 153, 154
 Francisco Lopes Buenavides, 46, 56
 Francisco Olympio de Paiva, 127
 Francisco Pereira Pinto, 169
 Francisco Pereira Rodrigues, 98
 Francisco Preto, 115
 Francisco Soares de Bulhões, 129
 Francisco Solano Lopes, 154
 Francisco Teixeira Coelho, 187
 Francisco Tossi Colombina, 232
 Francisco Velloso, 56
 Francisco Xavier Furtado de Mendonça, 232
 Franck Soudant, 19, 253
 Franz Post, 17
 Frias de Vasconcelos, 98
 Frota, 220, 221
 Fundação Educacional da Cidade de Goiás, 229
 Furriel-Mor, 140
 Gabriel da Cruz Miranda, 160, 161, 173, 186, 198
 Gabriel Fernandes Roriz, 122, 213
 Gabriel Fernandes, 192
 Gabriel Soares de Souza, 35, 40, 201
 Gaia, 1, 244
 Gama (Cidade), 3, 4, 10, 14, 66, 108, 112, 151, 160, 164,
 165, 186, 214, 215
 Ganges (Rio), 85
 Garapa, 214, 227
 Garcia D'Ávila, 48, 60, 61, 62
 Gaspar Corrêa Leite, 166
 Gaspar Duarte, 98
 Gaspar Misch, 56
 Géia, 31
 Gelmires Reis, 22, 24, 159, 189, 187, 253
 Gengis-Khan, 31
 George Prescott, 164
 Geraldo Moraes, 22, 253
 Gert Woeltje, 36

- Gilberto Freire, 16, 18
 Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles, 186, 253
 Girassol, 146, 148, 166, 171
 Glaziou, 16, 22, 24
 Goiá, 32, 43, 56, 57, 73, 77, 78, 79
 Goiânia, 6, 9, 18, 70, 122, 127, 133, 154, 177, 215, 230, 253
 Goiás Velho, 77, 146, 156
 Goiás, III, IV, 5, 6, 7, 8, 18, 24, 31, 32, 33, 40, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 55, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 65, 66, 70, 71, 77, 79, 81, 84, 139, 140, 141, 146, 147, 153, 154, 158, 162, 176, 177, 178, 179, 185, 187, 190, 199, 202, 205, 207, 210, 212, 213, 219, 222, 223, 225, 228, 233, 236, 237, 238
 Goiasés, 20, 75, 232
 Gomes Curado, 123
 Gomes de Almeida, 155
 Gomes Freire de Andrade (V. Conde de Bobadela), 105, 106, 109, 110, 197, 235
 Gomes Rabello, 110, 155, 156, 158
 Gonçalves Manoel Galvão de Lacerda, 79
 Gonçalves Veras, 56
 Gondwana, 1
 Gonzaga, 236
 Gonzalo Pizarro, 35
 Grand Dictionnaire Larousse, 188
 Grande (Rio), 47, 49, 50, 60, 66, 72
 Grão-Pará, 58, 232
 Grécia, 16
 Grou (V. Domingos Luis Grou)
 Grupamento de Fuzileiros Navais, 146
 Guaiazes, 103
 Guaicuru, 34
 Guaiá, 40, 46
 Guajará-Mirim, 56
 Gualaxo (índios), 49
 Guanabara (baía), 42
 Guanícuns, 57
 Guará, 20, 31, 160
 Guarajú, 58
 Guararapes, 16
 Guariroba, 21, 67
 Guedes de Brito, 60
 Guerra do Lopes, 154, 247
 Guerra do Paraguai, 154, 247
 Guimarães Rosa, 18
 Hamadriades, 15
 Hans Staden, 201
 Helena Wirth Chaibub, 253
 Henri Coudreau, 29, 32, 63, 65
 Henrique da Silva Moreira, 158, 162, 246, 247, 253, 248
 Henrique II, 48
 Henrique Morize, 121
 Henrique Silva, 66, 67, 144, 161, 253
 Herbert Rodrigues da Cunha, 253
 Heródotos, 104
 Hipólito José da Costa, 231, 241, 242, 243
 História da Terra e do Homem no Planalto Central, III
 História Ecológica, 248
 Hollywood, 29
 Holoceno, 19
 Homo cerratensis, 18, 248
 Honfleur, 48
 Horto Botânico, 178
 Hosannah Guimarães, 159, 162, 253
 Humberto Ludovico de Almeida Filho, 155, 253
 Huntington Library, 39
 Iabeberi (Rio), 48, 51, 51
 Ianomâmi, 36
 IBCP, 9
 Ibiá, 2
 Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, 77
 Igreja de Nossa Senhora da Conceição, 123
 Igreja do Rosário de Luziânia, 112
 Igreja do Rosário de Traíras, 83
 Igreja do Rosário, 181
 Igreja N.S. do Rosário, 79
 Iguaçu (Rio), 49
 Ilha de Malta, 232
 Ilha de Marajó, 232
 Ilha do Sol, 56
 Ilustração nos Sertões, III
 Império, 32
 Inácio Pereira dos Santos, 127
 Inconfidência Mineira, 147, 234, 238, 240
 INCRA, 190
 Independência do Brasil, 234, 237
 Índia (País), 48, 90, 156
 Indubrasil, 162
 Inês de Castro, 125
 Inglaterra, 55, 242
 Inheinguará, 56
 Inocêncio Coelho da Fonseca, 170
 Instituto Anchieta de Pesquisas, 11
 Instituto do Trópico Subúmido, 12
 Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA), 5, 6, 8
 Irapuã Costa Junior, IV
 Irecê, 60
 Irmandade de São Miguel e Almas, 115
 Irmandade do Santíssimo Sacramento, 113, 125
 Isabel Álvares Cardosa, 94
 Isabel Guedes de Brito, 60
 Isébio da Silva Campos, 193
 Isidório Pereira da Costa, 192
 Istvan Jancsó, 240
 Itaboca, 56
 Itacaiunas, 56
 Itacolomi, 228
 Itapira, 66
 Itapirapuã, 12
 Itatim, 46
 Itinga, 33, 48, 50
 Itiquira, 62
 Itumbiara, 57
 Iúna, 20, 47
 J. Villeneuve, 213
 Jacaré, 20
 Jacareí, 98
 Jacy Siqueira, 70, 178, 253
 Jaguarí-Mirim, 66
 Jaguaroba, 66
 Jaime Cortesão, 38
 Jaime Sautchuck, 192, 253
 Januária, 63
 Januário Cardoso de Almeida, 63
 Jaraguá, 70, 42, 80
 Jarbas Jayme, 78, 103, 253
 Jataí, 9
 Jatobá, 21
 Jê, 10, 18, 24, 31, 32, 33, 43, 175
 Jean François Arouet, 188
 Jenipapo (Fazenda), 102
 Jerônimo Azevedo, 98
 Jerônimo Barbosa dos Santos, 171
 Jerônimo Leitão, 40, 41
 Jesus Melo, 26
 Jibóia, 20

JK,

Joan Neuhofer, 16, 201

Joana Teixeira, 248

João Antônio dos Prazeres, 216

João Batista Nogueira, 127

João Couto, 239

João da Costa Balsemão, 170, 198

João da Costa Tavares, 95

João da Costa, 92, 93

João da Mata, 75

João da Rocha Couto, 96, 97, 119, 155, 157, 158

João de Godoi Pinto da Silveira, 115, 116, 117, 118

João de Oliveira Rodrigues Sá, 164, 169, 198

João do Couto, 92

João Fernandes de Oliveira, 95, 101, 102

João Francisco de Borja Pereira, 223

João Francisco Neto, 163, 179, 253

João Frederico Bertran, 188, 253

João Gago de Oliveira, 108

João Gomes Rabello, 156

João Gonçalves da Costa Torres, 198

João IV, 53

João Jorge Rangel, 98, 105

João José de Paiva, 120, 127

João Leite da Silva Ortiz, 72, 73, 75

João Lourenço, 157

João Manoel de Melo, 32

João Manoel de Menezes, 178, 238

João Martins de Moraes, 198

João Martins Val, 198

João Martins, 170

João Monteiro Guimarães, 158, 159

João Peixoto dos Santos, 171

João Pereira de Sousa Botafogo, 41, 42, 43, 49

João Pereira Guimarães, 26, 164, 165, 166, 169, 173, 197, 197, 198

João Ramalho, 41

João Rodrigues Abade, 98, 100

João Rodrigues de Macedo, 238

João Rodrigues Pereira, 98

João Teixeira Albernaz II, 50, 51, 52, 53

João Teixeira Álvares, 205, 208, 209, 212, 213, 229, 230

João V, 58, 78, 106, 107

João Wesley, 159

Joaquim Alves de Oliveira, 136, 223

Joaquim da Rocha Couto, 173, 198

Joaquim de Araujo Mello, 229

Joaquim Domingos Roriz, 122

Joaquim Felício dos Santos, 101

Joaquim Gilberto, 129, 130, 137

Joaquim Pereira de Castro Souto Mayor, 155, 157

Joaquim Pereira Lemos, 168

Joaquim Tomás de Aquino, 253

Joffre Mozart Parada, 140, 149

Johann Emanuel Pohl, 84, 190, 199, 222

Jorge (minas), 111

José Alberto de Souza, 160

José Álvares Maciel, 235

José Álvares, 198

José Alves de Mira, 130

José Alves Francisco Carvalho, 77

José Antônio de Castro, 169

José Antônio de Oliveira, 170

José Antônio de Souza Carneiro, 169

José Antônio Pereira, 171

José Bonifácio de Andrada e Silva, 244

José Carlos Monteiro, 169

José Carvalho de Araújo, 170

José Correa de Mesquita, 110

José da Costa Mendes, 159

José da Costa Vieira, 173, 198

José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho, IV, 89, 120, 122, 139, 141, 142, 143, 144, 146, 148, 149, 178, 185, 187, 188

José Dias Sanches, 171

José Dilermando Meireles, 106, 122, 144, 158, 164, 253

José Domingues da Rocha, 198

José Esteves de Matos, 170

José Francisco Leal, 206

José Francisco Villa Cortes, 173, 198

José Galvão Junior, 253

José Gomes Lousa, 163

José Gomes Rabello, 156, 187

José Gonçalves de Meireles, 122, 124

José Gonçalves, 157

José Hercílio Fleury Curado, 252

José Homem do Amaral, 171

José Honório Rodrigues, 212

José I, 117, 123, 237

José Mariano, 218, 226

José Monteiro Guimarães, 159, 187

José Nogueira, 170

José Pedro Cardoso de Novaes Pereira, 157

José Peixoto da Silva Braga, 32, 68, 67, 68, 69, 70, 72, 77

José Pereira de Mello, 192

José Pereira Lisboa, 102, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 125, 166, 197, 198

José Pinto, 95

José Ribeiro Costa, 198

José Ribeiro da Fonseca, 77

José Rodrigues Coimbra, 83

José Rodrigues Froes, 105

José Viegas de Ataíde, 169, 170

Joseph de Mello Alvares, V, 11, 24, 25, 26, 27, 70, 141, 181, 240, 253

Joseph Pires de Mattos, 98

Josué Camargo Mendes, 6

Jozé Gomes Bezerra, 198

Jozé Nogueira, 198

Jozé Ribeiro Costa, 197

Juiz de Fora, 139

Juliana Rochet Chaibub, 253

Julião das Neves, 189

Júlio de Brito Peixoto, 156

Júlio do Vale, 164

Jundiaí, 66, 72

Junot, 242

Juscelino Kubitschek de Oliveira, 103, 253

Justo Mancilla Vam Surck, 34

Kadiwéu, 32

Kelerson Costa, 253

L. Silveira, 3

Lacê Medeiros Breyer, 253

Lago Azul, 131, 133

Lago de Brasília, 24, 191

Lago Norte, 146

Lago Paranoá, 3, 4

Lago Sul, 81, 145, 158

Lagoa Bonita ou Mestre D'Armas, 131, 148, 158, 160

Lagoa do Salitre, 49

Lagoa Dourada, 35, 36, 39, 40, 45, 49, 242

Lagoa Feia, 50, 51, 81, 139, 141, 145, 150, 157, 158

Lagoa Formosa, 130, 131

Lamarão, 159, 186

Lasance, 3

Lázaro de Mello Álvares, 173, 198

Lázaro dos Santos, 121

Lázaro, 173
 Le Nôtre, 17
 Leda Del Caro, 253
 Leonarda Peixoto, 75
 Leonor Lemes, 98
 Leopoldina, 202
 Liana Fraiefeld, 253
 Library of the University of Yale, 51
 Lima, 204
 Limoeiro (minas), 112
 Lindolfo Louza, 163
 Lisboa, V, 49, 50, 55, 58, 79, 161, 178, 236, 242
 Londres, 242
 Lourenço Castanho, 107
 Lourenço da Rocha Pita, 90
 Lourenço Linhares, 166, 167, 171
 Lourival Lousa, 163
 Luciano Rodrigues, 186, 192
 Luciano Wirth Chaibub, 253
 Lúcio Costa, 4
 Ludovico, 230
 Luís Antônio Bastos, 1, 70
 Luís Caetano Guimarães, 166
 Luís Carlos Prestes, 248
 Luís Castanho de Almeida, 57, 59
 Luís Cerqueira Brandão, 90, 101
 Luís Correa Vianna, 159
 Luís Cruls, 1, 219
 Luís da Costa, 169
 Luís da Gama Mendonça, 108
 Luís de Mascarenhas, 48, 60, 61, 62
 Luís de Moura, 87
 Luís de Santana, 72, 76
 Luís Palacin, 84, 101, 108, 135, 253
 Luís Vieira da Silva, 235
 Luís XVI, 235
 Luiz Antônio da Silva e Sousa, 51, 55, 59, 62, 228
 Luiz Caetano de Magalhães, 164
 Luiz D'Alincourt 219
 Luís da Cunha Menezes, 84, 85, 146, 147, 148, 149, 162, 173, 231, 237
 Luís da Cunha, 151
 Luiz Eurico Moreira, 6, 7
 Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, 222
 Luiz Mascarenhas, 197
 Luiz Mendes, 164
 Luiz Pacheco, 169
 Luiz Vieira da Silva, 240, 241
 Lusitânia, 87, 177
 Luziânia (V. Santa Luzia), 24, 25, 26, 66, 67, 106, 108, 111, 112, 113, 115, 119, 122, 130, 132, 136, 137, 139, 140, 141, 145, 146, 150, 151, 158, 168, 169, 173, 181, 184, 190, 207, 213, 224, 230, 236, 240
 Lysias Rodrigues, 58, 189
 M. Medina, 1
 Macacos, 147
 Macedo, 239
 Machado de Assis, 230
 Macro Jê, 20, 24, 32, 33
 Macuchi, 36
 Madame Linch, 154
 Madri, 153, 236
 Mãe-Terra, 244, 248
 Málaca, 55
 Malagrida, 117, 237
 Malraux, 13
 Manaus, 232
 Mandu (minas), 112
 Manga (Arraial), 63
 Manoa, 37
 Manoel Antunes da Fonseca, 105, 197
 Manoel Azevedo Pinto, 96, 97, 119
 Manoel Barros Lima, 91, 92, 93, 95, 96, 154
 Manoel Brasil, 241
 Manoel Caetano Homem de Macedo, 106
 Manoel Calhamaro, 59
 Manoel Carvalho, 169
 Manoel Coelho Ferreira, 98
 Manoel D'Almeida, 95, 119
 Manoel da Costa Barroso, 157
 Manoel da Costa Torres, 169
 Manoel da Cunha Telles, 164, 166, 198
 Manoel da Cunha, 109
 Manoel da Maya, 98, 98, 119
 Manoel de Bastos Nerva (V. Nerva), 112, 114
 Manoel de Campos Bicudo, 58
 Manoel de Souza Moreira, 110
 Manoel de Souza Soares, 94, 95, 98, 100
 Manoel de Souza, 159
 Manoel Dias de Carvalho, 198
 Manoel Dias Roriz, 173, 198
 Manoel Domingos de Azevedo, 157
 Manoel Espíndola de Ataíde, 122, 157, 158
 Manoel Ferreira da Costa, 164, 166
 Manoel Ferreira, 169
 Manoel Gomes Rabello, 156
 Manoel Gomes, 176
 Manoel Gonçalves Valadares, 169
 Manoel Joaquim Pereira e Castro Souto Mayor, 92, 155
 Manoel Jorge de Carvalho, 169, 197
 Manoel José de Andrade, 110, 117
 Manoel Monteiro Guimarães, 187
 Manoel Moreira de Carvalho, 169
 Manoel Moreira, 155
 Manoel Oliveira, 75
 Manoel Pereira Braga, 170
 Manoel Pereira da Silva, 170
 Manoel Pereira Dutra, 169
 Manoel Pereira Gaia, 124
 Manoel Ribeiro da Silva, 112, 114, 197, 198
 Manoel Ribeiro Marques, 93
 Manoel Ribeiro, 140, 146
 Manoel Rodrigues Ferreira, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 56, 57, 70
 Manoel Rodrigues Thomar, 78, 79, 78, 81, 220
 Manoel Rodrigues Vidal, 160
 Manoel Rodrigues, 164, 166
 Manso (Rio), 101
 Mansões Dom Bosco, 160
 Manuel Alves Lima, 170
 Manuel Antunes Xavier Braga, 98
 Manuel Caetano, 175
 Manuel Nunes, 56
 Manuel Pereira Braga, 171
 Maranhão, 1, 4, 11, 17, 32, 48, 50, 51, 54, 58, 61, 62, 70, 80, 139, 212, 213, 222, 236
 Maravilha (minas), 112
 Marcha para o oeste, 29
 Márcio Cotrim, 253
 Márcio Jardim, 235, 240, 241
 Márcio Viana, 179, 191, 215, 253
 Marco Antônio Galvão, 174, 193, 215, 253
 Marco Aurélio Pereira, 155
 Marcolina Monteiro, 187
 Marcos da Veiga Jardim, 67
 Marcos de Azevedo, 45
 Marcos de Noronha, 233
 Margarida Andreatta, 13

Maria Alice Guimarães, 253
 Maria Carmelita, 100, 253
 Maria das Graças Cruvinel, 253
 Maria de Bastos Nerva, 114, 197
 Maria do Nascimento, 121, 157
 Maria I, 135, 237, 238
 Maria Madalena, 170
 Maria Novaes Pinto, 3, 4
 Maria Paula Costa Bertran, 253
 Maria Velha, 137
 Mariana de Portugal, 130, 132, 133
 Mariana, 120, 240
 Marilda de Godói Carvalho, 253
 Mário Castro, 67, 93, 129, 133, 136, 156, 158, 187, 253
 Mário Palmério, 18
 Marquês de Pombal, 140, 232, 234
 Marquesa de Alorna, 237
 Marquesa de Gouveia, 214
 Marqueses de Távora, 117, 237
 Martim Rodrigues Tenório de Aguiar, 45
 Martinho Coelho de Siqueira, 166, 170, 198
 Martinho de Mello e Castro, 88
 Martinho de Mendonça, 129
 Martírios (minas), 72
 Martius, 228
 Mary Karash, 184, 253
 Mata Atlântica, 16, 19
 Mateus Cardoso, 122
 Matias Barbosa da Silva, 130, 140
 Matias Cardoso, 63, 94, 104
 Mato da Lagoa, 111
 Mato Grosso do Sul, 32, 46, 154
 Mato Grosso, 18, 32, 57, 58, 84, 139, 153, 154, 162, 204, 217, 218, 219, 236, 237
 Maurício de Nassau, 16, 17
 Maximiliano de Wied - Neuwied, 162
 Meia Ponte (Arraial, V. Pirenópolis), 80, 83, 139, 148, 166, 168, 170, 171, 176, 182, 185, 188, 197, 211, 214, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 233
 Meia Ponte (Rio), 57, 59, 66, 73
 Meireles, 122
 Melchior, 10
 Mello Álvares (V. Joseph de Mello Álvares), 110, 113, 156, 182, 189
 Memória de Niquelândia
 Memorial JK, 150
 Menezes y Moraes, 253
 Menezes, 147
 Mercedes Augusto, 253
 Mesquita (Arraial), 110
 Mesquita, 196
 Mestre D'Armas (V. Planaltina), 51, 66, 67, 84, 147, 148, 155, 162, 173, 187, 188
 México, 5, 35
 Middle west, 163
 Miguel Bezerra, 98
 Miguel de Almeida Doria, 91
 Miguel Ferreira da Costa, 169
 Miguel Francisco Villa Corte, 95, 121, 157, 158
 Miguel Inácio Bueno, 95
 Miguel Ribeiro Marques, 91
 Miller, 175
 Mimoso, 192
 Minas Gerais, IV, 17, 18, 44, 45, 47, 49, 50, 55, 58, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 67, 69, 70, 77, 80, 81, 82, 139, 147, 159, 187, 212, 213, 231, 232, 240
 Minas, 140, 145, 210, 214, 221, 225, 225
 Minho, 177
 Ministério da Agricultura, 164
 Missões, 46, 49, 58
 Mogi-Guassú, 63, 72
 Monjolo, 164, 166
 Monte Alegre, 142
 Monteiro Guimarães, 159, 186, 187
 Montes Claros, 170, 215
 Montes Pireneus, 157, 215, 217, 219, 220, 227, 229
 Montesquieu, 110
 Moreira, 7
 Morgado de Grijó, 95, 101, 102
 Morrinhos (Arraial), 80, 83
 Morro Alto (V. Pireneus), 100
 Morro da Canastra, 131, 132, 133, 135
 Morro do Alecrim, 227
 Morro do Catingueiro, 144
 Morro do Chapéu, 142
 Morro do Clemente, 122
 Morro do Palmital (minas), 110, 112, 123
 Morro do Tição, 215, 227, 228, 229
 Morro dos Peixotos, 167
 Morro, 197
 Mossâmedes, 139
 Mozundó, 157
 Museu das Bandeiras, 184, 186, 187
 Museu Paulista, 13
 Náíades, 15, 16
 Napéias, 16
 Nasr Fayad Chaul, 253
 Natal, 16
 Natividade (Arraial, Vila, Cidade), 59, 139, 142, 181
 Neiva (Cirurgião-mor), 30, 176
 Nerva (V. Manoel de Bastos Nerva), 113
 New Orleans, 224
 Nicolás von Behr, 151
 Nicolau Barreto, 34, 44, 46, 49
 Nicolau Durand de Villegagnon, 48
 Nicolau Teixeira Pinto, 171
 Niemeyer, 174
 Nimuendajú, 32, 33
 Niquelândia, III, 80, 82, 154, 179
 Nordeste, 15, 40, 59, 60, 83, 161, 188
 Noronha, 237
 Nossa Senhora da Abbadia, 210
 Nossa Senhora da Boa Viagem, 75
 Nossa Senhora da Penha do Corumbá, 97, 98
 Notícia Geral da Capitania de Goiás em 180, v, 77, 146, 173, 176, 181, 182
 Nova Era, 18
 Nova Lisboa, 242, 243
 Novacap, 149
 Noya Pinto, 103
 Núcleo Bandeirante, 158, 160, 191
 Nunes Viana, 60
 Oakland University, 184
 Oceano Atlântico, 1
 Olhos D'água, 98, 161
 Olímpio Ferreira, 146
 Olimpo, 15
 Olinda Rocha Lobo, 253
 Olinda, 120, 242
 Oliveira Marques, 177
 Oliveira Mello, 104, 106, 253
 Oliveira Rolim, 235
 Oliveira, 102
 Olympio Gonzaga, 66, 253
 Olympio Jacintho, 81, 82, 144, 253
 Onça, 20
 Onofre Pereira dos Santos, 191
 Ordem de Cristo, 139

Ordonho de Sespeda, 186
 Oreádes, 16, 18, 19
 Oriente, 188
 Orléans, 208
 Orpheu de Souza Ayres, 253
 Oscar Leal, 99
 Otaviano de Paiva, 127
 Ouro (Lagoa, Rio, Serra), 22, 35, 40
 Ouro Fino, 78
 Ouro Preto, 21, 239
 Ouvidor, 223
 Pacífico, 5
 Padre Bernardo, 25, 82, 95, 98, 188
 Paes de Barros (V. Sebastião Paes de Barros)
 Pai-Pirá, 58, 59
 Pains, 5
 Paitity, 37, 40
 Paiva, 120, 127
 Palácio da Ajuda, 119, 130, 132
 Palma (Rio), 48, 60, 62
 Palmital, 111, 169, 181, 197, 198
 Pampas, 163
 Pamplona, 235
 Pangéia, 1
 Papagaio, 228
 Papuda, 25, 91, 161, 186
 Pará, 17, 22, 32, 45, 50, 55, 56, 58, 213, 242
 Paracatu (Rio, cidade), 20, 22, 29, 44, 47, 49, 50, 63, 66,
 139, 140, 141, 148, 158, 169, 197, 201, 202, 203,
 204, 208, 210, 225, 236, 253
 Paraguai, 32, 36, 46, 154, 242
 Paraíba, 16, 18
 Paraim, 147
 Paraíso Terreal, 243
 Paraíso, 168
 Parana, 24, 33, 34, 38, 44, 48, 49, 50, 51, 60, 62, 69, 70,
 71, 144, 147, 159, 162, 170, 185, 187
 Paraná-tinga, 242
 Parana-Tocantins, 242
 Paranaçuá, 61, 62
 Paranaíba, 9, 14, 49, 57, 59, 66, 67, 225
 Paranaatinga, 33, 44, 48, 50, 60, 62, 71
 Paranoá, 2, 22, 32, 46, 83, 84, 160, 191, 192
 Parati, 232
 Paraúna, 122
 Paraupava (Rio, lagoa, V. Araguaia), 30, 40, 41, 43, 45,
 46, 47, 49, 51
 Parime, 35
 Parnaguá, 191
 Parnaíba (Rio, Cidade), 42, 59
 Parque da Cidade, 150
 Parque Nacional de Brasília, 96, 149
 Pascoal da Rocha Clemente, 190
 Pascoal Paes de Araújo, 56
 Pascoal Pamplona Valadão, 111, 197
 Passatempo, 190
 Pasto do Moquem, 155
 Pastos Bons, 139
 Patos (Rio dos), 98
 Patrocínio, 128, 139
 Paul Veyne, 174
 Paulino de Barros Lima, 95
 Paulo Araújo, 253
 Paulo Bertran, III, IV, 104, 181, 237, 250
 Paulo Timm, 253
 Paxton, 17
 Pedra Branca, 11
 Pedra da Gávea, 5
 Pedra Fundamental de Brasília, 144
 Pedra Preta (Serra), 68
 Pedra, (Rio das), 98
 Pedras Brancas, 70
 Pedreira, 142
 Pedro Alvares Cabral, 35
 Pedro Calmon, 60
 Pedro César Menezes, 58
 Pedro de Alcântara, 160
 Pedro de Souza, 42
 Pedro Domingos, 50
 Pedro Ferreira de Matos, 95
 Pedro 1, 160, 202
 Pedro Inácio Schmitz, 11
 Pedro José de Alcântara, 155, 160
 Pedro Ludovico Teixeira, 230
 Pedro Monteiro da Silva, 83, 164, 166
 Pedro Rodrigues de Moraes, 122, 169
 Pedro Taques, 49, 57, 116
 Pedro Temudo de Lemos, 98, 100
 Penedo, 94
 Península dos Ministros, 145
 Pereira Braga, 110
 Pereira de Oliveira, 110
 Pereira Guimarães (V. João Pereira Guimarães), 103,
 119
 Pernambuco, 16, 40, 46, 55, 60, 61, 62, 81, 231
 Pero de Magalhães Gândavo, 201
 Perú, 35, 46, 242
 Peter Fuss, 233
 Philippe Légalité, 235
 Piencó, 190
 Piauí, 5, 12, 15, 17, 24, 32, 33, 58, 60, 61, 62, 80, 139
 Picada da Bahia, 122, 141, 148, 166
 Picada de Goiás, 104, 129, 130, 140, 202, 236
 Picada de Minas, 159
 Piedade, 187
 Pieter Nason, 17
 Pilar, 116, 182
 Pilões (Rio), 58, 59
 Pina Manique, 242
 Pindaíba, 21
 Pindorama, 16, 20, 22
 Pinhui, 47
 Pio Corrêa, 93
 Pipiripau, 22, 144, 147, 151
 Pireneus (V. Montes Pireneus), 98, 99, 100, 154, 166,
 214, 216, 228
 Pirenópolis (V. Meia Ponte), 2, 3, 78, 79, 139, 140, 141,
 146, 148, 150, 154, 167, 168, 188, 214, 219, 221,
 222, 223, 236, 253
 Pires do Rio, 66, 67, 154
 Pissarão, 98
 Pitangui, 70, 104
 Pitt, 243
 Pixuí (Ribeirão), 95
 Pizarro, 46, 44, 216, 228
 Plácido Álves Rabello, 190
 Planaltina de Goiás, 13, 188
 Planaltina-DF (V. Mestre D'Armas), 91, 93, 110, 131,
 133, 139, 144, 146, 148, 150, 155, 156, 158, 162,
 187, 224
 Planalto Central, 1, 4, 6, 13, 16, 19, 24, 25, 26, 32, 33,
 34, 41, 46, 47, 49, 50, 55, 63, 65, 66, 67, 70, 71, 77,
 78, 79, 80, 139, 140, 142, 146, 153, 154, 158, 161,
 164, 168, 184, 185, 189, 190, 202, 204, 208, 212,
 224, 226, 227, 230, 231, 233, 243, 247, 248, 253
 Planeta, 1
 Plano Piloto, 2, 3, 4, 22, 66, 82, 139, 146, 149, 150, 155,
 157, 160

- Pleistoceno, 19
- Poço Claro, 159, 186
- Pohl (V. Johann Emannuel Pohl), 184, 192, 199, 204, 205, 208, 212, 212, 214, 215, 218, 219, 223, 228, 229
- Pombal, 237
- Pompeu Christovam de Pina, 224, 253
- Pontal, 142
- Ponte Alta, 9, 10, 98, 140, 164, 166, 169
- Ponte do Bragueto, 146, 151
- Ponte do Telles, 239
- Ponte do Tijucal, 192
- Ponte, 158
- Poqui, 54
- Poquiquara, 54
- Porangatu - GO, 161
- Portelândia, 49
- Porto Belo, 242
- Porto Nacional-To, 32, 58, 60, 142
- Portugal, 18, 36, 41, 43, 46, 50, 55, 56, 72, 81, 83, 154, 159, 161, 176, 177, 212, 228, 231, 232, 237, 238, 241
- Posse (Mun.), 102
- Posto Colorado, 82, 83, 145, 150
- Pouso Alto, 227
- Prata (Rio, Vale), 30, 36, 46, 49, 51
- Pratinga, 242
- Preto (Rio), 1, 20, 22, 33, 47, 48, 50, 58, 68
- Projeto Anhanguera de Arqueologia, 5, 13
- Prospec S/A, 3
- Província de Goiás, 212
- QL's 20 e 22 do Lago Sul, 160
- QL's 24 a 28 do Lago Sul, 160
- Quadrilátero Cruls, 1, 3, 20, 148, 248
- Quilombo, 19, 20
- Quirixá, 32, 65, 70, 75
- Raimundo José da Cunha Mattos (V. Cunha Mattos), 212, 214
- Ramalho (Barão), 120
- Ramir Curado, 93, 95, 99, 100, 108, 188, 253
- Rancho do Trigo, 92
- Raymundo de Meyreles Freyre, 157
- Recanto das Emas, 9, 20
- Região dos Castelhanos, 153
- Régio Extra Tropica et Calida Sicca, 15
- Regio Montano - Campestris, 16
- Registro de Arrependidos, 213, 225
- Registro de Mathias Barbosa, 225
- Registro de Santa Maria, 139, 145, 147
- Registro, 208
- Rego da Saia da Velha, 181
- Reguengo da Lagoa, 139
- Reguengo, 139
- Rei Pequeno, 154
- Reino de Portugal, 153
- Relatório Belcher, 145
- Relatório Cruls, 24
- Renato Castelo, 253
- República Tcheca, 202
- República Velha, 163
- Resende, 192
- Retirada da Laguna, 154
- Retiro do Meio, 158
- Riacho das Almécegas, 157
- Riacho Frio, 91, 103, 141, 225, 226, 227
- Riacho Fundo, 158, 160, 191
- Ribeira do Paranã, 157
- Ribeira Pratinga, 242
- Ribeirão Alagados, 112, 164, 165, 187, 191, 214
- Ribeirão da Antinha, 191, 216
- Ribeirão da Bezerra, 155, 157
- Ribeirão da Contagem, 173
- Ribeirão da Forquilha, 157, 158
- Ribeirão da Lagoa Formosa, 155
- Ribeirão da Palma, 133
- Ribeirão da Ponte Alta, 164, 214
- Ribeirão das Antas, 167
- Ribeirão de Santa Luzia, 170, 198
- Ribeirão de Santa Rita, 156
- Ribeirão de Vicente Pires, 145
- Ribeirão Descoberto, 170
- Ribeirão do Galinheiro, 113
- Ribeirão do Gama, 140, 145, 146
- Ribeirão do Inferno, 111, 123, 158, 164
- Ribeirão do Mesquita, 169
- Ribeirão do Mestre D'Armas 144
- Ribeirão do Pamplona, 197
- Ribeirão do Salobro, 157
- Ribeirão do Torto, 149
- Ribeirão dos Angicos, 170
- Ribeirão dos Macacos, 157, 171
- Ribeirão Engenho das Lages, 214
- Ribeirão Estanislau, 155
- Ribeirão Gama, 145
- Ribeirão Jacaré, 156, 158
- Ribeirão Mesquita, 161
- Ribeirão Mestre D'Armas 140, 151, 155, 156
- Ribeirão Padre Souza, 167
- Ribeirão Pichuá, 171
- Ribeirão Pipiripau, 147
- Ribeirão Saia Velha, 156, 158
- Ribeirão Santa Rita, 157
- Ribeirão Santana, 161
- Ribeirão São Bernardo, 159
- Ribeirão Sobradinho, 151
- Ribeirão Tigre, 155
- Ribeirão, 171, 198
- Richard Burton, 201
- Rincón, 158
- Rio Amazonas, 231
- Rio Areias, 140, 150, 171
- Rio Bezerra, 187
- Rio Cachoeirinha, 186
- Rio Capivari, 167
- Rio Claro, 110, 129
- Rio Corumbá, 1010, 140, 146, 148, 153, 170, 216, 217, 227, 228
- Rio da Ponta Alta, 140
- Rio da Prata, 231, 242
- Rio das Almas, 167, 219, 220, 221
- Rio das Contas, 147
- Rio das Mortes, 71, 104
- Rio de Janeiro, IV, 5, 16, 24, 33, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 82, 84, 139, 140, 207, 211, 212, 213, 219, 224, 225, 231, 232, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 241, 242, 243
- Rio de Santo Antônio dos Montes Claros (V. Rio Descoberto), 216
- Rio Descoberto, 111, 148, 171, 214, 217
- Rio Despenhado (V. Descoberto), 110, 114
- Rio Doce, 243
- Rio Grande do S. Pedro, 60, 61
- Rio Grande do Sul, 46
- Rio Grande, 216
- Rio Guaporé, 139
- Rio Itinga, 242
- Rio Jardim, 155, 159
- Rio Macacos, 140, 157, 166, 192, 217

- Rio Maranhão, 153, 155
Rio Monteiro, 151
Rio Negro, 232
Rio Palmital (V. Palmital), 108, 110, 111, 140, 166, 147
Rio Pamplona, 111
Rio Pilões, 110, 129, 130, 135
Rio Piracanjuba, 166, 170
Rio Ponte Alta, 174
Rio Preto, 119, 120, 126, 130, 140, 156, 157, 158, 159, 160, 187, 197
Rio São Bartolomeu da Contagem, 173
Rio São Bartolomeu, 155, 160, 186, 197
Rio São Francisco, 139, 163, 179, 243
Rio São Marcos, 140, 166, 169
Rio Verde, 6, 63, 166, 189
Rio Vermelho, 108, 112, 119, 151, 170, 176, 178
Robert Southey, 232
Roça da Coxaria, 169
Rocha Couto, 122, 156, 158
Rocha Pombo, 58
Rodeador, 147, 148
Rodovia DF, 192, 215
Rodrigo Cesar de Menezes, 72, 73, 77
Rodrigo de Castelo Branco, 65
Rodrigues Frois, 106, 112
Roland Stevenson, 38
Roma, 87
Rômulo Andrade, 21, 25, 26, 69
Rômulo Gonçalves, 253
Rondônia, 17
Roque Antão Maciel, 170
Roraima, 36
Roriz (V. Fernandes Roriz), 122
Roselis Von Sass, 137
Roteiro do Urbano, 119, 129, 130, 136, 155
Ruão, 48
Rubens de Mendonça, 218
Rugendas, 93, 94
Rui Barbosa, 154
Rui Faquini, 23, 68, 129, 130, 132, 136, 149, 175, 253
Saara, 15
Sabará, 105
Sabarabuçu, 35, 40, 42, 43, 45
Saia Velha (V. Rego), 112, 113, 114, 123, 133, 164, 166, 186
Saint-Hilaire (V. Auguste de), IV, 184, 203, 208, 212, 213, 214, 215, 218, 219, 225, 227, 229
Salamanca, 236
Saldanha da Gama, 60
Salgado (Sítio), 60
Salitre do Chile, 50
Salto do Itiquira, 121
Salvador Cardoso de Oliveira, 63
Salvador Correia de Sá e Benavides, 55
Salvador, 30, 60, 62, 70, 81, 139, 146, 231, 232, 233, 240, 242
Salviano Guimarães, 161, 163, 253
Salviano Guimarães, o Moço, 161
Salviano Guimarães, o Velho, 162
Samambaia, 3, 21, 189
San Marino, 37
Santa Bárbara, 186
Santa Catarina, 32, 40
Santa Clara (Fazenda), 102
Santa Cruz (Arraial), 78
Santa Cruz (V. Santa Cruz de Goiás), 169
Santa Cruz das Palmeiras, 66
Santa Cruz de Goiás, 122, 148, 197, 213
Santa Luzia (Arraial, V. Luziânia), 26, 51, 83, 103, 104, 106, 108, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 122, 123, 125, 130, 135, 140, 141, 144, 148, 150, 153, 155, 156, 160, 165, 166, 169, 170, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 197, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 216, 213, 225, 227, 230, 233, 240, 253
Santa Maria do Belém do Grão Pará, 141
Santa Maria, 81, 111, 158, 164, 165, 166, 170
Santa Rita (Arraial), 78
Santa Rita do Paranã, 157
Santa Rita, 101, 119, 121, 157, 158
Santana (Arraial), 58
Santana (Arraial, V. Paracatu,), 113
Santiago (V. Antônio Mendes Santiago), 122
Santo Amaro, 98
Santo Antônio (Sesmaria), 91
Santo Antônio da Papuda (Fazenda), 91
Santo Antônio do Campo do Maranhão, 80, 97
Santo Antônio do Descoberto dos Montes Claros, 25, 140, 146, 166, 168, 170, 192, 214, 215, 216, 217
Santo Antônio dos Guimarães (Fazenda), 91
Santo Antônio dos Montes Claros (V. Santo Antônio do Descoberto), 140, 170, 197, 210
Santo Antônio, 160, 205
Santo Estevão, 101
Santo Ignácio, 157
Santo Inácio, 122
Santos (Cidade), 108, 232
São Bartolomeu, 1, 3, 22, 68, 155, 158, 159, 161, 169, 186, 190, 197, 226
São Bento, 159
São Domingos, 98, 142
São Felix (Arraial), 124, 142, 168, 60, 61, 62
São Francisco (V. Rio São Francisco), 15, 26, 30, 32, 33, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 50, 51, 58, 60, 61, 62, 63, 80, 81, 82, 147, 161, 225
São Gabriel de Goiás, 142
São João (Rio), 80
São João D'Aliança, 142
São João D'El Rei, 202, 211, 236, 241
São João das Três Barras, 81, 139, 140, 147, 148
São João Evangelista, 207
São José do Rio Preto, 164
São José do Tocantins (Arraial), III, 80
São Luís (Arraial), 560, 62, 139, 232
São Luiz do Maranhão, 48
São Marcos (Registro), 82
São Marcos (Rio), 50, 103, 140, 148, 197, 204, 213
São Paulo, 16, 17, 30, 32, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 55, 57, 58, 59, 60, 65, 66, 70, 72, 73, 77, 78, 80, 81, 83, 139, 177, 212, 219, 232, 236, 237, 240
São Pedro, 205
São Romão-MG, 26, 63, 139, 144, 159
São Sebastião, 190, 192
São Tomás (Fazenda), 102
São Tomé da África, 212
São Tomé, 5
Sardinha de Siqueira, 123
Sarzedas (Conde de), 79, 80
Sebastião da Rocha Pita, 90, 201
Sebastião da Silva Moreira, 166, 170
Sebastião José da Silva, 170
Sebastião José de Carvalho, 234
Sebastião Marinho, 40, 43
Sebastião Mendes de Carvalho, 61, 62
Sebastião Paes de Barros, 32, 57, 58, 59, 60
Serafim Camelo de Mendonça, 1560, 161
Serra da Mantiqueira, 236
Serra das Araras, 107

Serra das Caldas, 170
 Serra de Cristalina, 79
 Serra de Miguel Inácio, 166
 Serra de São João, 85
 Serra do Bisnau, 144
 Serra do Caraça, 228
 Serra do Corumbá, 214, 225
 Serra do General, 144
 Serra do Mar, 16
 Serra do Urbano, 133
 Serra dos Cristais, 204, 205
 Serra Dourada, 77
 Serra Geral de Goiás, 5, 33, 47, 62
 Serra Geral do Paranã, 144
 Serra Negra, 98
 Serra Pelada, 70, 111
 Serranópolis, 6, 7
 Serro Frio, 104
 Sertão do Campo Aberto, 156, 159
 Sertão do Paranã, 157
 Serviço Cartográfico do Exército, 154
 Sete Cidades, 12
 Setor de Mansões Dom Bosco, 83
 Severina de Abreu Lima, 95, 166, 171
 Sieur de La Condamine, 201
 Silva Braga (V. José Peixoto da Silva Braga), 176
 Silva e Souza (V. Luis Antônio de Silva e Souza), IV,
 176, 238
 Silva Moreira, 166, 247
 Silvana Ferreira, 253
 Silvânia (V. Bonfim), 112, 122, 213
 Silvério dos Reis, 235
 Sílvio Fleury Curado, III, 253
 Simão Bueno, 75
 Simão Caldeira, 105
 Simão de Vasconcelos, 201
 Simão Dorvi, 156
 Simião Estilita Lopes Zedes, 136
 Simplício Ferreira, 214
 Siqueira Campos, 248
 Sísifo, 15, 18
 Sítio da Bandeirinha, 157
 Sítio da Garapa, 225, 227
 Sítio do Assombrado, 179
 Sítio do Buraco, 119, 189
 Sítio do Capão, 191
 Sítio do Chaveiro, 140
 Sítio do Curralinho, 189
 Sítio dos Paulistas, 166, 189
 Sítio dos Topázios, 192
 Sítio Marica, 174
 Sítio Novo, 144, 147, 226
 Smithsonian Institute, 6
 Sobradinho, VII, 82, 83, 84, 93, 95, 129, 145, 147, 148,
 160, 175
 Sobrado, 62
 Sonhém (Rio), 92
 Southey (V. Robert Southey), 40, 48, 55, 232
 Souza Leal, 238, 239
 Soweto, 16
 Spanic Society of America, 52, 53
 SQN 316, 150
 SQN 403/404 Norte, 145
 Sucuri, 20
 Sumidor 95, 98, 188
 Sumidouro (Arraial), 58
 Suzane Chantal, 176
 Tabajara, 33
 Tabapuã 162, 163, 164
 Taboca, 21
 Tadeu Veiga, 2, 85, 253
 Taguatinga, 4, 10, 22, 133, 145, 160, 191, 193
 Taipa, 225, 226
 Tamanduá, 20
 Tamoio, 24, 33, 40, 47
 Tanger, 55
 Tânia Siqueira, 253
 Tanque do Nerva, 112
 Tape, 46
 Tapera, 188
 Tapirapé, 24
 Tapuia, 18, 32, 40, 74
 Taquara, 21
 Taquaraí, 21
 Taunay, 34, 43, 46, 162
 Teixeira Albernaz, 49
 Teixeira Alves 230
 Telles de Menezes, 237
 Temiminó, 24, 33, 34, 44, 47
 Tenório de Aguiar, 49
 Teodésio Pereira, 79
 Teodora Coelho de Figueiró, 180
 Teodoro Sampaio, 43, 119
 Teóphilo de Paiva, 127
 Tereza Cristina, 146
 Tereza da Fonseca, 159, 186
 Terezinha Couto de Oliveira Corrêa, 105, 201
 Terra Brasilis, 201
 Terra de Santa Cruz, 35, 36
 Terracap, 102, 155, 173, 248, 253
 Terras Altas (minas), 112
 Terras Novas, 60, 61, 62
 Tição, 190, 214
 Tietê (Rio, Vale), 40, 41, 47, 49, 50
 Tijuco (Arraial), 95, 102, 103, 220
 Timbira, 32
 Timóteo Correa de Toledo, 184
 Tiradentes, 19, 235, 236
 Tito Lívio, 240
 Tobias Monteiro, 239
 Tocantins (Rio, Vale, Estado, minas), 32, 33, 34, 36, 37,
 45, 48, 49, 50, 51, 54, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63,
 141, 142, 153, 176, 202, 214, 225, 227, 236
 Toledo, 235
 Tom Maia, 113, 207, 213
 Tomás Antônio Gonzaga, 147, 235
 Tomás de Souza, 140, 142, 143, 144, 145
 Tomás Faquini, 133
 Tomé de Souza, 37, 38, 161
 Tomé Ribeiro, 56
 Tônico do Padre, 224
 Topinães, 44, 49
 Tordesilhas (Linha, Tratado), 35, 36, 41, 154, 231, 233
 Torre do Tombo,
 Torto, 3, 145, 151
 Tossi Colombina, 84, 233
 Toussaint Gurgel, 40
 Traíras, 79, 80, 81, 82, 83, 175, 179, 181, 182, 197, 202
 Transvaal, 16
 Tratado de Madri, 231, 233
 Tratado de Santo Idelfonso, 153
 Tratado de Tordesilhas (V. Tordesilhas), 153, 253
 Três Barras (Sítio), 95
 Três Bicas (minas), 112
 Três Irmãos (Morros), 131, 132
 Triângulo Mineiro, 32, 42, 65, 66, 70, 177, 230
 Tristão da Cunha Menezes, 237, 238
 Tucuruí, 56

Tupi, 20, 18, 24, 32, 33, 35
 Tupi-Guarani, 22, 24, 32, 43, 69
 Tupinambá, 33, 56
 Tupiniquim, 40, 41
 Uberaba, (Rio, Cidade), 66
 Ubrajara, 32
 Uma Introdução à História Econômica do Centro Oeste do Brasil, III
 Una (Rio), 58
 Unaí, 12, 14, 20, 139, 208
 UnB, VII, 146
 Universidade Católica de Goiás, 5, 6, 12
 Universidade de Brasília, III, 5, 188
 Universidade de Praga, 202
 Universidade de São Paulo, 13
 Universidade de Strasbourg, V
 Universidade do Amazonas, 36
 Universidade do Vale dos Sinos, 5
 Universidade Federal de Goiás, 5, 13
 Universidade Holística e Cidade da Paz, 9
 Urbano do Couto Menezes, VIII, 59, 67, 78, 79, 81, 82, 140, 190
 Urucuia (Rio, Vaie Região), 62, 63, 81, 144, 185
 Uruguai, 158
 Valda Queiróz, 253
 Vale do Amanhecer, 3, 155
 Vale do Araguaia, 32
 Vale do Paranã, 144
 Vale do São Bartolomeu, 4
 Vale do São Francisco, 24
 Vanderlei Oliveira da Silva, 253
 Vão do Buraco, 188
 Vão do Paranã, 12, 14, 21, 32, 68, 142, 144, 162, 168
 Vão dos Angicos, 166, 189
 Varaconun, 111
 Varia Fortuna, 18
 Varnhagen, Francisco Adolfo, 48, 232, 242
 Várzeas, 186
 Vasco da Gama, 35
 Vazante, 2
 Veadeiros, 2, 20, 21, 168
 Velhas, (Rio, Vale), 44, 45, 47, 66, 72
 Veloso, 19
 Venância da Encarnação, 95
 Vendinha, 147, 148, 149, 216
 Ventura Álvares Pedroza, 112
 Ventura da Silveira, 157
 Vereda dos Arrependidos, 158
 Veríssimo Pereira Guimarães, 169
 Vermelho, (Rio, Vale), 32, 43, 45, 59, 77, 78
 Via Estrutural de Taguatinga, 134
 Vicente Gomes, 164, 166, 169, 197, 198
 Vicente Miguel da Silva, 213
 Vicente Pires, 3, 145, 146, 151, 160
 Victor Paes de Barros Leonardi, VII, 83, 253
 Viegas de Ataíde, 110, 187
 Vieira da Silva (V. Luís Vieira da Silva), 235, 240, 241, 243
 Vila Bela da Santíssima Trindade, 139, 217, 218
 Vila Boa de Goiás, IV, 43, 70, 77, 139, 140, 143, 144, 145, 147, 153, 155, 156, 171, 176, 177, 178, 181, 182, 185, 211, 219, 220, 225, 237, 238, 239, 240
 Vila da Lapa, 139
 Vila de Guimarães, 159
 Vila Planalto, 145
 Vila Rica do Espírito Santo, 36
 Vila Rica do Ouro Preto, 125, 235, 236
 Vilmar Rocha, 253
 Visconde da Lapa, 140
 Visconde de Anadia, 238, 239
 Visconde de Barbacena, 235
 Visconde de Ouro Preto, 230
 Visconde de Porto Seguro, 4
 Vupabuçú, 35, 40
 Vuturuna, 40, 42
 W. J. Burchell (V. Willian John Burchell), 142, 221
 W3 Norte de Brasília, 232
 W3 Sul 716, 150
 Wagner Gonçalves, 188
 Walda Nascentes de Queiroz Melo, 203
 Waldemar de Almeida Barbosa, 98, 104, 105
 Walter Raleigh, 37, 201
 Warming, 19
 Wellington Gomes Curado, 120, 127
 William Pitt, 242, 243
 Willian John Burchell, 34, 77, 81, 236
 Xacriabá, 24, 32
 Xaraés, 35, 40, 242
 Xavante, 11, 24, 32
 Xavier, 239, 241
 Xerente, 24, 32, 34
 Xingú, 32, 48
 Xique-Xique, 60
 Zoroastro Astiaga, 76
 Zumé, 5